UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
CURSO DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

MARIA CLARA FIGUEIREDO DALLA COSTA AMES

PROTEÇÃO À VIDA DE BEBÊS E GESTANTES: FORMAÇÃO DA AGENDA BRASILEIRA E EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS À LUZ DA ÉTICA DAS VIRTUDES

FLORIANÓPOLIS

2020

MARIA CLARA FIGUEIREDO DALLA COSTA AMES

PROTEÇÃO À VIDA DE BEBÊS E GESTANTES: FORMAÇÃO DA AGENDA BRASILEIRA E EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS À LUZ DA ÉTICA DAS VIRTUDES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração.
Orientador: Prof. Dr. Maurício Custódio Serafim.

FLORIANÓPOLIS

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da

Biblioteca Setorial do ESAG/UDESC,

com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ames, Maria Clara Figueiredo Dalla Costa
Proteção à vida de bebês e gestantes: formação da agenda brasileira e experiência de organizações voluntárias à luz da ética das virtudes / Maria Clara Figueiredo Dalla Costa Ames. -- 2020.
381 p.

Orientador: Maurício Custódio Serafim
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2020.

1. Ética das virtudes. 2. Aborto. 3. Formação da agenda. 4. Phronesis. 5. Organizações Pró-vida. I. Serafim, Maurício Custódio. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

MARIA CLARA FIGUEIREDO DALLA COSTA AMES

PROTEÇÃO À VIDA DE BEBÊS E GESTANTES:

FORMAÇÃO DA AGENDA BRASILEIRA E EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS À LUZ DA ÉTICA DAS VIRTUDES

Tese de doutorado em Administração apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora em Administração, do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina, na linha de pesquisa Administração Pública e Sociedade.

Orientador:

Prof. Dr. Maurício Custódio Serafim
Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC)

BANCA EXAMINADORA

Membros:

Profa. Graziela Dias Alperstedt
Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC)

Prof. Dr. Marcello Beckert Zappellini
Universidade do Estado de Santa Catarina (ESAG/UDESC)

Prof. Dr. Victor Sales Pinheiro
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Silvia Marcia Russi de Domênico
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Prof. Dr. Alejo José Galsim Sison
Universidade de Navarra (UNAV)

Florianópolis, 24 de setembro de 2020**.**

Para minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um daqueles bons hábitos que começamos a praticar desde muito cedo. Parece simples, mas significa muito. Ser grato talvez seja uma questão de justiça, pois ao expressarmos gratidão reconhecemos o bem desobrigado que os outros fazem por nós. E durante o desenvolvimento de uma tese nos damos conta de como é importante a ajuda e companhia de amigos nessa caminhada. Uma ajuda que não é só profissional, ou acadêmica, mas profundamente humana e que se traduz em cada palavra ou momento compartilhado com colegas de trabalho, pessoas que admiramos, amigos solidários e familiares que conosco convivem.

Agradeço inicialmente aos colegas do curso de mestrado e doutorado, que mais que colegas têm sido verdadeiros amigos. Aos companheiros do grupo de pesquisa, pela parceria, convivência e ajuda. Aos professores que tive a oportunidade de conhecer durante o mestrado e ao longo do doutorado, na Universidade do Estado de Santa Catarina. Aos alunos de graduação e bolsistas de iniciação científica, em especial à Elisa Castro e Andrei Colonetti.

Deixo registrado também o meu profundo agradecimento ao meu orientador, o professor Maurício C. Serafim, por todo o apoio e ensinamentos e pela generosa contribuição em meu crescimento. Seu trabalho como orientador tem guiado minhas pesquisas ao longo do mestrado e doutorado. Sua serenidade na condução de diversas questões acadêmicas é um exemplo para seus orientandos e alunos de graduação. Com o mesmo carinho agradeço aos professores que aceitaram o convite em participar desta banca de defesa: Graziela Alperstedt e Marcello Beckert Zappellini, Victor Sales Pinheiro, Silvia Marcia Russi de Domênico e Alejo José Galsim Sison.

Agradeço às inúmeras oportunidades de desenvolvimento profissional e acadêmico que a Universidade do Estado de Santa Catarina tem me permitido realizar. Iniciei meus estudos nesta cada em 2013 e desde então as oportunidades de amadurecimento acadêmico e como professora em Administração só frutificaram. Agradeço à Universidade de Navarra, campus de Pamplona, Espanha, pela carinhosa recepção durante os pouco mais de dois meses em que estive lá para uma estância curta de estudos. Tive a honra de conhecer o professor Alejo Sison, o qual nos recebeu de uma maneira muito generosa, nos apresentando o *Edificio Amigos*, bem como a cidade de Pamplona. Conheci pessoalmente também o teólogo Padre Hélio Luciano, brasileiro que hoje leciona teologia moral na Universidade de Navarra, e que generosamente me acolheu como ouvinte em algumas de suas aulas. Foi um momento muito especial, em que tivemos contato com pesquisadores e estudiosos que são exemplos de virtudes naquilo que fazem.

Deixo os meus sinceros agradecimentos aos membros das organizações da sociedade civil que atuam na proteção e apoio às gestantes e bebês, os quais permitiram a minha participação e acesso às suas práticas. Meu agradecimento especial à Iraci K. Quadro, presidente do Grupo Abelhas e à Irmã Terezinha Medeiros, coordenadora da Pastoral da Criança de Santa Catarina, organizações brasileiras com as quais tive contato. E aos voluntários das organizações Andevi e RedMadre de proteção e auxílio às gestantes de Pamplona, cidade de Navarra, às quais gentilmente se dispuseram em me apresentar a sua forma de trabalho e experiências.

Aos amigos para os quais tive a oportunidade de falar sobre o projeto, agradeço o tempo e paciência em conversar sobre o tema. Agradeço também às mulheres que conversaram comigo informalmente e revelavam suas vivências sobre a maternidade, gestação e o que pensam sobre o aborto e sobre a vida durante a gestação.

À minha família, em especial, agradeço o apoio incondicional e a aceitação das minhas ausências e falhas. Graças a ela pude manter os pés no chão, graças a ela me sinto segura e confiante para prosseguir. Ao meu marido Dilmar, o meu profundo agradecimento por estar sempre ao meu lado, por passarmos juntos com nossos filhos dois meses incríveis na cidade de Pamplona, além dos outros tantos que passamos juntos nas madrugadas, escrevendo e trabalhando. Registro também o meu muito obrigado aos meus filhos Enzo Willian e Pedro Lucas, pois eles são presentes em nossa vida, são luz nos momentos mais difíceis. Amo muito vocês.

E finalmente agradeço à Deus, por permitir que todos esses laços e oportunidades de crescimento sejam vividos ao longo de nossas vidas.

- Pena?! Foi a pena que segurou a mão de Bilbo... muitos que vivem merecem morrer e alguns que morrem merecem viver. Pode resolver essa situação Frodo?

- Não seja tão apressado em julgar os outros...nem os mais sábios conseguem ver o quadro todo. Meu coração me diz que Gollum ainda tem um papel a cumprir, para o bem ou para o mal... antes do final da história. A **piedade** de Bilbo pode governar o destino de muitos... - disse Gandalf.

- Queria que o anel nunca tivesse sido dado a mim, e que nada disso tivesse acontecido! – respondeu Frodo.

- Assim como todos que testemunham tempos como esse. Mas não cabe a eles decidir...o que nos cabe é decidir o que fazer com o tempo que nos é dado.

O Senhor dos Anéis, de John Ronald Reuel *Tolkien*

RESUMO

Esta tese de doutorado apresenta um estudo científico, à luz da ética das virtudes, sobre voluntários de organizações que atuam pela proteção à vida de gestantes e bebês, diante do problema da mortalidade materno-infantil em decorrência do aborto voluntário. O aborto tem ganhado espaço na agenda e em políticas em âmbito global, e vários países vêm promovendo mudanças para uma política do aborto de tendência permissiva para a legalização, o que já se consumou em várias democracias ocidentais e está em discussão em países latino-americanos. No entanto, por uma série de princípios e convicções, há organizações da sociedade civil que buscam minorar o problema ao desenvolver práticas para ajudar gestantes, ou ainda atuando politicamente sob a definição de organizações pró-vida. Diante desse cenário desafiador, em que parecem estar "remando contra a corrente", o que motiva voluntários a ajudar gestantes para que possam ter os seus filhos e não precisem optar pelo aborto? O fenômeno aqui abordado são as disposições do caráter desses atores e seus reflexos nas organizações a partir das lentes teóricas da ética das virtudes. A pergunta de partida desse trabalho é: **como voluntários de organizações da sociedade civil de ajuda a gestantes e bebês atuam na esfera pública em relação à proteção à vida?** Essa pergunta se desdobra em objetivos específicos, para delinear o contexto nacional da política de moralidade do aborto entre os anos de 1988 e 2018, a partir da análise das dinâmicas da agenda no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal e na mídia. Seguindo uma abordagem qualitativa, o estudo adota a estratégia de estudo de caso múltiplo, com o intuito de investigar organizações que atuam na e para a proteção de gestantes e bebês, restringindo-se a quatro casos, duas organizações brasileiras e duas espanholas, considerando o arcabouço teórico da ética das virtudes de tradição aristotélico-tomista e macintyreano. A pesquisa envolveu as técnicas de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e pesquisa documental, e os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo no processo de codificação e categorização, bem como triangulação de dados com auxílio do NVivo. Com a análise das práticas e virtudes morais foi possível perceber como eles contribuem para a proteção da vida de gestantes e bebês, ao expressarem virtudes como prudência, coragem, humildade e esperança. A virtude da *phronesis* associada com a virtude da esperança, foi fundamental para que voluntários aconselhassem gestantes de um modo a ajudá-las a estabelecer prioridades e serem capaz de priorizar em suas escolhas aquilo que é mais importante, mesmo em circunstâncias adversas. Além disso, a sabedoria prática ou *phronesis* parece ser um atributo relevante para lidar com questões culturais, como diferentes crenças

religiosas, diferentes condições econômicas e sociais, pressão de outros atores que atuam na esfera pública e em contextos distintos em relação à política sobre o aborto.

Palavras-chave: Aborto. Ética das Virtudes. Formação da agenda. Organizações Pró-vida. *Phronesis*.

ABSTRACT

This doctoral thesis presents a scientific study, in light of virtue ethics, on volunteers from organizations working to protect the lives of pregnant women and babies in the face of the problem of maternal-infant mortality, due to voluntary abortion. Abortion has gained space in the agenda and policies at the global level, and several countries have promoted changes to an abortion policy with a permissive tendency towards legalization, which has already been consummated in several Western democracies and is under discussion in Latin American countries. However, by a series of principles and convictions, there are civil society organizations that seek to alleviate the problem by developing practices to help pregnant women, or by acting politically under the definition of pro-life organizations. Given this challenging scenario, in which they seem to be "rowing against the current," what motivates volunteers to help pregnant women so that they can have their children and do not need to opt for abortion? The phenomenon addressed here are the dispositions of the character of these actors and their reflexes in the organizations from the theoretical lenses of virtue ethics. The starting question for this work is: **how do volunteers from civil society organizations helping pregnant women and babies act in the public sphere in relation to the protection of life?** This question unfolds in specific objectives, to delineate the national context of the policy of abortion morality between 1988 and 2018, based on the analysis of the dynamics of the agenda in the National Congress, the Supreme Court and the media. Following a qualitative approach, the study adopts the strategy of multiple case study, with the aim of investigating organizations working in and for the protection of pregnant women and babies, being restricted to four cases, two Brazilian and two Spanish organizations, considering the theoretical framework of virtue ethics from an Aristotelian-Thomist and Macintyrian tradition. The research involved the techniques of participant observation, semi-structured interviews and documentary research, and the data were analysed through content analysis in the process of codification and categorization, as well as triangulation of data with the help of NVivo. With the analysis of practices and moral virtues it was possible to see how they contribute to the protection of the life of pregnant women and babies by expressing virtues such as prudence, courage, humility and hope. The virtue of the *phronesis* associated with the virtue of hope was fundamental for volunteers to advise pregnant women in a way that helps them to establish priorities and to be able to prioritise in their choices what is most important, even in adverse circumstances. Moreover, practical wisdom or *phronesis* seems to be a relevant attribute for dealing with

cultural issues such as different religious beliefs, different economic and social conditions, pressure from other actors acting in the public sphere and in different contexts in relation to abortion policy.

Keywords: Agenda-setting. Abortion. *Phronesis*. Pro-life Organizations. Virtue Ethics.

RESUMEN

Esta tesis doctoral presenta un estudio científico, a la luz de la ética de las virtudes, sobre los voluntarios de las organizaciones que trabajan para proteger la vida de las mujeres embarazadas y los bebés, ante el problema de la mortalidad materno-infantil como consecuencia del aborto voluntario. El aborto ha ganado espacio en la agenda y en las políticas a nivel mundial, y varios países han venido promoviendo cambios en una política de aborto con una tendencia permisiva a la legalización, que ya se ha consumado en varias democracias occidentales y está en discusión en los países latinoamericanos. Sin embargo, por una serie de principios y convicciones, hay organizaciones de la sociedad civil que tratan de aliviar el problema desarrollando prácticas para ayudar a las mujeres embarazadas, o incluso actuando políticamente bajo la definición de organizaciones pro-vida. Dado este escenario desafiante, en el que parecen estar "remando a contracorriente", ¿qué motiva a los voluntarios a ayudar a las mujeres embarazadas para que puedan tener sus hijos y no tengan que optar por el aborto? El fenómeno que se aborda aquí son las disposiciones del carácter de estos actores y sus reflejos en las organizaciones desde los lentes teóricos de la ética de las virtudes. La pregunta inicial de este trabajo es: **¿cómo actúan en la esfera pública los voluntarios de las organizaciones de la sociedad civil que ayudan a las mujeres embarazadas y a los bebés en relación con la protección de la vida?** Esta pregunta se desarrolla en objetivos específicos, para delinear el contexto nacional de la política de moralidad del aborto entre 1988 y 2018, a partir del análisis de la dinámica de la agenda en el Congreso Nacional, la Corte Suprema y los medios de comunicación. Siguiendo un enfoque cualitativo, el estudio adopta la estrategia de estudio de caso múltiple, con el propósito de investigar las organizaciones que trabajan en y para la protección de las mujeres embarazadas y los bebés, limitándose a cuatro casos, dos organizaciones brasileñas y dos españolas, considerando el marco teórico de la ética de las virtudes de la tradición Aristotélico-Tomista y MacIntyriana. La investigación incluyó las técnicas de observación de los participantes, entrevistas semiestructuradas e investigación documental, y los datos se analizaron mediante análisis de contenido en el proceso de codificación y categorización, así como la triangulación de los datos con la ayuda de NVivo. Con el análisis de las prácticas y las virtudes morales se pudo ver cómo contribuyen a la protección de la vida de las mujeres embarazadas y los bebés al expresar virtudes como la prudencia, el valor, la humildad y la esperanza. La virtud de la *phronesis* asociada a la virtud de la esperanza, fue fundamental para que los voluntarios aconsejaran a las mujeres embarazadas de manera que les ayudara a establecer prioridades y a poder priorizar en sus

elecciones lo más importante, incluso en circunstancias adversas. Además, la sabiduría práctica o la *phronesis* parece ser un atributo pertinente para abordar cuestiones culturales como las diferentes creencias religiosas, las diferentes condiciones económicas y sociales, la presión de otros agentes en la esfera pública y en diferentes contextos en relación con la política sobre aborto.

Palabras clave: Aborto. Ética de las virtudes. Formación de la agenda. Organizaciones pro-vida. Phronesis.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Casos e minicasos 122
Figura 2 - Número de gravidezes e abortos totais na Espanha 153
Figura 3 - % Despesas com saúde por despesas totais e % despesas com Atenção Básica* por despesas com saúde Brasil 159
Figura 4 - Óbitos fetais e maternos ao longo da gestação, parto e puerpério 161
Figura 5 - Vista frontal da sede do Grupo Abelhas 199
Figura 6 - Reportagem de jornal sobre Grupo Abelhas de maio de 1995 201
Figura 7 - Número de filhos por gestante 205
Figura 8 - Oficina de tricô com voluntárias e gestantes 206
Figura 9 - Tarde de oficinas e fotos na sala das gestantes no Grupo Abelhas 210
Figura 10 - Organograma da Pastoral da Criança 230
Figura 11 - Encontro estadual da organização 2, Lages (SC), outubro de 2019 240
Figura 12 - Junta administrativa em reunião entre Andevi e Rioarriba 255
Figura 13 - Parte interna do folder de divulgação Andevi 260
Figura 14 - Mapa de associações RedMadre 268
Figura 15 - Fachada do edifício onde se localiza a organização 4 269

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Iniciativas parlamentares e cobertura da mídia no contexto espanhol 155
Gráfico 2 - Gastos com o Programa Rede Cegonha total Brasil 158
Gráfico 3 - % Despesas com saúde por despesas totais – Brasil e Santa Catarina 159
Gráfico 4 - Números absolutos de procedimentos de curetagens por ano Brasil 162
Gráfico 5 - Número de curetagens a cada 100 mil nascidos vivos por ano Brasil 163
Gráfico 6 - Óbitos fetais Brasil em números absolutos por ano 163
Gráfico 7 – Número de óbitos fetais a cada 100 mil NV por região - 1994 a 2017 164
Gráfico 8 - Óbitos maternos + óbitos maternos tardios por 100 mil nascidos vivos por ano 165
Gráfico 9 - Valor total Brasil de gastos em investimentos obstétricos, deflacionados IPCA 167
Gráfico 10 - Valor médio AIH parto e obstetrícia e AIH Curetagem por ano 167
Gráfico 11 - Produção de leis no Congresso entre 1988 e 2018 sobre aborto 169
Gráfico 12 - Total de registros por fórum de política – Câmara, Senado e jornais 170
Gráfico 13 - Número de Pronunciamentos de Deputados Federais por tom 1988-2018 172
Gráfico 14 - Número de atores citados por jornais por tom da política do aborto 172
Gráfico 15 - Número e tom das proposições legislativas do Senado sobre o aborto 179
Gráfico 16 - Pronunciamentos de Senadores por tom da política 1988-2018* 182
Gráfico 17 - Tom dos pronunciamentos por partido 183
Gráfico 18 - Pronunciamentos de Deputados Federais por tom da política 1988-2018 185
Gráfico 19 - Reportagens em jornais sobre o aborto, total 1988-2018 188
Gráfico 20 - Número de reportagens 1ª página sobre aborto por jornal 189
Gráfico 21 - Número de gestantes cadastradas por ano 204
Gráfico 22 - Despesas liquidadas Rede Cegonha – SC – atualizado IPCA 370
Gráfico 23 - Detalhamento despesas liquidadas com saúde - Brasil 370
Gráfico 24 - Detalhamentos despesas liquidadas saúde – Santa Catarina 371
Gráfico 25 - % Despesas Atenção Básica por Despesas totais saúde SC 371
Gráfico 26 – Nr. absolutos de óbitos fetais Brasil 1988 - 2017 por região 372
Gráfico 27 - Óbitos fetais segundo o peso ao nascer por ano 372
Gráfico 28 -Óbitos fetais com peso ao nascer menor de 500 gramas por ano 373
Gráfico 29 - Óbitos maternos mais óbitos maternos tardios- Brasil por região 373
Gráfico 30 - Óbitos maternos mais óbitos maternos tardios a cada 100 mil NV por região .. 374
Gráfico 31 - Despesas com curetagens Brasil deflacionado IPCA 375

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos específicos e referencial teórico inicial 38
Quadro 2 - Antecedentes da ética administrativa no contexto norte-americano 62
Quadro 3 - Princípios e respectivas virtudes para a Administração Pública 65
Quadro 4 - Tensões entre virtudes e *virtuousness* 73
Quadro 5 - Principais conceitos macintyreanos 77
Quadro 6 - Partes da Prudência 87
Quadro 7 - Definições da *phronesis* em ensino-aprendizagem na Administração 89
Quadro 8 - Temas sobre o estudo da *phronesis* em Administração 91
Quadro 9 - Detalhamento técnicas de coleta e dados coletados 127
Quadro 10 - Fontes e tipos de dados secundários coletados 129
Quadro 11 - Livro de códigos prévios para estudos dos casos múltiplos 132
Quadro 12 - Protocolo para estudos de caso 136
Quadro 13 - Modelo teórico-analítico para a pesquisa de campo 138
Quadro 14 - Longevidade, mortalidade infantil e fecundidade de Florianópolis SC 144
Quadro 15 - Termos citados por fórum de política 1988-2018 171
Quadro 16 - Proposições legislativas do Senado sobre aborto 1988 - 2018 180
Quadro 17 - Trechos de posicionamentos de tom favorável, contrário e neutro 184
Quadro 18 - Pronunciamentos de Deputados Federais por tom 1988-2018 186
Quadro 19 - Classificação dos atores, por área de atuação e origem 190
Quadro 20 - Atores participantes das audiências públicas ocorridas no Senado, 1988-2018 191
Quadro 21 - Organizações e movimentos pró-vida 195
Quadro 22 - Dados básicos da organização 1 200
Quadro 23 - Práticas organizacionais do caso 1 207
Quadro 24 - Dados básicos dos voluntários do caso 1 213
Quadro 25 - Dados básicos da Organização 2 233
Quadro 26 - Práticas principais da organização 2 234
Quadro 27 - Principais práticas da organização 3 256
Quadro 28 - Dados básicos organização 3 258
Quadro 29 - Principais práticas da organização 4 267
Quadro 30 - Dados básicos da organização 4 271
Quadro 31 - Descrição dos atos envolvidos na proteção à vida e apoio à gestação 293
Quadro 32 - Opiniões sobre aborto colhidas no campo 321

Quadro 33 - Livro de códigos NVivo do estudo de casos - codificação e categorização 363
Quadro 34 - Atores participantes nas audiências públicas, STF, ADPFs 54 e 442.....377

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de fontes codificadas do fluxo de política e da mídia 168
Tabela 2 - Número de participantes em audiências no STF por tom da política..... 193
Tabela 3 - Atendimento e internações hospitalares para curetagem, 1995-2018 374
Tabela 4 - Dados sobre atendimento e internações hospitalares – obstetrícia 1995-2018 376

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIH	Atendimento e internação hospitalar
ANDEVI	*Asociación de Navarra de Defensa de la Vida*
ASPA	*American Society for Public Administration*
CSR	Corporate Social Responsibility
CST	*Catholic Social Teaching*
DSI	Doutrina Social da Igreja
FEBRASGO	Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia
GA	Grupo Abelhas
ICOM	Instituto Comunitário Grande Florianópolis
IPPF	*International Planned Parenthood Foundation*
NV	Nascidos vivos
NISP	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovação Social na Esfera Pública
OMS	Organização Mundial da Saúde
CF88	Constituição Federal de 1988
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PCr	Pastoral da Criança
PL	Projeto de Lei
SBP	Sociedade Brasileira de Pediatria
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
STF	Supremo Tribunal Federal
TDM	Teoria do Desenvolvimento Moral
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 24
1.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO 25
1.2 OBJETIVOS 33
1.2.1 Objetivo geral 33
1.2.2 Objetivos específicos 33
1.3 ENFOQUE TEÓRICO ANALÍTICO 35
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA 39
1.4.1 Justificativa teórica 39
1.4.2 Justificativa prática 43
1.4.3 Justificativa pessoal 44
1.5 PERGUNTAS E PROPOSIÇÕES DE ESTUDO 45
2 REFERENCIAL TEÓRICO 49
2.1 PESSOA, PESSOALIDADE E DIGNIDADE DA VIDA HUMANA 50
2.2 ÉTICA DAS VIRTUDES 60
2.2.1 Ética das virtudes em a*dministrative ethics* ou *public ethics* 62
2.2.2 Ética das virtudes em *business ethics* 68
2.2.3 Perspectivas em ética das virtudes 70
2.2.3.1 A perspectiva neoaristotélica da ética das virtudes 71
2.2.3.2 A perspectiva de Alasdair MacIntyre 75
2.2.3.3 A perspectiva da Doutrina Social da Igreja 78
2.2.4 As virtudes morais 80
2.2.4.1 Fortaleza: a virtude da coragem 81
2.2.4.2 Temperança ou autodomínio 82
2.2.4.3 Justiça: dar a cada um o que é seu 83
2.2.4.4 Esperança: virtude teologal e moral 83
2.2.4.5 Phronesis: a virtude da prudência ou sabedoria prática 85
2.2.4.5.1 O conceito da *phronesis* e seus antecedentes 86
2.2.4.5.2 Temas de pesquisa sobre a *phronesis* na área administrativa e organizacional 90
2.3 O PROBLEMA PÚBLICO DO ABORTO E DA MORTALIDADE FETAL, NEO- NATAL E MATERNA 98
2.3.1 A política de moralidade do aborto 100
2.3.2 Aborto no Brasil: estudos preliminares relacionados à política pública 102
2.4 ANÁLISE DE MÚLTIPLOS FLUXOS PARA A FORMAÇÃO DA AGENDA 103
2.5 ORGANIZAÇÕES PRÓ-VIDA DA SOCIEDADE CIVIL 107
2.5.1 Motivações e julgamento moral de voluntários pró-vida 109
2.5.2 Formas de atuação das organizações pró-vida 111
2.6 SOCIEDADE CIVIL E BEM COMUM 116
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 118
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA 119

3.1.1 Estratégia e método de pesquisa 120
3.1.2 Técnicas de pesquisa 124
3.1.2.1 Técnicas de coleta 125
3.1.2.2 Técnicas de análise 128
3.1.3 Modelo teórico-analítico 137
3.1.4 Descrição de jornais 139
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA 142
3.3 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA 145
3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA 146
4 RESULTADOS 148
4.1 O PROBLEMA NO CONTEXTO BRASILEIRO E ESPANHOL 148
4.1.1 Aspectos legais sobre o aborto no contexto brasileiro 149
4.1.2 Aspectos legais e do problema no contexto espanhol 152
4.1.3 Pesquisas sobre as dinâmicas da agenda do aborto no contexto espanhol 154
4.1.4 Introdução ao problema para o estudo das dinâmicas da agenda 157
4.1.4.1 Evidências da mortalidade materno-infantil: período gestacional e puerperal 161
4.1.4.2 Gastos com internação hospitalar para procedimentos obstétricos e curetagem 166
4.1.5 Dinâmicas da agenda do aborto no contexto brasileiro 168
4.1.5.1 Evolução cronológica das dinâmicas do aborto no contexto brasileiro 173
4.1.5.1.1 De 1988 a 1997: Constituição Federal de 1988 e eventos focalizadores 173
4.1.5.1.2 De 1998 a 2007: novo enquadramento à questão do aborto 174
4.1.5.1.3 De 2008-2018: a busca pela descriminalização do aborto migra para o STF 176
4.1.5.2 Considerações gerais sobre as dinâmicas da agenda do aborto 177
4.1.5.3 Detalhamento da discussão no fórum do Senado Federal 178
4.1.5.4 Detalhamento das dinâmicas da agenda do aborto na Câmara de Deputados 185
4.1.5.5 Detalhamento da análise dos meios de comunicação 187
4.2 DESCREVENDO ATORES A PARTIR DA ANÁLISE DAS DINÂMICAS DA AGENDA DO ABORTO 189
4.2.1 Organizações e iniciativas pró-vida citadas e presentes na agenda do aborto 195
4.3 APRESENTAÇÃO DOS CASOS 197
4.3.1 Grupo Abelhas 198
4.3.1.1 Descrição das práticas voltadas para gestantes 201
4.3.1.2 "Se não cuidar desvirtua": apresentando a voluntária C1001 213
4.3.1.3 Mini caso voluntária C1002 218
4.3.1.4 Mini caso voluntária C1003 222
4.3.1.5 Mini caso voluntária C1004 224
4.3.1.6 Mini caso voluntária C1005 225
4.3.2 Pastoral da Criança 228
4.3.2.1 A fundadora da Pastoral da Criança 235
4.3.2.2 Apresentando a voluntária C2002 237

4.3.2.3 Voluntária C2003 242
4.3.2.4 Voluntário C2004 246
4.3.2.5 Voluntária C2005 248
4.3.2.6 Voluntária C2006 250
4.3.2.7 Voluntário C2007 252
4.3.3 *Asociación Navarra de Defensa de la Vida* (ANDEVI) 253
4.3.3.1 Sobre o fundador, doutor José Miranda Heras 260
4.3.3.2 O trabalho de C3002 263
4.3.4 A organização RedMadre 266
4.3.4.1 Voluntária C4001 272
4.3.4.2 Voluntária C4002 275
4.3.4.3 O testemunho da voluntária C4003 278
4.3.5 Análise dos casos apresentados 286
4.3.5.1 Práticas organizacionais "na" proteção e ajuda 287
4.3.5.2 Práticas organizacionais "para" a proteção e ajuda 289
4.3.5.3 Práticas de ajuda a gestantes à luz da perspectiva macintyreana 290
4.3.5.4 Atos na proteção à vida e apoio à gestação 292
4.3.5.5 Bens externos e instituições 293
5 UMA INTERPRETAÇÃO À LUZ DA ÉTICA DAS VIRTUDES 297
5.1 SOBRE A MOTIVAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS 298
5.2 VIRTUDES MORAIS E PRUDÊNCIA 300
5.2.1 Temperança 301
5.2.2 Fortaleza ou coragem 302
5.2.3 Sobre a justiça 303
5.2.4 Humildade 304
5.2.5 Prudência ou sabedoria prática 304
5.2.5.1 O ato de julgamento da prudência: julgar e não julgar 307
5.2.6 A virtude moral da esperança 308
5.2.7 A relação entre prudência e esperança 309
6 ANÁLISES TEMÁTICAS ENTRE OS CASOS 311
6.1 RELAÇÃO COM A RELIGIOSIDADE 311
6.1.1 Abertura para todas as religiões 311
6.1.2 Ecumênica 312
6.1.3 Posicionamento pluriconfessional 313
6.1.4 Denominação aconfessional 315
6.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E CULTURA DA VIDA 317
6.3 A REALIDADE DO ABORTO 320
7 REVENDO QUESTÕES E PROPOSIÇÕES DE ESTUDO 322
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 327
8.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO 332
8.2 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS 334

REFERÊNCIAS 336
APÊNDICE A - LIVRO DE CÓDIGOS NVIVO DO ESTUDO DE CASOS 363
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA VOLUNTÁRIOS DAS ORGANIZAÇÕES 369
APÊNDICE C – ANÁLISES COMPLEMENTARES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO E CATARINENSE 370
APÊNDICE D - PARTICIPANTES NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO STF 377
APÊNDICE E – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA GESTANTES 379
APÊNDICE F – SLIDES DE PALESTRAS REALIZADAS NO CASO 1 380
ANEXO A – TABELA DO ESTUDO DE VEGA, SOARES E NASR (2017) 381

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da inquietação com um problema central que acomete a realidade brasileira: a mortalidade de bebês e gestantes durante o período compreendido desde a gestação até o primeiro ano de vida da criança. Embora uma série de fatores esteja relacionado à mortalidade no período gestacional, o problema aqui abordado sob um ponto de vista moral e político é o aborto voluntário[1]. Tornou-se corriqueiro encontrar sinais do ativismo pró-legalização na agenda de grupos de interesses, inclusive investidores internacionais, engajados com essa mudança (DEROSA, 2018), expressos nas audiências públicas realizadas em 2018 no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF).

O posicionamento a favor da descriminalização do aborto é entendido, nesta tese, como uma omissão à vida intrauterina em fase de desenvolvimento, mesmo em vista de argumentos razoáveis empregados por seus defensores. Tal falha em reconhecer o *status* de pessoa ao nascituro põe sob ameaça o princípio da dignidade da pessoa humana (RIBEIRO; PINHEIRO, 2017). O descaso com a vida no Brasil não é um fenômeno que acomete somente sua etapa de desenvolvimento intrauterino. De 2007 a 2017 houve um gradativo crescimento no número de homicídios no país, segundo dados oficiais do Sistema de Informações sobre a Mortalidade. Analisados pelo Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2019). Em 2018, o número é de 57.358 mortes violentas intencionais, equivalente a 27,5 mortes a cada cem mil habitantes, mesmo patamar de 2013 (FBSP, 2020).

Algo mais profundo advém de um pensamento contemporâneo secularizado e relativista do ponto de vista moral, e mesmo emotivista (MACINTYRE, 2007) para justificar escolhas pessoais. Ao longo das últimas décadas várias democracias ocidentais descriminalizaram o aborto (STUDLAR; BURNS, 2015), ao passo que no contexto brasileiro tem se buscado enquadrá-lo como um problema de saúde pública, em detrimento de seus aspectos, morais, religiosos, biológicos, filosóficos e sociais (ODERBERG, 2009).

Por outro lado, sabe-se que grande parte da população brasileira é contrária ao aborto, algo em torno de 57% e 68%, segundo pesquisas DataFolha (2017) e Ibope (2017). Na pesquisa conduzida pelo Instituto Ipsos (2020), somente 16% dos brasileiros participantes disseram que o aborto deve ser permitido sempre que a mulher decidir. Como alternativa ao aborto,

[1] O aborto voluntário é aqui considerado como sinônimo do aborto provocado pela gestante, ou quando ela conta com o auxílio de terceiros, como no caso de aborto induzido nos casos permitidos pela legislação brasileira. Não se refere aos abortos espontâneos ou involuntários. Outras definições assumidas por atores que tratam da questão são: aborto seguro e aborto inseguro, no caso da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2014) e aborto legal ou aborto ilegal, e ainda aborto sentimental (ROCHA, 2015).

voluntários de organizações da sociedade civil têm desenvolvido trabalhos de ajuda e suporte às gestantes e defendido a gestação. A defesa da vida desde a concepção, tem sido o argumento defendido por organizações conhecidas como pró-vida[2] (MUNSON, 2008; 2018; HUSSEY, 2013). Que motivação pessoal lhes conduz por esse caminho? Que disposições do caráter lhes fazem atuar voluntariamente em defesa da vida, apesar do contexto desafiador?

Por meio da abordagem da ética das virtudes, este trabalho busca compreender a atuação de pessoas em organizações da sociedade civil que prestam apoio ou defendem a vida de gestantes e bebês. Enquanto hábitos pessoais virtuosos, as virtudes se caracterizam pela ação frequente e habitual em expressar em ações certas forças do caráter, como prudência, justiça, temperança e fortaleza, características essas que se pretendem compreender (FERRERO; SISON, 2014). Nas organizações, a busca pela excelência nas práticas realizadas pode contribuir para o florescimento das virtudes morais de seus membros (MOORE; GRANDY, 2016).

A banalidade com que se discute o aborto hoje, até mesmo sob a alegação de ser um direito, em muito dificulta um entendimento aprofundado da questão (RAZZO, 2017). Além disso, as organizações que buscam dar alternativas às mulheres, que não o aborto, têm pouca visibilidade e, quando tem, são definidas como um conservador "ativismo heteropatriarcal" (FAÚNDES, 2015, p. 409). A escolha inicial do tema se tornou ainda mais forte após notícias sobre os casos dos bebês Charlie Gard (G1, 28 de julho de 2017) e Alfie Evans (BBC, 28 de abril de 2018), no Reino Unido, casos que revelam a linha tênue que garante a liberdade decisória da família diante do poder do Estado em determinar a continuidade ou interrupção de tratamento de saúde, em casos graves. Para ambos, a decisão foi pela interrupção do tratamento e, consequentemente, a morte da criança.

Nas próximas seções, apresenta-se uma contextualização do problema a ser abordado, contendo descrições e sua delimitação, objetivos de pesquisa e justificativas. Também são delineados o enfoque teórico-analítico e algumas proposições de estudo.

1.1 CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO

[2] Segundo o historiador Daniel K. Willians (2009), o termo '*pro-life'* e a expressão '*right-to-life'* têm sido os termos preferidos pelos ativistas do movimento a favor da defesa da vida, desde final da década de 1960. Antes, entre 1930 e 1950, católicos já usavam o termo contra as reformas na lei do aborto, mas não como identidade do movimento.

Os problemas públicos brasileiros são muitos, conjunturais e complexos. Os esforços para compreendê-los e propor ações de enfrentamento procuram reconhecer suas múltiplas causas e possíveis consequências, embora o cenário atual indique um estado de desconfiança e incredulidade. Muitos se perguntam: qual é a raiz de tantos crimes de corrupção, dos problemas de segurança pública e da crise institucional e política? O índice de percepção da corrupção, por exemplo, apurado pela Transparência Internacional (2019), mostra que em um ranking com 180 países, o Brasil, em 2019, ocupa a 108ª posição na percepção do brasileiro sobre a corrupção do setor público. Mais da metade dos respondentes da pesquisa conduzida pela instituição Latinobarômetro (2018), no Brasil, não confia no Congresso nacional, nos parlamentares ou no poder judicial e nos partidos políticos.

Um dos pilares de fundação de uma sociedade é a moralidade de sua vida pública, e seus reflexos nas práticas, leis e instituições. Na realização de serviços públicos, embora as atividades sejam altamente reguladas, isso não garante que sejam boas do ponto de vista moral. As pessoas ainda têm espaço para deliberar, decidir e agir a partir de sua própria perspectiva (caráter) moral. Isso requer que os envolvidos sejam capazes de reconhecer os princípios envolvidos, o contexto da ação, atores envolvidos e, principalmente, que estejam pessoalmente inclinados a fazer o que é moralmente bom, para serem justos, honestos e corajosos ou prudentes. Entre esses princípios fundamentais, positivados na Constituição Federal de 1988 (CF88), estão o direito à vida e o princípio da dignidade da vida humana.

O problema real que esse trabalho pretende abordar se refere diretamente a tais princípios. Corresponde à debilidade da defesa da vida humana, o que profundamente ameaça o princípio da dignidade da pessoa humana, presente na Constituição Federal de 88 (BRASIL, 2015). Especificamente, pretende-se abordar o problema que ameaça a vida das futuras gerações em sua fase gestacional, ou seja, o problema da mortalidade fetal e materno-infantil. Dentre suas múltiplas explicações, estão questões epidemiológicas, serviços hospitalares relacionados ao atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal[3], condições socioeconômicas e a prática do aborto voluntário. (BARBEIRO, *et al*., 2015; LANSKI; FRANÇA; LEAL, 2002; OLINTO; MOREIRA-FILHO, 2006).

A decisão em torno do aborto é uma questão moral que acomete esse início da vida. Trata-se de um assunto intensamente discutido por filósofos, bioeticistas, médicos, sociólogos,

[3] O período pré-natal corresponde ao período gestacional anterior ao momento do parto. O atendimento perinatal se inicia na 22ª semana de gestação e considera crianças com peso acima de 500 gramas (LANSKI; FRANÇA; LEAL, 2002). O termo neonatal, refere-se ao momento após o parto e tem sido usado para distinguir, por exemplo, entre óbitos neonatais precoces, tardios ou pós-neonatal.

psicólogos, entre outros profissionais, e que vem recebendo uma crescente atenção por estudos de políticas públicas (ENGELI; GREEN-PEDERSEN; LARSEN, 2012; STUDLAR; BURNS, 2015).

No âmbito global, a política do aborto, também definida como política de moralidade[4] (MOONEY, 2000; KNILL, 2013), tem demonstrado uma tendência permissiva[5], segundo os estudos em países ocidentais efetuados por Studlar e Burns (2015). Em sua análise, entre os anos de 1945 até os dias atuais, os autores sugerem que 24 países democráticos ocidentais promoveram mudanças na legislação, em maior ou menor grau, que estão gradativamente descriminalizando[6] o aborto (como na Bélgica, Reino Unido e Espanha), permitindo a eutanásia, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, entre outras políticas de moralidade. Em 2018, a Irlanda acabou cedendo às pressões pela descriminalização do aborto (O GLOBO, 26 de maio de 2018), e por muito pouco não se concretizou na Argentina (CLARÍN, 14 de junho de 2018). Mudanças mais recentes estão em curso na França, onde se delibera sobre lei de bioética que permitiria o aborto, em casos de sofrimento psicossocial da mulher, até aos nove meses de gestação (PUBLIC SÉNAT, 2020).

Na América Latina, desde que o Chile, em 1989, voltou a estabelecer o aborto como prática ilegal, a mortalidade materna tem decrescido significativamente no país (de 10,8 para 0,39 para cada 100 mil nascidos vivos), contrariando a noção, segundo Koch (2014) de que sua legalização reduziria a mortalidade materna. No entanto, recentemente este e outros países latinos promoveram mudanças na legislação do aborto, como é o caso do Uruguai e do México.

Em termos globais, o Brasil segue algumas políticas internacionais relacionadas à questão, como planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva e saúde da mulher, enquanto signatário, por exemplo, aos programas da Organização das Nações Unidas (ONU), à Organização Mundial de Saúde (OMS), entre outras instituições internacionais. Outro braço de atuação dessas políticas acontece por meio de instituições não governamentais como a *International Planned Parenthood Foundation* (IPPF), Instituto Guttmacher, que têm investido

[4] Política de moralidade é uma tradução livre do termo *morality policy*, utilizado por uma das correntes que analisam a agenda de questões morais, tendo sua origem no contexto norte-americano. Mooney (2000) é um dos autores mais referenciados.

[5] Studlar e Burns (2015) utilizam a palavra *permissiveness* para caracterizar as mudanças em políticas de moralidade que se tornam menos restritivas, isto é, que ao longo do tempo vem sendo legalizadas ou descriminalizadas. Também assumem a igualdade entre os termos "permissivo" e "progressivo" quando classificam os países em análise. Nessa análise sobre cinco políticas de moralidade, os países mais permissivos são Bélgica, Holanda, Suécia, Reino unido, Canadá, Luxemburgo e França.

[6] A descriminalização do aborto, como entendida no Brasil, é o estabelecimento das situações em que o aborto deixa de ser punível, embora não deixe de ser considerado crime, ou seja, apenas não gera uma punição para a gestante ou terceiro que auxiliar a sua realização.

montantes financeiros elevados para a implementação dessas políticas em países em desenvolvimento. Fundações particulares, como a Ford e a Rockfeller, são atores envolvidos na política de controle de natalidade desde a década de 1960, segundo investigação de Gallo (1970). O investimento de investidores privados nas agendas favoráveis à legalização do aborto e para controle populacional, foram tema das discussões do *International Conference on Population Control* (2017), e organizados pelo estudo de Derosa (2018), o qual mapeou as principais instituições que investem e apoiam organizações brasileiras favoráveis à legalização, muitas delas presentes nas audiências do STF realizadas em agosto de 2018.

Esse e outros fatores vem refletindo no tom da argumentação e no humor nacional, bem como nas soluções e nas políticas (*policy*) desenhadas diante de tal problema, o que pode ser compreendido com uma análise conjunta sobre os múltiplos fluxos da agenda (KINGDON, 2003). Os termos "pró-vida" e "pró-escolha", importados do debate norte-americano, são por vezes elencados pelos atores que buscam defender e atuar a favor ou contra o aborto. Contudo, não está claro nessas posições, se as vidas de ambos – gestante e nascituro - são levadas em conta. As evidências, em uma análise preliminar, é que novas pautas têm sido adicionadas à discussão, como o direito ao aborto (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017), o que recentemente tem sido fortemente questionado por um grupo de 19 países, liderados pelos Estados Unidos, desde a conferência da ONU realizada em Nairobi em 2019. O Brasil é um dos países que integram tal frente. Em encontro com representantes de tais países o secretário do Departamento norte-americano de Serviços Humanos e de Saúde declara que não há algo como um direito internacional ao aborto. (AZAR, 2019).

Como mencionado anteriormente, o aborto é um tema bastante discutido pela bioética e na filosofia moral em geral, considerado por Peter Kreeft (1990) como a mais crítica questão moral do nosso tempo. Há uma série de questões e dilemas morais envolvendo o aborto, especialmente para as gestantes, bem como para profissionais da área médica. O assunto é objeto de estudos da área jurídica, médica, social e política, além da ética. As discussões abordam aspectos legais a respeito do aborto, a prática médica e o atendimento às mulheres, estudos feministas e sobre os direitos das mulheres e consequências de sua tentativa ou execução. No Brasil, no entanto, a questão do aborto pouco tem sido abordada pelas lentes teóricas da análise de formulação da agenda da política do aborto. Os trabalhos que contribuem nessa questão, embora não considerem as dinâmicas da agenda de Baumgartner e Jones (2009), são os estudos de Miguel, Biroli e Mariano (2017), Barreras (2013) e Mantovani (2014). Os estudos existentes se concentram mais na área de saúde pública e avaliação de políticas, como da assistência pré-natal e da Rede Cegonha (p. ex.: MARTINELLI *et al*., 2014; JORGE, *et al*.,

2014). Diante disso, utiliza-se neste estudo a abordagem da análise da montagem da agenda de Kingdon (2003) para compreender as suas dinâmicas (BAUMGARTNER; JONES, 2009).

Há que se levar em conta ainda as estratégias desenvolvidas pelos grupos de interesses para defender sua posição, que vão de debates superficiais que não passam de propaganda (RAZZO, 2017), à desestruturação dos argumentos dos opositores à sua pauta. A própria escolha de termos específicos para se referir ao bebê por nascer, tais como feto, resultado da reprodução humana, nascituro, filho, vida em fase gestacional, e em inglês, por exemplo, *fetus, preborn* e *unborn child*, cada um deles acaba por representar uma série de pressupostos e sinaliza a possível posição sobre o aborto (BILEWICZ; MIKOLAJCKZAK; BABINSKA, 2017).

No Brasil, a legislação trata o aborto provocado e o aborto consentido como crimes, segundo o código penal brasileiro (código penal 124) Lei 2848 de 1940, exceto nos casos de estupro, risco de vida para a mulher e violência sexual (BRASIL, 2012)[7]. Além disso, desde 2012, o aborto foi descriminalizado para os casos de feto anencéfalo por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF54), em uma decisão tomada na esfera do Supremo Tribunal Federal (STF). Embora essa seja a condição legal oficial, na prática o aborto voluntário é um fenômeno mais corriqueiro do que apontam estimativas estatísticas, devido aos abortos provocados, realizados em clínicas ilegais e não comunicados à rede pública de saúde. Culturalmente, é uma questão delicada e uma prática velada, especialmente em países menos secularizados, onde a maioria das religiões tende a atuar pela redução de sua prática.

A decisão pela continuidade da gestação, por outro lado, permite que a mulher e seus familiares assumam seu papel diante desse novo membro da comunidade, dando-se conta, gradativamente, de suas responsabilidades enquanto pai, mãe, avós ou irmãos. Reconhecer o ser em gestação lhe confere um *status* como participante da comunidade moral (RAZZO, 2017).

Uma série de contribuições filosóficas tem se debruçado sobre a questão do aborto. Diferentes correntes da ética normativa podem ser encontradas, ou seja, a ética consequencialista, a deontológica e a ética das virtudes. Uma visão consequencialista vai se pautar nas consequências do ato ou não do aborto. Na perspectiva deontológica, o dever de

[7] A ampliação do conceito de violência sexual se dá pela lei PL 12.845/2013, "considera-se violência sexual, para os efeitos desta lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida. O Observatório Interamericano de Biopolítica (2017), que se diz defensor da vida humana e de sua dignidade, chama esta lei de "cavalo de Tróia", por fazer parte da tentativa de implantar o aborto no país. A norma técnica para "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes" (BRASIL, 2012, p. 68) confirma: "De acordo com o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, artigo 128, inciso II do Código Penal brasileiro, o abortamento é permitido quando a gravidez resulta de estupro ou, por analogia, de outra forma de violência sexual. (...) O Código Penal não exige qualquer documento para a prática do abortamento nesse caso, a não ser o consentimento da mulher."

cumprir regras e seguir princípios dá o alicerce para a corrente de base kantiana, podendo ser encontrada nas reflexões filosóficas reunidas por Dall'Agnol e Tonetto (2015). Já na perspectiva da ética das virtudes, segundo Russel (2013), ao mostrar novas formas em que os direitos podem ser exercidos de forma boa ou má, a discussão de tópicos como o aborto a partir de uma perspectiva de *virtues ethics* tem revelado limitações em abordagens baseadas em direitos. Philippa Foot (1967), Gregory Pence (1980), Pellegrino e Thomasma (1981) e Rosalind Hursthouse (1991) são referências nessa discussão.

Além disso, a perspectiva da ética das virtudes permite considerar as ações que se tornam hábitos e que constituem o elemento do caráter das pessoas (HART, 2001). Uma pessoa virtuosa, em uma decisão como essa, perguntaria: quem eu vou me tornar com essa escolha? Com prudência ela seria capaz de apreender as circunstâncias de sua realidade, agindo com honestidade frente a questão do aborto e da vida do bebê em desenvolvimento (KREEFT, 1990). Saberia ponderar e dar o peso correto à cada um de seus papeis em sua comunidade e, com isso, construir um caminho harmonioso entre seu caráter e sua contribuição para o bem comum.

O presente estudo assume que a ética das virtudes seja a perspectiva mais adequada para a reflexão sobre a moral vivida na esfera pública (FREDERICKSON, 2010), porque consiste em uma ética de primeira pessoa, especialmente no legado aristotélico-tomista e que abrange a abordagem comunitarista de MacIntyre (2007). Ela se desenvolve sobre uma visão de mundo que pressupõe a busca por uma harmonia entre pessoa - organizações e práticas - e comunidade, em que uma pessoa virtuosa alcança seu florescimento humano ao mesmo tempo que contribui para o bem comum, conforme perspectiva reunidas por Ferrero, Sison e Beabout (2017).

Não obstante haver sinais de que a política do aborto seja uma questão mais evidente nas últimas décadas, a atuação de organizações da sociedade civil que prestam algum tipo de apoio e ajuda a gestantes e crianças vem de longa data (WILLIAMS, 2009). Nos Estados Unidos, muitas organizações se utilizam do termo pró-vida para se definirem. O mesmo é observado em outros países em que o aborto foi descriminalizado, como o movimento pró-vida na Espanha. A partir de 1985 esse país descriminalizou o aborto em algumas situações, as quais foram ampliadas em 2010 e isto contribuiu para o aumento no número de partidos de base católica e contrários ao aborto (CHACQUÉS-BONAFONT, PALAU; BAUMGARTNER, 2015). Embora Brasil e Espanha tenham distintos contextos legais a respeito do aborto, ambos têm uma longa tradição cristã e que permanece como um fundamento cultural a favor da vida desde a concepção. A Igreja Católica tem mantido um posicionamento contrário à sua prática (CALKIN; KAMINSKA, 2020). Do ponto de vista de voluntários de organizações da sociedade

civil que atuam pela proteção à vida, pouco se conhece sobre sua disposição moral para atuar em tais iniciativas.

Por exemplo, no Brasil, as raízes dos serviços de assistência social e à saúde tem na atuação da Igreja Católica uma de suas bases. Ela é responsável pela criação das Santas Casas de Misericórdia, as primeiras instituições de amparo às crianças abandonadas (GONSALVES; 2015; ASSIS *et al*., 2009). Segundo Brandsen, Trommel e Verschuere (2015), uma iniciativa ou organização da sociedade civil pode seguir um formato mais flexível, como movimentos e iniciativas pontuais, a exemplo das "Marchas pela Vida", ou mais formal, como organizações sociais sem fins lucrativos. Pode assumir um formato híbrido, quando atua sob vários propósitos, ou focar em um único propósito ou missão, segundo Hasenfeld e Gidron (2005). No caso do direito à vida e combate ao aborto, o movimento pró-vida, a exemplo do existente no contexto norte-americano, geralmente adota quatro diferentes formas, segundo Munson (2008; 2018): (1) centros de ajuda à gravidez, ou *pregnancy help centers*; (2) ação política tradicional; (3) ação direta para conter o aborto em clínicas individuais e (4) trabalhos de educação pública.

A rede de atores que participam do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (SGDCA) é formada por atores públicos e privados, também atuantes na capital do estado de Santa Catarina, a exemplo das entidades cadastradas pelo Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM, 2017). Tais atores vem sendo objeto de estudo de pesquisas sobre organizações da sociedade civil (como GONSALVES, 2015; DUARTE, 2015; NARZETTI, 2014).

Subentendidas no conceito de organizações da sociedade civil, as organizações sem fins lucrativos, de base voluntária ou iniciativas de formato mais flexível (BRANDSEN; TROMMEL; VERSCHURE, 2015) conduzem situações que exigem, por parte de seus membros, uma determinação para realizar sua missão e uma sabedoria para dialogar e compartilhar valores, julgar as circunstâncias e tomar decisões importantes. Tais organizações estão sujeitas a desafios e dilemas éticos relacionados à definição de sua missão, processos de governança, levantamento de fundos e transparência (SKEET, 2015).

Como exposto, embora o enfrentamento do problema da mortalidade materno-infantil esteja relacionado à múltiplas causas e deva ser minorado pelo seu enfrentamento em várias dimensões, além da saúde pública, o trabalho de organizações e iniciativas da sociedade civil que atuam na ajuda e proteção a gestantes e bebês têm se perpetuado durante os anos, e seu crescimento têm refletido algumas mudanças na política do aborto, por meio da estratégia de resolução do problema real, mais do que buscando uma oportunidade de influência política (HUSSEY, 2013).

Curiosamente, no caso específico desta problemática, pouco se sabe sobre as virtudes morais de voluntários de organizações que apoiam ou prestam auxílio a gestantes e seus filhos, como propôs Jutta Burggraf (2015). No contexto norte-americano, Maxwell (2002) encontra em organizações pró-vida de ação direta algumas evidências sobre o julgamento moral desses atores, e da prevalência de uma ética que se estende do voluntário para as gestantes e bebês. Mas não há até o momento uma base que estuda as organizações pró-vida a partir da ética das virtudes. Em termos teórico-filosóficos, subjaz a dignidade da pessoa humana à luz da ética das virtudes. Como essas organizações se mantém e reúnem recursos para contribuir na ajuda à gestação? Que aspectos morais têm levado à manutenção de práticas que contribuem para a proteção desses cidadãos? Como tentam influenciar na política ou tentam contribuir na resolução de problemas para a redução da mortalidade materno-infantil?

No contexto brasileiro, presume-se a existência de um vasto campo de organizações e iniciativas que atuam pela proteção ou suporte a gestantes e bebês, contribuindo de diversas formas, isto é, não só no aspecto saúde, mas também como suporte social, fortalecimento de vínculos, orientação, doação de materiais, bem como casos que prefiram uma atuação mais ativa na esfera política. Sem adotar especificamente a definição “pró-vida”, mas observando atentamente as práticas e o propósito dessas organizações, este trabalho vai procurar investigar essas experiências à luz da ética das virtudes.

Como exposto, a questão do aborto e da mortalidade materno-infantil, segundo uma análise da formação da agenda (BAUMGARTNER; JONES, 2009), representa uma das primeiras fases desse estudo. Adicionalmente, as iniciativas e organizações da sociedade civil que atuam na e para a proteção de gestantes e bebês correspondem à delimitação dos casos envolvidos nessa política, dentro dos quais se busca compreender a atuação de seus voluntários. O fenômeno de pesquisa a ser investigado ao longo desse processo se refere à dimensão moral da atuação de voluntários, por meio da ética das virtudes. Nesse sentido, a pesquisa se aproxima da ética de membros e líderes de organizações governamentais ou de organizações sem fins lucrativos (SVARA, 2015).

A pergunta central do presente estudo, assim é formulada: **como os voluntários de organizações da sociedade civil de ajuda a gestantes e bebês atuam na esfera pública em relação à proteção à vida?** A pesquisa exploratória inicial de campo permitiu antever alguns dos desafios enfrentados por organizações que atuam diretamente com o público-alvo de seu trabalho: gestantes e crianças, desde o período pré-natal até os primeiros anos de vida, com foco em comunidades carentes.

A partir da perspectiva normativa da ética das virtudes, pretendo estabelecer um diálogo entre dois percursos interpretativos. Primeiramente, analisar os elementos que compõem o arcabouço da ética das virtudes, procurando identificar virtudes (ou vícios) exercidos na e para a proteção da vida materna e infantil. Complementarmente, refletir sobre essas práticas à luz da ética das virtudes, considerando o que uma pessoa virtuosa faria para proteger a vida de gestantes e bebês, considerando as circunstâncias atuais.

1.2 OBJETIVOS

Tendo contextualizado e exposto o problema que se pretende abordar, apresentam-se nesta seção o objetivo geral e os objetivos específicos desta tese.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desse estudo é compreender como voluntários de organizações da sociedade civil de ajuda a gestantes e bebês atuam na esfera pública em relação à proteção à vida, considerando a perspectiva da ética das virtudes.

1.2.2 Objetivos específicos

Para integrar e dar sustentação ao objetivo geral, são articulados os seguintes objetivos específicos:

1. Contextualizar, em uma abordagem interdisciplinar, o problema da mortalidade de bebês e gestantes, considerando a questão do aborto.
2. Analisar as dinâmicas de formação da agenda de política para o problema do aborto e de proteção à vida de bebês e gestantes na esfera nacional entre 1988 e 2018.
3. Mapear atores participantes na formação da agenda da política relacionada ao aborto, identificando especialmente os que atuam pela proteção à vida de gestantes e bebês (pró-vida).
4. Compreender a proteção da vida de gestantes e bebês a partir de iniciativas em organizações da sociedade civil, à luz da ética das virtudes.
5. Analisar virtudes morais relacionadas às práticas de proteção e defesa da vida de gestantes e bebês, com base nos voluntários das organizações investigadas.

Inicialmente, pretende-se identificar quais dimensões do problema estão sendo levadas em consideração. Isso terá início com uma análise interdisciplinar do problema, com contribuições de várias áreas do saber, considerando dados oficiais sobre o problema, aspectos legais e questões éticas e políticas. Essa fase corresponde a uma análise em nível macro, observando principalmente as circunstâncias institucionais em que a proteção da vida e a questão do aborto se encontram.

O segundo objetivo específico visa lançar luz ao contexto e situação da questão no Brasil. A análise das dinâmicas da agenda, a partir da abordagem de Baumgartner e Jones (2009) considerando o aborto como uma política de moralidade, pode contribuir para se compreender a intensidade em que o problema aparece nos fluxos da agenda política e da mídia, bem como as preferências e o tom dos argumentos contra ou à favor da descriminalização do aborto. Além disso, pode ajudar a retratar a imagem da política, variações na atenção dada à questão e mudanças no fórum de discussão, como o fizeram Chacqués-Bonafont, Palau e Baumgartner (2015) sobre a agenda do aborto na Espanha. O recorte temporal tem como referência a Constituição da República de 1988, até o ano de 2018, seguindo a proposta de análise das dinâmicas da agenda (BAUMGARTNER; JONES, 2009).

A partir da análise das dinâmicas da agenda, serão identificados os empreendedores de política[8] e grupos de interesse que buscam influenciar na agenda política. Com base em uma pesquisa documental, pretende-se analisar o tom do posicionamento – favorável ao aborto, contrário ou neutro, bem como os termos-chave de seus argumentos.

Juntos, os três primeiros objetivos específicos permitem fazer uma análise macro da questão na esfera pública, observando atores nacionais e internacionais, quando houver.

Tendo mapeado a discussão sobre a política relacionada ao aborto no contexto macro, pode-se melhor compreender a atuação em organizações por voluntários que buscam proteger e dar apoio a gestantes. Por meio de uma pesquisa de campo exploratória, realizou-se a fase de campo em duas organizações que atuam a partir do município de Florianópolis – SC, como casos selecionados do contexto brasileiro e, conforme as condições possíveis de acesso ao campo, são considerados duas organizações que atuam a partir da cidade de Pamplona, localizada em Navarra, norte da Espanha. Esse objetivo representa o alvo central da pesquisa, para o qual se dará maior profundidade, por meio de uma interpretação à luz da ética das

[8] Empreendedores de políticas são atores que se envolvem com uma pauta a ser discutida ou introduzida na agenda e que procuram influenciar nos fóruns de discussão e convencer outros atores para a concretização de sua agenda. Podem ser capazes de fazer confluir soluções à problemas públicos e mesmo atuar quando surge uma janela de oportunidade para mudanças (KINGDON, 2003).

virtudes, focando especialmente na virtude da prudência e demais virtudes morais. O foco passa a ser em nível micro, ou seja, com um olhar para os cidadãos engajados nesse trabalho, sem deixar de considerar o contexto macro em que a organização se insere. Pesquisas anteriores sobre organizações de ajuda à gravidez, uma das correntes do movimento norte-americano (HUSSEY, 2013) sugerem que elas preferem ajudar a reduzir os problemas locais baseadas na atuação de seus voluntários e líderes, em vez buscar alguma oportunidade política de influência na legislação. Pressupomos que o contexto nacional de uma país pode demandar de tais organizações diferentes práticas e formas de atuação, demandando diferentes virtudes morais no contexto espanhol e para o contexto brasileiro. Considero ao menos o contexto legal e as dinâmicas da agenda sobre o aborto de ambos os países.

Procuro distinguir a atuação voltada para a proteção na prática, em contato direto com as gestantes, pela expressão "na proteção". Já a palavra "defesa" corresponde a atuar "para a proteção", isto é, buscando influenciar por meio de informação ou atuação política com base nesse propósito. As virtudes morais de ambas as formas de atuação serão objeto de análise nesse último objetivo, considerando virtudes morais e como se expressam nas práticas organizacionais, adotando como conceito de práticas as concepções de MacIntyre (2007).

Como um todo, a proposta de analisar as dinâmicas de formação da agenda nacional, juntamente com a análise das práticas locais desenvolvidas pelas iniciativas da sociedade civil, parte de uma visão multicêntrica da esfera pública (SECCHI, 2013). Especificamente, para o problema abordado, o diálogo e a participação dos cidadãos são fundamentais para a construção de entendimentos e soluções.

Ainda sobre os objetivos específicos, alguns pequenos passos contribuíram transversalmente ao presente estudo. Foram realizadas duas revisões da literatura sobre a virtude da prudência – ou *phronesis* em sua raiz aristotélica, considerando sua participação no arcabouço da ética das virtudes e sua interrelação com as virtudes morais; realizou-se um estudo sobre o conceito de pessoa e dignidade da vida humana, relacionando tais conceitos com os pressupostos da ética das virtudes; identificaram-se políticas públicas conduzidas no contexto brasileiro para minorar a mortalidade materno-infantil.

1.3 ENFOQUE TEÓRICO ANALÍTICO

A apresentação da problemática até aqui procurou introduzir os principais arcabouços articulados nessa abordagem. Eles compõem o enfoque teórico-analítico em exposição, constituído a partir de quatro áreas principais: (1) antropologia, tratando da noção de pessoa e

da dignidade humana; (2) ética, considerando a perspectiva da ética das virtudes; (3) políticas públicas e Administração, analisando as dinâmicas da agenda do aborto enquanto política de moralidade; e (4) sociológico, considerando o papel da sociedade civil, especialmente as organizações pró-vida. Desse modo, o presente estudo passa pela caracterização do problema público da mortalidade materno-infantil, delimita o foco para a questão do aborto e vai aprofundar-se na compreensão de iniciativas que tentam atuar para minorar tal questão, as organizações pró-vida e de suporte às gestantes.

Da grande área da ciência da política pública, considero a abordagem da análise das dinâmicas da agenda da política de moralidade do aborto. Em análises de políticas públicas, o entendimento sobre como um problema se torna uma questão na agenda política se desenvolveu especialmente a partir da teoria de formação da agenda de Kingdon (2003), segundo o qual a agenda se forma na confluência entre os fluxos de problemas (indicadores e diagnóstico), de políticas (soluções) e político (forças e interesses). Partindo desse trabalho, Baumgartner e Jones (2009) estabelecem a teoria do equilíbrio pontuado, permitindo observar os momentos de mudança e estabilidade na atenção que um problema público recebe ao longo do tempo. A teoria da política de moralidade, por sua vez, oferece duas correntes principais de pesquisa (ENGELI *et al*., 2012). A primeira tem buscado investigar questões morais e políticas morais no contexto americano, tais como aborto, pena de morte, eutanásia, pesquisa com células tronco, entre outras questões. A segunda é uma literatura comparativa, que vem surgindo apenas nos últimos anos, com foco na explicação da variação entre os países em sessões políticas sobre problemas de moralidade.

O arcabouço de análise para o estudo das organizações provém dos estudos sobre organizações e iniciativas da sociedade civil que atuam "na" e/ou "para" a proteção de gestantes e bebês. Não se sabe em que medida organizações brasileiras adotam ou não a expressão "pró-vida" para definir sua identidade ou missão. É possível que se encontrem iniciativas que dão suporte a gestantes e bebês, contribuindo para que mantenham a gestação e tenham seus filhos, sem que se autodenominem pró-vida. Supõe-se que, em alguns casos, não adotar o termo seja uma estratégia para alcançar mais facilmente sua missão, haja vista as posições contrárias que associam o termo a ideologias familistas, dogmáticas ou conservadoras (ver ROCHA, 2015). Dessa maneira, a pesquisa empírica se mantém aberta ao que as organizações adotam.

Da área ética, articula-se a perspectiva da ética das virtudes. Como se procurou evidenciar, o fenômeno para o qual se busca compreensão é o aspecto moral condutivo para ação na busca pela proteção à vida de gestantes e bebês. Essas disposições que se traduzem em atos fundamentados na vontade de fazer o que é moralmente bom correspondem às virtudes

morais. “Virtude” deriva do latim *virtus*, que significa “excelência” ou “capacidade” (HOOFT, 2014).

Enquanto uma das perspectivas da ética normativa, a ética das virtudes oferece um arcabouço de análise como alternativa à tradição das éticas normativas consequencialistas e deontológicas. A ética das virtudes se distingue de outro corpo de trabalho conhecido como *virtue theory*, que contempla uma gama de outras abordagens e filosofias orientais sobre virtudes (HOOFT, 2014). A abordagem das virtudes, tributárias ao legado da filosofia grega clássica, contempla outros elementos, além do caráter e das virtudes morais. A prudência, ou virtude intelectual da *phronesis*, assume papel fundamental nessa abordagem conhecida como neoaristotélica, como também para perspectivas aristotélico-tomistas (FERRERO; SISON, 2015).

Dentro da própria perspectiva da ética das virtudes há várias abordagens, sendo parte delas reinterpretações de Aristóteles, o filósofo grego mais recorrente em se tratando da publicação sobre virtudes morais na Administração, por exemplo (FERRERO; SISON, 2014). A obra contemporânea de Alasdair MacIntyre, um dos principais filósofos ativos sobre o tema, dá continuidade à tradição do pensamento aristotélico-tomista, “traduzindo” o legado clássico ao contexto contemporâneo. Os conceitos do filósofo escocês podem contribuir para o entendimento da ética das virtudes por uma base comunitária. Seus principais conceitos são: tradição, práticas, comunidade baseada em práticas, bens internos (virtudes), bens externos e *phronesis* (MOORE; GRANDY, 2016; BEABOUT, 2012; BEADLE, 2013; BEADLE; KÖINÖT, 2006; KAVANAGH, 2013; PINTO, 2013; SHOTTER; TSOUKAS, 2014a).

Considerando a diferença entre *virtues ethics* e *virtues theory* discutida por Hooft (2014), o presente estudo segue a perspectiva *virtues ethics* pois se fundamenta na tradição aristotélico-tomista. *Virtues theory*, por sua vez, corresponde a um arcabouço para as virtudes com outras origens e enfoques. Outras razões para adesão à ética das virtudes se deve a consideração da pessoa como elemento do arcabouço de análise, bem como a consideração da sabedoria prática para atos moralmente bons, distinguindo-se, portanto, de abordagens que não consideram esse papel para a *phronesis*, como a perspectiva pluralista de Swanton (2003) e a perspectiva emotivista (baseada no agente), derivada das contribuições de Slote (2001), como exposto na distinção realizada por Van Zyl (2019).

Organizando-se o referencial teórico elencado para responder aos objetivos geral e específicos, tem-se a estruturação exposta no Quadro 1. O referencial teórico é assim organizado de modo a conter subcapítulos com fundamentos antropológicos, éticos, sociológicos e político-administrativos.

Quadro 1 - Objetivos específicos e referencial teórico inicial

Objetivos Específicos	Referencial teórico
1. Contextualizar, em uma abordagem interdisciplinar, o problema da mortalidade de bebês e gestantes, considerando a política de moralidade do aborto.	• O conceito de pessoa e pessoalidade; • Dignidade da pessoa humana e o direito à vida sob enfoque interdisciplinar; • O aborto como política de moralidade.
2. Analisar as dinâmicas de formação da agenda de política para o problema do aborto e de proteção à da vida de bebês e gestantes na esfera nacional.	• Teoria da formação da agenda e análise das dinâmicas da agenda de Baumgartner e Jones (2009): teoria do equilíbrio pontuado, atenção, atores, imagem e fóruns de política.
3. Descrever atores participantes da formação da agenda da política relacionada ao aborto, identificando especialmente os que atuam pela proteção à vida de gestantes e bebês (pró-vida).	• Empreendedores de políticas e seu papel nas dinâmicas da agenda. • Organizações da sociedade civil de base voluntária. • Organizações pró-vida.
4. Compreender a proteção da vida de gestantes e bebês a partir de iniciativas em organizações da sociedade civil, à luz da ética das virtudes.	• Organizações da sociedade civil e ética. • A perspectiva da Ética das virtudes. • Sabedoria prática ou prudência. Virtudes morais.
5. Analisar virtudes morais relacionadas às práticas de proteção e defesa da vida de gestantes e bebês, com base nos voluntários das organizações investigadas.	• Tradição aristotélico-tomista da ética das virtudes; • Perspectiva da ética das virtudes de MacIntyre (2007); • Perspectiva da ética das virtudes segundo a Doutrina Social da Igreja (DSI).

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Desde o momento em que foi firmado o tema desta tese, fez-se o emprego de técnicas de pesquisa exploratória (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005). Além de leituras frequentes de conteúdo da mídia e de publicações acadêmicas, a pesquisa exploratória de campo na esfera local possibilitou uma primeira observação do fenômeno, nesse caso em organizações que atendem gestantes e oferecem auxílio ou cuidado para a gestação. Conversas informais com médicos e coordenadores de setor de obstetrícia também contribuíram para esclarecer dúvidas sobre as práticas na área de saúde e sobre o atendimento de mulheres.

O estudo de caso múltiplo (STAKE, 2006; 2010) é uma estratégia de pesquisa oportuna para os objetivos deste trabalho, que visa entender uma questão-pergunta de pesquisa, e não explicar causas de um fenômeno (STAKE, 2010). Uma breve incursão na literatura será realizada para fundamentar a noção antropológica subjacente a esta investigação, apresentando o conceito de pessoa e dignidade humana, bem como para discutir sua consideração para o nascituro ou *unborn child*. Da mesma forma serão reunidos estudos de várias áreas do saber que subsidiem a caracterização do problema.

As virtudes morais na proteção do direito à vida de gestantes e bebês serão analisadas por meio do arcabouço da ética das virtudes. Pretende-se analisar o que os dados revelam em termos da ética das virtudes para a pessoa e seus reflexos na organização e comunidade. As

técnicas de coleta envolvem observação participante (PLATT, 2001), pesquisa documental e entrevistas. O arcabouço teórico de MacIntyre ([1981]; 2007) subsidia as definições para o conceito de práticas, pois tal conceito participa de seu modelo teórico-analítico para a ética das virtudes, bem como as noções de bens internos (virtudes) e externos (recursos organizacionais) que possam contribuir para o florescimento humano.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

O fenômeno central desta investigação são as virtudes morais (ou vícios) de voluntários de organizações que atuam para a proteção de bebês e gestantes, no que concerne o direito à vida. Mas como se chegou às virtudes morais? As reflexões compartilhadas no grupo de pesquisa do qual participo, somadas aos resultados de outras pesquisas sobre desenvolvimento moral conduzidas anteriormente, podem ajudar a responder essa questão. Esta seção inicia com justificativas acadêmicas, seguidas de considerações sobre a relevância teórica, prática e pessoal do tema.

1.4.1 Justificativa teórica

Enquanto pesquisa de tese vinculada ao programa de pós-graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, este trabalho teve início como um projeto dentro da linha de pesquisa Ética, no grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações da Esfera Pública (NISP). Em 2019, o professor coordenador da linha de pesquisa formaliza a criação de um novo grupo, conhecido por AdmEthics – Virtudes e dilemas morais na Administração Pública. No entanto, as pesquisas sobre o tema tiveram início há 10 anos. O curso de Doutorado em Administração recebeu sua primeira turma de doutorandos em meados de 2016, contemplando, entre suas áreas de concentração o ramo de Organizações e Esfera Pública, com a linha de pesquisa de Administração Pública e Sociedade.

Nesse contexto, o primeiro projeto de pesquisa que se debruçou sobre fenômenos morais nas organizações relacionou o arcabouço teórico e metodológico da Teoria do Desenvolvimento Moral, especialmente na abordagem de Lawrence Kohlberg, aos estudos sobre a Racionalidade nas Organizações, de Guerreiro Ramos. Os projetos de pesquisas, sob coordenação do professor Maurício Custódio Serafim, seguem esta sequência cronológica:

- 2014 - 2016: Contribuições da Teoria do Desenvolvimento Moral (TDM) de Kohlberg ao debate sobre as racionalidades nas organizações;

- 2015 - 2016: Contribuições da Teoria do Desenvolvimento Moral para a compreensão de dilemas morais na gestão pública;

- 2016 - 2019: Na prática a ética é outra: Compreendendo os dilemas morais vivenciados na gestão pública.

Inserido no primeiro projeto de pesquisa acima exposto, foi concluída uma dissertação, no âmbito do programa de Mestrado em Administração, que buscava compreender como empreendedores de empresas econômicas ou sociais lidavam com seus dilemas morais (AMES, 2015). Construindo um arcabouço teórico-metodológico que procurava conciliar a TDM à Racionalidade nas Organizações, o estudo descreveu diferenças e similaridades entre a condução de dilemas por empreendedores sociais e econômicos e entre suas formas de julgamento moral. Segundo relatos pessoais dos entrevistados, características como resiliência e determinação, a busca por recursos para garantir a sobrevivência das organizações, bem como as difíceis escolhas de gestão de pessoas e formação societária, foram algumas das situações mais difíceis que tiveram que enfrentar.

Esses achados ajudaram a entender que, embora a TDM contribua para a compreensão do julgamento moral, ainda se mantinha uma lacuna na compreensão entre como alguém age segundo seu julgamento moral, uma questão de coerência. A ideia de um arcabouço com elementos antecedentes e sucessores à ação – por exemplo intenção, julgamento, decisão e ação, resultados - foi se cristalizando como necessidade de pesquisa. E os relatos das entrevistas davam sinais de elementos relacionados ao caráter, como confiança, colaboração, volição, responsabilidade (AMES, 2015), necessários tanto para empreendedores quanto para seus colaboradores. Leituras e discussões do grupo de pesquisa deram luz à possibilidade de pesquisa por meio da abordagem da ética das virtudes. Ferrero e Sison (2017) argumentam que a ética das virtudes permite ao indivíduo tanto analisar as regras e normas envolvidas na ação, o que corresponderia a uma ética deontológica, bem como refletir sobre as possíveis consequências da ação (ética consequencialista), e escolher pelo curso de ação com o melhor resultado para o aprimoramento pessoal e da própria ação.

Outro aspecto “divisor de águas” no percurso de construção dessa tese se refere à problemática de pesquisa. Duas orientações de professores da casa foram essenciais nesse processo: “busque por um problema real que lhe cause inquietação”, orientação do professor Maurício Serafim. Parece óbvio que compreender ou explicar um problema real faça parte da pesquisa científica. Contudo, como disse Spaemann (2015), em uma época que as obviedades culturais são questionadas e agora requerem explicações, refletir sobre o óbvio e fundamentá-lo é parte do processo filosófico, e por que não, da ciência. A outra contribuição veio da

disciplina de Políticas Públicas, conduzida pelos professores Marcello B. Zappellini e Sulivan D. Fischer. Discutindo a complexidade dos problemas públicos brasileiros, percebeu-se a possibilidade desse arcabouço teórico ajudar a compreender uma questão moral atual que pessoalmente mais inquieta essa pesquisadora: o direito à vida frente a questão do aborto. Como afirmam Billsberry e Birnik (2010, p. 175), "*scholars need to take sides and activily engage with the central issues of our time*".

O trabalho em curso fez parte do projeto de pesquisa "Na prática a ética é outra: Compreendendo os dilemas morais vivenciados na gestão pública*"* e, neste caso, aborda voluntários de organizações da sociedade civil, estas em atuação sob diferentes formatos e propósitos, conforme discutido por Brandsen, Trommel e Verschure (2015). Aqui, a arena ou esfera pública parte de uma visão multicêntrica (SECCHI, 2013), na qual a realização da política pública se realiza por uma rede de atores governamentais e não-governamentais, não implicando necessariamente que a realização do bem público passe pela figura do Estado, como foi encontrado por Hussey (2013) em organizações de suporte à gestação. Ou seja, essa tese enfatiza o papel da sociedade civil organizada e seu envolvimento com ações que contribuam para o bem comum, mesmo em contextos político-culturais avessos aos valores defendidos.

A abordagem aqui proposta vai aproximar três blocos teóricos principais: ética das virtudes, dinâmicas da formação da agenda para a política de moralidade do aborto e organizações da sociedade civil de proteção a gestantes e bebês. De um lado, busca contextualizar o problema no contexto nacional e, do outro, como as organizações, por meio de seus voluntários, protegem gestantes e bebês, contextualizando essa questão a partir da análise da formação da agenda de políticas públicas. Até então, os estudos sobre a política do aborto no Brasil como política de moralidade e as dinâmicas de sua agenda são incipientes (BAUMGARTNER; JONES, 2009), o que procuro realizar a partir da análise da atenção que a questão do aborto tem recebido no Congresso Nacional, por jornais e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os estudos disponíveis analisam argumentos de posições contrárias ou favoráveis ao aborto na mídia ou na Câmara de Deputados (BARRERAS, 2013; MANTOVANI, 2014; MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017), ou ainda os programas de saúde em andamento, dentro da área de saúde pública (p. ex.: JORGE *et al*., 2014; MARTINELLI *et al*., 2014; RAMOS; DE SETA, 2019).

A abordagem ora adotada oferece certa originalidade ao tema. Como salientado por pesquisadores da área (MOONEY; LEE, 1995; MOONEY, 1999; 2000; KNILL, 2013), a política de moralidade do aborto é uma política muito especial, porque funciona como símbolo dos valores básicos de uma sociedade. Ela pode institucionalizar, ou não, o valor intrínseco da

pessoa humana em sua etapa embrionária e fetal. Diante de mudanças nessa política, grupos de interesse a favor ou contra o aborto assumem posições e formas de atuação, levando em conta o escopo político da questão, como o número de representantes legislativos (HUSSEY, 2013).

Pesquisas sobre organizações de proteção e apoio às gestantes e nascituros e organizações pró-vida, no contexto brasileiro, buscam compreender aspectos organizacionais ou argumentos em relação à política do aborto (p. ex.: LUCHT, 2010; REZENDE, 2016; PICHETH, 2016). De uma forma geral, os trabalhos que descrevem organizações de apoio à gestação ou maternidade, até então, não abordam fenômenos a partir de um arcabouço ético-moral.

Em termos de ética das virtudes, há inúmeras justificativas de ordem teórica e prática para sua investigação na esfera pública. Sobre o campo de ética das virtudes, existe uma vasta publicação internacional sobre o tema nas áreas de Administração Pública e Administração Empresarial, a exemplo da revisão da literatura em *business ethics*, realizada por Ferrero e Sison (2014) e de livros na área de *administrative ethics* que abordam virtudes, como os de Cooper (2001) e De Vries e Kim (2011).

As virtudes conhecidas como cardeais – temperança, coragem, justiça e prudência – são uma das possibilidades de se utilizar dessa base de conhecimento. A prudência assume um papel fundamental em relação às demais virtudes morais. Há um crescente interesse nos estudos sobre a prudência, ou *phronesis,* também conhecida como sabedoria prática ou *practical wisdom*, caracterizada em suas múltiplas abordagens e pesquisas por Ames, Serafim e Zappellini (2020) e Bachmann, Habisch e Dierksmeier (2017). Ames, Serafim e Zappellini (2020) percebem, no entanto, que a relação entre as virtudes morais e a prudência é algo pouco discutido no campo de Administração e Estudos Organizacionais. Este estudo vai se debruçar sobre essa questão, podendo contribuir teoricamente para a área de *virtues ethics*. O ressurgimento do interesse pelas virtudes, desde meados do século XX, também é reconhecido em diversas áreas do saber, como na Filosofia, Educação, Teologia, nas áreas médicas e sociológicas.

Curiosamente, a publicação brasileira sobre o assunto na área de Administração Pública e empresarial ainda está em fase embrionária, com poucos estudos que abordam virtudes de uma forma geral ou que adotam a ética normativa de virtudes. Em uma pesquisa exploratória inicial, realizada em janeiro de 2018 e reiterada em agosto de 2020, nas bases de dados Spell e Scielo, foram encontrados poucos trabalhos que discutem virtudes morais, como os estudos de Azevedo e Grave (2004) Cunha e Rego (2015), Gomide, Vieira e Oliveira (2016), Ames e Serafim (2019) e Borges e Souza (2020).

Entre os trabalhos que articulam teorias éticas em estudos do campo de públicas foram encontrados: o trabalho de Calaça e Vizeu (2015), abordando liderança transformacional e desenvolvimento moral, o de Procópio (2017), sobre a dimensão moral das decisões administrativas, e a discussão da coprodução e da ética habermasiana no trabalho de Mattia e Zappellini (2014). Embora não tratem diretamente de virtudes morais, eles discutem questões como transparência, responsividade, *accountability*, confiança, governança democrática e cidadania.

Estudos na área de Educação discutem a tolerância e a avaliação da aprendizagem da justiça em alunos do ensino médio (LIMA; LINS, 2012), educação moral no Brasil e suas considerações culturais (GOERGEN, 2007), solidariedade e pedagogia das virtudes (TOGNETTA; ASSIS, 2006), a abordagem psicológica para o estudo das virtudes morais (LA TAILLE, 2000). Parece haver um grande terreno para estudos sobre a ética das virtudes associados à Administração Pública, o que permitiria lançar luz a como as virtudes morais são exercidas por indivíduos que contribuem para o bem público, ou ainda na compreensão de como uma pessoa se torna virtuosa na realização de seu trabalho.

1.4.2 Justificativa prática

Uma contribuição prática que este estudo proporciona deriva de um melhor entendimento de como as virtudes são exercidas e aprendidas no ambiente organizacional. A partir desse conhecimento da prática, espera-se que esse entendimento possa contribuir para o ensino de ética em Administração Pública, ao evidenciar maneiras em que as virtudes norteiam e perduram em reflexões, decisões e ações, aprendidas a partir da experiência, do exame de consciência e pelo exemplo de pessoas de caráter.

No que diz respeito à política de moralidade do aborto, poucos são os estudos que analisam o problema do aborto no Brasil por meio das lentes de políticas públicas, política de moralidade ou ainda formação da agenda. Esse trabalho pretende contribuir com esta necessidade, ao mesmo tempo que busca resultados que possam contribuir para o entendimento da questão pelos atores envolvidos. Este estudo articula os diferentes argumentos manifestos nos fóruns do Congresso Nacional, no STF e na mídia, permitindo compreender como se tem justificado os posicionamentos contrários e favoráveis ao aborto, nos fóruns responsáveis pela regulamentação da questão, permitindo também o acesso dessa informação consolidada para o cidadão, de modo a contribuir para o seu conhecimento sobre atores internos e externos ao governo que atuam em tais fóruns.

Considerando a perspectiva das organizações de proteção a gestantes e bebês, bem como as próprias gestantes, a tese se torna relevante na medida que agrega o conhecimento baseado na prática de quem enfrenta o problema, ao conhecimento mais técnico construído a partir da perspectiva teórico-metodológica da formação da agenda. Com isso, um conhecimento mais acessível tanto para o cidadão quanto para os especialistas ficará disponível.

Por último e não menos importante, o trabalho contribui para o fortalecimento na rede de atores que atuam pela proteção de gestantes e bebês, na medida em que esses diferentes atores se reconheçam e percebam como podem se apoiar e complementar o trabalho uns dos outros, cuidando sempre para a continuidade no apoio às gestantes. O trabalho oferece um panorama de organizações e atores pró-vida que atuam no contexto brasileiro e internacional, bem como daqueles que atuam a favor da legalização do aborto, ou seja, que representam uma visão pró-escolha. Fornece ainda informações sobre diferentes práticas adotadas por organizações pró-vida, reúne relatos de casos de gestantes e famílias ajudadas, a percepção de voluntários com bastante experiência no auxílio a gestantes, e sobre as virtudes necessárias para a defesa da vida. Oferece também informações sobre a legislação atual sobre a questão do aborto e os principais achados da experiência de organizações pró-vida que atuam em diferentes contextos legais, no Brasil e Espanha.

1.4.3 Justificativa pessoal

Aplicando-se a ética das virtudes para dar justificativas pessoais em uma pesquisa de tese, pode-se fazer as seguintes perguntas: que pesquisador(a) quero ser? Como um acadêmico virtuoso o faria?

A primeira pergunta tem muito a revelar sobre o profissional da área que se quer ser. Tem a ver com o propósito – *telos* - ou aquilo que se busca para a *eudaimonia*, ou florescimento humano. Pensar na pessoa que se quer ser requer um exercício de se imaginar no futuro e analisar seu próprio passado, e dessa maneira poder analisar se o que fez ao longo da vida foi uma boa obra.

Essa é a busca pessoal que se reflete nesse trabalho. Busco com esse estudo, realizar por meios acadêmicos uma contribuição ao enfrentamento de um problema real, com muita responsabilidade pelo resultado de tal tese, o que justamente não é só a tese em si, mas alguém que se torna doutor. Não são pequenas as marcas em nossa trajetória deixadas pelo doutorado. Nesse percurso se pode desenvolver vícios ou virtudes e cabe a cada um escolher como trilhar tal caminho.

A segunda pergunta requer um exercício de imaginação moral, por meio da lembrança da experiência de colegas, professores e grandes pessoas marcadamente conhecidas por suas virtudes morais. Os exemplos deles indicam que prudência e humildade podem servir de guia para melhor expor justificativas pessoais para o trabalho.

As três motivações principais que conduzem este trabalho são o estudo da ética das virtudes, a contribuição para o enfrentamento de um problema real e a formação e participação dessa pesquisadora na comunidade acadêmica e prática que discute e atua em tal questão. Busca-se analisar as alternativas que a sociedade civil tem dado à questão, considerando a ética das virtudes. Que virtudes fazem a diferença para proteger a vida de gestantes e bebês? Ao protegê-los, como os membros da comunidade cultivam virtudes e podem aplicá-las para outras atividades?

É sabido que tratar desse tema requer um pouco de coragem, haja vista a dificuldade em se ter uma discussão racional sobre o aborto, questão que suscita emoções violentas nas pessoas (ODERBERG, 2008). Mas um pouco de coragem é necessário para o início de qualquer empreitada. Se algumas das perguntas iniciais se confirmarem, é possível que o problema seja suficientemente compreendido sem opor lados ou apontar culpados. Geralmente, os princípios maiores que os diferentes atores defendem são os mesmos, mas levados em conta somente para um grupo de pessoas em um dado momento e circunstância (KIDDER, 2007).

Em suma, entendo que este tema demanda que alguém assuma a responsabilidade por ele, visando contribuir de alguma forma para as organizações que atuam na proteção materno-infantil. O direito à vida de mãe e filho, durante e depois do período gestacional, e a questão do aborto, são temas difíceis, controversos, que não podem ser decididos em uma esfera restrita como o STF, sem a participação e discussão ampla com a sociedade. Muito menos definida somente em bases jurídicas, ou médicas. É preciso considerar a perspectiva das pessoas envolvidas e o que pensam a respeito da defesa da vida, e procurar compreender a questão em uma base interdisciplinar.

1.5 PERGUNTAS E PROPOSIÇÕES DE ESTUDO

Nesta seção, são descritas perguntas e proposições de estudo a serem observadas ao longo dessa investigação. Considerando a abordagem qualitativa e a estratégia de estudos de múltiplos casos, para a qual reúno quatro casos, descrevo quatro proposições e questões de estudos que apoiaram a pesquisa de campo.

A primeira proposição discute a **relação entre a atuação das organizações e iniciativas pró-vida com as dinâmicas da agenda do aborto**. Hussey (2013) encontrou evidências de que organizações de ajuda a gestação, conhecidas no território americano como *crisis pregnancy centers*, adotam uma estratégia de ação mais voltada para resolução de problemas locais, ao invés de tentar uma oportunidade política para promover mudanças na legislação. Considerando ainda o número de representantes legislativos dos partidos norte-americanos e outras características institucionais, observa-se que as organizações e o movimento pró-vida como um todo ora se mobiliza com mais intensidade e diversifica sua forma de atuação, ora focaliza em algumas formas de ação. No cenário brasileiro, no qual até o momento a legislação quanto ao aborto tende a ser mais restritiva, aparentemente as mudanças têm sido buscadas pelos grupos de interesse a favor da descriminalização do aborto, enquanto as coalizões políticas e grupos de posição pró-vida, procuram manter as restrições legais vigentes. Diante disso, pergunta-se: como as organizações pró-vida reagem frente às mudanças institucionais relacionadas ao aborto?

Propõem-se, desta maneira, analisar os atores envolvidos na dinâmica da agenda nacional, bem como a atuação dos atores locais a serem estudados, procurando observar mudanças em sua atuação e intensidade das iniciativas pró-vida. Uma proposição que se pretende investigar é de que **quando a legislação sobre a política de moralidade do aborto é mais restritiva, as iniciativas pró-vida se mantém em funcionamento, mas com pouca mobilização e atuando em poucos fóruns de política**. **Quando a agenda pró-vida é colocada em risco ou ameaçada por mudanças na política, os empreendedores da política e as organizações intensificam sua atuação em diferentes fóruns, novos atores ingressam e os argumentos em defesa são mais articulados.**

Sobre as organizações pró-vida, a tendência é que o número de pessoas engajadas e o alcance de mobilização se intensifique como resposta a uma política do aborto mais permissiva, haja vista o que vem acontecendo em outros países que adotam posturas favoráveis à legalização. Na Argentina, por exemplo, há organizações de suporte organizadas enquanto plataforma de atuação pró-vida. É o caso da *Unidad Provida* (2018), com mais de 100 organizações vinculadas. Na Espanha, há mais de 30 anos existe a Federação Espanhola de Associações Pró-vida (FEAP), a qual participa da iniciativa legislativa "*One of Us"*, no âmbito europeu (ANDEVI, 2018). A Espanha, bem como outros países, possui organizações distribuídas por todo seu território, como a RedMadre (2018a). Dos Estados Unidos, uma série de outras organizações podem ser citadas, tais como a American Life League.

Sobre as dinâmicas de agenda, ainda pretende-se analisar os fatores e se há pontuações, isto é, fatores que promovem mudanças significativas nas dinâmicas de agenda. As suspeitas em relação aos múltiplos fluxos da agenda é de que **a agenda da mídia e política podem se influenciar mutuamente**, lançando mão de notícias individuais, eventos novos relacionados à questão, como a questão do zika vírus e da microcefalia, com uma tendência geral mais pró-escolha. Mantovani (2014) e Barreras (2013) observaram o papel central da mídia na formação da agenda e dos debates durante as eleições presidenciais de 2010 e sua contribuição para inclusão do aborto no debate público.

A terceira proposição de pesquisa diz respeito a uma discussão teórica sobre a ética das virtudes. As virtudes ditas cardeais são quatro: temperança, fortaleza, justiça e prudência. Esta última tem um papel fundamental para o hábito das demais, aspecto considerado para o arcabouço de análise (AUBENQUE, 2008; BACHMANN; HABISCH; DIERKSMEIER, 2017). Uma questão teórica a ser aprofundada é a **relação entre a prudência e demais virtudes morais.** É possível ser prudente sem virtudes? Um aspecto importante presente na obra das principais referências filosóficas do campo é a consideração de que virtudes morais e prudência não podem ser separadas, pois na prática os agentes as desempenham conjuntamente, e se apenas detêm a sabedoria prática, não necessariamente agem moralmente. A *phronesis*, sozinha, estaria mais próxima de um certo tipo de astúcia, habilidade técnica, enquanto na ação virtuosa a *phronesis* se associa às virtudes morais (AMES; SERAFIM; ZAPPELLINI, 2020). Outra característica dessa relação é a chamada unicidade entre as virtudes, considerada por algumas abordagens.

A quarta proposição de estudos resulta da investigação empírica das virtudes morais junto aos membros de organizações da sociedade civil de proteção a gestantes e bebês. Com uma abordagem de estudos de caso múltiplos, o arcabouço da ética das virtudes vai subsidiar a compreensão de virtudes morais e como elas podem se refletir na organização e para a comunidade. Esta análise se fortalece se forem adotados alguns elementos teóricos propostos por MacIntyre (2007): virtudes como bens internos às práticas; bens externos como recursos necessários à sustentação de tais práticas. Considerando o conceito macintyreano de práticas, procuramos observar **quais práticas têm sido realizadas diante de contextos diferentes** em que atuam as organizações acessadas nesse estudo de caso múltiplos.

Com base nas diferentes formas de atuação, que se distingue pelos termos “na” e “para” a proteção de bebês e gestantes, espera-se encontrar virtudes (ou vícios) associados à proteção na prática, ou seja, **virtudes para o apoio direto de gestantes, bem como virtudes para defesa da vida de gestantes e bebês**. Acredito que diferentes virtudes se destacam nessa

atuação, as quais podem, por meio das práticas (MACINTYRE, 2007) refletir no contexto organizacional e na comunidade de uma forma ampla. MacIntyre (2007) define práticas e seus bens internos e examina como indivíduos que adotam tais práticas coordenam seus vários papeis (SISON; FERRERO; GUITIÁN, 2018, p. 13). A virtude consiste em estabelecer a ordem ou harmonizar esses papéis, já que as virtudes dizem respeito à vida tomada como um todo. Dessa forma, as práticas e os papeis devem contribuir para o desenvolvimento e benefício da sociedade (SISON *et al*., 2018). Assim procuro evidenciar o papel de atores envolvidos na questão, tanto na esfera política, quanto na ajuda direta, considerando sua importância para a sociedade, como elucidado por Bannister e O´Sullivan (2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

MÃE...
São três letras apenas,
As desse nome bendito:
Três letrinhas, nada mais...
E nelas cabe o infinito
E palavra tão pequena
Confessam mesmo os ateus
És do tamanho do céu
E apenas menor do que Deus!
Poema de Mário Quintana

Como um estudo que propõe uma discussão sobre a ética das virtudes a partir das vivências e práticas que ocorrem no ambiente organizacional, é importante, antes de tudo, definir alguns termos fundamentais que acompanharão essa pesquisa. O ideal seria discutir a cosmovisão a partir da qual a problemática dessa tese é construída, mas isto ampliaria muito sua extensão. No entanto, um trabalho que discute a proteção da vida impõe como tarefa ao pesquisador sustentar uma noção de pessoa. Nesta seção, inicia-se a construção de um arcabouço a partir dos conceitos de pessoa, pessoalidade e dignidade da vida humana, e como essas definições implicam na proteção da vida em suas diversas fases de desenvolvimento.

Antes disso, contudo, seria relevante acordar com o leitor o entendimento básico que se atribui aos termos "ética" e "moral". A ética é aqui considerada como a reflexão filosófica ou parte da Filosofia que se dedica à reflexão sobre as noções morais e à moralidade. Na esteira de Aristóteles (2009), a ética corresponde a uma disciplina teórica cujo objeto é a moral (PAIM, 2003).

A moral, objeto da ética, corresponde à moralidade vivida no cotidiano; aos fenômenos envolvidos na deliberação, julgamento, decisões e ações. Envolve uma reflexão no âmbito da consciência dos indivíduos e a moral convencionada e vivida em comunidade, por meio de normas, regras e cultura (PAIM, 2003).

Uma divisão didática que se pode fazer da teoria ética, embora tais partes não sejam completamente independentes, corresponde a divisão entre: metaética, ética normativa e ética aplicada. Elas resultam de três perguntas norteadoras, as quais, para G. E. Moore, são: o que significa bom? Quais são as coisas intrinsecamente boas e em que grau? O que devemos fazer? (DALL'AGNOL, 2014). Tais questões correspondem a três partes da ética, e o percurso que começa na metaética e "desce" até à ética aplicada, forma os passos habituais de reflexão filosófica. Segundo Dall'Agnol (2014), a aplicação da ética normativa aos problemas práticos

relacionados a ação humana possui grande importância. No caso dessa tese, a ética das virtudes é discutida.

Dando tratamento à discussão sobre os elementos constitutivos da ética das virtudes, por meio de aproximações entre suas principais perspectivas, apresento um arcabouço teórico-empírico articulado para dar conta de responder aos objetivos específicos. O estudo da política do aborto como uma política de moralidade e as dinâmicas da agenda do aborto são discutidas. Finalmente, as pesquisas sobre organizações pró-vida são trazidas para discussão, considerando os achados e conclusões de pesquisadores que tratam de aspectos morais de tais organizações.

2.1 PESSOA, PESSOALIDADE E DIGNIDADE DA VIDA HUMANA

Paim (2003) afirma que a moral não se reduz ao ideal de pessoa humana. Este, contudo, representa o seu núcleo e corresponde à fonte inspiradora de grande parte das relações abrangidas pela moralidade. Falar de virtudes representa uma preocupação com o que é melhor para os seres humanos, para a excelência humana. E para isso, é necessário que se entenda o que é o ser humano e a finalidade de sua vida, seu *telos*, afirmam Ferrero e Sison (2015). Uma discussão sobre a noção de pessoa ou dos indivíduos que atuam nas organizações e para os cidadãos é um tema significativo para a área de Administração e de Administração Pública e muitas contribuições acabam por assumir uma postura crítica ao longo do caminho percorrido pelas teorias das organizações.

Guerreiro Ramos (2001) é um dos autores brasileiros que discute as diferentes visões do ser humano inerentes às teorias administrativas. Revendo as principais correntes teóricas da área, Ramos (2001) observa que se fizeram suposições acríticas sobre a natureza do homem, e descreve as diferentes visões do ser humano nas organizações como: (1) *homem operacional*, aquele que se conforma e se ajusta ao contexto interno e demandas organizacionais; (2) *homem reativo*, portador de sentimentos e necessidades e motivações, mas tais elementos são tratados teoricamente como elementos para se compreender e se adequar às demandas organizacionais e, finalmente (3) *homem parentético*, um conceito definido teoricamente, corresponde a capacidade humana de reconhecer elementos externos e internos que condicionam a sua ação.

A antropologia do sociólogo Guerreiro Ramos, segundo Azevedo e Albernaz (2006) contempla uma fase em que o autor assume a noção de pessoa humana, em um humanismo clássico diferente do indivíduo representado pela "civilização moderna", fortemente influenciado pelo pensamento de intelectuais cristãos. Com o tempo, o autor adota uma noção mais secularizada e assume a noção de homem parentético, sem perder de vista alguns aspectos

associados à primeira. O valor intrínseco de cada pessoa, como fim em si mesma, segundo um dos princípios kantianos, tornou-se uma preocupação no campo de públicas, como sustenta Rezende (2009, p. 80):

> A revisão das bases epistemológicas do pensamento moderno deságua necessariamente numa nova antropologia, isto é, numa maneira distinta de conceber a condição humana manifesta, ou presente, em cada pessoa e em cada sociedade. Embora nunca sistematicamente articulada por Guerreiro Ramos, é essa nova antropologia que afirma o valor intrínseco de cada forma concreta e objetiva da vida humana - individual e associada - que ele contrapõe às abstrações teórico-ideológicas características da modernidade.

Uma definição adequada do ser humano é importante para o estudo em curso, ainda mais considerando que o problema do aborto e da proteção da vida tem, como uma de suas grandes correntes de argumentação, a definição do que seja a pessoa e de quando ela passa a existir (ODERBERG, 2009). Para Razzo (2017), o termo pessoa tem um *status* humano e moral. Uma pessoa, segundo Spaemann (2009) é assim reconhecida devido seu *status* moral. Mas tal *status* é o único que não depende de ninguém para se ter; é algo inerente aquele da espécie humana.

Oderberg (2009) prefere não fazer uso do termo pessoa, devido aos estudos filosóficos de abordagem personalista, o "personismo" como explica. Aponta o autor que o personismo, no quadro da discussão do valor da vida humana suscita graves problemas. O principal deles é a tese de que somente são seres humanos aqueles que desempenham em ato a racionalidade e a autoconsciência. Singer (2002) e Tooley (1972) se concentram em "a capacidade de autoconsciência", "a capacidade de pensamento racional", "a capacidade de conceber um futuro para si mesmo", "a capacidade de recordar um passado relativo a si mesmo" e "a capacidade de ser um sujeito de interesses não momentâneos". Se essa tese fosse validada, fetos, pacientes inconscientes, pessoas alcoolizadas ou com problemas cognitivos não seriam considerados pessoas.

Contrariando os argumentos de Singer, outros autores defendem com propriedade o conceito de pessoa para a discussão do aborto e do início da vida. O filósofo alemão Robert Spaemann (2009) reúne uma série de ensaios para demonstrar racionalmente a diferença entre algo e alguém, ou seja, o conceito de pessoa. O autor ainda define o termo pessoalidade, abordado ao longo dessa sessão, além de delinear traços da natureza humana como pano de fundo. No Brasil, o filósofo Francisco Razzo (2017) argumenta em defesa ao direito à vida de nascituros e concomitantemente discute o conceito de pessoa e sua dignidade humana. Propondo uma investigação teórico-reflexiva, em uma abordagem interdisciplinar entre

Biologia, Filosofia e Direito, os brasileiros Mário da Silva Ribeiro e Victor Sales Pinheiro (2017) destacam a tríade natureza humana, personalidade e dignidade humana para sustentar a irracionalidade do aborto voluntário.

Ao longo da história, várias concepções antropológicas sobre a natureza humana foram delineadas (RIBEIRO; PINHEIRO, 2017) e grande parte das dificuldades de uma noção integral do homem tem sua origem em noções reducionistas da natureza humana. O homem e sua racionalidade; o dualismo corpo e alma; o detrimento do corpo em favor da alma, entre outras questões.

A definição que se procura descrever e adotar se refere a uma definição integral do ser humano, um ser único, singular, formado pela indivisível união de corpo, alma e espírito e capaz de perceber, sentir e vivenciar a vida. Por isso, as definições filosóficas revisitadas passam por aqueles que mantiveram essa noção, como Aristóteles e Tomás de Aquino, bem como autores que trouxeram essa noção para os estudos administrativos, como Domènec Melé (2003), Sison, Ferrero e Guitián (2016) e Guerreiro Ramos (2001), bem como no campo da filosofia do direito, como Ribeiro e Pinheiro (2017).

2.1.1 O conceito de pessoa e a dignidade humana

Spaemann (2015) discute o conceito de pessoa, suas origens, modificações e reducionismos sofridos após sua origem na teologia cristã, reivindicando sua importância para a filosofia e para a vida real. Segundo o autor, considerar “alguém” como pessoa significa reconhecer tal pessoa como membro de uma comunidade, e sua dignidade incondicional. A vida tomada como um todo é o ser pessoa de alguém, enquanto a natureza humana é algo que se “tem”. Ser pessoa é existir a partir de uma origem própria.

O autor apresenta uma coletânea de dezoito textos, os quais tratam de temas que impactam no entendimento que temos de pessoa e enquanto pessoas, tais como intencionalidade, transcendência, ficção, religião, tempo, morte, o ser de sujeitos, almas, consciência moral, reconhecimento, liberdade (livre-arbítrio), sobre promessas e perdão, e finaliza respondendo afirmativamente à pergunta “todos os seres humanos são pessoas?”. Spaemann (2015) apresenta seis razões para crer nessa intuição natural.

Cronologicamente, a primeira definição de pessoa é a famosa definição de Boécio, segundo a qual uma pessoa é a existência individual de uma natureza racional (RAZZO, 2017; SPAEMANN, 2015). Desde então, a filosofia prosseguiu com estudos sobre essa definição, marcando dois direcionamentos principais: uma corrente predominantemente anglo-saxônica

procura entender o aspecto racional, embora se venha a reafirmar que se trata de um conjunto de predicados mentais e físicos; a segunda corrente considera o caráter social do ser pessoa, envolvendo reconhecimento recíproco nos eventos comunicativos entre pessoas, ou seja, pessoas existem no plural. Ontologicamente, desde o pensamento aristotélico encontram-se adeptos da descrição da pessoa como uma realidade animal, social e racional, como citado por Ribeiro e Pinheiro (2017). Enquanto mantida a ideia de uma unidade e complementaridade entre corpo e alma, o entendimento do conceito de pessoa contribui para a defesa da vida humana e de sua dignidade, o que ao longo da história foi direcionado para distintos entendimentos.

Os impactos mais significativos no conceito de pessoa e da identidade de alguém resultaram das reflexões filosóficas de Descartes, John Locke, David Hume. Contrapondo essas perspectivas, Spaemann (2015) se apoia em Leibniz, o qual defende o conceito de pessoa contra Locke. Spaemann (2015) argumenta detalhadamente que Descartes primeiro dissocia o *cogito* ou o sujeito que pensa da memória do seu passado, o recebido por tradição. Essa "coisa pensante", o sujeito, é uma consciência imediata. Significa dizer que Descartes distancia a subjetividade do ser-assim da pessoa.

Spaemann (2015) afirma existir uma crise no conceito de pessoa, que resulta do dualismo cartesiano entre corpo e alma. O autor revela que a história da desconstrução do conceito de pessoa é a história da desconstrução do conceito de vida, vinculada a desconstrução de uma teleologia natural. Esses termos são muito caros a esta tese, o qual tem como um de seus pilares o conceito de pessoa. Spaemann (2015) afirma que a tríade ontológica entre ser-vida-pensar foi desconstruída com a supressão do conceito de vida. Em Locke, por sua vez, desaparece o "ser" do que tem vida. Vida é movimento. Diferenciam-se os conceitos de pessoa, ser humano e substância. Pessoa passa a ser "aquilo" que possui consciência das ações presentes e futuras; passa a ser um estado de consciência instantâneo. "Ora, para Locke, as ações formam, como vimos, apenas uma cadeia de acontecimentos instantâneos, discretos. Pessoas também são tais acontecimentos instantâneos, a saber, estados de consciência instantâneos..." (SPAEMANN, 2015, p. 108).

A ruptura com a concepção clássica do conceito de pessoa a partir de Locke se construiu sob duas premissas: a atomização do movimento (ações instantâneas e desconectadas de uma vida tomada como um todo) e a renúncia ao conceito de potencial, isto é, não são pessoas seres inconscientes ou em estado dormente. Na esteira de Locke, Hume viria a definir a identidade do ser si-mesmo como uma "um feixe ou coleção de percepções" que se sucedem com grande rapidez.

Um problema envolvendo o conceito de pessoa é constatado por Spaemann (2015). O autor afirma que desde Kant “pessoa” foi o conceito central para fundamentar os direitos humanos. Mas subitamente, na era moderna, passa a desempenhar um papel na desconstrução na ideia de que seres humanos teriam direitos em relação aos seus iguais. A distorção do conceito acarreta o seguinte: “O que se pretende é que os seres humanos não tenham direitos enquanto seres humanos, mas só na medida em que são pessoas.” (SPAEMANN, 2015, p. 9). Autores como Derek Parfit (2004) e Peter Singer (2002) consideram que crianças, e isto inclui bebês por nascer, e doentes mentais graves não são pessoas, porque não são dotadas de certas qualidades, como intencionalidade e racionalidade consciente. Essas qualidades nos levam a chamar seres humanos de pessoas, mas “o que chamamos de pessoas não são essas qualidades, mas seus portadores” (SPAEMANN, 2015, p. 181).

Segundo a concepção do eticista australiano Peter Singer (2002), “Não há uma razão para conceder a esses seres humanos o direito, por exemplo, à vida: isso seria até mesmo um partidarismo imoral a favor da própria espécie” (SPAEMANN, 2015, p. 10).

Considerar que todos os seres humanos são pessoas pressupõe que as pessoas mantêm relações recíprocas no reconhecimento que fazem entre si, que se inicia pela demanda dos novos seres que ingressam na comunidade de pessoas. É o caso do período gestacional, durante o qual os pais e familiares criam expectativas com a chegada desse novo membro da família. Pressupõe também que concedemos essa demanda com base em certas características da espécie, mas que, para o reconhecimento da pessoa, a existência factual dessas características não vem ao caso; o que importa realmente é o pertencimento a uma espécie cujos exemplares típicos apresentam essas características.

Pessoas são indivíduos, segundo Spaemann (2015), em um sentido incomparável, desenvolvem sua identidade subjetiva e objetiva, buscam sentido em sua vida ao longo da vida, possuem alma, assumem diferentes papéis, tratam a morte como um momento existencial importante.

O paradoxo em seu reconhecimento como pessoas, é que tal reconhecimento não depende da ocorrência individual de certas características da espécie, tais como autoconsciência e intencionalidade, mas penas do **pertencimento à espécie**. No caso de gestantes, isso significa dizer que desde a notícia da gravidez, elas de alguma forma sabem que esperam por alguém e antes do seu nascimento já escolhem o nome do bebê, imaginam suas vivências futuras e responsabilidades.

Spaemann (2015) reconhece a tradição cultural em que sua obra e pressupostos estão vinculados, mas lembra que a mesma tradição tem contribuído para a desconstrução de seus pressupostos, especialmente ao separar o consciente e a subjetividade do conceito de vida.

A palavra pessoa é usada com diferentes significados, por isso é necessário observar-se o contexto em que está sendo inserida. Geralmente, pode ser encontrada designando um número de pessoas, ou como um aspecto predicativo, isto é, que confere certas qualidades e ainda como um papel exercido, como um personagem se distingue do ator.

Spaemann (2015) aborda o conceito de pessoa como sendo o predicado atribuído a um ente. Mas para considerar um ser como pessoa, não se organiza uma lista de qualidades físicas e psicológicas necessárias para serem conferidas e então, reconhecer alguém como pessoa. **Essa identificação antecipa a observação das qualidades**, e está mais relacionado com a **essência ou substância do ser humano**. Como o autor expõe, a relação do ser humano com sua condição é diferente da relação de outros seres vivos com sua própria condição. Uma pessoa adulta possivelmente reflete sobre sua vida, condições, passado e futuro, busca entender o sentido das ações e propósito de sua vida, estabelece fins para si mesmo e sabe que um dia morrerá. E ao pensar sobre isso modifica suas ações, controla sua natureza, prefere ou pretere certas ações, o que podem se revelar humanas ou desumanas.

O modo como o ser humano é exemplar de sua espécie se diferencia do modo como outros indivíduos são exemplares de sua espécie. É perceptível essa característica quando se usa o pronome “eu”. Quando alguém se autorreferencia dizendo “eu”, está reconhecendo se tratar de um ser real, determinado, que é numericamente um só. O pronome tem sempre um referente e esse ser real é vida. Recorrendo à literatura, Spaemann (2015) demonstra que nas descrições de metamorfoses, o ser humano que passa por ela permanece sendo ele mesmo, mesmo com o processo pelo qual passou. Esse “ele mesmo”, mesmo após a mudanças de muitas características, permanece sendo a identidade pessoal.

O que importa é que não se define a identidade pessoal mediante características qualitativas, mesmo que sejam as características da espécie ser humano. “É evidente que *quem* somos não é simplesmente idêntico a *o que* somos, afirma Spaemann (2015), parecendo afirmar que somos mais que a nossa natureza humana. Pessoa é algo que se é; natureza humana é algo que se tem. A verdadeira identidade pessoal, segundo o autor, é a diferenciação interior do ser humano, com suas volições, volições estas de ordem primárias e secundárias, isto é, como se comporta diante de seus próprios desejos, pois se pode desejar querer ou não querer algo. E o ser humano reflete sobre suas volições, podendo modificá-las (volição secundária) e é capaz de diferenciar entre viver e viver bem. Sobre si mesmo, também pode refletir sobre o seu ser-

assim, tal como é, e ser humano, como deveria ser. Sob esse aspecto, destaca que o colocar-se em terceira pessoa, ou seja, a capacidade de auto-objetivar-se é a base para a moralidade. É uma capacidade de autorrelativização (curiosamente algo que as crianças fazem com naturalidade).

Assim, Spaemann (2015) segue definindo que o termo ser humano designa uma espécie, uma classe natural, com predicados. Ao utilizar o conceito de pessoa, **reconhecemos um *status* aos indivíduos, um *status* de inviolabilidade. Ao usar esse conceito para alguém, reconhece-se algumas obrigações para com esse ser. Uma das características de uma pessoa é a pessoalidade.**

A pessoalidade é um *status*, o único *status* que não é conferido por outros, mas que cabe a alguém de modo natural. Usar o conceito de pessoa representa fazer uma reivindicação. Segundo Spaemann (2015) o conceito de pessoa se insere na classe de conceitos normativos. A origem do conceito é tributária à teologia cristã, mas ao longo da história ele sofreu um desvio no caminho.

Os usos antigos da palavra pessoa, até a era romana, mantinham em comum a referência à seres humanos, mas como portadores de um papel social no sentido mais amplo possível ou como detentores de um *status* jurídico. Por trás desse papel sempre se encontra uma natureza humana.

Já na interpretação especulativa da doutrina cristã, o conceito de pessoa serviu para a resolução de paradoxos resultantes da reflexão sobre o Novo Testamento. Na teologia cristã, contribuiu para pensar Jesus Cristo enquanto um ser de duas naturezas, divina e humana.

No século VI, Boécio, considerou os significados de “natura”. A definição de natureza enquanto forma ou entidade universal, mediante a qual se estabelece a diferença entre um tipo de substância e as demais, foi útil para Boécio estabelecer um conceito de pessoa. Segundo ele, a pessoalidade é o modo específico das naturezas racionais se concretizarem individualmente.

A crítica de Ricardo de Saint Victor viria a aprofundar a intenção de Boécio. Segundo este, a pessoa consiste em um existente que existe por si só no modo singular da existência racional. **Pessoalidade é um modo de existência**, não uma subsistência qualitativa. É existência, não essência, e a peculiaridade dessa **existência é que ela é singular**, esclarece Spaemann (2015).

Com nitidez e clareza ainda maiores, Tomás de Aquino considera que pessoa é o termo que nomeia um indivíduo, na medida em que ele é portador de um nome próprio. São indivíduos que existem por si mesmo, têm domínio de seus atos, ou seja, seus atos não decorrem simplesmente da natureza, agem por si mesmos e são livres. O nome pessoa não é usado para

designar um indivíduo da perspectiva de sua natureza, mas para designar uma coisa que subsiste em tal natureza, segundo o que Tomás de Aquino principia (apud SPAEMANN, 2015).

Mas como identificamos pessoas? Segundo Spaemann (2015), a postura que confere igualdade aos seres humanos enquanto pessoas não é objeto do conhecimento, mas do *reconhecimento*, tese que parece sugerir que a igualdade entre os seres humanos depende de uma disposição moral em reconhecer.

Spaemann (2015) tem uma base perceptível da leitura dos grandes pensadores alemães, como Hegel, Heidegger, Kant, entre outros. Em alguns momentos as concepções de Kant são relevantes para seus argumentos, como quando ele explica que a existência não é um predicado real, mas substancial, e que o quem da pessoa escapa à acessibilidade, da pessoa "de fora" e da pessoa interna.

Segue dizendo que a pessoa não está dentro ou fora, ela transcende esse dentro e fora. No entanto, para o reconhecimento, a (re)identificação de pessoas, é decisiva a percepção exterior, a corporalidade. A vida é o ser do que está vivo. Pessoas são seres vivos. Seu ser é vida, sua individuação é a de um organismo vivo.

Pessoa não é uma característica da essência, mas designa um indivíduo vago e, portanto, a respectiva singularidade da efetuação individual de uma vida. Por essa razão, pessoa é tanto quanto "ser", um conceito analógico, como o sobrenome de família. E por sua vez o primeiro nome designa a pessoa e o seu lugar permanente naquela família. Não algo como possíveis pessoas. Spaemann (2015) traz solidez ao entendimento de que não existe uma fase ou condição de "quase-pessoa" ou "a caminho de ser pessoa". Não existe pessoa em potencial, ou alguém quase-pessoa. O paciente inconsciente não é um quase-pessoa. É pessoa (alguém) ou é outro ser vivo ou algo. Assim se reconhece e se distingue algo de alguém.

A pessoalidade é um estado de suspensão entre ser e essência, entre absoluto e finito. Esse ponto é a liberdade, **um não estar determinado pelo conjunto daquilo que se é e,** desse modo, a possibilidade de voltar a **distanciar**-se de tudo o que se tornou modo. Aquilo que se tornou modo são as ações que adotamos como hábitos e que fazemos automaticamente. O "não estar determinado pelo conjunto daquilo que se é" e o "distanciar-se de tudo o que se tornou modo", juntos têm grande semelhança com o que Ramos (2001) descreve como sendo a atitude do homem parentético, ou seja, a capacidade de distanciar-se de condicionantes culturais e psicológicos da pessoa. Essa postura reflexiva é o que permite à pessoa aprimorar suas ações e seu próprio ser.

Os seis argumentos de Spaemann (2015) para sustentar sua afirmação de que todos os seres humanos são pessoas são aqui resumidos:

a) Os seres humanos, enquanto espécie, se relacionam de uma forma única entre si; suas funções biológicas, como se alimentar e se reproduzir passam por uma relação pessoal; são mais que membros da mesma espécie, pertencem ou tem parentesco com a mesma comunidade definida como humanidade;
b) “O reconhecimento como pessoa não pode começar com a reação à existência constatável de qualidades especificamente pessoais, porque essas qualidades de modo geral só aparecem quando uma criança experimenta a atenção que dedicamos a pessoas.” (SPAEMANN, 2015, p. 184);
c) Embora a presença de racionalidade seja passível de ser identificada, não se pode dizer o mesmo de sua não existência. Spaemann (2015) fala ainda da dificuldade em se apreender a racionalidade e a intencionalidade, parecendo questionar-se sobre os critérios para definir a presença de tais disposições; isso contraria os requisitos de Singer (2002);
d) Considerar como pessoas os lactentes ou doentes mentais se justifica pelo fato de ambos, juntamente com os demais, possuírem a mesma natureza humana, embora os primeiros estejam em desenvolvimento e os segundos estejam doentes. Spaemann (2015) afirma que mesmo em casos em que a natureza humana esteja debilitada, como no caso de doentes mentais, o acolhimento dessas pessoas faz despontar o mais profundo de uma comunidade de pessoas. “Eles extraem o melhor que há no ser humano, eles extraem a razão propriamente dita de seu autorrespeito. O que eles, desse modo, dão para a humanidade por meio do que recebem é mais do que recebem.” (SPAEMANN, 2015, p. 187);
e) Não existe pessoas em potencial; algo não se torna alguém. “Se pessoa fosse um estado, ela poderia surgir gradativamente. Mas se pessoa é alguém que se encontra em estados, então ela sempre já antecede esses estados.” (p. 187). Pessoa não resulta de uma transformação, mas de uma gênese. Crianças, na visão de Spaemann (2015), portanto, são pessoas de fato e não pessoas em potencial.
f) O reconhecimento do ser pessoa é o reconhecimento de uma demanda incondicional. Qual seria essa demanda? É a demanda pelo direito de ocupar um espaço como membro nato na comunidade da espécie humana. Spaemann (2015) assim delineia o conceito de pessoa:

> Pessoa não é um conceito que designa a espécie, mas o modo como indivíduos são a espécie "ser humano". Eles são de tal modo que cada um deles ocupa um lugar insubstituível na comunidade de pessoas que chamamos de "humanidade", e só como ocupantes desse lugar eles são percebidos como pessoas por alguém que ocupa pessoalmente um lugar assim. [...] Quem ocupa esse lugar ocupa-o como membro nato e não como membro cooptado pela humanidade. (SPAEMANN, 2015, p. 189).

Diante dessas razões, aplicar o conceito de pessoas a indivíduos lhes conferem *status* de inviolabilidade e se reconhece determinadas obrigações para com ele.

Um aspecto importante nos estudos sobre o conceito de pessoa é que autores como Spaemann (2015) destacam um elemento que vai desembocar na reflexão moral das pessoas. Afirma-se que a pessoa diferencia seu modo de ser (o ser-assim) de seu ser (o como poderia ser em sua plenitude). Em linguagem filosófica, significa dizer que a pessoalidade está em suspensão entre a essência e o ser (vida). A pessoa pode adotar um comportamento a mais diante de sua natureza humana, e por essa reflexão sobre sua vida realizar mudanças em sua conduta. Esse exercício de consciência é fundamental para se aprender a ser uma pessoa virtuosa e é característica singular de pessoas.

A pessoalidade, ao que se pode depurar da obra de Spaemann (2015) é uma característica objetiva daqueles que são pessoas, iniciadas pela sua existência e aprimorada ao longo da vida. É por ela que as pessoas refletem sobre suas ações, sobre a sua vida como um todo e sobre o mundo.

Até aqui, buscou-se apresentar aspectos importantes, do ponto de vista filosófico, para o conceito de pessoa. Para a discussão do aborto voluntário e do direito à vida, enquanto resposta aos problemas jurídicos, médicos e morais relacionados, os argumentos e reflexões de Ribeiro e Pinheiro (2017) serão brevemente retomados.

A abordagem interdisciplinar entre Biologia, Filosofia e Direito, para se discutir a dignidade da pessoa humana de embriões e fetos, resulta no artigo escrito por Ribeiro e Pinheiro (2017): *A Dignidade da Pessoa Humana e o Direito à Vida do Nascituro: Fundamentos Biológicos, Filosóficos e Jurídicos*. Os autores, seguindo uma abordagem teórico-reflexiva, se debruçam em importantes perguntas: os fetos são pessoas humanas? O aborto voluntário goza de algum fundamento racional? O nascituro tem direito à vida? Apresentando sustentação empírica da realidade biológica nesse início da vida, somadas à uma análise filosófica, especialmente antropológica e ética e, discutindo decisões legais recentes do contexto brasileiro, os autores fundamentam a dignidade da pessoa humana para todas as pessoas, independentemente da fase de desenvolvimento biológico ou de qualquer outro aspecto acidental. Os autores definem o aborto como a interrupção voluntária ou não da gravidez que

culmina no óbito do embrião ou feto. Já um aborto voluntário é provocado intencionalmente e, diante do direito à vida do nascituro, é considerado irracional.

Os argumentos logicamente ordenados por Ribeiro e Pinheiro (2017, p. 162) para expor a irracionalidade abortiva são os seguintes:

> a) Primeiro argumento: todo nascituro da espécie homo sapiens é pessoa humana digna da máxima estima, não podendo, por isso, ser privado do direito de continuar a existir. Cessar deliberadamente o seu desenvolvimento, levando-o à morte, consiste numa afronta ao seu direito à vida – o mais importante dos direitos – e, por conseguinte, à sua dignidade, consubstanciando um ato antiético e ilícito que não deve ser tolerado moralmente e permitido juridicamente.
> b) Segundo argumento: O aborto voluntário, em qualquer fase de desenvolvimento do nascituro, visa deliberadamente a cessar o seu desenvolvimento, levando-o à morte.
> c) Conclusão: Logo, o aborto voluntário, em qualquer fase de desenvolvimento do nascituro, consiste numa afronta ao seu direito à vida – o mais importante dos direitos - e, por conseguinte, à sua dignidade, consubstanciando um ato antiético e ilícito que não deve ser tolerado moralmente ou permitido juridicamente. (RIBEIRO; PINHEIRO, 2017, p. 162).

A dignidade da pessoa humana deriva, segundo Ribeiro e Pinheiro (2017) de sua natureza humana, singular e indivisível e constituída de uma forma corpóreo-anímica, isto é, corpo e alma, matéria e forma. Tal natureza é racional, sociológica e animal e se consubstancia sempre em termos acidentais. Isso lhes permite afirmar com propriedade que o embrião é um todo humano e vivo desde a concepção, corroborando as noções de Spaemann (2015).

Ribeiro e Pinheiro (2017) recomendam pesquisas bioético e biojurídicas conjugadas para que juristas, cientistas e filósofos alcancem um conhecimento adequado sobre o feto e o embrião. Desta forma, a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais poderiam ser respeitados desde o primeiro ato existencial, ou seja, no processo de concepção, onde surge uma nova pessoa com sua genética única e individual.

A partir de agora, considerarei o arcabouço da ética das virtudes, dentro do qual se insere a discussão da natureza humana e da dignidade humana. Mais à frente abordo a dignidade da pessoa a partir da ética das virtudes.

2.2 ÉTICA DAS VIRTUDES

> The public administration task, then, is to take the lead in identifying the various organizations and professions in each public system, and in bringing those organizations and professions together around the subject of ethics. (FREDERICKSON, 2010, p. 244).

O Brasil tem um grande desafio teórico e real para a discussão da ética administrativa. Além das condições do contexto atual, os séculos de domínio colonial na Ásia, África e América Latina colocaram sérios desafios à formação de um quadro de ética administrativa eficaz, durável e publicamente aceitável nos países em desenvolvimento. (HAQUE, 2011). A observação deste autor dá o tom da preocupação de estudiosos estrangeiros sobre as condições ético-normativas imaginadas no continente latino.

Entretanto, uma visão tão abrangente e generalista não consegue antever as nuances e diferentes ações que estão em curso nos contextos locais. Não só escândalos e casos de corrupção existem em nossa realidade. Há uma série de atores e esforços anônimos, generosidades e cooperação voltadas para melhorar as condições dos brasileiros. As virtudes requeridas em situações críticas ou contextos desafiadores exigem um esforço maior das pessoas em superarem os fatores que podem condicionar a conduta. Fazendo a necessária análise dos aspectos contextuais presentes em diferentes contribuições teóricos, tendo em mente o método da Redução Sociológica, proposto por Guerreiro Ramos (1996), consideram-se as contribuições de pesquisadores de outros contextos. Como busco compreender os atos de voluntários em organizações da sociedade civil, considero a ética administrativa e da ética de negócios, vislumbrando a possibilidade de ambas as áreas contribuírem nesse estudo.

Em meados do século XX alguns filósofos iniciam a discussão sobre os limites das correntes éticas predominantes até então: a perspectiva deontológica kantiana, a perspectiva utilitarista, como no pensamento de Bentham e Mill, e ainda abordagens consequencialistas. Embora não endosse a ética das virtudes, foi a partir do trabalho de Anscombe (1958) que se inicia a retomada das noções aristotélicas da ética das virtudes, em paralelo às discussões sobre a razão em Aristóteles de forma ampla (BERTI, 2002). No campo filosófico, as contribuições de Philippa Foot (1967) e Alasdair MacIntyre (2007) contribuem na interpretação de questões contemporâneas a partir de suas reinterpretações da ética aristotélica. Gradativamente, autores em Administração começam a discutir a ética das virtudes, tais como Hartmann (2013), Koehn (1995), Melé (2008) e Solomon (1992).

A ética das virtudes, segundo Ferrero, Sison e Beabout (2017), é uma perspectiva que integra as vantagens de deontologia e utilitarismo, ao mesmo tempo em que fornece respostas convincentes às críticas ou objeções decorrentes de cada uma. A ética das virtudes, como a deontologia, subscreve os princípios universais e, como o utilitarismo, considera resultados globais. Mas, diferentemente da deontologia, a ética das virtudes presta atenção aos detalhes dos agentes (motivos, intenções, hábitos, caráter, relacionamentos) e ações (circunstâncias, comunidade) e, diferentemente do utilitarismo, sustenta que existem proibições a considerar

além das consequências das ações. De forma bastante distinta, permite estabelecer uma relação causal bidirecional entre o que o agente faz e quem esse agente se torna. Reforçam os autores que essas características combinadas tornam a ética da virtude um quadro mais integrado, equilibrado e matizado que a deontologia ou utilitarismo para compreender os atos humanos.

A reflexão sobre as virtudes morais recebeu contribuições de vários pensadores de áreas distintas e hoje há algumas vertentes principais. Neste trabalho considerarei as contribuições mais significativas da tradição aristotélico-tomista, por compreender que a prudência é um elemento essencial, juntamente com as demais virtudes morais (FERRERO; ROCCHI; PELLEGRINI; REICHERT, 2020; VAN ZYL, 2019) e por assumir uma noção antropológica integral, em que os atos humanos se dirigem para o bem comum.

2.2.1 Ética das virtudes em a*dministrative ethics* ou *public ethics*

No contexto norte-americano, os autores que contribuem para a ética das virtudes na Administração Pública – *administrative ethics* - , na medida em que reconhecem a importância do caráter, segundo Hart (2001) são: George Frederickson, Ralph Chandler, Michael Harmon, Gary Wamsley, John Rohr, Kathryn Denhardt, Terry Cooper, and Patrick Dobel (citados em COOPER, 2001).

O desenrolar dos estudos sobre ética no campo da Administração Pública foi realizado por Cooper (2001) e permitiu elencar as principais discussões desde o final do século XIX até o final do século XX. Considerando alguns elementos citados que podem dar pistas do estudo de virtudes no campo de ética administrativa, pode-se reunir os antecedentes do estudo da ética administrativa no contexto norte-americano, expostos no Quadro 2, com base em Cooper (2001).

Quadro 2 - Antecedentes da ética administrativa no contexto norte-americano

Momentos do estudo da ética administrativa	Elementos éticos e teorias elencadas
Ausência de considerações éticas (final séc. XIX até 1930)	• Falta de atenção à ética administrativa. • Separação entre administração e política; foco na execução, centralização, autoridade e eficiência. • Willoughby (1927) menciona a importância de traços do caráter como a honestidade.
As fundações de um campo de estudo para a ética administrativa (1930'- 1960')	• Aparece o papel da ética ao lado do controle legal e político. • Problema da separação administração e política • Responsabilidade dos servidores civis, padrões e ideais da profissão; julgamento discricionário (GAUS, *et al*., 1936); discute o princípio da eficiência e questiona sobre valores e critérios.

	• A virtude da lealdade, bem como a honestidade, o entusiasmo, a humildade e todos os outros atributos de caráter e conduta que contribuem para um serviço eficaz e satisfatório (GAUS, *et al*., 1936). • Debates de Friedrich (1935) e Finer (1936) sobre controles internos e externos para a conduta moral. • Interesse geral; lealdade à cidadania e devoção à democracia. Administradores servem aos cidadãos, e tem uma obrigação perante a Constituição. • Discricionaridade e a ética da profissão do administrador público, por uma lente filosófica (LEYS, 1943); a necessidade e sabedoria para o exercício do poder discricionário. • Leys (1943) discute duas abordagens: valores e princípios e preocupação utilitária pelas consequências. • Administradores como cidadãos responsivos e conscientes da comunidade democrática. • Valores democráticos e burocracia organizacional (Appleby, 1952). • Códigos de ética
Emerge a ética administrativa como campo de estudo (1970-1990)	• Ética administrativa e contexto organizacional. • Discussão da metafísica na dimensão moral. • Estudos consideram a filosofia política e história. • Relação entre moralidade pública e privada • Igualdade social e sua relação com a Nova Administração Pública. Influência de Rawls (1971). • Ensino de ética administrativa; regime de valores; liberdade, igualdade e propriedade. • Responsabilidade pessoal do administrador.

Fonte: elaborado pela autora (2020), baseado em Cooper (2001).

Um pedido mais rigoroso por estudos sobre ética administrativa é feito por Morstein Marx (1949), no artigo *Administrative Ethics and the Rule of Law*, ele observa a dependência ao auto interesse dos administradores, bem como a maturidade dos *insights* e julgamentos individuais. O autor afirma a necessidade de um corpo de estudo mais coerente para a ética administrativa.

Em 1962, Golembiewski retomou a relação entre o contexto organizacional e a ética, iniciado por Appleby (1952), assumindo a organização como um problema moral, isto é, que não se trata apenas de uma atividade técnica. Golembiewski (1962) seguiu uma orientação de valores judaico-cristãos como a pedra de toque para a liderança e o relacionamento entre os membros de organizações. Uma abordagem que permite espaço para a autodeterminação e que as pessoas possam influenciar o contexto, considerando o comportamento orientado pela organização como inserido em uma ordem moral externa.

Em 1964, Bailey concentrou-se nos traços pessoais do caráter do administrador, identificando três atitudes mentais essenciais e três qualidades morais necessárias para a conduta ética. Embora bastante citado e reconhecido, o trabalho de Bailey (1964) somente mais

tarde é retomado, quando surge uma produção literária sobre virtude, entendida como caráter (COOPER, 2001).

A partir de 1970, os estudos de ética administrativa aparecem com maior frequência. Scott e Hart (1973) fazem uma crítica ao positivismo nas pesquisas da área, argumentando, na linha de Golembiewski (1962), sobre a falta de um direcionamento metafísico e destacando a inseparabilidade da ética administrativa e o contexto organizacional.

Durante o ano de 1974 a revista *Public Administration Review* realiza um simposium sobre "*Social Equity and Public Administration*". Cooper (2001) destaca dois artigos importantes para a área. O primeiro considera a equidade social e as relações entre motivações pessoais e democracia organizacional (HARMON, 1974, *apud* COOPER, 2001) e o segundo discute a equidade social e a justiça (HART, 1974), ambos os artigos influenciados pela teoria de John Rawls (1971). Cooper (2001) observa uma forte influência da obra rawlsiana na teoria e na prática da administração pública, na qual adere a abordagem da Nova Administração Pública. Essa corrente, sugere Cooper (2001) contribui para o campo na medida em que discute o conceito de igualdade social.

Ainda no contexto norte-americano, o estudo da ética na administração pública se intensificou a partir de escândalos, como o caso Watergate, e em 1974 observa-se uma nova preocupação do campo, o ensino de ética na administração pública. O artigo de Rohr (1976) aborda o ensino de ética administrativa em administração pública.

Um marco importante no desenvolvimento da ética administrativa como campo de estudo foi a criação, em 1976, do primeiro comitê de ética para a profissão - *Professional Standards and Ethics Committee*, estabelecido pela *American Society for Public Administration* (ASPA). Em 1979, o comitê lança o livro: *Professional standards and ethics: a workbook for public administrators* (COOPER, 2001). Outro marco foi a publicação em 1978 de *Ethics for Bureaucrats: An Essay on Law and Values*, de John A. Rohr, complementado com uma discussão de casos cruciais da Suprema Corte em que valores eram ameaçados. Esse e outros trabalhos buscaram os valores – como um critério ético - a partir da história, em detrimento de uma corrente filosófica.

Nesse caminho, a ética é articulada com os aspectos legais envolvidos, porém em uma situação de coadjuvante, o que leva Foster (1981) a argumentar que a preocupação com a legalidade tendia a corroer a reflexão moral e destruir a capacidade de lidar com questões éticas. A mentalidade legalista tendeu a reduzir a reflexão ao mínimo moral exigido por lei. Como Cooper (2001) explica, para se chegar à excelência moral o melhor caminho provavelmente é o cultivo da reflexão ética, e não o mero cumprimento de leis.

No início dos anos 1980 é publicado o livro de Cooper (1982), que considera a discricionariedade dos administradores e as questões éticas que enfrentam, propondo um modelo para a tomada de decisão. No artigo de Chandler (1983), o autor problematiza o desenvolvimento de um código de ética da profissão, o que viria a acontecer em 1984. A aprovação do código de ética contribuiu para a legitimação do campo de ética administrativa (COOPER, 2001).

Pouco tempo depois, Cooper (1987) discute a ética das virtudes com o suporte dos conceitos de MacIntyre ([1981]; 2007), e delineia uma relação entre princípios da administração pública (considerado como os bens internos) com as virtudes requeridas da parte dos administradores públicos, como exposto no Quadro 3:

Quadro 3 - Princípios e respectivas virtudes para a Administração Pública

Reino de obrigação e virtude	Bens internos	Virtudes
Buscar o interesse público	Beneficiência pelo cidadão Justiça	Benevolência Coragem Racionalidade Capacidade de fazer julgamentos justos Prudência
Obrigação em autorizar processos e procedimentos	Soberania popular *Accountability* Processo judicial justo	Respeito pela lei Racionalidade Prudência Honestidade Autodisciplina Civilidade
Obrigação com colegas	Aprimoramento dos padrões de excelência Contribuição para a aquisição de bens internos	Capacidade de fazer julgamentos justos Confiabilidade Respeito pelos colegas Responsabilidade pelas práticas Civilidade, honestidade, prudência, racionalidade, independência.

Fonte: Cooper (1987). Tradução nossa.

Do Quadro 3, pode-se observar que bens internos e virtudes são tratados como elementos parcialmente diferentes. Ainda assim, o grupo de virtudes elencadas por Cooper (1987) sugere que os administradores públicos e os demais atores engajados em contribuir para a promoção do bem público, podem exercer as virtudes em suas práticas voltadas para esses fins.

A reflexão sobre artigo de Cooper (1987) também sugere que, mesmo que os profissionais da área pública tenham uma série de obrigações a cumprir, firmadas em leis,

regulamentos ou decretos, a forma de implementá-las requer virtudes e características dependentes do caráter desses atores, na busca do interesse público.

Desse momento em diante a produção do campo cresce intensamente, e entre 1980 e 1990 há muitos livros, artigos e discussões. Menzel e Carson (1999), citados por Cooper (2001), fazem uma revisão da literatura em artigos publicados em dez revistas da área. Seis temas geralmente são encontrados em estudos de ética administrativas: cidadania e teoria democrática, ética da virtude, valores fundantes e a constituição, educação ética, contexto organizacional, teorias e perspectivas filosóficas e teoria do desenvolvimento moral.

Menzel (2015) realiza uma nova revisão entre 2005 e 2014 em duas das melhores revistas científicas em Administração Pública: *Public Administration Review* e *Public Integrity*. Seus achados concluem que os temas mais investigados foram: (1) tomada de decisão ética e desenvolvimento moral, (2) *ethics laws* e agências regulatórias, (3) performance organizacional, (4) gestão da ética, (5) *ethical environment*, (6) *policy ethics*, e (7) globalização. Além disso, o autor chama a atenção de temas importantes, porém carentes de mais pesquisas em ética: redes e parcerias público-privadas, a eficácia do treinamento em ética, o conhecimento prático e teórico para se tornar eticamente competente, e as implicações éticas associadas ao crescimento e desenvolvimento em tecnologia da informação e comunicação.

Recentemente, Cooper (2016) adota uma versão mais abrangente para definir o campo de ética relacionada à administração Pública. Adota a denominação de *Public Ethics*, ou ética pública, dentro da qual se inserem três subáreas: *administrative ethics, political ethics* e *planning ethics*.

Nesse escopo, amplia-se consideravelmente a área de estudos que investiga e discute questões morais associadas à esfera pública, de uma forma geral. Considerando os estudos que abordam virtudes morais ou a perspectiva normativa da ética das virtudes, restringe-se esse universo de pesquisa para aspectos mais voltados ao que Frederickson (2010) entende como a ética que acontece no cotidiano da vida pública, voltada para a construção do bem comum.

Os autores no campo da ética administrativa que abordam virtudes em estudos na Administração Pública, na década de 1990 em diante, são reunidos por Cooper (2001). O autor pontua a contribuição de trabalhos, tais como: de Frederickson e Hart (1985), os quais escrevem sobre *The Public Service and the Patriotism of Benevolence* (O serviço público e o patriotismo de benevolência), discutindo a extensão do amor pelos outros; no ano seguinte, Pincoff (1986) escreve o artigo *Quandaries and Virtues* (dilemas e virtudes), seguido pelo trabalho *Hierarchy Virtue, and the Practice of Public Administration*, de Cooper (1987); dois trabalhos discutem as virtudes a partir da análise de personagens ficcionais (DOBEL; 1988; HARMAN, 1989); a

contribuição dos cidadãos é considerada nos trabalhos de Hart (1989), intitulados *A Partnership in Virtue Among All Citizens*, e *The Public Service and Civic Humanism* (*apud* COOPER, 2001).

A responsabilidade administrativa é discutida por Jos (1990) em sua relação com os conceitos de consenso e autonomia moral, no artigo *Administrative Responsibility Revisited: moral consensus and moral autonomy*. Dobel (1990) viria a discutir *Accountability, personal responsibility, and prudence*. Relacionado ainda à discussão de virtudes ou caráter, Cooper e Wright (1992) escrever o artigo *Exemplary Public Administration Character and Leadership in Government.*

Na literatura de ética administrativa, Luke e Hart (2001, *apud* COOPER, 2001) revisam definições psicológicas e filosóficas de caráter, bem como pontos de vista que surgiram recentemente na literatura de ética administrativa, revisando autores clássicos da Filosofia e da Psicologia.

No contexto brasileiro, os estudos sobre ética das virtudes estão em fase embrionária, mas há trabalhos e reflexões éticas que nos remetem ao papel das virtudes e do caráter. Um trecho significativo de Salm (2009) relaciona as virtudes ao conceito de bem comum:

> Falar, pois, em liberdade de escolha, ou possibilidade objetiva, dissociada do bem comum, é o mesmo que negar a essência do ser humano como um ente que se governa por ética. Por isso, uma sociedade só é eficaz quando ela constituir um espaço capaz de promover a possibilidade de escolha, com uma ênfase igualmente ética. A questão colocada nesses termos permite concluir que o bem comum está firmemente ancorado no conceito de virtude, no sentido em que a entendiam os gregos clássicos. Mas, em sentido mais restrito, o bem comum também pode ser entendido como bem público. Assim, para que os membros de uma sociedade possam exercer o bem comum, necessita-se do suporte da boa sociedade, que se constrói com a produção do bem público, hoje traduzido também em termos de cultura, saúde, educação e segurança, entre outros valores. Não se deve perder de vista, todavia, que a produção do bem público pelo ser humano - um ser dotado de liberdade e da possibilidade objetiva de fazer escolhas eticamente qualificadas — só se torna eficaz quando se alicerça sobre o bem comum. (SALM, 2009, p. 86).

Salm (2009) parecem argumentar que para o bem público, emprestados os conceitos de MacIntyre (2007), é necessário que se alcance tantos os bens internos, que são as virtudes, quanto os bens externos, que correspondem às estruturas institucionais – cultura, leis, normas, - que dão suporte em termos dos recursos necessários para a boa vida na esfera pública.

Assim, se uma ação virtuosa depende ou interfere em seu meio, uma forma de estudar essas duas possibilidades é considerando a tensão suportada pelos agentes para agir, ora sendo influenciado ora interferindo em seu meio. É o que Guerreiro Ramos (*apud* SALM, 2009) chamou de contextualismo dialético. Nesse meio surgem atores que se empenham em modificar

o comportamento político, tais como atores em conselhos, orçamento participativo e fóruns de debate.

Como consequência, quando se discute uma questão tão basilar de nossa Constituição Federal, como é o caso do direito à vida e a dignidade da pessoa humana, considerar o problema do aborto e suas implicações para sociedade requer dos atores envolvidos uma clareza da realidade e uma compreensão do problema como um todo que implica o uso da sabedoria prática, ou *phronesis,* virtude discutida por perspectivas da ética das virtudes.

Introduzida a abordagem da Ética Pública, passa-se a considerar a área de *business ethics* e suas abordagens para a ética das virtudes. Em comum, essas áreas vêm retomando o pensamento de filósofos clássicos, ocidentais e orientais, bem como investigando elementos teóricos propostos em obras que retomam o arcabouço clássico, como apresentado a partir da próxima seção.

2.2.2 Ética das virtudes em *business ethics*

Os fundamentos da perspectiva da ética das virtudes estão vinculados a tradição do pensamento grego da antiguidade, em filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles. Em *business ethics*, sua aplicação acadêmica inicia a partir da década de 90 (FERRERO; SISON, 2014). A retomada ou reinterpretação das virtudes morais na filosofia, psicologia, educação e na ética em Administração é tributária ao trabalho de nomes como Elizabeth Anscombe (1958), Philippa Foot (1967) e Alasdair MacIntyre (2007), os quais retomam conceitos aristotélicos e tomistas envoltos às virtudes morais.

Para iniciar, o significado da virtude na sociedade contemporânea nem sempre esteve claro. Tampouco se sustentam relatos satisfatórios de conceitos básicos de psicologia moral, tais como "intenção", "desejo", "motivo" ou "ação". Há pouco tempo havia desacordo generalizado no significado e até na existência de noções relacionadas à virtude, como "natureza humana" e "*flourishing*" (FERRERO; SISON; BEABOUT, 2017).

A palavra virtude vem do latim *virtus*. O sentido ético de virtude é de “uma qualidade positiva do indivíduo que faz com que este aja de forma a fazer o bem para si e para os outros”, segundo o Dicionário Básico de Filosofia, de Japiassu e Marcondes (2001). Aristóteles (2009) considerava que a virtude podia ser adquirida, sendo na realidade resultado de um hábito. Para o Estagirita, as excelências humanas são disposições éticas do caráter; uma disposição, mas também uma certa qualidade, que enquanto tal capacita o agente a desenvolver seu potencial.

> A excelência é, portanto, uma disposição do caráter escolhida antecipadamente. Ela está situada no meio e é definida relativamente a nós pelo sentido orientador, princípio segundo o qual também o sensato a definirá para si próprio. A situação do meio existe entre duas perversões: a do excesso e a do defeito. (ARISTÓTELES, 2009, p. 49; 1107 a1).

Na filosofia moderna, a palavra "virtude" passou a designar a força da alma ou do caráter e, em sentido moral, o que designa uma disposição moral para o bem, tal qual a coragem, a humildade e a honestidade (JAPIASSU; MARCONDES, 2001). Etimologicamente, há um consenso de que virtude vem do Latim *virtus*, que por sua vez vem de *vis*, que significa força. Virtude é a tradução da palavra grega *areté*, que representa "o que é melhor" ou excelência (SISON; FERRERO, 2015).

O arcabouço da ética das virtudes não se resume ao caráter e virtudes morais. Ele contempla, segundo Sison e Ferrero (2015) a natureza humana considerada, a vida das pessoas tomadas como um todo, a prudência ou sabedoria prática, as ações, os hábitos e o caráter. Esses elementos serão detalhados na seção sobre a perspectiva neoaristotélica da ética das virtudes.

O estudo da ética das virtudes foi expandindo a compreensão a respeito da importância das virtudes para a construção da felicidade, no sentido de *eudaimonia*, que Aristóteles (2009) principiou como sendo a felicidade pública, ou a boa vida em comunidade.

Estudos recentes abordam as virtudes cardeais da temperança, fortaleza, justiça e prudência (KERR, 2009), como o fazem Moráles-Sanches e Cabello-Medina (2013). Há ainda a perspectiva comunitarista de MacIntyre (2007), a ética do cuidado e a abordagem empírica da psicologia organizacional (FERRERO; SISON, 2014). O tema também é relacionado à ética profissional (HOOFT, 2014; KINSELLA; PITMAN, 2012).

As virtudes morais, ao contrário do que alguns críticos sugerem, têm o poder de explicar, prever e descrever as ações dos indivíduos (ALZOLA, 2015). Para Aristóteles (2009), as virtudes morais são disposições do caráter, responsáveis por indicar os fins das ações. Uma crítica à abordagem das virtudes é sustentada pela corrente situacionista, segundo a qual não é necessário conhecer os fatores internos inerentes ao comportamento, os quais seriam as virtudes morais, ponderam Aguirre-Y-Luker, Hyman e Shanahan (2017). De fato, esses autores alertam para o problema da subjetividade, do relativismo cultural e do "ego psicológico" (relacionado às respostas positivas sobre si mesmo) em escalas de virtudes morais.

Assim, em *business ethics*, os estudos sobre ética das virtudes se desenvolveram por diferentes correntes, com uma variedade de temas e pontos de vista (FERRERO; SISON, 2014). Tais perspectivas são baseadas no trabalho de pensadores como Aristóteles (2009), Tomás de Aquino (2006) e MacIntyre (2007). Entre elas há a Doutrina Social da Igreja, a abordagem

neoaristotélica, a perspectiva Macintyreana (SISON; FERRERO; GUITIÁN, 2018), além de abordagens como a ética do cuidado (p.ex.: SLOTE, 2001) e a abordagem pluralista de Swanton (2003). A neoaristotélica (SISON; FERRERO, 2015) ou eudaemonista (VAN ZYL, 2019) considera a virtude da *phronesis* como um atributo fundamental. Essa abordagem também é reconhecida por discutir a tese da "unidade das virtudes" e a necessidade da presença da *phronesis* para as virtudes morais (VAN ZYL, 2019). A tradição neoaristotélico-tomista abrange, além da *phronesis*, as noções de natureza humana, ações e hábitos, caráter, virtudes morais, *eudaimonia* ou florescimento humano, e a vida como um todo. A perspectiva de MacIntyre inclui as virtudes e o arcabouço de práticas-instituições, bem como bens internos e externos (BEABOUT, 2012; MOORE, 2015).

2.2.3 Perspectivas em ética das virtudes

Como exposto, os estudos sobre ética das virtudes têm crescido de forma interdisciplinar. Em estudos empíricos sobre as virtudes em Administração e organizações há correntes que empregam métodos quantitativos para mensurar a percepção ou o desenvolvimento de virtudes morais individuais, ou ainda abordam conceitos como a virtuosidade organizacional, como discutido por Sison e Ferrero (2015). Como suporte ao estudo em curso, embora anteriormente se tenha revisado instrumentos de medida de virtudes morais individuais (AMES; SERAFIM; MARTINS, 2018)[9] e instrumentos relacionados à virtuosidade organizacional (CARNEIRO; AMES; COLONETTI, 2019)[10], não utilizaremos tais propostas teórico-metodológicas. Nesta seção são apresentadas as abordagens mais frequentes em *business ethics* (FERRERO; SISON, 2014) e que sustentam o presente estudo: a perspectiva neoaristotélica tomista, a macintyreana e a Doutrina Social da Igreja.

Algumas questões também levaram a não considerar as abordagens quantitativas baseadas em questionários e escalas de medidas. Embora Solomon (1992) tenha discutido seis dimensões da perspectiva aristotélica e proposto uma lista de virtudes, as quais subsidiaram o

[9] Trata-se de uma revisão sistemática de artigos sobre análise de escalas e medidas que buscam mensurar ou identificar virtudes morais. São escalas que abrangem uma lista de virtudes e aplicam questionários compostos por itens relacionados. O estudo analisa a construção e aplicação de escalas voltadas para virtudes associadas à liderança, além de escalas no contexto administrativo de uma forma geral, aplicadas, predominantemente, à estudantes de Administração. Entre os fatores emergentes, encontram-se 38 virtudes morais, como temperança, justiça e prudência. Recomenda-se um maior aprofundamento teórico sobre a perspectiva da ética das virtudes. O estudo também discute a necessidade de adaptação e estudos exploratórios para aplicação de escalas em diferentes contextos.

[10] Este estudo revisa a literatura sobre escalas e medidas de virtuosidade organizacional. Analisam-se 10 escalas relacionais à cultura ética corporativa, Corporate Ethical Virtues (CEV) e seis da linha teórica da psicologia organizacional positiva, além de outros quatro de diferentes abordagens.

uso de escalas de medidas (p.ex.: SHANAHAN; HYMAN, 2003), sua aplicação ainda ficaria limitada por não considerar contexto atual e a percepção dos próprios administradores que participam das pesquisas (DAWSON, 2018). Além disso, a psicologia positiva e a *Positive Organizational Scholarship* (POS) delimitam a definição de virtudes em termos de comportamento e por aspectos externos ao indivíduo (ALZOLA, 2015; AGUIRRE-Y-LUKER HYMAN; SHANAHAN, 2017). Sison e Ferrero (2015) argumentam que não se pode reduzi-las aos aspectos cognitivos e emocionais do caráter, pois envolvem outros elementos e pressupostos fundamentais: as pequenas **ações** diárias, que ao serem repetidas e aprimoradas se transformam em **hábitos**; um conjunto de hábitos sustenta o **caráter**, que por sua vez reflete a **vida do indivíduo tomada como um todo.** Isso pressupõe uma natureza humana voltada para a *eudaimonia* (felicidade), ao florescimento humano.

De início, cabe retomar que Santo Ambrósio (330 a 397 d.C.) foi o primeiro a usar a expressão "virtudes cardeais" para se referir à prudência, justiça, fortaleza e temperança. Mais tarde, na Idade Média, Tomás de Aquino estabeleceu o número, a hierarquia e a natureza universal das virtudes cardinais[11] em sua *Summa Theologica*. Além disso, para o Aquinate, todas as outras virtudes estão organizadas em torno das quatro virtudes cardeais (MORALES-SANCHEZ; CABELLO-MEDINA, 2013).

As contribuições mais recentes dos estudos sobre ética das virtudes na área de Administração discorrem e buscam observar empiricamente alguns de seus componentes, e para tal tarefa podem contar com contribuições de outras disciplinas, como a psicologia, a educação moral e a filosofia (BACHMANN; HABISCH; DIERKSMEIER, 2017).

A virtude da prudência é um elemento comum entre as perspectivas aristotélicas (VAN ZYL, 2019), de Tomás de Aquino e MacIntyre (FERRERO; ROCCHI; PELLEGRINI; REICHERT, 2020). Além da prudência, as próximas seções apresentam elementos significativos das perspectivas principais da ética das virtudes: a raiz aristotélica e tomista, a abordagem de MacIntyre e a Doutrina Social da Igreja.

2.2.3.1 A perspectiva neoaristotélica da ética das virtudes

Embora os primórdios das discussões sobre virtudes e o homem sejam anteriores a Aristóteles, foi a partir da sistematização ética conduzida pelo estagirita que se marca o início dos estudos de ética. O livro “Ética a Nicômaco” é uma de suas principais obras, por meio da

[11] Tanto “cardeais” quanto “cardinais” foram encontrados como termos definidores das quatro virtudes principais e são utilizados como sinônimos.

qual se discutem o tema das virtudes da alma, as virtudes dianoéticas e as virtudes éticas. Nele se encontram as definições aristotélicas sobre a virtude da prudência, especialmente no livro VI, as virtudes cardeais, além de outras virtudes associadas à liderança, como humildade, magnanimidade. Aristóteles também destaca a virtude da amizade, e para cada uma discorre sobre sua natureza e condições. A virtude é um ponto intermediário entre o excesso, de um lado, e a falta de uma disposição para agir. Sua contribuição vai além dos conceitos de virtudes morais e intelectuais, principiando também sobre a finalidade ou *telos* da vida humana, a *Eudaimonia* ou florescimento humanos, e de que a boa vida em sociedade (bem comum) seria alcançada com o desenvolvimento das virtudes humanas.

Para distanciar-se de alguns pressupostos Aristotélicos não mais condizentes com a realidade contemporânea, tem-se adotado a denominação de abordagem neoaristotélica (p. ex.: preocupações em relação a escravos e mulheres, observado por Hursthouse, 1999). Sison e Ferrero (2015) apresentam essa abordagem neoaristotélica no artigo que discutem sua diferença em relação à *Positive Organizational Scholarship*. Ambos consideram que a primeira se diferencia das leituras tradicionais da ética aristotélica. Além disso, afiliam-se à definição de *virtues ethics* e se distanciam da *virtues theory*, pois esta acomoda noções de virtude de outras raízes, distintas das aristotélicas. Os principais elementos da abordagem neoaristotélica das virtudes morais são: caráter, ações, hábitos, inclinações e tendências, a vida tomada como um todo, e a disposição por múltiplas vias (HURSTHOUSE, 2013).

Sison e Ferrero (2015) apontam para algumas das características essenciais das virtudes neoaristotélicas, com ênfase especialmente na definição de natureza humana e na finalidade da vida humana (*telos*), bem como destacam o papel insubstituível da *phronesis* ou sabedoria prática. Outra questão corresponde à conexão entre virtudes e florescimento humano. O florescimento humano, entendido como felicidade plena, vem do termo grego *eudaimonia*, e revela, na obra aristotélica, que os hábitos virtuosos são os que garantem a felicidade humana, em seu sentido individual e coletivo. Isto porque, segundo Aristóteles (2009) o *zoon politikon* não seria feliz se não vivesse em sociedade, algo próprio da natureza relacional do ser humano. Além disso, sua obra principia que a felicidade envolve uma dimensão pública ou social de felicidade, que depende da disposição pessoal em contribuir para o bem humano de sua comunidade, não apenas para si próprio, contribuindo assim para a felicidade pública como um todo.

No âmbito organizacional, a estrutura e elementos organizacionais também podem refletir virtudes morais. Os estudos que se dedicam a estudar a chamada *organizational virtuousness*, que por ora se traduz como virtuosidade organizacional (p. ex.: GOMIDE;

VIEIRA; OLIVEIRA, 2016) também consideram as maneiras em que as organizações podem ser mais transparentes, justas e honestas. Contudo, os conceitos de virtude e *virtuousness* não são idênticos, apesar de sua estrita relação, como resumido por Sison e Ferrero (2015) conforme o Quadro 4. O fator integrador que falta na virtuosidade organizacional é a *phronesis*, enquanto elemento somente operado pelos seres humanos. Em sentido restrito, leva a assumir que a perspectiva individual das pessoas que atuam nas organizações se torna crucial para ações morais.

Quadro 4 - Tensões entre virtudes e *virtuousness*

Quatro tensões entre virtudes e *virtuousness*		
	VIRTUDES	VIRTUOUSNESS
1. *Locus de residência*	Caráter interno	Comportamento externo
2. *Nível ou grau*	O justo meio	Mais é sempre melhor
3. *Nível de análise*	Individual	Organizacional
4. *Contexto*	Contextual	universal

Fonte: Sison e Ferrero (2015, p. S79).

Sison e Ferrero (2015) afirmam que a virtuosidade organizacional se refere à contextos organizacionais onde as virtudes são praticadas, recebem suporte, são nutridas, disseminadas e perpetuadas, em níveis coletivos e individuais. Assim a virtuosidade designa um contexto, situação ou evento em organizações que é **condutivo de virtudes**. Não se refere às virtudes em si mesmas. Nesse sentido, não está sendo dito que virtudes e virtuosidade organizacional não podem ser integrados em uma abordagem analítica para estudos empíricos, e sim que, com o devido cuidado é possível articulá-las para um estudo que considere as pessoas e o contexto organizacional.

Já as virtudes envolvem uma gama de disposições, o que Hursthouse (2013) definiu como *multi-track dispositions*. Embora as virtudes, como excelências, se aplicam principalmente ao caráter, elas também se aplicam aos: (1) hábitos, os quais resultam da performance repetida de ações virtuosas; (2) ações virtuosas, que por sua vez emergem das inclinações ou tendências, próprias da natureza humana voltadas para um fim; e (3) a vida tomada como um todo, o que geralmente se reconhece como o estilo de vida de alguém, sua forma de ser (SISON; FERRERO, 2015; SISON; FERRERO; GUITIÁN, 2018). Alguns desses elementos, elencados por Sison e Ferrero (2015) podem ser assim resumidos:

a) Ação: uma ação voluntária tem validade moral se contiver três componentes. Primeiramente, o objeto da ação (o significado como um todo do que o agente faz); depois a

finalidade ou intenção da ação e finalmente, as circunstâncias em que a ação é realizada. A excelência ou virtude de uma ação requer a integração das três;

b) Hábitos: um hábito é uma maneira estável, uma forma de ser, fazer ou agir; uma marca registrada do agente, que o faz de forma fácil e até mesmo prazerosa. Eles se desenvolvem pela repetição de ações voluntárias. Os hábitos dependem do tempo e da liberdade para serem praticados e fortalecidos. Bons hábitos requerem liberdade. Para Aristóteles (2009) o principal desafio dos legisladores era permitir a educação e a habituação, o que pressupõe liberdade. Ao explicar virtudes como hábitos, **Aristóteles as diferencia das condições naturais, as quais são inatas e permanentes. Nos hábitos, a atividade precede e cria a capacidade.** O hábito deixa uma marca, uma modificação que o agente retém. Para se ter hábitos apropriados (saber distinguir entre vícios e virtudes), as ações deveriam expressar uma razão correta;

c) Caráter: além do hábito há o caráter. O caráter tem mais permanência que os hábitos. É mais difícil mudar o caráter de alguém do que o hábito. **Conhecer o caráter de alguém nos permite prever suas ações e reações de forma mais certeira do que conhecendo seus hábitos.** Assim como um hábito reúne várias ações de uma pessoa, o caráter integra diversos hábitos em um todo. O caráter dá um toque pessoal ao hábito que alguém realiza (HARTMAN, 2013).

Virtudes do caráter, segundo Aristóteles (2009), não são sentimentos, nem capacidades, mas sim disposições ou inclinações pessoais. O temperamento natural de uma pessoa é o seu *pathos,* mas o caráter é lapidado gradativamente e forma o *ethos*. O *ethos* é resultado de ações deliberadas e intencionais, uma questão de responsabilidade moral. A transformação de *pathos* para *ethos,* do temperamento natural para o caráter, ocorre ao longo da vida por um processo de aprendizagem e prática. Outro princípio **do caráter é o livre arbítrio**.

A sabedoria prática ou *phronesis* é a virtude intelectual que nos permite agir de forma virtuosa, por meio da qual se escolhe os meios para chegar aos fins, indicados pelas virtudes morais. Sison e Ferrero (2015) explicam que a *phronesis* exige ação para que possa se tornar o resultado de uma decisão consciente baseada na razão correta. A decisão consciente vem da correta apreciação das circunstâncias e o conhecimento prático sobre como proceder. Esses requisitos geralmente são atendidos ao longo do tempo e acumulados com a experiência. A *phronesis* é prescritiva e representa um plano de ação (AUBENQUE, 2008). Ela significa uma inclinação pessoal, para fazer o que é certo em dada circunstância, focando no fim último humano e informado por virtudes morais (SISON; HÜHN, 2018). “A virtude da prudência produz um alinhamento entre o pensamento ou a percepção correta, o desejo correto e a ação

correta; cria harmonia entre razão, sensibilidade ou emoções e comportamento." (SISON; FERRERO, 2015, p. S87, tradução nossa).

Sison e Ferrero (2015) discorrem sobre a definição de natureza humana a partir da ética das virtudes. A excelência em virtudes, segundo os autores, pressupõe a natureza de alguém e o seu direcionamento rumo a um *final end*, o *telos*. Aristóteles reconhece o ser humano como *zoon politikon*, capaz de viver na pólis, isto é, em comunidade, e com o potencial de desenvolver-se, a partir de sua característica singular, a capacidade do uso da razão. Estes são alguns dos elementos mais significativos da perspectiva neoaristotélica da ética das virtudes.

2.2.3.2 A perspectiva de Alasdair MacIntyre

O filósofo escocês Alasdair MacIntyre é considerado por muitos como um dos maiores pensadores atuais (BEABOUT, 2017). MacIntyre tem uma forte influência sobre o tema das virtudes e se tornou comum citá-lo como uma referência obrigatória (BEADLE, 2017). De acordo com a revisão de literatura de Ferrero e Sison (2014), MacIntyre é o segundo autor mais referenciado, logo depois de Aristóteles.

No campo de estudos da ética empresarial ou *business ethics*, uma pesquisa realizada na Universidade de Northumbria descobriu que, de suas 34 citações no *Journal of Business Ethics*, entre 2008 e 2013, apenas 11 citavam mais de uma das publicações de MacIntyre, enquanto 20 citavam apenas a obra *Depois da Virtude*. Juntamente com essa referência de rotina, no entanto, tem havido uma literatura secundária pequena, mas persistente, que tentou usar as ideias de MacIntyre sistematicamente.

Contudo, a consideração da obra de MacIntyre na área de Administração no setor privado demorou para ter início. Segundo Beabout (2017) vários autores não acreditavam que sua filosofia poderia contribuir para a ética empresarial, gerando uma certa aversão à sua obra, devido à crítica de MacIntyre ao *ethos* do capitalismo avançado e o caráter do gerente burocrático. Esse posicionamento começa a mudar a partir do trabalho de Moore (2002), o qual clama para que os eticistas na área de negócios investiguem com maior profundidade seu arcabouço teórico.

A partir da literatura subsequente ao trabalho de Moore (2002), as características positivas da estrutura de MacIntyre começam a ser aplicadas em mais trabalhos na área de gestão e para analisar processos administrativos, a exemplo dos trabalhos de Beadle (2013) e Beabout (2012). Ferrero e Sison (2014) indicam uma área temática dedicada a estudar a relação entre indivíduos e organizações como agentes morais, na qual relacionam trabalhos com base

nos elementos macintyreanos, e ainda indicam três principais correntes: agência corporativa, virtudes e mercado e a distinção entre instituição e prática.

Nos estudos em Administração Pública, a consideração da obra macIntyreana acontece por volta da década de 90, quando Cooper (1987) discute as práticas da Administração Pública a partir dos principais elementos do arcabouço de MacIntyre: virtudes, práticas, bens internos, e os relaciona com as obrigações dos gestores públicos. Na conclusão de seu artigo, Cooper (1987) sugere que a *American Association for Public Administration* (ASPA) deveria considerar a experiência e um arcabouço normativo da filosofia moral, nesse caso baseado nas virtudes e bens internos, para elaborar o seu código de ética. Isto porque, segundo o autor, falta uma identidade sobre os bens internos que os administradores públicos desenvolvem. Além disso, destaca a importância da disposição para agir (virtude), as características do caráter e a qualidade de quem atua na Administração Pública.

Na ética empresarial, Beadle (2017) encontra quatro tipos relativamente discretos de investigação que tentam desafiar ou desenvolver o trabalho de MacIntyre. O primeiro se concentra em sua crítica radical da administração; o segundo busca encontrar aplicações nos negócios para o tipo de práticas sociais que MacIntyre afirma desenvolver virtudes; a terceira examina a relação entre essas práticas e as instituições que, no relato de MacIntyre, tanto as abrigam como as ameaçam e, finalmente, vários estudos empíricos aplicaram a sociologia organizacional distinta de bens, virtudes, práticas e instituições da MacIntyre. Beadle (2017) analisa as contribuições significativas e conflitos em curso sobre a interpretação do trabalho de MacIntyre.

Os estudiosos de ética empresarial fizeram muito uso da descrição distintiva de Alasdair MacIntyre das virtudes. As investigações empíricas que usam seu arcabouço geralmente investigam: (1) o status moral do gerente; (2) a aplicação da noção de prática de MacIntyre nas empresas; (3) a relação entre práticas e instituições e (4) inquérito empírico usando a estrutura "bens-virtudes-práticas-instituições" de MacIntyre (BEADLE, 2017).

Moore e Grandy (2016) elencam o arcabouço de MacIntyre para discutir a importância da dimensão moral na teoria institucional, resumindo os principais conceitos de MacIntyre, como exposto no Quadro 5. Para o presente estudo, as práticas serão consideradas a partir do conceito de MacIntyre. Moore e Grandy (2016) investigam organizações religiosas de várias religiões atuando em uma região do Reino Unido e sugerem, ao fim da pesquisa, que se façam pesquisas em outras organizações, como de caridade, não governamentais e voltados para o cuidado com a saúde.

Quadro 5 - Principais conceitos macintyreanos

Conceitos e definições macintyreanos
Propósito organizacional "A medida em que os bens internos da (s) prática (s) no centro da organização contribuem para o bem primordial da comunidade" (Moore, 2012a, p. 366).
Prática "Qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa socialmente estabelecida através da qual os bens internos a essa forma de atividade são realizados no curso da tentativa de alcançar aqueles padrões de excelência que são apropriados e parcialmente definidores para essa forma de atividade, com o resultado de que as capacidades humanas para alcançar a excelência e as concepções humanas dos fins e bens envolvidos são sistematicamente ampliados "(MacIntyre, 2007, p. 187).
Bens internos A excelência dos produtos ou serviços e a perfeição dos praticantes no processo. * (MacIntyre, 1994, p. 284, 2007, p. 189-190).
Instituições (a "forma incorporada") "As instituições estão caracteristicamente e necessariamente preocupadas com o que chamei bens externos. Elas estão envolvidas na aquisição de dinheiro e outros bens materiais; elas são estruturadas em termos de poder e status e distribuem dinheiro, poder e status como recompensas. Nem poderiam fazer de outra forma se quiserem sustentar não apenas a si mesmos, mas também as práticas das quais são as portadoras" (MacIntyre, 2007, p. 194).
Bens externos Dinheiro, poder, status, sucesso. "É característico do que chamei de bens externos que, quando alcançados, são sempre propriedade e posse de um indivíduo [e, portanto,] caracteristicamente objetos de competição nos quais deve haver perdedores e vencedores" (MacIntyre, 2007, p. 190)
* MacIntyre não qualifica a "perfeição", mas pode ser mais naturalmente tomado como referindo-se ao desenvolvimento do caráter moral, ou o florescimento, dos praticantes

Fonte: tradução nossa de Moore e Grandy (2016).

Os conceitos sintetizados no Quadro 5 não esgotam as contribuições de MacIntyre (2007). Pode-se elencar ainda as comunidades baseadas na prática, a *eudaimonia* enquanto *telos* da vida de uma pessoa, a prudência, abordada a seguir, entre outras definições relevantes para a ética. Além dos conceitos, sua crítica contra o emotivismo moral contemporâneo e sua retomada da ética de fundamentos aristotélico-tomistas, faz de MacIntyre uma referência para os estudos da ética e das práticas organizacionais.

Teorizando sobre os conceitos de bem comum e virtudes nos negócios, Ferrero, Sison e Guitián (2018) elencam três abordagens da ética das virtudes: a de Aristóteles, a Doutrina Social da Igreja (DSI) e a de MacIntyre. De forma esclarecedora descrevem as principais contribuições do trabalho de MacIntyre, o qual nos incita a compreender, segundo os autores, os aspectos históricos e sociológicos associados à ética das virtudes, sem deixar de considerar a natureza da finalidade humana (*telos*).

Segundo Ferrero, Sison e Guitián (2018), a abordagem sociológica para as virtudes de MacIntyre possui três estágios. Primeiro ele define “práticas” em contraste com “instituições” (p. e.: organizações ou projetos em que se pode praticar o voluntariado) e estabelece os bens internos e os padrões inerentes às práticas cooperativas. “Sem práticas, não há virtudes, porque não haveria bens internos ao desempenho das atividades.” (FERRERO; SISÓN; GUITIÁN, 2018, p. 13, tradução nossa). Em segundo lugar, MacIntyre examina como agentes individuais de tais práticas compatibilizam os vários papeis que assumem, na medida em que vivenciam sua biografia ou narrativa de vida. Considerando os muitos papéis que alguém assume na vida, “a virtude consiste em uma exitosa organização, hierarquia e ordenamento de tais papéis, práticas e bens” (FERRERO; SISÓN; GUITIÁN, 2018, p. 13, tradução nossa). Os autores esclarecem que isso revela como as virtudes são socialmente integradas, imersas - *social embeddedness* – através dos diferentes papéis assumidos. E terceiro, a realização das práticas e dos papéis deve ser contributiva para o desenvolvimento e benefício da sociedade como um todo. A partir da percepção de MacIntyre se consegue compreender a conexão entre as práticas de pessoas virtuosas, como assumem diferentes papéis em diferentes organizações e como podem, por esses meios, contribuir para o bem comum de sua comunidade, interligando assim a esfera individual, organizacional e comunitária.

2.2.3.3 A perspectiva da Doutrina Social da Igreja

A Doutrina Social da Igreja (DSI) ou *Catholic Social Teaching* (CST) é uma corrente entre as perspectivas da ética das virtudes e a qual provém da teologia moral da Igreja Católica. Fundamentada nos documentos da igreja, ela representa a normativa cristã para o enfrentamento dos problemas sociais. Apresenta seis princípios principais para guiar a ação social de acordo com as virtudes: (1) dignidade humana, (princípio personalista), (2) bem comum, (3) destino universal dos bens, (4) subsidiariedade, (5) participação e (6) solidariedade (FERRERO; SISON; GUITIÁN, 2018, p. 10).

No entanto, o princípio da dignidade humana não deve ser abordado isoladamente, mas em conjunto com outros princípios, formando uma unidade orgânica com o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade. Tomá-los isoladamente levaria a uma interpretação incompleta, orientam Ferrero, Sison e Guitián (2016) a partir de documentos oficiais da Igreja Católica.

Segundo a DSI, há um apelo baseado na fé de que todos os seres humanos são feitos a imagem e semelhança de Deus, conhecido pelo termo *Imago Dei*. (SISON; FERRERO;

GUITIÁN, 2016). A dignidade humana está fundamentada ao princípio personalista, ou humanista, como também é chamado (MELÉ, 2008). Existem vários outros aspectos do princípio personalista além da dignidade, como a unidade de corpo e alma, abertura à transcendência, singularidade e liberdade do ser humano (*Compendium of the social doctrine of the Church* CSDC, pp. 124-148; *apud* SISON; FERRERO; GUITIÁN, 2016).

O propósito da CST é prático: efetivamente prevenir contra ações que firam a dignidade humana. Não é necessário concordar com os pressupostos metafísicos da abordagem, mas sim é possível considerar o princípio da dignidade humana como um guia para a ação. A condição do ser humano como *imago Dei* implica uma sacralidade, concepção que pode ser acolhida e justificada racionalmente, em virtude de seus motivos práticos em favor do ser humano, mesmo por pessoas não religiosas (SISON; FERRERO; GUITIÁN, 2016). Um ser humano não é "algo" que pode ser substituído por outro indivíduo da mesma espécie. Toda pessoa é alguém de forma única, irrepetível e de imenso valor, um certo absoluto (SPAEMANN, 2015).

O termo *Imago Dei*, para expressar a dignidade humana na DSI, pode ser interpretado de maneira substancial, relacional e funcional. A primeira, substancial, considera a dignidade um atributo da pessoa humana, que afeta sua unidade substancial do corpo e da alma; é inerente ou intrínseca a cada ser humano, condição básica ou princípio irredutível da humanidade. Todos os seres humanos gozam desta dignidade por pertencerem à espécie humana. A segunda, relacional, considera que tudo o que as pessoas são e fazem tem uma dupla dimensão de individualidade e de relação ou de socialidade. E a terceira, funcional, leva em conta um segundo grau de dignidade, a qual precisa de ser desenvolvida ou elevada a um estado de excelência moral ou de virtude, de modo que os seres humanos expressam dignidade através das suas ações (SISON; FERRERO; GUITIÁN, 2016).

Os outros princípios podem ser assim pontuados:

- Bem comum: a dimensão social e comunitária do bem moral; consiste em três elementos essenciais: o respeito pela pessoa, o bem-estar social e o desenvolvimento do grupo e a paz, a estabilidade e a segurança de uma ordem justa. Não só o bem comum deriva da dignidade básica dos seres humanos, mas é também a meta ou objetivo do desenvolvimento integral da dignidade. O nosso trabalho individual só pode ser realizado em conjunto com o trabalho dos outros. Busca-se priorizar a ajuda aos pobres, a vida marginalizada em condições incompatíveis com o crescimento e desenvolvimento;
- Princípio da subsidiariedade: concebe ser possível ajudar as pessoas que integram uma comunidade a partir da atividade social, e nunca atuar de maneira a destruir ou absorver;

nesse sentido, a defesa e promoção da dignidade humana é melhor servida quando entidades de ordem superior, tais como o Estado, prestam assistência a entidades de ordem inferior da sociedade civil, em vez de as absorverem ou substituírem. Fazê-lo de outra forma seria suplantar a liberdade pessoal, a iniciativa e a responsabilidade, constituindo uma afronta à dignidade;

- Princípio da solidariedade: também conhecido como "interdependência" ou "socialização" entre os integrantes de um grupo social ou comunidade (SISON *et al*., 2016).

Como um todo, a DSI sugere que a dignidade humana é uma qualidade inerente, intrínseca, irredutível e indestrutível, igualmente encontrada em todos os seres humanos; requer desenvolvimento ou elevação, através de ação livre e ponderada, para um estado de excelência moral, perfeição ou virtude; e requer um contexto ou quadro de reconhecimento ou reconhecimento mútuo na vida e nas instituições sociais e políticas. Outra marca distintiva da dignidade humana na DSI é sua conexão essencial com outros princípios fundamentais do bem comum, o destino universal de bens, subsidiariedade, participação e solidariedade. (SISON *et al*., 2016).

Relacionada ao trabalho, a dignidade humana sugere uma precedência do dever ou obrigação de trabalhar sobre o direito e a preeminência da dimensão subjetiva do trabalho sobre a dimensão objetiva. A dignidade humana é uma premissa para a participação humana em várias formas de vida social e institucional (SISON; FERRERO; GUITIÁN, 2016).

2.2.4 As virtudes morais

Virtudes morais não são apenas traços do caráter, mas excelências do caráter. Não são meras tendências do comportamento, e sim o tipo de pessoa que se é (HURSTHOUSE, 1999). Aristóteles associava as virtudes morais à parte sensitiva da alma humana, sem deixá-la de associá-la à parte intelectiva. Na corrente aristotélico-tomista, a relação de interdependência entre virtudes morais e a prudência reconhece que para alguém ser virtuoso precisa ser prudente e expressar alguma virtude em seus hábitos.

As virtudes morais geralmente são reunidas ou representadas pelas quatro virtudes descritas como cardeais - fortaleza, temperança, justiça e prudência - mas além delas há uma série de outras virtudes discutidas, inclusive listas de virtudes foram reunidas no campo da Administração (p.ex.: SOLOMON, 1992; SHANAHAN; HYMAN, 2003). Até aqui se tratou

de alguns pressupostos acerca da ética das virtudes como um todo e de virtudes morais em específico. Por isso, esta seção se destina a discutir características e elementos relacionados à algumas virtudes morais em especial.

Uma pessoa honesta, segundo Hursthouse (1999) se preocupa em ser honesto em diferentes maneiras: tende a evitar acordos desonestos, busca corrigir uma falsa impressão que suas palavras deixaram, dá voz à verdade, se preocupa em ter certeza de que você entende o que está concordando fazer, desaprova os desonestos e admira os honestos, defendem os honestos e procura não se relacionar com desonestos, não se ressente com críticas honestas e se choca com atos de desonestidade (HURSTHOUSE, 1999, p. 11-12).

2.2.4.1 Fortaleza: a virtude da coragem

A fortaleza é mais conhecida como a virtude da coragem. Atualmente muito se tem dito sobre a capacidade de gestores e líderes serem resilientes, suportar as adversidades, manter o rumo, mesmo quando se está "remando contra a maré". A resistência é um componente da virtude da coragem ou fortaleza (HAVARD, 2012, p. 87). A coragem, enquanto virtude, é um meio termo entre dois extremos, a temeridade ou excesso de confiança de um lado, e a covardia do outro.

Para ilustrar a fortaleza e o sacrifício voltado para o bem, Havard (2012) relata a história do escritor russo Alexander Solzhenitsyn, de Madre Teresa de Calcutá e do geneticista Jérôme Lejeune. Lembra Havard (2012) que Lejeune é um exemplo notável de fortaleza na luta pela vida. Como geneticista, ele descobriu a causa da Síndrome de Down em 1958. Candidato ao prêmio Nobel, ele falou na Assembleia Geral das Nações Unidas: "A 'vida é um fato, não um desejo...temos diante de nossos olhos uma instituição de saúde que se transforma numa instituição de morte.' Depois de ter dito a verdade com liberdade, confiou à sua esposa: esta tarde perdi o Prêmio Nobel" (HAVARD, 2012, p. 91). Assim, ele se manteve firme em suas convicções, arriscando a própria carreira e reputação para sustentar o que suas descobertas revelavam. Sobre a fortaleza de um defensor da vida, Burggraf (2015, p. 17) diz o seguinte: *"Si estamos dispuestos a trabajar a favor de la vida, necesitamos un corazón libre y fuerte. Tenemos que llegar a ser cada vez más independientes de los juicios de los otros. Un auténtico defensor acepta serenamente ser tomado por loco."*

Quando alguém suporta situações penosas costuma-se reconhecê-lo como alguém com coragem. Aristóteles trabalha cinco tipos de coragem, mas cabe aqui destacar sua definição,

como sendo a disposição intermédia a respeito das situações que convidam ao excesso de confiança e as que levam a sentir um medo tremendo (ARISTÓTELES, 2009, 1116a 10).

2.2.4.2 Temperança ou autodomínio

Temperança é também chamada de autocontrole e autodomínio. É a virtude moral que controla o apetite concupiscível dos seres humanos, ou seja, o desejo intenso de perseguir o que é agradável e evitar o que é prejudicial (MORALES-SANCHEZ; CABELLO-MEDINA, 2013). É uma certa moderação e equilíbrio na procura de prazeres e outras coisas atrativas por uma questão de ética (SANZ; FONTRODONA, 2018). Ela também é descrita como a virtude que salvaguarda a prudência (ARISTÓTELES, 2009).

O autodomínio é inseparável da humildade. Cria no coração do líder um espaço para os outros, um espaço em que o ideal de serviço chegue a materializar-se. A pessoa que não é temperante raramente está disposta a servir e normalmente está centrada em si mesma. (HAVARD, 2012, p. 96). O que caracteriza a pessoa humilde, segundo Argandona (2014) é o autoconhecimento que ela tem de si mesma e, em particular, a intenção com que ela a avalia ou julga. A intenção é importante porque, como todas as virtudes genuínas, a humildade é praticada para o desenvolvimento ou melhoramento do agente e para o serviço a outros.

Considerando a perspectiva aristotélica da ética das virtudes, Sanz e Fontrodona (2018) enumeram três características principais da virtude da temperança: (1) ela se refere a um estado do caráter de alguém, a partir do qual se escolhe um ponto intermediário, entre o excesso de temperança ou a sua falta, ambos vícios contrários à virtude; (2) esse meio termo concerne ao objeto de tal virtude, neste caso aos prazeres e paixões da parte concupiscível da alma. Assim, escolhas extremas como privar-se de todo prazer ou, ao contrário, permitir-se usufruir de todos os prazeres, sem levar em conta o que é bom para o bem humano, seriam vícios do caráter; (3) finalmente, a temperança é guiada pela virtude da prudência, pois envolve escolha e julgamento. Sanz e Fontrodona (2018) reconhecem no pensamento de Tomás de Aquino que na temperança há um princípio moderador que pode estar associado a outras virtudes, quando se está considerando o domínio das paixões, tanto no apetite por comida, bebida e sexo, como para a moderação por outras coisas, como dinheiro, jogos, etc.

Ao discutir a definição para a temperança da ética das virtudes, da psicologia e como competência moral, Sanz e Fontrodona (2018, p. 9, tradução nossa) chegam a seguinte definição: a temperança é “a capacidade de exercer moderação e equilíbrio nos apetites e

prazeres mais atraentes que têm uma relação direta no desempenho profissional em prol de um propósito moral".

2.2.4.3 Justiça: dar a cada um o que é seu

Aristóteles (2009) dedica o capítulo V na obra "*Ética a Nicômaco"* para a justiça. Além de afirmar que alguém é justo quando respeita as leis, quando quer apenas o que lhe é devido e respeita a igualdade, também destaca que quem a possuir tem o poder de não a usar somente para si, mas também com os outros. A justiça se manifesta como uma disposição para o outro. O estagirita também define a noção de equidade para explicar o papel da justiça em situações que se precisa retificar a justiça legal (ARISTÓTELES, 2009, 1130a1).

A virtude da justiça é considerada, na abordagem da ética das virtudes, como um hábito ou atitude permanente da vontade para realizar atos justos (MORALES-SANCHEZ; CABELLO-MEDINA, 2013). Um agente moral justo é aquele que consegue escolher o justo ao ponderar sobre as relações com os outros, nas trocas econômicas, na sua resposta ou contribuição para a sociedade. Chegar a essa sabedoria sobre como ser justo implica a virtude da *phronesis* para ponderar sobre os fatores contextuais e circunstâncias.

Falar da justiça é falar sobre direitos fundamentais das pessoas e reconhecer a natureza humana. Segundo Havard (2012), alguém é justo quando dá a cada um o que é seu, ao cumprir fielmente as suas responsabilidades profissionais, familiares, sociais e religiosas. A justiça é uma virtude a partir da qual cada um pode contribuir com o bem comum.

2.2.4.4 Esperança: virtude teologal e moral

As virtudes da esperança, da fé e da caridade são conhecidas como teologais ou cristãs. Tomás de Aquino e Santo Agostinho são nomes presentes nas discussões contemporâneas de tal virtude. Porém, como Milona (2020) e outros autores que se aprofundam em tal virtude, a esperança não está confinada à religião, e pode ter atributos de uma virtude moral.

Enquanto virtude moral, a esperança distingue-se de uma atitude de esperança ou de emoções de esperança. Para Milona (2020), ela corresponde à expressão cotidianamente utilizada de "ter prioridades claras" - *"having your priorities straight"* - (MILONA, 2020, p. 5). Em sua análise, Milona (2020) procura fundamentar o conceito de uma virtude da esperança e como ele pode ser relacionado à esperança enquanto virtude teologal. Para isso, o autor revisita duas perspectivas principais: a chamada modelo de identidade e o modelo de

incorporação, o qual considera a incorporação da esperança à razão, para em seguida propor seu modelo.

Milona (2020) compõe uma descrição da esperança a partir de três elementos principais. Descreve-a como sendo: esperar que "p" envolve um senso de que "p" é possível e um desejo de "p". Além disso, acolhe a noção de que, além do desejo de "p" e de uma visão positiva de sua possibilidade, pode haver ainda uma percepção das razões de "p". (MILONA, 2020, p. 4). Esses três elementos tomados como um conjunto que sustenta a esperança, pode ser um modelo analítico relevante para se compreender os fatores que levam alguém a exercer mais ou menos a virtude da esperança. Mais importante, Milona (2020) adverte que alguém pode esperar bem ou mal, *"we can hope well of poorly"* (MILONA, 2020, p. 5) e que então pode haver uma esperança apropriada para determinado contexto e situação. Milona (2020) afirma ser os traços de excelência do caráter que nos levam a esperar pelas coisas certas, da maneira certa e no momento certo.

Milona (2020) não escreve com estas palavras, mas costuma-se dizer que quando alguém se sente perdido, assoberbado de tantas papeis a cumprir ou adversidades a superar, essa pessoa se vê sem rumo, desnorteada (o que se poderia entender como ausência de uma visão de futuro, ou de propósito). Um amigo diria: você precisa saber o que é mais importante para você! Seria uma dificuldade de harmonizar o desejo, a possibilidade e as razões para se engajar em busca de certa visão de futuro. Tal falta de rumo pode representar uma deficiência em se estabelecer prioridades claras, o que pode ser causada por várias razões, como um evento inesperado, uma emoção. E é a partir de tal disposição que Milona (2020) descreve a virtude moral da esperança.

"Dar prioridade" significa definir o que é mais importante, o que pressupõe um julgamento. Prioridade é uma palavra comparativa; do latim *prioritas* significa o que vem antes no tempo, na ordem ou em um ranking. Pode-se ordenar, por exemplo, quais tarefas ou quais políticas públicas terão prioridade. Do ponto de vista pessoal, ter prioridades claras significa saber o que é mais importante considerando a vida como um todo: o que fazemos, os papeis que assumimos, mas ainda há momentos em as prioridades podem entrar em conflito. Assim, por exemplo, com prioridades claras um profissional melhor consegue ponderar a esfera do trabalho, da família, do lazer, da saúde e da espiritualidade, construindo uma visão significativa do porvir embasada em: suas esperanças centrais, os fins certos, ordenadas apropriadamente e agindo na base de tais esperanças. Ponderar o peso das prioridades também é muito importante e, nesse sentido, a virtude da esperança mantém uma relação com a sabedoria similar à relação da sabedoria com a coragem. A sabedoria prática, segundo Milona (2020) auxilia alguém a

compreender por que um determinado projeto ou papel tem prioridade, ou seja, é algo que ajuda a ponderar as prioridades não só antes da ação mas ao longo do tempo, fazendo os ajustes necessários, conforme as circunstâncias e o contexto. Portanto, Milona (2020) sugere que a virtude da esperança significa conseguir reordenar as prioridades que podem ter se desordenado por "n" motivos.

Até aqui apresentei em linhas gerais algumas virtudes morais. Tratarei agora de forma mais aprofundada da virtude da prudência, devido ao seu papel fundamental para as demais virtudes, e à sua posição no arcabouço teórico da ética das virtudes.

2.2.4.5 Phronesis: a virtude da prudência ou sabedoria prática

A palavra prudência passou por um processo de perda de seu significado clássico, de forma similar à palavra virtude. Aubenque (2008) argumenta que a prudência foi mais vítima do espírito público do que das palavras, devido especialmente ao racionalismo e em seguida, ao moralismo. Semanticamente, Lauland (2014) descreve que a palavra passou por uma verdadeira alteração de sentido, nem sempre mantendo sua grandeza enquanto virtude.

A prudência tem sua raiz grega na palavra *phronesis*, sendo uma das virtudes intelectivas principiadas por Aristóteles (2009). É também considerada uma entre as virtudes cardeais. Os fundamentos da virtude da *phronesis* podem ser encontrados no livro VI da "Ética a Nicômaco" (ARISTÓTELES, 2009), considerado uma das principais referências sobre o assunto, segundo Berti (2002). Tomás de Aquino (2014), por sua vez, aborda *De Prudentia*, contida em sua *Suma Teológica*, definição que não se pode subestimar, pois o Aquinate a considera a "mãe das virtudes", uma virtude de ordem superior, a guia das virtudes (LAULAND, 2014).

A prudência ou sabedoria prática tem sido retomada ou reinterpretada em várias áreas do saber, e a intensa reflexão sobre ela tem apontado para o seu papel crucial para a concretização de ações morais. Costuma-se dizer que ela é a virtude condutora das demais (AUBENQUE, 2008; BACHMANN; RABISH; DIERSMEIER, 2017) e que é responsável por encontrar os meios corretos de se chegar aos fins bons, enquanto as virtudes morais indicam os fins.

Para as primeiras investigações sobre o estado da arte sobre as virtudes morais, optou-se por iniciar pela virtude da prudência, especificamente pela sua origem grega *phronesis*. Esses estudos se desdobraram em dois artigos. O primeiro reúne trabalhos na área da Administração e Organizações relacionados ao ensino-aprendizagem da sabedoria prática (AMES; SERAFIM, 2019). O segundo se aprofunda em uma revisão da literatura sobre a *phronesis* em

Administração, estudos organizacionais e negócios (AMES, SERAFIM, ZAPPELLINI, 2020).[12] Esses estudos permitiram especialmente compreender diferentes definições e perspectivas sobre a sabedoria prática ou prudência[13], reconhecer que no campo há abordagens mais formais e outras mais substanciais e completas sobre a *phronesis*, e que ainda é necessário lançar luz sobre a relação entre a prudência e as virtudes morais.

Esses estudos são importantes para essa tese por duas razões. Primeiramente, a área de Ensino em Administração pode trazer importantes *insights* de como a *phronesis* pode ser aprendida na prática e, dessa maneira contribuir para seu desenvolvimento nas organizações. Em segundo lugar, os conceitos atribuídos à *phronesis* a partir desses estudos trazem maior interdisciplinaridade para se chegar a uma definição da prudência considerando referências da área de educação moral e para o caráter.

2.2.4.5.1 O conceito da *phronesis* e seus antecedentes

A *phronesis*, termo grego para prudência, sabedoria prática ou sensatez, é uma entre as virtudes cardeais (MORALES-SANCHEZ; CABELLO-MEDINA, 2013) e a qual assume um papel central para a ação moral na Administração. A *phronesis* se realiza ao ordenar e cooperar com as virtudes morais e, juntas, mantêm entre si uma interdependência (AUBENQUE, 2008) ou conexão (RUSSEL, 2009): não é possível ser prudente sem virtudes morais e, para ser virtuoso, é necessário prudência (AUBENQUE, 2008; ARISTÓTELES, 2009; TOMÁS DE AQUINO, 2014).

No campo da Administração no contexto brasileiro, a *phronesis* é abordada nas teses de Karam (2014), Caitano (2016), e nos artigos de Domenico e Pimentel (2017) e Caitano e Serva (2017). Nesses trabalhos, geralmente ela é considerada, tanto uma forma de sabedoria prática ou racionalidade, quanto uma lente alternativa para a interpretação dos fenômenos organizacionais. Internacionalmente, contribuições multidisciplinares, além das do campo da Administração, vêm abordando a sabedoria prática (BACHMANN; HABISCH; DIERKSMEIER, 2017), especialmente com a retomada dos estudos sobre caráter e virtudes morais (FERRERO; SISON, 2014).

[12] Procuro apresentar aqui os resultados dos artigos de Ames e Serafim (2019) e Ames Serafim e Zappellini (2020) que considero mais relevantes para o estudo em curso. Para a tese, como um todo, essas revisões da literatura representam o principal esforço teórico. O primeiro revisou 37 artigos sobre ensino-aprendizagem da *phronesis* em Administração e o segundo se aprofundou em outros 57 artigos que discutem a *phronesis* na área.

[13] Usarei os termos prudência, sabedoria prática e *phronesis* como termos intercambiáveis. No entanto, a visão que mantenho dessa virtude é que ela deve ser acessada como um elemento integrante da ética das virtudes, mantendo seu aspecto moral e de relação com as virtudes, distinguindo-a de mera astúcia ou saber como.

O termo *phronesis* remonta à antiguidade da civilização grega. Antes de ser sistematicamente discutido por Aristóteles (2009), o verbo *phronein* expressava a sensatez almejada por personagens das tragédias gregas, como Antígona, de Sófocles (AUBENQUE, 2008). A *phronesis* foi traduzida, ao longo do tempo, por providência, prudência, sensatez, sabedoria prática ou inteligência prática, este último termo utilizado por Russel (2009).

Ao traduzir o termo do grego para o latim, Cícero emprega o termo "providência", para manter o seu sentido de *foresight* (BEABOUT, 2017). Séculos mais tarde, Tomás de Aquino retoma a ética aristotélica e a integra à moral cristã (ABBÁ, 2008), utilizando o termo latino *prudentia*.

Segundo Tomás de Aquino, a prudência é a arte de tomar a decisão correta, com base na realidade. Ela é composta pelos atos da deliberação, julgamento ou escolha e comando para a ação (TOMÁS DE AQUINO, 2014, II-II, 47-56). As partes da prudência podem ser organizadas em três categorias: as partes quase-integrais (componentes), as subjetivas (tipos) e as potenciais, conforme exposto no Quadro 6.

Quadro 6 - Partes da Prudência

Partes da Prudência		
Partes Integrais	Partes Subjetivas	Partes Potenciais
Dimensão cognoscitiva 1. Memória 2. Razão 3. Inteligência 4. Docilidade 5. Sagacidade Dimensão "comando 1. Providência 2. Circunspecção 3. Prevenção	1. Prudência pessoal 2. Prudência doméstica, organizacional 3. Prudência política Ou Em sentido amplo: 1. Demonstrativa 2. Retórica 3. Dialética	*1. Euboulía* *2. Synesis* *3. Gnóme*

Fonte: adaptado de Aquino (2014) e Ferrero *et al*. (2020).

O Aquinate apresenta a prudência na segunda parte de sua *Summa Theologiae*, onde lhe dedica dez questões (FERRERO *et al*., 2020). Como detalhado por Tomás de Aquino (2014), as partes integrais possuem duas dimensões: a cognoscitiva e a de comando. A primeira é composta por: (1) memória, retomar experiências; (2) razão, capacidade de ser racional; (3) inteligência, a reta avaliação em vistas a um fim particular; (4) docilidade, a boa vontade de

aprender com a experiência e com pessoas mais velhas; e (5) sagacidade, realizar boas estimativas por si mesmo para analisar o meio. A dimensão de comando é formado por: (1) providência, olhar para o futuro e vislumbrar possibilidades futuras a partir da presente situação; (2) circunspecção, ponderar sobre as circunstâncias, para saber se determinado ato é o melhor para a situação presente; e (3) prevenção, ter cuidado para evitar o mal, especialmente quando mascarado de bom (FERRERO *et al*., 2020). As partes subjetivas correspondem a extensão de sua aplicação, contendo três partes: prudência pessoal, prudência organizacional e prudência política. E por fim, as partes potenciais correspondem ao bom conselho (*euboulía*), bom juízo em relação a questões ordinárias (*synesis*) e o juízo das coisas para as quais é necessário se afastar das leis comuns, isto é, baseando-se em princípios superiores (*gnóme*) (AMES; SERAFIM; ZAPPELLINI, 2020).

A tradução contemporânea como "sabedoria prática" tem raízes na filosofia oriental (PROVIS, 2010; BAMFORD, 2014). Um panorama desse legado é apresentado por Bachmann, Habisch e Dierksmeier (2017), bem como uma articulação com as contribuições da teologia, da psicologia e da Administração. Além disso, uma retomada do termo *phronesis* é encontrada na obra de Heidegger, na fenomenologia hermenêutica de Gadamer e de Ricoeur, entre outros pensadores contemporâneos. Para Gadamer (2008), por exemplo, a *phronesis* é considerada como uma forma de conhecimento prático, o caminho interpretativo em sua hermenêutica. Além deles, esse e outras noções aristotélicas são abordadas por Hannah Arendt (2014), Philippa Foot (2002), Elisabeth Anscombe (1958) e Alasdair MacIntyre (2007). Tais autores propuseram discussões sobre a condição humana, dilemas morais e ações virtuosas, baseando-se na obra de Aristóteles. MacIntyre (2007) retoma a discussão da *phronesis*, dentro de uma perspectiva comunitária para as virtudes morais e fazendo uma crítica ao mercado.

Beabout (2017) esclarece que a *phronesis* ou sabedoria prática em MacIntyre vem a ser mais bem definida em obras posteriores ao *Depois da Virtude*. A sabedoria prática é descrita como a virtude pela qual a pessoa adquire a disposição do intelecto, de modo que, em cada ação, é excelente em: (1) deliberar sobre o que fazer enquanto consideram-se particularidades, (2) fazer em cada caso um bom julgamento, e (3) levar a cabo tais decisões em ação. O arcabouço de análise encontrado em MacIntyre – práticas, instituições, tradição, comunidades baseadas em práticas, bens internos e bens externos – tem sido sugerido para a compreensão da dimensão moral nas organizações (p. ex.: MOORE; GRANDY, 2016; BEABOUT, 2012; BEADLE, 2013), e em outras propostas encontradas na revisão de Ferrero e Sison (2014).

Para Sison e Ferrero (2015), a prudência (*phronesis*), ou sabedoria prática, é considerada um dos elementos principais na interpretação neoaristotélica, juntamente com a noção de

eudaimonia (*human flourishing*) e das virtudes (*areté*). Eles explicam que a *phronesis* demanda que a ação seja o resultado de escolhas conscientes acompanhadas pela razão correta. A escolha consciente vem da correta apreciação das circunstâncias da situação, juntamente com o conhecimento prático sobre como proceder. Esses requisitos geralmente são alcançados com o tempo e experiência sobre determinada situação.

A prudência também figura como uma entre as virtudes cardeais, juntamente com a fortaleza, temperança e justiça. Morales-Sanchez e Cabello-Medina (2013) a consideram como uma competência moral relacionada ao conhecimento e à sabedoria prática. Na tomada de decisão ética, argumentam que a prudência pode afetar três componentes: a sensibilidade moral, o julgamento moral e a intenção moral.

Em estudos sobre o ensino e aprendizagem da *phronesis*, Ames e Serafim (2019) procuram identificar a noção de *phronesis* predominante em 37 artigos sob análise. Assim, encontram cinco definições principais e complementares. a *phronesis* vem sendo discutida a partir de aspectos complementares. A primeira interpretação reconhece essa virtude intelectual como um tipo de conhecimento prático. Uma segunda corrente parte da noção de disposição para o julgamento sábio/correto/moral diante de situações. E ainda uma terceira vertente descreve a *phronesis* como a capacidade de percepção do contexto particular e das situações e, nesse caso, correlacionado à forma experiencial de ensino e aprendizagem. Além dessas três noções, a *phronesis* também aparece em trabalhos como a estratégia de pesquisa chamada ***phronetic social science***, estabelecida por Flyvbjerg (2001). Os trabalhos organizados segundo tais definições compõem o Quadro 7.

Quadro 7 - Definições da *phronesis* em ensino-aprendizagem na Administração

Definições de *phronesis*		**Artigos**
1	Disposição para o julgamento ou deliberação	Maguire (1997); Gibbs e Angelides (2004); Clark (2005); Alexander (2006); Bishop e Rees (2007); Wivestad (2008); Davis (2012); Brown, Holtham, Rich e Dove (2015); Kupers e Pauleen (2015)
2	Percepção do contexto e da situação real	Korthagen e Kessels (1999); Birmingham (2003); Hirst e Carr (2005); Berthrong (2009); Salite, Gedzune e Gedzune (2009); Gilkison, Giddings e Smythe (2015); Tyson (2015); Kassam, Avery e Ruelle (2016)
3	Tipo de conhecimento prático	Noel (1999b); Hartog e Frame (2004); Salminen-Karlsson e Wallgren (2008); Melville *et al.* (2012); Clegg, Jarvis e Pitsis (2013); Ramsey (2014); Marlow *et al.* (2015); Salloum (2016)
4	*Phronetic social research*	Cairns, Sliwa e Wright (2010); Bileisis (2012); Gibbs e Maguire (2012); Robbins (2013); Fougere, Solitaner e Young (2014); Lee (2015)
5	Múltiplas definições	Noel (1999a); Kristjánsson (2005); Breier e Ralphs (2009), Karam, Sidani e Showai (2015); Kreber (2015)

Fonte: Ames e Serafim (2019).

Na análise de Noel (1999a), a *phronesis* foi traduzida sob diversos termos e expressões na língua inglesa: *practical reasoning, practical wisdom, moral discernment, moral insight* e *prudence*. Esses conceitos são abordados por correntes que destacam uma de suas facetas: (1) racionalidade, (2) percepção e *insight* da situação, e, (3) moralidade e o caráter ético e moral do *phronimos* (a pessoa que exerce). No ensino, a perspectiva racional ou silogística da *phronesis* desenvolveu teorias sobre o argumento prático que o professor pode desenvolver como competência. Os autores que consideram o aspecto situacional da *phronesis* – como habilidade de perceber o contexto particular das situações – elaboram conceitos sobre a percepção prática, discriminação enquanto significado da percepção, discernimento e *insight.*

Por outro lado, Kristjánsson (2005) argumenta que três correntes na área de educação se distanciam das noções de Aristóteles (2009). A primeira delas é a "perspectiva do *ethos*", a qual se desenvolveu muito na Alemanha, mas que recebeu críticas da corrente Habermasiana. Faltam-lhe, segundo o autor, noções aristotélicas como *telos* e *logos*. Nos anos 1980 e 1990 aparece a segunda corrente, que se pode chamar de "perspectiva de *logos"*, para a qual os silogismos práticos poderiam melhorar os processos de raciocínio.

A terceira, segundo Kristjánsson (2005), chamada *perspectiva phronesis-práxis*, ou PPP, é representada por dois autores em especial: Joseph Dunne e Wilfred Carr. Na interpretação do autor, essa corrente estabelece uma abordagem antimétodo e antiteoria, dando prioridade para a prática. Diferentemente, para Kristjánsson (2005), há espaço para o método e para a teoria na educação, desde que inseridas na prática e relacionada em um contexto local. Kristjánsson (2005, p. 464) considera *a phronesis* como a "virtude intelectual que ajuda as virtudes morais encontrarem seu correto fim e os adequados meios para tais fins".

Em termos da apropriação do conceito da *phronesis* para campo e realidade da Administração, é importante considerar a preocupação de Ramsey (2014) e Kristjánsson (2005) sobre os conceitos da *phronesis* e sua fundamentação na filosofia de Aristóteles (2009). As definições atribuídas à *phronesis* relacionada ao seu ensino e aprendizagem revelam, de uma forma geral, elementos presentes como a reflexão, a imaginação, a aprendizagem e a experiência, bem como sua função mediadora entre conhecimento e virtudes, ou ainda dão ênfase ao processo de como ela é exercida, tais como julgamento, atenção e ação.

2.2.4.5.2 Temas de pesquisa sobre a *phronesis* na área administrativa e organizacional

Na revisão sistemática de Ames, Serafim e Zappellini (2020) os autores revisaram 57 artigos e analisaram uma série de características da produção científica sobre o tema, como referências bibliográficas mais utilizadas, discussões teóricas e empíricas e os principais temas investigados. Com o aprofundamento da análise, três formas de abordar a *phronesis* foram sendo delineadas: como arcabouço teórico para entender um tópico específico na Administração, enquanto uma nova abordagem para a investigação no campo da Administração, e em estudos da *phronesis per se*.

Uma constatação que aparece nos trabalhos de Kavanagh (2013), Billsberry e Birnik (2010) e Pinto (2013) é que a Administração e as práticas organizacionais correspondem a uma complementaridade entre as diferentes formas de conhecimento: a *episteme*, a *teckné* e a *phronesis*. Particularmente, a *phronesis* corresponde ao conhecimento contextualizado, na apreensão, análise e escolha diante das circunstâncias, consistindo em uma ação (domínio da *práxis*) que tem um fim em si mesma (o que a distingue da *teckné*). Esse conhecimento voltado para a *práxis* coexiste com outras formas de conhecimento, como o voltado para a produção (*poiesis*) e para o conhecimento teórico (*sofia*). Esses autores refletem sobre as implicações dessa abordagem para a investigação, educação e compreensão do campo da Administração e Estudos Organizacionais.

Pinto (2013) retoma Tomás de Aquino e considera a interpretação do aquinate para a *phronesis* aristotélica, apresentando o conceito de razão prática. Pinto (2013) propõe uma prudência empresarial, baseada na *phronesis*, na *teckné* e na *episteme.*

MacIntyre (2007) é citado por Beadle e Köinöt (2006), Francis (1994), Holt (2006), Provis (2010), Kavanagh (2013), Pinto (2013), Ungvári-Zrínyi (2013), Mackay, Zundel e Alkirwi (2014) e Shotter e Tsoukas (2014a). Os principais conceitos analíticos de MacIntyre (2007) são articulados para o estudo da *phronesis* nas organizações. Sua obra também é lembrada pela crítica que faz à ciência moderna. Alguns de seus conceitos abordados são: as práticas relacionadas a uma profissão, a tradição, a *community-based practice*, os bens internos e os bens externos, as virtudes morais e a *phronesis*.

Quadro 8 - Temas sobre o estudo da *phronesis* em Administração

Grande tema	Nr artigos	Teóricos	Empíricos
1. Racionalidade, decisão, julgamento e intuição	10	Roca (2007), Clark (2007), Provis (2010), Hurst (2012), Pinto (2013), Shotter e Tsoukas (2014b); Bamford (2014); Queiroz (2015); Bachman, Habisch e Dierksmeier (2017)	Nyberg (2008)

2. Profissões, competência, caráter, identidade e contexto	11	Rämö (1999, 2004, 2004b); Francis (1994); Bredillet, Tywoniak, Dwivedula (2015a; 2015b); Bessant (2009);	Phillipps e Hall (2013); Nishinaka (2016); Bardon, Brown e Peze (2017); Warhurst e Black (2017)
3. Práticas, liderança, estratégia, relação gestores-equipes	13	Majdik e Keith (2011); Nonaka e Toyama (2007); Statler, Roos e Victor (2007); Ungvári-Zrínyi (2013); Nonaka, Hirose e Takeda (2016); Shotter e Tsoukas (2014a); Cook e Leathard (2004); Hamaya e Oya (2013); Holt (2006); Kupers (2017);	Beadle e Köniöt (2006); Mowles (2012); Ogilvy, Nonaka e Konno (2014);
4. Conhecimento, criação, transferência e aprendizagem	8	Mackay, Zundel e Alkirwi (2014); Erden, Krogh e Nonaka (2008); Nonaka *et al.* (2014); Fariñas (2015); Billsberry e Birnik (2010); Bajwa, Kitchlew, Shahzad e Rehman (2015)	Salminen-Karlsson e Wallgren (2008); Muñoz e el-Hani (2008)
5. Método baseado na *phronesis* ou *phronetic research*	7	Clegg (2006); Kavanagh (2013); Willis (2015); Grant (2016); Johannisson (2011); Jansson (2013); Cairns e As-Saber (2017)	-
6. Governança, discurso e comunicação	8	Rooney, Leach e Ashworth (2014); Roos (2017); Kopf, Boje e Torres (2010); Green (2009); Carter, Mayes, Eagle e Dahl (2017)	Rämö (2011); Jansson (2014); Morrell e Bramer (2016)

Fonte: adaptado de Ames, Serafim e Zappellini (2017).

Os seis grandes temas dispostos no Quadro 8 reúnem cada qual um grupo de trabalhos com temáticas próximas ou complementares:

1. O tema "**Racionalidade, decisão, julgamento e intuição**" reúne trabalhos que abordam aspectos individuais pessoais. Alocou-se o artigo de Bachman, Habisch e Dierksmeier (2017) neste tema, por ele propor uma abordagem conciliatória para a sabedoria prática, envolvendo oito características:

> Practical wisdom improves managerial reasoning, decision making, and acting, concurrently (1) integrating and balancing several, often competing interests, rationalities, emotions, challenges, and contexts, (2) orientating towards normative guidance of human flourishing, (3) considering the indispensable sociality of every human being as well as (4) today's multi-layered diversity in life and society, (5) acting appropriately and authentically in a self-aware manner, (6) rediscovering transmitted cultural and spiritual heritage, (7) being aware of the incompleteness of human existence and humble in the face of one's own achievements and capabilities, and (8) targeting always realization in practice. (BACHMAN; HABISCH; DIERKSMEIER, 2017, p. 16).

Como exposto, Bachman, Habisch e Dierksmeier (2017) sugerem que a *phronesis* contribui para o raciocínio gerencial, a tomada de decisão e a atuação, simultaneamente, elementos da prática organizacional que coincidem com os atos da deliberação, julgamento ou escolha e comando para a ação, descritos por Tomás de Aquino (2014).

A *phronesis* é considerada como uma alternativa para se compreender a racionalidade nas organizações, distanciando-se do racionalismo instrumental, ou econômico (QUEIROZ, 2015). O artigo de Hurst (2012) retoma o conceito de Drucker de racionalidade ecológica e o relaciona com a *phronesis*, defendendo a importância da aprendizagem pela experiência e da leitura do contexto, por meio dessa sabedoria prática. Pinto (2013) prefere a razão prática da filosofia de Tomás de Aquino para estabelecer a prudência empresarial como as relações da comunidade de atores organizacionais por meio da sabedoria prática. Clark (2007) argumenta que essa sabedoria também pode ser falível e, por isso, discute a responsabilidade dos profissionais ao tomar decisões e assumir as consequências.

Outros elementos discutidos foram: o componente intuitivo da sabedoria prática como impulso moral e as emoções (ROCA, 2007); a sabedoria prática budista para o treinamento gerencial em discurso (BAMFORD, 2014); a relação entre decisão virtuosa e intuição (PROVIS, 2010); julgamento e o elemento da emoção (SHOTTER; TSOUKAS, 2014b). Provis (2010) encontra similaridade entre a ideia de Confúcio de *yí* e a *phronesis* aristotélica.

Nesse tema, apenas o trabalho de Nyberg (2008) é empírico, no qual se adota uma estratégia etnográfica. Nele, o conceito de *phronesis* de Aristóteles é usado para descrever a moralidade do cotidiano de trabalho de dois *call centers* de seguro, da Austrália. Nyberg (2008) sugere que os julgamentos nos níveis mais baixos da organização são: mais práticos que teoréticos, mais ambíguos que claros, mais emergentes do que estáticos, e mais particulares do que universais. O autor revela que os códigos de éticas têm valor limitado nessa situação e o desenvolvimento da *phronesis* nos membros da organização pode ajudá-los a lidar com a complexidade ética que enfrentam. Nyberg (2008) revela que os funcionários consultam uns aos outros quando precisam tomar uma decisão para adequar a necessidade do cliente ao que a empresa oferece. Em um caso, a colaboradora não seguiu a regra, mas tomou a decisão eticamente correta para atender ao cliente, decisão que se aplicava às condicionantes específicas da situação. Ao compartilhar as histórias e decisões, os funcionários desenvolvem sua capacidade de lidar com diferentes situações. Ao conectar situações passadas com atuais, podem refletir e desenvolver a *phronesis*, a qual requer mais sensitividade moral do que regras. Outra narrativa revela como a moralidade do cotidiano nem sempre se encontra prescrita em códigos de ética, normas ou sistemas, mas faz parte do hábito da pessoa que age.

2. O segundo tema foi nomeado como "**Profissões, competência, caráter, identidade e contexto**". Os 11 artigos desse tema abordam questões profissionais e de trabalho, marcando uma mudança para uma perspectiva mais organizacional do que individual. Foram encontrados um número significativo de trabalhos empíricos, além dos teóricos. O tema envolve questões de profissões e sua relação com a *phronesis*, conceitos de tempo e espaço, competência, contexto e identidade do trabalho. Na coletânea interdisciplinar sobre a phronesis nas profissões, Kinsella e Pitman (2012) debatem a sabedoria prática como forma de conhecimento de profissionais e implicações que essa abordagem coloca para a prática e para a educação profissional.

Nessa linha, Francis (1994) discute a auditoria enquanto prática baseada na sabedoria prática e Phillis e Hall (2013) analisam a contribuição das enfermeiras para a *techné* e para a *phronesis* no contexto organizacional. Outros autores discutem o caráter e a sabedoria na profissão de gestão de projetos (BREDILLET; TYWONIAK; DWIVEDULA, 2015a) e trabalho juvenil e a importância de práticas voltadas para as virtudes morais e sabedoria prática (BESSANT, 2009).

Os conceitos de espaço e tempo estão relacionados à percepção que se tem do contexto, uma característica da sabedoria prática lembrada em vários trabalhos. Discutem-se as diferenças e a complementariedade entre dois conceitos de tempo (*chronos* e *kairos*) e definições sobre o espaço e lugar (*chora* e *topos*), respectivamente, em artigos de Rämö (1999, 2004, 2004b).

Os trabalhos empíricos mais recentes discutem a experiência e entendimento comum (NISHINAKA, 2016) e dois artigos relacionam a sabedoria prática às narrativas de gerentes para a construção de identidade no trabalho; o primeiro, para gerentes de nível médio na Disney francesa (BARDON; BROWN; PEZE, 2017) e o segundo para gerentes mais antigos de outra organização (WARHURST; BLACK, 2017). A significância da sabedoria para os gerentes é geralmente entendida pelas lentes da identidade. O artigo de Bardon *et al*. (2017) sugere que o engajamento dos gerentes com a sabedoria serve como recurso para construir uma identidade do trabalho. Na educação gerencial, segundo os autores, há uma significativa diferença entre conhecimento *da* prática e conhecimento *para a* prática, o que repercute em mudanças na forma de ensino-aprendizagem.

Dentre os trabalhos desse tema, Bredillet, Tywoniak e Dwivedula (2015a) enfatizam um aspecto importante na relação entre *phronesis* e virtudes morais: a inseparabilidade. Retomam Eikeland (2008) para afirmar que a sabedoria prática é uma virtude ética e intelectual, adquirida através da prática: "É impossível ser sábio na prática e não ser uma pessoa boa", como explicou Aristóteles (2009).

3. O terceiro tema envolve "**Práticas, liderança, estratégia, *expertise* e relação gestores-equipes**". Agruparam-se nesse tema os artigos que relacionam a *phronesis* às práticas organizacionais que hoje representam campos de estudo na Administração e na teoria organizacional. Seus subtemas são: estratégia (STATLER; ROOS; VICTOR, 2007), estratégia, liderança e *phronetic leader* (NONAKA; TOYAMA, 2007), liderança e capacidade dinâmicas (COOK; LEATHARD, 2004; NONAKA; HIROSE; TAKEDA, 2016; HAMAYA; OYA, 2013), *expertise* como uma *phronetic practice*, orientada para julgamento e como habilidade para inventar soluções e resolver problemas (MAJDIK; KEITH, 2011), liderança e julgamento "phronético", percepção, emoção, qualidade moral dos agentes e a hermenêutica na produção de sentido (SHOTTER; TSOUKAS, 2014a), ética corporativa baseada na *phronesis* (UNGVÁRI-ZRÍNYI, 2013), gestão do desenvolvimento em organizações não governamentais (MOWLES, 2012).

Nesses artigos, considera-se o papel dos gestores e líderes como atores que exercem a sabedoria prática e procuram empregá-las em suas diversas atividades (BEADLE; KÖNYÖT, 2006), na elaboração de estratégias, na forma de se comunicar à equipe e na forma com que a organização se relaciona com demais atores. O estudo da cultura circense realizada por Beadle e Könyöt (2006) encontra evidências empíricas dos conceitos macintyreanos, como comunidade baseada em práticas e julgamento prático.

Com relação às práticas, esses artigos contribuíram para compor um inventário de práticas organizacionais relacionadas ao exercício da *phronesis*, tais como a retórica e seu papel para o desenvolvimento da sabedoria prática dos gestores (HOLT, 2006), estratégia narrativa e sabedoria prática, ou histórias que agregam uma leitura do contexto (OGILVY; NONAKA; KONNO, 2014). Billsberry e Birnik (2010) consideram a Administração como uma prática contextual, envolvendo as formas de conhecimento *episteme*, *teckné* e *phronesis*. Por isso, recomendam o treinamento de estudantes na sabedoria prática.

4. O quarto tema aborda "**Conhecimento e aprendizagem organizacional**". Esse tema é composto por trabalhos que discutem a *phronesis* sob a perspectiva do conhecimento organizacional, bem como o processo pelo qual ocorre a aprendizagem organizacional. São discutidos a criação do conhecimento (NONAKA *et al*., 2014) e a sua transferência, a exemplo do trabalho de Salminen-Karlsson e Wallgren (2008) e o conhecimento tácito de grupos nas organizações (ERDEN; KROGH; NONAKA, 2008).

O conceito de *métis*, como uma forma particular de *phronesis*, é discutido em sua possibilidade para a aprendizagem organizacional (MACKAY; ZUNDEL; ALKIRWI, 2014). Analisando jogos de videogame, Muñoz e El-Hani (2012) discutem como a tecnologia pode

desenvolver a *phronesis*. Relacionado aos jogos ainda, Kupers (2017) aborda a ludicidade e as diferentes formas de jogos que podem ocorrer nas organizações, afirmando a sabedoria prática como mediadora dessas interações e no contínuo entre uma lógica mais livre e informal até os jogos mais sérios e formais.

Parte desses artigos adota como arcabouço teórico a obra de Ikujiro Nonaka (p.ex. FARINÃS, 2015; BAJWA *et al*., 2015). Hamaya e Oya (2013) descrevem que, segundo Nonaka, a *phronesis* ou sabedoria prática é um hábito virtuoso de tomar de decisões e realizar ações que servem ao bem comum. É uma capacidade de encontrar a "resposta certa" em um contexto particular. Fazer a "microadministração" com visão do todo, ampla, em relação ao futuro. E ainda, que os *phronetic leaders* têm um papel crítico no processo de criação de conhecimento e na abordagem de *design* da inovação. Bajwa *et al*. (2015) argumentam que a *phronesis* pode permitir a tomada de decisão intuitiva. Em seu modelo de análise, consideram que a personalidade e a adaptabilidade cognitiva antecedem a *phronesis*. Definem-na, corroborando Nonaka *et al*. (2014), como um tipo especial de conhecimento tácito, já que sua aplicação se dá em situações particulares; adquirida pela experiência prática que permite alguém tomar decisões prudentes e apropriadas a cada situação, guiado por valores e ética.

No entanto, Farinãs (2015) argumentou que o elemento da vontade não é abordado na noção da *phronesis* que Nonaka atribui à criação de conhecimento. Shotter e Toukas (2014a) sugerem que essa abordagem é mais racional, por considerar as emoções como elementos contingentes à sabedoria prática.

5. O quinto tema, "**Metodologia baseada na *phronesis***", possui sete artigos compostos de discussões teóricas acerca da perspectiva da *organizational phronetic research*. Os artigos empíricos que se utilizaram dessa estratégia de pesquisa estão distribuídos pelas demais temáticas, a fim de destacar o fenômeno em estudo. O livro *Making Social Science Matter,* de Flyvbjerg (2001) define essa nova abordagem de pesquisa. Este tema ilustra uma reinterpretação da *phronesis*, como uma possibilidade epistemológica para a área.

Clegg (2006) discute as dicotomias "teoria e prática", "objetivo e subjetivo" e "integração ou separação" de paradigmas, para argumentar a favor de uma pluralidade discursiva. Segundo o autor, o hábito da pesquisa com abertura para o diálogo pode ser realizado pela sabedoria prática por parte dos pesquisadores.

Kavanagh (2013) considera o poder das instituições que moldam a publicação científica em Administração e sugere o arcabouço de MacIntyre (2007) e alguns conceitos aristotélicos para se compreender e atuar como pesquisador. Nos demais artigos representantes desse tema, a *phronesis* é discutida como tipo de conhecimento e como forma de realizar pesquisas em

organizações, como nas áreas de gestão de projetos (BREDILLET; TYWONIAK; DWIVEDULA, 2015b) e empreendedorismo (JOHANNISSON, 2011).

6. O sexto tema, "**Governança, discurso e comunicação**", é o conjunto de trabalhos que discutem a *phronesis* relacionada à governança, à coprodução, ao discurso e à comunicação. Esta é a temática que mais se aproxima de uma *phronesis* relacionada à esfera pública. Ela acentua a importância do diálogo (KOPF; BOJE; TORRES, 2010) ou do discurso (JANSSON, 2014), como uma habilidade baseada na sabedoria prática e que contribui para a *accountability* e para a governança.

O tema de Green (2009) é a formação de profissionais do setor público, abordando a racionalidade prática, *accountability*, Administração Pública e o papel do julgamento. Definem *responsibleness*, como um conceito construído a partir da perspectiva aristotélica de responsabilidade, que envolve as dimensões pessoal, profissional e de responsabilidade cívica.

Rämö (2011) analisa relatórios de *Corporate Social Responsibility (CSR*) para estudar de que forma os retratos/imagens comunicavam os valores ou a *phronesis* presente em organizações. Além de Rämö (2011), Roos (2017) discute a governança para a sustentabilidade e argumenta a favor da *phronesis* enquanto prática e enquanto propósito para o ensino. A governança baseada nas virtudes também foi o tema da pesquisa empírica de Morrell e Brammer (2016). Em sua estratégia de métodos e fontes múltiplas, eles acompanharam a polícia britânica que atende situações de desordem social e encontraram que a habituação por meio de treinamentos contribui para o desenvolvimento do caráter e para o controle das emoções.

Carter *et al*. (2017) discutem a prática do *marketing* social por *non-profit organizations* e argumentam que os profissionais dessa área enfrentam dilemas éticos, presentes nos trabalhos diários e nas relações com outros atores. Para isso, distinguem entre *procedural ethics* e *ethics-in-practice*. A primeira corresponde aos processos formais de avaliação, como códigos de ética, instituição, regras. A ética na prática se refere ao dia a dia do *marketing* social.

Em resumo, esse último grupo evidencia o diálogo, a comunicação e a responsabilidade para promover a sabedoria prática para aqueles que a executam, por meio da habituação ou formação, e para a comunidade como um todo, que nela reconhece sua significância moral.

Conjuntamente, os seis temas representam a variedade de elementos administrativos e organizacionais que podem estar relacionados ao estudo da *phronesis*. Para os profissionais, revelam como as ações do dia-a-dia dependem da *phronesis*, pois, por meio dela, pode-se melhorar os julgamentos, a compreensão do contexto, considerar a perspectiva de outros atores, conciliar experiência e expectativas com o futuro, de modo que nesse processo os atores e as práticas sejam eticamente aprimorados (AMES; SERAFIM; ZAPPELLINI, 2020).

O tema “Racionalidade, decisão, julgamento e intuição” foi o que menos apresentou trabalhos empíricos. Tal resultado se reveste de especial significado para o campo de estudos da racionalidade nas organizações, na ação Administrativa e na economia como um todo. Há espaço para investigação empírica sobre os elementos associados à *phronesis*, como racionalidade, intuição, julgamento, tomada de decisão e a imbricação entre eles. Curiosamente, na revisão de artigos empíricos sobre ética na Administração Pública e governança realizada por Menzel (2003), uma das cinco vertentes de pesquisa encontrada aborda a tomada de decisão e desenvolvimento moral, com foco em nível individual. No entanto, os trabalhos existentes até então não discutem a prudência ou *phronesis* diretamente.

Com isso, concluo a apresentação da perspectiva da ética das virtudes. Após apresentar brevemente as perspectivas principais da ética das virtudes, as quais têm em comum fundamentos da tradição aristotélico-tomista, tratei de alguns elementos que podem contribuir para o entendimento de atos morais. Um maior aprofundamento foi dado à virtude da *phronesis*, elemento principal que buscamos compreender a partir de uma concepção substantiva, isto é, da prudência inserida no arcabouço da ética das virtudes, pois desta forma se pode assumir uma noção antropológica integral, considerando a dignidade da pessoa humana, e a relação de interdependência entre a *phronesis* e as virtudes morais (AMES; SERAFIM; ZAPPELINI, 2020).

2.3 O PROBLEMA PÚBLICO DO ABORTO E DA MORTALIDADE FETAL, NEO-NATAL E MATERNA

Quando se descreve que o problema público relacionado a esta tese é o aborto, mortalidade fetal, neonatal e materna, é preciso esclarecer exatamente a que tipos de perdas de vidas está se referindo. As pesquisas na área médica, especialmente as que tratam dessas questões auxiliam na especificação dos termos.

Uma pesquisa recente conduzida por Kale e colegas (2018) discrimina com precisão o que cada um dos termos acima representa, por meio de uma pesquisa de avaliação dos motivos de mortes de mulheres e de seus conceptos, em hospitais de São Paulo e no Rio de Janeiro. Para uma descrição fiel das definições técnicas, transcreve-se um trecho de tal pesquisa:

> Morte materna é um evento raro, trágico e evitável. Em 2013, apesar dos avanços na saúde materno-infantil no país, a razão de mortalidade materna foi 58,1 por 100.000 nascidos vivos, não alcançando a redução de 75%, quinta Meta dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.

> Quanto ao concepto, o risco de morte é maior no início da gravidez quando essa ainda não foi sequer reconhecida ou diagnosticada. Estas perdas da gravidez, frequentemente relatadas como irregularidades menstruais, não costumam ser registradas.
> A magnitude dos abortos também é imprecisa, mesmo em países onde é legalizado. Em 2010, a Pesquisa Nacional de Aborto estimou que 15% das mulheres brasileiras no final da vida reprodutiva já tinham feito aborto, necessitando internação em 50% dos casos. Apesar da redução de 26% das estimativas nacionais indiretas de abortos induzidos em mulheres em idade fértil de 1995 a 2013, sua magnitude é preocupante. O que define se as perdas fetais são abortos ou óbitos fetais são pontos de corte relativos ao peso ao nascer, idade gestacional ou comprimento do concepto. O Brasil adota a definição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde 10ª Revisão (CID), que propõe como pontos de corte para óbito fetal: peso ao nascer: 500 gramas; idade gestacional: 22a semanas e comprimento de 25 cm. (KALE *et al*., 2018, p. 1578).

Na pesquisa de Kale *et al*. (2018), eles analisam os registros de 7845 mulheres internadas para parto e por aborto. São encaminhadas 7347 para parto e 498 para aborto. No caso dos partos, ocorreram três óbitos não maternos (pós-parto por motivos em investigação) e um óbito materno. Ao todo, foram realizados 7.400 nascimentos, dos quais 7.335 nasceram vivos e 65 natimortos. Dos nascidos vivos, 33 bebês vieram a falecer precocemente e 11 tardiamente. Por que trazer esses dados da pesquisa? A razão para descrever esses dados consiste em distinguir o que se entende por: (1) aborto (perdas fetais antes de 22 semanas, abaixo do peso de 500 gramas ou 25 cm de comprimento); (2) óbito fetal, morte fetal entre 22 semanas e antes da entrada hospitalar para parto; (3) natimorto, quando no nascimento o feto nasce sem vida e (4) morte neonatal, a qual pode ser precoce ou tardia.

Lanski, França e Leal (2002) investigam como se poderia evitar as mortes perinatais. Esclarecem que o período perinatal foi inicialmente definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na oitava revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-8) em 1967, como aquele compreendido entre a 28ª semana de gestação ou crianças com peso acima de 1.000 g e o sétimo dia de vida. Com a CID-10, editada em 1993 e adotada no Brasil em 1996, este período se inicia na 22ª semana de gestação e considera crianças com peso acima de 500g.

Isto posto, convém salientar que as organizações que se propõem a atuar na ou para a proteção da vida de gestantes e bebês atendem para ajudar essas pessoas em qualquer fase da gestação, inclusive em alguns casos acompanhando o desenvolvimento da criança na primeira infância. Algumas podem atuar mais no auxílio às gestantes, enquanto outros preferem se engajar contra o aborto e a favor da vida, como investigado por Munson (2008).

Quando, nas décadas de 1960 e 1970, a questão do aborto veio para o primeiro plano do debate público, eram ainda muitos os políticos, pelo menos nos EUA, que se opunham a esta prática por razões morais (ODERBERG, 2009). Leis proibitivas ou condenatórias da prática do

aborto existem desde muitos séculos atrás, como observado por Munson (2008). Mas pode-se dizer que a discussão pública do problema tenha se intensificado na contemporaneidade.

Um ato pode ser percebido, pela primeira vez, como um problema político por grupos sociais isolados, mas também por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública. Frequentemente, a mídia e outras formas da comunicação política e social contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar (FREY, 2000).

Frey (2000) salienta que problemas do ponto de vista analítico só se transformam em problemas de '*policy'* a partir do momento em que adquirem relevância de ação do ponto de vista político e administrativo. Isso quer dizer, no processo de políticas públicas. Contudo, somente na fase de '*agenda-setting'* se decide se um tema efetivamente vem sendo inserido na pauta política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para uma data posterior.

2.3.1 A política de moralidade do aborto

O problema da proteção à vida dos nascituros e gestantes e a questão do aborto, corresponde à uma política de moralidade, embora se possa entendê-la à partir da definição de política sócio-regulatória (FREY, 2000), ou seja, de que "versa sobre questões morais e é discutida de forma bastante controversa dentro da sociedade, diferentemente de políticas estruturadoras ou constitutivas, que costumam provocar muito menos impacto na esfera pública." (FREY, 2000, p. 225). A definição mais completa para esse tipo de política, no entanto, é como *morality policy*. Mooney (2000) descreve as principais características de uma política de moralidade: envolve grande participação de pessoas, representa um conflito de princípios ou valores básicos defendidos por distintos grupos ou coalisões, é uma política tecnicamente simples, enquanto sanção legal, pois define o que é certo ou errado para uma comunidade e finalmente, envolve questões salientes, polêmicas.

Questões morais ou *morality issues* vem recebendo uma crescente atenção (ENGELI *et al*., 2012; STUDLAR; BURNS, 2015). São conhecidas como *morality policy* ou políticas de moralidade no contexto norte-americano e geralmente não são chamadas dessa forma fora dos Estados Unidos (STUDLAR; BURNS, 2015). Mas um crescente número de analistas tem aceito que um número de questões tem similaridades de conteúdo, *framing* e ou processo, o que merece ser considerado como uma categoria comum (MOONEY, 2001; SMITH; TATALOVICH, 2003; ROH; BERRY, 2008; SCHWARTZ; TATALOVICH, 2009; ENGELI *et al*., 2012; KNILL, 2013; RYAN, 2014).

Políticas de moralidade consistem em questões políticas relacionadas a aspectos fundamentais, como vida e morte, reprodução e casamento, e frequentemente interagem com valores religiosos. O aborto tem funcionado como a principal questão diante das demais, impulsionando a politização de outros problemas morais (STUDLAR; BURNS, 2015).

A teoria da política de moralidade oferece duas correntes principais (ENGELI *et al*., 2012). A primeira tem buscado investigar políticas morais no contexto americano, tais como aborto, pena de morte, eutanásia, pesquisa com células tronco, entre outras questões (por ex.: MOONEY, 2001; TATALOVICH; DAYNES, 2011). A segunda é uma literatura comparativa, que vem surgindo apenas nos últimos anos, com um forte foco na explicação da variação entre países em seus problemas de moralidade (p. ex.: ENGELI, 2009; BANCHOFF, 2011).

Mooney (2000) descreve a política de moralidade em suas principais características: envolve grande participação de pessoas, representa um conflito de princípios ou valores básicos defendidos por distintos grupos ou coalisões, é uma política tecnicamente simples, enquanto sanção legal, pois define o que é certo ou errado para uma comunidade e, finalmente, envolve questões salientes e polêmicas.

A corrente de estudos comparativos (ENGELI *et al*. 2012) tem encontrado grande importância do papel de atores religiosos em políticas de moralidade. Engeli *et al*. (2012) sugerem um grande interesse na área em entender a *politics* por trás das escolhas de política, em virtude da influência da religião e do papel de atores religiosos, como a Igreja Católica. Por isso, somam à tipologia de Lowi (HECKATHORN; MASER, 1990) a "tipologia dos dois mundos", como uma forma de comparar países mais secularizados com aqueles de características confessionais, nos quais a religião interfere na configuração partidária e em coalisões (ENGELI *et al.*, 2012).

Segundo Studlar e Burns (2015), a política de moralidade se define pelo seu conteúdo ou por seu processo. Para entender cinco questões morais, entre elas o aborto, os autores analisam a formação da agenda, considerando sua duração, conteúdo e o grau de uniformidade em que 24 democracias ocidentais mudam suas políticas, de mais restritivas para mais permissivas. Encontram que o aborto é uma política moral relativamente antiga, iniciada geralmente por volta de 1955, com duração média de 50 anos. Ainda sugerem uma coincidência na data que inicia e finda os debates, bem como a duração. A agenda é similar em democracias ocidentais, apesar das diferentes composições religiosas e culturais. Assim, encontram uma tendência de grande permissividade para políticas de moralidade nesses 24 países, mas ainda em um contexto de diversidade política.

Studlar e Burns (2015) fazem recomendações significativas para o estudo da política de moralidade. Primeiro, que uma mudança representa uma alteração de direção dramática para grande número de pessoas, e seu caráter socialmente redistributivo cria ganhadores e perdedores, em valores endossados pelo governo. Até passos incrementais são difíceis. Segundo, e não menos importante, que o aborto relativamente permitido tem se tornado um "*stable compromise*" na maioria desses locais, e que os vários padrões de convergência e divergência indicam que fatores culturais, institucionais e internacionais levam a esses resultados, mas ainda requerem pesquisas.

Além disso, há um grande interesse na área em entender a *politics* por trás das *policy choices*, em virtude da influência da religião e do papel de atores religiosos, como a Igreja Católica. Isso aumentou o interesse pelo estudo dos atores vinculados à uma religião (ENGELI *et al*., 2012).

2.3.2 Aborto no Brasil: estudos preliminares relacionados à política pública

Sem o intuito de apresentar uma revisão sistemática dos estudos brasileiros sobre o problema do aborto no Brasil, reúnem-se nesta seção alguns estudos preliminares que contribuem para investigações na área de análise das dinâmicas de agenda do aborto, na medida em que analisam argumentos dos atores políticos (MIGUEL *et al.*, 2017), de grupos feministas que defendem a legalização do aborto (FANTI, 2016) e o papel central da mídia na formação da agenda e dos debates durante as eleições presidenciais de 2010, bem como sua contribuição para inclusão do aborto no debate público (BARRERAS, 2013; MANTOVANI; 2014).

No entanto, o problema está ganhando complexidade diante de argumentos de atores que vêm buscando formas de descriminalizar o aborto por meio de outros fóruns de política. Alguns grupos e partidos políticos vêm discutindo a questão na câmara dos deputados a favor do direito ao aborto. E uma questão em trâmite no STF, a ADPF 442 que solicita a "interrupção voluntária da gestação", encaminhada em caráter de urgência pelo partido PSOL, pede a legalização do aborto até a 12ª semana de gestação (GAZETA DO POVO, 08 de agosto de 2017). A ministra relatora da ADPF 442, Rosa Weber, conduziu audiências em agosto do ano de 2018 para discutir tal arguição que trata da questão (STF, 2018).

O direito à vida é um direito fundamental e tem sido o argumento mais citado nos pronunciamentos na Câmara dos Deputados, presente em pouco mais de 30% dos discursos sobre aborto entre 1991 e 2014 (MIGUEL *et al*. 2017). Na Câmara de Deputados, se somadas

as posições e argumentos a favor da manutenção da legislação e no aumento da restrição ao aborto, essa proporção chega a 61%, segundo fontes analisadas por Miguel *et al*. (2017).

Essa dificuldade de mudança pelos canais Legislativo e Executivo, leva o movimento feminista a buscar por mudanças via judiciário, no Supremo Tribunal Federal, como sugerido por Fanti (2016). Ao analisar sociologicamente o movimento feminista de São Paulo e sua atuação pela legalização do aborto no Brasil, desde a década de 80, Fanti (2016) observa seu direcionamento da pauta do direito ao aborto para o poder Judiciário, já que os outros canais institucionais (Legislativo e Executivo) estão "bloqueados" por conservadores e religiosos. Assim encontra que no julgamento da análise da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF54, 2012), que tratava da constitucionalidade do aborto nos casos de gravidez de feto anencéfalo, os grupos feministas Católicas pelo Direito de Decidir e o Instituto Anis se articulam para conseguir apoio de organizações com suporte jurídico e para participar das audiências.

Na pesquisa médica de Coleman *et al*. (2017) faz-se um estudo sobre o sofrimento emocional de gestantes que fizeram um aborto. Por meio de um *survey* on-line e anônimo, 987 mulheres que buscaram por ajuda em um centro de gravidez para cuidados pós-aborto foram convidadas a descrever os aspectos positivos e negativos mais significativos de suas histórias de aborto. Muitas mulheres (pouco menos de 32% dos 987 que participaram) não expressaram benefícios pessoais de seus abortos. A análise mostrou que os pontos positivos expressos comumente são crescimento espiritual, envolvimento em esforços pró-vida e para outras mulheres que estavam considerando o procedimento ou tinham feito um aborto. Os aspectos negativos incluíam sentimentos profundos de perda, preocupação existencial e declínio na qualidade de vida. Mais especificamente, incluíam sentimentos sobre dar fim à vida, arrependimento, vergonha, culpa, depressão, ansiedade, autoavaliações comprometidas e comportamento autodestrutivo.

2.4 ANÁLISE DE MÚLTIPLOS FLUXOS PARA A FORMAÇÃO DA AGENDA

A palavra "agenda" é utilizada como um recurso heurístico na análise de políticas públicas, para entender como uma intenção é transformada em ação. John Kingdon (2003) desenvolve uma abordagem para análise do processo de montagem da agenda por múltiplos fluxos. Seu arcabouço contribui na compreensão de como uma ideia começa e evolui para uma política pública.

Baumgartner, Jones e Wilkerson (2011) esclarecem algumas diferenças entre três ramos de pesquisa que discutem *agenda-setting*[14]. O primeiro se refere a estudos de comunicação, área que geralmente compreende a formação da agenda como a cobertura da mídia em um tópico e como o *frame* da mídia afeta a concepção que os membros públicos têm sobre um tópico. Outra significante área de pesquisa em formação de agenda busca investigar como instituições e líderes parlamentares afetam os resultados de uma política ao exercer algum controle sobre processos de eleição.

O terceiro ramo de pesquisa em formação da agenda segue uma longa tradição da política norte-americana e procurar compreender as dinâmicas pelas quais as políticas emergem como controvérsias políticas. Essa corrente assume como pressuposto inicial que o espaço governamental da agenda é escasso e seus adeptos questionam por que uma determinada questão é levada em conta na agenda, enquanto outras não (BAUMGARTNER; JONES; WILKERSON, 2011).

Os estudos de formação da agenda que partem da base de política pública sugerem que as mudanças da política ocorrem mais rapidamente do que as preferências políticas podem indicar. Mudanças nas informações são centrais e pode ser pouca a atenção que o governo pode dar a uma questão específica, diante de tantas questões a serem conduzidas. Os atores processam e respondem diferentemente às informações, mas a mudança de política é, em última instância, produto de decisões coletivas que acontecem dentro de um contexto institucional específico. Dessa forma, moldadas conforme a capacidade cognitiva individual das pessoas e das estruturas institucionais (BAUMGARTNER; JONES; WILKERSON, 2011).

Baumgartner e Jones (2009) ponderam, no entanto, que o conhecimento das preferências ou do *design* institucional não são suficientes para explicar a mudança política. Eventos inesperados, um caso que chama muito atenção da mídia, que por sua vez consegue ganhar a atenção de líderes políticos, enfim, um aspecto novo pode funcionar como uma janela de oportunidade para mudança na política.

Para Baumgartner e Jones (2009), diferentes sistemas políticos oferecem diferentes canais de acesso, ou múltiplos fóruns para mudanças. Esses fóruns consistem simplesmente nos locais em que decisões de políticas públicas são tomadas, podendo ser monopolistas ou compartilhados de acordo com a quantidade de conjuntos de instituições encarregadas (BAUMGARTNER; JONES, 2009). Um empreendedor político, por exemplo, pode buscar mudanças na política via pauta no legislativo, ou conforme a possibilidade, no judiciário ou por

[14] Termo em língua inglesa para formação da agenda.

caminhos burocráticos, procurando influenciar em vários, se possível. Outro aspecto se refere ao estágio da questão. Estágios iniciais estão mais associados às preferências do público e são mais suscetíveis a mudanças. Estágios mais avançados revelam mais resistência ou "viscosidade" em promover mudanças em dada política. Características institucionais contribuem para essa resistência. É o caso de vários estágios de votos para aprovação de um projeto de lei, como no contexto brasileiro.

Baumgartner e Jones (2009) demonstram que a questão intervalo de tempo, para análise da formação da agenda, pode contribuir para identificar o que vem provocando mudanças na política: se é um fator ideológico, transnacional, partidário ou dinâmico. Por isso são recomendáveis análises que consideram um longo período (décadas, por exemplo).

A definição de agenda é caracterizada por três principais aspectos. É um processo não linear, político e ao mesmo tempo, técnico e que ocorre dentro de uma complexa rede de atores estatais e sociais. Aos gestores públicos cabe entender essas três características, para que possam responder adequadamente às preocupações sociais e políticas levantadas pelos cidadãos. Wu *et al*. (2014) recomendam que os gestores públicos acompanhem: (1) os interesses materiais de ambos os atores, sociais e estatais, em relação a qualquer questão; (2) os contextos institucionais e ideológicos em que operam e (3) o potencial de mudança nas circunstâncias contingentes que formam discussões e debates sobre questões públicas

A gama de atores sociais envolvidos na agenda é muito maior e potencialmente ilimitada, uma vez que indivíduos, atuando como ativistas, litigantes ou eleitores, por vezes, podem trazer itens para a agenda de governo. No entanto, é mais comum que os itens da agenda surjam a partir de atores coletivos organizados, (WU *et al*., 2014, p. 31), denominados **grupos de interesse:** organizações religiosas, empresas, sindicatos, associações, *think tanks* ou outros tipos de organizações voltadas para a pesquisa de políticas públicas.

Os principais elementos abordados a partir do modelo de Kingdon (2003) são:

1.Fluxo de problemas: consiste nos elementos articulados na formação da agenda provenientes dos estudos e entendimentos sobre um problema em si, como indicadores de sua magnitude e características;

2. Fluxo de políticas ou soluções: consiste no ramo das dinâmicas da agenda que considera os programas e políticas em curso relacionadas ao problema sob análise, a análise de seus resultados e impactos sobre o problema e as lacunas de atendimento ainda existentes.

3. Fluxo político (e humor nacional): é o ramo de formação da agenda relacionado ao que se articula na esfera política da questão, e pode abranger fóruns de discussão política institucionalizados, como a Câmara de Deputados, do Senado Federal, do STF e ainda outras

abertas para a discussão política, como conferências, eventos e audiências públicas. Esse ramo permite delinear os elementos que influenciam na agenda política dos agentes políticos e de grupos de interesse envolvidos com as discussões sobre a legislação relacionada ao problema e as preferências dos atores;

4. Empreendedores de política: são pessoas que ativamente se envolvem com uma pauta a ser discutida ou introduzida na agenda e que procuram influenciar nos fóruns de discussão e convencer outros atores para a concretização de sua agenda;

5. Janela de oportunidade: as janelas de oportunidades se configuram em quatro formas principais: (1) janelas aleatórias: crises ou eventos aleatórios abrem janelas imprevisíveis; (2) janelas discricionárias: o comportamento dos atores políticos individuais conduz à abertura de janela; (3) janelas de externalidade, questão relacionadas a um assunto que já possui uma janela conduz à abertura de uma nova e (4) janelas rotinizadas, procedimentos e eventos institucionais (como orçamentos e eleições).

Para analisar as dinâmicas na configuração da agenda política, adota-se o modelo de múltiplos fluxos da agenda de Kingdon (2003). Pretende-se abordar: preferências de política, fatores institucionais, fluxos de informação ou atenção. Análise compreensiva nos padrões de priorização de questões na agenda. A habilidade do Estado em transformar preferências em resultados é mediada por fatores institucionais, tendências culturais e foco em eventos inesperados (KINGDON, 2003; BAUMGARTNER; JONES, 2009 *apud* CHACQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015). O sistema de governança em múltiplos níveis tem um impacto direto na dinâmica de agenda; os poderes estão distribuídos entre atores, públicos e privados, locais ou centrais. Restrições institucionais também são um fator importante na dinâmica da agenda (CHACQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015).

A abordagem analítica de Baumgartner e Jones (2009) oferece quatro elementos ou dimensões para descrever a definição de conflito: atenção, atores, imagem ou *framing* e fóruns ou *venues*:

- Atenção: se o conflito envolve uma ampla audiência ou se tem um escopo limitado aos atores envolvidos. O nível de atenção política e seu desenvolvimento ao longo do tempo são fatores importantes para definir o conflito.

- Atores: constelação de atores envolvidos em um subsistema de política.

- Imagem da política, ou definição do problema, ou "*framing*": questões são sempre discutidas a partir de uma perspectiva. Por exemplo, no aborto: do que realmente se trata o aborto, do direito das mulheres ou do direito do feto?

Campos (2009) discute a relação entre opinião pública e política, seguindo o sentido de Howlett (2000), para o qual os efeitos da opinião pública sobre as políticas não são diretos, mas significativos. Campos (2009) afirma que a opinião pública afeta as políticas e as políticas afetam a atenção pública. A opinião pública se constitui como 'pano de fundo', um '*locus*' no qual é um elemento importante em que o processo político se produz. Campos (2009) sugere que, além de favorecer os interesses dos cidadãos, a 'opinião pública' em muitos casos pode favorecer o interesse do Estado de domesticá-la, regulá-la, delimitar seu impacto e subordiná-la a seus propósitos.

- Fóruns institucionais – *institutional venue*: corresponde ao espaço institucional em que a discussão da política ocorre. Pode ser, por exemplo, na Câmara dos Deputados, no Senado ou no STF, ou em comitês de especialistas. "Os atores podem deliberadamente tentar mudar as questões para um local diferente - o que Baumgartner e Jones (1993) [2009] chamam de *venue shopping* - a fim de desestabilizar o equilíbrio existente e criar mudanças políticas." (ENGELI *et al*., 2012, p. 10, tradução nossa). Os estudos a partir da teoria de formação da agenda tem se preocupado mais em como a definição de conflito é moldada pela natureza da questão política (BAUMGARTNER; JONES, 2009). Outra questão central é como a definição de conflito afeta o processo político e, dessa forma, os resultados da política (ENGELI *et al.*, 2012).

2.5 ORGANIZAÇÕES PRÓ-VIDA DA SOCIEDADE CIVIL

Muitas pessoas buscam o trabalho voluntário em organizações da sociedade civil. A sociedade civil organizada tem participado da esfera política, por meio de coletivos ou organizações criadas e mantidas sob inúmeros formatos. A definição do tipo organizacional da sociedade civil é um ponto de debate na literatura. Até então conhecidas como organizações do terceiro setor, a denominação de OSCs na identificação de organizações formadas por voluntários para realizar ações na sociedade ainda é pouco conhecida. O termo terceiro setor tem recebidos críticas, por passar uma visão dividida da realidade (GONÇALVES; GRZYBOVSKI; MOZATTO; TOEBE, 2017). Pela importância da sociedade civil para a construção do bem comum, opto pelo emprego da definição sociedade civil organizada, passando agora a elucidar as especificidades das organizações ou movimento pró-vida. Reúno uma prevê exposição sobre aspectos históricos do movimento pró-vida, formas de atuação e abordo brevemente a motivação moral de seus voluntários.

O movimento pró-vida no contexto norte-americano, segundo o historiador Daniel Willians (2009), teve início muito antes do julgamento pela Suprema Corte do caso *"Roe vs*

Wade[15]". Sua origem, contrariamente ao que o contexto atual pode levar a pensar, se baseia na defesa de direitos e usa a linguagem do liberalismo pós-guerra. Seus atores eram democratas católicos, médicos, luteranos, pessoas de descendência africana, entre outros membros que apoiam o movimento. Diziam defender o direito à vida, um dos direitos fundamentais da Constituição norte-americana. Com uma raiz que se inicia em uma posição progressista, pouco conhecida, o movimento muda para uma visão conservadora após algumas vitórias e derrotas na política do aborto, aproximando-se de Republicanos. Somente depois do caso *Roe vs. Wade*, quando a interpretação do movimento sobre o liberalismo entra em conflito com o feminismo, ficou claro que o movimento não poderia contar mais com o apoio de democratas. A virada conservadora e as posições dos Republicanos são questões difíceis até hoje (WILLIANS, 2009).

Willians (2009) adota os termos usados pelos próprios membros do movimento, isto é, os termos "pró-vida" e "*abortion on demand*" e pró-escolha" e "*abortion law repeal*". O termo pró-vida surgiu antes do termo pró-escolha, segundo o autor. O movimento não se via, em seu início, como devotado à oposição ao aborto – o que depois viria a se tornar – mas como um movimento para a defesa legal pela proteção de toda vida humana, desde o momento da concepção. Seus oponentes acusavam o movimento de seguir uma visão religiosa e de um desconforto frente aos direitos das mulheres, o que os defensores pró-vida negavam. O movimento pró-vida entendia que estava defendendo o direito à vida, como contido nos documentos de fundação dos Estados Unidos, entendida pelo movimento como uma causa maior que somente opor-se ao aborto.

Pró-escolha (*pro-choice*) é a autodesignação utilizada pelos que apoiam o direito ao aborto, utilizada desde o início dos anos 1970. O movimento pró-escolha defendia a autonomia pessoal das mulheres, segundo suas próprias escolhas reprodutivas. Entendia defender não somente a legalização do aborto, mas também assegurar escolhas reprodutivas. Antes de 1970, contudo, o movimento não focava na defesa do direito de escolha da mulher, e sim pela proteção da saúde da mulher, prevenção contra gravidez indesejada (especialmente em casos de problemas de má formação), reduzir o crescimento populacional, dar aos médicos maior proteção legal para fazer escolhas. Nos primeiros anos, a campanha de legalização do aborto era um movimento médico e de controle populacional, não uma causa dos direitos das mulheres (WILLIANS, 2009).

[15] O caso norte-americano *Roe vs Wade* (410 U. S. 113, 1973) consiste em uma decisão proferida pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1973, a partir da qual se legalizou o aborto nos Estados Unidos. Consistia em um pedido de uma mulher em particular (Roe), para poder realizar o aborto. Antes da decisão, ela deu à luz à uma filha, a qual foi encaminhada para adoção. Depois deste caso, ainda outros casos particulares envolvendo a questão do aborto foram objeto de análise pela Suprema Corte daquele país.

Na origem, o movimento pró-vida não era contra o movimento das mulheres, mas se preocupava sobre as consequências do desrespeito à vida humana. Ele surgiu entre pessoas que apoiavam o liberalismo do *New Deal*, a ajuda aos mais pobres e a proteção aos indefesos, os nascituros nesse caso (WILLIANS, 2009).

2.5.1 Motivações e julgamento moral de voluntários pró-vida

Uma forma de atuação do movimento pró-vida norte-americano é estudado por Carol Maxwell (2002). A autora encontra evidências das motivações e forma de julgamento moral dos ativistas pró-vida. Para isso, primeiro distingue entre o tipo de **movimento pró-vida convencional, isto é, de ativismo legal**, daquele que busca uma **ação direta no problema (*direct action*).** A ação direta corresponde à estratégia de "resgate" (*rescuing*), descrita pelos próprios ativistas entrevistados por Maxwell (2002) e pode acontecer como diferentes formas de ação: fazendo piquetes em frente às clínicas, interceptando e persuadindo pacientes, bloqueando a entrada de clínicas ou causando o seu fechamento e até organizando grupos de oração.

Maxwell (2002) realiza sua pesquisa em nível individual, com foco nas interpretações e significados dos ativistas pró-vida de ação direta. Ela encontra uma diversidade de ativistas, em termos das características demográficas e descreve que suas motivações são complexas. Sugere que os ativistas não são de grupos minoritários, em termos socioeconômicos, mas se sentem excluídos em termos de acesso à mecanismos de mudança. Afirmam ainda que seus valores religiosos são um alvo à sua pessoa. Mudanças nesses elementos acabaram por alterar a ideologia, a organização, táticas e escopos do movimento. Dessa maneira, observa que novas formas organizacionais emergem não somente em resposta às pressões externas, mas também como consequência das iniciativas inovadoras promovidas pelos ativistas.

Investigando três grupos pró-vida de ação direta, as motivações e significados de seus membros, por uma abordagem antropológica articulada com teorias da psicologia, Maxwell (2002) encontra evidências sobre as formas de julgamento moral dos ativistas. Argumenta que os ativistas interpretam a ética pré-existente quando decidem ou não por participar do movimento. Nos relatos dos entrevistados, ela considera as circunstâncias pessoais, o ambiente social e político, a influência das dinâmicas de grupo e o que contribuía para o aumento ou redução do comprometimento com o movimento. Em grupos pró-escolha, o recrutamento de membros é mais ativo, enquanto em iniciativas pró-vida ocorre um auto-recrutamento, desencadeado por uma experiência particular que traz a pessoa para o movimento. Ginsburg

(1989), segundo Maxwell (2002) também percebe que ocorre uma experiência de conversão que leva ao ativismo anti-aborto. Por isso Maxwell (2002) investiga a convicção em sua pesquisa, como uma forma secularizada da conversão.

Assim, Maxwell (2002) encontra um comportamento altruísta dos ativistas, que expandem sua vontade de ver as pessoas como seus semelhantes para os fetos e para as gestantes que lidam com o aborto. Ela chama essa percepção de **ética da extensividade**. A interpretação dos ativistas sobre seus dilemas morais sinaliza para uma relação espiral entre as orientações de cuidado e justiça, uma complementaridade já reconhecida por Gilligan (1997). Maxwell (2002) encontra que os ativistas utilizam uma ampla variedade de abordagens de julgamento moral, em vez de um modelo dicotômico (cuidado ou justiça) ou um desenvolvimento linear, além de uma convergência entre a dimensão intelectual e emocional.

> The point to be taken here is that activists´ narratives suggest that an individual utilizes a broader range of moral reasoning approaches then either a dichotomized model or a model describing linear development would account for. Moreover, the connections activists´ narratives describe between one approach to moral reasoning and another suggest an interdependence between different types of moral reasoning (MAXWELL, 2002, p. 12).

Uma das principais contribuições que a pesquisa de Maxwell (2002) oferece a esse projeto, refere-se ao que sugere sobre a racionalidade instrumental e substantiva. Ela afirma que a habilidade de tal movimento sustentar ações coletivas depende da busca por um equilíbrio entre duas orientações: a racionalidade instrumental e a racionalidade baseada em valores, conforme conceitos weberianos. A racionalidade instrumental contribui para alcançar um fim prático e imediato e encoraja o sucesso político futuro. Se manifesta na definição de fins objetivos, externos às práticas. A racionalidade baseada em valores, por sua vez, se observa na satisfação dos ativistas pela participação no movimento em si, mesmo se o aborto não for prevenido ou recriminado. Nessa percepção, os ativistas alcançam seus objetivos pelas práticas em si mesmas.

Como exposto, o trabalho de Maxwell (2002) oferece vários *insights* sobre a moralidade dos ativistas pró-vida. A diversidade de orientações morais relacionadas ao julgamento moral, especialmente o cuidado e a justiça, mais a complementaridade entre intelecto e emoção, e racionalidade instrumental e racionalidade baseada em valores, parecem indicar para a complexidade de motivações, como constata Maxwell (2002). Tais aspectos foram utilizados para se entender o comprometimento com as ações diretas pró-vida, como surgem ou como são enfraquecidas. Acredita-se que, por uma abordagem que considere as virtudes morais, pode-se

encontrar alguns dos elementos que dão sustentação às práticas duradouras na atuação de organizações pró-vida.

Um autêntico defensor da vida, como considerou Jutta Burggraf (2015), tem como características: fortaleza, humildade, saber escutar, compreensão, ser capaz de amizade, amabilidade, transmite a verdade, está pronto para ajudar a sair das dificuldades. A descrição de Burggraf (2015) do caráter de um defensor da vida reúne uma composição de virtudes morais:

- Humildade: o defensor da vida está disposto a se colocar contra o vento e a maré, ao mal de nosso mundo, mesmo perdendo o prestígio social e gastando as últimas energias. Contudo, precisa reconhecer que também tem suas próprias falhas e tem uma parcela de culpa no mau existente. Lutar para ser sinceramente humildes;

- Saber escutar: a humildade também permite acolher e escutar o outro. Às vezes é necessário muito caráter e autodomínio para não se expressar imediatamente. Escutar com tranquilidade, antes de dar conselhos;

- Estar disponível e aberto para ajudar quando quem tem a necessidade de compartilhar suas angústias e experiências;

- Ser solidário e compreensivo com as pessoas que passam por dificuldades. Ter compaixão;

- Ser compreensivo: na vida diária, não cabe a nós condenar os outros, nem julgar suas intenções. A compreensão tem um evento de cura;

- Toda pessoa, apesar do mal que possa ter feito, tem o potencial de fazer o bem;

- Existe realmente pessoas que sabem dar carinho e esperança aos demais. Sua presença engendra sensação de bem-estar. (BURGGRAF, 2015).

Burggraf (2015) conhecia as dificuldades de assumir uma posição a favor da vida, ao enfrentar situações duras que, se não tivermos convicções fortes arraigadas em uma visão completa da existência, acabamos por ceder.

2.5.2 Formas de atuação das organizações pró-vida

Na pesquisa de Hussey (2013), sobre o ramo do movimento pró-vida que atua por centros de ajuda à gestação (*pregnancy help branch*), a estratégia de atuação é voltada para a resolução do problema, ou seja, fazer algo para ajudar e dar suporte às gestantes nas comunidades, em vez de buscar uma oportunidade política. O título de seu artigo é: *Political Action Versus Personal Action: Understanding Social Movements' Pursuit of Change Through*

Nongovernmental Channels. A pesquisa de Hussey (2013) se insere no campo de pesquisa política, pois a autora analisa esse grupo de organizações pró-vida diante do contexto político em que atuam, conforme alguns indicadores observados, e considerando sua postura a respeito de oportunidades políticas.

Hussey (2013) se pergunta: por que ativistas pró-vida lutam contra o aborto através da provisão de serviços e esforços para transformar os indivíduos, ao invés de buscar oportunidades políticas (mudar as leis)? Utilizando-se de dados quantitativos e qualitativos e buscando elucidar cinco hipóteses de pesquisa, Hussey (2013) delineia uma pesquisa contendo três grupos de dados que contemplam: o ambiente político, as mudanças políticas e a oportunidade política, esta considerada um conceito multifacetado. Alguns de seus indicadores são: (1) indicadores dos ativistas *pro-life*, afiliação partidária dos legisladores, porcentagem de Republicanos, por Estado; (2) considera também a população de membros evangélicos, idosos e mulheres das comunidades e que não participam da força de trabalho (grupo que tende, segundo a autora, a se engajar com atividades voluntárias pró-vida); (3) para a parte quali: entrevista com 22 líderes de movimentos de ajuda à gestantes, realizadas em 2012; nacionais, internacionais e locais (Maryland), alguns indicados pelos próprios entrevistados; (4) *survey* com membros dos centros de gestação (*pregnancy centers staff*, n=272 respondentes).

As formas mais comuns de organização de ajuda a gestação, no contexto americano, começaram a se espalhar pelas comunidades a partir do debate sobre a legalização do aborto na década de 1970 (HARTSHORN, 2011). Com isso, grupos de *advocacy* político e protestantes em clínicas de aborto se tornaram a face pública do movimento pró-vida (MUNSON, 2008).

Hussey (2013) descreve as atividades comumente oferecidas por organizações pró-vida de ajuda à gestação. Trabalhando em mais de 2.000 “centros de gravidez” comunitários e centenas de outras organizações de caridade pró-vida (HARTSHORN, 2003), o ramo de ajuda à gravidez do movimento pró-vida visa acabar com o aborto fornecendo apoio material e social a mulheres grávidas (MUNSON, 2008). As ofertas do centro de gravidez típico incluem testes de gravidez e aconselhamento de opções, ajuda material, referências de serviço social, aulas para pais, programas para mulheres que se lamentam de abortos anteriores e educação para a abstinência. Atualmente, muitos centros oferecem imagens por ultrassonografia e uma gama limitada de outros serviços médicos, e alguns centros incorporam atividades religiosas em seus repertórios (HARTSHORN, 2003; MUNSON, 2008).

Segundo os resultados encontrados por Hussey (2013), as oportunidades políticas pouco importam para as origens do ramo de ajuda à gravidez do movimento pró-vida, mas contribuíram um pouco para o caminho de seu desenvolvimento ao longo do tempo. Além disso,

a busca de mudança de alguns movimentos sociais por meio de canais não-governamentais pode refletir melhor as ideias, personalidades, cultura, situações da vida e orientações dos participantes em relação à solução de problemas, mais do que a avaliação estratégica da estrutura de oportunidades políticas.

Como exposto, o direito à vida e o combate ao aborto pelo movimento pró-vida, a exemplo do contexto norte-americano, geralmente adota quatro diferentes formas, segundo Munson (2008).

> The prolife movement consists of four movement streams, which I will refer to as (1) politics, (2) direct action, (3) individual outreach, and (4) public outreach. The politics and direct-action streams are perhaps the best known; in the popular imagination, these streams alone compose the pro-life movement. The others have received less media and scholarly attention but are nonetheless equally important in understanding the movement as a whole (MUNSON, 2008, p. 102).

A primeira corrente consiste no esforço político em provocar alguma mudança legislativa em relação ao aborto e o direito à vida. O ramo de ação direta ficou conhecido nos Estados Unidos como a ação pública de protestos e piquetes em frente às clínicas que realizam aborto, como nos grupos pesquisados por Maxwell (2002). O terceiro grupo, de alcance individual, pode ser exemplificado pela atuação de pessoas que tentam ajudar, aconselhar e ajudar de alguma forma outras mulheres em relação ao aborto. Por fim, a quarta corrente é o fluxo de alcance público. Ativistas e organizações neste fluxo tentam acabar com o aborto educando o público em geral sobre o que eles veem como os horrores do aborto e as mentiras do movimento pró-escolha. Ao fazer isso, os ativistas esperam criar uma "cultura da vida", segundo explicações de Munson (2008) do movimento no contexto norte-americano.

Estudando o contexto norte-americano, Munson (2008; 2018) considera vários aspectos sobre a política do aborto. Especialmente sobre os diferentes formatos organizacionais, ele introduz as raízes católicas do movimento pró-vida, ator social responsável pela definição do movimento até 1980, segundo o estudo de Munson (2008; 2018). O autor evidencia que tanto o movimento pró-escolha quanto o movimento pró-vida são bem mais heterogêneos do que se costuma supor.

O movimento pró-vida consiste em várias frentes distintas, porém mutuamente apoiadoras, incluindo uma devotada a mudanças políticas e pressão política, outra devotada para protestos de rua e uma que atua junto ou próximo às gestantes. No lado pró-escolha há um uma frente dedicada à pressão política e legal, outra que busca tornar acessíveis os serviços de aborto para as mulheres, ao dar suporte as clínicas de aborto e pacientes.

Em 1972 havia centenas de grupos pró-vida nos Estados Unidos, em grande medida estimulados pela disseminação e incentivo da Igreja Católica. *The Church´s Right to life League* organizava conferências e encontros. Depois da decisão do caso *Roe vs. Wade*, a iniciativa foi separada da estrutura da Igreja, para poder participar de discussões na esfera política e legal, passando a ser chamada de *National Right to Life Commitee* (NRLC), em maio de 1973 e uma pessoa da igreja metodista foi escolhida para ser o líder da organização (MUNSON, 2018).

A NRLC se tornou uma organização secular voltada para uma única questão (MUNSON, 2018, p. 44). A partir de então, a iniciativa passou a fazer *lobby* em Washington e a crescer em organizações estaduais. Ela era a maior, mais conhecida e a organização com mais recursos, mas outras organizações pró-vida menores também operavam: *National Youth pro-life coalition, Americans United for Life, Feminists for Life* (MUNSON, 2018). O objetivo da NRLC era: *to "promote respect for the worth and dignity of all human life, including the life of the unborn child from the moment of conception"* (KARRER, 2011, *apud* MUNSON, 2018, p. 44). Para isso perseguiam alguns objetivos organizacionais e políticos. Entre os primeiros, pode-se citar: (1) criar um movimento social que fosse nacional em escopo e com organizações *grassroots* nos estados; (2) arrecadar dinheiro para o lobby nos fóruns políticos. Como objetivos políticos assumiam: (3) dar suporte às legislações restritivas ao aborto em nível estadual, já que foram canceladas em virtude das decisões *Roe vs. Wade* e *Doe vs. Bolton*; (4) reverter a decisão da suprema corte norte-americana (MUNSON, 2018).

Depois surgem iniciativas de ação direta, por ativistas que fazem piquete em frente às clínicas de aborto, rezam, impunham cartazes, tentam convencer as gestantes a não fazer o aborto, ou ocupam as clínicas. Um exemplo é a *Operation Rescue*, ativa na década de 80. As iniciativas de ação direta faziam protestos, ocupações, entre outras práticas. Eventualmente esse formato se tornava violento, envolvendo vandalismo, prisões e até mortes foram registradas. O movimento pró-escolha respondia ao movimento e algumas vezes houve enfrentamento nas ruas. As iniciativas de ação direta não só mudaram as táticas, mas a composição dos movimentos, que passaram a integrar membros vinculados a outras religiões, como protestantes (MUNSON, 2018).

A terceira forma do movimento se tornou muito importante: são os *crisis pregnancy centers*, ou CPCs, objetivo de convencer as mulheres para continuar com a gestação, os quais variavam bastante em tamanho e estrutura, podendo ser uma simples sala, ou um uma sede com escritório e serviços de atenção à saúde. Assim como as iniciativas de ação direta, os CPCs datam de antes de 1970. E, atualmente, estima-se que haja três mil CPCs, chamados agora de Centro de Recursos para a Gestação. Entre suas práticas eles: oferecem assistência de

hospedagem, de alimentação, suprimentos para bebês e outros materiais que podem ajudar as mulheres; buscam dar outras opções de escolhas para as gestantes, do que apenas a escolha do aborto (MUNSON, 2018).

No caso da Argentina, Faúndes (2015) estuda as diferentes fases da evolução do movimento pró-vida, considerando o que chama de estratégias utilizadas. Classificando o movimento como um "ativismo heteropatriarcal" que atua contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, apresenta três principais "ondas" das iniciativas de organizações não-governamentais pró-vida da Argentina. A primeira, nos anos noventa, associa-se às ações culturais e assistenciais voltadas principalmente para a oposição ao aborto; a segunda vai do início dos anos noventa a 2010, ligada à adoção de estratégias de *advocacy* e uma complexificação de suas identidades públicas; e a terceira surge em 2010 e perdura até hoje, caracterizada pela criação de espaços de federalização dessas organizações. As características das respectivas ondas são:

- Primeira onda: acomoda diretrizes da moralidade católica e impacta nas subjetividades da população; serviços de assistência à setores da população com mulheres com poucos recursos; assistência em situações de vulnerabilidade, frente a falta de apoio estatal.

- Segunda onda: começaram a surgir em meados da década de 1990, destinadas a impactar não só social e culturalmente, mas também politicamente, priorizando a incidência nos espaços legislativo, executivo, judicial e até político internacional, ao mesmo tempo em que se evidenciava no país a transnacionalização dos direitos sexuais e reprodutivos. A estratégia é impactar nos fóruns políticos de tomada de decisão.

- Terceira onda, começa a ocorrer a federalização do movimento, ou seja, a institucionalização de uma instância de carácter nacional, diante das mudanças ocorridas no país e estratégias do movimento favorável a legalização do aborto. Ela vem a se chamar a *Red Federal de Famílias*, apoiadas por um esforço comum entre diferentes religiões, especialmente a católica e evangélica. Como um todo, Faúndes (2015) percebe diferentes posicionamentos das Ongs em relação à religiosidade, umas assumindo a religião na identidade da organização, (religiosidade institucionalizada), e outras não, chamadas de religiosidade interiorizada e desassociação religiosa.

No Brasil, no entanto, pesquisas acadêmicas pouco abordam organizações que atuam com propósitos similares. Como apresentado, tem-se uma noção de como as organizações pró-vida tem atuado em outros países, como nos Estados Unidos, na Argentina, que podem servir como ponto de partida para estudos em outros contextos.

2.6 SOCIEDADE CIVIL E BEM COMUM

Tendo dedicado algumas seções para reunir fundamentos antropológicos, éticos e das áreas de políticas públicas e Administração, cabe agora tratar da sociedade civil e sua relação com o bem comum. A sociedade civil é extremamente importante para este estudo, pois se tem o objetivo de compreender como organizações da sociedade civil de base voluntária atuam na esfera pública para proteger a vida, para defender a dignidade humana de gestantes e seus filhos.

Como se tem alertado por estudos aprofundados sobre a sociedade civil, teóricos do assunto tem se preocupado com o enfraquecimento da sociedade civil, algo que aconteceu em países com estados totalitários, mas também em nações democráticas, baseadas no estado do bem-estar. Aponta-se para a passividade da sociedade civil em estados de atuação assistencialistas. Ou ainda a redução da esfera de liberdade e criatividade individual em estados muito intervencionistas (ALVIRA; GRIMALDI; HERRERO, 2008). Um segundo enclave que pode enfraquecer a essência da sociedade civil se dá pelo avanço da lógica de mercado e das trocas econômicas para outras esferas da vida humana associada, como problematizado por Guerreiro Ramos (1989).

O conceito de sociedade civil, diante disso e de outros fatores, tem sido retomado na definição moderna de política, mas desafia os estudos que buscam entender suas origens, mostrando ser um conceito escorregadio e de história polissêmica (ALVIRA; GRIMALDI; HERRERO, 2008). Pode-se descrever, ainda assim, que a sociedade civil é o tecido de instituições e associações intermediárias entre o indivíduo e o Estado. (SANTOS, 2008).

Embora os conceitos de sociedade civil e seus contornos sejam difíceis de se apreender, em virtude de suas características plurais e inovativas, Cohen e Arato (1994) contribuem ao defini-la como a esfera de interação entre economia e Estado, composta pelas esferas íntima, das associações, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública (perspectiva que a considera como movimento e institucionalização), criada a partir de formas de autoconstituição e automobilização. Os papeis da sociedade civil são definidos por Andion (2009) como: prestar serviços públicos e promover políticas públicas, em complemento ao Estado (concepção liberal); promover valores comunitários e ajuda aos mais excluídos, mediante associação espontânea, o que muitas vezes é de natureza religiosa, e do voluntariado (concepção comunitarista); promover confiança, capital social e virtudes cívicas (concepção neo-republicana); promover novas formas de regulação e de organização econômicas (concepção da economia social e solidária); e finalmente, influenciar nas esferas políticas e

jurídicas e promover o controle social sobre o Estado (concepção deliberativa) (ANDION, 2009).

Considerar a importância da sociedade civil, é considerar cada pessoa em sua individualidade, em sua dignidade, e que sua vivência em sociedade requer convivência, liberdade para comunicar e conviver, compartilhando de uma comunidade subjetiva. E a qual tem como princípio de união o bem comum: a promoção e o desenvolvimento da dignidade humana de todos e cada um dos sujeitos-cidadãos. Para isso ser alcançado devem cooperar livremente todos os membros (SANTOS, 2008).

É o poder da razão e da liberdade humana que está debilitado na sociedade civil contemporânea, segundo Santos (2008). Para recuperar a identidade da sociedade humana como comunidade subjetiva de convivência, em que seus membros, pessoas-cidadãos, vivam e convivam em liberdade e com base na verdade real de sua subjetividade, é necessário superar o racionalismo. A cultura da atualidade desgasta a abertura natural do ser humano para a verdade e o bem. Santos (2008) oferece o seguinte conceito para a sociedade civil:

> *Es una unidad moral de convivencia de personas que aspiran a un bien común y que tratan de alcanzarlo mediante el diálogo y la cooperación mutua. Es esa coincidencia de inteligencia y voluntad de los agentes sociales la que constituye la vida, el "alma" de la sociedad humana como koinonía, como comunidad en la que están presentes los elementos de intencionalidad, colaboración mutua y común acuerdo que este término griego implica* (SANTOS, 2008, p. 438).

Assim, Santos (2008) discute que a relação entre Estado e sociedade civil não é um jogo de soma zero; não precisa um perder poder para o outro ganhar. O Estado é uma realidade que se inscreve no âmbito da obra humana, e por isso moral, e seu papel é atender, respeitar e promover as exigências objetivas que emanam da dignidade da pessoa humana e os bens e valores que a constituem e aperfeiçoam. É a pessoa humana, sujeito, começo e fim da sociedade, que pelo livre exercício de sua razão em diálogo com os outros agentes humanos com quem vive, poderá descobrir e estabelecer os princípios e critérios que, à luz da verdade e dos bens e valores que constituem e aperfeiçoam sua dignidade pessoal comum, devem presidir a reconstituição estrutural e moral da sociedade. (SANTOS, 2008).

Para concluir, Herrero (2011) relembra a noção de bem comum de Tomás de Aquino, que seria o bem último do homem, ou seja, Deus. O bem comum da sociedade civil, para o aquinate, seria a paz e a união dos cidadãos entre si e com aqueles que governam. E o bem comum moral consiste em viver segundo a virtude, alcançando assim a felicidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É um negócio perigoso, Frodo, sair de sua porta. Você dá um passo para a estrada e se você não mantiver seus pés, não há como saber onde você pode parar.
O Senhor dos Anéis, de John Ronald Reuel Tolkien

Esta seção do presente estudo se dedica a descrever os procedimentos que "mantém os pés" do pesquisador no percurso metodológico planejado. O presente trabalho segue um caráter interpretativo e qualitativo, que começa pela contextualização das dinâmicas da agenda da política de moralidade do aborto e visa compreender em profundidade organizações que atuam na ou para a proteção de gestantes e bebês, especialmente no que tange o direito à vida. Como procurei destacar, as circunstâncias atuais exigem uma disposição em atuar pela realização de propósitos da forma mais consistente e clara possível, pois a pressão pela legalização do aborto tem se intensificado recentemente.

Do ponto de vista filosófico, um cuidado constante sobre este percurso metodológico diz respeito à investigação empírica de um elemento moral, como virtudes morais de voluntários em organizações. Tal preocupação se refere a não cometer o erro da falácia naturalística, isto é, supor que o fenômeno observado seja exatamente o que se define, como por exemplo, a virtude da prudência, da temperança, da fortaleza ou da justiça, sem fazer a devida interpretação à luz da ética das virtudes. Descrevo os métodos de análise sugeridos por Stake (2006), que podem dar mais segurança à interpretação dos dados.

A ética das virtudes é uma das correntes filosóficas que se dedica ao estudo sobre a moralidade. É uma forma de compreender a ética na prática, e dessa maneira, uma referência teórica para se pensar sobre o caráter, as ações e a finalidade da vida humana. Assim, ao interpretar os fenômenos reais, pode-se sugerir que "aquele gestor foi prudente", ou "aquele voluntário tem sido justo em suas ações", mas é necessário lembrar que em tal perspectiva é o próprio agente que faz ou deveria fazer o exercício de autoanálise de conduta. Pois, a ética das virtudes, em sua essência, é uma ética de primeira pessoa. Uma abordagem que permita acessar o que os próprios participantes da pesquisa pensam sobre sua conduta, portanto, é uma das razões que conduzem este projeto por um caminho qualitativo. Da mesma forma, no entanto, o pesquisador também interpreta o que acessa do campo; não deixa de ser um agente moral ao longo da pesquisa, apto a refletir sobre o que vivencia em sua prática de pesquisa. Essa estratégia pode vir a analisar dados quantitativos, sem modificar seu caráter qualitativo, o que é feito na investigação sobre a política de moralidade do aborto e as dinâmicas de sua agenda.

Neste estudo, *concepções filosóficas* estão presentes tanto no arcabouço teórico, como subjacentes aos pressupostos do projeto de pesquisa. Cresswell (2010) considera três elementos como base em uma pesquisa: concepções filosóficas, a estratégia de investigação e os métodos específicos. Strang (2015) apresenta uma estrutura detalhada e acessível ao pesquisador, preferindo denominar as concepções filosóficas como ideologia da pesquisa, a qual é composta por uma consideração da axiologia, epistemologia e ontologia. Os valores éticos, lembrados por Cresswell (2010) são as crenças morais que Strang (2015) considera como parte da axiologia de uma pesquisa. Certamente as crenças, cultura e valores podem vir a ser apreendidos a partir do trabalho escrito de uma pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Uma das primeiras indagações que pesquisadores procuram solucionar ao conduzir pesquisas em ciências sociais se refere à concepção ou posicionamento epistemológico adotado. Considerando a opção pela ética das virtudes, reconhece-se o compartilhamento de uma cosmovisão de raízes aristotélico-tomistas, e que na atualidade se faz presente em abordagens humanistas para a Administração, centradas na busca pelo bem humano em todas as ações (p.ex.: MELÉ, 2003; 2008), permeando uma parcela dos estudos sobre virtudes morais (FERRERO; SISON, 2014) e da *phronesis*, em específico (BACHMANN; HABISCH; DIERKSMEIER, 2017).

Com esse pano de fundo, tem-se por exemplo um entendimento do conhecimento nos moldes principiados por Aristóteles (2009): a *episteme*, a *teckné* e a *phronesis*, considerando que pesquisadores podem mobilizá-los e aprender hábitos virtuosos em suas práticas investigativas, como honestidade, humildade e coragem. Nos trabalhos de Kavanagh (2013), Billsberry e Birnik (2010) e Pinto (2013), a Administração e as práticas organizacionais correspondem a uma complementaridade entre as diferentes formas de conhecimento. A *phronesis* corresponde ao conhecimento contextualizado, na apreensão, análise e escolha diante das circunstâncias, consistindo em uma ação (domínio da *práxis*) que tem um fim em si mesma (o que a distingue da *teckné*). Esse conhecimento voltado para a *práxis* coexiste com outras formas de conhecimento, como o voltado para a produção (*poiesis*) e para o conhecimento teórico (*episteme*).

Strang (2015) propõe uma estrutura para estabelecer o desenho de pesquisa que em muito facilita definir métodos mais alinhados com as questões e objetivos de estudo. Ele sugere iniciar pela definição da: (1) ideologia da pesquisa, ou *worldview* (CRESSWELL, 2010),

considerando a visão epistemológica, ontológica e axiológica, incluindo as crenças morais; (2) estratégia de pesquisa; (3) métodos de pesquisa e (4) técnicas de pesquisa. A ideologia, segundo Strang (2015) revela o modo de o pesquisador pensar sobre o seu estudo.

A axiologia corresponde às crenças socioculturais do pesquisador (STRANG, 2015). Pode envolver reconhecer as crenças morais, influências religiosas, valores culturais ou estéticos. Segundo Strang (2015) a axiologia não questiona a existência de valores, e sim a importância deles na mente do pesquisador. Ela pode ser socializada por meio da cultura.

A seguir, passo a descrever a estratégia e os métodos de pesquisa empregados e as respectivas técnicas de coleta, análise e de relato dos múltiplos casos.

3.1.1 Estratégia e método de pesquisa

A estratégia de pesquisa adotada é de natureza predominantemente qualitativa, a qual será realizada pelo método de estudos de casos múltiplos ou coletivos (STAKE, 2010; STRANG, 2015). Nesta seção pretendo descrever a estratégia de pesquisa em seus elementos principais: unidades de análise, nível de análise e questões de pesquisas, organizados a partir de cada objetivo específico do trabalho.

A pesquisa qualitativa geralmente tem um objetivo indutivo, interpretativo, experiencial, situacional e personalista (empático), pela qual se busca o entendimento de um fenômeno, e não sua explicação. Seus resultados tendem a ser particulares, limitado a um local, evento, momento ou espaço (STAKE, 2010). Em seu propósito busca trazer exemplos sobre determinado fenômeno para o conhecimento do leitor, em detrimento da busca por generalização. Em estudos de casos múltiplos (STAKE, 2006), os resultados são generalizáveis apenas para casos similares ao relacionados para compreender as questões centrais da pesquisa, cada qual em seu contexto. Pode-se abordar questões transversais entre os casos (*quintain*, segundo Stake, 2006), as quais subsidiam a generalização de descobertas para casos similares aos do presente estudo.

Como exposto, a pesquisa busca compreender como organizações da sociedade civil atuam na esfera pública em relação à proteção à vida. Partindo da premissa que atuam a partir da ação de seus membros, o objeto de pesquisa deste estudo são voluntários de organizações da sociedade civil que atuam na e para a proteção da vida de gestantes e bebês. E neste caso, o fenômeno de análise são as virtudes morais e prudência, a partir do arcabouço da ética das virtudes.

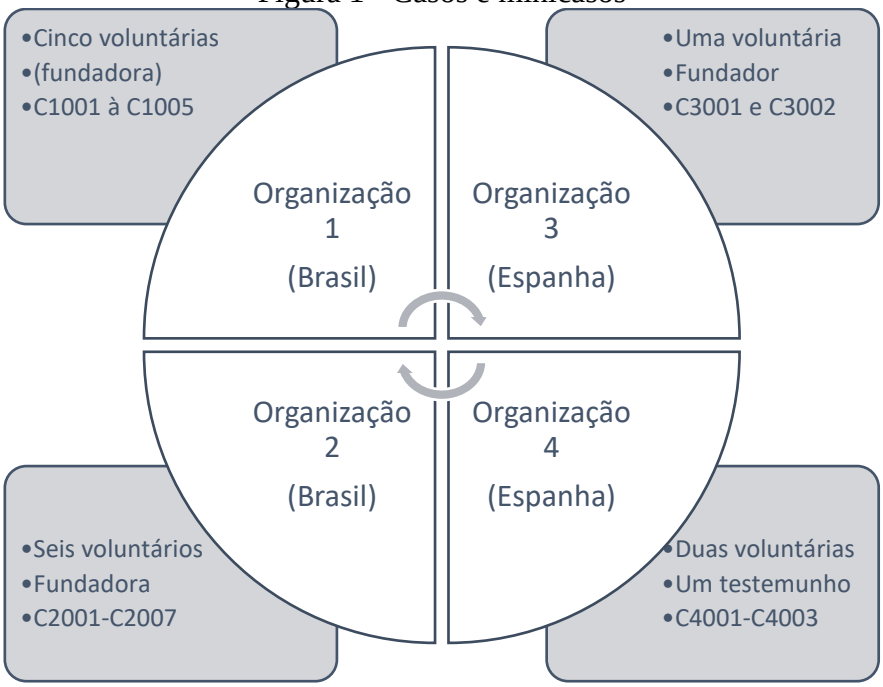
As organizações pró-vida tendem a assumir formas de atuação diferentes, umas de ajuda direta, outras mais de atuação política (MUNSON, 2008). Sem buscar necessariamente por organizações que se denominam "pró-vida", iniciei uma pesquisa exploratória no campo, para identificar algumas iniciativas e sua forma de atuação. A escolha de casos múltiplos foi uma opção para compreender diferentes formas de atuação, pois no contexto brasileiro o estudo de organizações com esses propósitos é incipiente. As duas organizações brasileiras prestam auxílio, orientação e apoio à gestante, mas aparentemente não atuam em fóruns políticos de discussão. Por isso busquei encontrar outras organizações, ampliando o contexto de análise e buscando por outros dois casos, os quais, por conveniência, encontrei no contexto espanhol, na cidade de Pamplona, onde permaneci por pouco mais de dois meses. O acesso aos dois casos de organizações espanholas se mostrou promissor devido ao fato de atuarem em contexto distinto do brasileiro, o que pode demandar de seus voluntários diferentes práticas e hábitos virtuosos. Um pressuposto da ética das virtudes é de que as virtudes morais que alguém cultiva em um contexto, como o brasileiro, podem ser diferentes daquelas cultivadas no contexto espanhol, em razão das especificidades culturais, políticas, econômicas e legais de cada país. Nesse sentido, a escolha por casos múltiplos pode trazer um entendimento mais amplo sobre hábitos das virtudes para este fenômeno específico, permitindo que se faça uma análise aprofundada em cada caso e entre os casos, procurando entender similaridades e diferenças. Os casos selecionados não representam todas as formas de organização pró-vida, mas podem ajudar a aprender coisas importantes sobre o fenômeno. Os casos mais acessíveis contribuem também para um aprofundamento da pesquisa, porque o pesquisador pode dedicar mais tempo e coletar mais dados no trabalho de campo (STAKE, 2006).

A caracterização do contexto também é muito importante para o entendimento dos casos (STAKE, 2010; YIN, 2016), algo encontrado nas seções contexto da pesquisa e resultados. Os voluntários das organizações selecionadas podem ser entendidos como minicasos das respectivas organizações, pois as principais unidades de análise são vinculadas às pessoas. Mas outra forma de visualizar o trabalho, como um todo, é como um estudo de caso da vertente pró-vida na discussão e prática da política de moralidade do aborto (STAKE, 2010). Esses foram os aspectos que me levaram a optar pelo estudo de casos múltiplos, ou coletivos, apoiando-me especialmente em Stake (2006; 2010) e complementarmente no trabalho de Godoy (2006).

Neste estudo, os casos escolhidos serão devidamente contextualizados, considerando os aspectos mais significativos que podem afetar as escolhas das organizações pró-vida (HUSSEY, 2013), como o contexto político-legal, a opinião pública ou a cultura nacional. Para entender a questão no contexto brasileiro vou considerar as dinâmicas da agenda do aborto

(BAUMGARTNER; JONES, 2009) entre os anos 1988 e 2018, o que vai contribuir para identificar a imagem da política, os fóruns de discussão, os atores envolvidos e a atenção recebida. Para o contexto espanhol, considerarei a literatura e pesquisas similares que apuram as dinâmicas da agenda e o posicionamento sobre o aborto (CHACQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015). Essa análise responde em grande medida aos objetivos um, dois e três e segue uma abordagem de análise, na sua maioria, qualitativa, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Como um todo, portanto, os estudos de casos múltiplos são entendidos como que inseridos dentro do contexto geral identificado pela análise das dinâmicas da agenda do aborto. Considero os voluntários como minicasos, cada qual vinculado ao caso de uma entre as organizações selecionadas, como exposto na Figura 1. Cada minicaso (pessoa) receberá um código para apresentação dos resultados e para manutenção do anonimato dos voluntários, tal qual "C1001", o que representa mini caso 1 do caso1. Informações básicas sobre o perfil dos voluntários – sexo, idade, estado civil, ocupação e religião – são elucidadas na apresentação dos resultados.

Figura 1 - Casos e minicasos



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Em estudos de casos coletivos, como também é chamado (STAKE, 1995; 2006; 2010), o pesquisador pode constatar que poderá aprender mais sobre a realidade se estudar diferentes casos, buscando então por várias situações para estudá-las com base em um mesmo protocolo, pois as relações entre os vários casos (e as conclusões obtidas) podem dizer mais para

solucionar a dificuldade ou a curiosidade do pesquisador do que cada caso individual (ZAPPELLINI, M.; ZAPPELLINI, S., 2015).

O nível de análise predominante neste estudo é individual, voltado em sua maioria para as pessoas envolvidas, e algumas vezes para objetos (p. ex. projeto de lei, pronunciamento político, participante citado). Segundo Strang (2015, p. 33), o nível de análise é onde a análise dos dados como um todo é realizada e onde as unidades de análise se originam. A entrevista de uma equipe (em conjunto) é um grupo, embora possa ser individual se a estratégia for entender as pessoas com o atributo de pertencer a uma equipe específica. Em um estudo de casos múltiplos pode haver mais que um nível de análise (GRAY, 2012), mas neste estudo, o principal é o nível individual.

As unidades de análise giram em torno das virtudes morais e da prudência, como elementos centrais que busco compreender, junto aos demais elementos relacionados à ética das virtudes. As questões ou proposições de estudos (STAKE, 2006) indicam as unidades de análise a serem buscadas, mas questões latentes também podem aparecer no processo de coleta e análise. Unidades de análise se referem a fatores, processos, relacionamentos, fenômenos tácitos, os quais são o foco do estudo (STRANG, 2015). Quais unidades de análise e como serão definidas, bem como o tipo de dados, são encontradas nos Quadros 9. Tipos de dados qualitativos nominais podem incluir narrativas, códigos, palavras e tipos mistos (STAKE, 2006). As unidades de análise previstas foram inseridas em um livro código para análise dos dados dos quatro casos, realizada a partir do aplicativo NVivo. Os livros códigos podem ser consultados no APÊNDICE A.

Segundo Yin (2005; 2016), o estudo de caso é uma boa opção quando se precisa lidar com questões contextuais pertinentes ao seu fenômeno de estudo. É uma estratégia que se caracteriza por: (1) estudar o significado da vida das pessoas em condições de vida real; (2) representa opiniões e perspectivas dos participantes; (3) abrange as condições contextuais em que as pessoas vivem; (4) ajuda a revelar conceitos existentes ou emergentes que ajudam na compreensão do comportamento humano e (5) se baseia em várias fontes de evidências, com dados convergindo para uma triangulação.

As técnicas de pesquisa são apresentadas na ordem em que as emprego para responder aos objetivos específicos. A estratégia de estudos de casos múltiplos permite que se considere o contexto geral do fenômeno e se analise dois ou mais casos dentro desse contexto. O contexto desse estudo de caso será investigado a partir dos objetivos um, dois e três, explorando elementos de análise a serem relacionados com os estudos de caso selecionados. O primeiro objetivo será respondido com um estudo interdisciplinar do problema por meio da revisão da

literatura. Os objetivos dois e três são respondidos com os aportes de dados coletados sobre as dinâmicas de agenda, de Baumgartner e Jones (2009). Os elementos a serem observados são: atenção dada à questão, imagem da política e tom dos argumentos, fóruns de política e atores envolvidos. O objetivo três será respondido a partir dos atores identificados na análise das dinâmicas da agenda. Os objetivos quatro e cinco serão respondidos a partir da análise e interpretação dos casos múltiplos.

3.1.2 Técnicas de pesquisa

Nesta seção descrevo as técnicas de pesquisa empregadas para coleta e análise dos dados. Entre outras técnicas comumente utilizadas em estudos de caso, as utilizadas neste estudo são: observação participante, entrevistas não estruturadas, codificação e pesquisa documental (STAKE, 2010).

A observação participante envolve uma grande participação do pesquisador nas organizações estudadas. Segundo Bryman (2005):

> A observação participante compreende a imersão bastante prolongada do pesquisador no contexto a ser estudado, com o objetivo de obter conhecimento de primeira mão daquele contexto, principalmente por meio da observação dos indivíduos em suas atividades normais de trabalho. Além de observar o comportamento, o observador participante ouve o que as pessoas dizem umas às outras, envolve as pessoas em conversas e usa algumas pessoas como informantes sobre o que está acontecendo ou para alertá-lo sobre eventos que não devem ser perdidos. (BRYMAN, 2005, p. 118, tradução nossa).

Permite a elucidação de atitudes e relatos das pessoas sobre seu comportamento. Além disso, permite ao pesquisador espiar por trás dos aspectos formais das configurações organizacionais e revelar uma rica e muitas vezes oculta dimensão da organização. Tanto aspectos informais, como atividades não oficiais podem ser observadas (BRYMAN, 2005).

O papel do pesquisador durante a observação participante pode assumir três diferentes formatos: encoberta, plena ou indireta (BRYMAN, 2005). No presente estudo iniciamos a observação participante plena e ao longo do tempo o papel passou a ser de um observador participante indireto. Na observação participante plena, o pesquisador tem uma posição de trabalho dentro da organização, neste caso como voluntário da organização, mas é conhecido como pesquisador ao negociar a entrada e provavelmente será conhecido como pesquisador entre todos ou a maioria daqueles com quem trabalha. Na observação participante indireta, o pesquisador está constantemente dentro e ao redor de uma organização, mas não possui uma

função de trabalho nela. O pesquisador pode participar de eventos, como festas e almoços, e discutir com eles o trabalho das pessoas, mas não tem uma função formal de trabalho. Em 2018, primeiro ano do trabalho de campo, prevaleceu a observação participante plena, e depois, a indireta. Em organizações brasileiras, a observação participante ocorreu durante o primeiro semestre de 2018 e segundo semestre de 2019, durante um dia por semana, no período vespertino, para cada organização. Em organizações espanholas, a observação somente foi realizada durante um dia de visita, conforme Quadro 9.

Com relação à entrevista, as entrevistas foram do tipo semiestruturadas e abertas para novas perguntas conforme as respostas dos participantes. Entrevistas verdadeiramente não estruturadas não são guiadas por um reteiro pré-existente, no máximo os pesquisadores consideram tópicos a cobrir, dando aos entrevistados uma latitude considerável sobre o que querem dizer e como o dizem. A entrevista é mais uma conversa do que uma sessão de perguntas e respostas (BRYMAN, 2005, p. 123). Perguntas previstas podem ser consultadas no APÊNDICE B. Nas entrevistas conduzidas, apenas em uma delas foi utilizado o gravador de áudio. Nas demais, os dados precisaram ser anotados em cadernos de campo (foram usados quatro cadernos de campo, contando entrevistas e observação participante). Foi realizada uma rodada de entrevistas com voluntários de organizações brasileiras, durante o segundo semestre de 2019 e primeiro semestre de 2020. As entrevistas com voluntários das organizações espanholas foram realizadas durante janeiro e fevereiro de 2020.

O exame de documentos, por sua vez, pode fornecer informações sobre questões que não podem ser prontamente tratadas por outros métodos; pode contribuir para a validade das informações derivadas de outras técnicas e com um nível diferente de análise (BRYMAN, 2005). A codificação é abordada na seção sobre técnicas de análise.

3.1.2.1 Técnicas de coleta

A coleta de dados é um processo seletivo (MILES; HUBERMAN, 1994), em que o pesquisador acolhe o que lhe parece relevante, seja na observação, nas entrevistas ou para escolher os próprios casos de investigação. Além das organizações escolhidas como casos no contexto brasileiro, outras duas são da cidade de Pamplona, capital de Navarra, região do norte da Espanha. A seleção e o acesso a essas organizações é muito relevante para a pesquisa, em virtude de sua experiência e com o objetivo de termos casos de organizações que atuam em um contexto em que o aborto é legalizado em mais situações do que no contexto brasileiro.

Retomando os alvos dos objetivos específicos, os três primeiros visam descrever o contexto geral em que os múltiplos casos estão inseridos. A resposta ao primeiro deles partirá de uma revisão de dados secundários sobre orçamento liquidado na função saúde e em programas voltados para a gestação e saúde, bem como sobre a mortalidade materna, mortalidade fetal e aborto. Com tal pesquisa se pretende considerar o problema de forma interdisciplinar, analisando como a questão é tratada pela academia, especificamente no contexto brasileiro.

A coleta de dados para o segundo objetivo específico volta-se à análise das dinâmicas da agenda da política de moralidade do aborto, o que contempla a agenda da política e a agenda da mídia. Trata-se de uma pesquisa documental por dados secundários disponibilizados ao público pelos respectivos fóruns de política. A agenda da política sobre a questão do aborto é investigada a partir da discussão no Congresso Nacional, - Senado Federal e Câmara dos Deputados e STF, entre os anos de 1988 e 2018. Para a agenda da mídia, são coletadas reportagens de capa de três jornais brasileiros de repercussão nacional e que possuam acervo digital de sua produção. Assim, foram selecionados os jornais Estadão, Folha e O Globo. Os documentos coletados devem resultar da busca pelos termos "aborto" ou "interrupção voluntária da gravidez" nas seguintes fontes de coleta: iniciativas de projetos de lei e pronunciamentos da Câmara e do Senado; audiências públicas realizadas no âmbito do Senado Federal, audiências públicas realizadas no STF a respeito dos ADPFs 54 e 442. Para a coleta nos jornais especificados, foram utilizados os mesmos termos de busca em reportagens de capa ao longo do mesmo período. A coleta desses dados permite também identificar os atores envolvidos na questão do aborto no contexto nacional, tanto atores participantes quanto atores citados, permitindo assim responder ao objetivo específico 3.

Tais dados, conjuntamente, serão analisados com o emprego de planilhas em Excel para organização dos dados coletados, em que coletarei trechos de pronunciamentos e reportagens, representativos do tom da política do aborto, classificado em "favorável" ao aborto, "contrário", "neutro" ou "incodificável". A mesma análise referente ao tom é empregada para análise das iniciativas legislativas (projetos de lei, requisições etc.). Os sites da Câmara de Deputados, do Senado Federal e do STF oferecem acesso à tais dados. No caso do STF, para identificar atores participantes e respectivos tom dado à política, busquei por documentos vinculados à ADPF 54 e à ADPF 442, encontrando em "peças" a coletânea de documentos juntados ao processo, especialmente os memoriais das falas proferidas nas audiências. Nem todos os atores interessados que fizeram petição para participar da qualidade de *amicus curiae* foram aprovados. Assim, com os dados coletados, procura-se entender os elementos principais do

arcabouço teórico-analítico de Baumgartner e Jones (2009): atenção, atores, imagem e fóruns de política. Os dados sobre o Senado foram coletados em 2018 e os demais foram coletados ao longo dos anos 2018 e 2019.

A resposta ao objetivo específico quatro - compreender o cuidado da vida de gestantes e bebês a partir de iniciativas e organizações da sociedade civil , à luz da ética das virtudes - envolverá a coleta de dados primários, pelas técnicas de observação participante, pesquisa documental, entrevistas e anotações de campo (cadernos de campo, fotos e documentos cedidos), junto aos membros e gestantes. Combinou-se a descrição de notas de campo (que podem ser registradas logo após o campo) e notas de rascunho, usando diários, anotações, fotos e documentos impressos fornecidos pelas organizações, por meio do processo de rememorar e refletir sobre isso (SANJEK, 2001).

Quadro 9 - Detalhamento técnicas de coleta e dados coletados

Organizações	Observação participante (horas e dias)	Entrevistas	Pesquisa documental*
Grupo Abelhas	120 horas (30 dias)	Cinco voluntárias	14 documentos (projetos, informativos, estatuto)
Pastoral da Criança	104 horas (26 dias)	Seis voluntários	64 documentos (informativos, fotos, livros, documentos, imagens, site)
Andevi	3 horas (1 dia)	1 voluntária	62 documentos (boletins informativos, folders, imagens, site)
RedMadre	2 horas (1 dia)	2 voluntárias	17 documentos (informativos, artigos, vídeos, material do site, imagens, site)

Fonte: elaborado pela autora (2020).
*Número de documentos importados para o NVivo, exceto transcrições de entrevistas e cadernos de campo.

Além dos voluntários entrevistados pessoalmente na respectiva organização, incluí como minicasos os dados dos fundadores, de duas das organizações, e um testemunho gravado em vídeo, de uma gestante atendida e que agora é voluntária, realizado durante uma conferência a favor da vida na Espanha. Assim, as quatro organizações reúnem um total de 17 minicasos, como exposto no Quadro 9. No contexto brasileiro, foram realizadas rodas de conversa com as gestantes, para as quais foi utilizado um roteiro de perguntas contido no Apêndice E, mas elas não são o foco do estudo enquanto voluntários e, portanto, não são minicasos.

Os rascunhos de campo registrado em diários, imagens captadas pelo celular e documentos produzidos ao longo da participação nas organizações, mais documentos recolhidos que foram disponibilizados, tudo isso serve de fonte para a fase de análise dos dados.

Ao fazer isso, novos elementos voltam à memória, novas reflexões também são anotadas, para não serem perdidas, gerando notas adicionais.

Em momentos exploratórios no campo, no início do trabalho de campo essencialmente (QUIVY, CAMPENHOUDT, 2005), procurou-se colocar no papel os eventos e conversas no mesmo dia em que aconteciam, para não deixar passar detalhes do que se observava ou as anotações mentais do pesquisador (SANJEK, 2001), em que fazia relações com o tema da pesquisa.

Cadernos de campo estavam sempre comigo durante as observações participantes e entrevistas, nas visitas às organizações brasileira e espanholas. As organizações brasileiras foram acompanhadas semanalmente, no primeiro semestre de 2018 e no segundo semestre de 2019, com três a quatro horas semanais de participação em cada organização. Em algumas ocasiões saí à trabalho junto com as voluntárias da Pastoral da Criança, para acompanhar as práticas organizacionais nas comunidades ou em encontros de capacitação e em uma reunião estadual. Embora as observações participantes foram limitadas nas organizações espanholas, elas possuem um rico acervo de informações, artigos e boletins informativos em seus sítios eletrônicos, o que permitiu reunir mais dados provenientes de pesquisa documental.

Por razões teóricas e metodológicas é necessário considerar o papel de narrativas nesse projeto. Do ponto de vista teórico, a narrativa de vida é um aspecto crucial na perspectiva da ética das virtudes, especialmente na tradição aristotélico-tomista e macintyreana. Pode-se assumir que esses filósofos consideram que a vida da pessoa tomada como um todo é um elemento que permite a própria pessoa examinar seu caráter e suas ações, no sentido que uma ação deve ser considerada no contínuo da vida do agente, bem como contextualizada historicamente. As narrativas são elemento crucial na obra de MacIntyre (2007). Em termos epistemológicos, dessa forma, as narrativas são uma fonte de dados valiosa para se compreender a ação moral em estudos de caso (STAKE, 2010) especialmente à luz da ética das virtudes.

De fato, em uma série de pesquisas empíricas vem se utilizando da análise de narrativas, dentro de estudos de caso ou de pesquisas etnográficas, para investigar elementos da ética das virtudes, como as pesquisas de Beadle e Köniöt (2006), Nyberg 2008), Mowles (2012) e Jansson (2014). Em estudos de caso, especificamente, Stake (2010) observa que as pequenas narrativas ou relatos são uma ilustração verbal de uma resposta a uma questão, as quais muitas vezes ajudam a esclarecer as proposições de pesquisa.

3.1.2.2 Técnicas de análise

Uma vez coletado os dados, tem-se em mãos um volume grande de dados provenientes de diferentes técnicas, os quais demandam de um foco de análise, ou do contrário, se levaria muito tempo para concluir a análise. Miles e Huberman (1994) recomendam, para evitar uma sobrecarga, que se tenha um arcabouço de análise e questões de pesquisa como guias.

Para análise dos dados coletados para se compreender as dinâmicas da agenda do aborto, é realizada uma análise de conteúdo, de caráter qualitativo e quantitativo, a partir dos dados secundários reunidos no Congresso – Câmara e Senado - reportagens de três jornais e registros STF, entre os anos de 1988 e 2018, dispostos no Quadro 10. A análise focou nos elementos de análise da teoria do equilíbrio pontuado de Baumgartner e Jones (2009): atenção, imagem, fóruns e atores.

Quadro 10 - Fontes e tipos de dados secundários coletados

Fontes de dados	**Dados**
SICONFI Execução orçamentária	- Despesas com ações e serviços públicos com saúde (código 10) /despesas com ações e serviços todas as funções Brasil. - Despesas com ações e serviços em Atenção básica saúde /despesas com ações e serviços saúde (código 10).
DATASUS Informações de saúde TABNET	- Valor total Brasil de gastos em investimentos obstétricos (deflacionados IPCA). - Número de Atendimento e Internações Hospitalares (AIH) - Número de AIH para curetagem - Valor médio AIH parto e obstetrícia e Valor médio AIH Curetagem por ano (deflacionados pelo IPCA).

Fontes de dados		**Disponíveis**	**Selecionados**
Câmara dos Deputados	Proposições	218	218
	Pronunciamentos	1128	1128
Senado	Proposições	36	26
	Pronunciamentos	445	282
	Atores em audiências públicas (6)	44	44
Atores citados em jornais (1ª página)	Estadão	142	142
	Folha	146	146
	O Globo	106	106
STF - ADPFs	Votos de ministros	11	11
	Atores em audiências públicas (2)	79	79

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Dos 445 pronunciamentos de Senadores sobre o aborto, 22 não estão disponíveis, a maioria do ano de 1988, e outros 141 registros citam o termo, mas não tratam da questão. Para

esta análise, foram selecionados 282 pronunciamentos disponíveis, por discutirem diretamente o aborto, sua legislação e implicações. A mesma seleção se operou para selecionar proposições de lei, conforme exposto no Quadro 10.

Cooper e Schindler (2014) reconhecem que a análise de conteúdo pode ser de natureza qualitativa e ainda envolver conteúdos manifestos e latentes, como o significado simbólico das mensagens. A análise permitiu codificar os pronunciamentos e projetos de lei, bem como participantes e atores citados, segundo o tom da política relacionada ao aborto, em "favorável", "contrário", "neutro" e "incodificável". Essa análise não deixa de ser um processo de codificação, para o qual usamos matriz Excel, na sua maioria e, numa segunda etapa, o software NVivo para analisar atores citados. Com o auxílio do NVivo também foi possível contar termos e palavras-chave ilustrativas do tom dos argumentos expressos em pronunciamentos de Senadores, Deputados Federais e de atores citados em jornais.

O tom das proposições de lei, de pronunciamentos e de participações foi analisado como favorável quando propuseram alterar a legislação vigente para descriminalizar o aborto ou ainda adicionar situações em que poderia ser permitido; o tom contrário corresponde à defesa da legislação vigente ou ainda à proposições que pretendem criminalizar o aborto em outras situações ou a sua incitação. As proposições neutras são de caráter procedimental e os pronunciamentos neutros adicionam conteúdo à discussão, sem um posicionamento claro a favor ou contra. Em alguns poucos casos, no entanto, não foi possível identificar o tom do pronunciamento.

Para a análise das dinâmicas da agenda, os dados foram categorizados em planilhas Excel, contendo: (1) proposições – autoria, origem, partido, número do projeto, tom, ano, ementa, último local de tramitação, último estado, relator e *link* de acesso; foram analisadas 218 proposições da Câmara e 26 proposições do Senado; e (2) pronunciamentos – nome do deputado ou senador, sexo, partido, data, tom do pronunciamento, trecho que explicita o tom do pronunciamento e link de acesso. Para análise do tom e participantes em audiências públicas, acessamos notícias e conteúdo de seis audiências públicas ocorridas no Senado, e transcrição e memoriais das audiências realizadas no STF, na discussão da ADPF 54 e ADPF 442.

Para análise dos atores envolvidos na discussão da política relacionada ao aborto, e especialmente, foram analisados: pronunciamentos de Deputados Federais (n=1128), pronunciamentos de Senadores (282), e atores citados em reportagens de capa de três jornais (n=394) e atores participantes nas audiências públicas (n=79). Isto permitiu identificar os **atores citados**, e classificá-los a partir de: origem – nacional ou estrangeira (internacional), se são internos ou externos ao governo e campo de atuação (academia, administração pública direta

ou indireta, Executivo, Legislativo, STF etc.). Já a análise de audiências públicas realizadas no Senado – seis audiências e 44 participações) e no STF (audiências referentes à ADPF 54 e à ADPF 442, totalizando 79 participações), permitiu a identificação de **atores participantes** das discussões sobre aborto e sua legislação. A análise do tom de cada pronunciamento, iniciativa legislativa, ator citado em jornal e participante de audiência foi analisada e registrada em planilha Excel, como sendo "favorável", "contrário", "neutro" ou "incodificável". Pouco depois, tais planilhas foram exportadas para o NVivo em formato PDF para realizar-se a classificação dos atores citados e dos atores participantes. Como descrevo nos resultados, os atores que podem ser considerados empreendedores de políticas, no caso do aborto, participam e são citados em diferentes fóruns de política e lideram esforços pela mudança ou pela estabilidade da política do aborto. O livro de códigos utilizado para análise dos atores está contido no Quadro 16, exposto na página 190.

A interpretação é uma de suas dificuldades em pesquisa qualitativa (BRYMAN, 2005). Segundo o autor, o pesquisador dificilmente vai interpretar o campo da mesma maneira que os participantes, "com os olhos do participante". Por isso, com uma pesquisa de campo mais prolongada, mais seguro o pesquisador vai estar sobre suas descobertas e interpretações. Por exemplo, na observação participante, dificuldades são o acesso ao campo e a reatividade dos participantes, os quais podem modificar seu comportamento devido a presença do pesquisador. Com um maior tempo no campo esse comportamento tende a diminuir.

Para a análise dos casos múltiplos, a análise e interpretação dos dados envolveu preparar os dados para sua importação para o software NVivo, Entrevistas e cadernos de campo escritos a mão foram transcritos, documentos digitalizados e um vídeo com testemunho foi mantido nesse formato, pois o NVivo permite a categorização a partir de áudios ou vídeos.

A codificação de dados é uma técnica de análise. Neste caso considerei de início alguns códigos provisórios, relacionados ao quadro de análise central dessa pesquisa, às quais foram criadas no NVivo antes do início do processo de categorização, como sugerido por Miles e Huberman (1994) e Cooper e Schindler (2014). Mais do que apenas palavras, o processo de categorização busca organizar os dados do campo segundo o seu significado, dentro de um contexto e circunstância vivido e relatado na coleta de dados. Como Miles e Huberman (1994) colocam, o processo de coleta e análise é seletivo, pois o pesquisador registra o que em sua perspectiva parece mais relevante. A codificação organiza e classifica os pedaços de dados em códigos e facilita a reunião de passagens que exemplificam uma categoria de análise, individual e transversalmente aos casos. Ela é uma ferramenta que facilita a análise de temáticas que podem emergir com os dados. De fato, além do livro de códigos iniciais, contido no Quadro 11,

a análise dos casos se desdobrou em uma ramificação de códigos bastante extensa, como pode ser consultado no APÊNDICE A[16]. O NVivo também possibilita o registro de *memos*, ou primeiras impressões e interpretação sobre os dados, as quais podem ser criadas no momento que são pensadas, e ainda vinculadas à trechos categorizados. Os *memos* serviram de base para a interpretação dos dados. Também permite codificar o sentimento dos participantes, quando encontrado na análise, em positivos e negativos, moderados ou intensos, o que foi realizado. Além dos códigos, sentimentos e *memos*, foi criada dentro da categoria "casos" do NVivo, as categorias para cada um dos casos e minicasos, estes inseridos nos respectivos casos, para reunir os achados respectivos a cada caso.

Quadro 11 - Livro de códigos prévios para estudos dos casos múltiplos

Nome	Descrição
Organização	Grupo de códigos que reúne características das organizações da sociedade civil que estão sendo analisadas.
Formas de atuação	classificação das formas de atuação das organizações pró-vida conforme encontrado por Munson (2008).
Advocacy pró-vida	Atuação pública a favor da vida por diferentes meios institucionais e de comunicação, conhecida como posicionamento pró-vida.
Proteção direta	Apoio, suporte ou formas de auxílio e assistência direta com gestantes de uma comunidade.
Missão	Missão da organização, geralmente declara como missão ou como slogan de trabalho.
Práticas	Considerado o conceito macIntyreano de práticas, como as atividades realizadas com excelência para o alcance dos propósitos da organização.
Propósito	Objetivo essencial da organização voltado para o bem da comunidade.
Relação com a religiosidade	Como a organização se posiciona em relação à princípios religiosos.
Tradição	Contexto em que a organização participa, do ponto de vista cultural, moral e peculiar de sua própria forma de atuação.
Valores	Valores basilares da organização que lhe servem de referência.
Visão	Visão estratégica da organização, a respeito do que ela pretende fazer e alcançar em sua comunidade e para o público que busca atender.
Phronesis	Ação que reflete uma decisão voltada para o bem (informada pelas virtudes morais) e por meios bons, com base na realidade vivenciada.
Ação	Ação fruto de um processo previamente descrito pelos participantes da pesquisa, que passou por deliberação, julgamento e escolha
Apreensão do contexto de ação	Situações vivenciadas em que a apreensão e ou entendimento do contexto foi relatada e foi significativa para as práticas e ações.

[16] Os códigos criados a partir dos dados coletados abrangem muitos dos elementos da perspectiva da ética das virtudes, além de temas relacionados ao trabalho dos voluntários e das organizações. Outras noções significativas que o campo trouxe foi sobre a visão de mundo das pessoas, considerações sobre a dignidade da pessoa humana, percepções sobre a gestação, maternidade e aborto, história e testemunhos de mulheres e famílias que foram ajudadas.

Nome	Descrição
Decisão ou escolha	Relato de decisão individual significativa para o voluntário.
Deliberação	Discussão de ideias de possibilidades ou opções de escolha que geralmente precede uma decisão. Pode ser realizada com a consulta aos outros ou de forma individual.
Julgamento	Julgamento ou ponderação das situações, opções, pessoas envolvidas. Um dos atos da prudência e que precede a decisão e ação.
Virtudes morais	Disposição constituinte do modo de ser de alguém para agir de acordo com um fim moralmente bom, que leva a pessoa a aprimorar-se e ao mesmo tempo contribuir com o bem comum. Ela contribui para que se atue de forma a evitar os vícios, da falta ou de excesso de um atributo do caráter, como justiça, coragem e temperança. Referente às práticas conduzidas em organizações, as virtudes morais são os bens internos próprios de tais práticas.
Coragem ou fortaleza	Determinação para seguir em frente com os desafios. Disposição para suportar adversidades e desafios enfrentados.
Justiça	Virtude moral da justiça, aplicada nas relações, nas práticas, e em diversas formas de relacionalidade entre as pessoas.
Temperança	Temperança ou autodomínio: disposição ou segunda natureza para aprimorarmos nossas circunstâncias individuais da psique e da corporeidade, como para lidar como medo ou raiva, e outros fatores psíquicos e corpóreos.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A análise dos dados em pesquisas qualitativas pode estar, ora mais próxima das questões ou proposições de estudos, ora mais próxima dos resultados de campo. Segundo Stake (2010), o pesquisador vai analisar essas duas dimensões por meio de um processo interativo para definir o que é mais relevante. Essa interação é dialética e corresponde às análises do pesquisador, considerando conjuntamente os resultados de campo, os quais podem ser mais amplos do que os previstos, e das questões de pesquisa. A partir dela construo o relato dos casos.

Temas sobressalentes e significativos também podem ser percebidos durante a análise. Temas latentes que surgiram entre as quatro organizações serão discutidos nos resultados. Entre eles, a relação da organização com a religiosidade é um tema saliente que emergiu do campo de forma espontânea e nos quatro casos.

“Cada estudo de caso particular consiste em um estudo ‘completo’, no qual se procuram evidências convergentes com respeito aos fatos e às conclusões para o caso”, afirma Yin (2005, p. 71). Essa é uma das razões para o emprego de diferentes técnicas, além de uma análise que possa triangular os dados.

As várias técnicas de coleta e os quatro casos permitem uma análise e interpretação de dados que pode ser aprimorada com a adoção da triangulação, de dados, métodos ou de ambos. A triangulação combina diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos, diferentes perspectivas teóricas, ou ainda diferentes momentos no tempo, com o propósito de consolidar conclusões sobre o fenômeno (ZAPPELLINI;

FEUERSCHÜTTE, 2015). A triangulação impacta na ideologia do pesquisador (STRANG, 2015). A triangulação contribui para a acurácia e credibilidade da pesquisa. Ela ajuda a mostrar que a interpretação dos dados é corroborada por técnicas. Técnicas complementares contribuem para a validade da pesquisa. E repetir o processo com indivíduos de outros contextos favorece a confiabilidade (STRANG, 2015).

Triangulação é um esforço para assegurar que se obteve a informação e as interpretações corretas. Espera-se que a triangulação leve tanto à confirmação de que a observação significa o que pensamos que significa, bem como ideias de como a interpretação seria diferente se realizada por pessoas diferentes. (STAKE, 2006). Assim Stake (2006) recomenda, entre outros cuidados, que as citações e resultados mais significativos para a pesquisa precisam de triangulação. Descrições densas, o uso de trechos narrativos como expresso pelos participantes, serão utilizados para o relato dos casos.

Yin (2005) recomenda que tanto os casos individuais quanto os resultados de casos múltiplos podem e devem ser o foco de um relato do caso. Cada resumo deve indicar como cada caso demonstrou (ou não) uma proposição especial. Ao longo dos casos, o relatório deve indicar a lógica em que se previu que alguns casos replicavam os achados e quando os casos apresentavam resultados contraditórios.

Antes disso, cabe analisar alguns cuidados na preparação anterior aos procedimentos de coleta em si. Yin (2005) recomenda atentar para as habilidades do pesquisador de estudos de caso, o desenvolvimento e revisão de um protocolo de estudo de caso e a exploração prévia de um ou mais casos-pilotos, o que fiz junto aos casos brasileiros no início de 2018.

Entre esses cuidados, Yin (2005), Stake (2010) e Godoy (2006) concordam que a interpretação dos dados já acontece durante os procedimentos de coleta, quando o pesquisador começa a reunir evidências de várias fontes de dados e as primeiras convergências ou divergências começam a tomar forma. Por isso, a separação entre coleta e análise de dados, nesse projeto, é mais uma questão de facilitação expositiva do que propriamente a descrição da pesquisa na prática.

Sobre a postura do pesquisador, cabe destacar sua predisposição para ouvir e ter uma visão fidedigna à realidade, bem como estar atento para suas próprias condicionantes culturais e preferências, no sentido em que Ramos (1996) delineou o conceito de Redução Sociológica. Da mesma forma, é essencial que teorias e conceitos estrangeiros à realidade brasileira sejam objeto de assimilação crítica, a fim de se conhecer seus pressupostos. Um bom pesquisador, segundo Yin (2005), também precisa fazer boas perguntas e interpretar as respostas, mantendo

seu projeto adaptável e flexível aos elementos novos e oportunidades que possam surgir. As questões de estudo e proposições devem ser levadas em conta ao longo da pesquisa.

Um protocolo resumido para estudos de casos está contido no Quadro 12.

Quadro 12 - Protocolo para estudos de caso

Sumário do protocolo para estudos de caso sobre Organizações de proteção a gestantes e bebês

A. Introdução ao estudo de caso e objetivos

Objetivo geral: compreender como voluntários de organizações da sociedade civil de ajuda a gestantes e bebês atuam na esfera pública em relação à proteção à vida, considerando a perspectiva da ética das virtudes.

Objetivos específicos:

1. Contextualizar, em uma abordagem interdisciplinar, o problema da mortalidade de bebês e gestantes, considerando a questão do aborto.
2. Analisar as dinâmicas de formação da agenda de política para o problema do aborto e de proteção à da vida de bebês e gestantes na esfera nacional, entre 1988 e 2018.
3. Investigar atores participantes na formação da agenda que atuam na e para a proteção de gestantes e bebês (pró-vida).
4. Compreender o cuidado da vida de gestantes e bebês a partir de iniciativas e organizações da sociedade civil, à luz da ética das virtudes.
5. Analisar virtudes morais relacionadas às práticas de proteção e defesa da vida de gestantes e bebês, com base nos atores e organizações investigados.

A1. Questões e proposições de estudo de caso

1. Quando a legislação sobre a política de moralidade do aborto é mais restritiva, as iniciativas pró-vida se mantém em funcionamento, mas com pouca mobilização e atuando em poucos fóruns de política. Quando a agenda pró-vida é colocada em risco ou ameaçada por mudanças na política, os empreendedores da política e as organizações intensificam sua atuação em diferentes fóruns, novos atores ingressam e os argumentos em defesa são mais articulados.
2. Sobre as dinâmicas de agenda, ainda pretende-se analisar os fatores e se há pontuações ao longo das dinâmicas de agenda. A suspeita em relação aos múltiplos fluxos da agenda é de que a agenda da mídia e política se influenciam mutuamente.
3. Qual a relação entre a prudência e demais virtudes morais.
4. Com base nas diferentes formas de atuação, que se distingue pelos termos "na" e "para" a proteção de bebês e gestantes, espera-se encontrar virtudes (ou vícios) associados à proteção na prática, ou seja, virtudes para o apoio direto de gestantes, bem como virtudes para defesa da vida de gestantes e bebês.

A2. Estrutura teórica para o estudo de caso (conforme Figura 4).

A3. Papel do protocolo como agenda padronizada.

B. Procedimentos da coleta de dados

Pesquisa documental na Câmara dos Deputados sobre aborto/interrupção da gravidez.
Pesquisa documental no Senado Federal sobre aborto/interrupção da gravidez.
Pesquisa documental no STF sobre aborto/interrupção da gravidez.
Pesquisa documental em três jornais de referência nacional (Estadão, Folha de SP e O Globo).
Roteiro de perguntas para gestantes (APÊNDICE E).
Roteiro de entrevistas para líderes e voluntários das organizações (APÊNDICE B).
Observação participante e pesquisa documental, conforme QUADRO 8.

B1. Nomes dos locais a serem visitados, incluindo pessoas de contato.

Pesquisas exploratórias: médicos de hospitais/maternidades (n=2).
Estudo de casos múltiplos: duas organizações brasileiras e duas organizações espanholas.
- Caso 1 – Grupo Abelhas, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Caso 2 – Pastoral da Criança Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Caso 3 – Asociación Navarra en Defensa de la Vida – ANDEVI, Pamplona, Espanha.
- Caso 4 – RedMadre, Pamplona, Espanha.

B2. Plano de coleta de dados.

C. Guia para o relatório do estudo de caso

C1. Contexto nacional de ambos os países em relação à política de moralidade do aborto.
C2. Apresentação da organização e suas práticas de apoio/ajuda a gestantes e bebês.
C3. Apresentação dos voluntários (mini-casos) de cada organização.
C4. Análise de temáticas mais relevantes e interpretação dos achados à luz da ética das virtudes

Fonte: elaborado pela autora (2020), com base no proposto por Yin (2005).

3.1.3 Modelo teórico-analítico

Ao longo da realização dos procedimentos metodológicos será adotado um arcabouço teórico-analítico de referência, conforme exposto no Quadro 13. Tal arcabouço foi concebido de modo a reunir o que é investigado para compreender o contexto a respeito da política relacionada ao aborto, bem como descrever brevemente o contexto espanhol, previamente investigado por Chacqués-Bonafont, Palau e Baumgartner (2015). De uma forma geral, a análise e interpretação dos dados busca interpretar os quatro casos ou organizações a partir das orientações de Stake (2010), procurando fazer um movimento dinâmico entre as questões de estudo propostas e respectivas proposições até o trabalho de campo. Por isso, o arcabouço teórico-analítico é um recurso inicial, mas aberto ao que o trabalho de campo incrementar.

O modelo teórico-analítico construído para acessar os casos, considera elementos teóricos da ética das virtudes, começando com as ações isoladas que, com o hábito de sua prática por repetidas vezes acaba por integrar a forma de ser, ou o caráter, de alguém, ao longo da vida da pessoa tomada como um todo. As excelências do caráter, ou seja, as virtudes, são os bens internos que as práticas voltadas para um fim bom ajudam a cultivar. As organizações serão descritas em seus principais elementos relacionados ao arcabouço da ética das virtudes, tais como propósito, práticas e a(s) forma(s) de atuação, se atua na e/ou para a proteção, postura religiosa das organizações, e forma de mobilização de recursos, ou seja, meios institucionais de buscar bens externos, tais como dinheiro, materiais e donativos para distribuição. Vale lembrar que estou considerando os conceitos macintyreanos para considerar os elementos “práticas” e “instituições”, os quais se diferem das concepções como tratadas na teoria institucional (MOORE; GRANDY, 2016). Os bens externos correspondem aos aspectos organizacionais alcançados para sustentar as práticas das organizações.

No centro desse arcabouço teórico, a prudência e demais virtudes cardeais formam um conjunto indissociável, necessário para ações morais, considerando os fundamentos filosóficos segundo os quais as virtudes morais indicam os fins e a prudência, os meios. Há uma segunda razão teórica e prática para esse esboço estar assim delineado. Como nem sempre o contexto macro será favorável ao propósito organizacional, busquei compreender minimamente o entorno geral em que tais organizações estão inseridas, por isso tendo início com o estudo da agenda política, atores e suas preferências. Com base no modelo exposto no Quadro 13, elaboramos o livro de códigos como categorias básicas de análise (Quadro 11), utilizado como ponto de partida no NVivo.

Quadro 13 - Modelo teórico-analítico para a pesquisa de campo

Modelo teórico-analítico		
Elemento teórico		Elemento empírico de análise
Contextualização do problema	Fluxo do problema: mortalidade materno-infantil, considerando a questão do aborto	• Aspectos legais do aborto no Brasil e Espanha • Nr. de AIH de curetagens; curetagens a cada 100 mil nascidos vivos; • Estatísticas de AIH obstétricas; • Nr. óbitos fetais; óbitos fetais a cada 100 mil nascidos vivos; • Nr. óbitos maternos + óbitos maternos tardios; óbitos maternos + óbitos maternos tardios a cada 100 mil nascidos vivos; • Gastos com investimentos obstétricos, deflacionados IPCA. • Gastos com internação hospitalar para procedimentos de curetagem • Valor médio AIH parto e obstetrícia e AIH Curetagem por ano • Despesas com políticas e programas destinados a atenção básica à saúde
Dinâmicas da agenda do aborto 1988 - 20018	Contexto espanhol Fóruns de política	• Literatura teórico-empírica sobre as dinâmicas da agenda do aborto no contexto espanhol • Câmara do Deputados; Senado Federal, mídia (três jornais) e STF
	Atenção	• Número de iniciativas de lei • Número de pronunciamentos • Reportagens de capa de três jornais com acervo disponível • Arguições de descumprimento de Preceito Fundamental sobre o tema • Audiências públicas no Âmbito do Senado e STF
	Atores	• Atores internos: Deputados Federais, Senadores, Ministros do STF • Atores externos: atores participantes externos; atores citados externos. • Atores participantes "pró-vida"
	Imagem da política - Tom	Análise de iniciativas de lei, pronunciamentos, atores citados em jornais e participantes de audiências, segundo o tom: • Favorável ao aborto: favorável à sua descriminalização para novas situações, além das já existentes • Contrário ao aborto: manutenção do *status* atual conforme disposição legal, ou adição de restrição em novas situações • Neutro: opinião ou produção de lei técnica, sem definição de posição • Incodificável: quando não for possível definir o tom.
Ética das virtudes	Organizações de proteção a gestantes e bebês	• Relato dos casos (organizações) e mini casos (voluntários); • Missão, visão, valores organizacionais • Principais práticas organizacionais de voluntariado (voltadas à comunidade, gestantes e outros grupos) • Práticas para mobilizar recursos, ou bens externos. • Prática-instituição e bens externos à luz da perspectiva de MacIntyre.
	Dignidade humana e conceito de pessoa	• Noção de pessoa e dignidade humana segundo os casos analisados.
	Virtudes Morais (disposições para um fim bom)	• Motivações de voluntários • Narrativas de vivências dos voluntários (mini casos) • Narrativas do que consideram necessário para ser um voluntário na organização. • Atos habituais para realizar as práticas organizacionais • Relação propósito, bens internos (virtudes morais) e bem comum, na perspectiva de MacIntyre
	Prudência ou *phronesis* Atos da prudência	• Narrativas de compreensão do contexto • Narrativas de deliberação, julgamento e comando para a ação, descrevendo meios e fins

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Segundo Godoy (2006), o estudo de caso múltiplos possibilita o estabelecimento de comparações por meio de procedimentos replicados, o que contribui para o desenvolvimento de construções teóricas. Em estudos de caso, um dos primeiros passos é compreender o contexto em que os casos se inserem. Por isso, eles são analisados após o estudo a partir da abordagem de Baumgartner e Jones (2009).

Para análise dos elementos propostos da ética das virtudes, os elementos teórico-analíticos relacionados às organizações provêm da perspectiva de MacIntyre (2007), para em seguida abordar as virtudes morais e a *phronesis*, a partir da perspectiva neoaristotélica, como também a noção de pessoa e sua dignidade.

Tendo como ponto de partida as interpretações que um processo de codificação nos permite inferir, o resultado da pesquisa como um todo considera a perspectiva dos próprios autores para depois interpretar os dados à luz da ética das virtudes.

3.1.4 Descrição de jornais

Um detalhamento das fontes de coleta de dados secundários consiste em descrever brevemente tais fontes, que neste caso coincidem com o fórum de discussão pública sobre a questão do aborto. Apresento brevemente algumas características dos jornais brasileiros selecionados, devido sua representatividade nacional, mas principalmente, por disporem de acervos digitais disponíveis para os anos da pesquisa, que vai de 1988 a 2018:

O Globo

O jornal o Globo foi fundado em 1925, por Irineu Marinho, e comandado por seu filho, Roberto Marinho, de 1931 até a sua morte em 2003 (GLOBO, 2013). Em seus princípios editoriais, afirma que o Grupo Globo sempre será apartidário, laico, independente e praticando um jornalismo que busque a correção, isenção e a agilidade, defendendo de forma intransigente as liberdades individuais, a democracia, a livre iniciativa, a república, os direitos humanos, a preservação da natureza e o avanço da ciência (GLOBO, 2011).

O jornal define a atividade jornalística como: “conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas.” conhecimento esse que deve ser constantemente aprofundado, primeiramente pelo jornalismo, com reportagens analíticas e depois pelas ciências sociais, em especial a História. Em seu editorial, o jornal classifica veículos que pretendem converter adeptos, convencer e defender

uma causa e não informar e produzir conhecimento; não faz jornalismo, apenas propaganda (GLOBO, 2011).

Em dois editorias, um de 2014 intitulado "Aborto precisa ser discutido sem hipocrisias" e outro de 2018 intitulado "Aborto deve ser tratado como questão de saúde", o jornal se posicionou como contrário à criminalização do aborto, classificando o problema como uma questão de saúde pública e que o aborto feito de forma clandestina "leva à morte milhares de mulheres, em casos que, em geral, permanecem desconhecidos." (O GLOBO, 2014). O jornal se posicionou favorável a discussão da descriminalização do aborto até a 12.ª semana de gestação no Supremo Tribunal Federal (O GLOBO, 2018).

Estadão

Fundado em 1875 por um grupo de republicanos, liderados por Américo Brasiliense e Manoel Ferraz de Campos Salles, com o intuito de combater a monarquia e a escravidão, o jornal O Estado de São Paulo, popularmente conhecido como Estadão, teve como seu primeiro nome "A Província de São Paulo", até sua renomeação para o nome atual em 1890 (ESTADÃO, 201-?).

Em seu código de Ética, o grupo classifica sua missão editorial o compromisso com a democracia, a promoção da livre iniciativa, a defesa da liberdade de imprensa e expressão, da justiça, da busca da verdade e dos valores proclamados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, além do compromisso com "a defesa de seus valores culturais, éticos e históricos e a preservação do seu patrimônio natural." dos brasileiros e perseguindo a modernidade, a criatividade, a eficiência e a rentabilidade. Também afirma comungar com os princípios da responsabilidade social empresarial: "geração de riqueza com sensibilidade social e respeito ao meio ambiente." (ESTADÃO, 201-?).

Entre seus princípios gerais, está também a afirmação que o Grupo Estado defende a diversidade de opiniões e o pluralismo, recusando-se a veicular as "teses que neguem a liberdade, atentem contra a dignidade da pessoa humana ou agridam os princípios da ética informativa definidos neste documento" (ESTADÃO, 201-?).

Em seu editorial "Os excessos do Supremo", o jornal se posicionou contrário a discussão da descriminalização da prática do aborto até 12.ª semana de gestação no Supremo Tribunal Federal, afirmando não ser este o *locus* institucional adequado para que aconteça uma liderança da discussão, defendendo a pressão dos cidadãos sobre seus representantes no Congresso, para que estes se posicionem sobre a questão (ESTADÃO, 2018). O editorial deixou claro não querer

fazer um julgamento de ordem moral sobre a prática voluntário do aborto, mas apenas estar em "defesa da Constituição, das leis, da democracia e dos valores republicanos sobre os quais se erige o Estado brasileiro." (ESTADÃO, 2018).

Folha

O Grupo Folha foi fundado em 1921, intitulado "Folha da Noite", "voltado para a classe média urbana que emergia de uma sociedade ainda baseada na monocultura do café". Em 1925 surgiu a "Folha da Manhã" e em 1949 o "Folha da Tarde". A junção dos três jornais fez surgir em 1960 o jornal à Folha de São Paulo (FOLHA, 201-?).

Entre seus princípios editoriais estão abordar "os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições", cultivando a pluralidade, especialmente ao haver antagonismo entre as partes, registrando de forma compatível pontos de vista diversos que estão implicados em toda questão controvertida ou inconclusa (FOLHA, 2019). Também entre seus princípios estão a manutenção de uma atitude apartidária, desvinculada de doutrinas, governos, oposições, grupos de pressão e conglomerados econômicos, estabelecendo uma distinção visível entre o que é notícia - mesmo que envolta em uma interpretação analítica – e o que é opinião (FOLHA, 2019).

Em um editorial sobre a Arguição de descumprimento de preceito fundamental 442, que trata da legalização do aborto até a 12.ª semana de gestação, o jornal se posicionou a favor da discriminação da interrupção da gravidez nas primeiras semanas, considerando mais uma questão de saúde pública e dos direitos da gestante do que penal (FOLHA, 2018). Porém considera a prática como "extrema, até mesmo traumática, a qual se deve evitar por todos os meios disponíveis.", defendendo que o Estado deve assegurar o acesso a variados métodos anticonceptivos e dissimular informações sobre o seu uso (FOLHA, 2018). E também avalia o STF como não sendo a "via ideal para lograr a desejável providência", pois a questão envolve valores morais, que não se resolveram somente através de preceitos constitucionais, além de estar em jogo "a instituição de uma norma nova, mais que a interpretação das existentes", portanto sendo algo mais afeito ao Congresso discutir (FOLHA, 2018). E em outro editorial finaliza, publicado no mesmo dia do anterior, sobre a descriminalização do aborto na Argentina, foi defendida a mesma posição, finalizando com a recomendação de que o tema seja submetido a consulta popular, após um debate plural e transparente (FOLHA, 2018).

Para se realizar a busca nos arquivos do jornal O Globo foi acessado o site do arquivo do Jornal (https://acervo.oglobo.globo.com/) e utilizado o mecanismo de busca, se pesquisando

pelo termo “aborto” em “Todas estas palavras”. Após isso, na página aberta após esta pesquisa, foram utilizados os filtros, selecionando primeiramente as ocorrências em primeiras páginas e logo em seguida o filtro que limita as ocorrências a somente a década de 1980, para que então depois se pudesse selecionar – de forma separada – os anos de 1988 e 1989 e salvando as páginas encontradas e excluindo o resultados duplicados. Os demais resultados foram filtrados apenas por suas respectivas décadas. Também foi procurado em “Todas estas palavras” o termo “abortamento”, sem resultados e no campo de busca “Expressão ou frase exata”, foi pesquisado o termo “interrupção da gravidez”, também sem resultados.

No acervo do jornal Estadão (https://acervo.estadao.com.br/) os termos “aborto”, “abortamento” e “interrupção da gravidez” foram pesquisados com os limitantes de somente capa e na edição de São Paulo do periódico, realizando o filtro de período de forma parecida ao do jornal O Globo, filtrando primeiro pela década de 1980 e selecionando seus dois últimos anos que estão dentro do escopo da pesquisa e após isso selecionando cada década seguinte. As notícias dentro das capas foram salvas utilizando mecanismo de captura do Windows.

No acervo do jornal Folha de São Paulo (https://acervo.folha.com.br/) foi utilizado o mecanismo de busca avançada, onde se pesquisou na parte de termos, mais especificamente “Qualquer uma destas palavras”, os termos “aborto, abortamento” e em “Exatamente esta frase” se realizou outra busca com o termo “interrupção da gravidez”. O período escolhido foi de 01/01/1988 até 12/12/2018. Dentro dos limites de conteúdo foi escolhido em “Jornais” apenas Folha de S. Paulo, em todos os cadernos e todos os temas, não sendo possível selecionar somente as notícias da primeira página. Após isso foram selecionadas as notícias presentes nas capas, salvando-as também com a ferramenta de captura do Windows.

3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

Como um todo, a pesquisa abrange o contexto brasileiro, analisado pelas lentes da análise das dinâmicas da política do aborto, e o contexto espanhol, considerando os estudos de política pública que recentemente conduziram estudo similar (CHAQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015). De cada país, dois casos de organizações que atuam pela proteção de gestantes e crianças serão analisados, considerando as características de cada contexto em que tais organizações atuam. Da mesma forma, considera-se as circunstâncias particulares de voluntários, para que se acesse um pouco de suas vivências.

Do contexto brasileiro, foram escolhidas duas organizações que atuam no município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Mais pelo fato de a pesquisadora residir neste

município do que por algum critério baseado na realidade das organizações sob foco neste projeto. Do contexto espanhol, duas organizações que atuam no município de Pamplona, capital de Navarra, são escolhidas.

Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina, fundada em 1673. Tem uma população estimada de 485.838 habitantes. Segundo dados do censo de 2010, sua densidade demográfica é de 623,68 hab./Km^2 e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.847, um dos maiores do país. No entanto, tal indicador não se distribui homogeneamente entre os bairros do município, sendo que em algumas comunidades os indicadores que formam o IDH estão bem abaixo da média municipal (ICOM, 2017).

A cidade de Pamplona, ou Iruña, como é chamada no idioma euskera, é a capital de Navarra. É uma cidade antiga, as primeiras menções sobre a região datam de 70 A.C. Navarra se insere na região norte da península ibérica, conhecida por suas origens bascas e por forte resistência cristã ocorrida ao longo da história frente à ocupação islâmica de seu território. Atualmente Pamplona, tem aproximadamente 200 mil habitantes, é uma cidade com elevado patrimônio histórico e cultural, de grande procura turística, sendo o principal ponto de partida para aqueles que percorrem o *Camino de Santiago de la Compostela*. Além de capital e centro administrativo, a cidade é o centro comercial, industrial e financeiro de Navarra. Possui atividade industrial diversificada, entre elas a indústria automobilística, com uma ampla fábrica da Volkswagen, com mais de 7 mil funcionários. Possui duas universidades, a Universidade Pública de Navarra (UPNA) fundada em 1987 e a Universidade de Navarra (UNAV), uma universidade privada fundada em 1952 por Josemaría Escrivá de Balaguer.

A comunidade foral de Navarra apresentou em 2019 uma taxa de fecundidade de 1,39[17], um pouco abaixo dos 1,49 de 2018. Em 2018, por exemplo, foram 5.388 nascimentos, 6,4% menos que o ano anterior, mas ainda assim é a segunda colocada em fecundidade no país. Destes nascimentos, 22,5 % são filhos de mulheres estrangeiras (dos nascidos, pouco mais da metade são de gestantes do Marrocos, Nigéria, Romênia e Bulgária). O instituto de estatística de Navarra (naStat) registrou em 2018 e 2019 um crescimento vegetativo negativo, isto é, houve mais falecimentos do que nascimentos. A expectativa de vida na região é de 84,14 anos. (NOTICIAS DE NAVARRA, 2020).

De Florianópolis – SC, alguns dados sobre a população e saúde do município podem ajudar a entender previamente a situação recente. Fazendo uma comparação da pirâmide etária

[17] * Número médio de filhos da mulher até o término do período reprodutivo (15 aos 49 anos de idade).

do município, nos anos de 1991, 2000 e 2010, as análises do IPEA (2018) revelam que a população de crianças de zero a quatro anos de idade vem caindo ao longo desse período. Em relação à população total, em 1991 esse grupo etário correspondia à 9,71% da população, em 2000, correspondia à 7,67% do total e em 2010, representava apenas 5,65% da população.

Para o problema abordado nessa pesquisa, importa considerar as taxas de mortalidade infantil e a taxa de fecundidade, sendo que ambas vem apresentando queda, segundo dados reunidos pelo IPEA (2018), conforme Quadro 14:

Quadro 14 - Longevidade, mortalidade infantil e fecundidade de Florianópolis SC

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Florianópolis - SC

	1991	**2000**	**2010**
Esperança de vida ao nascer (em anos de vida)	71,3	74,4	77,4
Mortalidade infantil (a cada mil nascidos vivos)	21,5	18,3	10,8
Mortalidade até 5 anos de idade (a cada mil nascidos vivos).	24,9	21,2	12,1
Taxa de fecundidade total	2,1	1,7	1,2

Fonte: IPEA (2018).

Como estudos locais sugerem, esse tipo de indicador se apresenta de forma muito diversa em comunidades carentes. A mortalidade neonatal e infantil, por exemplo, permite identificar os bairros que concentram os casos de óbitos fetais do município, como é o caso do bairro Monte Cristo, com alto índice de criminalidade, e perfil sociodemográfico de risco, de acordo com o relatório *Sinais Vitais* (ICOM, 2017).

Os dois estudos de casos selecionados do contexto de Florianópolis são organizações que atuam para ajudar e cuidar de gestantes e bebês em comunidades carentes: Pastoral da Criança e Grupo Abelhas. Suas características em comum são o seu propósito – ajudar ou dar suporte a gestantes e crianças de comunidades carentes – e ambas têm mais de trinta anos de funcionamento nessa missão. Uma característica considerada para a seleção dessas organizações se refere à sua orientação religiosa, aspecto relacionado ao movimento pró-vida e ao serviço voluntário de apoio à gestação (HUSSEY, 2013). Assim, uma das organizações escolhida é confessional, com vínculo à Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica; a outra assume uma postura pluralista, aberta para todas as formas religiosas.

Tais organizações apresentam diferenças em termos de estrutura, como nas práticas de atendimento/acompanhamento (mais participativas ou menos participativas na comunidade), grau de formalidade das práticas, número de voluntários, e público-alvo, desde o atendimento

unicamente às gestantes até ampliação para crianças e para a família. Ambas as organizações estão formalmente constituídas como organizações sem fins lucrativos. Os recursos para a sua manutenção, no entanto, são levantados de forma bastante distinta.

Do contexto espanhol, foi possível conhecer presencialmente duas organizações que atuam em Pamplona, durante o período de pouco mais de dois meses em que estive em Pamplona, para estudos como estudante de doutorado visitante, na Universidade de Navarra (UNAV). A primeira com mais de 40 anos desde a fundação, trabalhando especialmente em Navarra e a segunda com pouco mais de 10 anos de atuação, com uma rede de voluntários por muitas cidades da Espanha.

Ocasionalmente, a pesquisa exploratória de "viver" o dia a dia das organizações permitiu interagir com as gestantes durante palestras e rodas de conversa (4 vezes), onde conversamos sobre assuntos relacionados à maternidade, problemas que enfrentam e dilemas morais. Também participamos de uma celebração realizada com voluntárias e famílias atendidas por uma das organizações, além de eventos de capacitação e análise dos resultados da organização. Os relatos de voluntárias possibilitaram conhecer sua trajetória de vida e histórias marcantes relacionadas à organização.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

O projeto de pesquisa desta tese foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado de Santa Catarina, com o seguinte título e número: "Proteção à vida de bebês e gestantes: formação da agenda brasileira e experiência de organizações voluntárias à luz da ética das virtudes", com número CAAE 25090119.8.0000.0118.

O cuidado com os aspectos éticos da pesquisa consistiu em atentar para a maneira do pesquisador iniciar incursões no campo e obter o consentimento dos representantes das organizações selecionados como casos-piloto, tanto para a realização da pesquisa quanto à presença do pesquisador na organização.

Os representantes das organizações consentiram com a participação da pesquisadora nas atividades das organizações, acompanhando e interagindo com voluntários e gestantes e/ou em conceder entrevistas de voluntários. Eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização da pesquisa. As entrevistas e conversas informais não foram gravadas, apenas registrei anotações de campo e coletamos documentos e fotos. Informamos aos participantes sobre a manutenção do anonimato e os objetivos da pesquisa.

A questão ética mais abrangente presente desde o início desse projeto consiste no esforço do pesquisador em tratar da questão do aborto, dos posicionamentos pró-vida e pró-escolha, sem colocar a sua percepção ou opinião em pauta. Por adotar uma abordagem qualitativa e considerar a ética das virtudes, mantive uma postura de ouvinte e aberta ao que a pesquisa de campo apresenta. Nesse sentido, é possível que se encontrem não somente virtudes, mas vícios, e que os casos estudados atuem segundo estratégias nem sempre baseadas em ações virtuosas. Nessa escuta atenta às pessoas, os procedimentos metodológicos são planejados de forma as respostas às perguntas durante a entrevista, na análise e na interpretação do texto.

É admissível, no entanto, que se possa questionar o recorte dado à pesquisa ao optar por organizações que atuam na proteção de gestantes e bebês e aquelas definidas como pró-vida. De fato, há uma inquietação em se tentar compreender como essas organizações buscam proteger a vida. Mas acredita-se que, a partir de procedimentos metodológicos adequados será possível lançar luz ao fenômeno a partir dos relatos dos casos investigados.

3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

É preciso refletir e reconhecer algumas limitações da pesquisa, bem como vieses e limitações do pesquisador. Uma das limitações da pesquisa se refere a seleção de diferentes contextos. Considerando o contexto legal em relação ao aborto no Brasil e na Espanha, tem-se dois países com regulamentação distintas; para o primeiro o aborto é considerado crime, não punível somente em algumas situações; na Espanha o aborto está descriminalizado até certo tempo de gestação. Ambos os países compartilham de uma tradição cristã predominante ao longo da história. Embora tenha sido selecionado casos brasileiros e espanhóis, não incorporamos casos de contextos culturais com tradição distinta das raízes cristãs.

Um aspecto a considerar é que, ao ingressar no campo e acompanhar as ações no contexto brasileiro, passei a me envolver com as práticas organizacionais, ajudando na medida do possível, ao passo que tinha acesso aos participantes e à observação do cotidiano. Com isso, em muitos momentos do campo o papel de voluntária apareceu mais forte, e o papel de pesquisadora retornou mais tarde quando da reflexão sobre as práticas durante as anotações em cadernos de campo. Ainda assim, a participação do pesquisador tem como característica predominante o papel de pesquisador, e nesse caso enquanto observadora participante, ora no formato pleno, ora indireta.

Outra limitação de ordem prática, é que o pesquisador de doutorado geralmente assume todos os papeis de um projeto de estudo de casos múltiplos. Ele é o diretor, fará o relato de

temas e casos, e o trabalho de campo, como considerado por Stake (2006). Assim, o trabalho é uma responsabilidade individual do pesquisador.

Tendo exposto esses aspectos operacionais, um viés do qual não se pode desviar é o fato de se ter escolhido por investigar as organizações que atuam pela proteção a gestantes e bebês, conhecidas como pró-vida, dependendo da sua própria definição. No entanto, o "como fazer a pesquisa" seguirá os procedimentos metodológicos e científicos para o desenvolvimento de uma pesquisa coerente com a realidade. Em outras palavras, ao fenômeno sob investigação serão dispendidos os cuidados metodológicos e as lentes teóricas propostas para compreender o fenômeno e construir um relato fiel ao que fora encontrado.

4 RESULTADOS

A primeira parte desta seção apresenta os resultados das pesquisas conduzidas para contextualizar o problema, analisar as dinâmicas da agenda do aborto no contexto brasileiro e apresentar um panorama dos principais atores e grupos de interesse envolvidos em sua discussão. Além disso, faço uma breve contextualização do contexto legal e da agenda política do aborto na Espanha, a partir de estudos e referências bibliográficas disponíveis.

Na segunda parte da apresentação dos resultados, faço a análise dos quatros estudos de casos, envolvendo as organizações brasileiras e espanholas. É nessa seção que são analisadas as práticas dos voluntários, e a forma de trabalhar da organização à luz da ética das virtudes. Como detalho a seguir, o trabalho de campo trouxe elementos de análise muito mais diversificados do que as categorias previamente concebidas. Encontrei pontos de convergência e divergência entre as organizações, e uma forma de atuar que revelou virtudes complementares às virtudes cardeais da prudência, fortaleza, justiça e temperança, como a esperança. A esperança como virtude moral parece ser a principal contribuição que os voluntários das organizações conseguem estender para as gestantes. Já a organização e sua relação com a religiosidade – do público-alvo, dos voluntários, e da comunidade – revelou diferentes posicionamentos organizacionais diante das religiões, sugerindo ser um aspecto desafiador na prática de tais organizações, que adotam posicionamentos diferentes conforme seu contexto, mas um desafio em comum revelado ao pesquisador pelas quatro organizações, algo que emergiu do campo.

A apresentação se inicia por uma discussão interdisciplinar para entender a questão do aborto e mais a frente trazendo dados estatísticos do período entre 1988 e 2018 sobre a mortalidade materno-infantil, inclusive decorrentes de aborto. Aborda-se também os aspectos legais sobre o aborto no contexto brasileiro e alguns números sobre investimentos em programas de apoio à gestação, pré-natal e humanização do parto, bem como em gastos com saúde como um todo.

4.1 O PROBLEMA NO CONTEXTO BRASILEIRO E ESPANHOL

Por definição, o aborto é toda interrupção voluntária ou não da gravidez, que culmina no óbito do embrião ou do feto. O aborto voluntário, também chamado de aborto direto ou provocado, é aquele no qual a interrupção da gravidez é provocada intencionalmente

(RIBEIRO; PINHEIRO, 2017). Curiosamente, os registros de fetos que morreram em função de abortos não são somados aos números de mortalidade fetal ou neonatal.

A mortalidade materna, fetal e neonatal, isto é, de mulheres e bebês durante o período gestacional e puerperal recebe elevada atenção do governo em termos de saúde pública. A Organização Mundial da Saúde (OMS) assume como morte fetal os casos em que o feto pesa mais que 1000 gramas ou tem mais de 28 semanas de gestação (BARBEIRO, *et al*., 2015). No Brasil, o que define se as perdas fetais são abortos ou óbitos fetais são pontos de referência relativos ao peso ao nascer (500 gramas), idade gestacional (22 semanas) ou comprimento do feto (25centímetros) (KALE *et. al*., 2018). Dessa forma, as mortes fetais são avaliadas separadamente das mortes decorrentes de abortos, sejam eles do tipo voluntário ou espontâneo, correspondentes aos casos ocorridos até a 22ª semana de gestação. Por que a mortes decorrentes de aborto não são somadas às estatísticas de mortes fetais? Caso ocorra o parto de um feto prematuro com 480 gramas, que apresente sinais de vida como movimentos e batimentos cardíacos, o que o médico irá fazer?

O aborto é uma questão interdisciplinar, envolvendo aspectos biológicos, jurídicos, filosóficos e morais, para citar alguns. No debate público tem se mostrado uma questão polêmica e controversa. Em políticas públicas, questões sensíveis (como aborto, eutanásia, pesquisas com células-tronco) que envolvem ponderações sobre vida e morte têm sido discutidas como política de moralidade (ENGELI *et al.*, 2012). Para Mooney (2000), a política de moralidade envolve grande participação de pessoas, representa um conflito de princípios ou valores básicos defendidos por distintos grupos ou coalisões, é uma política tecnicamente simples, enquanto sanção legal, pois define o que é certo ou errado para uma comunidade e, finalmente, envolve questões salientes e polêmicas.

No âmbito global, a política do aborto tem demonstrado uma tendência favorável à descriminalização, segundo os estudos em países ocidentais efetuados por Studlar e Burns (2015). Em sua análise, entre os anos de 1945 até os dias atuais, os autores sugerem que 24 países democráticos ocidentais promoveram mudanças na legislação, em maior ou menor grau, que estão gradativamente descriminalizando o aborto, permitindo a eutanásia, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, entre outras políticas de moralidade.

4.1.1 Aspectos legais sobre o aborto no contexto brasileiro

Considerando os aspectos legais sobre o aborto no contexto brasileiro, o termo “aborto” não consta em nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016), pelo contrário, o que está

positivado na lei são princípios fundamentais como a dignidade da pessoa humana, como o inciso III do artigo 1º:

> Art. 1o A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> I – a soberania;
> II – a cidadania;
> III – a dignidade da pessoa humana;
> IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
> V – o pluralismo político. (BRASIL, 2016, p. 11).

Na mesma linha, o Código Civil brasileiro, Lei 10.406/2002 estabelece o seguinte sobre a personalidade e a capacidade das pessoas: "Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro." (BRASIL, 2002). A constituição federal do Brasil resguarda o direito à vida e, quando lida em consonância com o Pacto São José da Costa Rica, retifica esse compromisso inclusive com os não nascidos (LOBATO; PINHEIRO, 2020).

O aborto é citado no Código Penal brasileiro, Lei 2.848 de 1940, a qual trata o aborto como crime contra a vida, em seus artigos 124, 125, 126 e 127, com penalidades para a mulher, para o médico, ou terceiros que o praticam. Nos incisos I e II do artigo 128, se estabelece dois casos não puníveis (AGUIAR *et al*., 2018): "Art. 128 – Não se pune o aborto provocado por médico: Aborto necessário I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante; Aborto no caso da gravidez resultante de estupro II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (BRASIL, Código Penal, 1941). Do ponto de vista jurídico, há uma significativa diferença entre o que seja descriminalizar, despenalizar e legalizar. Na lei brasileira, em casos muito específicos o ato do aborto deixou de ser penalizado - "não se pune" - mas não deixou de estar positivado no código penal. As interpretações do STF expandiram a despenalização para o caso de um aborto de feto anencéfalo, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 54 (BRASIL, STF, ADPF 54, 2012), conforme tratado por Machado e Cook (2018).

Além disso, discute-se no STF sobre a descriminalização do aborto, na ADPF 442 (Brasil, STF, ADPF 442, 2017), além dos debates em andamento interna e externamente à esfera política nacional. Mas já é possível encontrar contestações ao ativismo judicial de Supremas Cortes de outros países, em argumentações e decisões que ultrapassam a sua competência (FINNIS, 2019; SOWELL, 2011).

Na implementação das políticas de atenção à saúde da mulher, a Norma Técnica de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual, emitida pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2015) tem permitido que, no atendimento de uma mulher vítima de violência seja dispensada a apresentação do boletim de ocorrência, uma flexibilização que tem facilitado o acesso ao aborto no caso de estupro.

O detalhamento sobre o crime do aborto no Código Penal brasileiro vigente é:

> **Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento**
> Art. 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: *(Vide ADPF nº 54/2004)*
> Pena - detenção, de um a três anos.
>
> **Aborto provocado por terceiro**
> Art. 125. Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:
> Pena - reclusão, de três a dez anos.
>
> Art. 126. Provocar aborto com o consentimento da gestante: *(Vide ADPF nº 54/2004)*
> Pena - reclusão, de um a quatro anos.
> Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.
>
> **Forma qualificada**
> Art. 127. As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em conseqüência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevem a morte.
>
> Art. 128. Não se pune o aborto praticado por médico:
>
> **Aborto necessário**
> I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; *(Vide ADPF nº 54/2004)*
>
> **Aborto no caso de gravidez resultante de estupro**
> II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. *(Vide ADPF nº 54/2004)*
> (Brasil, Código Penal, 1941, artigos 124 a 128).

Retrocedendo ao código civil brasileiro de 1916, Moraes (1986) esclarece sobre a proteção que a lei garante ao nascituro, reconhecendo-o como sujeito de direitos no sentido material:

> Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
> Mas não deve haver dúvida alguma de que a lei contempla sua personalidade material ou real. Tanto assim que sobre ela funda toda disciplina dos direitos do nascituro: a personalidade começa do nascimento com vida, diz o referido art. 4.°, mas, continua, a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro'.
> O nascituro tem direitos, declara a lei.
> Se tem direitos é porque a lei reconhece que ele é sujeito de direitos; e ser sujeito de direitos é, justamente, ser pessoa.

> Por outras palavras, a lei está a afirmar que o nascituro não tem personalidade civil (conceito formal) mas logo acrescenta que ele é sujeito de direitos (conceito material). (MORAES, 1986, p. 24).

4.1.2 Aspectos legais e do problema no contexto espanhol

Montoro (2019) contribui com uma análise da evolução da Constituição espanhola ao longo das últimas décadas. Segundo o autor, na Constituição de 1978, o aborto era considerado crime. O direito à vida aparece em evidência, contudo, sem menções em seu texto sobre o nascituro. A questão do aborto foi debatida ao longo da formulação de tal constituição.

Em 1979 houve uma tentativa de reduzir a pena para o aborto. O conselho de ministros aprovou um decreto que, embora tenha mantido o crime do aborto, reduz a sua punição. Mas ele não passou, assim como tentativas do partido comunista de 1981, propondo a sua descriminalização (MONTORO, 2019).

Um posicionamento que influenciou para a mudança legal foi o do magistrado Tomás Y Valiente, segundo o qual o embrião e o feto não são pessoas, apenas *spes hominis*[18]. (MONTORO, 2019, p. 85). O mesmo ministro dissidente alegou depois que o código criminal do aborto era contrário à constituição porque não levava em conta os direitos da mulher grávida.

No país, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) assume o poder em 1982, com a promessa de descriminalizar o aborto. No ano seguinte, apresenta um decreto para reformar o código criminal, no qual se manteve o crime do aborto, mas o tornou não punível nos seguintes casos: (a) grave perigo para a vida ou saúde da mulher grávida; (b) gestação devido à estupro; (c) nas situações com probabilidade de o feto nascer com sérios problemas físicos ou psicológicos (MONTORO, 2019; IGNACIUK; SETHNA, 2020). Na ocasião foi registrado o pedido de arguição de inconstitucionalidade.

A primeira reforma importante depois do Franquismo[19] foi introduzida pela Lei Orgânica (LO) 9/1985, aprovada pelo governo socialista (CHACQUÉS-BONAFONT *et al*., 2015; MONTORO, 2019). A LO 09/1985, em seu artigo 417, torna o aborto não punível nas condições mencionadas, o que prevaleceu durante 25 anos.

Informalmente, havia no contexto espanhol redes de contatos para realização do aborto em outros países, organizadas por médicos espanhóis, particularmente aqueles com inclinações

---

[18] *Spes hominis*, do latim, significa esperança de vir a ser homem. Termo geralmente utilizado pela corrente natalista (a partir do nascimento com vida) a respeito dos direitos do nascituro.

[19] O ditador Francisco Franco governou a Espanha desde o final da guerra civil espanhola, em 1939, até sua morte, em 1975. Este período é chamado franquismo, ao passo que hoje a Espanha adota o regime de monarquia parlamentarista.

socialistas ou comunistas. Relutantes em correr o risco de realizar abortos ilegais, eles se comunicavam com clínicas na Grã-Bretanha, França, Portugal e Marrocos em nome de suas pacientes espanholas (IGNACIUK; SETHNA, 2020).

Em 2010, no entanto, promulga-se a LO 02/2010 – sobre "Saúde Sexual e Reprodutiva e Término Voluntário da Gestação", o que permite a mulher espanhola realizar o aborto até a 14ª semana de gestação (IGNACIUK; SETHNA, 2020). Segundo Montoro (2019), o foco nessa LO não é mais no papel do Estado, surgido a partir do artigo 15 da Constituição, de proteger a vida humana em formação, mas na livre autodeterminação da mãe e de seus direitos reprodutivos e sexuais, entre os quais está a decisão de ter filhos e quando ter. A proteção dessa autonomia é vinculada à necessidade de lutar contra a discriminação da mulher, para quem a gestação e a maternidade são fatos que afetam profundamente a sua vida em todos os sentidos (MONTORO, 2019). Comparando-se o número total de gestações e de abortos no contexto espanhol, chega-se a uma proporção próxima de 19 abortos para cada 100 gestações, segundo dados apurados pela organização RedMadre (2017), resumidos na Figura 3.

Figura 2 - Número de gravidezes e abortos totais na Espanha

Fonte: *Mapa de la Maternidad 2017* (REDMADRE, 2017).

Estabeleceu-se então que a mulher pode contar com um período de 14 semanas para informar a decisão pelo aborto. Nas situações "a" e "b" já expostas se pode abortar até a 22ª semana. O caso mais controverso se refere ao aborto para jovens de 16-18 anos, com o consentimento dos pais; ou ainda sem o consentimento dos responsáveis, se isso vir a causar violência e abusos. Em 2015, a LO 11/2015 voltou atrás no caso controverso das jovens entre 16 e 18 anos, voltando a ser necessário o consentimento do responsável (MONTORO, 2019).

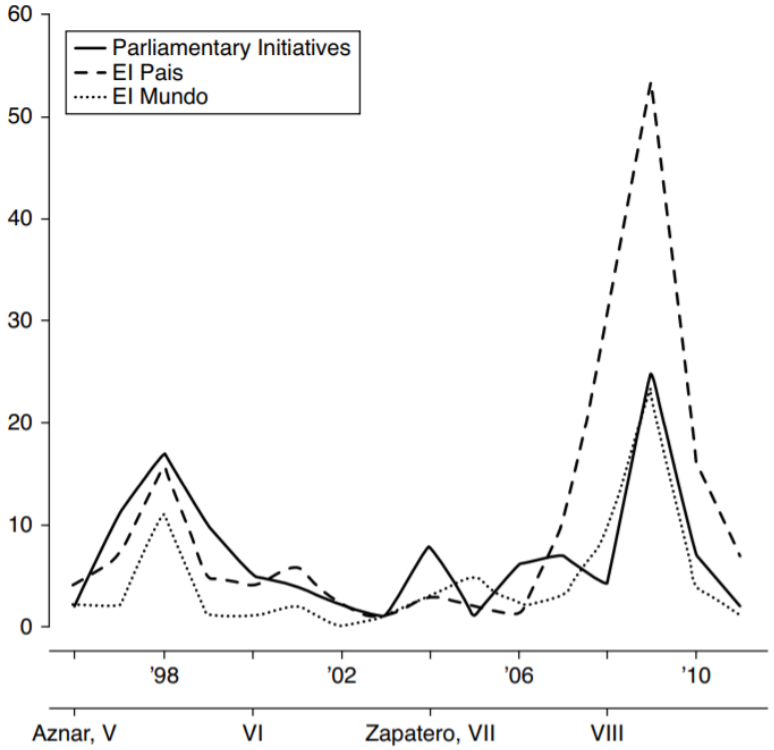
4.1.3 Pesquisas sobre as dinâmicas da agenda do aborto no contexto espanhol

As dinâmicas da agenda do aborto no contexto espanhol são alvo da pesquisa de Chacqués-Bonafont, Palau e Baumgartner (2015). Eles realizam uma investigação empírica sobre como a questão tem sido discutida nos fóruns de políticas espanhóis, especialmente a atenção parlamentar dada a questão, ilustrando as estratégias de enquadramento da imagem da política, realizadas por partidos de esquerda e direita, bem como a atenção dada pela mídia (os jornais *El País* e *El Mundo*), contribuindo para identificar-se preferências, o conteúdo dos argumentos e uma noção sobre o contexto político espanhol.

Chacqués-Bonafont, Palau e Baumgartner (2015) analisam um período de 30 anos para compreender as dinâmicas da agenda do aborto na Espanha, período que começa em 1982 e abrange os governos de Felipe González (PSOE), José María Aznar (PP) e José L. R. Zapatero (PSOE) e Mariano Rajoy (PP). O atual presidente do governo é Pedro Sánchez (PSOE). Para analisar os argumentos destacados por políticos e partidos, os autores consideram as iniciativas parlamentares (projetos de lei do Executivo e do parlamento, perguntas orais e escritas e interpelações) apresentados no Parlamento espanhol de 1982 a 2011. Para o estudo das estratégias de enquadramento da mídia, analisam todas as histórias publicadas nas primeiras páginas do *El Mundo* e do *El País* de 1996 a 2011. No caso das histórias da mídia, cada quadro foi dividido em argumentos positivos, negativos e neutros.

A aprovação da LO 09/1985 foi conseguida pelo governo socialista por meio de um enquadramento da questão que evidenciava a questão “eficácia” e a dimensão “crime e lei” (CHACQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015). O PSOE destacava, em defesa da descriminalização do aborto, a proteção à saúde física e mental da mulher, bem como buscar meios de evitar que gestantes e médicos sejam presos por praticar abortos. Os conservadores, por sua vez, enfatizavam o direito à vida do nascituro, apoiando-se nos aspectos morais e constitucionais envolvidos na questão. O Gráfico 1 apresenta uma síntese da atenção dedicada à questão na Espanha.

Gráfico 1 - Iniciativas parlamentares e cobertura da mídia no contexto espanhol



Fonte: Chacqués-Bonafont, Palau e Baumgartner (2015).

O apelo à Suprema Corte também é um recurso buscado no contexto espanhol, neste caso por partidos que buscam reverter a descriminalização do aborto, como o Partido Popular (PP), o qual enquadrou a questão nos debates em 1985 em termos morais, seguindo os princípios e valores da Igreja Católica.

Chacqués-Bonafont, Palau e Baumgartner (2015, p. 212) apresentam o resultado de uma pesquisa conduzida na Espanha sobre a opinião pública em relação ao aborto. Em uma escala de 1 a 10, onde "1 aborto nunca é justificável" e "10 é sempre justificável", a média para os cidadãos espanhóis foi inferior a três (3,0), no ano de 1981 (54 por cento dizendo que nunca é justificável). Os autores percebem que:

> A lei de 1985 foi um modelo conservador de regulamentação que representou um primeiro passo em direção à liberalização que se encaixava nos requisitos do Tribunal e no humor da opinião pública, mas não respondeu às preferências políticas da extrema esquerda, cujo objetivo era a descriminalização total do aborto, ou da direita, cujo objetivo era manter o aborto como crime. Como resultado, seguindo a decisão do Tribunal e com a aprovação da Lei Orgânica 9/1985 houve um importante mudança nas estratégias de enquadramento de ambos os partidos de esquerda e direita. (CHACQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015, p. 212).

O governo de Aznar (PP), embora tenha implementado políticas próximas à agenda da Igreja Católica, não promoveu reformas na lei do aborto, época em que havia, segundo os

autores, um forte consenso em torno do modelo preconizado pela lei de 1985. Por outro lado, a esquerda manteve a questão do aborto ativa no fórum do parlamento, a exemplo de partidos de extrema esquerda, os quais alegavam o direito de a mulher decidir sobre a gestação e que a opção médica de objeção de consciência dificultava o acesso ao aborto. No período do governo conservador do PP, a estratégia da oposição foi dar entrada a inúmeras iniciativas de lei tratando da descriminalização do aborto. De 1996 em diante lançam mão do argumento de ajuste ao que está vigente na esfera internacional, como mais uma dimensão no argumento favorável à legalização. Ao todo Chacqués-Bonafont, Palau e Baumgartner (2015) encontram seis dimensões envolvidas no enquadramento da questão do aborto: moralidade, eficácia, justiça (*fairness*), educação, constitucionalidade, lei e internacional.

A chegada de Zapatero (PSOE) permitiu reformas na legislação com base nos argumentos pró-escolha. A maior delas, a Lei 2/2010, segundo a qual a mulher pode escolher sobre a interrupção ou não da gravidez até a 14ª semana de gestação:

> Em 2010, os socialistas e seus aliados reformaram a lei do aborto, substituindo um modelo regulatório bastante liberal no lugar da lei restritiva de 1985. A Lei Orgânica de Saúde Sexual e Reprodutiva e de Interrupção Voluntária da Gravidez (Lei 2/2010) pôs fim à criminalização do aborto e introduziu um "modelo de época" que reconhecia os direitos reprodutivos das mulheres. De acordo com essa lei, as mulheres têm escolha individual ilimitada nas primeiras 14 semanas de gravidez para decidir se interrompem a gravidez sem ter que dar motivos especiais e sem exigir autorização médica. Para aprovar essa legislação, o PSOE negociou com outros partidos políticos para construir uma coalizão que garantisse a aprovação das mudanças regulatórias. Apesar dos socialistas formarem um governo minoritário, eles contavam com o apoio da Extremo Esquerda (IU) e de partidos políticos regionais (CHACQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015, p. 216, tradução nossa).

Como resposta, os partidos conservadores lançaram várias iniciativas de lei na Câmara do parlamento que levaram novamente à politização da questão. Partidos conservadores e a hierarquia da igreja, mais o suporte de crescente associações pró-vida, manifestaram-se contra a reforma da legislação sobre o aborto e outras reformas do partido socialista. Eles argumentaram que a lei Zapatero era inconstitucional, porque todos os seres humanos, mesmo aqueles gravemente deficientes ou com doenças graves, têm o direito de não serem discriminados, corroborando posição do *Comité Español de Representantes de Personas con Discapacidad*. Como resultado, a Conferência dos Bispos abertamente criticou Zapatero, posicionando-se na discussão. O PP passou a usar o enquadramento moral e internacional para argumentar contra as reformas de Zapatero (CHACQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015).

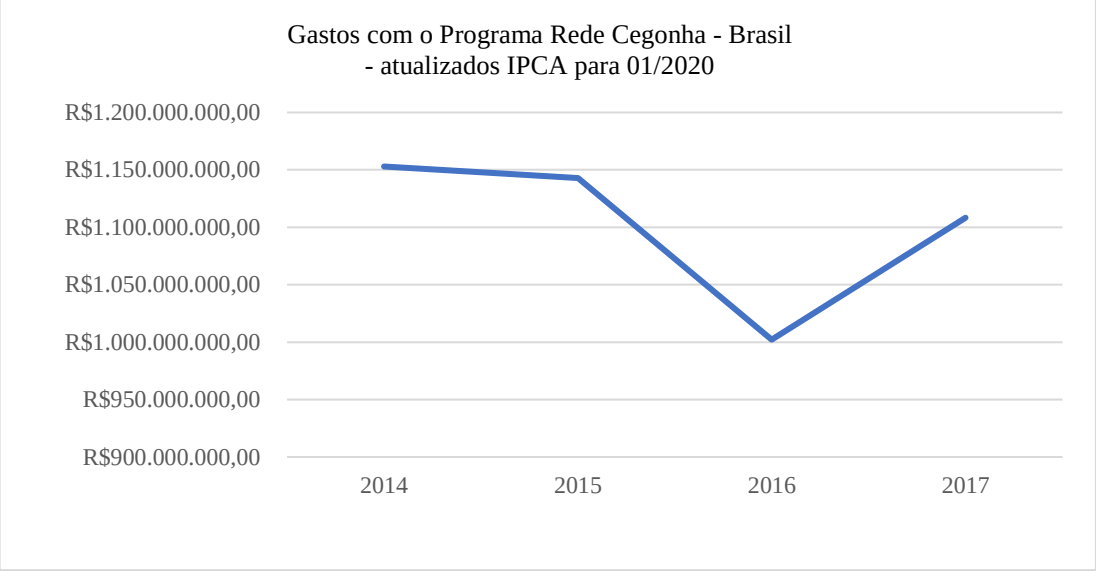
Essas dinâmicas evidenciaram a polarização das discussões políticas na Espanha. Em 2011, então, Mariano Rajoy (PP) ganha as eleições, sob a iniciativa conservadora do Ministro da Justiça Alberto Ruíz Gallardón, o qual apresentou um projeto de reforma do aborto que incluía a possibilidade de aborto apenas sob duas suposições: quando a saúde da mãe estava seriamente em risco ou no caso de estupro. Isso reabriu o debate na arena parlamentar e provocou uma rachadura interna no partido conservador. Contudo, ela não teve o apoio da opinião pública, dos partidos de oposição, de segmentos da medicina, o que forçou o primeiro-ministro Rajoy a retirar o projeto, após três anos de debate. O mesmo paralelismo de posições sobre o aborto pode ser visto entre os jornais *El País* e *El Mundo*, o primeiro tem vinculação ao PSOE e o segundo ao PP, cada qual usando enquadramentos que enfatizem os benefícios de sua posição em relação ao aborto e denotando uma imagem negativa daquilo que reprovam, em relação ao aborto (CHACQUÉS-BONAFONT; PALAU; BAUMGARTNER, 2015).

4.1.4 Introdução ao problema para o estudo das dinâmicas da agenda

Considerando os programas de apoio à gestação, parto e puerpério, temos desde 2011, em implementação no Brasil, o programa Rede Cegonha (Ministério da Saúde, portaria 1.459 de junho de 2011) o qual investiu, segundo dados do portal de transparência do governo federal, valores próximos a 1 bilhão de reais nos anos 2014 a 2016 e 2018. Os dados de 2017 e 2019 indicam valores significativamente inferiores, aproximando-se de 20 milhões de reais anuais.

Os valores de tais despesas empenhadas, conforme exposto no Gráfico 2, foi atualizado para valores correspondentes a janeiro de 2020, atualizados pelo IPCA. No detalhamento de tais despesas, é possível encontrar informações sobre o mês e ano de referência, o órgão superior – Ministério da Saúde, Ministério da Educação, por exemplo – entidade vinculada, entidade gestora, elemento e modalidade da despesa, bem como detalhar valores empenhados, liquidados e pagos.

Gráfico 2 - Gastos com o Programa Rede Cegonha total Brasil



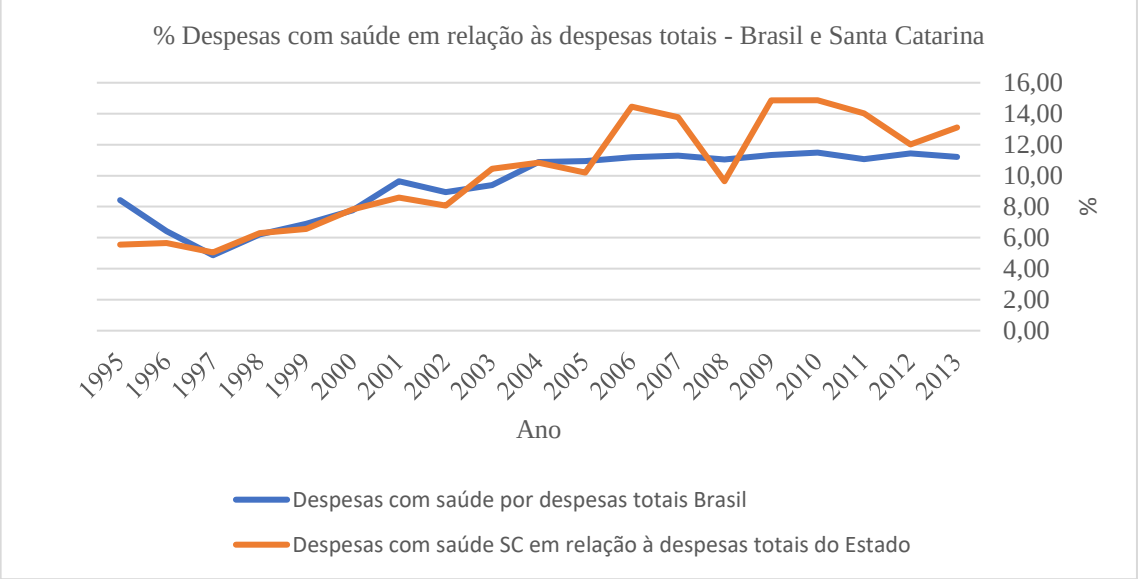
Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Portal de Transparência (2020).
http://www.portaldatransparencia.gov.br/programas-de-governo/06-rede-cegonha?ano=2017

No Portal de Transparência do governo Federal há informações sobre os gastos na Rede Cegonha. Os números disponíveis para o estado de Santa Catarina, de forma consolidada por meio de gráficos, são somente os gastos na Rede Cegonha para 2017, que foram pouco mais de 30,5 milhões de reais, o que corresponde a 3,4% dos gastos no Brasil no mesmo ano. As despesas detalhadas de um estado brasileiro também podem ser obtidas, necessitando fazer a busca das despesas detalhadas e obtendo-se a classificação conforme a entidade vinculada.

No caso específico do estado de Santa Catarina, as despesas liquidadas do programa Rede Cegonha representam um percentual de 3,05% em 2014 e de 3,41% em 2016, frente ao total de despesas Brasil para o mesmo programa.

Ao observar o Gráfico 3 contendo despesas em saúde em relação a despesas, tanto do Brasil quanto de Santa Catarina, nota-se que, entre 1995 e 2002, SC em geral acompanha a proporção brasileira de despesas com a função saúde. Nos anos de 1995 e 2001 esteve aquém do percentual gasto com saúde, em relação ao Brasil. Depois desse período, em alguns momentos o Estado gasta proporcionalmente mais com saúde, a exemplo do comportamento entre os anos 2006 e 2007, com declínio em 2008, e elevação a partir de 2009.

Gráfico 3 - % Despesas com saúde por despesas totais – Brasil e Santa Catarina

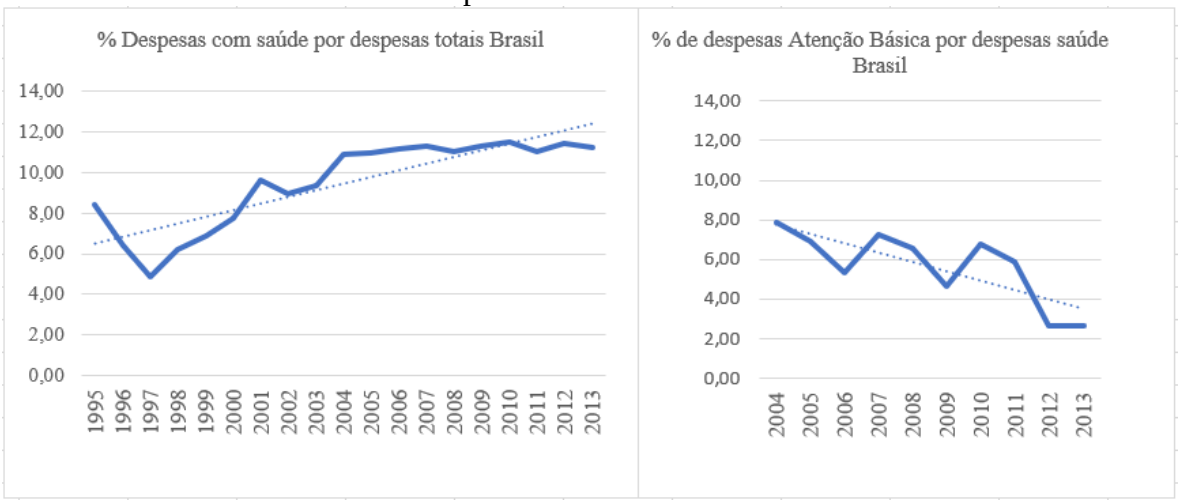


Fonte: elaborado pela autora (2020).

O Gráfico 3 contempla os dados Brasil e do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1995 e 2013, únicos disponíveis para a consulta. No país, as despesas tenderam a crescer desde 1988, em parte devido a obrigação constitucional (Brasil, 2015) de aplicar percentuais mínimos de investimento em saúde, válidos para a União, Estados (mínimo de 12%) e Municípios (15%) de suas receitas próprias.

No caso do somatório da execução orçamentária por estados, as despesas com saúde no Brasil, comparada às suas despesas totais, representam pouco mais de 10% desse montante, mantendo essa proporção desde o ano de 2004, conforme Figura 4.

Figura 3 - % Despesas com saúde por despesas totais e % despesas com Atenção Básica* por despesas com saúde Brasil



Fonte: elaborado pela autora (2020), a partir de dados SICONFI – execução orçamentária dos estados, despesas função saúde (código 10).
Obs.: o detalhamento das despesas com saúde só está disponível a partir do ano 2004.

O percentual de despesas em Atenção Básica à saúde vem decaindo em relação às outras despesas em saúde que o país mantém, mas em virtude das outras áreas de saúde estarem recebendo mais recursos. Além da atenção básica à saúde, as outras categorias são “Assistência Hospitalar Ambulatorial”, “Alimentação e Nutrição”, “Suporte profilático e terapêutico”, “vigilância epidemiológica”, “vigilância sanitária” e “demais subfunções saúde”. No APÊNDICE C pode ser consultado o Gráfico contendo o detalhamento das despesas por ano. Da mesma forma disponho o Gráfico com despesas saúde de Santa Catarina. A importância das despesas em Atenção Básica está no fato de ser os recursos que podem manter as atividades de postos de saúde, onde as gestantes e demais cidadãos fazem o primeiro contato com os serviços públicos de saúde.

Conforme Pacto de Diretrizes e Metas (PDM) 2013-2015, 13 indicadores selecionados são relevantes, usuais e representativos do desempenho em Atenção Primária à Saúde (APS) e de fácil obtenção no site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS - http://www.datasus.gov.br). Eles foram agrupados segundo as diretrizes do PDM: (i) acesso, (ii) atenção integral à saúde da mulher e da criança, e (iii) redução dos riscos e agravos à saúde. Entre os indicadores relacionados à diretriz atenção integral à saúde da mulher e da criança, os seguintes são utilizados por Ramos e De Seta (2019) para uma pesquisa empírica de análise de desempenho de três capitais:

- Razão de exame citopatológico do colo do útero: avalia a disponibilidade de ações básicas de prevenção e controle (diagnóstico precoce, tratamento e educação para a saúde) do câncer de colo de útero;
- Proporção de nascidos vivos de mães que receberam sete ou mais consultas de pré-natal por 100 nascidos vivos: indica bom acesso para as gestantes na APS, embora isoladamente não garanta qualidade do cuidado, sendo necessárias avaliações quanto à adequação dos procedimentos.
- Número de óbitos maternos: indicador de condições de vida da população e de qualidade da atenção à saúde da mulher: as mortes de mulheres em idade fértil por causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, são, atualmente e em sua maioria, passíveis de prevenção e evitáveis.
- Taxa de mortalidade infantil: é um dos principais indicadores de saúde pública. Expressa, em associação com outros indicadores, a situação de saúde de uma comunidade e as desigualdades de saúde entre grupos sociais e regiões. Revela as condições de saúde materno-infantil.

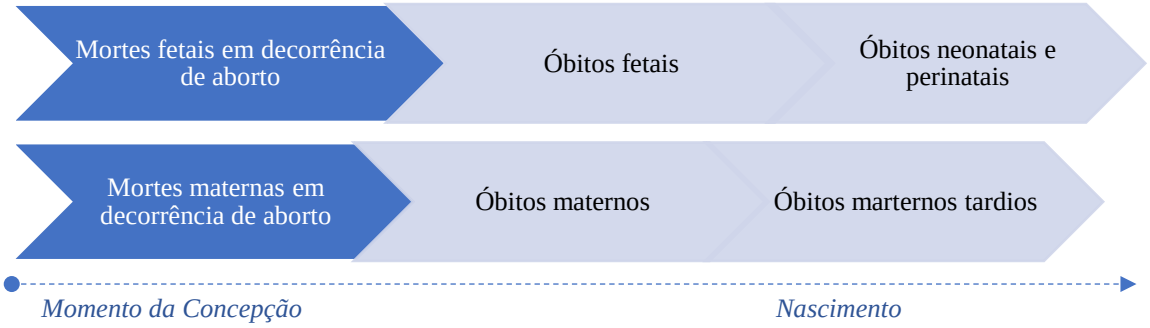
- Casos de sífilis congênita: expressa a qualidade do pré-natal, uma vez que a sífilis pode ser diagnosticada e tratada ao longo da gestação. (RAMOS; DE SETA, 2019, p. 4).

Isto posto, trato agora de reunir evidências mais completas sobre o problema da mortalidade materno-infantil. O ponto central está em adicionar às estatísticas de mortalidade infantil às perdas de vidas humanas em decorrência de abortos.

4.1.4.1 Evidências da mortalidade materno-infantil: período gestacional e puerperal

As perdas de vidas humanas registradas como óbitos fetais são, segundo prática atual, somente aquelas em que o nascituro já havia atingido tamanho, peso ou tempo de gestação previsto em orientação da área médica (500 gramas, 22 semanas). Ou seja, as mortes de nascituros ocorridas em decorrência de abortos não são definidas como óbitos fetais (é como se não fossem considerados fetos aqueles com menos de 22 semanas). Se assim o fossem, os índices de mortalidade infantil seriam maiores, no Brasil e em outros países. Embora não seja o foco desta pesquisa apurar a correlação entre o decréscimo das taxas de mortalidade infantil e os números de aborto, em países que descriminalizaram o aborto, é possível cogitar que uma parte da redução das taxas de mortalidade infantil tenha sido melhorada a partir da realização de procedimentos de aborto, antes das 22 semanas de gestação. Para deixar mais claro, destaco na Figura 4 a intenção de considerar o total de perdas de vidas humanas, no período que vai desde a concepção, mais o período gestacional e puerperal, até primeiro ano pós-parto.

Figura 4 - Óbitos fetais e maternos ao longo da gestação, parto e puerpério



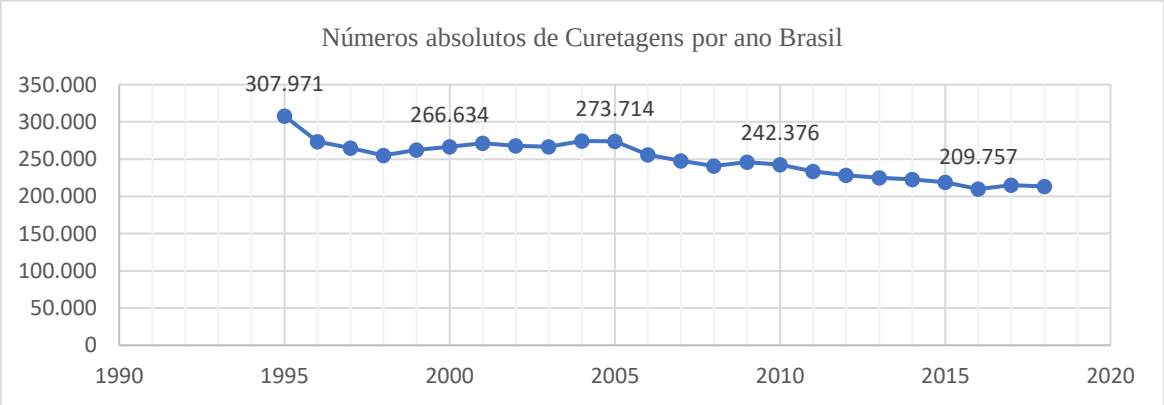
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Na Figura 5, óbitos fetais e maternos ao longo da gestação, parto e puerpério, destacam-se os óbitos que ocorrem em decorrência de um procedimento de aborto, tanto para a gestante

quanto para o bebê em formação. Com esse continuum em mente, pode-se considerar, ao longo de uma gestação, as perdas de vidas humanas em sua totalidade. Buscou-se dar destaque para esses indicadores pois em geral organismos internacionais de saúde, como a Organização Mundial de Saúde, e mesmo nas estatísticas brasileiras, não se divulgam estatísticas sob um mesmo nome – óbitos – ou categoria – mortalidade infantil. Em caso de mortes maternas em decorrência de aborto, por exemplo, não são encontrados números específicos das mortes maternas em decorrência do chamado "aborto seguro", apenas dos casos de abortos provocado de forma insegura, mas é necessário destacar a possibilidade de óbito e consequências para a mulher – física, reprodutivas, psicológicas - em decorrência do aborto realizado em hospitais e clínicas.

No entanto, há uma grande dificuldade e vieses nos procedimentos de estimar o número de abortos, e geralmente se adota uma forma de cálculo que adiciona um percentual sobre os registros oficiais de procedimentos de curetagens disponíveis no DATASUS (DEROSA, 2018). Segundo estudos de Derosa (2018), por outro lado, os números do Sistema Único de Saúde estão muito próximos do real. Os números oficiais, passíveis de serem adotados como um ponto de partida, podem ser consultados no Gráfico 4. A curetagem é o procedimento médico cirúrgico para realização do aborto, apresentada em números absolutos por ano.

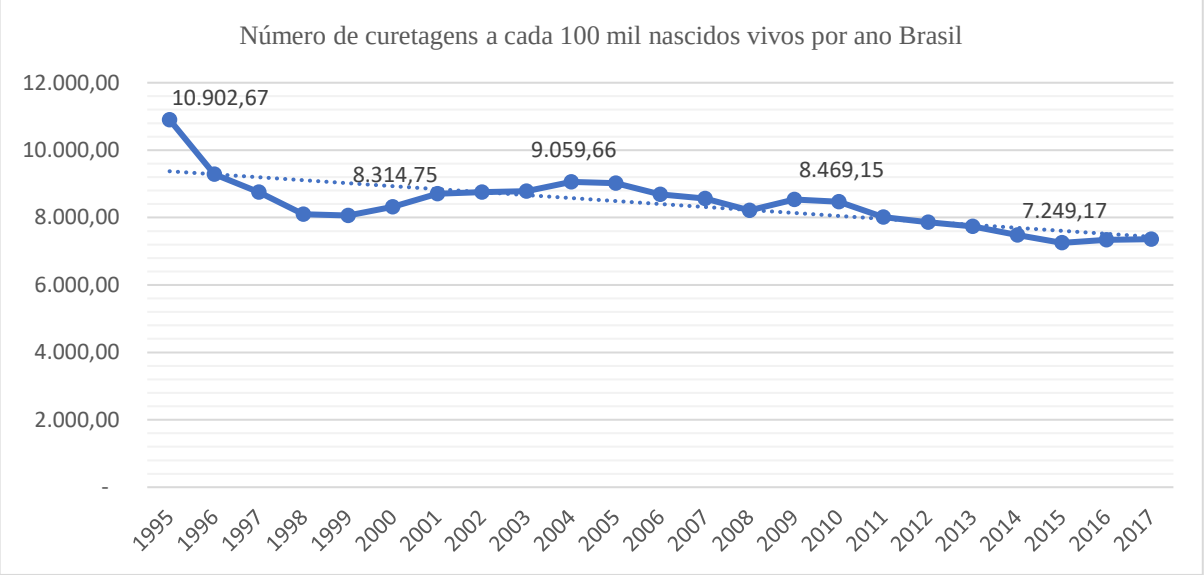
Gráfico 4 - Números absolutos de procedimentos de curetagens por ano Brasil



Fonte: elaborado pela autora (2020).
Nota: Os procedimentos de curetagens consolidados nesses números correspondem ao somatório de: curetagem semiótica com ou sem dilatação do colo uterino (código 34005030), curetagem uterina por mola hidatiforme (34020039) e curetagem pós aborto (35014016).

Proporcionalmente ao número de nascidos vivos no Brasil, o Gráfico 5 apresenta uma tendência de decréscimo no número de procedimentos de curetagem, entre os anos 1995 e 2017.

Gráfico 5 - Número de curetagens a cada 100 mil nascidos vivos por ano Brasil

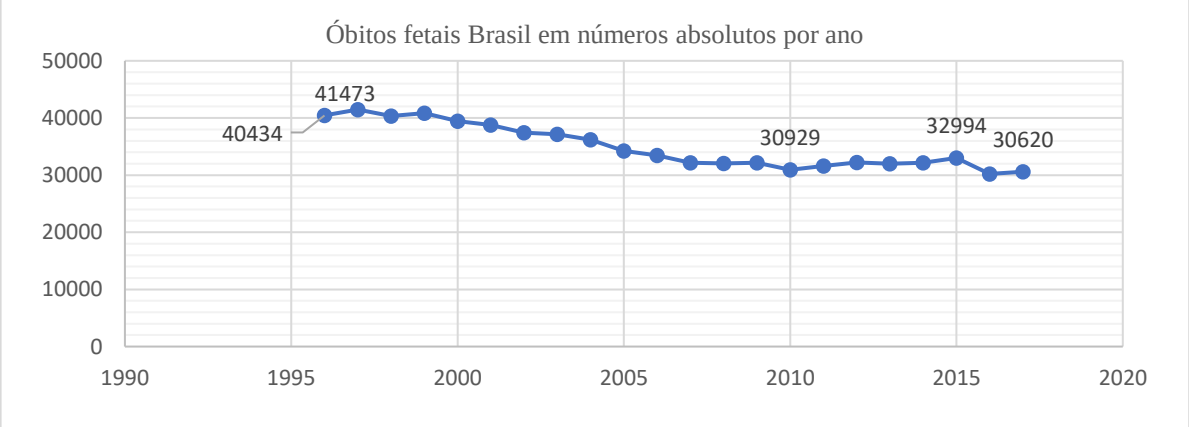


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Conforme Gráfico 5, um número como 7.249 procedimentos de curetagem a cada 100 mil nascidos vivos, corresponde a uma proporção de 7,24 curetagens a cada 100 nascidos vivos. Embora ocorra essa tendência de decréscimo ao longo dos anos, os dados não nos permitem precisar se esses números correspondem aos procedimentos de curetagem realizados em situações de abortos espontâneos ou abortos voluntários. Vale destacar que, além desses indicadores, interessa saber quais são os gastos do Estado para esses procedimentos, algo que abordo a seguir.

Voltando-se para os dados sobre óbitos fetais, os números absolutos por ano são observados no Gráfico 6, bem como sua proporção em relação ao número de nascidos vivos, no Gráfico 7.

Gráfico 6 - Óbitos fetais Brasil em números absolutos por ano

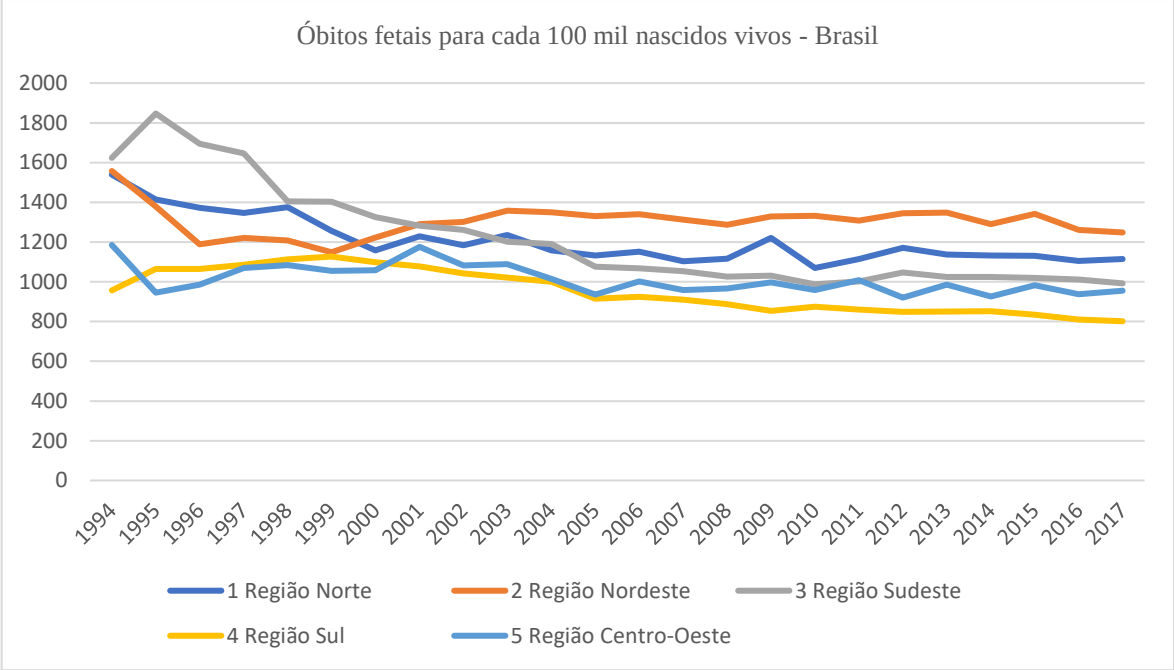


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os números representam uma tendência de queda do número absoluto de óbitos fetais ao longo dos anos, lembrando que esse movimento acompanha a redução da taxa de natalidade no contexto brasileiro, deixando claro a necessidade de compará-lo com o número de nascidos vivos.

O Gráfico 7 permite observar que, considerando o número de óbitos fetais a cada 100 mil nascidos vivos, a região Nordeste apresenta tendência de crescimento nesse número, com um número de 1200 óbitos fetais a cada 100 mil nascidos vivos.

Gráfico 7 – Número de óbitos fetais para cada 100 mil nascidos vivos por região - 1994 a 2017



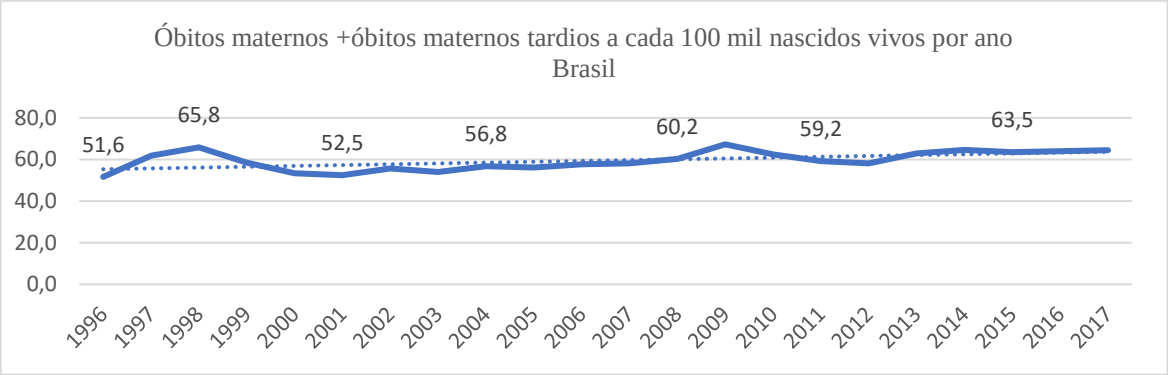
Fonte: elaborado pela autora (2020) a partir dos dados DATASUS-TABNET, Sistema Informações de Mortalidade e Estatísticas Vitais.
Nota: o sistema Datasus- Tabnet não disponibiliza números de nascidos vivos anteriores à 1994. O sistema de SINASC – Sistema de Informações sobre nascidos vivos visa reunir informações epidemiológicas sobre os nascimentos e tem sido implantado gradativamente por Estados e Municípios brasileiros.

A região Sudeste apresentou uma melhoria durante esses anos, pois até o ano 2000 era a região com o maior número de óbitos fetais comparados ao número de nascidos vivos. Desde então, essa proporção tem caído, estando próxima de mil óbitos fetais a cada 100 mil nascidos vivos. Ainda assim, em anos recentes o número total de óbitos fetais esteve entre 30 mil e 35 por ano.

Considerando agora os números brasileiros sobre a mortalidade materna, analisei esse total proporcionalmente ao número de nascidos vivos. O Gráfico 8 mostra esse número ao longo dos anos, o qual apresenta tendência de leve crescimento, considerando o número em 1996, que

era de 51,6 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos e no ano de 2015 foi de 63,5. Importante esclarecer que os valores correspondem à soma de mortalidade materna e mortalidade materna tardia, estas ocorridas no período que vai de 42 dias após o parto e menos de um ano após o parto.[20]

Gráfico 8 - Óbitos maternos + óbitos maternos tardios por 100 mil nascidos vivos por ano



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Para atingir a meta do quinto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Brasil deveria apresentar a razão de mortalidade materna (RMM) igual ou inferior a 35 óbitos por 100 mil nascidos vivos até 2015, o que corresponde a uma redução de três quartos em relação ao valor estimado para 1990. A queda da morte materna se deve fundamentalmente à redução da mortalidade por causas obstétricas diretas. As mortes maternas podem ser classificadas como obstétricas diretas ou indiretas. As mortes diretas resultam de complicações surgidas durante a gravidez, o parto ou o puerpério (período de até 42 dias após o parto), decorrentes de intervenções, omissões, tratamento incorreto ou de uma cadeia de eventos associados a qualquer um desses fatores. As mortes indiretas decorrem de doenças preexistentes ou que se desenvolveram durante a gestação e que foram agravadas pelos efeitos fisiológicos da gestação, como problemas circulatórios e respiratórios. (MINISTÉRIO DA SÁUDE, 2012).

[20] Os óbitos maternos, mais óbitos maternos tardios, correspondem aos registros de óbitos femininos, independentemente da idade, causados por: 1. Afecções do Capítulo XV da CID-10 "Gravidez, Parto e Puerpério", códigos O00-O99, com exceção das mortes fora do período do puerpério de 42 dias (códigos O96 e O97); 2. Doença causada pelo HIV (B20-B24), mola hidatiforme maligna ou invasiva (D39.2) ou necrose hipofisiária pós-parto (E23.0), desde que a mulher esteja grávida no momento da morte ou tenha estado grávida até 42 dias antes da morte; para os óbitos de 1996 a 1999 em que não há detalhamento do tempo transcorrido desde o parto, só foram considerados os óbitos em que a mulher estava grávida no momento da morte; 3. Osteomalácia puerperal (M83.0), tétano obstétrico (A34) ou transtornos mentais e comportamentais associados ao puerpério (F53), nos casos em que a morte ocorreu até 42 dias após o término da gravidez ou nos casos sem informação do tempo transcorrido entre o término da gravidez e a morte. (...) [e sobre os óbitos maternos tardios] Número de óbitos maternos tardios, classificados nos códigos O96 e O97, segundo o local de residência da falecida. (DATASUS, 2017).

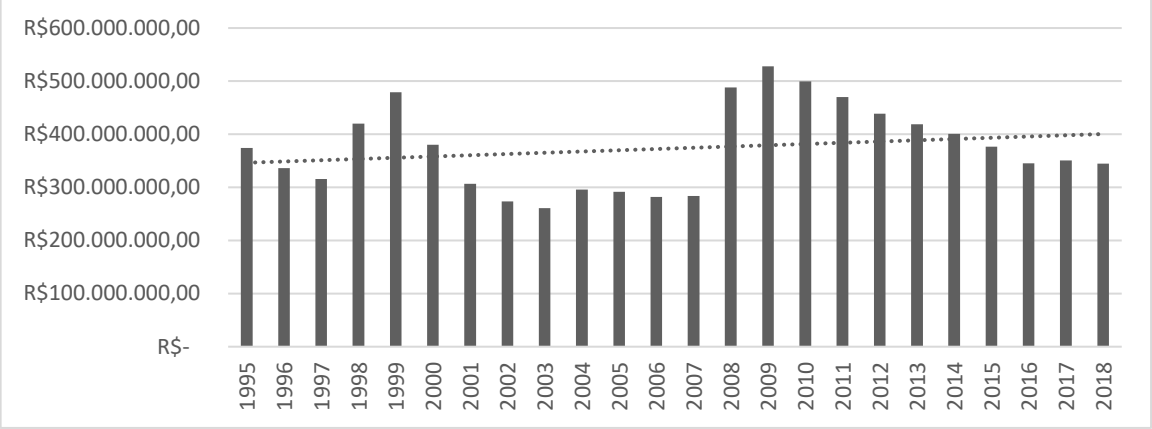
Na pesquisa sobre as causas de mortalidade materna tardia, Vega, Soares e Nasr (2017) encontram que a cardiomiopatia puerperal (CMPP) é a primeira causa de morte materna tardia. “A cardiomiopatia puerperal (CMPP) identificada como a primeira causa de morte materna tardia, deve ser encarada como um evento sentinela no puerpério e, portanto, alguns aspectos desta patologia foram destacados com base na literatura” (VEGA; SOARES; NASR, 2017, p. 7). O Anexo A contém o detalhamento das demais causas de morte materna tardia desse estudo.

Pode-se analisar, com os dados do sistema DATASUS, o número total de óbitos maternos (somados também os tardios) para cada 100 mil nascidos vivos no Brasil anualmente. Em 1996, a razão é de 51,6 óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos. Ao longo do tempo os números apresentam uma tendência de crescimento, a qual em 2017 vai estar próximo de 63,5 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Os números absolutos de óbitos maternos correspondem a 1521 no ano de 1996 e 1885 no ano de 2017. Importante constatar que, mesmo nos casos em que as gestantes são atendidas ou internadas para procedimentos de curetagem, podem ocorrer óbitos decorrentes de aborto realizados em clínicas e hospitais. Na Tabela contida no APÊNDICE C podem ser encontrados os números de óbitos maternos ocorridos em atendimentos de curetagem. A média de tais óbitos, entre 1995 e 2018 é de 126 óbitos maternos por ano. É importante destacar que empreendedores políticos que advogam em favor da descriminalização do aborto geralmente não divulgam os números de óbitos maternos decorrentes de tais “abortos seguros”.

4.1.4.2 Gastos com internação hospitalar para procedimentos obstétricos e curetagem

A busca de dados no Sistema Único de Saúde permite a seleção dos procedimentos de curetagem, os quais são aplicados para o atendimento de gestantes que estão tendo um aborto espontâneo ou ainda voluntário, conforme buscam por atendimento nos hospitais da rede pública. Sob o nome de procedimentos de curetagem, buscaram-se os números totais de atendimentos e os respectivos valores dos procedimentos, além de outras informações pertinentes. O Datasus fornece os valores totais gastos no Brasil pelos SUS em procedimentos obstétricos, conforme série anual exposta no Gráfico 9.

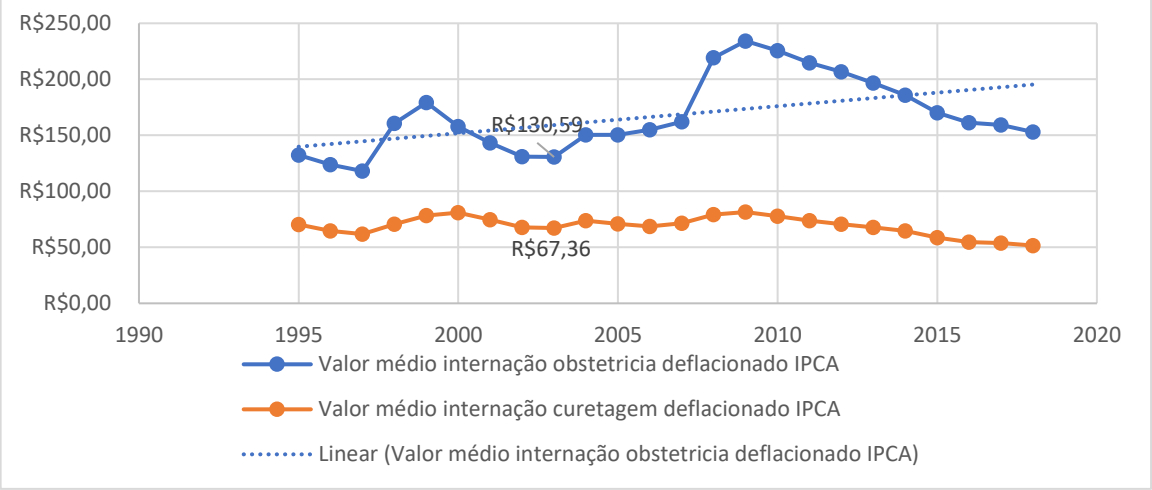
Gráfico 9 - Valor total Brasil de gastos em investimentos obstétricos, deflacionados IPCA



Fonte: elaborado pela autora (2020).
Notas: [1]Dados disponíveis somente entre os anos 1995 e 2018.
[2]Estão somados nesses valores os procedimentos: tratamento de edema, proteinúria e transtornos hipertensivos na gravidez parto e puerpério; tratamento de traumatismo de parto no neonato; parto normal; parto normal em gestação de alto risco; parto normal em centro de parto normal (CPN); curetagem semiótica com ou sem dilatação do colo do útero; curetagem uterina em mola hidatiforme; esvaziamento do útero pós-aborto por aspiração manual intra-uterina (AMIU); parto cesariano em gestação de alto risco; parto cesariano; parto cesariano com laqueadura tubária; redução manual de inversão uterina aguda pos-parto; tratamento cirúrgico de inversão uterina aguda pós-parto; curetagem pós-abortamento/puerperal.

A título de ilustração, em 2018, foram realizados 2.252.896 atendimentos e internações hospitalares (AIH) para serviços de parto e obstetrícia, e 213.173 procedimentos de curetagem. O custo médio para a internação hospitalar para parto e para a realização de curetagem são apresentados no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Valor médio AIH parto e obstetrícia e AIH Curetagem por ano



Fonte: elaborado pela autora (2020).

O valor médio do AIH de parto e obstetrícia é calculado a partir da divisão do valor total de gastos em AIHs de parto e obstetrícia pelo número de internações no ano.

O valor médio de AIH de curetagens é apurado pela divisão dos gastos totais em curetagens do ano pelo número de atendimentos em procedimentos de curetagem no ano. Pode-se dizer que o valor médio dos AIH em tais procedimentos é relativamente baixo, considerando a complexidade cirúrgica envolvida em tais procedimentos médicos.

Em partos e procedimentos obstétricos, o valor médio se elevam entre 2008 e 2012, para depois reduzir-se até valores próximos de R$ 150,00 por internação, mas ainda tendendo para o crescimento. O valor médio dos gastos em AIH para curetagem se mantém próximos ao valor médio de pouco mais de R$ 60,00.

4.1.5 Dinâmicas da agenda do aborto no contexto brasileiro[21]

Como antes mencionado, ao analisar a imagem, atenção, atores e fóruns da política relacionada ao aborto, busquei identificar fatores que possam provocar mudanças ou manutenção da política. Apresento, a seguir, os resultados sobre a discussão no Congresso Nacional, considerando a Câmara dos Deputados e o Senado. Em seguida, comparamos a variação na atenção recebida na Câmara, no Senado e pela mídia, para depois detalhar o tom do pronunciamento de deputados e de atores citados pelos jornais selecionados. Feito isso, exponho em ordem cronológica os principais achados, elencando eventos focalizadores e atores-chave nesse período, possíveis empreendedores de política. Nesta linha cronológica subdividida em três momentos, trago informações sobre as discussões no âmbito do STF. A Tabela 1 sintetiza fontes e dados selecionados, classificados conforme o tom da política.

Tabela 1 - Número de fontes codificadas do fluxo de política e da mídia

Número de fontes codificadas do fluxo de política e da mídia

		Tom da imagem da política do aborto			
Fontes de dados		Contrário	Favorável	Neutros e/ou incodificáveis	Total
Câmara dos Deputados	Proposições	102	50	66	218
	Pronunciamentos	808	201	119	1128
Senado	Proposições	5	9	12	26
	Pronunciamentos	141	71	70	282
	Atores em audiências públicas	20	24	-	44

[21] Um artigo consolidando as informações sobre as dinâmicas da agenda do aborto, contida nesta seção, foi submetida por Ames, Serafim e Zappellini (não publicado) para o XXIII Seminário em Administração (Semead 2020) organizado pela Universidade de São Paulo (FEA-USP) e aguarda análise de pareceristas.

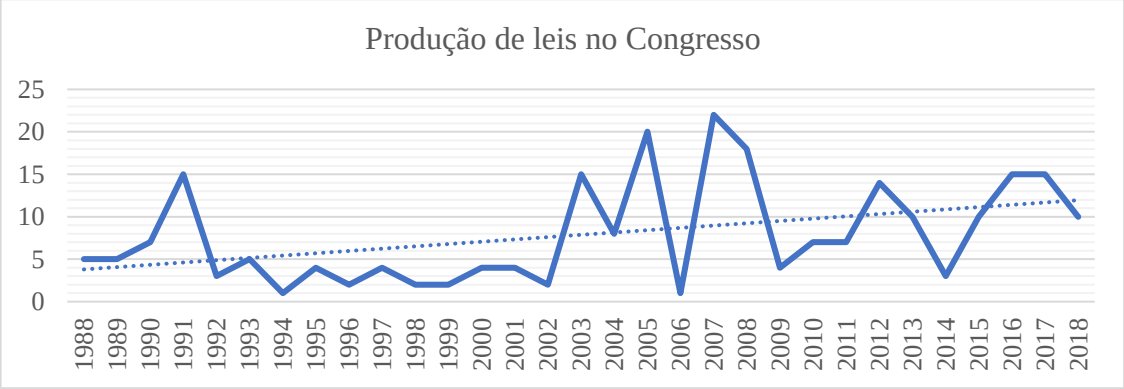
Atores citados em jornais (1ª página)	Estadão	71	55	16	142
	Folha	58	60	28	146
	O Globo	46	50	10	106
STF	Votos de ministros	2	9	-	11
	Atores em audiências públicas	25	49	5	79
Total		1278	578	326	2182
Percentual		58,6%	26,5%	14,9%	100%

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A Tabela 1 nos permite dizer que na Câmara e no Senado o tom predominante é contrário ao aborto, ao passo que na mídia e no STF predomina uma postura favorável à sua descriminalização. Entre 1988 e 2018, foram apresentadas 237 proposições no Congresso Nacional, das quais 218 foram na Câmara dos Deputados e 26 no Senado, tratando sobre aborto, abortamento ou interrupção da gravidez. Deputados e Senadores citam esporadicamente reportagens de jornais e revistas sobre o tema. Nos jornais, por sua vez, são frequentes citações do que acontece na esfera política, especialmente o posicionamento de presidenciáveis e presidentes eleitos, e de Ministérios, como o da Saúde.

Analisando especificamente a produção legislativa, o Gráfico 11 mostra um panorama temporal com oscilações na atenção dada à questão do aborto no Congresso Nacional.

Gráfico 11 - Produção de leis no Congresso entre 1988 e 2018 sobre aborto



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Analisando especificamente a produção legislativa, o Gráfico 11 mostra um panorama temporal com oscilações na atenção dada à questão do aborto no Congresso Nacional.

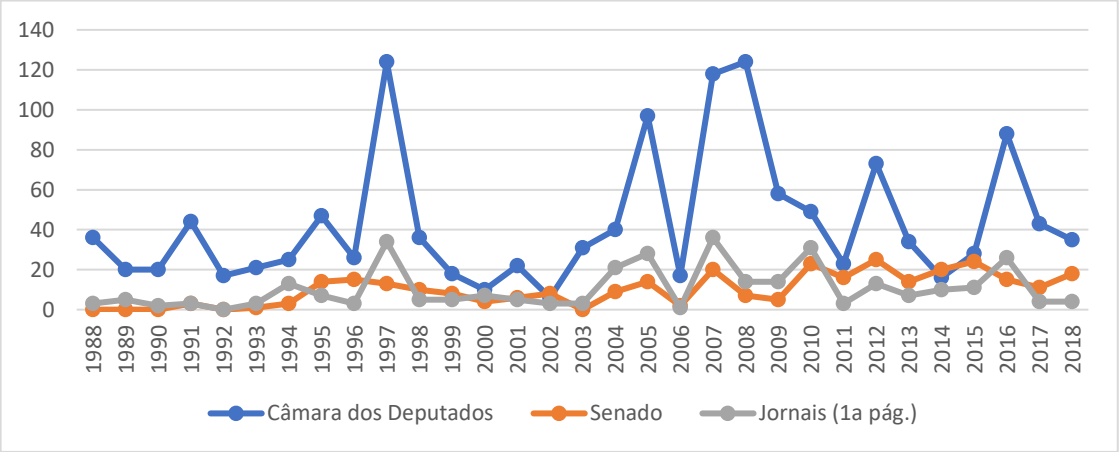
As pontuações observadas em 1991, 2003, 2005, 2007 e 2012 foram resultado predominantemente da atividade na Câmara dos Deputados, ao passo que no Senado a atividade legislativa se intensifica a partir de 2012. Em 2018, por exemplo, das 10 proposições, quatro

foram encaminhadas por Senadores. O período com mais oscilações inicia em 2003, período em que se tem um incremento em políticas sociais no Brasil ao longo do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência.

Entre as proposições, algumas resultaram em debates organizados em comissões e audiências públicas, com a participação de atores e grupos de interesse externos ao governo, mas até o momento elas apenas mantiveram a política do aborto estável, sem mudanças quanto ao código penal e os casos em que não se pune o aborto, ou seja, não por meios dos fóruns do Congresso. Por outro lado, a intensa discussão demonstrou, ao longo dos anos, diferentes argumentos que sustentam um tom favorável à descriminalização do aborto.

O Gráfico 12 apresenta o total de registros da Câmara dos Deputados e do Senado (proposições e pronunciamentos) e total dos jornais Folha, Estadão e O Globo de reportagens na primeira página. Percebe-se que, ao longo do tempo, há pontuações na linha correspondente à Câmara dos Deputados e à mídia, não acompanhadas pela atividade no Senado, como se vê em 1996 e 1998 e 2006 e 2010.

Gráfico 12 - Total de registros por fórum de política – Câmara, Senado e jornais



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quando analisados conjuntamente, os dados coletados dos pronunciamentos na Câmara e no Senado, mais das reportagens dos jornais, permitem identificar as palavras mais citadas, as quais revelam principais termos, atores mais citados, partidos mais citados, entre outras palavras contidas nos dados. As palavras mais citadas são: aborto (2299), não (1620), vida (1202), saúde (485), mulheres (452), lei (328), Brasil (507), direito (356), mulher (324), questão (253), casos (216), projeto (239), gravidez (259), supremo (196), país (312), legalização (185), abortos (139), estupro (178) e direitos (164).

Também é possível identificar atores a partir das seguintes palavras: presidente (133), Papa (85), ministro (71), Magno Malta (68), e Lula (59). Os partidos que mais aparecem são:

PMDB (99), PFL (86) e PSDB (67). Alguns agentes políticos atuaram como Deputados Federais e em outro momento como Senadores, como é o caso de Marta Suplicy (MDB/SP) e Magno Malta (PR/ES). José Sarney (MDB/AP), quando Senador, dá entrada ao PLS 236/2012 para reforma do código penal, o qual prevê a despenalização do aborto para mais situações que as corrente até setembro do ano corrente. Além disso, alguns termos-chave são mais usados pelo Congresso – "desde a concepção" (28), "planejamento familiar" (29), enquanto nos jornais se sobressai "aborto legal" (22) e "STF" (55). O Quadro 15 detalha palavras citadas em pronunciamentos e em jornais, que ajudam a ilustrar o conteúdo das discussões.

Quadro 15 - Termos citados por fórum de política 1988-2018

Termos presentes na discussão do aborto	*Câmara*	*Senado*	*Jornais*
"Aborto"	1613	312	371
"Aborto legal"	27	7	22
"Anencefalia" e "anencéfalo"	70	5	15
"Desde a concepção"	80	14	2
"Direito à vida"	80	6	4
"Direito ao aborto"	9	3	7
"Feto"	69	5	16
"Interrupção da gravidez"	46	10	15
"Microcefalia	14	-	3
"Planejamento familiar"	31	19	8
"STF"	50	-	55
"Supremo Tribunal Federal"	124	2	8

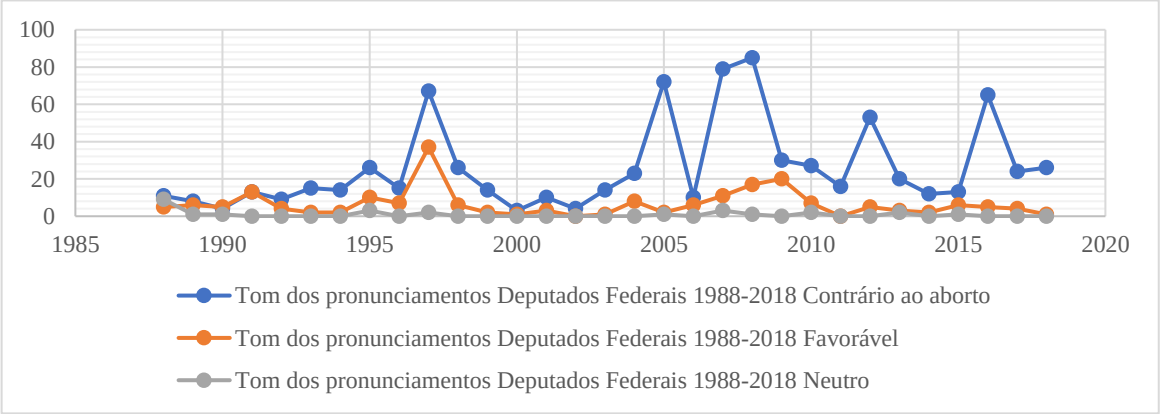
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Em 1988, na sessão plenária de 26 de maio, os deputados votaram sobre o capítulo VII, do texto da Constituição que tratava da família, das crianças, adolescentes e dos idosos. Primeiro, aprovaram texto em que estava explícito o termo "desde a concepção", no artigo 259, com 435 votos "sim". O texto era: "Art. 259. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, desde a concepção, à saúde e à promoção e desenvolvimento de sua personalidade." (Brasil, Assembleia Nacional Constituinte, 27 de maio de 1988, folha 10819). Em seguida, votaram a fusão de emendas de 24 subscritores (emenda 2044 coletiva) em que o texto do artigo supracitado era alterado, não mais contendo o trecho "desde a concepção". Naquele momento, as bancadas evangélicas e feministas participavam da análise e acordo. A discussão política na época de elaboração do texto constitucional favoreceu a possibilidade futura da despenalização do aborto ao suprimir o termo "desde a concepção". O texto atual da Constituição é:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (EC no 65/2010) (Brasil, 2016, p. 132).

Na Câmara dos deputados, a quantidade de pronunciamentos favoráveis, contrários e neutros pode ser observada no Gráfico 13 fórum predominantemente contrário ao aborto.

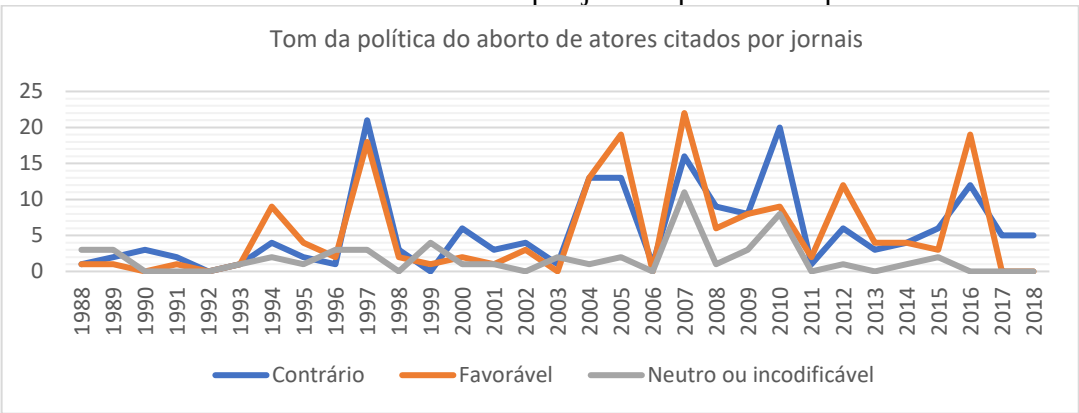
Gráfico 13 - Número de Pronunciamentos de Deputados Federais por tom 1988-2018



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Ao longo do período, a Câmara dos deputados tem se mostrado um fórum predominantemente contrário ao aborto, tendendo mais para a manutenção da legislação vigente e acordando com os dois casos não puníveis. Na direção contrária, a mídia tem mostrado pontuações mais favoráveis à descriminalização do aborto, como se observa no Gráfico 14. Ele mostra o somatório de atores, citados em notícias de primeira página dos jornais Estadão, Folha e O Globo, conforme tom de política.

Gráfico 14 - Número de atores citados por jornais por tom da política do aborto



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Predominam pontuações de tom favorável, acompanhadas de perto de citações de atores contrários. Os eventos focalizadores, conteúdo do tom da política e atores citados em fóruns de política que não o seu de origem, são apresentados na evolução cronológica do aborto apresentada a seguir.

4.1.5.1 Evolução cronológica das dinâmicas do aborto no contexto brasileiro

Entre os anos 1988 e 2018 alguns eventos, atores e acontecimentos chamaram mais atenção dos atores internos e externos ao governo envolvidos na discussão da política de moralidade do aborto no Brasil. Como tento pontuar a partir de três momentos, entre os anos 1988 e 2018, alguns deles foram considerados mais significativos para embasar mudanças ou estabilidade em relação ao aborto. O presidente eleito é um deles, bem como a preferência do ocupante do Ministério da Saúde. Da mesma forma são citados em vários fóruns de política analisados: as visitas do Papa, decisões do STF, os direitos de mulheres e nascituros e os argumentos mais significados tanto na perspectiva pró-escolha, como na perspectiva pró-vida.

4.1.5.1.1 De 1988 a 1997: Constituição Federal de 1988 e eventos focalizadores

Como descrito, por pouco o texto da constituição de 88 não explicitou o termo “desde a concepção”. Desde então, atores internos e externos ao governo vêm articulando esforços com o intuito de, ou manter a regulação vigente, ou promover mudanças. Eventos internacionais ocorridos na época tratavam de questões como saúde e direitos das mulheres: a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizado no Cairo (Egito) e reportada pela Folha, em 1994, e a IV Conferência Mundial das Mulheres em Pequim, em 1995, ambos citados no Senado e na Câmara, além de uma menção da Conferência da União Internacional para Estudos Científicos da População.

Pela cobertura dos jornais, percebe-se que eles costumam citar atores vinculados à Igreja Católica quando apresenta informações contrárias ao aborto, trazendo a perspectiva da Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), citada mais de 50 vezes pelos jornais, além do Vaticano e do Papa. A visita ao Brasil do papa João Paulo II, em 1997, foi um evento em que o tema do aborto e do direito à vida são discutidos pelo Congresso e pelos jornais. Aos atores contrários ao aborto, representa um reforço no enquadramento e tom da política.

Enquanto isso, a mídia destacava que o ministro Celso de Mello, do STF, pretende ampliar o aborto legal. Nesses 10 anos, a Câmara dos Deputados apresentou 17 iniciativas

legislativas favoráveis, 17 de tom contrário e 13 neutros. A maioria delas foi arquivada. A favor da descriminalização do aborto posso citar: Projeto de Lei (PL) 3465/1989, de José Genuíno (PT-SP), PL 4726/1990 de Luis Salomão (PDT- RJ), PL 4718/1990 de Cristina Tavares (PSDB-PE), PL 1135/1991 de Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG), PL 1097/1991 de Nobel Moura (PTB-RO) e PL 2006/1991 de Gilvam Borges (PRN-AP). Uma proposta propôs a permissão do aborto por mulheres com HIV (PL 5982/1990 de Francisco Amaral, PMDB-SP).

Por outro lado, há também iniciativas para aumentar a pena da prática do aborto, encaminhados por Matheus Iensen (PMDB-PR), com o PL 3872/1989 e o PL 1107/1991. Outra proposta contrária ao aborto é de autoria de Inocêncio Oliveira (PFL-PE), o PL 667/1991, criminalizando o anúncio de meio de provocar aborto. Também nesse período aparecem duas propostas legislativas sobre planejamento familiar em 1990.

Continuam em tramitação o PL 2423/1989, iniciada pelo Senado por Jamil Haddad, com *status* "pronta para pauta", e o PL 1035/1991 os quais aumentam penas para crimes de tortura, inclusive se resultar em aborto; e o PL 20/1991 de Eduardo Jorge (PT-SP) sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde. De todas as proposições, a única que se transformou em lei foi o PL 1104/1991 de Eduardo Jorge (PT-SP) a partir do qual não se considera falta ao serviço a ausência da empregada durante licenciamento compulsório por motivo de aborto.

Conforme Gráficos 5 e 6, no ano de 1997 há forte oscilação na atenção dada à questão do aborto, especialmente pela mídia e pela Câmara de Deputados. Em pleno governo FHC, o ano é marcado pela visita do papa e a mídia divulga que o Ministro da Saúde é contrário ao aborto, especialmente após a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovar projeto que autoriza a rede pública a fazer abortos quando houver gravidez em caso de estupro ou risco de vida para a mulher, segundo Estadão e Folha. FHC expressa que sancionará tal projeto, se ele passar pelo Congresso. Ainda se diz que o presidente da Igreja Luterana do Brasil se reúne com FHC e manifesta-se favorável ao aborto. CNBB, bispos e o Papa seguem sendo citados como contrários ao aborto.

4.1.5.1.2 De 1998 a 2007: novo enquadramento à questão do aborto

Em termos políticos, esse período abrange o segundo mandato de FHC e o primeiro mandato do governo Lula. No Executivo, percebe-se uma mudança no tom da política do Ministro da Saúde (José Gomes Temporão). Da área médica e de saúde, em que se mantinha

um tom mais neutro no período anterior, conforme noticiado pela mídia, tem-se agora uma postura mais favorável, especificamente pelo Conselho Federal de Medicina e o Conselho Nacional de Saúde, favoráveis à descriminalização no caso de anencefalia.

Na Câmara, são apresentadas 39 iniciativas de tom contrário ao aborto, 16 favoráveis e 21 neutras. Exemplo de proposições neutras são requisições de informações, pedido de consultas plebiscitárias, entre outros. Das favoráveis, seis proposições foram feitas por deputados federais do PT. É nesse período também que se apresenta no STF o ADPF 54, proposto pelo Conselho Nacional dos Trabalhadores da Saúde, representado pelo seu advogado, Luís Roberto Barroso. Atualmente, ele é um dos ministros do STF e tem um posicionamento favorável pela descriminalização do aborto até à 12ª semana de gestação. As audiências acontecem em 2008, e serão tratadas na seção seguinte. A descriminalização do aborto para casos comprovados de anencefalia já vinha sendo proposto na Câmara dos Deputados.

Destaca-se o uso da expressão **"direito ao aborto legal"** no PL 605/1999 do professor Luizinho (PT-SP), além de outros projetos favoráveis à despenalização do aborto. O Deputado Dr. Pinotti (PFL-SP) (que depois participará nas audiências no STF) sustenta a isenção de pena ao médico que pratica o aborto de feto portador **de anencefalia**, mediante comprovação por laudo independente de dois médicos, com os PL 4360/2004 e PL 4834/2005; trata do caso da anencefalia o PL 4403/2004, de autoria de várias deputadas federais. Tanto no Congresso quanto na mídia emerge debate sobre a exigibilidade do boletim de ocorrência para casos de gravidez decorrente de estupro, durante março e abril de 2004 e 2005, citando o Ministério da Saúde, A Associação Médica Brasileira, e o ministro do STF, Nelson Jobim, como favoráveis a dispensar a apresentação do boletim de ocorrência.

De posição contrária ao aborto nesse período destaca-se a atuação de Severino Cavalcanti (PPB-PE), Osmânio Ferreira (PTB-MG) e Luiz Bassuma (PT-BA), como no PL 7235/2002, de autoria do primeiro, sugerindo revogar o artigo 128 do código penal, assim ampliando o entendimento do aborto como crime, mas foi arquivado.

Desse período, aguarda designação do relator o PL 478/2007 de autoria de Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG), que busca estabelecer um estatuto do nascituro. Continua tramitando também o PL 1763/2007, o qual dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro. Marcam também o período a entrada de Frentes parlamentares em defesa da vida e contra o aborto, de Luiz Bassuma em 2005 e Leandro Sampaio em 2007.

A visita do Papa Bento XVI ganha a atenção nacional em 2007, noticiando seu encontro com o presidente Lula. Segundo os jornais, Lula evita o tema do aborto, diante do

posicionamento do Papa, o qual condena o aborto e defende a família. A mídia cita a Frente Parlamentar contrária ao aborto, como também a organização Católicas pelo Direito de Decidir.

4.1.5.1.3 De 2008-2018: a busca pela descriminalização do aborto migra para o STF

Nesse período, o PT esteve à frente do governo até o ano de 2016. Começamos com uma grande atenção dada pela Câmara dos Deputados em 2008, e que diminui e oscila até 2018, movimento nem sempre acompanhado pelo Senado e jornais (veja Gráfico 4). Há um pico no número de iniciativas legislativas e o tom dos pronunciamentos na Câmara se mantém predominantemente contrário ao aborto. Nos jornais, a questão ganha maior atenção em 2010, ano eleitoral em que o debate do aborto é pauta nos debates dos presidenciáveis. Nos jornais, diferentemente de outros momentos, são citados mais atores que mantém um tom contrário ao aborto, seguidos de atores favoráveis ao aborto.

Em 2009, o Deputado Luiz Bassuma, até então filiado ao PT/BA é suspenso pelo diretório do partido por um período de 12 meses, por ter mantido a posição em defesa da vida e contra o aborto, contrariando a posição do partido. Pouco tempo depois, Salvador Zimbaldi (PDT-SP) encaminha a requisição 1219/2011, pedindo o registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida - Contra o Aborto, composta por Deputados Federais e Senadores. Ainda tramita o PL 5.069/2013, apresentada por grupo de parlamentares, o qual tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Alberto Filho (PMDB-MA) fez duas requisições para realização de Sessão Solene em homenagem ao Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil Sem Aborto, nos anos 2012 e 2016. Além disso, o Padre Marco Feliciano (PSC-SP), apresenta o PL 5617/2016, para instituir o Dia Nacional de Conscientização Antiaborto.

Nesse período, os partidos contrários no âmbito da Câmara foram MDB e PSC. Contudo, dentro do próprio PSC há deputados com posicionamento diferente, por exemplo, Régis de Oliveira (PSC-SP). No Senado, o Senador Magno Malta participa ativamente contra o aborto, em fórum em que ocorrem várias audiências públicas de 2014 em diante.

De tom favorável, os partidos PCdoB e PSOL se destacam no período. O deputado mais ativo é Jean Wyllys (PSOL-RJ), com três proposições: PL 7633/2014, trata da humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências, o que inclui, segundo texto da proposição, o aborto provocado; o PL 882/2015, sugerido por Flavinho (PSB-SP) estabelece políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos. O mesmo deputado também encaminha a Requisição 409/2016, realização de

audiência pública para debater sobre a possibilidade de aborto nos casos de gestantes infectadas pelo zika vírus. Ao final do período o problema do zika vírus e da microcefalia são levantados e relacionados ao planejamento familiar e ao aborto.

Uma característica desse período é a migração de parte da atenção para o fórum de política do STF. Embora a ADPF 54 tenha iniciado em 2004, é neste período em que ocorrem as audiências públicas e o STF toma a sua decisão sobre o caso de fetos com anencefalia (9 votos a favor e dois contrários). A mudança mais significativa do ponto de vista legal e político, decorreu dessa decisão. Para atores internos e externos ao Congresso, bem como para juristas, filósofos da área do direto e estudiosos do papel das Supremas Cortes, tal decisão ilustra o ativismo judicial em andamento, fenômeno que ocorre simultaneamente em vários países e discutido como uma ação inconstitucional em virtude da apropriação de competências do legislativo. Além dele, o ADPF 442 continua tramitando, e consiste em uma solicitação do partido PSOL pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação.

Nos três dias de audiências públicas sobre a ADPF 442, participaram representantes de organizações nacionais e internacionais: 14 de entidades oriundas da academia, principalmente da área médica e do direito; 10 organizações da sociedade civil; 8 de organizações religiosas e/ou baseadas na fé; 3 associações da área jurídica, além de representantes de entidades estatais (Defensoria Pública, Procuradoria Geral da União), do governo (Ministério da Saúde) e agentes políticos, defendendo cada qual os seus pontos sobre o aborto; de origem estrangeira, participaram seis organizações de atuação internacional, todas favoráveis à descriminalização do aborto: *Center for Reproductive Rights*, Consórcio Latino-Americano contra o Aborto Inseguro CLACAI, *Health, Access, Rights* – IPAS, *Human Rights Watch*, *International Women's Health Coalition* – IWHC e *Women on waves*. Não houve participação de atores internacionais contrários ao aborto, por motivos que não são possíveis apurar até o momento. A predominância do tom favorável ao aborto no fórum do STF (64,4%) e a participação de grupos de interesse que enquadram o aborto como um direito da mulher, reforçam a possibilidade de uma mudança na política relacionada ao aborto a partir de deliberações do fórum do STF, em detrimento à discussão mais ampla e representativa da sociedade via Congresso Nacional, fórum em que também pode vir a ocorrer mudanças, se vier a ser aprovado a reforma do Código Penal, PLS 236/2012, de autoria do senador José Sarney/MDB/AP).

4.1.5.2 Considerações gerais sobre as dinâmicas da agenda do aborto

Durante o período analisado, são marcas das dinâmicas da agenda da política do aborto, o uso de termos como "direito ao aborto", o apoio de organismos internacionais à descriminalização do aborto e participação direta no contexto nacional, bem como uma defesa do argumento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e de sua autonomia. Por outro lado, se olharmos para a configuração do governo que assumiu em 2019, há uma postura propícia à estabilidade, isto é, de continuidade ao já vigente na legislação.

Percebe-se que nos fóruns de política analisados há uma similaridade em termos da natureza dos argumentos utilizados, atores citados e origem de tais atores. Esses elementos estão relacionados à quatro raízes principais: direito, religião, medicina e ética. Até o momento, encontram-se discussões fundamentadas na bioética, por exemplo, mas gostaríamos de sugerir para pesquisas futuras considerar as perspectivas éticas nos argumentos de atores favoráveis ou contrários ao aborto, ou seja, se revelam uma ética utilitária, consequencialista, das virtudes ou do cuidado. Acredito que, com uma perspectiva ética para abordar as ações humanas em relação ao aborto - como já o fizeram as filósofas Philip Foot (2002), Carol Gilligan (1997) e Rosalind Hursthouse (1991) - poderíamos compreender o aborto de forma mais aprofundada, para então subsidiar a discussão e as diretrizes do Estado para a questão.

Entre as limitações da pesquisa, fez-se uma análise somente de reportagens de capa de jornais. De forma geral, as análises se limitam à dados secundários, os quais poderiam ser acrescidos de entrevista, bem como outras fontes de dados. Futuras pesquisas podem se aprofundar nos argumentos para justificar o tom expresso por senadores, deputados, ministros do STF e atores externos. Buscar analisar o tom dos atores participando no caráter de *amicus curiae* das audiências no STF, analisando as dimensões de seus argumentos, em termos legais, filosóficos, biológicos e morais.

4.1.5.3 Detalhamento da discussão no fórum do Senado Federal[22]

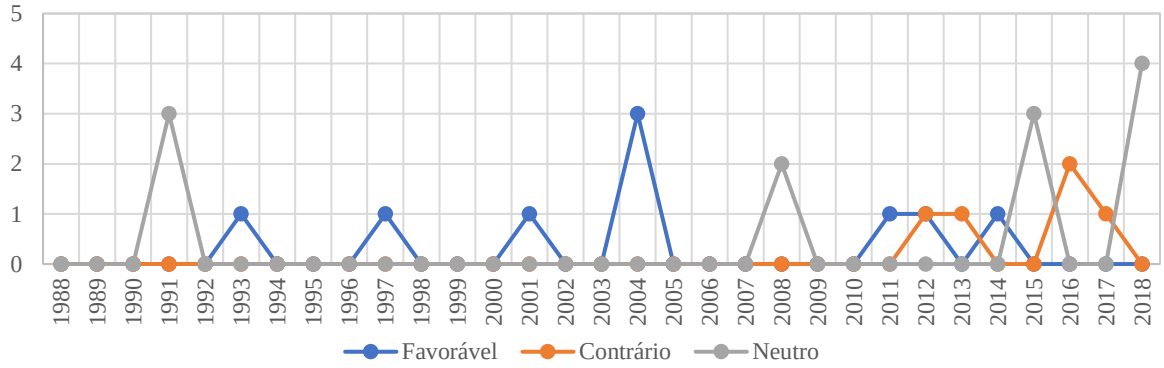
Entre o período de 1988 e maio de 2018 há 36 registros de proposições de leis e iniciativas no Senado Federal, das quais 26 tratam de questões legais relacionadas diretamente ao aborto. As outras 13 sugerem alterações legislativas em programas como o planejamento

[22] Um estudo abordando especificamente as dinâmicas da agenda da política de moralidade do aborto no âmbito do Senado Federal foi apresentado no II Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público (CIDESP 2018) realizado em Florianópolis – SC, pelos autores Ames, Serafim, Zappellini e Colonetti (2018) e serviu de base para os dados apresentados nesta seção. Atualmente, uma versão aprimorada do artigo foi submetida à revista Cadernos Ebape.

familiar, no que tange, por exemplo, ao acesso à procedimentos de laqueaduras e vasectomia. Dos 445 pronunciamentos sobre o aborto, 282 foram analisados.

Das 26 proposições de leis selecionadas, cinco são Requerimentos para a Realização de Audiências Públicas para a Comissão de Direitos Humanos (RDH), duas são Requerimentos de Informações sobre o aborto (RQS), uma é a Sugestão de lei número 15 (SUG 15/2014), e as demais são Projetos de lei do Senado (PLS), as quais versam, em sua maioria, sobre os artigos 124 a 128 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2.848/1940), nos casos em que se pune ou não o aborto. O Gráfico 15 apresenta o número e tom das proposições, ao longo do tempo.

Gráfico 15 - Número e tom das proposições legislativas do Senado sobre o aborto



Fonte: elaborado pela autora (2020).

As proposições legislativas favoráveis ao aborto se concentram entre o período de 1993 e 2014. Ao longo desse período, nove iniciativas de lei no Senado Federal são favoráveis à descriminalização do aborto, sendo a maioria propostas de mudanças no Decreto-Lei 2.848/1940. As quatro propostas contrárias ao aborto aparecem a partir de 2012 e procuram manter a regulação vigente, ou ainda, criminalizar o induzimento e a instigação ao aborto, o anúncio de meio abortivo e o aborto em qualquer fase da gestação. Entre as 11 proposições classificadas como neutras, encontrei duas requisições de informações sobre o aborto, quatro requisições (RDH) para a realização de audiências públicas e quatro projetos de lei, dos quais dois versam sobre a Lei nº 9.263/1996 de planejamento familiar. No entanto, em 2012 o STF julgou procedente a ADPF 54, a partir da qual a impunibilidade do crime de aborto nos casos de feto anencéfalo passa a ser aceita. A partir da década atual, especialmente entre 2012 e 2017, começam a surgir proposições de projetos de lei mais restritivos ao aborto.

O Quadro 16 apresenta autores e respectivas legendas partidárias das proposições, bem como respectivos códigos e ementas, organizados conforme o tom da política.

Quadro 16 - Proposições legislativas do Senado sobre aborto 1988 - 2018

Tom	Autoria	Proposição e ementa
Favorável ao aborto	Eva Blay (PSDB/SP)	PLS 78/1993 - disciplina a prática do aborto, altera o Decreto-Lei 2848/1940 - Código Penal e dá outras providencias.
	Carlos Patrocínio (PFL, TO)	PLS 28/1997 - altera lei 9.263/1996 (planejamento familiar) e dá outras providências.
	Câmara - Prof. Luizinho (PT/SP)	PLS 18/2001 - dispõe sobre a obrigatoriedade de servidores de Delegacias de Polícia informarem as vítimas de estupro sobre o direito de aborto legal.
	Duciomar Costa (PTB/PA)	PLS 183/2004 – alterar Decreto-Lei 2.848/1940 para incluir caso de anencefalia fetal.
	Mozarildo Cavalcanti (PPS/RR)	PLS 227/2004 - altera o art. 128 do Decreto-Lei 2.848/1940, para não punir a prática do aborto realizado por médico em caso de anencefalia.
	Marcelo Crivella (PL/RJ)	PLS 312/2004 - altera o Decreto-Lei 2.848/1940 para incluir entre as suas excludentes de antijuridicidade, hipótese permissiva de interrupção de gravidez.
	Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PLS 50/2011 – altera Decreto-Lei nº 2.848/1940 para dispor que não se pune o aborto no caso de anencefalia fetal, se precedido de consentimento da gestante ou de seu representante legal.
	José Sarney (MDB/AP)	PLS 236/2012 – Reforma do código penal brasileiro; altera o texto do artigo 128, adicionando casos em que o aborto não é considerado crime.
	Programa e-Cidadania	SUG 15/2014 - regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde.
Contrário ao aborto	Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	PLS 287/2012 – acrescenta adendos ao artigo 128 do Decreto-Lei 2.848/1940 para dispor sobre o crime de interrupção da gravidez em caso de anencefalia.
	Magno Malta (PR/ES)	RDH 18/2013 - requer a realização de audiência pública para debater decisão do Conselho Federal de Medicina de praticar aborto com 12 semanas de gravidez.
		PLS 46/2017 - altera o Decreto-Lei no 2.848/1940 para criminalizar a prática do aborto em qualquer fase da gestação.
	Pastor Valadares (PDT/RO)	PLS 460/2016 - altera o Decreto-Lei no 2.848/1940, para criminalizar o induzimento e a instigação ao aborto e o anúncio de meio abortivo; exigir o exame de corpo de delito e a prévia comunicação à autoridade policial para a não punição do aborto resultante de estupro; modificar a Lei nº 12.845/2013, para aperfeiçoar a redação dos artigos 1º a 3º.
		PLS 461/2016, altera o Decreto-Lei 2.848/1940 para criminalizar a prática do aborto em qualquer estágio da gestação.
Neutro	Darci Ribeiro (PDT/RJ)	RQS 71/1991 - solicita informações sobre o aborto ao Ministro da Justiça.
		RQS 75/1991 - solicita informações sobre o aborto ao Ministro da Saúde.
	Nelson Carneiro (sem partido/RJ)	RQS 668/1991 - requer transcrição nos anais do artigo do Dr. Hélio Aguinaga intitulado 'Aborto fora do útero', publicado no jornal 'O globo', em 29/09/1991.
	Expedito Júnior (PR/RO)	PLS 48/2008 - dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.
		PLS 54/2008 – alterar o Regimento Interno, para prever a concessão de 30 dias de repouso remunerado à Senadora gestante, em caso de natimorto ou de abortamento; de 5 dias ao Senador cujo cônjuge ou companheira se encontre na referida situação.
	Magno Malta (PR/ES)	RDH 24/2015 – requer realização de audiência(s) pública(s), para debater a SUG 15/2014.
	Paulo Paim (PT/RS)	RDH 36/2015 - requer audiência pública para debater a SUG 15/2014.
	Regina Souza (PT/PI)	RDH 33/2015 – requer audiência pública para debater o Relatório da Anistia Internacional, que revela preocupação com violência, abortos e impunidade.
	Magno Malta (PR/ES) e outros	RDH 68/2018 – requer a realização de audiência pública, para discutir a ADPF 442, em trâmite no STF, sobre a descriminalização do aborto até as primeiras 12 semanas.
	Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	PLS 291/2018 - alterar a Lei nº 9.263/1996 (planejamento familiar) para revogar a vedação da esterilização cirúrgica durante parto ou aborto, e a exigência do consentimento expresso de ambos os cônjuges.
	Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	PLS 107/2018 - alterar a Lei nº 9.263/1996 (planejamento familiar), com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos de laqueaduras e vasectomias.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

O julgamento do STF na ADPF 54 (BRASIL, 2013) – sobre a anencefalia fetal – foi impactante para os grupos de interesses externos e internos ao Congresso, pois sinalizou, pela primeira vez, para uma mudança no fórum de política. A partir de então, os debates no Senado se intensificaram, com a realização de oito audiências públicas e o ingresso de projetos mais restritivos ao aborto, marcando uma maior preocupação em assegurar o posicionamento do aborto como crime.

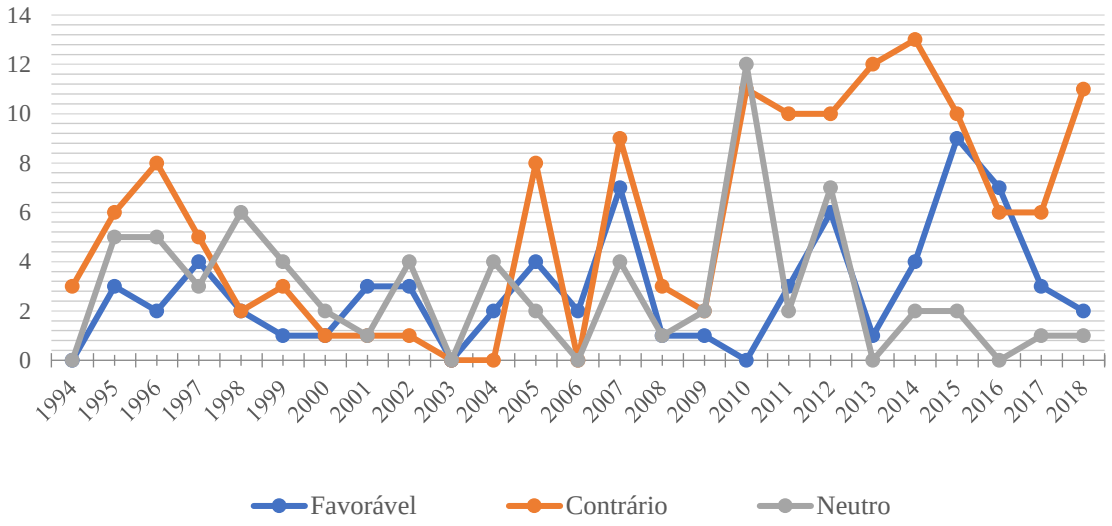
Um destaque foi a Sugestão SUG 15/2014, originada no e-Cidadania com 20 mil inscritos, propondo regular a interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação. Ela foi discutida em cinco audiências públicas, solicitadas para promover ampla discussão com diversos atores. A Consulta Pública da SUG 15/2014, disponível no Senado, recebeu 423.403 votos a favor e 381.116 contra, mas em contrapartida, 34 câmaras de vereadores e a assembleia legislativa de Goiás encaminharam moções de repúdio contra a descriminalização do aborto. Depois dessas audiências, projetos mais restritivos ao aborto foram apresentados. Ao final de 2018 a sugestão foi arquivada.

Como consta no Quadro 16, cinco proposições estão tramitando: a PLS 48/2008, remitida à Câmara dos Deputados, a PLS 460 e a PLS 461 de 2016, prontas para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), a PLS 107/2018 que trata da facilitação de acesso a procedimentos de laqueaduras e vasectomias e, por fim, o PLS 236/2012, projeto que trata da reforma do código penal, em qual a PLS 460/2016 foi apensada.

Vale destacar ainda a PEC 29/2015. Ela não trata da questão do aborto, pelo contrário, trata especificamente da inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Essa proposta, assinada por 27 senadores, foi apresentada por Magno Malta (PR-ES) e propõe mudar a redação do artigo 5º da Carta Magna, que passa a afirmar que todos são iguais perante a lei "desde a concepção". A PEC 29/2015 havia sido arquivada no final da legislatura de 2018, mas foi resgatada e se encontra em tramitação, a pedido do atual senador Eduardo Girão, do partido Podemos/CE (SENADO FEDERAL, 2020).

O Gráfico 16 apresenta o número de pronunciamentos dos senadores conforme o tom, por ano. Ao total são 70 pronunciamentos de tom neutro (24,8% do total), 71 pronunciamentos favoráveis (25,2%), reafirmando os casos previstos na legislação vigente na data do pronunciamento ou sugerindo sua descriminalização em determinados casos, e por fim, 141 pronunciamentos de tom contrário, equivalentes a 50% do total.

Gráfico 16 - Pronunciamentos de Senadores por tom da política 1988-2018*



Fonte: elaborado pela autora (2020).
Nota *: pronunciamentos anteriores a 1994 não estavam disponíveis para leitura.

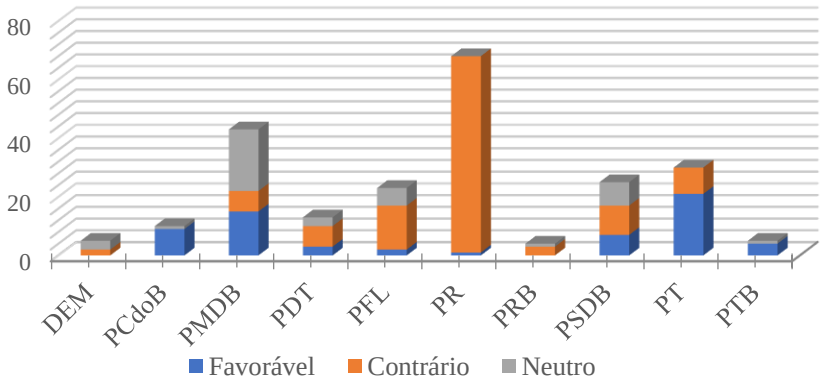
O Gráfico 16 permite observar que as pontuações mais elevadas em pronunciamentos contrários ocorrem simultaneamente aos picos no número de pronunciamentos favoráveis e que, desde 2010, o volume de pronunciamentos tem se intensificado. O ano de 2018 finda com pronunciamentos contrários, após um período de oscilações em que os argumentos favoráveis diminuem em quantidade.

A partir de 2011 os pronunciamentos contrários se sobressaem, especialmente pela participação contínua de Magno Malta (PR/ES). As posições favoráveis vêm principalmente de Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Marta Suplicy (PMDB/SP) e Humberto Costa (PT/PE).

Os anos eleitorais geralmente concentram discursos contrários, como ocorre em 2010 e 2014. Entre 2013 e 2016, há um crescimento no número de posicionamentos favoráveis e decréscimo no número de contrários, bem como uma redução de neutros.

A análise do tom dos pronunciamentos por partido político foi reunida para identificar a consistência da posição do partido a respeito da questão do aborto. O Gráfico 17 apresenta os partidos com ao menos quatro pronunciamentos no período e o respectivo tom dos argumentos.

Gráfico 17 - Tom dos pronunciamentos por partido



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Pode-se observar que os pronunciamentos de senadores dos partidos PCdoB, PT e PTB seguem um tom predominantemente favorável ao aborto. Os senadores com maior número de pronunciamentos dessas legendas são: Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), com 7 pronunciamentos; Paulo Paim (PT/RS) com 5 falas; Marta Suplicy (PT/SP e depois PMDB/SP), com 7; e Humberto Costa (PT/PE), com 4 falas.

Manifestações predominantemente contrárias ao aborto são de senadores filiados aos partidos PDT, PFL, PR e PRB, com destaque para o senador Odacir Soares (PFL/RO), responsável por 10 pronunciamentos (63,6% do partido) e Magno Malta (PR/ES), com 63 falas contra o aborto.

Os partidos que apresentaram um maior número de pronunciamentos classificados como neutros, foram o PMDB e o PSDB, os quais também são as legendas de posições mistas, isto é, com pronunciamentos contrários, favorável ou neutros à questão.

A questão da saúde da mulher, do planejamento familiar e do combate à violência contra as mulheres são argumentos presentes ao longo do período em análise, não sendo exclusivos de posições favoráveis, contrárias ou neutras. Inclusive, alguns pronunciamentos ocorrem em datas relacionadas a tais políticas e relembram acontecimentos significativos, tais como a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, a Conferência do Cairo e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), o dia 28 de maio – Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher.

O Quadro 17 traz citações ilustrativas do tom dos pronunciamentos, considerando os senadores que participaram dos debates no Senado Federal.

Quadro 17 - Trechos de posicionamentos de tom favorável, contrário e neutro

Posicionamento	Trechos dos pronunciamentos dos Senadores
Favorável	*A mulher tem que ter o direito garantido à interrupção da gravidez [..]. Quantas delas morrem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores? Milhares.* (Borges, 1996) *A vulnerabilidade se acentua na saúde. Quinhentas mil mulheres morrem anualmente durante a gravidez e o parto, no País. (...) Duzentas mil morrem durante o ano, em consequência do aborto inseguro.* (Grazziotin, 2012)
Contrário	*Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em relação ao aborto, entendo que o momento requer cautela, considerando que é necessária a proteção suficiente do direito à vida e também do direito à vida do nascituro. O tema é juridicamente complexo, e a constitucionalidade ainda merece debate. Por isso, é preciso tomar uma posição, mas, acima de tudo, uma posição ética e política. Defendo, Sr. Presidente, o direito fundamental à vida e defendo que a Constituição da República proteja inclusive o direito fundamental do nascituro (Pedro Taques, PDT/MT, 13.03.2012).*
Neutro	[sobre referendum]. *Na Itália, ainda agora houve um referendo para decidir sobre o aborto. É legal o aborto ou não? Houve um grande debate nacional e o referendum decidiu.* (Simon, 1995) *Nesse programa, o mais importante é a informação. Então, temos que levar a todas as mulheres do nosso País e a todas as moças de tenra idade -- desde a puberdade -- os ensinamentos necessários para que não haja a gravidez indesejada, o aborto provocado e, conforme V. Exª frisou, o grande índice de mulheres que são mutiladas -- quando não mortas -- nessas clínicas clandestinas, já chegando ao hospital com várias sequelas.* (Patrocínio, 1998)

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Analisando os trechos extraídos dos pronunciamentos, percebe-se que o recurso a dados estatísticos sobre mortalidade materna é uma constante nas estratégias de convencimento dos senadores favoráveis ao aborto, nos casos previstos na legislação. Outra estratégia bastante comum no jogo de linguagem envolto na questão, é a preferência pelo eufemismo "interrupção da gravidez", em pronunciamentos favoráveis ao aborto.

Na perspectiva contrária ao aborto, os argumentos trazidos no Quadro 16 também ilustram os elementos comumente encontrados nesses argumentos: a defesa da vida e o entendimento do aborto como assassinato de inocentes, além de argumentos de cunho religioso. Os pronunciamentos classificados como neutros, por sua vez, procuram construir uma imagem da política que articula diferentes perspectiva da questão, como ao relacionar o problema da mortalidade materna e as consequências do aborto, como parece sugerir o discurso de Patrocínio (1998).

Nesse contexto de iniciativas/proposições legislativas e de pronunciamentos no Senado, emergiram pedidos e esforços para a realização de audiências públicas, buscando um maior debate com a sociedade, o que permitiu descrever a realização das audiências públicas. A análise das audiências públicas permitiu identificador atores externos ao Senado que discutem

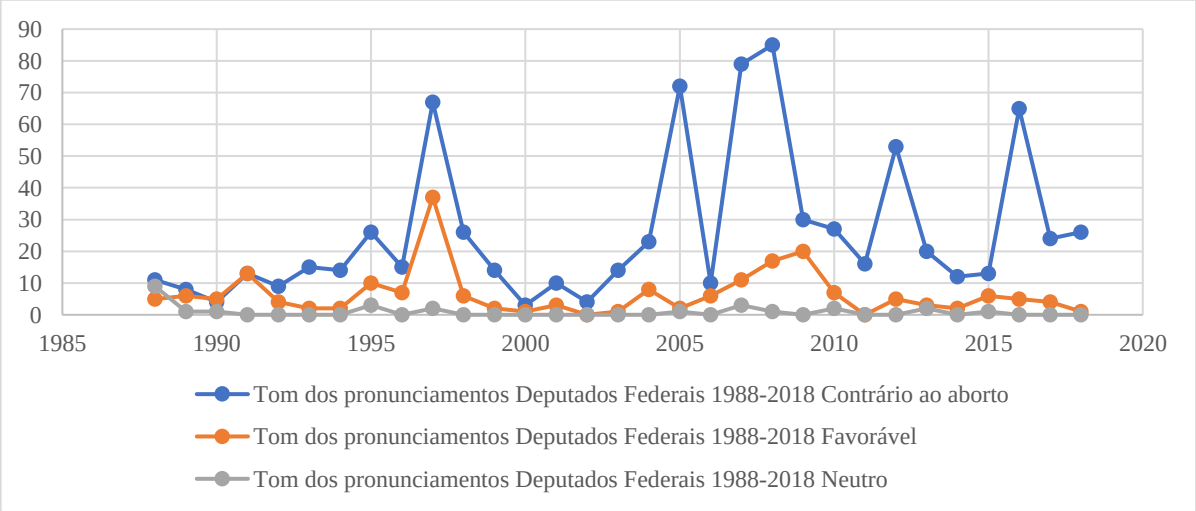
a questão do aborto. Eles serão apresentados na seção 6.4 “Descrevendo atores que participam das dinâmicas da agenda do aborto”.

Diante do exposto, foi possível identificar a atividade legislativa, a preferência de senadores e partidos e o tom predominante para enquadrar o problema do aborto. Considerando também as audiências públicas, pude reunir atores externos ao governo que buscam promover mudanças ou manter a situação atual sobre a regulamentação do aborto, evidenciando a busca pelo STF como fórum propício a mudanças.

4.1.5.4 Detalhamento das dinâmicas da agenda do aborto na Câmara de Deputados

Como pesquisas anteriores já apontavam (MIGUEL *et al*., 2017), a Câmara dos Deputados, considerando o período entre 1988 e 2018, mantém um tom predominantemente contrário ao aborto, embora seja um fórum que propôs uma significativa quantidade de proposições de lei, na tentativa de descriminalização do aborto. O Gráfico 18 apresenta a evolução do tom da política ao longo dos anos.

Gráfico 18 - Pronunciamentos de Deputados Federais por tom da política 1988-2018



Fonte: elaborado pela autora (2020).

O somatório do número de pronunciamentos contidos no gráfico acima, isto é, os favoráveis, os contrários e os neutros alcançam um total de 1035 pronunciamentos. Além disso, em outros 40 não foi possível definir a posição do deputado, pelos argumentos que utilizou; outras 45 falas não tratam do assunto diretamente e por fim oito registros não foram encontrados. Também não foram considerados aqui os pronunciamentos de convidados que não são deputados, correspondentes a 33 participações no plenário da Câmara.

Considerando homens e mulheres, o número de pronunciamentos de **deputadas** foi de 163 pronunciamentos; os demais foram feitos por deputados (965 pronunciamentos). Há deputadas federais com posicionamento contrário ao aborto, conforme trechos destacados, entre outros constantes no Quadro 18:

Quadro 18 - Pronunciamentos de Deputados Federais por tom 1988-2018

Posicionamento	Trechos dos pronunciamentos de Deputados Federais
Favorável	*Legalizar o aborto seria mais prudente. As pacientes teriam à sua disposição alta tecnologia, conhecimentos experiência médica da melhor qualidade, evitando as consequências que ora ocorrem. A sociedade brasileira precisa encarar a questão com inteligência e bom-senso, desvestindo-se dessa falsa moralidade que a nada conduz. Não sou defensor do aborto. Vejo, apenas, a questão de maneira realista e me preocupo coma saúde da mulher brasileira. Trata-se de uma situação complexa, vista de maneira peculiar pelos vários setores sociais. As mulheres, por exemplo, encaram o aborto como direito da mulher, que deve dispor do seu corpo com inteira liberdade. A Igreja invoca o direito à vida. Segundo a Igreja, o feto é um ser vivo, e ninguém pode decidir a interrupção dessa vida (Ciro Nogueira, PFL/PI, em 13.06.1995)* *Estive, agora, Senadora Ângela, representando o Brasil no Encontro de Parlamentares do Cone Sul. E eu queria dizer que um debate precisa ser feito nesta Casa, relativo aos direitos reprodutivos das mulheres. Precisamos enfrentar isso de cabeça erguida. Precisamos enfrentar a questão do direito ao aborto. Precisamos enfrentar aqui o direito e o respeito às mulheres homossexuais inclusive (Marinor Brito, PSOL/PA, em 04.08.2011)* *A lógica da alienação de seus corpos também aparece na criminalização do aborto. O debate sobre a legalização, aquecido neste momento em virtude da epidemia do zika vírus e sua relação com a microcefalia, precisa sair do espectro religioso e das opiniões pessoais para ser tratado como questão de saúde pública (Ivan Valente, PSOL/SP, em 08.03.2016).*
Contrário	*Sou obstetra, sou ginecologista há 30 anos, dando plantão em hospital particular, mas, basicamente, nos hospitais da rede pública, conhecendo de perto a miséria e a carência das mulheres da Bahia, que é a mesma das mulheres de todo o Brasil. Entrei na política pela luta das mulheres, pela sua emancipação, porque entendo que a mulher tem que ter um lugar na sociedade igual ao do homem e, para isso, defendemos a necessidade dela se capacitar para disputar com ele em condições de igualdade. O aborto não coloca a mulher mais liberada. Aqui discuto e discordo do nobre Constituinte José Genoíno: primeiro, porque foi um acordo de toda a bancada das mulheres, que esse assunto não viria a ser constitucional. O Constituinte José Genoíno não tem mais direito de defender os interesses das mulheres do que a bancada das mulheres. (Deputada Federal Abigail Feitosa, PSB/BA, em 22.02.1988.)* *Sou defensora da vida, sou contra o aborto. Falar da vida é falar, sim, de política. Mas de uma política maiúscula, lúcida, abrangente, de resultados, e não daquela política acanhada, pontual, restrita e pequena, que torna as questões derivadas em originais e despreza o núcleo real dos problemas a que se pretendem resolver. Senão vejamos. Quando debatemos nesta Casa medidas para controlar a criminalidade, incrementar o desenvolvimento social, combater o consumo de drogas, estimular a educação, reduzir as desigualdades sociais, eliminar o racismo, entre outras práticas discriminatórias, o que fazemos é tão-somente dirigir o nosso olhar para alguns dos muitos problemas decorrentes de uma ideologia materialista que, para se fortalecer como verdade, opera um enfraquecimento simbólico dos valores sociais fundamentais, dentre eles a própria vida. Sou defensora da vida, sou contra o aborto (Deputada Federal Sueli Vidigal, PDT/ES, em 31.03/2008).*

	Sr. Presidente, enquanto o Deputado Nelson Marchezan Junior chega à tribuna, eu gostaria, enquanto mãe e mulher, de repudiar essa decisão do STF que descriminaliza o aborto. Isso é autorizar o assassinato de crianças que não podem se defender. Por isso, eu digo "sim" à vida! (Geovana de Sá, PSDB/SC, em 30/11/2016).
Neutro	*Legalizar o aborto? Pode melhorar a situação, pois diversas mulheres perdem a vida ou são obrigadas a retirar o útero por causa de abortos mal feitos. Entretanto, a liberação pode gerar a banalização da prática e trazer diversos problemas para o quadro social brasileiro. O que quero dizer é que qualquer decisão tomada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em relação ao Projeto de Lei nº 1.135/91, tem de ser muito bem discutida e analisada, e todos os lados têm de ser levados em consideração. A questão é muito delicada e merece ser tratada com todo o cuidado e respeito (Rebecca Garcia, PP/AM, 08/07/2008).*

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Das 218 proposições de lei iniciadas na Câmara dos Deputados, 21 permanecem tramitando, de maneira apensadas a outros projetos de lei. Entre eles seguem em tom contrário: os projetos apensados ao PL 478/2007 de autoria de Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), que propõe estabelecer o estatuto do nascituro; os projetos apensados ao PL 1545/2011, de Eduardo Cunha (PMDB/RJ), o qual tipifica o crime de aborto praticado por médico quando não um dos casos já admitidos no Código Penal; e o projeto de lei de Marco Feliciano (PSC/SP) fica apensado ao PL 4642/2016 (dia de conscientização antiaborto). Entre os favoráveis ao aborto há dois projetos de Jean Wyllys (PSOL/RJ), PL 7633/2014 e PL 882/2015, tratando de políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e outras providências (dentre as providências, admite-se o aborto provocado) e, na mesma linha, o PL 891/2015 do deputado Flavinho (PSB/SP).

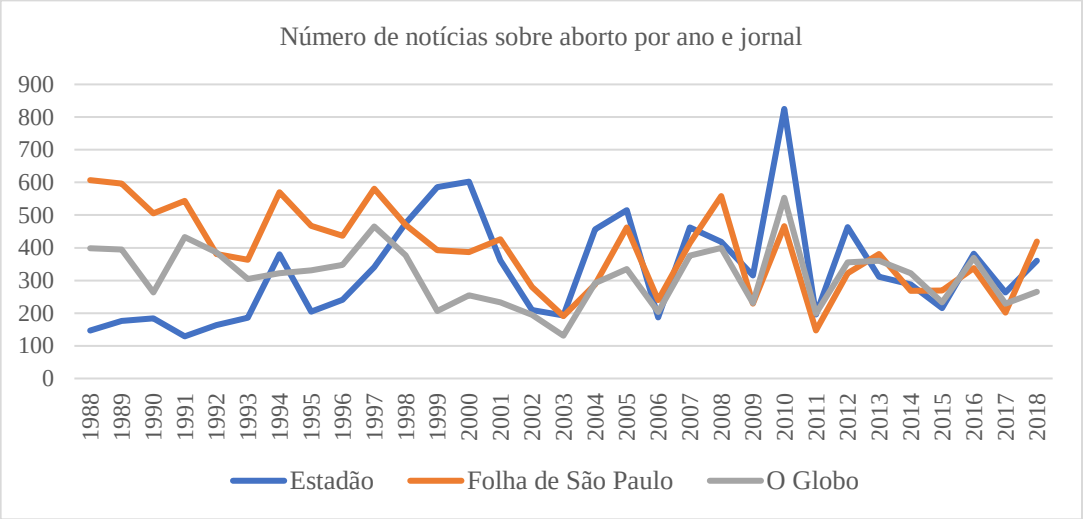
O que se pode afirmar, depois de lidos os pronunciamentos de Deputados Federais desses 31 anos, é que, diferentemente do que se costuma pressupor, em meio a tantos pronunciamentos podem ser encontrados argumentos bem fundamentados e razoáveis sobre a questão do aborto, independentemente do posicionamento ser contrário, favorável ou neutro em relação ao aborto. Isto é importante porque não raras vezes ouve-se comentários questionando o debate conduzido no Congresso Nacional sobre o tema, de certa forma chegando a deslegitimar o papel do Câmara dos Deputados.

De momento, apresentei os resultados de forma sucinta, pontuada, mas pesquisas futuras poderiam analisar em maior profundidade as dimensões dos argumentos encontrados nesses pronunciamentos.

4.1.5.5 Detalhamento da análise dos meios de comunicação

Considerando o total de reportagens jornalísticas disponíveis para consulta no acervo dos jornais Estadão, Folha de São Paulo e O Globo, entre os anos de 1988 e 2018, há um total de 32.203 reportagens, distribuídas por jornal conforme exposto no Gráfico 19. No entanto, limitei a análise para somente reportagens de capa, como antecipado na seção de métodos.

Gráfico 19 - Reportagens em jornais sobre o aborto, total 1988-2018

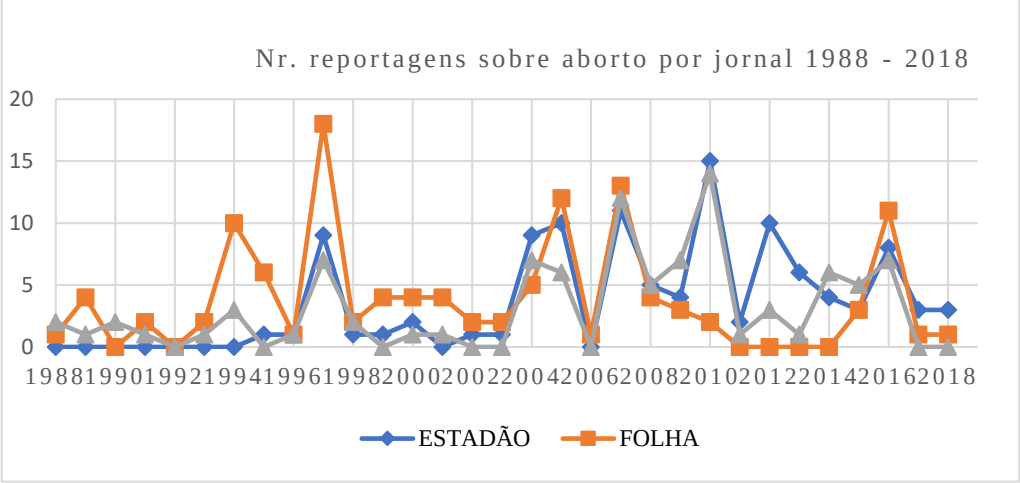


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Desses totais, as **notícias** de capa correspondem a uma pequena parcela. Analisando tais reportagens, buscamos analisar o tom a partir dos autores citados nas reportagens de capa de jornais. Em uma mesma reportagem pode haver mais que um ator citado, algumas vezes atores de opiniões distintas são citados e suas preferências apresentadas. Dessa maneira, consegui analisar em mais detalhe o conteúdo das reportagens, buscando identificar o tom e os atores citados.

Analisando a quantidade de reportagens de capa sobre o aborto ao longo dos anos, percebe-se como tal quantidade tende a oscilar conjuntamente entre os jornais, revelando um sincronismo em termos de volume de reportagens. As pontuações que ocorrem em 1997, 2005, 2007, 2010 e 2016 podem estar associadas aos anos de eleições presidenciais, se pensarmos no contexto político nacional, como ilustrado pelo Gráfico 20.

Gráfico 20 - Número de reportagens 1ª página sobre aborto por jornal



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os jornais tendem a trazer conteúdo similar em termos de eventos e acontecimentos relacionado ao aborto, tais como o posicionamento do Ministro da Saúde, do presidente em exercício, ou casos dramáticos envolvendo mulheres. Além disso, é possível identificar o posicionamento ou tom da política que os atores citados nas reportagens representam.

O jornal Estadão teve seus picos em número de reportagens nos mesmos anos que os demais jornais, à exceção do ano de 2010 e 2012 quando superou os outros dois nessa quantidade. O jornal Folha de São Paulo publica um número maior de reportagens nos anos de pico, exceto no ano de 2010 em que não acompanhou esse movimento. O fato que contribui para o pico de 1997 é a visita do papa João Paulo II ao Brasil, o qual também publica nessa década uma encíclica contrária ao aborto. O Globo apresenta um número levemente menor de reportagens, mas acompanha o movimento dos demais, tendo uma maior atividade 2004 e 2010. Como um todo, percebemos que uma maior oscilação no número de reportagens durante o governo do PT, especialmente de 2004 em diante. Mas pode ser fruto das discussões sobre a análise do STF sobre o caso do problema da anencefalia.

4.2 DESCREVENDO ATORES A PARTIR DA ANÁLISE DAS DINÂMICAS DA AGENDA DO ABORTO

O trabalho de analisar como e quais fatores interferem na dinâmica da agenda do aborto contribuiu significativamente para reconhecer atores interessados na questão do aborto no contexto brasileiro. Certamente essa não é a única abordagem que pode contribuir nesse sentido, mas optei pela opção de Baumgartner e Jones (2009) pois abrange elementos complementares, como fórum de política, atenção e imagem. Além disso, o objetivo principal é identificar

organizações e iniciativas pró-vida que podem estar envolvidas nas discussões no âmbito político, como acontece no contexto norte-americano (HUSSEY, 2013; MUNSON, 2018) e espanhol (CHACQUÉS-BONAFONT *et al*., 2015).

A análise dos atores participantes no Senado, na Câmara dos Deputados, citados pelos meios de comunicação e participantes de audiências públicas no STF revelam aqueles que atuaram em mais de um fórum de política, aqueles com *status* e reconhecimento como especialistas do problema, ou simplesmente, os que atribuem uma específica imagem da política, correspondente ao tom favorável ou contrário ou aborto.

Para análise dos atores considerei uma distinção entre aqueles internos e externos ao governo, de origem nacional ou estrangeira (atuação internacional) e área de proveniência (academia, organizações da sociedade civil, órgãos do estado, agentes políticos, organizações religiosas, entre outros). Organizei esses atores em dois grupos: atores citados e atores participantes.

Os **atores citados** são aqueles lembrados em pronunciamentos de Senadores, Deputados Federais, e nas reportagens de capa dos jornais selecionados. Ao passo que os **atores participantes** são atores externos ao governo, ou ao fórum onde ocorre o debate, que participaram presencialmente nas audiências realizadas no Senado Federal, no STF ou em pronunciamentos pontuais na Câmara dos Deputados.

Não tenho a intenção de transcrever todos os atores citados e participantes. Como foi dito, o foco principal é identificar atores pró-vida envolvidos na discussão. Entretanto, a análise dos atores citados, conforme categorizado no Quadro 17, acrescenta algumas informações significativas sobre características dos atores participantes.

Como um todo, os atores citados e participantes permitem uma análise de suas características principais – atores internos e externos, área de atuação e origem nacional ou estrangeira. Detalhando os participantes das audiências, foi possível apurar também o tom de seus argumentos proferidos, em favor ou contra o aborto. Discuto os resultados na ordem em que foram apurados. O Quadro 19 sintetiza a quantidade de citações de atores.

Quadro 19 - Classificação dos atores, por área de atuação e origem

Classificadores dos atores citados e participantes	Referências
1. Atores citados	
1.1 Administração Pública direta e indireta	39
1.2 Área de atuação	
1.2.1 Academia	17
1.2.1.1 Direito	13

1.2.1.2 Medicina	54
1.2.2 Organizações da sociedade civil	52
1.2.3 Organizações religiosas	182
1.2.4 Outros	77
1.2.5 Imprensa, mídia	41
1.2.6 Presidenciáveis	5
1.2.7 Atores pró-vida	45
1.2.8 Executivo	202
1.2.9 Jurídico STF	165
1.2.10 Legislativo Câmara dos deputados	95
1.2.11 Legislativo Senado	31
1.3 Origem	
1.3.1 Estrangeiros- internacionais	168
1.3.2 Nacionais	850
2. Atores participantes externos ao Congresso	
2.1 Área de atuação	
2.1.1 Academia	22
2.1.1.1 Direito	3
2.1.1.2 Medicina	23
2.1.2 Advogados e advocacia	12
2.1.3 Administração Pública Direta	6
2.1.4 Administração Pública Indireta	7
2.1.5 Governo	21
2.1.6 ONGs	10
2.1.7 Organizações religiosas	13
2.1.8 OSCs	15
2.1.9 Outros	6
2.1.10 Pró-vida e apoio à gestante	15
2.2 Origem	
2.2.1 Estrangeiros- internacionais	13
2.2.2 Nacionais	104

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Na análise de atores participantes externos ao congresso, a primeira análise conduzida focou somente nos atores envolvidos nas audiências públicas ocorridas no Senado, conforme classificação pelo tom favorável e contrário contida no Quadro 20.

Quadro 20 - Atores participantes das audiências públicas ocorridas no Senado, 1988-2018

Tom	Tipo	Participantes e Organizações

Favorável ao aborto	Externos ao governo	1. Ana Maria Costa, Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES); 2. Beatriz Galli, Com. Latino-Americano e Caribe Defesa Direitos da Mulher (CLADEM); 3. Débora Diniz, professora, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS/UnB; 4. Eloísa Machado Almeida, advogada e ativista; 5. Henrique Batista e Silva, secretário geral do Conselho Federal de Medicina (CFM); 6. Ilka Teodoro, Coord. da Comissão da Mulher na Ordem dos Advogados do Brasil; 7. Jolúzia Batista, socióloga, Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto; 8. José Eustáqui Diniz Alves, Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE; 9. Leila Linhares, advogada e ativista; 10. Letícia Bonifaz, senadora mexicana e professora; 11. Márcia Tiburi, Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie; 12. Maria José Rosado Nunes, Católicas pelo Direito de Decidir; 13. Maria Teresa Blandón, ativista feminista da Nicarágua; 14. Melânia Amorim, médica obstetra; 15. Olímpio Barbosa Morais Filho, Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia; 16. Rosângela Aparecida Talib, Movimento Católicas pelo Direito de Decidir; 17. Sandra Valongueiro, pesquisadora Universidade Federal de Pernambuco; 18. Sônia Correa, Associação Brasileira Interdisciplinar AIDS; 19. Tatiana Lionço, psicóloga, Movimento Estratégico pelo Estado Laico; 20. Thomaz Gollop, médico, Grupo de Estudos do Aborto (GEA);
	Internos	21. Jean Wyllys, Deputado Federal (PSOL/RJ); 22. Maria do Socorro Souza, Conselho Nacional da Saúde (CNS); 23. Maria Esther Albuquerque Vilela, Coordenadora Geral da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde – 2 participações; 24. Rurany Ester Silva, Secretaria de Políticas para Mulheres.
Contrário ao aborto	Externos	1. Adelice Leite Godoy D´Ávila, Movimento Pró-vida Campinas (SP); 2. Eliane Oliveira, médica e professora, Universidade Federal do Ceará; 3. Elizabeth Kipman Teixeira, médica; 4. Cláudio Fonteles, ex-procurador geral da República; 5. David Kyle, cineasta, produtor do filme “Blood Money”; 6. Dóris Hipólito, Fundadora das Casas de Âmparo às gestantes do RJ; 7. Fernanda Takitani, professora, Observatório Interamericano de Biopolítica; 8. Heloísa Helena, vereadora (PSOL/AL), ex-senadora; 9. Isabela Mantovani, especialista em saúde coletiva; 10. Lenise Garcia, professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília - UnB e Presidente do Movimento Brasil sem Aborto; 11. Nazareno Vasconcelos Feitosa, Movimento Brasil Movida DF; 12. Padre Berardo Graz, representante em defesa da vida, Regional Sul da CNBB; 13. Padre Paulo Ricardo; 14. Padre Pedro Sepien, Diretor Nacional pró-vida; 15. Rosemeire Santiago, diretora do Centro de Reestruturação para a Vida; 16. Sara Winter, ativista pró-vida SP; 17. Stela Barbas, doutora em direito e professora, Portugal; Viviane Petinelli e Silva, Instituto Políticas Governamentais do Brasil;
	Internos	18. Damares Alves, funcionária do Senado, Assessora da Frente Parlamentar da Família; 19. Luiz Bassuma (PT/BA), Deputado Federal, autor do projeto estatuto do nascituro; 20. Marco Feliciano, Deputado Federal (PSC-SP) – duas participações.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Depois disso, esse quadro, juntamente com as planilhas de análise dos demais dados, serviram de base para a análise conjunta de todos os atores participantes e citados. Portanto, os atores participantes aqui apresentados são fundamentalmente atores que participaram: (1) nas audiências públicas sobre o aborto realizadas no Senado; (2) nas audiências públicas realizadas

pelos STF; e (3) convidados que porventura fizeram pronunciamentos na Câmara dos Deputados.

Nas audiências realizadas no âmbito do STF, a discussão se concentrou na análise da ADPF 54, a qual tratava da descriminalização do aborto no caso de diagnóstico médico de bebê com anencefalia, aprovada em 2012, e a ADPF 442, a qual versa sobre a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Ao total foram 79 atores participantes, defendendo posicionamentos favoráveis e contrários ao aborto conforme listados no APÊNDICE D. A Tabela 2 resume os números de participantes no STF.

Tabela 2 - Número de participantes em audiências no STF por tom da política

Número de participantes em audiências no STF

ADPFs	Favorável	Contrário	Neutro	Total
ADPF 54	15	9	3	27
ADPF 442	34	16	-	50
Total	49	25	3	77*
Percentual	63,6%	32,5%	3,9%	100%

Fonte: elaborado pela autora (2020). Obs.: não foi possível identificar o posicionamento de dois participantes.

As discussões sobre a ADPF 54 ocorreram em três seções entre os meses de agosto e setembro de 2008. Ao todo foram apenas 27 participantes, dos quais 9 mantiveram tom contrário ao aborto, 15 favoráveis a descriminalização para o caso específico e três de tom neutro. Importante destacar que, à época, o Conselho Federal de Medicina manteve um tom neutro, mas nas discussões posteriores no Senado e no STF mudou sua preferência em favor da descriminalização do aborto. Para a ADPF 442, um total de 50 atores estiveram presentes, dos quais 34 defenderam a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação e 16 se manifestaram contrários. De forma geral, portanto, no STF predomina um tom favorável à descriminalização.

Os atores considerados empreendedores de política foram citados ou estiveram presentes em mais de um fórum de política, e são participantes que publicamente assumem uma posição favorável a descriminalização do aborto ou, ao contrário, defendem a vida desde à concepção. Entre os favoráveis ao aborto podem ser citados: Débora Diniz, representando do Instituto Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS/UnB, a qual participa em todas as audiências analisadas; Católicas pelo Direito de Decidir, Thomaz Gollop, representando no Senado o Grupo de Estudos do Aborto e depois a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a organização Católicas pelo Direito de Decidir e o Conselho Federal de Medicina. Entre os parlamentares, cito os deputados José Genoíno (PT/SP) e Eduardo Jorge (PT/SP). Enquanto Ministro da Saúde, José Gomes Temporão esteve envolvido nas discussões

e, depois, participou na discussão da ADPF 442 como representante da Academia Nacional de Medicina.

Entre os contrários ao aborto incluem-se: Lenise Garcia, professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília - UnB e Presidente do Movimento Brasil sem Aborto, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Deputado Federal Luiz Bassuma (PT/BA), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto, o qual foi suspenso do partido por posicionar-se contra o aborto, contrariando diretriz do partido. Entre os deputados pode se citar Severino Cavalcanti (PP/PE) e, no senado, Magno Malta (PR/ES).

Da academia, os atores citados são, em sua maioria, da área de direito e médica. Um número significativo de atores vinculados a organizações da sociedade civil é citado, mas são os atores de organizações religiosas os atores mais citados (n=182). Do Executivo, Legislativo e Judiciário, também são áreas em que atores, sejam agentes políticos ou órgãos de governo (Ministério, Secretaria, STF, Comissões da Câmara) são muito citados. Uma informação relevante diz respeito à origem, classificada como nacional (n=850) e estrangeira (n=168). A referência a posicionamentos ou políticas públicas estrangeiras são regularmente adicionadas à discussão, sendo os autores mais citados os Papas das respectivas épocas (João Paulo II, Bento XVI, Papa Francisco), presidentes e países estrangeiros e organismos como a ONU e a Organização Mundial da Saúde. Foi possível encontrar também 45 atores ou iniciativas pró-vida citadas, as quais detalho na seção a seguir.

Dos atores participantes, há aqueles que provenientes da academia (n=48), com predominância da área de medicina; de direito há mais advogados e organizações de representação de advogados (n=12) e assim sucessivamente são listados atores integrantes do governo, da sociedade civil de organizações religiosas e organizações da sociedade civil. São citados 15 atores de organizações pró-vida e de apoio a gestantes. Ao todo são 104 atores nacionais e 13 atores estrangeiros.

Observando atores citados e participantes em mais de um fórum, aqueles que se pode considerar empreendedores de políticas são: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, Conselho Federal de Medicina e Débora Diniz, professora, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS/UnB. Atores internos, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, Ministros da Saúde e presidentes da república, do judiciário, o STF e seus ministros, Marco Aurélio de Mello e Luís Roberto Barroso.

Além disso, com a análise na Câmara dos Deputados e Senado, foi notável a atuação de certos Deputados Federais e Senadores. No geral, os mais ativos favoráveis ao aborto, estão vinculados aos partidos PT e PSOL, tais como José Genuíno, Eduardo Jorge, Marta Suplicy e

Vanessa Graziotin. Do lado contrário ao aborto, Luiz Bassuma, na época deputado pelo PT/BA e Magno Malta são os nomes mais incidentes.

4.2.1 Organizações e iniciativas pró-vida citadas e presentes na agenda do aborto

É nesse contexto de discussão política, legal e em meios de comunicação que se inserem as organizações da sociedade civil que buscam prestar auxílio ou atuar pela proteção da vida na esfera política. Considerando atores citados ou mesmo participantes, especialmente aqueles autodefinidos como pró-vida ou que defendem a vida, foram encontrados as seguintes iniciativas e organizações, contidas no Quadro 21.

Quadro 21 - Organizações e movimentos pró-vida

Organização	**Representante**
1. Associação Nacional Mulheres pela vida	-
2. Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família	Humberto Leal Vieira
3. Associação Nacional da Cidadania pela Vida ADIRA	José Miranda de Siqueira, Advogado e Presidente
4. Associação Nacional Pró-Vida E Pró-Família (UNIVIDA)	-
5. Casa da Gestante Pró-vida, casas de amparo às gestantes do RJ	Dóris Hipólito, Fundadora, Nilópolis RJ
6. Centro de Reestruturação para a Vida (CERVI)	Rosemeire Santiago, diretora
7. Comitês Estaduais do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil sem Aborto;	-
8. Diretor Nacional pró-vida	Padre Pedro Sepien
9. Federação internacional lideranças do movimento pela vida	Deputado Luiz Bassuma, membro
10. Federação Internacional do Direito à Vida	Deputado Luiz Bassuma, membro
11. Marchas pela vida: Caminhada em Defesa da Vida e Contra o Aborto, 9ª Edição da Marcha pela Vida, Marcha pela Vida, 4ª Marcha Nacional da Cidadania pela Vida. Algumas nacionais e outras regionais.	Iniciativas organizadas coletivamente, com a participação de atores pró-vida. Datas mencionadas: 31/08/2011; 04/06/2013; 04/11/2014; 07/06/2016; 07/10/2017; 07/11/2017.
12. Movimento Legislação e Vida (SP)	Hermes Rodrigues Nery, coordenador
13. Movimento Pró-vida Campinas (SP)	Adelice Leite Godoy D´Ávila
14. Movimento Nacional da Cidadania pela Vida, Brasil sem Aborto	Lenise Aparecida Martins Garcia, Presidente; Jaime Ferreira Lopes, Vice-Presidente
15. Movimento Brasil Movida (DF)	Nazareno Vasconcelos Feitosa
16. Movimento em Defesa da Vida (MDV) de Porto Alegre (RS)	-
17. Movimento pela Vida e Não Violência - MOVIDA Movimento em Defesa da Vida de Fortaleza (CE)	-
18. Movimento Pró-Vida de Anápolis (GO)	Padre Luiz Carlos Lodi da Cruz

19. Pastoral da Criança, vinculada à CNBB.	Irmã Veneranda Alencar, coordenadora nacional
20. Pró-Vida e Família, Brasília (DF)	-

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Como mencionado, parte deles, por meio de seus representantes, participaram das audiências públicas realizadas no Senado e no STF e, por vezes, foram citados no Congresso Nacional. Das 20 iniciativas mapeadas, interessante considerar como atuação para a defesa da vida, a realização de marchas e caminhas, descritas no item 11 do Quadro 21. Deputados Federais contrários ao aborto mencionavam a realização das marchas e explicavam o seu propósito. Elas são meios de manifestar apoio à defesa da vida e à projetos contrários ao aborto, bem como para contestar projetos que visam a descriminalização do aborto. Por exemplo, a motivação da Marcha de 04/11/2014, segundo pronunciamento da Deputada Fátima Pelaes (PMDB/AP) é a reforma do Código Penal brasileiro, por meio do Projeto de Lei do Senado Federal nº 236, de 2012, que propôs originalmente a legalização do aborto até a 12ª semana de gestação, em total desacordo com o pensamento do povo brasileiro e com a Constituição Federal, que garante o direito à vida. Outra bandeira importante da Marcha é a da aprovação do Projeto de Lei nº 478, de 2007, mais conhecido como Estatuto do Nascituro.

Por fim, analisando as iniciativas listadas conjuntamente, algumas atuam mais na ajuda direta a gestantes, como as casas de amparo da gestante em atividade no estado do Rio de Janeiro e o Movimento em Defesa da Vida (MDV) de Porto Alegre. A Pastoral da Criança atua em todo território nacional por meio de seus voluntários e mantém vínculo com a CNBB. Além do auxílio direto, outras atuam mais na esfera política e motivada a manter a estabilidade da regulação vigente sobre o aborto. Eventualmente, iniciativas de ajuda direta também participam em discussões nos fóruns de política, como aconteceu para a Casa da gestante do RJ e o Movimento Pró-vida de Anápolis. Além disso, outros atores participantes nas audiências e que não se definem pró-vida, mas argumentaram contrariamente ao aborto, contribuem em certa medida, a nível legal, informacional e político, para a proteção à vida durante a gestação.

A título ilustrativo, trago a descrição da Associação Nacional da Cidadania pela Vida (ADIRA), contida em manifestação como *amicus curiae*, encaminhada ao STF a respeito da ADPF 442:

> *9. A representatividade da ADIRA decorre do grande papel que esta Entidade exerce na promoção da Cidadania pela Vida. A ADIRA é uma instituição de cunho ético, suprapartidária e suprarreligiosa, sem fins lucrativos, composta por profissionais de diversos ramos da ciência e que, neste particular tema, representa o Movimento Nacional Brasil Sem Aborto. (...) 11. Nesse sentido, importante aspecto revelador do nexo de causalidade entre as finalidades institucionais da ADIRA e o objeto da ação*

> *se encontra no fato de a ADIRA atuar fortemente em atividades de interesse público no âmbito do exercício da cidadania e de direitos humanos E DIREITO À VIDA. A Associação que ora se apresenta como amiga da corte, organiza anualmente a Marcha Nacional em Defesa da Vida que ocorre em Brasília e desenvolve trabalho de conscientização de cidadania na defesa da cultura da vida e da paz , de modo a manter em suas diretrizes a valorização da dignidade da pessoa humana e a defesa da vida. (SIQUEIRA, 2017, p. 4, grifos do autor).*

O documento encaminhado ao STF nas discussões sobre a ADPF 442 se mostra como grande fonte de consulta do propósito e dos princípios que a organização busca defender: o direito à vida, a dignidade da pessoa humana. Contudo, no momento não me aprofundarei na pesquisa documental sobre as audiências no STF, voltando-me a partir da próxima seção, a apresentar as organizações selecionadas e seus voluntários, entre elas a Pastoral da Criança, citada anteriormente.

4.3 APRESENTAÇÃO DOS CASOS

A partir de agora passo a considerar os quatro casos em análise, para se entender como atuam tais organizações, que virtudes seus voluntários vêm aprimorando ao longo dos anos para melhor contribuir para uma boa gestação e de que forma contribuem para sua comunidade. A apresentação dos resultados até aqui permeou uma série de informações sobre o problema, atores envolvidos, enquadramento da política, entre outros elementos do contexto brasileiro. Desde o princípio, acreditei ser necessário cumprir essa etapa para melhor compreender o contexto e as circunstância de atuação das pessoas que se voluntariam em organizações para ajudar de alguma forma na proteção à gestação e à vida. Cada país tem as suas características institucionais, culturais e legais, as quais podem influenciar na forma que as práticas de proteção à vida serão conduzidas, buscando-se garantir a dignidade das mães e seus bebês. Assim, os quatro casos analisados provêm de condições diferentes, pois dois, como serão descritos, são organizações brasileiras e outros dois espanholas.

O relato de cada organização conta com a apresentação da organização e elementos de análise em estudo, seguidos da apresentação de seus respectivos voluntários. O texto utiliza de diversos fragmentos ou partes das narrativas dos entrevistados ou ainda de materiais provenientes da pesquisa documental. Ambos são apresentados em trechos do texto em itálico, indicando fonte e participantes.

A apresentação dos casos é concluída com uma análise dos casos e discussão dos elementos organizacionais principais, segundo a perspectiva de MacIntyre (2007).

4.3.1 Grupo Abelhas

A fundação do Grupo Abelhas é o resultado da vontade de um grupo de senhoras, amigas entre si, que buscavam fazer alguma coisa pela comunidade. É fruto especialmente da liderança de uma de suas fundadoras, que como apresentarei, tem uma longa trajetória de vida que contribuiu para a decisão de criar um grupo de ajuda a gestantes. Ficará mais claro como a vontade de ajudar gestantes carentes se consolidou depois de apresentado a trajetória das voluntárias e da fundadora, a qual preside a organização, mas neste momento descreverei um pouco sobre a história, o propósito e o cotidiano da organização.

No início, a entidade funcionava na residência da fundadora, envolvendo a confecção de enxovais para gestantes; ela contava com o apoio de seu esposo e de aproximadamente seis voluntárias. Depois, passou a prestar seus serviços voluntários às gestantes em um centro social urbano. Seu sonho foi sempre o de ter uma sede própria, pois dessa forma seria possível trabalhar diretamente com as gestantes, ouvindo atentamente uma a uma, dando todo o apoio necessário. Resolveu então fazer bingos e cafés coloniais beneficentes, com o intuito de concretizar seu sonho.

O trabalho de voluntariado em que as primeiras mulheres participavam acontecia no centro comunitário do bairro próximo de onde moravam. Lá, havia um quarto disponível, no qual passam a realizar um bazar de roupas usadas. As vendas de roupas e calçados usados, a preços simbólicos, servia para arrecadar recursos. Lá elas preparavam e serviam sopão às gestantes. Também organizavam cafés coloniais no clube 6, no Hotel Cambirella, na casa da fundadora e no Clube Primeiro de julho, no município vizinho de São José. Os cafés coloniais foram realizados para arrecadar recursos, em vistas a adquirir um espaço próprio. Em 1995, foi inaugurada a sede do Grupo Abelhas e, então, mais senhoras voluntárias compartilharam do mesmo ideal: auxiliar gestantes de comunidades carentes. Um terreno no bairro Monte Cristo foi comprado, onde havia uma casa de madeira, primeiro espaço da sede e que depois foi substituído por uma sede de alvenaria. O marido de C1001, professor universitário de matemática aposentado, ajudou na etapa de construção. Para a manutenção da Instituição, até os dias de hoje, recebe doações de pessoas e entidades.

A fundadora conta que, sempre que tinha necessidade, buscava ajuda na comunidade para conseguir recursos necessários, especialmente na fase da construção da sede nova. Lembra que uma empresária, proprietária de uma gráfica, prontamente lhe entregou um cheque de valor expressivo como doação, porque já conhecia o trabalho das Abelhas, sendo que nunca procurou averiguar como o valor havia sido gasto.

A sede está localizada na região continental de Florianópolis, nas imediações de comunidades onde se encontram muitas famílias em situações de vulnerabilidade social. Seu espaço interno contém: área de brechó, atividade que sempre mantiveram; sala das gestantes, espaço próprio onde as gestantes participam de oficinas e palestras; e escritório, cozinha, despensa, sanitários e área de armazenamento de materiais diversos. O brechó funciona todas as tardes, de segunda à sábado, e nas tardes de terça-feira também é realizado as oficinas de tricô para gestantes, entre outras práticas. O Grupo Abelhas se mantém aberto ao público quase o ano inteiro, fazendo um recesso somente em meados de dezembro até fevereiro.

Figura 5 - Vista frontal da sede do Grupo Abelhas

Fonte: foto cedida pelo Grupo Abelhas na pesquisa documental

Considerando outras iniciativas de voluntariado em que a fundadora já havia participado anteriormente, foi um processo espontâneo dar continuidade no serviço voluntário, optando pela ajuda a gestantes desde então.

> *P: e tinha alguma motivação especial, ou sua C1001, para ajudar as gestantes?*
> *C1001: não, a gente não sabia nem o que a gente queria, a gente não sabia nem o que queria, aí, quem sabe? vamos fazer para gestante? Então vamos fazer para gestante!*
> *P: foi meio decidido junto entre vocês?*
> *C1001: é, mais ou menos, nós éramos em cinco, mas fácil de reunir, vamos fazer? Então vamos! Aí depois um dia eu estava, até estava passando roupa e me veio aquela coisa de intuição e aí: vamos dar o nome do nosso grupo de Grupo Abelhas, aí o que vocês acham?[narrando a conversa com as demais] Aí vamos dar o nome do grupo de Grupo Abelhas, e aquilo foi assim que surgiu o nome.*
> *P: foi espontâneo?*
> *C1001: é, naquele dia, eu estava pensando, que nome nós vamos dar para o nosso grupo? Aí ficou o grupo Abelhas e aí a gente começou, um dia a gente foi fazer um brechó, falamos no Centro Comunitário da Coloninha, aí ele [gestor] nos convidou para trabalhar lá, nós trabalhamos acho que uns três ou quatro anos lá no Centro*

> *Comunitário da Coloninha...a gente ia uma vez por semana...ele dava o espaço para a gente...e a gente fazia sopa, ele dava a cozinha, a gente fazia sopa, eu ia no Ceasa, pegava as coisas lá, eles davam uma galinha, com uma galinha a gente fazia uma sopa desse tamanho (risos)* [C1001].

A atividade principal da organização, conforme seu registro como organização sem fins lucrativos, é *"atividades de associações de defesa de direitos sociais" e secundariamente, "atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte"*. O Grupo Abelhas passou a ser reconhecido como de Utilidade Pública pelo município de Florianópolis em 04 de setembro de 1995, de acordo com a Lei nº 4.699, com publicação no Diário Oficial nº 15.261 e pelo município de São José em 26 de junho de 1995, de acordo com a Lei nº 2.793. "Fica declarado de Utilidade Pública o "Grupo das Abelhas", com sede e foro jurídico neste município, pelos relevantes serviços que vem prestando à comunidade na assistência pré-natal de mães carentes e acompanhamento aos recém-nascidos."

Quadro 22 - Dados básicos da organização 1

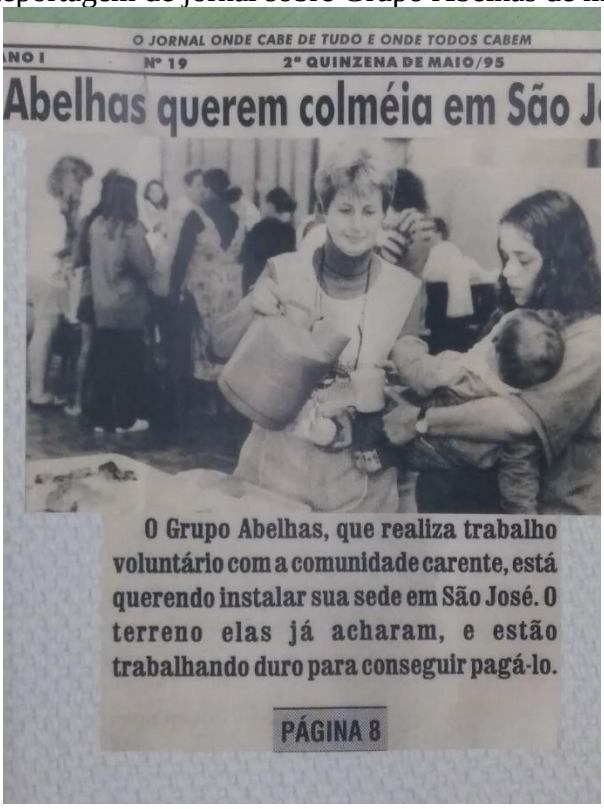
	Grupo Abelhas
Ano de fundação	1987
Levantamento de recursos financeiros	Arrecadação própria (brechó e bingo); venda de produtos artesanais e doações espontâneas.
Missão	Atender gestantes carentes com orientações de pré-natal, oferecendo palestras e oficinas e auxiliando com alimentos e kit enxoval.
Voluntários	Voluntárias, senhoras aposentadas em sua maioria.
Posicionamento religioso	Pluralista com influência da religião da fundadora.
Principais práticas	Oficinas de tricô e pintura; Palestras; Entrega de alimentos; Entrega de kit enxoval.
Público-alvo	Gestantes.
Tradição	Tradição cristã e voluntariado voltado para o atendimento de famílias carentes
Relação com poder público	Independente

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Segundo C1001, a organização por algum tempo no passado, também cuidava de crianças, mas com o aumento no número de creches, não foi mais necessário. A gestão da organização é bastante informal, toda em caderninho e atas escritas a mão e na base da confiança entre elas. Uma pessoa que ajuda voluntariamente é a filha da vice-presidente, a qual é advogada

e auxilia eventualmente em questões burocráticas. A filha da fundadora é médica no Hospital Universitário e a própria C1001 trabalhou por muitos anos como chefe de enfermagem. Ela comentou que no HU, se a mulher disser que foi estuprada, faz o aborto, sem comprovante (Boletim de Ocorrência), nem nada.

Figura 6 - Reportagem de jornal sobre Grupo Abelhas de maio de 1995


O JORNAL ONDE CABE DE TUDO E ONDE TODOS CABEM

ANO I Nº 19 2ª QUINZENA DE MAIO/95

Abelhas querem colméia em São J

O Grupo Abelhas, que realiza trabalho voluntário com a comunidade carente, está querendo instalar sua sede em São José. O terreno elas já acharam, e estão trabalhando duro para conseguir pagá-lo.

PÁGINA 8

Fonte: foto capturada pela autora (2018).

Na organização, as mulheres que buscam por ajuda já estão decididas em dar continuidade à gestação. A organização fica no aguardo e à disposição de mulheres que precisam de alguma forma de auxílio e que acaba sabendo da casa por indicação de pessoas conhecidas, na grande maioria dos casos. Poucas vezes alguma gestante menciona estar cogitando abortar. Alguma exceção, quando há, as "abelhas" orientam e recomendam à mulher a ter o bebê, mas não presenciei essa situação no tempo que passei na organização. Isso pode significar que haja gestantes que estejam em dúvida em dar continuidade ou não à gestação, mas que não procuram a organização.

4.3.1.1 Descrição das práticas voltadas para gestantes

Quando uma gestante procura a organização para participar e receber os benefícios, a primeira coisa que as voluntárias fazem é um cadastro das participantes e a solicitação da caderneta da gestante do pré-natal, a qual ela recebe no posto de saúde ao começar o acompanhamento da gestação. Ao participar das oficinas de tricô e outras atividades das terças-feiras, por 10 semanas ao longo da gestação, a gestante recebe pouco antes das últimas semanas de gestação, um kit enxoval completo, contendo artigos para ela e para o bebê, para menino ou menina, conforme o sexo da criança. Apresentar a caderneta da gestante de acompanhamento do pré-natal é um requisito, de modo a se certificar de que a gestante está cuidando da saúde e está sendo acompanhada pelas equipes de atenção básica à saúde. Uma característica marcante desse modo de fazer é a frequência semanal sugerida às gestantes. A abertura e assiduidade das gestantes é importante. Nas Abelhas elas precisam vir dez vezes e o registro das presenças é marcada em uma ficha que as gestantes recebem quando ingressam. Assim ganharão a recompensa por essa participação, o kit enxoval.

A oficina de tricô inicia às 14h das terças-feiras. As gestantes vão chegando e se acomodando na sala. Duas voluntárias conduzem a oficina de tricô, a qual inicia com a distribuição das respectivas linhas e agulhas de trabalhos começados na semana anterior. O objetivo da atividade é ensinar as gestantes um pouco de tricô, para fazer especialmente os sapatinhos que serão utilizados pelos recém-nascidos. São duas horas de oficina e, a partir das 16h, acontece uma pequena palestra ministrada por voluntário externo. Entre esses voluntários externos há psicólogos, servidor do estado aposentado e outras pessoas que ajudam esporadicamente. A palestra ocorre no mesmo espaço do tricô. Os temas abordam a maternidade, relacionamento, família, filhos, gestação, direitos e responsabilidades. Vídeos informativos sobre a gestação e sobre o grupo Abelhas são passados uma vez a cada seis meses, aproximadamente.

O café para as voluntárias é servido na cozinha, por volta das 15h30 da tarde. Esse é um momento em que se pode conversar melhor com elas, momento em que pude conhecer melhor algumas das voluntárias. Para as gestantes, o lanche é servido depois da palestra, e geralmente é composto por sucos e alimentos como bolos, salgados e tortas, o suficiente para uma porção por pessoa. Tais lanches são preparados previamente pelas voluntárias, que se organizam em escalas para trazer um prato, ou para o café entre as voluntárias, ou para servir de lanche. Alguns pratos são preparados na própria sede; a cozinha é equipada com fogão industrial, além de outros equipamentos habituais.

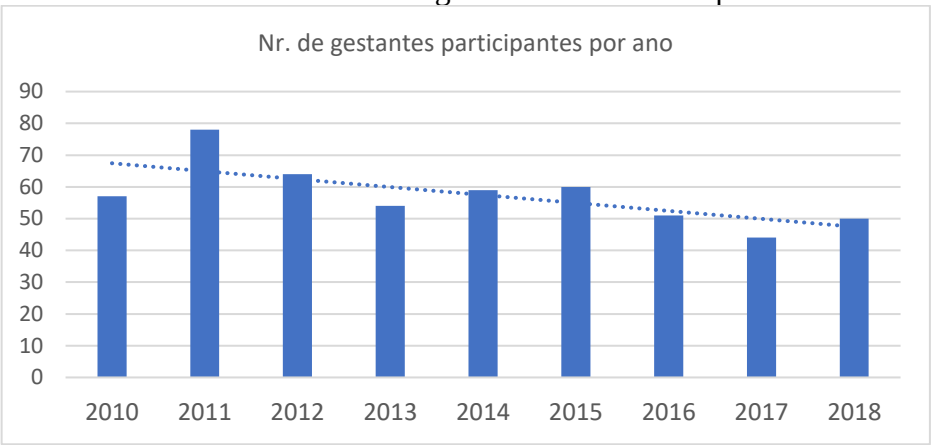
Finalizado o lanche as gestantes se direcionam para o escritório, onde voluntárias recolhem uma senha de madeira entregue na chegada e entregam pequena sacola com itens de

cesta básica e, eventualmente, frutas e outros itens, conforme doações recebidas. Se aquele encontro é o último dia de participação de alguma gestante, ela receberá o kit enxoval. As voluntárias contam que muitas gestantes voltam um tempo depois do parto para mostrar o recém-nascido. Nesses 33 anos de atuação, as mulheres beneficiadas pelo trabalho do Grupo Abelhas representam três gerações: há casos de avós, mães e atual gestante, todas da mesma família, que já participaram da iniciativa. Pelos registros dos cadastros das gestantes atendidas, o que é feito em fichas e cadernos, mais de duas mil mulheres foram atendidas, várias delas mais que uma vez, ou seja, em mais de uma gestação.

Durante minha estada no campo, sugeri digitalizar o conteúdo das fichas de cadastro das gestantes, assim se poderia mapear a área de alcance da organização. Consegui concluir esse trabalho dos registros do ano 2010 em diante, o que resultou em um conjunto de dados sobre o perfil das gestantes atendidas, o número de filhos e da família. Entre 2010 e 2018 foram cadastradas e participaram das atividades 466 gestantes. A idade média entre as gestantes participantes é de 21 anos e o tempo de gestação médio quando buscam pela organização é de cinco meses. No cadastro, é pedido à gestante o nome do marido/companheiro. Entre as 521 participantes, 466 informaram o nome do cônjuge e 50 não informaram. Outros cinco cadastros não havia informação. O Gráfico 21 apresenta o número de gestantes que participaram das atividades da organização voltadas para gestantes (oficina, palestra, lanche, cesta básica e kit enxoval). A grande maioria reside nas proximidades da organização, localizada no bairro Monte Cristo, em Florianópolis. Algumas gestantes também são de São José, cidade muito próxima da organização, a qual está localizada, por assim dizer, na linha imaginária que separa Florianópolis de São José. Outras características sociodemográficas das participantes não são coletadas, tais como nacionalidade, naturalidade, raça/etnia ou religião. Porém, ao longo do acompanhamento da organização havia gestantes brasileiras e estrangeiras, provenientes especialmente do Haiti. O não conhecimento do idioma por parte das voluntárias foi uma dificuldade na comunicação e no entendimento das palestras, mas não impedia a aprendizagem do tricô.

Como cada gestante que inicia sua participação na organização deve participar de 10 encontros, ou seja, durante 10 semanas, cada gestante participa aproximadamente durante três meses das atividades da organização. O Gráfico 21 mostra quantas gestantes foram cadastradas por ano.

Gráfico 21 - Número de gestantes cadastradas por ano



Fonte: elaborado pela autora (2020).

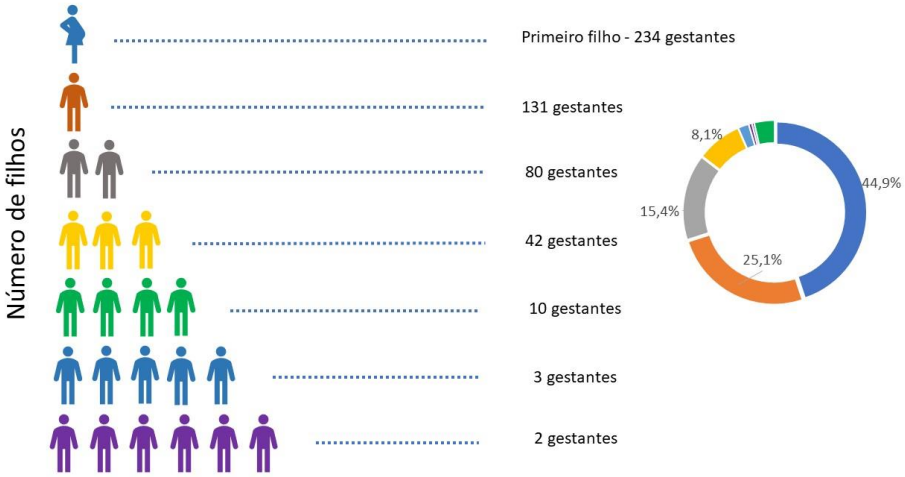
O Gráfico 21 revela uma tendência de redução no número de gestantes que têm participado das atividades desenvolvidas na organização. Isso foi algo que as voluntárias já vinham percebendo, porque relataram essa percepção. Até então, a organização não fazia análise desses dados estatísticos sobre o cadastro das gestantes atendidas.

No cadastro inicial das gestantes atendidas entre 2010 e 2018, também é perguntado à participante quantos filhos ela tem, ou se é o primeiro filho, o que apresento na Figura 8. Os dados analisados também permitiram validar a informação relatada pelas voluntárias, qual seja, de que algumas gestantes participam mais de uma vez, a cada gestação. Analisando somente os dados entre 2010 e 2018, encontrei entre os 521 registros 37 registros de gestantes que participaram da iniciativa do Grupo Abelhas mais de uma vez.

A Figura 7 apresenta uma síntese das gestantes atendidas entre 2010 e 2018, ilustrando o número de filhos prévios de cada gestante, quando for o caso.

Grande parte das participantes (n=234) está vivendo a primeira gestação e se preparando para ser mãe pela primeira vez. Conforme a Figura 8, há também 131 participantes com um filho, além da gestação em curso, o que equivale 25,1% do total de gestantes atendidas entre 2010 e 2018. Depois há um terceiro perfil, com mães de dois filhos, além da gestação (15,4%), seguidos de um grupo de mães de três filhos até então (42 gestantes, ou 8,1%). São relativamente pequenos os casos de gestantes com mais de cinco filhos. Do total, 19 cadastros não continham a informação do número de filhos (3,6% do total).

Figura 7 - Número de filhos por gestante



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Continuando a apresentação das práticas, na Figura 9, as voluntárias usam um avental amarelo durante a tarde de atendimento a gestantes, na oficina de tricô. As voluntárias são muito dedicadas a ensinar o tricô e somente elas conduzem a oficina, enquanto as demais voluntárias se envolvem em outras atividades. No brechó que funciona na sala logo ao lado, também é somente uma mesma encarregada do brechó. Demais voluntárias desenvolvem atividades no escritório ou estão preparando as cestas básicas, o lanche e o kit enxoval, durante a oficina. O escritório é uma sala espaçosa contendo três mesas, computador, duas máquinas de costura, além de estantes e armários. Na porta de entrada fica uma estante onde são colocados os potes de geleia produzidos pelas voluntárias. Eles são vendidos à comunidade e ajudam na captação de recursos da organização.

Analisando o local, de uma forma geral o espaço aparenta ser pequeno para o dia com maior número de participantes. Na sala de oficina também se reserva um espaço para depositar cadeiras e um espaço em que prateleiras do brechó foram deixadas, em virtude de o espaço do brechó estar bastante ocupado. As voluntárias movem alguns itens para melhor utilizar o espaço nos dias de encontro.

No último sábado do mês é organizado na sede da organização um bingo beneficente, com artigos doados pelo comércio local ou pelas próprias voluntárias. Os participantes do bingo, segundo relatos das voluntárias, geralmente são pessoas que há algum tempo apoiam iniciativas voluntárias ou que são voluntários em outras organizações.

Figura 8 - Oficina de tricô com voluntárias e gestantes

Fonte: foto capturada pela autora (2018).

Além das práticas voltadas para as gestantes, outras práticas são desenvolvidas como meio de mobilizar recursos, sejam eles financeiros ou materiais, como as doações, para que se mantenham as atividades para as gestantes. Elas podem ser consideradas como os meios institucionais de se captar bens externos que sustentam as práticas, conforme perspectiva de MacIntyre (2007). Além disso, um grupo de saberes presente em muito do que fazem está relacionado à "arte" (no sentido de *techné*) que as voluntárias têm em comum e com as quais elas agem em prol das gestantes. Envolve o trabalho artesãos com as técnicas de costura, tricô, pintura em tecido, crochê, entre outras especificidades, que agregam um conhecimento repassado às gestantes nas oficinas. Parte das voluntárias se identifica muito com essas atividades. Elas confeccionam itens que formam o kit enxoval, por exemplo. Outras voluntárias preferem cozinhar e se dedicam mais a preparar lanches e cafés. Houve um tempo que recebiam grande volume de doações de frutas da estação e até mesmo leite, com o qual faziam produtos como geleias, coalhada, entre outros itens. Considerando as várias atividades desenvolvidas, tendo o atendimento às gestantes como principal prática, mapeei as seguintes práticas, organizadas conforme o alcance ou objetivo que tem: (1) para a comunidade, (2) para as gestantes, (3) para as voluntárias, (4) para mobilização de recursos e (5) transversais, ou artesanato. Elas estão resumidas no Quadro 20. Na subseção 4.3.5 as práticas serão discutidas em relação à perspectiva de MacIntyre (2007).

A organização oferece aulas de tricô (ou pintura) quartas-feiras à tarde. Para essas aulas, as gestantes devem levar o próprio material. Para o encontro de terça, o material é cedido pela organização e fica guardado na casa, separado em sacolinhas identificadas com o nome. Um momento mais calmo para conversar com as voluntárias é o momento final em que estão na

sede, jogando cartas, uma prática de recreação voltada para as próprias voluntárias, como descrito no Quadro 23. Nessas ocasiões, as voluntárias conversam sobre como foi o dia e, quando estive presente, pude ouvir um pouco da percepção de cada uma. Em algumas ocasiões pude compartilhar das minhas percepções e ouvir a opinião delas, com base na experiência que já tinham com o trabalho voluntário na organização.

Quadro 23 - Práticas organizacionais do caso 1

Objetivo ou alcance das práticas	Descrição das práticas
1. Para a comunidade	• Brechó beneficente • Bingo
2. Para as gestantes	• Cadastro das gestantes e acompanhamento do pré-natal. • Oficinas de tricô com as gestantes semanal • Palestra semanal • Lanche • Entrega de pequena cesta básica semanal • Entrega de kits de enxoval: uma vez ao final da gestação.
3. Para as voluntárias	• Momento de abertura • Café no meio da tarde • Recreação no fim da tarde • Comemoração de aniversários
4. Para mobilização de recursos (bens externos)	• Recepção de doações para brechó de roupas usadas • Busca de doações de alimentos do programa Mesa Brasil • Busca de alimentos doados pelo Ceasa • Doação de cestas básicas por organizações diversas • Doação de itens que compõem o kit enxoval: fraldas, algodão, banheira de plástico, lenço umedecido, cotonete, entre outros itens. • Doações de particulares • Bingo beneficente • Venda de artigos usados no brechó • Venda de geleias
5. Alcance comum (transversais)	• Costura • Tricô • Pintura em tecido

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A **palestra** para gestantes foi uma prática constante oferecida pelo grupo, mesmo antes de as voluntárias estabelecerem a organização oficialmente. Nela, voluntários externos vinham especialmente para o dia e horário marcados para conversar com as gestantes, geralmente no formato de roda de conversa, sobre temas correlatos à gestação, maternidade, família, saúde e educação dos filhos. Enquanto estive presente, participaram psicólogos, acadêmicas de psicologia e um servidor do estado aposentado que trabalha voluntariamente sobre o tema família, relação pais e filhos. Apresentou-me inclusive um livro que o apoiava. Chamava-se Amor Exigente.

> *C1001: e a gente também fazia palestra, a gente sempre fez palestra.*
> *P: as palestras tinham qual objetivo?*
> *C1001: eram sempre educação...filhos e orientação assim [...] como a gente faz aqui* [C1001].

Algumas palestras seguem uma abordagem expositiva e as gestantes parecem preferir só ouvir a se manifestar. Tive a chance de conduzir algumas palestras, dialogando sobre vários assuntos, e em um desses encontros fizemos uma rodada de perguntas em grupo, apoiando-se em um roteiro de perguntas. Esses foram os momentos de maior participação. Dentre os assuntos, conversamos sobre maternidade e cuidado com os filhos, desenvolvimento moral de crianças e dilemas morais a partir de casos hipotéticos, como o dilema de Heinz e o dilema do Bonde (FOOT, 1978; THOMSON, 1985). O dilema de Heinz narra a história de um homem que precisa decidir se rouba ou não um remédio para salvar a vida de sua companheira, que está muito mal de saúde, numa situação em que outras opções já não são possíveis. O dilema do bonde descreve uma situação em que o motorista de um bonde precisa decidir se aciona ou não uma alavanca para interferir na direção do veículo, o que implica salvar a vida de uma, ou de cinco pessoas que estão sobre os trilhos, dependendo da rota que assumir. Uma variação da história adiciona o dilema de empurrar alguém de uma passarela para interromper o bonde. O APÊNDICE F contém slides utilizados durante o momento de palestras com gestantes.

Nesse momento, algumas gestantes afirmaram que optariam por salvar cinco pessoas, em vez de uma, mas que fariam o contrário se aquela pessoa única fosse alguém da família. Em geral elas se sentiram desconfortáveis em afirmar que empurrariam alguém da passarela para parar o trem, quando discutido esta outra possibilidade. Por fim, no dilema de Heinz, não hesitaram em assumir que roubariam o remédio, justificando que era para "salvar a vida de alguém"; "porque é alguém que eu amo". Ao final comentei sobre outras formas de justificar as escolhas e que elas haviam tomado várias decisões morais nessa atividade.

A rodada de perguntas foi realizada em 05 de maio de 2018, com 11 gestantes e seguia assuntos como pré-natal, participação no Grupo Abelhas e percepção da gravidez. Relataram que as consultas de pré-natal são realizadas corretamente no sistema municipal saúde, mas quando há alguma emergência, precisam enfrentar a fila comum de atendimento, que se forma de madrugada. As pessoas que mais lhe ajudam são as mães, os avós; algumas relataram pouca participação dos avós e alguns problemas com alcoolismo e drogas do marido. Definiram a gravidez como algo positivo, que estavam esperando ou buscando. Descreveram a gravidez como "amor", "vida", mas também como "momento de tomar juízo", "assumir a

responsabilidade", relato que sugere a percepção da necessidade de amadurecimento. A notícia da gestação foi vivenciada com alegria e surpresa pelas gestantes. O aviso aos familiares revela o reconhecimento da formação de vínculos: "você vai ser pai", anunciou ao marido; "não queria ser avô tão cedo", lembrou a fala do avô outra gestante. Foram momentos em que pude conversar sobre diversos aspectos, apoiando-me em uma dessas rodadas no roteiro de perguntas presente no APÊNDICE E.

O **bingo** é uma prática que acontece há mais de 20 anos, marcado sempre para o último sábado do mês, embora sua prática em decorrência da pandemia esteja impossibilitada. Ela acontece na sede das Abelhas e tem o objetivo de arrecadar recursos financeiros. Quem participa pode comprar cartelas de bingo individuais. Os brindes para o bingo são doados por voluntários ou conseguidos como doação de empresas do comércio. Na sua realização, cada voluntária fica responsável por uma tarefa, lanche e café, organização do local, conseguir as prendas. O valor arrecadado ajuda, em boa medida, para o pagamento de despesas da organização, tais como água e luz. A organização não tem fonte de receita garantida, dependendo sempre de seu esforço para conseguir.

> *A gente pede para as voluntárias, vai sempre pedindo, vai sempre ganhando, nós temos gente que vem no bingo, que cada vez que vem no bingo traz duas ou três prendas, elas vêm, tem gente que vem desde 1996 e todo bingo elas estão presentes, e sempre colaboram [...]* [C1001].

Para C1001 quem participa do bingo também é voluntário porque já sabe o que é trabalho voluntário e ao participar está contribuindo para a organização, ou seja, pode-se ajudar de várias formas. Por outro lado, C1001 afirmou que algumas voluntárias da organização ajudam somente no dia das gestantes e depois, não mais, como outras que estão na organização todos os dias e ainda doam um pouco de recursos ou prendas para o bingo.

As características das práticas organizacionais que mais marcaram como atua a organização 1 é a *constância* de suas práticas, ao longo de muitos anos, praticamente sem alterações na composição da equipe de voluntárias. Práticas que fazem bem às voluntárias e gestantes beneficiadas, o que, de uma forma geral, reflete em benefício para a sociedade. Mesmo com alguns problemas inesperados elas mantém as atividades, como durante a greve dos caminhoneiros que aconteceu em meados de 2018 e mais recentemente durante a pandemia do coronavírus, em que mantiveram ao menos a doação de cestas de alimentação e o kit enxoval.

Uma decisão importante para a organização foi a escolha sobre aceitar ou não a oferta de um terreno oferecido pelo centro comunitário, na medida em que acolher essa proposta, significaria depender de um ator político local. O desfecho dessa decisão marca a preferência

da organização em não manter relação com o poder público, por buscar ser um ator independente de recursos provenientes do estado ou estar sujeito a influências políticas.

Figura 9 - Tarde de oficinas e fotos na sala das gestantes no Grupo Abelhas

Fonte: foto cedida pela organização durante pesquisa documental, 2018.

Na narrativa abaixo, C1001 conta como foi decidido:

> *O presidente do Centro Comunitário fez a proposta, ia ceder o TERRENO para a gente, e a gente ia construir, mas a gente: Sabe o que mais? A gente vai construir uma coisa para nós, [...], aquelas coisas... a gente não ia ser independente, como a gente é aqui, aquele faz e desfaz, aí eu achei, eu fiquei meio desconfiada, com medo que desse uma ZEBRA ali, opa desculpe, que desse uma zebra assim, porque, quantas vezes que eu assinei ofício assim pedindo coisas para a Alemanha, que coisa de ong que mandam, eu não sei se veio ou não veio, e eles nunca disseram nada pra gente [...] eu não sei né, aí eu fiquei na dúvida, quer dizer que nós sempre iríamos depender deles, nós nunca iríamos ficar independentes, e aí, sabe o que mais? Vamos à luta! Aí começamos a fazer café colonial, bingo... e conseguimos comprar esse terreno aqui* [C1001].

Um problema que presenciei levou a um desentendimento pessoal entre algumas voluntárias. Ocorreu em 2018 e a discussão começou porque a voluntária responsável por uma atividade fez algo no espaço de uma colega voluntária, na sala em que não participa de atividades. Foi considerada uma intromissão, mas se tratava apenas de mudar uma cadeira de lugar. Os efeitos, no entanto, foram bem graves. A discussão aconteceu na presença das gestantes, por um momento aquele clima carinhoso e de cuidado se desfez por uma briga que aparentemente parecia ser de egos. Na confusão, a presidente e a vice não conseguiram intervir

de forma a solucionar o problema. Houve troca de ofensas e não demorou muito para que algumas voluntárias fossem para casa, inclusive a vice-presidente. Isso afetou muito as senhoras. O problema poderia ser evitado se algumas técnicas de gestão e organização de processos fossem aplicadas, mas a depender da forma com que sempre atuaram, o que já se tornou uma prática quase que imutável, dificilmente acatarão soluções sem um processo de repensar as bases e o futuro da organização. Com o passar do tempo, o problema foi sendo evitado, e seus efeitos abrandados.

O papel de **liderança** exercido especialmente por C1001, mas também por C1002. O temperamento e o jeito de ser de cada uma é diferente, o que permite uma relação de complementaridade. C1001 é uma liderança mais firme, muito comunicativa, mas às vezes mais dura, em alguns casos até agressiva. Mas é uma pessoa muito diligente, e que se dedica diariamente à organização. Ela contribui muito na mobilização de recursos, e tem disponibilidade de automóvel para coletar itens e donativos, o que ajuda muito a organização. Ela conseguiu trazer novas voluntárias para a organização, inclusive a vice-presidente. Elas são vizinhas. Por sua vez, C1002 é mais comedida, levemente mais introvertida, mas é uma pessoa muito bem-humorada e carismática, de uma forma geral. Ambas são senhoras com mais de 75 anos de idade, que se doam de segunda à sábado ao trabalho no Grupo Abelhas.

As voluntárias são mulheres que se conhecem há muitos anos e que compartilham de muitos anos de convivência trabalhando no Grupo Abelhas. Eventualmente podem ocorrer conflitos ou alguma discussão, como tentarei ilustrar com uma ou outra situação.

Entre as **dificuldades** narradas pelas voluntárias, três aspectos podem ser destacados: julgamentos negativos de pessoas externas à organização, a captação de recursos e a preocupação com a sucessão e continuidade da organização.

Na primeira, as voluntárias contaram que muitas vezes eram criticadas por estarem ajudando gestantes carentes. Recebiam críticas do tipo: *"quanto mais se der comida para as mulheres, mais vão se encher de filhos"*. C1003 comentou do julgamento de pessoas sobre o trabalho da organização, situação em que ouviu: "*Vocês ficam incentivando a ter mais filho*"; e então ela explica, não é isso. "*Nós estamos ajudando a vestir uma criança que já estava vindo". "Tem gente que critica..."* [C1003].

Outra questão é o esforço contínuo para reunir recursos. Como dependem da mobilização de recursos, sua busca é uma atividade constante, para a qual a fundadora é a pessoa mais envolvida. A organização foi aos poucos adicionando atividades econômicas que lhe permitem arrecadar recursos financeiros, bem como captar doações de alimentos e itens para confecção do kit enxoval para gestantes. De certa forma a busca por recursos e a própria

manutenção da organização, como um local que traz significado para as voluntárias, em alguns momentos parece mais relevante para a organização do que o próprio auxílio a gestantes. Embora os recursos arrecadados sejam revertidos em benefícios para elas, as práticas e possibilidades de atividades que poderiam ser desenvolvidas na organização não são reavaliadas e aprimoradas. Uma necessidade seria proporcionar momentos de reflexão sobre as práticas organizacionais voltadas para o público das gestantes e um diálogo com as participantes para saber como é a vida delas, quais são as suas necessidades. Algumas voluntárias têm percepção negativa sobre as gestantes, outras têm uma percepção mais positiva, mas ambas carecem de um entendimento melhor sobre as demandas do público que procura a organização.

E por fim, o terceiro aspecto trata da preocupação com **a continuidade do trabalho e da organização em si**, porque há poucas novas voluntarias e as atuais estão nesse trabalho há muitos anos. A filha da vice-presidente tem ajudado como pode, conciliando sua atividade profissional com o voluntariado, mas ainda assim poucas novas voluntárias estão ingressando. Essa questão é algo que consome um pouco a presidente C1001, a qual, na definição da nova diretoria para 2019 em diante, aceitou continuar como presidente.

Na ocasião dessa deliberação sobre a **nova diretoria (segundo semestre de 2019),** elas estavam cogitando para assumir a presidência voluntárias de outra organização que atua nas proximidades, mas analisando a questão e as possíveis mudanças que poderiam decorrer daí, optaram por manter como está, prevalecendo então a independência e liberdade nas escolhas na condução da organização.

Por esta época também entrou uma nova voluntária, com longa experiência de voluntariado em outro bairro da cidade. Ela mantém um forte vínculo com a presidente, mas uma das voluntárias não aceitou e acabou gerando um conflito. Sabendo um pouco mais do ocorrido, com as entrevistas individuais, percebi que o problema é mais antigo, um ressentimento em virtude de uma decisão que envolveu C1005 e C1004, percebida como injusta para C1005 (substituição da pessoa responsável pelo brechó, sem consulta ou explicação). Detalharei esse ponto na apresentação das voluntárias.

No mais, o estudo desse caso contribuiu significativamente para se entender melhor as demandas das gestantes a partir do contexto local em que vivem. Assim, as voluntárias narraram alguns casos que lhes marcaram, pela situação da gestante, ou pelas condições econômicas e sociais dos bairros próximos. Relataram dificuldades decorrentes do tráfico de drogas na região, criminalidade e violência. Um caso relatado foi de uma gestante que usava drogas, uma moça nova, mas ninguém podia olhar para ela, pois era agressiva. Entregaram o kit enxoval aos 7

meses da gestação, “para evitar qualquer coisa”. A presidente e a vice chegaram a um acordo de que assim seria melhor.

Para agora abordar o caso de cada voluntária, considero de início a informação básica de mini casos, contidas no Quadro 24.

Quadro 24 - Dados básicos dos voluntários do caso 1

Código de identificação	Sexo	Idade	Experiência de voluntariado na organização
C1001	Feminino	78 anos	33 anos
C1002	Feminino	78 anos	25 anos
C1003	Feminino	80 anos	21 anos
C1004	Feminino	71 anos	12 anos
C1005	Feminino	83 anos	26 anos

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Entre esses casos temos a fundadora e atual presidente, C1001, a vice-presidente (C1002) e três voluntárias, algumas delas são voluntárias em outras iniciativas também.

4.3.1.2 “Se não cuidar desvirtua”: apresentando a voluntária C1001

A fundadora da organização que por ora reconheço por C1001 é enfermeira de profissão, aposentada, mas há muitos anos se dedica ao serviço voluntário. Casada, mãe de dois filhos já adultos, C1001 comentou em muitas ocasiões sobre o seu passado e expressou suas percepções e sua forma de pensar, de forma segura e confiante. É uma mulher forte e de coragem.

De sua vida ela conta como cresceu no município de Timbó – SC, no meio de uma família de descendência alemã por parte de mãe, e italiana por parte de pai. Era uma família de três filhos, duas mulheres e um homem. C1001 contou sobre as oportunidades de trabalhar como voluntária em que participou e sobre suas vivências de trabalho no setor de enfermagem, antes de ser voluntária e fundar o Grupo Abelhas.

A frase que nomeia o capítulo “se não cuidar desvirtua”, foi dita por C1001 no primeiro dia em que estive na organização, no momento em que ela explicava como é necessário estar atenta constantemente ao que acontece na organização e com as voluntárias, algo que busca fazer em seu papel como presidente. Com as próprias voluntárias da organização ela disse que *“a gente tem que ser dura às vezes”*.

Na hora do Café para voluntárias conversei com ela por mais tempo, quando me contou de sua infância, adolescência no interior do estado e sobre sua irmã e irmão, o qual morreu aos 52 anos. Comentou do tratamento diferente entre irmãos, por parte de sua família.

Uma questão de herança e divisão de bens. Sua avó era italiana e sua mãe alemã. Certa vez, na época da segunda guerra, sua mãe foi presa; ela falava alemão e por isso foi levada à delegacia, época em que C1001 era bebê e ainda mamava. *"Fui mamar na delegacia (risos). É por isso que sou assim..."* Ela costuma rir do seu jeito de ser. Disse que se criou moleca, subindo em árvore. Quando moça dirigia o carro dos pais e ia passear. *"Casei-me por amor, com um marido pobre (mais do que eu) e fui morar com ele"*. Ela conta que, antes de se casar, passou um tempo em Curitiba, fase em que sentia muita saudade de casa, tanto que seu pai brincou com o casal quando o cônjuge lhe contou que iria se casar. "*O pai disse: te dou três meses para ela voltar para casa!*", explicando que sempre foi muito apegada. *"Depois a gente começa a ter os filhos, começa a se desapegar, mas muito bem, as coisas de raízes, mas depois a gente foi comprando e, foi indo..."*, enfim, foi construindo a trajetória junto com o marido. Ela se casou com 25 anos e seu esposo ajudou na organização do Grupo Abelhas em algumas ocasiões.

Ao final do café ela me convidou a participar de um encontro espírita. Contou que era católica e que começou a participar de centro espírita por volta dos 40 anos. Então lhe perguntei como era entendida a vida no ventre materno na filosofia espírita. *"Desde a concepção, já encarna e recebe o espírito".* Acredita que o aborto espontâneo, a perda do bebê, se dá por motivos de vidas passadas, ou por alguma questão já sentida pelo feto se a mãe está pensando em abortar. Segundo ela, há razões espirituais para isso. O espiritismo acredita que viemos de outra dimensão para viver esta vida e que depois há uma espécie de céu/encontro com pessoas que nos esperam após a morte, conta C1001.

C1001 desenvolveu serviços voluntários em três organizações diferentes, pouco depois de suas experiências profissionais como técnica de enfermagem, o que apresento a seguir.

A primeira vivência como voluntária foi a partir de um convite de uma amiga. Perto de sua residência havia um clube, um grêmio recreativo, onde se encontravam as espoas dos diretores. Ali se faziam cafés coloniais e outros trabalhos sociais entre quem tivesse interesse, até receber o convite de uma amiga para contribuir em uma iniciativa externa.

> *Uma amiga começou a me falar do voluntariado que ela fazia lá na Colônia Santana...e aí eu comecei a ir com ela uma vez por semana para a Colônia Santana. Depois começou a ficar muito cansativo, meio ruim, aí eu me ofereci lá no hospital Nereu Ramos. Eu era a única voluntária lá. Depois começou a aparecer a AIDS e deu aquele surto de pessoas que estavam contaminadas e lá dentro do hospital, porque era um hospital de doenças transmissíveis. E então ali se formou e eu participei da fundação do GAPA*[23] *de Santa Catarina* [C1001].

[23] Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS.

Como voluntária na iniciativa que ficava na Colônia Santana ela desenvolvia um trabalho mais afetivo e de recreação para as pessoas que estavam lá internadas (uma instituição psiquiátrica).

> *Na Colônia Santana, eu levava mala, brinquedo, porque elas gostavam, pessoa tinha problema mental, então tinhas essas coisas, e as gentes gostavam de abraçar, gostavam de beijar, era mais assim pelo lado afetivo, porque eles eram abandonados"* [C1001].

Sua primeira lembrança do local é ainda ligada à figura do pai. Uma vez, quando era criança, seu pai levou uma pessoa de carro, de Timbó para a Colônia Santana, ainda de madrugada, alguém que havia surtado, recorda C1001.

Ela conta que sentia que a sua participação, primeiro nesse instituto da Colônia Santana e depois como voluntária no GAPA, parecia não estar surtindo efeito; eram áreas de tratamento com pessoas em situações delicadas.

> *Eu me sentia assim... para que as coisas não surtiam efeito....parecia que as coisas não davam...é difícil de tratar, porque a pessoa não sabia nem o que fazer...eu fui no GAPA, era muito médico e era muita coisa teórica, a gente ia lá e assim, eu achava que eles passavam muito a mão na cabeça do aidético, eu acho que/tudo bem/ uma coisa é tu ajudar, agora tu, passar a mão na cabeça* [C1001].

Essa expressão C1001 explica que era necessário uma contrapartida por parte das pessoas atendidas, no sentido de cada um fazer a sua parte no cuidado e hábitos saudáveis, porque quando iam fazer um trabalho no local, encontravam o espaço muito sujo, e que a gestão na época não agia para pedir essa contrapartida. O trecho também sugere uma preferência por algo menos teórico e mais prático, em sua percepção do contexto médico presente no GAPA, algo que encontrei em comum com uma lembrança de sua avó, a qual lhe dizia *"Melhor a prática do que a gramática"*.

Na época, as primeiras voluntárias do Grupo Abelhas já trabalhavam juntas: *"no tempo até já existia as Abelhas, porque a gente ia uma vez por semana ali no GAPA [...], tinha uma cozinha, a gente ia lá para fazer trabalhos com eles"* [C1001].

Sua análise retrospectiva das vivências, dificuldades e aprendizado como voluntária, lhe permitiu expressar o seguinte julgamento:

> *Às vezes muitas pessoas param pelo caminho, às vezes, tem hora que dá vontade de jogar tudo para o alto e dar um chute mesmo. Mas não adianta, ficar em casa também [...] não há quem mereça. Há quanto tempo nesse trabalho? Só aqui desde 1987 nas Abelhas, 32 anos, que antes também eu era voluntária lá na Colônia Santana, eu fui voluntária lá por três anos e eu aprendi assim a ser voluntária, e pegar gosto pelo*

> *voluntariado, por muita gente. A gente não era voluntária por falta de conhecimento...nem sabia que exista.* [C1001].

C1001 veio morar em Florianópolis na juventude (antes dos 25 anos). Ela se formou em um curso de enfermagem e foi convidada para trabalhar no centro cirúrgico do hospital Celso Ramos. Foi ali que conheceu o cônjuge, com o qual está junto até hoje. Quando sua filha tinha quase um ano de idade, uma freira que trabalhava com ela no hospital Celso Ramos, a irmã Agnes, também enfermeira formada, mandou convidá-la para trabalhar em outro hospital. No hospital Florianópolis ela ficou como chefe do centro cirúrgico e da emergência. Orgulha-se de sempre ter sido convidada para trabalhar. Havia UTI e ela tinha um grupo de enfermeiras para coordenar. Ela diz sempre ter gostado de trabalhar nessa área e diz que, embora não tenha conseguido realizar o sonho de ser médica, é grata pela vida que tem:

> *Meu sonho era fazer medicina, mas infelizmente não deu certo, mas eu não me arrependo não, muito bom, minha vida é boa, eu tenho uma vida boa, não posso me queixar. Me queixar do que? Eu tenho um carro, tenho um teto, tenho roupa, gosto de comer, como o que quero, como o que gosto, mas é verdade, as pessoas ficam se apegando em muitas coisas, e para tu ser feliz precisa de poucas coisas* [C1001].

Ela expressa estar satisfeita com a vida que tem, mesmo não sendo médica, buscou a enfermagem e trabalhou por algum tempo em hospitais da cidade, assumindo postos de responsabilidade como chefe do centro cirúrgico e emergência. Sua filha, hoje uma mulher adulta e mãe de um filho, conseguiu se formar médica, atuando nas especialidades de ginecologia e obstetrícia. O segundo filho de C1001 é músico pianista, uma arte que herdou do pai.

São características pessoais de C1001: a simplicidade, a franqueza em falar o que pensa e uma disposição incansável para trabalhar, em seus plenos 78 anos. Além de ser grata pelas coisas simples da vida, ela também fala sobre ser feliz:

> *Então, a gente **para ser feliz** é pouca coisa, a gente que quer muita coisa, a gente que é tola, nós [Grupo Abelhas], por exemplo, nossa casa ali no começo, tinha uma casinha de madeira na frente, aí nos fundos a gente foi , com o tempo, foi fazendo nos fundos, nós levamos cinco, seis anos para fazer essa casa, mas a gente não fez financiamento, a gente guardava dinheiro e fazia uma etapa, depois fazia outra* [C1001].

Para mim, esta frase de C1001 significa uma satisfação em fazer as coisas de forma gradativa e continuada, uma sabedoria de quem já colheu frutos de trabalhos que demandam grande dedicação, a partir do esforço contínuo ao longo do tempo, bem como uma alegria em

poder olhar para trás e perceber os resultados. É uma forma de trabalhar, é uma forma de fazer e valorar o trabalho.

Para C1001, para ser um voluntário é preciso ter boa vontade e se dedicar de fato, como expressa na fala a seguir:

> *A pessoa precisa de **boa vontade**, sentimento de boa vontade está em qualquer lugar, só que hoje em dia, é assim, é difícil a pessoa ser voluntária, porque tem esses grupos de terceira idade, as pessoas preferem grupo para passeio, para jogar bingo, e na hora de trabalhar assim, a pessoa, é pouca, não é para qualquer pessoa [...] eu agradeço porque meus dois filhos fazem trabalham voluntário [...] tu também **tem que ir à luta**, não esperar que caia do céu. Deus te dá os sinais, mas o trabalho é teu* [C1001].

Terminamos a conversa da entrevista tocando no assunto da definição da diretoria da organização a partir de 2019. C1001 comenta que não queria mais ficar, e sim sair porque sempre esteve à frente. Então surgiu a possibilidade de os voluntários de uma organização que conhecem (relação com a religião espírita) e que atua próxima à organização assumir a diretoria. No entanto, a forma de se aproximar das voluntárias e o boato que se espalhou que elas iriam mudar muita coisa, inclusive o lugar do brechó entre outros aspectos, deixou as voluntárias inseguras, o que fez com que C1001 revisse a sua posição e aceitasse ficar como presidente mais uma vez.

> *Eu tinha até oferecido para o pessoal do lado, que tem um trabalho bom [...], só que eles não souberam trabalhar e aqui, eles tinham que estar aqui para a gente ir se entrosando, aí o pessoal 'vou chegar aqui e vou correr com todo mundo', aí saiu boato que eles iam chegar aqui e iam botar tudo, bazar ia não sei aonde, não sei o que, não sei o que, ...eu também não sei de onde saiu essa conversa, no fim consegui, aceitei a diretoria, porque ninguém queria pegar, aceitamos a diretoria e continuamos, e a filha de C1002 se comprometeu de vir uma vez por semana, nós precisamos de uma pessoa jurídica, né, trabalha aqui, com a sua filha aqui, uma vez por semana, estamos com uma mão na roda, porque ela abre os e-mails, manda os ofícios, e [...] é muito certinha, uma pessoa bem confiável, conheço ela também desde criança, minha vizinha praticamente de porta.* [C1001].

A forma como estabeleceram cada prática organizacional, seja voltada para comunidade, gestantes, voluntárias ou para mobilização de recursos, acaba por ser preservada pelas voluntárias, de forma geral, tendendo à estabilidade e a continuidade, por uma série de razões difíceis de determinar. Ser voluntária no caso da organização, pelo que percebi no curto período em que estive na organização, envolve aprender a fazer como fazem, dar continuidade às práticas voltadas para gestantes e com vistas a outros atores. Saber que uma nova diretoria poderia modificar muito o jeito de fazer das Abelhas, ou ainda, algo que pesou mais forte, desvincular a prática da respectiva voluntária que está habituada fazer, deixou o grupo

assustado. Pode ser um trabalho voluntário, sem ganhos econômicos, mas é uma atividade que dá sentido para as voluntárias; é onde se encontram e passam tempo entre amigas; são senhoras aposentadas para as quais essa rotina diária na organização é relevante; são muitos anos de convivência e cumplicidade. Essa vivência e cumplicidade é o que faz perdurar o vínculo, mesmo quando há conflitos ou ressentimento envolvido.

Uma característica permanente da presidente da organização também são suas manifestações de fé, sua religiosidade. Ela descreve que a organização é aberta para todas as religiões e, em alguns momentos a espiritualidade está mais presente, como na prática de Abertura e em algumas falas durante as palestras para as gestantes. C1001 uma certa vez leu a oração de São Francisco para as gestantes, e na Abertura todas juntas fazem uma oração, antes de começar o trabalho (pontualmente às 14h).

Transcrevo o diálogo em que pergunto à C1001 sobre a influência da espiritualidade no que faz na organização:

> *P: a tua espiritualidade influencia a forma que você lida com as pessoas, que lida aqui com a gente, você procura estar atenta para essas coisas?*
> *C1001: eu todo dia eu levanto e peço a Deus para ser melhor, isso eu levanto e peço que me ajude a ser uma pessoa melhor, e outra coisa é que todo final de ano eu peço para ter tolerância, quando eu digo,* ***meu Deus, me ajude a ser tolerante,*** *porque às vezes a gente é muito impaciente, ... e a gente bota os pés pelas mãos, apesar de que a coisa não é bem assim...*
> *P: tolerante no sentido de ter paciência mesmo?*
> *C1001: é ter paciência, ser mais tolerante, a pessoa às vezes diz uma coisa assim, tem dias que a pessoa já olha feio para ti e dá vontade de chorar...eu acho que ser tolerante é uma das coisas mais difíceis que tem, porque tolerante com quem a gente gosta é fácil, tranquilo, agora ver pessoas te machucando, tem gente que, diz as coisas assim, a pessoa às vezes nem quer, mas a gente se machuca à toa* [C1001].

C1001 menciona a sua busca por ser mais tolerante, algo que exercita por meio da oração e suporte em sua espiritualidade, com vistas a melhor interagir com as pessoas. Como expõe, às vezes podemos ser impacientes, trocar os pés pelas mãos, e em outras podemos nos machucar com o que outros nos fazem. Uma tolerância que, considerando as virtudes morais, demanda muito da virtude da temperança para contermos o temperamento, em situações que demandam paciência, bem como em vivências em que precisamos conter nossas emoções diante de situações externas que possam desequilibrar nossa subjetividade.

4.3.1.3 Mini caso voluntária C1002

A segunda voluntária da organização ocupa a posição de vice-presidente. C1002 tem 78 anos, é dona de casa e aposentada. É viúva, mãe de quatro filhos, tendo na família dois netos e uma bisneta. Nasceu no estado de Santa Catarina, na comunidade de Santa Izabel, pertencente ao município de Águas Mornas.

Aos 12 anos, veio morar na casa do tio em Florianópolis, cursando o ginásio e técnico em contabilidade. Quando estava noiva, passou no concurso da Secretaria da Educação, mas se casou logo em seguida, no ano de 1963, e quando foi chamada para assumir, seu marido não deixou, foi contra. Ela conta que a sogra lhe deu apoio para ir trabalhar, mas o marido não. Ela acabou não ingressando na carreira de servidor público, em um contexto em que as mulheres sofriam com essa forma de pressão. Desde que se casou, C1002 reside no bairro Estreito, em Florianópolis. C1002 conta que sempre gostou de fazer crochê, ponto sombra e tricô. Este último inclusive ela utilizava para produzir blusas e outros artigos sob encomenda, para lojas e para clientes da vizinhança.

Enquanto C1002 se dedicava aos quatro filhos, o marido trabalhava na instituição financeira da Caixa Econômica Federal. Por dois anos moraram no município de Lages, pois o marido foi transferido como tesoureiro do banco. E por um ano residiram em Araranguá, pois foi transferido como gerente. Na época ela *esperava* [estava grávida] o terceiro filho. Foi mais ou menos nessa época que C1001 começa a construir uma casa ao lado da sua, passando assim a serem vizinhas. Na época C1001 era enfermeira.

C1002 inicia oficialmente no Grupo Abelhas em 1995, mas antes já participava nos cafés, com a arrecadação, em tempos em que ainda não tinham a sede própria. Os cafés eram espaçados e ocorriam na casa de C1001, no começo. C1002 ficou viúva na metade do ano de 1995. Ela conta que o marido, também aposentado, a incentivava a participar do Grupo Abelhas. Ela começou oficialmente a participar no final do mesmo ano, após o falecimento do cônjuge.

C1002 soma 25 anos de experiência como voluntária no Grupo Abelhas. Por um tempo, era ela que fazia a reciclagem das roupas doadas, isto é, uma avaliação das condições que estavam, quais poderiam ir para o brechó e quais são passadas para outro fim. C1002 também faz sapatos de tricô, e em 2019 concluiu 50 pares para adultos, os quais são vendidos e ajudam na arrecadação da organização. C1002 também conseguiu levantar 2 mil reais para a organização, vendendo trajes de festa que lhe foram doados. Ela está na organização todas as tardes, de segunda à sábado, das 13h45 às 17h30. Nas terças-feiras, ela é quem faz o acolhimento às gestantes, recebendo-as no escritório para um rápido cadastro, confere se o pré-natal está em dia, ao solicitar a caderneta de gestante e entrega uma senha para as participantes. Após iniciada a oficina de tricô ela fica no escritório por um tempo, para logo em seguida

montar sacolas para cada uma das gestantes com itens de sexta básica: açúcar, arroz, café, farinha, feijão, entre outros itens, conforme os recursos que recebem de doação. Quando as gestantes estão indo embora, deixam a senha com ela e recebem a cesta básica.

As demais voluntárias ajudam a entender o caráter de C1002. Ela é uma pessoa calma, tranquila e com grande senso de humor. Tem uma capacidade de entender a situação e o contexto de forma muito rápida. Contraditoriamente, as colegas relatam características diferentes de C1002, uma diz que ela tem jogo de cintura, enquanto outra, diz que ela é difícil de lidar. No escritório da organização há três mesas, duas lado a lado, onde sentam C1001 e a secretária C1003 e perpendicular à esta fica a mesa de C1002, bem de frente para entrada, por onde chegam as gestantes. O único computador disponível é pouco utilizado e a divulgação do trabalho da organização é predominantemente por indicação.

C1002 foi, entre as entrevistadas, quem mais trouxe relatos de gestantes atendidas, contando aqueles que lhe marcaram a memória, durante esse tempo. Ela conta a história de uma gestante adolescente que veio fazer o cadastro para participar do programa do Grupo Abelhas e, quando ela perguntou onde estava o pai do bebê ela respondeu: "está empinando pipa", lembrou C1002, revelando se tratar de adolescentes que serão pais, que ainda brincam, mas que precisarão assumir a responsabilidade de um filho.

Outro caso mais chocante, e nesse C1001 e C1002 relataram conjuntamente, foi o de uma família em que mãe e filha estavam grávidas do mesmo homem, participando as duas das atividades da organização. Elas me contaram esse caso extremo mostrando como achavam absurda essa situação, porém foi um caso real por qual passaram, e para as quais oferecem ajuda da forma que a organização costuma fazer.

Um terceiro caso que C1002 me contou foi de uma gestante que participou das oficinas e, três meses após ter dado à luz ao filho, voltou a participar da organização dizendo que estava grávida novamente, de modo a receber a pequena cesta básica entregue semanalmente. Na época, a filha de C1002 trabalhava no posto de saúde do bairro, e acabou atendendo a moça, descobrindo se tratar de uma falsa gravidez. Ela voltou a frequentar o grupo para ganhar a ajuda com alimentos. Sabendo dessa informação, a entrevistada pensou, o que faço? Passadas duas semanas a gestante apareceu. Sem fazer perguntas, a entrevistada apenas disse: *"se tu quiseres vir aqui só para ganhar a sua cesta, pode vir. Não precisa mentir."* Ela explicou que fez isso de forma calma, sem tom de cobrança ou julgamento. E ela lhe respondeu: *"Então tá"*. Então revelou que o marido estava desempregado e que até o pessoal do posto foi na casa dela. Foi um ato bastante generoso e maduro, pois não julgou a pessoa, apenas mostrou que a organização poderia continuar a ajudar, e que não era necessário mentir. C1002 não criticou ou tirou

satisfação do ato da participante, apenas mostrou que sabia o que acontecia, sem ser grosseira ou ríspida com ela. Ouvir um *"não precisa mentir"* pode ser um momento de grande aprendizagem, se a pessoa estiver disposta a fazer as coisas do modo correto. Isto não podemos averiguar, mas certamente este é um modo pelo qual alguém pode ensinar outras pessoas a dizer a verdade, a ser honesto.

Um último caso narrado conta a história de uma moça muito querida, segundo C1002, que participou duas vezes na organização, portanto tinha ao menos dois filhos. C1002 conta a história com certa tristeza. O problema, segundo C1002, é que ela era usuária de drogas injetáveis. Ela notou que a moça estava com um dedo preto, necrosado e pouco tempo depois o dedo do pé também estava. O Conselho Tutelar acabou retirando o seu segundo filho da gestante. *"Então ela caiu na droga, algumas vezes pedia comida para as voluntárias"*. Um dia a entrevistada lhe pediu: *"por que usa droga, o que você está fazendo com o seu corpo?"* Na época ela morava com outra mulher. Em virtude de dívidas com drogas, a casa em que morava foi incendiada por alguém que tentou matá-la, mas quem morreu no incêndio foi a amiga. É um caso trágico. Um ano depois acabou sendo morta. O filho mais velho ficou com a mãe da gestante. Esse foi um caso em que, embora as voluntárias atenderam e procuraram orientar, a condição de vida da mulher e seus problemas foram maiores que as alternativas de ajuda oferecidas pelas voluntárias, algo que C1002 se lamenta muito por ter acontecido.

Os casos narrados por C1002 revelam que há problemas sociais e de vulnerabilidade na comunidade em que atuam que superam um pouco a capacidade da organização de proteger a gestante de outras ameaças, como violência, tráfico de drogas, alcoolismo e problemas familiares.

Na penúltima tarde de atendimento em 2019, chegou uma nova gestante, às 16h. Ela queria começar a participar, porém, como a organização entraria em recesso em meados de dezembro e retornaria somente em fevereiro/março, o número de participações da gestante não alcançaria o número de dez participações e, além disso, a gestante teria previsão de dar à luz no começo de março. C1002 informou à gestante que não era possível participar, *"porque na Abelhas se pede participação"*, deixando a gestante sem reação. Nesse momento, chega na mesa de C1002 a voluntária mais recente, sugerindo que a gestante poderia procurar por um grupo dela, para ganhar o kit. Elas trocam contato e fica tudo certo, mas notei que C1002 não abriu mão da regra da organização, e não hesitou em dizer não para a gestante. Felizmente a outra voluntária interveio se oferecendo para ajudar, na iniciativa voluntária em que participa em outra organização. Se ela não tivesse feito isso, acredito que a gestante teria ido embora frustrada ou até indignada.

4.3.1.4 Mini caso voluntária C1003

A terceira voluntária começou a participar na organização em 1999, ou seja, são 21 anos de experiência como voluntária na organização. Antes, ela teve outras experiências como voluntária, além de ter várias experiências profissionais. Ela foi técnica em contabilidade e está aposentada há aproximadamente 20 anos. Apesar disso, ela é uma mulher muito ativa e comunicativa aos seus 80 anos, comemorados no final de 2019 no Grupo Abelhas. C1003 é solteira e não tem filhos, mas tem sobrinhos e familiares próximos.

Conheci C1003 em março de 2018. Ela é a secretária do Grupo Abelhas, quem sempre preenche as atas, além de contribuir de várias outras formas, devido ao seu apreço pelo artesanato.

O voluntariado começou para C1003 a partir de um convite feito por uma senhora, uma *"pessoa que tinha o dom"* para o serviço voluntário. O Início foi no Grupo Integrado de Obras Sociais (GIOS) por dois anos. O contato entre elas aconteceu durante uma viagem ao município de São Joaquim. Ela começou um ano após o falecimento de sua mãe, ocorrido em 1985. Sentia-se muito responsável pela mãe, por isso esteve sempre presente, acompanhando e cuidando dela enquanto esteve hospitalizada. Seu falecimento foi marcante para C1003.

A senhora que a convidou fazia um excelente trabalho no Centro de Apoio ao Paciente com Câncer (CAPC) do bairro Ribeirão de Florianópolis, o qual é vinculado ao Núcleo Espírita Nosso Lar. "*Tudo graças a ela".* No GIOS se faz roupa e enxoval para crianças, distribuídos nas creches e nas entidades que solicitam. C1003 também contribui na Rede Feminina de Combate ao Câncer, outra entidade sem fins lucrativos.

C1003 conheceu a iniciativa do Grupo Abelhas ao acaso, tudo porque queira fazer um correto aproveitamento de vidros de conserva. Conta que vinha guardando muitos vidros de conserva e que tinha pena de jogar fora. Ela sabia que no Mercado Público havia pessoas que utilizavam para artesanato. Mas alguém comentou sobre o grupo Abelhas para ela. *"A primeira coisa que perguntam é se fazem mel".* O grupo produz geleias. Sabendo disso, C1003 foi atrás da organização. Tentou umas duas vezes até acertar o endereço e o horário de funcionamento da casa, trazendo de carro os vidros de conserva para doar. Foi em outubro de 1999 e, desde então, a partir do convite de C1001 para participar, ela é uma das voluntárias. Foi nessa época que se aposentou. O grupo contava com 20 voluntárias, hoje são apena dez. Algumas saíram, outras faleceram.

Sua formação é como técnica em contabilidade. Acumula em sua trajetória várias experiências de trabalho e se alegra em contar que sempre recebeu convites de trabalho.

Trabalhou na cidade de Rio do Sul por sete anos. Trocava de trabalho somente quando recebia um convite para trabalhar em outra empresa. A convite da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de SC (ACARESC) - serviço de extensão rural – foi responsável por organizar um curso de corte e costura no interior. Quando saiu da ACARESC, onde ficou por 13 anos, queria um mês para descansar. Então, voltou para a casa da mãe. Depois trabalhou em outros lugares, como na Secretário de turismo em Balneário Camboriú, a convite de um amigo de infância. Afirma que procurava escolher o trabalho que lhe dava mais satisfação, não pelo que ia ganhar. Depois, em outra experiência, trabalhou em uma empresa de cosméticos, para a qual foi representante em Itajaí. Por questões de saúde, teve necessidade de trazer a mãe para Florianópolis, mas por sorte veio um convite para Florianópolis.

Além do GIOS, C1003 é voluntária na Igreja Santa Rita, onde também fazem enxovais para gestantes. Mas relata que algumas vezes há casos de mulheres que emprestam a criança de alguém para ir lá ganhar o kit, e depois vendem o que recebem. Quando o padre da Igreja ficou sabendo, chamou a atenção delas. E participou brevemente com C1001 da Amigas voluntárias na Rede Feminina de Combate ao câncer Nosso Lar, localizada no bairro Forquilhinha, no município de São José.

No aniversário de 80 anos de C1003, realizado na sede das Abelhas, estavam reunidas 13 senhoras, esperadas por uma festa preparada com muito carinho e capricho, bem ao estilo de ser de C1003. Aos 80 anos, C1003 comemorou seu aniversário equilibrando-se em uma sandália plataforma de salto 12, algo que notei e que me chamou atenção.

Sobre o trabalho, ela diz o seguinte:

> *Em qualquer atividade tem que entrar de cabeça, sempre vestir a camisa, seja no trabalho ou no trabalho voluntário. Fazer pelos outros: ou faz bem feito ou não faz. [...] às vezes a gente tem que fazer malabarismo. Dar um jeito* [C1003].

Quando criança, estudou em colégio de irmãs. Com seis anos de idade fez seu primeiro bordado, o que aprendeu durante uma semana que ficou na casa de sua tia. A tia disse a ela para dar o bordado de presente para a mãe. Esse gosto por bordado, entre outras formas de artesanato, ela tem até hoje. Participou recentemente de um curso de artesanato.

C1003 conta de sua experiência no GIOS, trabalho voluntário que envolve a confecção de roupas e enxovais, em que ela contribui a partir da costura, o que sabe fazer. Tal organização possui 96 voluntários. Ela afirma que "a *gente mais ganha do que dá*", pela satisfação do trabalho voluntário. Iniciativas voluntárias como esta dependem de doações, por isso é

constante o desafio de buscar por recursos, o que fazem por meio de feiras, e exposições do artesanato em lugares da cidade cedidos temporariamente.

Ao perguntar sobre o que se aprende ao ser voluntária, em termos de caráter, ela disse que é a humildade, aprende-se todos os dias. Mas que depende da pessoa. Ela se apega ao que faz e considera que é algo *"bom para mim e para quem recebe"*. O serviço voluntário é como uma *"cachaça",* [porque vicia, mas nesse caso, é um hábito bom]. A humildade é importante, porque, em contrapartida, o trabalho em grupo demanda saber conviver, conhecer e ceder muitas vezes. Ela tem muita satisfação em participar no Grupo Abelhas: *"para mim é muito prazerosa, segunda família. A gente não vive sem. Sentimos muita falta."*

Um dos desafios citados por C1003 é conseguir novas voluntárias, sendo que no ano de 2019 houve o ingresso de uma pessoa. Por outro lado, a rede de contatos que mantêm com voluntários de outras organizações contribui para a troca de informações, para conseguir recursos quando alguma organização está precisando de algo, bem como indicar possibilidades de criar formas de ajudar e de mobilizar recursos.

4.3.1.5 Mini caso voluntária C1004

C1004 é sempre a primeira voluntária a chegar no Grupo Abelhas. Ela começou a participar há aproximadamente 11 anos. O contato com a organização se deu por acaso. Um dia ela estava passando pela rua e avistou o brechó, que fica na parte da frente da sede. Ela entrou para dar uma olhada. Chegando lá, foi recebida por voluntárias e pela presidente. Ambas começaram a conversar e C1001 a convidou a participar como voluntária. C1004 estava em Florianópolis há pouco tempo, pois até então morava em Chapecó. Ela aceitou e dias depois já começou a colaborar.

C1004 é casada, dona de casa, aposentada, estudou somente até o ensino fundamental. É mãe de quatro filhos, tendo netos e bisnetos. Seus irmãos vivem no interior do estado. Na entrevista, ela estava ainda um pouco sensibilizada com a morte recente de um de seus filhos, que se envolveu em um acidente de automóvel, há quatro meses do dia da entrevista.

Ela está no brechó do Grupo Abelhas todos os dias, de segunda à sábado. Também estava na organização quando foi informada a respeito do acidente sofrido pelo seu filho. Contou-me como foi o dia em que recebeu a notícia do falecimento do filho. Foi em 22 de junho de 2019. Ela estava nas Abelhas e de repente, a neta chegou transtornada. No mesmo instante ela amorteceu. *"Me assustei. E ela disse: vó seja forte".* No mesmo instante pegaram a bolsa e saíram. Aos poucos foram contanto para ela o que aconteceu. Ela disse que ficou paralisada. Só

sabia que os filhos foram para uma trilha, pois três deles são jipeiros. Ela passou em casa, para pegar roupas, e logo saíram. Ela queria falar com os outros filhos por telefone, mas ninguém atendia. Quando soube qual filho havia se acidentado, ela disse que sentiu um choque por dentro. *"Morri e voltei". "Já sei de tudo".* Em Barra Velha, quando chegaram no hospital, ele já tinha falecido. Era um sábado. Ela conta que perdeu as forças. Pensou na dificuldade de arrumar tudo, preocupou-se com o neto, ele estava separado. Foi sábado de manhã. Mas ela só soube à tarde. Chegou em casa no domingo. Segunda não veio nas Abelhas, mas na terça-feira já estava de volta. *"Estava transpassada, que choque, parece que não é verdade"* [C1003].

Em uma certa tarde, durante o tempo do tricô, C1004 conversam na sala do brechó sobre a história da professora de uma creche que havia morrido queimada enquanto tentava salvar as crianças. Depois, fui conversar com a abelha, fiquei sabendo que era a mulher que morreu para salvar crianças na creche, mas que poucos comentaram na imprensa. E dizia a voluntária, em comparação com a morte da vereadora do Rio, Marielle Franco, para a qual houve uma grande comoção, apelo. Estavam duas abelhas incomodadas com o apoio que se dava à vereadora e o pouco caso que deram ao ato de coragem da professora da creche, especialmente porque a primeira, segundo as voluntárias, era a favor da legalização do aborto e da maconha.

A presidente da organização e C1003 se dão muito bem. Com seu ingresso na organização a presidente precisou acomodar as funções entre as participantes, contudo, essa decisão gerou um problema manifestado pelas entrevistadas. Ela foi designada para cuidar do brechó, no lugar de C1005, a qual não foi consultada ou avisada, gerando uma situação desconfortável entre as duas que perdura. Gerou ressentimentos. Não se volta a esse problema, assim tem sido feito, mas isso contribuiu negativamente para a relação entre as voluntárias. Assim, quando pergunto para ela as características de ser voluntária, o que podemos aprender ao ser voluntários, C1004 diz que se aprende a relevar algumas coisas, a "engolir sapos", porque volta e meia se manifesta uma tensão, uma discussão latente entre as voluntárias, mas principalmente em decorrência dessa decisão.

4.3.1.6 Mini caso voluntária C1005

A voluntária C1005 participa da organização há 26 anos. Está hoje com 83 anos. Ela tem cinco filhos, 10 netos e seis bisnetos. Nascida em Florianópolis, casou-se e reside nessa mesma cidade, onde trabalhou no comércio até se aposentar. No dia que fizemos a entrevista, na sede da organização, ela pediu para ficarmos em local reservado no espaço dos fundos da

organização. Como para as demais, à exceção de C1001, elas pediram para não fazer gravações em áudio.

Aos seis anos de idade, C1005 perdeu o pai. Sua mãe, aos 38 anos, se viu sozinha com 8 filhos. Sua mãe era costureira e ela, como irmã mais velha, na época com 19 anos, a ajudou a criar os irmãos. C1005 trabalhava e estudava, mas concluiu os estudos somente até o sexto ano.

Trabalhavam e moravam no centro. A casa era do marido, onde viveram por 30 anos. Depois de um tempo eles venderam a casa. E "*Quando muda de casa pode dar depressão*". Ela acabou entrando em depressão. Na época uma de suas vizinhas era do Grupo Abelhas. Uma amiga foi quem a convidou para participar de uma organização voluntária pela primeira vez: *"vou te levar com um grupo social, tu vais trabalhar para serviço social"*. Ela estava debilitada devido à depressão, havia perdido peso. Não demorou muito para começar a participar do Grupo Abelhas.

Ela começou ajudando na fase inicial do Grupo Abelhas, quando serviam sopa e mantinham um brechó no centro comunitário. Já são 26 anos junto à organização. Ela conta que quando foi comprado o terreno da sede da organização, era apenas uma casa de madeira e que ia até a sede de carona com C1001. Disse que o trabalho como voluntária foi "*Foi um ótimo remédio. Comecei a me doar*". Manifestou sua gratidão às pessoas que lhe ajudaram na época: "Tenho carinho, gosto muito das pessoas que me ajudaram na época que mais precisei".

C1005 conta de um momento difícil que vivenciou no papel de mãe. Seus filhos são praticantes do ciclismo e em 2015, um de seus filhos, ciclista profissional adulto, foi atropelado na rodovia SC 401, por um motorista embriagado. Conta que por sorte o socorro chegou rápido e no atendimento o médico retirou líquido dos pulmões de seu filho. "E*sse aí é questão de horas"*, disseram-lhe, algo muito difícil para uma mãe ouvir. Por sorte, C1005 conta que o filho recebeu ajuda de um empresário, de uma emissora de televisão local, que subsidiou o tratamento que lhe salvou, porque conhecia o valor do filho dela. Era um ciclista conhecido no estado, inclusive campeão estadual em ciclismo de estrada. *"O Estado inteiro, todo mundo se mobilizou". "São Pedro mandou de volta, não está na hora"*. Seu filho sobreviveu, mas ficou com lesão cerebral e complicações, tais como falar alto e debilidade em uma das pernas. Demais filhos continuam praticando ciclismo, somente na rodovia BR 101.

Falando mais das suas percepções sobre a vivência na organização, C1005 se mostra ressentida com algumas formas de tratamento, o que ela relata como problema de diferença no tratamento.

O problema começou, conforme foi me revelando com a questão de quem trabalharia no bazar, isto é, no brechó. Ela diz na Abelhas *"passam a mão na cabeça"*, expressando

novamente a diferença de tratamento que se dá entre voluntários. C1005 conta que sempre trabalhou no brechó, mas de uma hora para outra, sem aviso ou justificativa, ela foi substituída pela voluntária mais recente que havia começado (C1004). Disse ter ficado muito sentida e que passou o ano corrente todo pensando *"não vou sair das Abelhas"*, porque há muitos anos trabalhava no brechó e repentinamente se viu sem essa função. A mudança de quem trabalhava no brechó aconteceu há bastante tempo, considerando que C1004 está na organização há 11 anos. C1005 disse estar descontente com a diferença de tratamento dedicado a ela em comparação à outras voluntárias, analisando como era anteriormente e o que está acontecendo agora. Ela conta que *"estava ficando doente"*, que *"não aguentava mais"*, e que essa diferença de tratamento era expressa por C1001. Um dia em que fez uma contribuição significativa, ouviu apenas um breve *"ótimo"* da presidente.

Com isso ela descreve que foi se desmotivando, *"não teve mais graça"*. Aí começou a costurar. A organização mantém máquinas de costuras na sede, com as quais as voluntárias podem contribuir na confecção de alguns itens que entram no kit enxoval, ou ainda na reforma de roupas que podem estar no brechó. C1005 considera que *"vai ser pior se eu ficar em casa, então eu costuro"*.

Desse modo, o relato que ela conta de diferença de tratamento, uma injustiça percebida no tratamento, embora ela não use essa palavra, teve início com uma mudança implementada pela presidência da organização, sem a consulta ou compartilhamento com ela. Isso custou para C1005 sua motivação, nesses 25 anos de trabalho. *"Chega uma pessoa e te tira tudo"*, nessa expressão vendo a pessoa que assumiu como causa, pois, segundo ela, desde o começo da participação de C1004 a presidente C1001 sempre a defendeu, a considerava muito, mas faltou perceber o que vivia a C1005. Um problema de gestão de pessoas eu diria. Assim ela se sentiu desmotivada, *"pois é, não tem ânimo"*.

O que fez C1005 permanecer na organização foi o apoio que recebeu da vice-presidente. *"A C1002, não saí por causa da C1002, porque ela tem muito jogo de cintura"*, reconhecendo a capacidade da colega em lidar com essas questões. C1005 diz que conversa muito com sua filha, e que isso lhe ajuda. Ela é espírita. Falando de religião, C1005 fala de sua família. Ela é católica. Seu pai era pastor da igreja presbiteriana e a mãe, católica. C1005 fala também que na organização ninguém quer ser presidente, mas não pude apurar mais detalhes do que ocorre.

Ela conta ainda que sua família dá muito valor às atividades de voluntariado. Atualmente ela participa de duas iniciativas: um grupo de idosos e o Grupo Abelhas. C1005 disse que gosta muito de costurar, realmente adora e que trabalhar no brechó "era a minha vida!"

e lembra de acontecimentos nacionais que marcaram o ano de 1998, quando trabalhava no brechó.

C1005 também falou de outras questões que revelam dificuldades no relacionamento entre as voluntárias. Ela diz que nunca defendem uma a outra e que silenciam quando tem um problema/conflito, dando a entender que os problemas internos de relacionamento na equipe não são resolvidos, e que não tem como tocar em certos problemas, para se evitar conflito, especialmente com a presidente. C1001 é "muito fria, com uns é, com outros não". Talvez haja uma questão a ser aprimorada em relação à percepção de justiça na interação entre membros da organização. São muitos anos convivendo todas as tardes, elas têm certa cumplicidade, mas nem todas as questões são transparentes. Há algumas coisas veladas.

Ao lhe perguntar sobre características que ser voluntária lhe proporciona, em termos de desenvolvimento pessoal, ela disse que é a **responsabilidade pelo compromisso** que mantém com a organização, uma **obrigação voluntária** (algo paradoxal que pode ser entendido sob a perspectiva da dádiva, possivelmente).

Conta que recentemente ingressou uma nova voluntária, a qual trabalha em três iniciativas diferentes, duas ao menos de ajuda a gestantes. Ela conta que essa voluntária sabe fazer muita coisa, uma percepção compartilhada pelas demais. Conta C1005 que a presidente ligou para a voluntária, convidando-a, mas que simplesmente disse "Eu liguei para ela e ela não veio". Foi o trabalho de C1005 e C1003 que fizeram com que a nova voluntária ingressasse. Ela contribui na produção dos kits enxoval, porque sabe várias técnicas de artesanato.

Outra questão que C1005 se ressente por não haver reconhecimento é pela sua participação em "feirinhas", que eventualmente realizam em outras organizações para arrecadação de recursos. "A C1001 vai na feirinha, mas a líder não dá valor".

4.3.2 Pastoral da Criança

> Eu me senti feliz diante daquele novo desafio. Era o que mais desejava: educar as mães e famílias para que soubessem cuidar melhor de seus filhos! Dra. Zilda Arns

A Pastoral da Criança (PCr) é uma organização de ação social da CNBB, fundada em 1983 pela médica sanitarista e pediatra Dra. Zilda Arns Neumann. Sua atuação tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo também o fortalecimento de suas famílias e comunidades. A PCr está presente em todo o território nacional, ramificada em

setores e ramos que chegam até as comunidades mais necessitadas. Também está presente em 10 países da África, Ásia, América Latina e Caribe.[24]

Tendo como exemplo o trabalho de sua fundadora, sua missão é promover o desenvolvimento das crianças, do ventre materno aos seis anos, por meio de orientações básicas e acompanhamento constante as gestantes e crianças com até seis anos, nas comunidades carentes. O trabalho tem seu alicerce na rede de voluntários que atuam como líderes em suas próprias comunidades, os quais são capacitados por uma lógica de formação e informação. Cada líder comunitária, conforme recomendação da central nacional localizada em Curitiba (PR), acompanha até 15 crianças. O Setor Florianópolis da Pastoral da Criança abrange o trabalho de aproximadamente 60 voluntárias, entre coordenadoras e líderes comunitárias, na região metropolitana de Florianópolis. Aproximadamente 1.300 crianças são acompanhadas atualmente.

> *C2001 (fundadora): O objetivo da Pastoral da Criança é reduzir as causas da desnutrição e da mortalidade infantil, promover o desenvolvimento integral das crianças, desde sua concepção até os seis anos de idade. A primeira infância é uma etapa decisiva para a saúde, educação, consolidação dos valores culturais, cultivo da fé e da cidadania, com profundas repercussões ao longo da vida.* [C2001].

Nas funções dentro da organização, as líderes comunitárias recebem suporte de um coordenador de ramo, os quais atuam com o suporte da coordenadora do setor Florianópolis. No trabalho de campo acompanhei uma coordenadora de setor, neste caso da diocese de Florianópolis, a qual depois assume como coordenadora estadual. Também pude acompanhar o trabalho da nova coordenadora do setor, bem como voluntários da pastoral da criança do bairro em que ela antes era coordenadora de ramo. Também conheci outros voluntários ao acompanhar um evento de capacitação, um encontro estadual de coordenadoras, uma celebração da vida e o trabalho realizado na sede da PCr em Florianópolis.

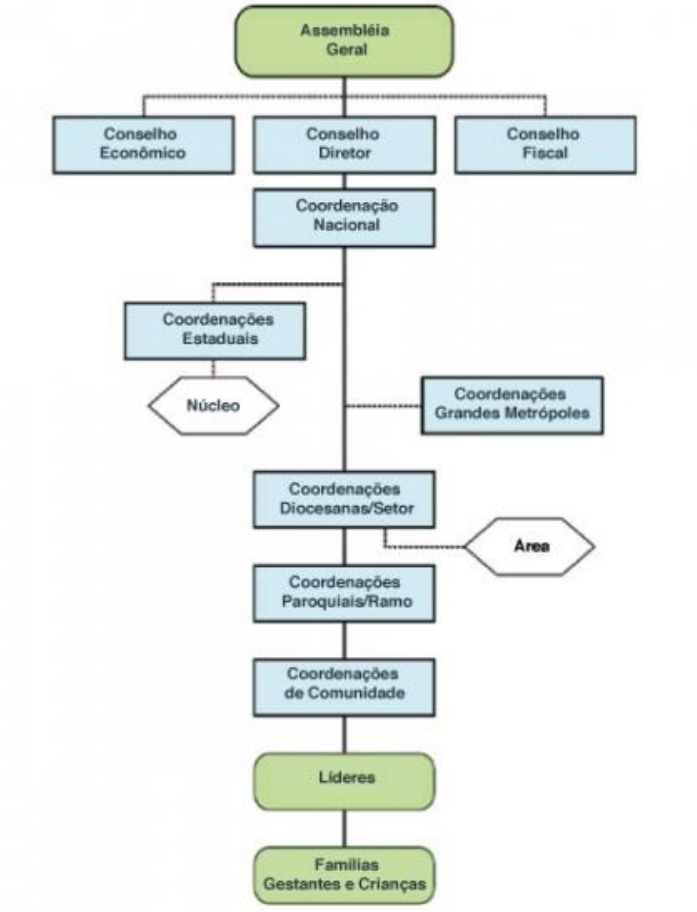
Ao firmar seu acompanhamento à gestante, a PCr explicita seus valores e posição em relação à proteção à vida: “Todas as pessoas têm direito a viver com dignidade. Esse direito se inicia na concepção de uma nova vida. Por isso a Pastoral da Criança começa suas atividades com as gestantes, que precisam ser acompanhadas desde o início da gravidez.” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018).

---

[24] Uma versão da primeira parte da apresentação do caso 2 foi apresentada no artigo de Ames e Serafim (2019), *O Cuidado Institucional e Relacional em Organizações da Sociedade Civil de Proteção a Gestantes e Bebês, durante* o XXII Seminários em Administração, realizado em novembro de 2019 em São Paulo.

A fundadora da PCr explica que a organização, embora tenha um vínculo com a Igreja Católica e a CNBB, nasceu ecumênica, pois desde o início ela reuniu a ajuda de pessoas de diferentes religiões e voltada para ajudar pessoas independentemente de suas preferências religiosas/espirituais. C2001 considera que a metodologia utilizada pela pastoral tem o mérito da simplicidade, de ser barata e possível de ser aplicada em larga escala, o que explica o alcance da organização, presente em mais de 3.300 municípios e em países estrangeiros. Ela, segundo a fundadora dizia, é uma rede de solidariedade que busca educar para a cultura de paz e que, por meio do amor e carinho, consegue chegar com sensibilidade até as famílias, ensinando como melhor cuidar, alimentar e criar os filhos. A grande maioria de seus voluntários são pessoas que vivem nas próprias comunidades em que atuam (132 mil voluntários, aproximadamente), além de um número de voluntários que são capacitadores ou assume outras funções de apoio técnico. A Figura 10 apresenta o organograma da organização.

Figura 10 - Organograma da Pastoral da Criança



Fonte: Criado pela Dra. Zilda já nos primeiros anos da Pastoral da Criança e divulgado na página 25 da primeira edição do Manual dirigido às coordenações de paróquia, publicado em 2008.

Fonte: endereço eletrônico da Pastoral da Criança, 2008. Disponível em: https://wiki2.pastoraldacrianca.org.br/wiki/Arquivo:Organograma_2008.jpg

A PCr é uma organização concebida e fundamentada segundo preceitos da Igreja, por ser vinculada à religião católica e à CNBB. Na prática, assume uma orientação para atender pessoas de qualquer religião ou crença, sem discriminação ou imposição. Nos encontros mensais de "Celebração da Vida", os coordenadores fazem orações com os presentes, de certa forma reforçando um costume cristão, mas acontece de forma breve e a maior parte do tempo é ocupada com interação e lanche para os presentes.

Quando alguém é convidado ou manifesta interesse em ser líder em sua comunidade, recebe um curso de capacitação e um manual chamado Guia do Líder da Pastoral da Criança (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018). Feito isso, os líderes recebem um caderno de Líder da Pastoral da Criança e começam a acompanhar gestantes e bebês por meio de três atividades: (1) visitas domiciliares, momento em que podem conversar e conhecer melhor a situação e necessidades da família, para poder ajudá-las; (2) o dia da celebração da vida, que é um encontro mensal entre voluntárias, gestantes e família; e (3) reunião para reflexão e avaliação, momento compartilhado entre os voluntários para compartilhamento de dúvidas, dificuldades e trocar experiências pensando na resolução de problemas.

> A Pastoral da Criança promove uma convivência de respeito à dignidade das pessoas, à valorização das diferenças entre elas, à solidariedade, à responsabilidade com suas obrigações e com o meio ambiente. Procura também denunciar a injustiça e a falta de condições dignas de vida para todos. Esses são alguns valores éticos que orientam as ações da Pastoral da Criança. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018, p. 15).

As observações, entrevistas e análise nos permitem sintetizar alguns pontos positivos e negativos sobre suas práticas organizacionais, que em alguns momentos se associam com questões relacionais. Um ponto positivo é que, ao longo desses 35 anos, a PCr conseguiu formalizar suas práticas de cuidado, e com parceiros da área médica e epidemiológica, reuniu um conhecimento relevante para o cuidado de bebês e gestantes, o qual é repassado para as líderes comunitárias. O aspecto que gostaríamos de destacar é a consistência das práticas: um trabalho mensal e pró-ativo de visita às famílias, que inicia na gestação e acompanha crianças carentes até os seis anos de idade. Quando alguém está doente, por exemplo, é orientado a procurar o posto de saúde. O modo de fazer, segundo relato da coordenadora do setor de Florianópolis (C2002), segue o lema "*se há um problema, vamos resolver*", "*se a gestante não consegue ir ao posto de saúde, vamos levá-la*". As gestantes recebem orientação sobre pré-natal, alimentação, cuidados e riscos. Além da consistência, as práticas são padronizadas e os líderes recebem capacitações complementares, quando necessário. A estrutura organizacional

também é um ponto positivo, pois segue uma estrutura hierárquica definida, com as funções e papéis estabelecidos. De uma forma geral, a PCr complementa as políticas públicas coordenadas pelo Ministério da Saúde, seu parceiro técnico e financeiro (mas não o único) desde 1985. Segundo a coordenadora, a cada criança atendida no mês (hoje em torno de 1.300 crianças no setor) é repassado o valor de R$ 1,00, que acaba sendo distribuído para coordenadores de ramo pagarem despesas de locomoção, entre outros gastos.

Um ponto positivo é que, ao capacitar líderes comunitários, a PCr está contribuindo para o desenvolvimento dos próprios voluntários, em seu fortalecimento de vínculos na comunidade, em seu conhecimento sobre os cuidados com a gestação e em seu sentimento de realização por meio de um trabalho voluntário e solidário. Há relatos de vários líderes comunitários com mais de 15 anos de atuação, bem como líderes que se tornam coordenadoras. Percebe-se que, ao cuidar e acompanhar gestantes e crianças, os voluntários aprendem a ser mais solidários, mais engajados com a sua comunidade, contribuindo para a sua autorrealização.

Outro ponto positivo é que a PCr consegue acompanhar e avaliar o cuidado destinado a gestantes e crianças, devido seu sistema organizacional de preenchimento de relatórios e envio dessa informação para a central nacional, agora também disponível digitalmente, por meio de aplicativo. É uma forma de monitorar a cobertura de atendimento, os problemas identificados e recomendações sugeridas às famílias. A percepção das gestantes, é considerada pelas líderes e coordenadoras de cada comunidade, especialmente durante os encontros de reflexão. As percepções das líderes e coordenadoras são consideradas dentro desses contextos, para resolução de conflitos locais (nos encontros de Reflexão e Avaliação) e não é um conhecimento disseminado formalmente em outros locais, o que poderia contribuir para o propósito da organização.

Entre os pontos negativos, a dificuldade em se preencher corretamente as folhas de acompanhamento das crianças e gestantes acompanhadas pela líder é uma questão constantemente trabalhada, pois o envio dos recursos depende do correto preenchimento. Atualmente, essa dificuldade foi transferida para o correto uso do aplicativo da Pastoral da Criança para celular, por onde as voluntárias recebem informações e inserem dados das crianças e famílias atendidas. Na verdade, a estrutura organizacional para coordenação dos trabalhos e a necessidade de prestar contas do uso dos recursos repassados pelo Ministério da Saúde (há outros parceiros também), demanda um processo de organização de recibos e notas em papel bastante burocrático, o que consome um pouco do tempo das coordenadoras.

No entanto, é nas relações interpessoais que as questões mais delicadas aparecem, pois envolvem relações de poder. A coordenadora do setor precisa auxiliar as líderes comunitárias

a resolver conflitos entre líderes. Esses conflitos se originam às vezes de um comportamento ou atitude que gerou desconforto para outras líderes, ou discussões e desentendimentos pessoais. Às vezes uma líder se sente ofendida com a outra, ou se incomoda com a falta de responsabilidade em participar e preencher os documentos. A coordenadora do setor se desloca para as comunidades locais para dirimir dúvidas ou mediar esse tipo de questão. Uma coordenadora de ramo relatou também que sente que o seu trabalho tinha mais sentido quando era líder comunitária, mas agora assumiu o papel de coordenadora e, por isso, precisa liderar voluntárias e acompanhar o trabalho.

No Quadro 25 constam características da organização, tais como organizações parceiras para a mobilização de recursos, missão, voluntários, posicionamento religioso, principais práticas e a qual visão de mundo mantém vínculos. Ao longo da apresentação dos resultados um melhor detalhamento pode ser encontrado.

Quadro 25 - Dados básicos da Organização 2

	Pastoral da Criança – Diocese Florianópolis
Ano de fundação	1983
Levantamento de recursos financeiros	Ministério da Saúde (principal), Unicef, Associação Nacional de Amigos da Pastoral da Criança (ANAPAC), doações espontâneas efetuadas através de faturas de energia elétrica, fundo Criança Esperança.
Missão	Promover o desenvolvimento das crianças, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, do ventre materno aos seis anos, por meio de orientações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida, contribuindo para que suas famílias e comunidades realizem sua própria transformação.
Voluntários	Líderes comunitárias e coordenadoras, mulheres em sua maioria.
Posicionamento religioso	Base católica, aberta para todas as religiões (ecumênica)
Principais práticas	Visitas domiciliares; Celebração da Vida; Encontro para reflexão e avaliação; capacitação de líderes.
Público-alvo	Gestantes e crianças de até 6 anos de idade.
Tradição	Tradição cristã, baseada em princípios da Igreja e no exemplo de Jesus.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Além da cooperação com outras organizações para mobilização de recursos, a PCr também recebe apoio técnico de algumas organizações, inclusive para elaboração do "Guia do Líder", onde esses atores são citados. É oportuno citá-los porque, conforme resultados da análise das dinâmicas da agenda do aborto, alguns deles são atores que mantém um

posicionamento favorável à legalização do aborto, algo que vai de encontro à premissa da dignidade da pessoa humana desde a concepção. São eles: Centro colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) com o Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas; Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO); Ministério da Saúde; Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS); Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP); Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública – Departamento de Nutrição. Estes atores fazem a revisão técnica do Guía do Líder (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018, p. 4).

Para o caso da PCr, a pesquisa empírica não entrevistou gestantes, limitando-se às entrevistas com coordenadoras e líderes. Participei de um encontro estadual entre as coordenadoras em 2019, o qual ocorre anualmente, bem como de uma 'Celebração da Vida', umas das práticas da PCr, a qual fora realizada no dia 4 de abril de 2018, no bairro Monte Cristo, na comunidade Chico Mendes, considerado uma comunidade em situação de vulnerabilidade social. Nesse dia, estiveram presentes dez gestantes e 15 crianças, em local onde lhes aguardavam líderes comunitárias e a coordenadora daquela comunidade. O encontro funciona como uma forma de criar uma oportunidade de diálogo e de convívio pacífico para a comunidade, que enfrenta uma realidade difícil. Esse encontro parece representar uma espécie de *cuidado simbólico*, porque é um evento que representa que há pessoas que se importam com essas gestantes e filhos.

Em um primeiro encontro realizado nessa comunidade, após algum tempo que estava sem suporte da PCr, ofertou-se uma mesa de lanches, que foi recebida com muita alegria por todos. Conversando com as líderes comunitárias, elas relataram que algumas gestantes não têm condições de se sustentarem, pois têm um ou mais filhos e não trabalham. Para sobreviver, contam com a ajuda da comunidade, que doa alimentos e outros recursos que precisarem. *"Se tem comida, tudo bem. Se não tem, fica sem comer",* relatou uma líder comunitária. Embora seja uma comunidade carente, seus membros conseguem ajudar uns aos outros. Entre as práticas da PCr, é possível citar as constantes no Quadro 26.

Quadro 26 - Práticas principais da organização 2

Objetivo ou alcance das práticas	Descrição das práticas
1. Para a comunidade	• Capacitar membros voluntários da comunidade, para serem líderes da PCr • Incentivar a criação de redes de apoiadores: são pessoas ou organismos que ajudam na esfera local, sem ser voluntário diretamente.

2. Para as gestantes e famílias	• Visita domiciliar: orientação para gestantes e família; pesagem das crianças; escuta e análise da situação, mensal. • Celebração da vida – encontro de celebração com as famílias, mensal.
3. Para as voluntárias	• Encontro de reflexão: dia em que as voluntárias se reúnem para compartilhar das práticas, dúvidas, dificuldades e realizações (mensal). • Encontro, viagens ou retiros espirituais (eventualmente).
4. Para mobilização de recursos	• Repasse do Ministério da Saúde, a depender do envio dos registros de crianças e gestantes visitadas e acompanhadas; • Buscar adesão de doadores particulares via débito em conta de luz, em parceria com companhias elétricas. • Organização de eventos como café colonial ou bazar para mobilizar recursos para uma unidade paroquial em particular.
5. Alcance comum (transversais)	• Orientar para a nutrição, saúde e higiene.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Outra prática que pude acompanhar foi um dia de capacitação de líderes, realizado durante uma tarde de sábado. Para essa capacitação, esteve presente uma voluntária apoiadora que viajava pelo país capacitando voluntárias e acompanhando visitas em comunidades. As voluntárias presentes (em número de quinze) conheceram os valores e a metodologia da PCr, que consiste em um tripé formado pelas práticas de: visita domiciliar, celebração da vida e momento de reflexão. Outra aprendizagem nesse dia foi compreender a relação de tais práticas com os serviços público mantidos pelo poder público, para que a voluntária saiba onde a gestante pode buscar por apoio em termos de saúde, assistência social, nutrição, delegacia da mulher, entre outros órgãos públicos.

4.3.2.1 A fundadora da Pastoral da Criança

A fundadora da Pastoral da Criança, que denomino como C2001, nasceu na cidade de Forquilhinha, em Santa Catarina, em 25 de agosto de 1934. Ela era a 12ª de uma família de 13 irmãos, de descendência alemã e de valores cristãos. Dois de seus irmãos eram padres franciscanos e três irmãs eram religiosas. Ela também pensava em ser missionária, mas decidiu que queria ser médica aos 15 anos de idade. Quando adulta, foi mãe de cinco filhos e avó de dez netos. Residia em Curitiba (PR) com sua família.

Foi em Curitiba que ela inicia seus estudos em medicina, na Universidade Federal do Paraná. Na época, sua família se muda para Campo Largo, para trabalhar e ajudar a manter Zilda estudando, com a venda de leite. No hospital que começou a trabalhar em Curitiba, ainda não havia médicas. Ela se formou em medicina em 1959.

Escolheu a medicina como profissão e se direcionou para a área de saúde pública. Sua prática diária como médica pediatra do Hospital de Crianças Cezar Pernetta, em Curitiba (PR), e posteriormente, como diretora de Saúde Materno-Infantil, da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, teve como suporte teórico diversas especializações em Saúde Pública e Administração de Programas de Saúde Materno-Infantil. Sua experiência fez com que, em 1980, fosse convidada a coordenar a campanha de vacinação Sabin para combater a primeira epidemia de poliomielite, que começou em União da Vitória (PR), criando um método próprio, depois adotado pelo Ministério da Saúde.

Segundo o livro da Pastoral da Criança que conta detalhes sobre a vida e obra de C2001, Dom Paulo Evaristo Arns, então presidente da CNBB, foi à Genebra, na Suíça, discutir a fome e a mortalidade, em uma reunião sobre a paz mundial organizada pela ONU. Era o ano de 1982. O então diretor executivo do Unicef, James Grant, convenceu Dom Paulo Evaristo Arns, seu irmão, cardeal arcebispo de São Paulo, que a Igreja poderia ajudar a salvar crianças que morriam por desidratação. Ao voltar para o Brasil, o irmão liga para C2001 e pergunta se ela poderia ajudar a pensar em como isso poderia se tornar realidade. Naquela época, C2001 já era viúva há 5 anos e seus filhos estavam crescidos o suficiente para ela aceitar o desafio.

“Pensava em como começar um trabalho para atender tanta gente. Esse trabalho feito pela Igreja deveria ser altamente replicável, barato, atraente e impulsionado pelo amor fraterno.” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2014, p. 90). C2001 considerava que deveria ser um trabalho com um verdadeiro espírito missionário, para ir ao encontro daqueles que mais precisam. Ela desenvolveu uma metodologia inspirada no milagre da multiplicação dos pães e peixes, narrados na bíblia no Evangelho de João. “Dai-vos vós mesmo de comer”. Não esperem sempre pelos outros, pelo governo. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2014, p. 92). De forma similar, imaginou organizar a comunidade em pequenos grupos e, com líderes voluntários que levariam até às famílias o que lhes fosse necessário para “comer” e viver bem. C2001 buscava contribuir para educar as mães e as famílias, democratizando o saber e a solidariedade, algo que vivenciou na sua experiência como médica no atendimento de famílias.

A PCr foi fundada em 1983, por ela e por Dom Geraldo Majella Agnelo, começando na cidade de Florestópolis (PR), pois possuía o maior índice de mortalidade infantil do país à época, 127 mortes para cada mil crianças nascidas. Outro motivo se deve ao fato de C2001 não poder se ausentar do trabalho de funcionária pública na Secretaria da Saúde, por isso buscaram testar a metodologia proposta no município paranaense.

> *C2001: Em dezembro de 2009, completei 50 anos como médica e, antes de 2002, confesso que nunca tinha ouvido falar em qualquer programa da Unicef ou da Organização Mundial de Saúde (OMS), ou de outra agência da Organização das Nações Unidas (ONU), que estimulasse a espiritualidade como um componente do desenvolvimento pessoal* [C2001].

C2001 foi médica pediatra e sanitarista, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança, fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Pessoa Idosa - organismos de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Também foi representante titular da CNBB, do Conselho Nacional de Saúde e membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Recebeu vários prêmios e honrarias e foi indicada ao prêmio Nobel da paz, representando o Brasil, em 2006.

Ela faleceu no grave terremoto ocorrido no Haiti, na cidade de Porto Príncipe, em 12 de janeiro de 2010, enquanto fazia um trabalho naquele país. O discurso que escreveu e que não pôde ler, é uma referência e inspiração para os voluntários da PCr, assim como a liderança de C2001. Ela é uma referência muito presente na forma de atuar das voluntárias.

4.3.2.2 Apresentando a voluntária C2002

A voluntária C2002 é uma irmã da Igreja Católica. Ela participa da PCr há muitos anos e atuou em comunidades de diferentes estados brasileiros. Por alguns anos e até meados de 2018 ela era a coordenadora da diocese/setor de Florianópolis (um conjunto de cidades próximas da capital). Depois ela foi nomeada como coordenadora estadual da PCr.

O relato de C2002 traz os elementos presentes no cotidiano de quem está próximo das famílias e presente na comunidade, percebendo suas características e problemas.

> *C2002: Eu queria ir para uma missão. Em Maranhão, a PCr estava acabada. Viana era a diocese mais pobre. Mas por onde começar? Ruas de esgoto aberto...[então] ela pediu... olha dona Zilda, me mostra, me dá um sinal... Aí eu avistei a Vanda. E ela aceitou "Eu quero ajudar na Pastoral" Reativou no trimestre* [C2002].

Ela é catarinense do município de São Joaquim, tendo outros dois irmãos mais novos. Ela estudou em colégios de irmãs e conta que sempre teve vontade de trabalhar com crianças. No colégio ela passou a gostar do jeito das irmãs, dos métodos e costumes. Inicialmente, participou de um curso para despertar a vocação, com o padre da paróquia local. Depois mudou-se para o convento do município de Angelina, mas como ainda era jovem, sentia falta de casa

e dos irmãos. Esse foi o seu percurso de sua formação. Depois, no município de São Martinho, foi dar aula para o terceiro ano, enquanto também fazia formação no magistério.

Mais tarde esteve por um tempo residindo em Ijuí, no Rio Grande do Sul, e foi naquele período que era criada a Pastoral da Criança. Lá C2002 começou a participar da PCr. Era um momento de euforia, um "tumulto de gente"; estava no auge. "*Eu sempre tinha aquilo* [motivação, inclinação] *de trabalhar com crianças"*. Começou em bairro pobre de Ijuí, com um projeto de forno comunitário. Duas vezes por semana acontecia um mutirão com as mães, para se fazer pão para as famílias. As mães faziam o pão e as crianças iam junto. A irmã conseguia os recursos, tais como farinha e lenha. Também se organizavam três grupos diferentes na semana para fazer e distribuir uma multimistura[25]. A quantidade que cada um recebia era medida para certificar-se que era igual para todos. Eram ocasiões em que sempre se dava orientação sobre saúde. Outras atividades também envolviam costura e produção de enxoval. A fundadora da pastoral, C2001, esteve lá por duas vezes.

De lá C2002 foi para o Maranhão, no norte do país. Lá ela fazia visitas às casas a cavalo. Eram casas muito pobres, casebres. Era um período de pouca assistência do Estado (governo Sarney e FHC), a miséria era muito grande na região. As crianças sentadas no chão comendo arroz com farinha.

Depois ela esteve em Goiás, por duas vezes: aos 22-23 anos e depois com 30-31 anos. Lá ela desempenhava mais papeis, tanto na PCr, como na Paróquia, e em escola também. Ela dava aulas para turmas de 5ª e 8ª séries. Por isso o trabalho junto à Pastoral passou a ser de caráter complementar. Isso é bem diferente, pondera C2002. Acompanha coordenadoras e líderes. Ao passo que em Ijuí era específico para a Pastoral.

De lá foi para o estado do Mato Grosso, em Nova Aurora do Sul. Lá ela se dedicava exclusivamente para a PCr. Havia uma Casa da Pastoral da Criança, trabalhando por meio de pão e cultura, como propostas. O trabalho era bem organizado e lá ela trabalhou por seis anos, podendo preparar outra coordenadora. Outra atividade era a produção de sabão, para distribuir entre as famílias. Depois que saiu de lá, mudou um pouco. C2002 analisa a diferença da forma de participação da comunidade. Neste de Mato Grosso as pessoas só queriam ganhar, enquanto nos projetos de Ijuí e em outros que trabalhou, as pessoas queriam aprender a fazer. Tinham, em Ijuí (RS), um forno construído de barro e pedra. Mas não necessariamente a mesma prática

[25] Por algum tempo se fez um trabalho voltado para a nutrição por meio de multimistura, uma mistura de farelos de arroz, de trigo, casca de ovo e mandioca. Contudo, pesquisas foram realizadas em parceria com a Universidade de Pelotas e se descobriu que a multimistura não era suficiente para combater a anemia, por isso a PCr deixou de recomendar o uso da multimistura.

vai dar certo em outra localidade. A mesma proposta foi feita na cidade de Nova Alvorada (RS), mas "não pegou" [não se manteve], segundo a irmã, devido à uma mistura de culturas, das culturas da região.

O papel de C2002 agora é capacitar e auxiliar, além de motivar líderes e coordenadoras, bastante distinto do trabalho direto com o povo, um hábito que ela não tem agora e que sente falta, pois gostava de fazer e se podia ver e atuar sobre o problema diretamente.

> *C2002: Por exemplo, como estou agora, trabalho com lideranças. Você pode avançar um pouco mais, mas elas acham que tem que andar mais devagar. Quando você está no meio do povo, você pode ajudar. A família que veio do norte, por exemplo, para morar em Nova Alvorada, consegui ajuda; se consegue encaminhar, para escola, até arrumar emprego. [C2002].*

Quando a irmã chegou em Florianópolis, por exemplo, teve uma família de Biguaçu que buscou ajudar. Eram seis filhos.

> *C2002: O pai colocava as crianças para pedir dinheiro. O Conselho Tutelar tirou* [as crianças]. *O Conselho Tutelar tentava ajudar, mas não ia até a família. Essa mãe estava grávida. Em um momento ela sumiu; não se sabia dela e se tinha ganhado o bebê; não se sabia o que deu com a barriga. Eles tinham receio da visita da Pastoral. Eu fui até lá. Ficava perto de um mangue. As voluntárias da PCr não tinham coragem de ir lá conversar com a família. Quando cheguei, o filho maior estava com eles* [as outras crianças].
> *- Não tem mais um bebezinho aí?*
> *- Tem, - respondeu o menino.*
> *- Podemos entrar para visitar?*
> *- Pode...[C2002].*

"*Na base é diferente o trabalho. Você vê! Você está lá"* – irmã destaca novamente. O **jeito de chegar** é a sabedoria. Elas vão, elas tinham o caminho de chegar. É preciso falar com jeito sobre as situações mais delicadas, para não magoar nem a família nem a criança. E como sugere o relato anterior, é preciso coragem para chegar até os lugares mais extremos, as comunidades mais carentes, até se perceber como vai ser a recepção da família. Às vezes podem encontrar pessoas violentas, ou usuários de drogas, ou ainda comunidades onde traficantes acompanham quem entra e sai; mas na experiência de C2002, quando as pessoas sabiam que quem estava lá era alguém da PCr, que vinha para ajudar as famílias, não tinham problema em fazer o trabalho na comunidade. O "jeito de chegar" também apareceu nas falas de outras voluntárias, como no caso da próxima voluntária que abordarei.

Com C2002 estive reunida muitas tardes na sede da PCr em Florianópolis, acompanhando e auxiliando a sua tarefa de prestar contas dos gastos da sua coordenação, o que é enviado para a sede nacional em Curitiba (PR). Além desses momentos, acompanhei C2002

em uma saída até Governador Celso Ramos em 2018 e, um ano após, quando ela já era a coordenadora estadual, viajei até Lages (SC) onde ocorreu o encontro estadual das coordenadoras (outubro de 2019). Foi um dia de encontro para reflexão sobre como foi o último período, avaliação e estabelecimento de objetivos para o próximo ano. Nesse dia conheci as coordenadoras de setor de várias regiões do estado, tais como de Blumenau, Rio do Sul, Chapecó, Caçador, Lages, Criciúma, Florianópolis, entre outras. Ser coordenadora estadual era algo novo para C2002.

A Figura 11 contém uma foto do encontro estadual da PCr de Santa Catarina, realizado em 23 de outubro de 2019 na cidade de Lages. Estavam presentes as coordenadoras de setor de várias regiões do Estado, bem como o padre que acompanha a região de Lages. A reunião começou às oito da manhã, com intervalos para lanche e almoço servidos no mesmo local, e se estendeu até ao final da tarde. Estávamos na sede de um convento que também tem em anexo espaço para encontros e hospedagem.

Figura 11 - Encontro estadual da organização 2, Lages (SC), outubro de 2019

Fonte: foto tirada pela autora (2019).

Algumas das coordenadoras de setor, durante o encontro estadual, comentaram que a irmã parecia estar um pouco perdida para conduzir o evento; foi um pouco difícil, percebi um pouco de insegurança, mas é admissível pois na reunião, enquanto algumas coordenadoras destacavam pontos positivos e o que deu certo, outras davam ênfase em aspectos negativos e muito particulares de um local ou situação, nem sempre contribuindo para a avaliação. A

coordenação estadual demanda um papel de liderança, é necessário ouvir as dificuldades de cada coordenadora e particularidades de cada região, precisa ajudá-las a pensar em soluções para os problemas e tudo isso sem esquecer a *"mística da pastoral",* a *"missão da pastoral"* , que consiste em uma forma de fazer que envolve fé e razão, *"vida e fé",* seguindo os exemplos de Jesus e de seus exemplos de liderança, como a fundadora. C2002 explica que se busca seguir o exemplo de Jesus, isto é, *"não deixar nenhuma ovelha para trás"*, o exemplo do bom pastor. Pelos casos das famílias que conseguiu ajudar, ela conta que a PCr consegue ir até aquela *"ovelha desgarrada"*, ou seja, àquelas famílias que o poder público não consegue atender, mas possíveis de serem ajudadas por meio das voluntárias da organização. A PCr assume uma forma de agir de *"sair em missão"*, ir até as comunidades e aos lugares mais remotos. Isso também porque um dos princípios da PCr é ajudar aos mais pobres e famílias mais necessitadas, em vulnerabilidade social.

Pouco tempo após a reunião estadual, C2002 disse que mística da PCr é o mais importante. *"Hoje a PCr tem muita coisa, mas esquece do mais importante"*. A mística da PCr é a mística cristã:

> E aconteceu como no milagre da multiplicação dos cinco pães e dois peixes. Depois de abençoados por Jesus, esses alimentos foram repartidos para cinco mil pessoas, organizadas em grupos. Quando Jesus mandou verificar se todos estavam satisfeitos, ainda sobravam vinte cestos de comida. Desta forma, cada líder capacitada multiplicava o seu saber por 10 a 20 famílias. A mística cristã era o motor que impulsionava o trabalho. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018, p. 311).

O Guia do líder da Pastoral da criança também explicita a missão da PCr, a qual em termos conceituais, é mais do que a missão formal de uma organização; é uma orientação espiritual para sua rede de voluntários:

> A missão da Pastoral da Criança é continuar o projeto de Jesus que, com sua presença transformadora, anunciava a esperança de um mundo mais humano e solidário: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10). Conforme seu Estatuto, a Pastoral da Criança tem como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento das crianças desde sua concepção e, em função delas, promover também suas famílias e comunidades. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018, p. 314).

Algo que complementa o entendimento da missão da PCr e de sua mística é como considera a espiritualidade. A forma de coordenar suas práticas e as ações realizadas por sua rede de voluntários se fundamenta na concepção de espiritualidade de agentes que agem de forma cristã.

> Espiritualidade é a forma concreta do modo como vivemos, ou seja, nosso estilo de vida. Trata-se do "estilo" e do "empenho" dos que creem e vivem o Evangelho, sempre movidos pelo Espírito. O Espírito é sempre vivificador, mas também é desorganizador, qual vento forte e fogo que arde. O Espírito é gerador de acontecimento e de realidade, por vezes, desconfortável, impulsionando-nos para lugares estranhos.
> O Espírito arde e tira tudo do lugar, desinstala (cf. At 2, 1ss). Espiritualidade é deixar-se conduzir e coordenar pelo Espírito Santo.
> Como a espiritualidade também é Palavra de Deus vivida no cotidiano, é importante a atitude de escutar. Isto está na base de nossa espiritualidade. É atitude fundante e estruturante de toda nossa vida no Espírito. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018, p. 317).

C2002 compartilha um pouco de sua vivência à frente da coordenação estadual, em um papel que lhe demanda promover mudanças, motivar as pessoas para fazerem diferente e, muitas vezes, mudanças são muito difíceis, pois é difícil mudar o jeito de fazer. As pessoas têm medo de fazer diferente. Minha percepção no encontro da estadual, em que participei das conversas e atividades, é de que buscar por um método de gestão mais focado em resultado, como estabelecer metas de alcance, focar em resultado, não é o modo que para C2002 consegue promover essa mudança. Os resultados e as mudanças vêm com a renovação da mística da PCr, por isso C2002 diz que a alma da PCr é *"manter a chama acesa*" e que recomenda que as coordenadoras cheguem para as líderes com alguma proposta (sugestões), sobre o que e como fazer. Em resumo, diz C2002, *"o trabalho é nosso, não meu."*

4.3.2.3 Voluntária C2003

C2003 é voluntária na PCr desde que se aposentou. Ela é formada em técnica de enfermagem, curso que concluiu em 1984, o que lhe propiciou trabalho na rede pública de saúde. Trabalhava no posto de saúde da Tapera, bairro de Florianópolis. Recorda que um caminhão ia distribuir alimentos para as famílias de crianças, mas só para aqueles pesados no posto. Isto gerava um trabalho volumoso no posto de saúde. Também já trabalhou na área de vigilância epidemiológica.

Quando se aposentou, por volta de quatro anos atrás, procurava por algo para se dedicar, mas até então não tinha achado aquilo que *"me batia o coração".* Ela sempre frequentou igreja, é católica, e um dia na missa, na capela Santa Rita, um padre seminarista comentou durante a homilia que era coordenador na paróquia, mas como estava indo embora teria que deixar a coordenação. Ela disse que aquilo lhe *"bateu como uma flecha"*. Na época o setor tinha 33 voluntários entre homens e mulheres. Foi o padre seminarista que lhe apresentou para C2002.

E por esta C2003 conheceu a voluntária C2005, que trabalha junto com ela, auxiliando nos trabalhos de coordenação da diocese atualmente.

Na organização, C2003, assim como todas as voluntárias, começou como líder comunitário, isto é, aquela pessoa da própria comunidade que ingressa na PCr, recebe capacitação e começa a participar das práticas da organização, que envolvem a visita domiciliar às famílias, momento da celebração da vida, e reunião para avaliação e reflexão, como costumam definir. Depois de um tempo, C2003 se torna coordenadora de ramo, e depois de setor, para então em 2019 assumir a coordenação na região de Florianópolis.

Quando jovem, C2003 participava de grupo de jovens da Igreja Católica. As pessoas que conheceu desde aquela época, ela foi convidando gradativamente para ser voluntário na PCr; "vou resgatando"; e "um vai buscando o outro", convidando. Hoje, o coordenador na comunidade da Prainha é um de seus amigos do grupo de jovens.

Na tarde de maio deste ano, quando conversei com ela e duas voluntárias, elas contaram que para C2003 aceitar a responsabilidade de assumir a coordenação de Florianópolis, ela conversou com elas, pois precisaria de ajuda. Elas contam que C2003 disse: *"eu só assumo se tu for junto"*. Assim, na coordenação ela conta com a ajuda de C2005, para a prestação de contas e uma voluntária que iniciou em 2020 para tarefas administrativas. Entre 2018 e 2019 a coordenação do estado estava com outra voluntária, mas que precisou sair e retornar para Pernambuco, sua terra natal, então a vaga surgiu para C2003.

C2003 comentou sobre a perspectiva do aposentado, e que nesse sentido revela uma importância duplamente relevante da PCr, *"boa para quem recebe e para quem faz"*. A pessoa que se aposenta, diz ela, e nisso mostra sua própria reflexão e experiência, se depara com aquele momento: *"e agora, vou fazer o que?"* Foi algo que vivenciou pessoalmente.

De seu trabalho na coordenação, ela destaca o que procura fazer para motivar as voluntárias, pequenas ações que fazem diferença no trabalho de uma coordenadora: comemorar aniversários, presentear com lembrancinhas, comemorar o fim de ano e celebrações importantes. "*São coisas importantes, para segurar, motivar a equipe*." C2003 tem uma habilidade de liderança no trabalho como coordenadora, e conta que um pouco de sua forma de ser ela aprendeu ao ser voluntária na organização. Reflete que antes tinha uma atitude mais individualista, de fazer sozinha, mas que tem aprendido a fazer diferente. Ela refletiu, nesse momento, percebendo que antes de assumir na PCr era mais individualista; agora aprendeu a confiar e a delegar na PCr, características relacionadas ao papel de liderança.

"Hoje consigo e gosto de delegar, confio nas pessoas. Procuro dar seu espaço, deixar a pessoa ser como é." Esse é um hábito que procura exercitar; é algo que já faz, mas para o

qual ainda está se habituando. Em alguns momentos, como ela mesma relata, ela preferiu centralizar a tarefa e tomar a iniciativa, sendo impaciente com o tempo de cada um. Enfim, é um hábito que está em desenvolvimento, ainda se consolidando. Dar o tempo necessário ao ritmo de cada um é algo importante na tarefa de voluntárias que assumem coordenações da PCr. Elas passam a gerenciar equipes, e equipes de voluntários que buscam contribuir para ajudar as famílias.

A sabedoria necessária para gerir equipes de voluntários demanda uma forma de trabalhar que propicie o desenvolvimento, a autonomia e a motivação dos voluntários. É preciso saber dosar a forma de acompanhar e monitorar o trabalho, dando suporte, mas sem exagerar no controle e pressão, do contrário desmotiva o trabalho voluntário. Também demanda de sabedoria emocional e temperança, para compreender os conflitos que resultam de "brigas de ego" e os problemas que decorrem de uma comunicação inapropriada. Comunicação é algo muito importante também. É necessário também delegar, ensinar a fazer, permitir a aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas; os voluntários percebem se estão tendo liberdade para agir ou estão apenas sendo cobrados. Reconhecer o esforço também é importante, e deve ser feito de modo justo, com algum critério, do contrário os voluntários percebem diferenciação na forma de tratamento, achando injusta a coordenação.

Na posição de coordenadores, por exemplo, os voluntários podem expressar estilos diferentes de trabalhar. C2003 conta do caso de uma coordenadora de paróquia que tem uma postura mais distante da equipe, que se isola (a coordenadora é assim, é do seu estilo). Ela assumiu tal coordenação no lugar antes ocupado por C2003, a qual está descrevendo esse problema ocorrido quando se faz uma mudança na coordenação: "os líderes estão dando um gelo" na nova coordenadora. Segundo C2003 ela disse: "não estou conseguindo acesso". Uma coordenação na PCr deve durar três anos, podendo ser renovado por mais três, no máximo. Ser coordenadora, segundo C2003, demanda entender o contexto, as circunstâncias, saber até onde pode ir a partir dos meios que dispõem, buscando sempre ajudar e motivar. E a coordenadora da diocese precisa entender o que está acontecendo/perceber as situações e o que está em jogo. E ainda, detalha C2003, "*agir conforme a diocese."* De momento não entendi o que ela quis dizer com isso, mas suponho que seja seguir as orientações da coordenadora da diocese da qual determinado ramo está vinculado.

Em outro momento de campo, em que fizemos as entrevistas aos voluntários, pude compreender melhor que a questão de coordenação relatado anteriormente se deve a um problema decisório ocorrido entre coordenadora do ramo e da diocese (C2003) durante a realização de uma bazar que foi organizado em 2020, em que a coordenadora da diocese teve a

iniciativa de organizar, convidando voluntários de seu antigo ramo, o qual hoje é coordenado pela voluntária citada acima. Na ocasião, enquanto a primeira sugeriu a realização, em dia em que se iniciava a necessidade de isolamento social em virtude da pandemia, a coordenadora do ramo informou do cancelamento do bazar para as voluntárias, um problema de comunicação ocorrido pelo *whatsapp*. Assim algumas participaram do bazar e outras não, mas a situação prejudicou o relacionamento entre ambas, algo que as demais também perceberam.

Acompanhei C2003 pelo bairro em que reside, para entrevistar voluntárias. Ao longo da tarde ela marcou com a coordenadora do ramo e com as voluntárias uma reunião para o dia seguinte, para tratar do impasse na situação. Não participei da reunião que fizeram, mas o resultado, segundo o que contou C2003, foi que a coordenadora acabou saindo da coordenação e algumas voluntárias foram perdidas, ou seja, saíram da organização.

Durante a visita à primeira voluntária, C2003 percebeu que a senhora voluntária estava com uma ferida na perna e, prontamente recomendou que fosse no posto de saúde, já contatando alguém pelo celular. C2003 disse que gosta de ser independente, não depender dos outros. Notei que ela e os quatro voluntários que conheci aquela tarde são pessoas muito envolvidas com o trabalho e ajuda comunitária, assumindo outros papeis também.

C2003 tem bastante disposição, é bastante comunicativa. Reside no mesmo bairro há mais de 35 anos. Conhece muitos moradores e líderes comunitários e acompanhou o crescimento do bairro. É casada, tem dois filhos (adultos) e netos. Na PCr ela participa há pouco mais de quatro anos, aceitando novas responsabilidades nesse período. Por outro lado, ocorreu esse problema entre ela e a coordenadora que assumiu a comunidade em seu lugar, algo que ela vai precisar aprender a conduzir, porque agora ela é coordenadora de uma diocese, na qual se vinculam vários ramos, e para o apoio a quem assumir o seu ramo anterior, ela precisa conseguir distinguir entre a sua responsabilidade e a responsabilidade do responsável pelo ramo, porque aparentemente ela continua protegendo e interagindo com as voluntárias de seu bairro. Saber delegar vai demandar que ela aceite que outra pessoa vai ser responsável pelo ramo de seu bairro. Não deixa de ser um problema de gestão de equipes, em que é preciso lidar com *"briga de egos"* e ruídos na comunicação.

C2003 conta de uma visita domiciliar em que precisou ter muito jeito para ajudar. Ela foi visitar uma família carente, em que a gestante e sua família tinham plantado ao lado da casa um pé de maconha, o que ela notou quando chegou até na casa. Ela fez o contato como sempre faz; observa a casa e se há algo diferente que lhe chama atenção, para orientar a família. Procura ver se há alguma horta com temperos, ou pés de fruta ou de legumes e verduras. Mas nesse caso, ela se deparou com uma planta diferente, que ela suspeitou que fosse, mas não disse nada.

Ela sugeriu à gestante plantar temperinhos e coisas que poderiam ser saudáveis para os filhos, sem julgar ou criticar sobre a outra planta que havia ali. Para a família realmente aceitar a orientação da PCr e confiar na voluntária ela não pode assumir uma postura julgadora numa situação como essa, senão eles não lhe abrem mais as portas de casa. **Não julgar e orientar,** dizendo como poderia ser melhor, é a maneira pela qual C2003 procura ajudar. *"Tem que saber contornar, se fazer de boba. Na segunda visita o pé de maconha não estava mais lá. Aquela mãe tomou consciência. A criança não vai mais crescer com aquele pé de maconha. É uma coisa pequena que se torna grande" [C2003].*

4.3.2.4 Voluntário C2004

Na tarde em que saí com a coordenadora C2003 para conhecer voluntários de seu bairro, visitamos quatro deles, dos quais apresento C2004 e, a seguir, C2006. A voluntária C2005 tive a oportunidade de entrevistar em outras duas oportunidades, no escritório-sede da coordenação estadual. Enquanto conversávamos na casa da primeira voluntária, C2003 contatava C2004 ao telefone e perguntava se poderia vir até nós. Ele veio. Chegou, o cumprimentamos de pé na porta da casa da anfitriã e nos sentamos nos bancos e cadeiras do lado de fora, sob a sombra de um pé de acerola. Conversamos algumas coisas triviais e depois, quando pedido por C2003, expliquei para ele sobre a pesquisa, seus objetivos, e como será feita.

O senhor C2004 começou explicando sobre *"a pessoa, o ser humano que eu preciso ajudar"*. Disse que o que vai falar é a perspectiva dele enquanto voluntário, se colocando em terceira pessoa "*este voluntário"*, é na perspectiva dele, mas pode ser diferente para outros. Explica isso e em seguida diz, que o que explica a pergunta posta:

> *C2004: é a fé que a gente tem dentro de si, de ajudar o outro. De acordo com toda a mãe natureza e o pai Deus. O que me move é a fé. Não quero direcionar para a religião. Não sou religioso. Sou beneficiado, na medida que ajudo os outros [C2004].*

Com a ajuda das demais presentes (duas voluntárias), ele conta que mantém apoio em sua casa, há muito anos, a crianças e jovens, um grupo grande, cerca de 26 meninas, além de meninos, também são muitos, mas não apurei esse número. C2004 diz que eles são seus netos adotivos. E ele um avô adotivo.

C2004 é natural de Porto Alegre. Tem cinco filhos, 10 netos e dois bisnetos. Tem 72 anos e é separado judicialmente. Em sua família são em cinco irmãos, sendo apenas uma mulher. Trabalhou por muitos anos como representante comercial, na época que tinha

residência no estado do Rio Grande do Sul, atividade desenvolvida até 1989. Viajava por todo o Brasil, onde conheceu muita gente, muita coisa, conhecendo sobre as diferenças culturais existentes no país. C2003 descreveu esse voluntário anteriormente como uma pessoa muito ativa, sempre pronto para ajudar e que faz muitas coisas.

Ele contou de alguns projetos que já desenvolveu. Na escola local, ele desenvolveu um projeto intergeracional, em parceria com o Sesc e com o Centro Dia, de São José. Tinha como objetivo incentivar a interação entre crianças e idosos. Foi um projeto que trouxe uma aprendizagem que hoje está ajudando nessa condição da pandemia, com relação à importância da convivência. Ele comenta da necessidade de mais jovens ingressarem no serviço voluntário e de algumas dificuldades que enfrentam.

Uma delas diz respeito ao comportamento das pessoas beneficiadas, que recebem algum tipo de ajuda. Como na comunidade eles já são conhecidos pelo que fazem, muitas pessoas recorrem a eles para pedir ajuda dos mais variados tipos, mas há casos em que as pessoas não valorizam a ajuda ou se aproveitam da situação. Foi falada a frase "fazer o bem sem olhar a quem", porém C2004 corrige a frase: *"é fazer o bem, mas a gente olha a quem, para não te fazerem de bobo"* [pode ser que alguém tenha uma conduta oportunista, para ele ter falado assim, pois ajudam várias pessoas da comunidade, segundo relatos]. A voluntária que nos recebia, a qual estava sentada ao meu lado, diz ficar brava quando alguém abusa [da sua boa vontade]. Até ligam pedindo dinheiro.

Outra situação que relatou é que os voluntários muitas vezes são julgados, por quem não participa, mas percebe o trabalho. Comenta que "*às vezes a pessoa é vista como interesseira* [o voluntário é julgado] *suspeitam de que seja por algum interesse. Quem julga fica só observando."* [não participa]. Comentou que ele particularmente não tem interesse político ou algo do gênero, mas acaba sendo julgado assim pela visibilidade que o voluntário tem na comunidade. *"A gente se expõe",* corre risco pessoal.

Além de voluntário na PCr, C2004 assume alguns papeis na comunidade. Até 2021 ele será coordenador do conselho local de saúde. O conselho é formado por usuários, médicos, enfermeiras. Ele costuma ajudar as pessoas, como levando ao posto de saúde. *"Deus está me dando tanto, carro, saúde, posso ajudar!"* [demonstra ser grato]. Diz sentir gratidão. As necessidades do bairro nem sempre são possíveis de atender, ainda mais pelos serviços públicos, por isso a ajuda voluntária da própria comunidade é relevante. Também coordena grupo de idosos, vinculado ao Conselho Comunitário do bairro, o que pretendia fazer até o final da pandemia.

Atualmente estão mais envolvidos na produção de máscaras, no grupo de idosos e outro senhor deve ficar no lugar como coordenador. Ele é ativo em manter a coordenação do grupo e diz estar pensando na próxima ação: *"preciso criar atividades para eles"*, pois justamente estão mantendo o distanciamento social.

Sobre a questão entre a coordenadora local e C2003, o voluntário diz que estava sabendo, porque a pessoa falou com ele. C2003 começa a conversar sobre a questão, dizendo do problema, que *"deu um enrosco. Está muito disse que me disse"* [som de chiado, para dizer de ruído na comunicação]. C2003 diz que tem que "zerar" esse disse que me disse. O voluntário disse que vai conversar com ela.

Mais tarde, C2003 pede para que C2004 insista com a coordenadora local para marcar conversa com ela. Na minha percepção, foi uma saia justa para ele, mas ele assumiu uma postura tranquila e sem assumir lados na discussão.

C2004 depois de um breve lanche veio se sentar mais próximo de mim. Comentou sobre quando tem contato com as mães gestantes, geralmente durante a prática de Celebração da Vida. Ele disse que procura conversar com gestantes e explicar sobre o momento que estão vivendo e para onde [a vida, a gestação, a trajetória] vai evoluir, isto é, que no futuro "vai ser seu filho, quem vai te cuidar no futuro". Ele procura orientar as gestantes, ao seu modo, explicando da mudança de vida que vem com o nascimento de um filho.

Bem em frente à casa de C2004 fica um terreno que foi cedido para que se construa uma sede para os trabalhos das voluntárias naquela região. C2003 e C2004 conversavam em frente ao terreno (estivemos lá) e como planejam fazer a primeira parte da obra, com o dinheiro que já foi arrecadado com o bazar e um café colonial que foi organizado há poucos meses. C2003 comentou no trajeto que quer estar à frente dessa construção da sede, algo que revela sua conexão e atuação no bairro. No entanto, agora ela é coordenadora de diocese e precisa ponderar suas prioridades, pois as coordenadoras de outros ramos podem saber de sua dedicação para o ramo de origem e questionar sua atuação.

C2003, nesta ocasião, comentou do bom resultado obtido com a realização do café colonial que organizaram. Foi a base de mutirão, cada um providenciou e trouxe um prato de comida para doação, além de sucos e outras bebidas não alcoólicas. Muitas pessoas participaram, a arrecadação foi excelente e ainda sobraram alimentos no final. Foi um esforço coletivo das voluntárias locais.

4.3.2.5 Voluntária C2005

Conheci C2005 em novembro de 2019. Foi no dia 01 de novembro, data em que fui até o escritório da PCr, para falar com E2002, dias após a reunião estadual, para saber um pouco de sua percepção. Por sorte conheci nesse dia os voluntários C2005 e C2007. Ela já realizou visitas na comunidade do Saco dos Limões em Florianópolis. Tem ajudado na coordenação da Diocese de Florianópolis na parte de prestação de contas, pois é técnica em contabilidade. Sobre C2007 tratarei na seção 4.3.2.7.

A mãe era o seu exemplo. Era de uma família de cinco irmãos. O pai era motorista de caminhão e, devido ao caminhão que havia comprado, a família passou longos anos pagando o caminhão, algo que marcou muito a vida da família. "Sempre pagando o caminhão". Ela se emociona nesse momento, correm lágrimas, porque se lembra da irmã, que morreu em um acidente. Então ela conta a história da irmã. Sua mãe perdeu uma filha de 15 anos de idade. Em virtude de a família ter que pagar o financiamento do caminhão, eles nunca puderam viajar até à praia. Quando enfim conseguiram viajar até a praia, a família no caminhão, aconteceu um acidente no caminho de volta. A porta do caminhão se abriu repentinamente após um solavanco, e sua irmã caiu do caminhão e acabou falecendo. Com isso, a mãe de C2005 ficou fora do ar por uns 6 meses. Naquele ano nem Natal a família fez. Já faz muitos anos, mas é uma vivência muito forte para a voluntária. Hoje, em sua vida, vê a história meio que se repetindo. Uma luta muito grande para comprar a casa própria. Ela tem uma filha adotiva, mas diz que a história se repete, porque ela pouco passeia, viaja, come fora – tudo para guardar para comprar a casa própria. Ela afirma: "não consigo ver tristeza na morte" A vida tem coisas boas e ruins. Mas é um conflito. "Deus é vida...obrigada por tudo, mas a morte é libertadora.", terminando sua narrativa com um sentimento contraditório.

Sobre o papel da organização e das voluntárias, C2005 considera que o Estado não comporta fazer tudo. *"Podemos nos dedicar a nossa comunidade"*. Buscar encantar as pessoas, apesar das limitações: "tenho as minhas limitações, mas faço o meu melhor". E acrescenta que "*Deus me deu a oportunidade; o discernimento de ver e fazer",* e com isso nossa condição existencial diante das necessidades dos outros, nos coloca a responsabilidade de fazer algo. *"A criança e a gestante é minha responsabilidade de cuidar."*

A voluntária C2002 tem outras experiências em atividades voluntárias, algumas vinculadas à Igreja Católica: no Movimento de irmãos, participou por 10 anos; na PCr já está há 9 anos, aproximadamente. Ela também é voluntária na Diretoria de bem-estar Animal (DIBEA) de Florianópolis.

C2005 conta de um caso emblemático, de uma família que tentou ajudar. Era de uma gestante, uma mulher bonita, que tinha seis filhos, mas que vivia correndo do Conselho Tutelar,

mudando-se muitas vezes em virtude disso. Conta que foi um esforço conseguir ajudar a família a vacinar todas as crianças. Os agentes comunitários ajudavam nesse sentido, mas o trabalho deles nas comunidades reduziu bastante, especialmente na gestão de Florianópolis. Comenta também que atualmente o Conselho Tutelar está atuando no mais grave, como em casos de violência sexual.

Juntos, C2002, C2005 e C2007 discutem que, há 30 anos, quando começou a PCr, o problema era a desnutrição, agora acrescentaram-se novas demandas. Na PCr nós temos a dificuldade da mudança. Uma coisa que agonia C2005 é a postura de alguns*: "ah, isso não dá certo..." "ah, já fiz isso"*. Além disso, algo que não combina com a PCr é uma imagem negativa, como a vivência que teve no movimento a respeito da Aids. *"Imagens negativas não ajudam. A nossa expectativa é de vida, não de morte. Ver o que deu certo e o que se pode potencializar Perspectiva de vida, não de morte."*

4.3.2.6 Voluntária C2006

A voluntária C2006 possui 30 anos de experiência com a PCr. Começou no Rio Grande do Sul, onde nasceu e viveu parte de sua vida. Depois sua família se muda para Florianópolis, e aqui ela dá continuidade ao trabalho voluntário, no bairro do Campeche.

A coordenadora de setor C2003, já havia comentado que *"a gaúcha 'move mundos', se doa, trabalha muito e está sozinha na comunidade de Areias"*. Participa na comunidade da Igreja Sagrados Corações.

C2006 conta que o pai ajudava muito as pessoas. Sua casa estava sempre cheia de padres e freiras. Aos 12 ou 13 anos foi para convento, onde permaneceu até os seus 17 anos. Contados desde sua ida para o convento, ficou 12 anos sem ver os irmãos, devido a uma decisão extrema de sua mãe. Sua família era rica. Contou brevemente que, após o falecimento do pai, sua mãe foi enganada e acabou perdendo o que tinham. *"Passaram a mãe para trás"*. Sem ter o que comer, sua mãe doou três irmãos de C2006. Lembra que seu pai, costumava comprar produtos da Argentina, mas depois que ficaram pobre, não tinham nada mais.

Aos 17 anos não queria mais o convento, onde tinha estudado até latim. Foi para Lageado, onde lecionava para alunos de turmas até os quartos anos, o que durou somente um ano. Depois mudou-se para Porto Alegre, período em que trabalhava para uma fábrica de cristais e louças. Essa experiência lhe rendeu um bom resultado econômico, permitindo-lhe presentear a família. Os frutos desse trabalho em vendas lhe proporcionaram as condições para reagrupar os irmãos. Em Porto Alegre moraram em uma *"casa de madeira de seis por cinco*

metros, no morro". Mas ela foi crescendo, com vendas. Tinha uma carteira com 200 clientes, em um segmento de produtos de luxo. Ela conta que negociava bem, inventava condições para os clientes, interessantes também para a empresa. Conseguia assim ajudar a empresa a vender grande quantidade de produtos ou a começar a vender produtos novos para clientes.

Optou por se casar somente aos 30 anos, por causa dos irmãos que ajudava. C2006 tem três filhos e é avó, estando hoje com 80 anos de idade. Mas ela não aparenta. É uma mulher muito ativa e muito motivada para o voluntariado. Além da PCr, coordena outra iniciativa de ação social da Igreja. Na PCr ela foi pioneira em Porto Alegre, há 30 anos atrás, atuando junto com freis capuchinhos. E depois que mudou para Florianópolis, desenvolveu um trabalho nas comunidades da ilha. *"A Pastoral é a minha vida",* diz ela. O motivo da mudança foi a transferência profissional do marido; era da segurança do estado, formado em direito, agora aposentado. Conta com satisfação que seus três filhos têm formação superior. Moram com ela em sua residência a filha, genro e netos. Eles estão preocupados que ela pegue o Covid-19 porque ela não para em casa.

Coordena três ramos juntamente com outra coordenadora: (1) coordenadora da Capela Sagrados Corações; (2) Pedregal e (3) São Lucas. C2006 fala que há muitos caminhos para ajudar. Mas "tem gente que quer ajudar e não sabe como." C2003 conta que ela teve uma ideia criativa para arrecadar alimentos. Como receberam mudas de plantas em uma doação, fez um trabalho na porta de um mercado para arrecadação de alimentos. As pessoas que doavam alimentos ganhavam uma muda de planta.

Conversávamos C2003, C2006 e eu. A primeira lembrou do caso em que a voluntária foi sequestrada em Porto Alegre e orientou para que ela tomasse cuidado quando faz as visitas domiciliares, na hora de entrar na residência. C2003: "*cuidado, vai na casa. Mas se a porta não está aberta, CHAMA! Bate na porta, não vai entrando!"* [...] C2006: *"Eu – corajosa, destemida? Sim!"*. C2006 reconhece que é corajosa, talvez expondo-se a alguns riscos em certos momentos. A filha e o genro contaram que ela é do grupo de risco, em relação ao covid-19, mas que não deixa de trabalhar, arriscando-se mais do que devia, em certos momentos.

A coordenadora do setor aconselha ela não se arriscar, mas é uma característica própria da voluntária adentrar na comunidade. Ela diz que lembra do rosto das crianças quando ela chega na comunidade, vestida com a camisa da PCr e elas nos reconhecem e ficam apontando, felizes porque sabem que vão receber algo. Um senhor disse recentemente para ela: *"Nunca ninguém vem ajudar aqui"*.

Quando perguntada sobre o que precisa fazer para ser voluntária da PCr ela disse: *"amar o próximo, meter a cara, colocar do seu próprio bolso"*. Ela realmente vive o voluntariado 24

horas. Ela ganhou uma medalha da Câmara de Vereadores de Florianópolis, uma honraria. Nos recebeu em sua casa e preparou um café completo. Saímos de lá já havia anoitecido.

4.3.2.7 Voluntário C2007

No encontro estadual de 2019, C2002 comentou da vinda de um jovem do Amazonas, que vai trabalhar a captação de recurso pela adesão à autorização por débito na fatura da Celesc, companhia de energia elétrica do estado. O trabalho que C2007 vai desenvolver será direto com as coordenadoras, com as despesas de custo e hospedagem pagas pela diocesana (coordenação do setor). Ele estará na região de Florianópolis.

Tivemos oportunidade de conversar no início de novembro de 2019. C2007 atua em várias localidades do país com o objetivo mobilizar recursos, por meio da adesão local de doadores via débito na conta de energia elétrica, parceria que a PCr tem mantido com as empresas de energia elétrica de vários estados brasileiros. Ele vem do Amazonas com o propósito de aumentar a adesão local a esse tipo de doação de recursos para a PCr.

Participar na PCr lhe dá uma sensação de orgulho, revela C2007, contribui para dar sentido à vida, pois *"a vida te leva a ajudar"*. *"Benção, fé, Deus agindo dentro da fé que a gente tem."* Ele diz que a PCr atua a partir da perspectiva de serviço, de se estar disposto para o próximo.

Sobre sua trajetória, ele disse que vem da Pastoral da Juventude. Fez um curso de escutatória, que o ajuda a conduzir rodas de conversa e de escuta. Ele diz que considera como guia em suas práticas o seguinte lema: *"antes de encantar, escutar."*

Quando C2007 foi contatar uma comunidade, em que outros voluntários já tinham passado oferecendo a adesão à doação pela conta de luz, mas que não tiveram êxito, o trabalho já estava feito. Lembrando das comunidades em que atua C2007 diz que as senhoras são inquietas. Essa persistência elas trazem na vida. [ideia de ser algo contínuo, que se mantém]. *"A gente é movido por desafios."* [motivação]. "Tenho um compromisso muito maior que o [compromisso] institucional", aquele formalizado dentro da organização PCr. C2007 disse que trabalhou por um longo período para firmar a parceria com a Celesc de autorização de débito em conta para contribuições para a PCr, o que se concretizou após cinco tentativas. Ele explica que esse contrato é importante porque beneficia o Estado de Santa Catarina, pois o recurso doado pelos catarinenses vai direto para a coordenação da região em que reside o doador.

Ele conta a história de uma mãe e filha acompanhadas pela Pastoral. Era uma mãe que ficou muito agradecida com a ajuda que recebeu. Quando a filha tinha oito anos, ela queria

ganhar um presente de dia da criança. Sua mãe, depois de conseguir comprar um presente, entregou-o para a voluntária da PCr que conhecia, para fazer uma surpresa para a filha. No dia da criança então, a menina recebeu o presente da voluntária da PCr, ficando muito feliz e surpresa por ter ganho o presente da voluntária. C2007 afirma que aquela criança sabe muito bem o que recebe, e é algo bem maior do que o presente. Acredito que ganha a possibilidade de acreditar que outra pessoa pode de livre vontade lhe ajudar, ou lhe presentear (acredito que tenha a ver com a esperança, por saber que alguém se importa). A mãe ajuda e dá o presente para a coordenadora para ser entregue para a filha. Para ela ver que o presente vem pela Pastoral.

Por que a PCr é importante? Segundo C2007, ao atuar na PCr pode-se aprender a **conviver com o diferente**. No início ele atuava somente no Pará e para começar a sair para outras regiões ele foi um pouco resistente. Apesar disso, ele foi e teve mais convivência comunitária. Assim se descobrem ideias, se esclarecem estereótipos, como o que ele tinha a respeito do Sul do Brasil (de ricos). Com o Rio de Janeiro também. Quando ele foi para RJ, encontrou comunidades todas cobertas por câmeras instaladas pelo crime organizado. Ele lembra de uma experiência de vida marcante com a senhora do Rio de Janeiro, que lhe acolheu e lhe deu atenção; alguém que sabia OUVIR. Outra vivência marcante foi com um motorista do UBER, pessoa do bem, que o levou muito além do que ele havia pagado ao motorista. Outra história que conta, de pessoas que lhe ajudaram em várias situações, foi a mulher que lhe ajudou com o ônibus que havia perdido: “Anjos, nós somos as ferramentas de Deus”, afirma C2007.

4.3.3 *Asociación Navarra de Defensa de la Vida* (ANDEVI)

> *Miranda animó a la juventud a que se forme, a que viva la vida y que extienda esa cultura en sus ambientes, con el fin de que la vida sea respetada en toda su plenitud, en todas sus circunstancias (ANDEVI, boletim março-abril 2017).*

A *Asociación Navarra de Defensa de la Vida* (ANDEVI) é uma organização pró-vida localizada na cidade de Pamplona, Navarra, Espanha. Ela foi fundada em 1977, a partir da iniciativa de seu fundador e presidente, o médico pediatra e professor José Miranda. A organização sem fins lucrativos, composta de voluntários de várias idades e áreas profissionais, está completando 43 anos de trabalho voluntário em defesa da vida em 2020, *“desde a concepção até a morte por causas naturais”*. Em julho deste mesmo ano, seu fundador José Miranda, faleceu aos 91 anos, alguém que muito contribuiu para o conhecimento da *“cultura de la vida”.*

A entidade é descrita como uma associação civil de voluntariado, sem fins lucrativos, cuja missão fundamental é a defesa da vida, desde a concepção até sua extinção por causas naturais. Com isso estabelecido, se coloca contra as práticas e políticas de aborto e eutanásia. Ela atua na Comunidade foral de Navarra, embora que mais especificamente em Pamplona e comarca.

Para seus voluntários, a missão da organização significa conhecer, viver e difundir a cultura da vida. Ela se reflete em práticas e iniciativas para defender a vida ao ajudar mulheres grávidas e seus filhos: "*para que, cada año, muchas madres se sientan cuidadas y que se atienda a sus hijos, esa es nuestra misión"*, explica o fundador, C3001. Ele recorda a frase do Papa *San Juan Pablo II*: "*Si queremos la paz, defendamos la vida".*

Os objetivos da organização são defender a vida desde sua concepção até seu fim natural e formar na cultura da vida, para vivê-la e difundi-la. Mais detalhadamente, isso prevê: (1) promover a fidelidade e responsabilidade do membro Andevi para viver e difundir a Cultura da Vida no seu ambiente; (2) ensinar o programa de formação aos jovens da iniciativa Rioarriba; e (3) divulgar as atividades da organização e promover a criação de novos membros. Seu fundador deixa como orientação um olhar para o futuro com a ilusão de conhecer, viver e difundir a cultura da vida por meio de iniciativas.

Em seu agradecimento na festa de natal de 2018, realizada todos os anos, o Dr. José Miranda destacou os diversos voluntários que contribuem de diferentes maneiras para a organização:

> *Gostaria de agradecer a todos os membros do conselho de administração, a todos os sócios, aos membros de Andevi Mayores, Andevi Profesionales e Rioarriba, pela estreita e constante colaboração com Andevi que tornou possível que dezenas de crianças nascessem e vivessem sãs e salvas graças à vossa ajuda. E gostaria também de lhes pedir que continuem a colaborar, ainda mais se puder, com esta causa humanitária. Muito obrigado! (ANDEVI, boletín deciembre-enero, 2018, p. 2, tradução nossa).*

A organização é uma das primeiras associações pró-vida surgidas na Espanha. A presidente da *Federación Española de Asociaciones Provida (FEAP),* em sua visita à Andevi em 2019, orientou aos jovens voluntários: "*Tenéis el privilegio de ser de las primeras asociaciones provida de España y debemos ser agradecidos a nuestras raíces. Los jóvenes tenéis que recoger el testigo"* (Alicia Torre, citada por ANDEVI, Diciembre-Enero 2019).

A Figura 12 ilustra uma das reuniões ocorridas no período final do ano, ocasião em que presidentes, membros e voluntários compartilhavam das informações sobre o transcorrido durante o ano.

Figura 12 - Junta administrativa em reunião entre Andevi e Rioarriba

La Junta Directiva de Andevi y Rioarriba presentan los resultados de 2017 y nuevos proyecfos para 2018

Fonte: Boletín Andevi, 414-415, Deciembre-Enero 2018, p. 1.

A organização mantém um sítio eletrônico (www.andevi.org) em que publica notícias, eventos, temas de interesse e conteúdo relacionado à defesa da vida. Também publica periodicamente um boletim bimestral eletrônico, em que consolida informações sobre eventos e questões nacionais e internacionais relacionadas à questão do aborto, defesa da vida, gestação, eventos, entre outros conteúdos relevantes para o trabalho que desenvolvem. Também oferece uma linha telefônica para contatos, chamada *Teléfono de Atención a la Mujer*, voltado para mulheres grávidas e mães com filhos de até três anos, e em seu endereço físico, mantém consultório médico com atendimentos básicos à saúde. Gestantes podem ser atendidas de forma altruística por médicos voluntários provenientes das áreas de obstetrícia e ginecologia, ecografia, medicina interna, psiquiatria e psicologia, puericultura e laboratório.

A Andevi conta com uma funcionária contratada, a própria C3002 que me recebeu, com o cargo de coordenadora, e 13 voluntários, entre homens e mulheres, especializados em diferentes áreas. São médicos, psicólogos e outros especialistas. São voluntários com formação acadêmica e experiência prática em sua área, o que contribui para a organização e para o atendimento e ajuda prestados. C3002 explica que a organização assume uma abordagem *"pluriconfessional e pluripolítica"* [C3002], atendendo a todos sem distinção. E cada voluntário tem a sua própria crença e fé, que neste caso a maioria é católica. Por outro lado, organizações opostas às suas práticas e favoráveis ao aborto, acabam por tocar no aspecto religioso para criticar sua conduta. C3002 conta que se sentem julgados, muitas vezes, e a preferência religiosa se torna um argumento de seus oponentes. O que os voluntários têm em comum, *"o que nos une é a defesa da vida",* comenta C3002.

Concretamente, todos tem formação superior, entre eles boa parte se formou na Universidade de Navarra. Mas um aspecto importante e frisado algumas vezes é que o fundador

participava da Obra (Opus Dei), assim como outras entidades e grupos em atividade na cidade que são compostas por amigos ou participantes (numerários) do Opus Dei[26].

As principais atividades da organização giram em torno de três áreas: centro de ajuda a mulher, ANDEVI *maiores e* ANDEVI jovens. Na sede da organização são oferecidos os serviços de ajuda e atendimento a mulheres. Há uma sala e escritório para reuniões no primeiro andar e, no segundo, é mantido o espaço clínico para atendimentos médico, psicológico e puerperal às gestantes e filhos. Há também uma sala com donativos, roupas, equipamento e suprimentos básicos que um bebê precisa. "*A ajuda não é pontual. Cada caso é acompanhado, avaliando as necessidades da mãe e de seus filhos, e a entrega de itens é repetido a cada dois meses, até que as crianças tenham três anos de idade ou até que a situação econômica da família se estabilize"* [C3002] (tradução nossa). Sobre as gestantes, uma questão é que a iniciativa é delas para procurar a organização, ou elas recebem uma indicação ou convite por voluntários. Então não necessariamente as gestantes que estão em dúvida ou mesmo pensando em abortar serão abordadas pela organização, podendo optar por buscar o serviço para o procedimento de curetagem diretamente. C3002 conta que pessoas do serviço social do município tendem a indicar a organização por seu auxílio material à gestante, para conseguir roupas, fraldas, berço e alimentos para o bebê; não costumam orientar para aconselhamento ou para usufruir dos atendimentos médicos e psicológicos. A organização mantém uma ação receptiva às gestantes, conforme a procuram, e não uma ação pró-ativa de fazer visitas às gestantes.

A área "ANDEVI *mayores"* se dedica a atender a pessoas da terceira idade ou que estejam na etapa final de sua vida. Os profissionais aposentados oferecem um serviço de acompanhamento para aliviar a carga de trabalho dos parentes dos idosos ou doentes. Esse trabalho se baseia na premissa de ajudar a proteger a vida desde seu início até seu fim por causas naturais. As práticas da Andevi são resumidas no Quadro 27.

Quadro 27 - Principais práticas da organização 3

Objetivo ou alcance das práticas	Descrição das práticas
Para a comunidade	• Carrera solidária: corrida solidária para crianças, para arrecadar donativos que serão doados para futuros bebês e mães necessitadas. • Congressos e oficinas sobre a cultura da vida, aborto e saúde.

[26] O Opus Dei é uma prelazia pessoal formada por leigos e sacerdotes que tem por missão a difusão da mensagem e da vida cristã, por meio de uma tarefa de cooperação apostólica e pastoral internacional. Foi fundada na Espanha no ano de 1928, por São Josemaria Escrivá. Os fiéis leigos que participam do Opus Dei continuam sendo fiéis das dioceses onde residem.

	• Informar: produção bimestral do Boletim eletrônico Andevi: jornal com informações sobre eventos e fatos, bem como conteúdo de áreas afins (medicina, política e legislação, contexto internacional). • Oficinas formativas para jovens em idade escolar em escolas parceiras.
Para as gestantes e famílias	• Centro de ajuda a mulher: atendimento médico e psicológico gratuito • Manutenção de linha telefônica para contato e orientação. • Ajuda com doações de artigos voltados para cuidados com o bebê: fraldas, roupas, entre outros.
Para pessoas idosas	• Andevi mayores1: apoio no acompanhamento de pessoas idosas para auxiliar parentes responsáveis pelo cuidado.
Para jovens	• Associação de Jovens RioArriba, voltada para fomar jovens e possíveis voluntários na defesa da vida • Conhecer, formar e difundir a cultura da vida • Participação anual no evento Solidarium, realizado na Universidade de Navarra
Para as voluntárias	• Festa de Navidad (anual)
Para mobilização de recursos	• Organização de eventos solidários para arrecadação de donativos ou recursos financeiros • Relacionamento com sócios mantenedores (cidadãos que aportam uma doação regularmente) • Parceria com paróquias para acolhimento de donativos. • Instituições doadoras de recursos para projetos, inclusive o poder público.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Voltado para jovens foi criada a Fundação Rioarriba. São estudantes universitários responsáveis pela disseminação de informações sobre a cultura da vida e por dar cursos para adolescentes sobre comportamento saudável, e pela organização de eventos como a Maratona da Criança (Carrera solidária) ou o Congresso Nacional Provida (realizado em 2017 em Pamplona, no auditório do Museu da Universidade de Navarra). Em algumas visitas a escolas, os jovens fazem apresentações sobre as atividades desenvolvidas na Andevi.

Os voluntários da Rioarriba, com idade de até 30 anos, se reúnem todas as quartas-feiras, das 8 às 9 p.m., para rodas de conversa. Segundo C3002, no grupo se estimulam hábitos de vida saudáveis, além de questões de conduta pessoal prudente em relação à vida sexual: saber avaliar o momento correto para iniciar a vida sexual, saber como se prevenir, saber como evitar uma gravidez em momento não desejado, saber que não é necessário ter pressa em começar a vida sexual.

A coordenadora da organização Andevi comentou que em alguns campos de atuação se tem mais fácil acesso e há outros em que se tem menos acesso para realizar suas práticas, em função de sua imagem e história estar associada com à religião católica. Por exemplo, para fazer

o trabalho juntos às escolas de nível básico e fundamental – com adolescentes – as escolas que lhes abrem as portas são colégios que não se opõem ou aderem a tais preceitos religiosos, como colégios católicos. Por outro lado, na maioria das escolas, especialmente as públicas, à organização não lhe é permitido fazer o trabalho.

Quadro 28 - Dados básicos organização 3

	Associação de Navarra em Defensa de la Vida (ANDEVI)
Ano de fundação	1977
Levantamento de recursos financeiros	Doações de particulares e de empresas parceiras; verbas de apoio quando oferecidas pelo poder público.
Missão	Defesa da vida desde a concepção até a sua extinção por causas naturais, por meio de difusão de informação e conhecimento sobre a cultura da vida, bem com apoio e atendimento a gestantes e bebês
Voluntários	Grupos de jovens, grupos de maiores, profissionais de diversas áreas (médicos, psicólogos, advogados, etc).
Posicionamento religioso	Pluriconfessional com fundamentos católicos
Principais práticas	Atender e ajudar gestantes *Conhecer, vivir y difundir la cultura de la vida* *Carrera solidária* *Asociación Rio Arriba* *Festa de Navidad de Andevi*
Público-alvo	Gestantes e bebês que buscarem ajuda, idosos e jovens.
Tradição	Fundamentos católicos e ciência

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Na mobilização de recursos, a organização conta com cotas dos sócios, donativos de materiais (berços, leite em pó, roupas usadas etc.) seja de particulares ou de empresas. As paróquias locais ajudam ao repassar recursos doados. A Fundação A.M.A. seguros, Inno@social III, Área de ação social do Ayuntamiento de Pamplona e Instituto Navarro de Saúde Pública costumam ser parceiros apoiadores. C3002 conta que a organização trabalha com um orçamento anual em torno de 70 mil euros. Esses parceiros podem variar ano a ano, bem como o alcance de recursos conforme iniciativas de fomento ofertadas pelo setor público. Costuma-se concorrer aos programas de fomento, quando existentes. Para obter os recursos necessários, a organização anualmente precisa se inscrever em projetos e buscar pelos recursos disponibilizados por organizações como a Caja Rural ou o próprio governo municipal. O que C3002 descreveu como Convocatórias Públicas e Privadas.

Em 2017, quando a organização comemorava seus 40 anos de atividade, C3001 narra brevemente como foi instigado a pensar sobre como poderia ajudar na defesa da vida e como isso levou à criação da Andevi:

> *Un día de Septiembre de 1966, por la tarde, en el Colegio Mayor Aralar, en una reunión informal con varias personas, San Josemaría [Escrivá] se dirigió a mí y me vino a decir, según recuerdo, estas palabras: '¡A ver qué hacéis los médicos en cuestiones como éstas!'...*
> *Estas palabras, que se me quedaron grabadas, dieron lugar, años más tarde, y junto con otras personas –D. Juán Jiménez Vargas, Guillermo López, Carmen Gómez Lavín–, a la Constitución de Andevi.*
> *En noviembre de 1977 (con la ayuda de la Asociación Catalana de Defensa de la Vida Humana, que fue la 1ª Asociación Provida de España) se constituyó ANDEVI, la Asociación Navarra de Defensa de la Vida. (relato de C3001, publicado no BOLETIN ANDEVI, Diciembre-Enero 2018).*

Aproveitando esse ano de comemoração dos 40 anos da Andevi, organizações pró-vida da Espanha realizaram em Pamplona o XXI Congresso Nacional Provida. O Congresso foi preparado com muito entusiasmo devido ao aniversário da Fundação, momento que foi aproveitado para prestar uma homenagem ao Dr. Miranda, que dedicou toda sua vida à defesa da vida de forma altruísta. O evento aconteceu no campus da Universidade de Navarra, congregando conferencistas, universitários, professores e comunidade.

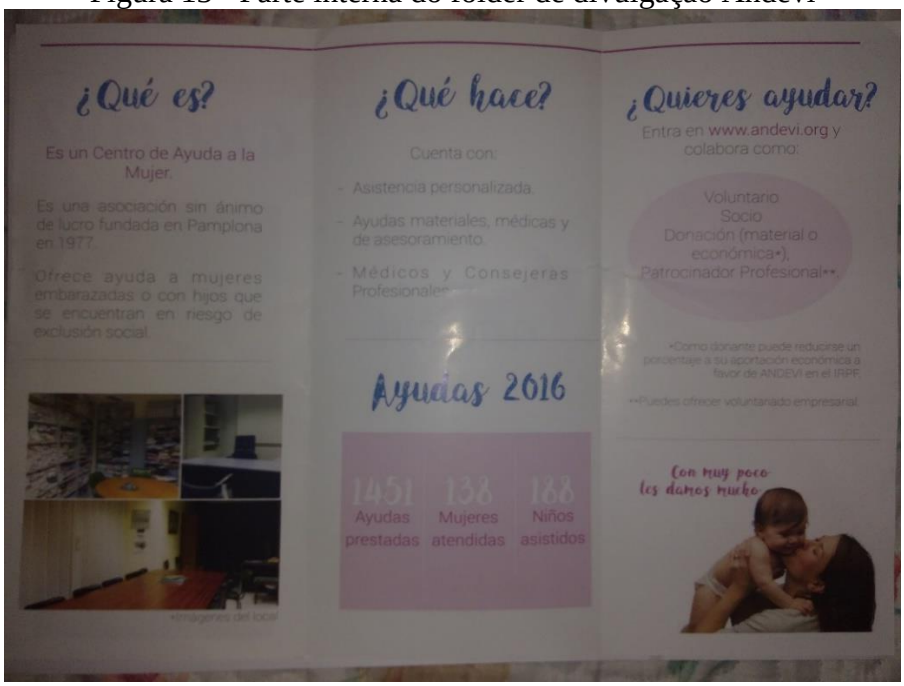
A organização costuma divulgar anualmente, em seu boletim eletrônico, os resultados de suas ações, em termos de: ajudas prestadas, mulheres atendidas, crianças assistidas. Apresenta também uma panorama de informações complementares sobre o perfil das pessoas atendidas: idade, nacionalidade, estado civil, nível de estudos, número de filhos, situação laboral, situação quando recorrem à organização (grávida ou filho já nascido), entidade ou pessoa que encaminhou e procedência dos casos (caso novo ou de anos anteriores).

Publicam também sobre outras iniciativas. Por exemplo, em 2013 receberam a visita de dois jovens que estão participando de uma iniciativa diferente das desenvolvidas na Andevi, porém também com o objetivo de ajudar gestantes e pela vida. A iniciativa se chama Escuela de Rescates de Navarra. Eles disseram que já salvaram meia dúzia de vidas. Eles contaram como o trabalho na clínica de aborto em Ansoáin é complicado, mas que sempre se defendem com educação contra-ataques e insultos de grupos pró-escolha. Essa forma de atuação direta, abordando as gestantes nas clínicas de aborto, segue um modo de ação direta parecido com aqueles realizados no contexto norte-americano, como observado por Munson (2018).

Como citado no Quadro 26, entre as principais práticas da organização estão: atender e ajudar gestantes, conhecer, viver e difundir a cultura da vida, realizar eventos como a corrida solidária *Maratón del niño*, formar jovens por meio da asociación Rioarriba, Festa de Navidad de Andevi, entre outras práticas, tais como marchas pela vida, "veladas" ou vigílias de oração pelos bebês não nascidos, bem como palestras e Congressos de formação. A organização costuma participar da exposição *Solidariun*, realizada todos os anos na *Universidad de*

Navarra. O vínculo da organização com a medicina, incentiva a contínua divulgação no meio universitário. É uma forma de conseguir novos voluntários.

Figura 13 - Parte interna do folder de divulgação Andevi



Fonte: Andevi (2017)

A corrida solidária *Maratón del niño* acontece anualmente desde 2015. Já se tornou um evento anual para qualquer pessoa que queira colaborar com as mães que precisam de ajuda e se divertir desfrutando do esporte. É uma corrida para crianças de várias faixas etárias e em várias categorias (conforme distância) realizada em volta do Parque de la Ciudadela. O evento objetiva arrecadar dinheiro e material de ajuda para as gestantes necessitadas (leite em pó, cereais, toalhas, fraldas, entre outros).

Do ponto de vista institucional, a Andevi também se articula à rede de atores pró-vida atuantes na Espanha, como à FEAP e apoia iniciativas na Europa, como o *One of Us*. Quando ocorrem grandes marchas em Madrid, por exemplo, voluntários costumam participar. Em março de 2016, por exemplo, *"alrededor de 300 personas nos dimos cita en el Paseo Sarasate de Pamplona para celebrar una velada por la vida. En la concentración, como se puede ver en las fotos, nos reunimos personas de todas las edades para recordar a los más de 4.000 navarros que han sido víctimas del aborto."*

4.3.3.1 Sobre o fundador, doutor José Miranda Heras

O fundador da organização pró-vida, fundada em 1977, é um espanhol nascido no dia 28 de julho de 1928, no município de Lodosa, que fica ao sudoeste de Pamplona. Seguindo a tradição de sua família, estuda medicina, especialmente a pediatria. Contribui para o curso de medicina da Universidade de Navarra e na formação de futuros médicos, sempre informando sobre a vida e a importância de sua defesa, por meio da cultura da vida, desde a concepção. O médico pediatra, carinhosamente chamado de Pepote, tinha mais de 90 anos. Acabou falecendo no dia 21 de julho de 2020.

Segundo C3002, ele seguia hospitalizado desde há algum tempo, por estar com a saúde debilitada. Quando estive na organização, não foi possível conhecê-lo; ele estava hospitalizado. Por isso, tem-se aqui informações a partir da entrevista com C3002 e da pesquisa documental.

Na participação de Miranda em meados de 2016, na reunião com a junta diretiva, ele deixou uma mensagem de incentivo a continuidade do trabalho e a busca de novos parceiros e colaboradores. *"El Dr. Miranda insistió en mirar al futuro con la ilusión de conocer, vivir y difundir la cultura de la vida con iniciativas, metiendo la cabeza y el corazón y sin perder de vista que lo nuestro es comenzar y recomenzar." (ANDEVI, diciembre - enero 2016, p. 2).*

C3001 costuma destacar três princípios: amor, verdade e vida, bem como três objetivos: conhecer a vida, vivê-la e difundi-la. Segundo palavras proferidas durante o *XXI Congreso Nacional Provida:*

> *C3001: - Cultura de la vida es amor, verdad y vida. Cultura de la muerte es hedonismo, mentira y muerte".*
> *Amor es querer el bien integral para la persona humana; verdad es la evidencia ontológica y científica de la dignidad del ser humano; vida es el bien esencial y básico de la persona que no admite componendas.*
> *- Debemos conocer la vida, vivirla y extender esa cultura en todos los ambientes con el fin de que la vida sea respetada en toda su plenitud y en todas sus circunstancias* [C3001].

A orientação do médico pediatra e sua simplicidade em difundir a defesa da vida deram confiança e o direcionamento para as diversas iniciativas desenvolvidas na organização. *"Defender la vida humana desde el momento de la concepción" ¿Cual es la diferencia entre un niño recien nacido y un feto? Los dos son seres humanos y merecen ser protegidos con el mismo respeto"* [C3001].

Sobre suas qualidades, C3002 deixa sua mensagem de homenagem a quem dizia ser seu pai adotivo e mestre:

> *C3002: Sempre com o sorriso e o otimismo como bandeira. Como eles dizem: 'inacessíveis para os infelizes'. [...] Quero destacar suas qualidades como ser humano.*
> *Poucas pessoas que conheci combinaram seu grande valor profissional e intelectual com incrível simplicidade e humildade. Hoje foi seu último dia neste mundo. querido Dr. Miranda (Pepote para amigos), mas a marca que deixou em cada uma das pessoas que tiveram a sorte de compartilhar vida e projetos com você, vai torná-lo inesquecível. (ANDEVI, jun./jul. 2020, p.1, tradução nossa).*

Seu falecimento foi noticiado pela Universidade de Navarra, onde contribuiu muito para a faculdade de medicina:

> *Ha fallecido el doctor José Miranda Heras, pediatra que hasta los 88 años trabajó por los nonatos y los niños como presidente de la Asociación Navarra en Defensa de la Vida (ANDEVI). Asimismo, fue uno de los primeros profesores clínicos de la Facultad de Medicina de la Universidad de Navarra (Universidad de Navarra, 21.07.2020).*

Nota da organização sobre o falecimento de José Miranda, publicada em 25.07.2020

> *Nacido en Lodosa (28 de julio de 1928), hijo de médico, realizó la especialidad de Pediatría en Barcelona siguiendo la tradición familiar. Allí conoció al doctor Juan Jiménez Vargas, quien le propuso incorporarse a la Escuela de Medicina de la Universidad de Navarra en 1958; así como preparar el Departamento de Pediatría y Puericultura, materia que el curso siguiente (1959-60) ya se ofreció a los alumnos. También impartió la asignatura de Puericultura en la incipiente Escuela de Enfermería.*
> *El doctor Miranda era conocido por su vitalidad arrolladora y su gran capacidad de emprendimiento. Bajo la coordinación del Dr. Eduardo Ortiz de Landázuri, uno de los médicos pioneros de la Clínica Universidad de Navarra, desempeñó una labor clave como profesor en las primeras clases prácticas a los estudiantes de Medicina. Fue uno de los primeros profesores clínicos de la Facultad de Medicina de la Universidad de Navarra.*
> *La historia de la Facultad recoge las dificultades de los comienzos, cuando los carpinteros ni siquiera habían terminado la sala donde atender a los enfermos. Entonces, acudió con el Dr. Ortiz de Landázuri a su casa en Lodosa. "Entré en la consulta de mi padre, que estaba jubilado, y cargamos en la furgoneta todo lo que pudimos, incluida la mesa de exploración y el instrumental", relató el Dr. Miranda y que resume el libro de los 50 años de la Facultad de Medicina. Cuando lo tenían todo cargado, su padre les miró boquiabierto: "Pero, ¿qué haces?", le preguntó. "Nada, me llevo todo esto que ya no te sirve", le respondió un joven médico entusiasmado.*
> *También gestionó con el Hospital de Navarra la atención de los pacientes de medicina interna para que los alumnos pudieran tener sus lecciones prácticas y comenzó a atender a los primeros pediátricos. Así, el joven médico fue poco a poco recibiendo enfermos, primero de Pamplona y luego de otras localidades como Lodosa y Olite. "¿No tendrás algún paciente interesante para que puedan verlo los chicos?", preguntaba a sus compañeros colegiados. Asimismo colaboró de forma activa en los comienzos de la Clínica. Después de cuatro intensos años en los inicios del área sanitaria, en 1962 el Dr. Miranda se trasladó a Salamanca para trabajar como pediatra. A su vuelta a Pamplona sacó unas oposiciones de puericultor y tuvo una consulta en el instituto de Higiene, también se encargó de esta materia en la UNED.*
> *El entusiasmo y la defensa de los menores y de la vida fueron constantes en su trayectoria profesional. Desde 1966 promovió la cultura de la vida entre los universitarios, sus colegas de profesión y la ciudadanía en general.*

> *En 1977 fue miembro fundador de la Asociación Navarra de Defensa de la Vida (ANDEVI), a la que dedicó todas sus energías hasta pocos meses antes de su fallecimiento. Siempre ha estado vinculado a esta iniciativa, como miembro fundador o como conferenciante e impulsor de numerosas actividades. Debido a su amplia experiencia como pediatra, en los últimos años disfrutó especialmente ayudando a las madres en situaciones de riesgo. (ANDEVI, 2020),*

4.3.3.2 O trabalho de C3002

C3002 é formada em ciências da educação (Pedagogia) pela Universidade de Navarra. Trabalhou durante aproximadamente sete anos na Cruz Vermelha de Navarra. Na Andevi é coordenadora desde 2006, ou seja, são mais de 14 anos de experiência.

A sala comercial onde está localizada a organização fica em um edifício e ocupa parte de dois andares. É uma sala e escritório para reuniões no primeiro andar. No segundo, mantém espaço clínico para atendimentos médico, psicológico e puerperal às gestantes e filhos. Mantém sala com donativos, roupas, equipamento e suprimentos básicos que um bebê precisa.

A colaboradora C3002 contou que antes de trabalhar na Andevi, trabalhou na cruz vermelha (Cruz Roja), mas que não era a mesma coisa do que é aqui (no sentido dos valores compartilhados e do clima da organizacional). Comentou que os voluntários da Andevi compartilham da mesma maneira de ver a questão, dos mesmos valores.

De acordo com a sua percepção sobre as gestantes, C3002 descreve que nenhuma quer abortar por capricho (abortar por abortar). As que procuram a casa vêm por indicação do serviço de saúde, ou por indicação de conhecidos ou beneficiárias, que geralmente indicam a casa somente pelos auxílios em termos de materiais e recursos: roupas, alimentos, berços e outros acessórios.

Entre os materiais dispostos na sede da organização, havia dois recipientes com bonequinhos de borracha no formato de bebezinhos, algo que se vê presente em exposições e mesas de voluntários pró-vida.

C3002 começou falando da Andevi em si. De sua história, estrutura, sobre o fundador e outras informações. Ela se apoiava em um documento no computador chamado *"Datos generals de presentación de la Entidad"*, o qual ela disponibilizou uma cópia. Entre outros pontos, C3002 comentou sobre:

- Objeção de consciência: segundo a lei vigente, os médicos e outros profissionais da área podem alegar, mas ocorre que seus nomes são colocados em uma lista de quem não

pratica o aborto. Situação delicada para eles, que podem profissionalmente receber esta marca ou sofrer algum tipo de consequência;

- Pequena contradição: ao mesmo tempo que comenta que nenhuma mulher quer abortar por capricho (pelo menos as que procuram ajuda) afirma que algumas mulheres não têm a mesma consciência sobre o bebê ou NEM sentem algum peso moral por fazer o aborto, e abortam duas ou três vezes. Como ela comenta, o aborto tem consequências psicológicas, mas para quem não tem consciência moral, *"no les pasa la factura"* (em português, seria dizer que para quem não tem consciência "a conta não chega").
- Citou os *Centro de Atención a la Salud Sexual y Reproductiva* (CASSYR)
- C3002 comentou que existem clínicas particulares que fazem aborto na cidade, além dos hospitais públicos. O custo de um aborto aqui, segundo ela, é de 450 a 500 euros. Se a rede pública não consegue atender, encaminham à rede particular e depois o poder público reembolsa a clínica que faz o procedimento.

> *P: E o que pensas sobre usar dinheiro público para pagar os custos do aborto?*
> *C3002: um horror! [C3002].*

Ela comentou que lhe chegou uma informação de que em uma clínica de aborto da cidade, o médico ia receber a próxima gestante que iria fazer o aborto com o jaleco ensanguentado. Ela descreveu as clínicas de aborto como: *"una carniceria",* um açougue.

Suas percepções sobre as gestantes são relevantes para entendermos melhor sobre a vivência das mulheres:

- Nenhuma quer abortar por capricho (abortar por abortar). As que procuram a organização em busca de ajuda vêm por indicação do serviço de saúde, ou por indicação de conhecidos ou beneficiárias, que geralmente indicam a casa somente pelos auxílios em termos de materiais e recursos: roupas, alimentos, berços e outros acessórios. O serviço público da área pouco orienta sobre os serviços principais que a organização busca oferecer: acompanhamento psicológico, acompanhamento médico (algo como as consultas de pré-natal) e puerperal – para crianças recém-nascidas ou maiores;
- As razões que colocam as gestantes em dúvidas sobre ter ou não o bebê são: dificuldade financeira, perder o trabalho atual, perder o companheiro atual, porque muitas vezes eles questionam se o filho é dele mesmo ou não se importam em ajudar. Isto é uma situação degradante, elas não recebem apoio deles, às vezes nem da própria família, que tendem a ver dificuldades. *"Las mujeres que siguen son heroínas."*

- Ela mencionou que pode acontecer às mulheres que abortam a síndrome pós-aborto, o que inclui quadros depressivos e um sentimento de grande culpa.

Algo importante que ela mencionou foi a de que a organização tem evidências/motivos científicos para defender a vida e não aceitar o aborto. Por exemplo: o DIU e a pílula do dia seguinte impedem a nidação (fixação do embrião fecundado no ovário).

Perguntei se ela pensava em o que poderia ser feito para que as pessoas estivessem mais conscientes para se tomar a decisão. Ela disse que é preciso focar no comportamento, porque os adolescentes já têm a capacidade física para ter um filho, mas não a capacidade mental, no sentido de maturidade. É preciso ter mais maturidade. Ela usa de uma significa metáfora para passar essa ideia: *"No se puede empezar la casa pelo terrado"*.

Sobre virtudes morais necessárias para ser voluntário em defesa da vida, C3002 sugere: perseverança, firmeza de convicção, paciência, coerência, exemplo. Ela busca em sua vida a ensinar pelo exemplo: "a sua busca pessoal por coerência entre o que pensa e o que faz", *"transmitir a conduta de mi vida"*.

Sobre o perfil dos voluntários: jovens até 30 anos; maiores – de 69 à mais, a maioria é aposentado; não há voluntários entre 30 e 60 anos. Perguntei será porque isso ocorre? Ela disse que provavelmente estão envolvidos com trabalho e cuidar de seus filhos e família.

Em sua percepção, mulheres que se posicionam a favor do aborto seguem uma visão ideológica sobre a questão, também vinculado a uma preferência. Disse que seria necessário que houvesse leis que protegessem o nascituro (mesmo termo usado no congresso brasileiro) *"es un ser humano [...] no es juridicamente defendido"*

Dentre alguns relatos marcantes do ponto de vista moral, C3002 fala sobre liberdade: *"tenemos [las mujeres] que tener opciones*" – nesse caso quer dizer alternativas para que as gestantes não tenham que optar pelo aborto devido à situações financeiras, de falta de trabalho ou por falta de orientação e ajuda, que são coisas em que a organização consegue ajudar.

Dois caminhos a respeito da consciência: *"consciência reta o no tenerla",* sugere uma definição de consciência como sendo aquela moralmente aceita e voltada para um fim bom e, do contrário, não existe uma consciência má, simplesmente é a ausência de consciência, de forma que faz lembrar da noção de mal como ausência do bem.

C3002 compartilha de alguns projetos que seriam interessantes desenvolver. Primeiro, a ideia de um projeto de parceria com as empresas. Uma das questões que mais afetam as gestantes é a questão trabalho e renda. Pensam em um projeto para fazer parceria com empresas que possam ajudar às gestantes com oportunidades de trabalho ou outro tipo de ajuda que possa

auxiliar em sua vida de modo a evitar de ter de escolher o aborto, isto é, que lhe permite poder escolher pela vida.

Depois que conversamos sentadas em torno de sua mesa, ela me levou para conhecer as salas da Andevi nos dois andares. Chegou um dos médicos que prestam serviço voluntário e ela me apresentou a ele.

Munson (2018) menciona que algumas iniciativas pró-vida podem vir a atuar de modo mais incisivo, no que caberia um questionamento sobre os meios de atuação. Por exemplo, indo à clínicas abortistas e impedindo o acesso, gritando com as mulheres que estão lá. Ou seja, podem ser encontradas posturas em que pela causa pró-vida, sejam empregados meios excessivos, ou se aplique a lógica do "custe o que custar", ou seja, que os meios escolhidos são questionáveis do ponto de vista moral. Definir a forma de abordar as gestantes é muito importante para respeitá-las, pois podem estar em dificuldades e problemas, o que as levam a procurar pelas clínicas. No contexto norte-americano, como observa Munson (2018), algumas iniciativas fazem piquetes e abordam gestantes em frente às clínicas de aborto, levando a conflitos algumas vezes. Mas essas não são ações descritas ou noticiadas pela organização.

De forma habitual, a organização considera e relembra as orientações católicas a respeito da cultura da vida, como na síntese desses princípios a partir das palavras de São João Paulo II aos dirigentes dos movimentos pró-vida, de 15 de novembro de 1991 (conforme Andevi, 2017):

> - La vida debe ser acogida y amada sin excepciones.
> - Se requiere un esfuerzo común para lograr una ecología humana, es decir, para crear, con la colaboración de todos, un ambiente favorable a la persona y su desarrollo.
> - El deber primario de crear un clima de acogida de la vida corresponde a toda la sociedad, y en ella – según sus proprias responsabilidades – a cada uno de los ciudadanos, a los gobernantes y a los legisladores. (EVANGELIUM VITAE, 25.03.1995 *apud* ANDEVI, 2017).

4.3.4 A organização RedMadre

Agendamos uma visita para uma quarta-feira, dia cinco de fevereiro de 2020, às 11h, conforme endereço encontrado na internet, em Pamplona. Conversei por telefone com uma voluntária. Fui para a visita de ônibus. Era um dia muito ensolarado e frio. Chegando no endereço, não encontrei indicação ou sinal da organização RedMadre, como placas, cartazes ou coisas assim. Apertei nos interfones no número indicado, mas ninguém respondeu. Como ainda faltavam alguns minutos, fui pedir informações em volta para ver se alguém conhecia. No

mercado público ao lado não souberam me dizer. Então atravessei a rua e fui à igreja que havia na frente. Uma senhora que trabalha no escritório me ajudou. Expliquei que não conseguia fazer ligações e pedi se ela conhecia. Ela gentilmente ligou para o número da RedMadre. Alguém atendeu e pude então confirmar o endereço. Estava correto. Voltei para o edifício, chamei no interfone e a porta foi aberta. Subi dois lances de escada e uma senhora me recebeu. Era C4001, ela tinha chegado há pouco e estava abrindo as janelas do local.

Como os escritórios das demais organizações voluntárias de ajuda a gestantes que conheci, a sede da organização é simples, pouco sinalizada, não é tão fácil de identificar sua localização para alguém que passa na rua, apenas se a pessoa já sabe de antemão da organização. O espaço desta é mais simples e informal, não tão estruturado e organizado como a Andevi, por exemplo. É uma sala comercial no segundo andar de um pequeno edifício, composta por quatro ou cinco salas de tamanhos variados.

A RedMadre é uma organização que apoia a maternidade, oferecendo ajuda a mulheres grávidas e que tem sua sede central em Madri, Espanha. As práticas de ajuda mantidas pela organização são pontuadas no Quadro 29.

Quadro 29 - Principais práticas da organização 4

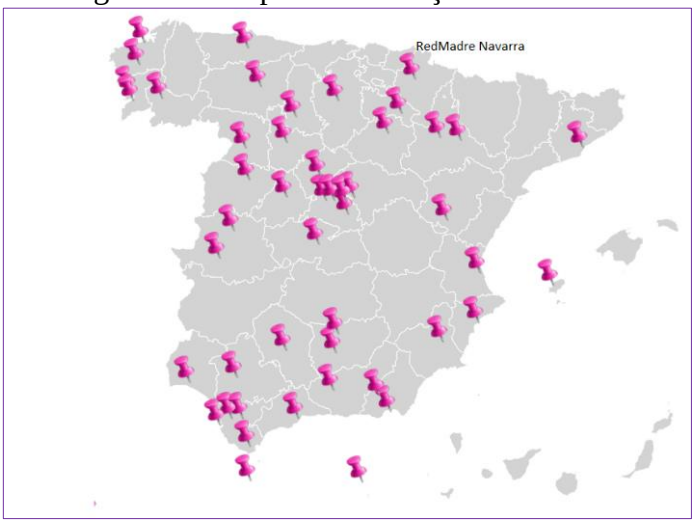
Objetivo ou alcance das práticas	Descrição das práticas
Para a comunidade	• Informações sobre ajudas públicas e privadas disponíveis na Espanha para apoio à maternidade • Rede de voluntários e associações distribuídas pela Espanha. • Coletar e compartilhar testemunhos de mulheres que contam sua história de vida. • Participação e organização de congressos para debater sobre a defesa da vida e sobre o aborto.
Para as gestantes e mulheres	• Assessoramento e apoio psicológico, médico e legal, gratuitos • Apoio na busca de emprego e cuidados infantis • Alojamento em abrigos de emergência/casa de acolhida • Ajuda material e entrega de equipamentos de cuidados para bebês • Acompanhamento personalizado durante a gravidez • Formação para o cuidado durante a gravidez, parto e puerpério • Apoio para amamentação materna • Formação para o cuidado do recém-nascido • Atenção psicológica pós-aborto • Manutenção de linha telefônica de atendimento
Para mobilização de recursos	• Programa de adesão de sócios mantenedores • Arrecadação de materiais de cuidados com o bebê: fraldas, materiais de higiene etc. • Parceria com organizações apoiadoras. • Subvenções públicas e privadas

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Além disso, a organização oferece informações sobre a rede de organizações espanholas que oferece ajuda às famílias e à maternidade, bem como sobre as opções disponíveis em comunidades autônomas, como em Valencia, Galicia, Madrid o Castilla y León, nas quais há programas específicos de ajuda a gestantes. O lema da organização é "*RedMadre: aqui nunca estarás sozinha" (tradução nossa).*

Ela se distribui em associações por várias províncias do país. São 49 delegações, reproduzidas na Figura 14. Foi fundada há aproximadamente 13 anos e, em Navarra (ao norte) atua há aproximadamente dez anos. Desde seu início já atenderam mais de 80 mil mulheres. Ela é acreditada pela *Fundación Lealtad*, cumprindo princípios de transparência e boas práticas. Seu objetivo de fortalecer a rede de associações distribuídas na Espanha se sustenta na busca de um atendimento mais próximo das mulheres, as quais precisam de ajuda quando a Administração Pública atende parcialmente suas necessidades.

Figura 14 - Mapa de associações RedMadre



Fonte: mapa de delegações REDMADRE, 2020.

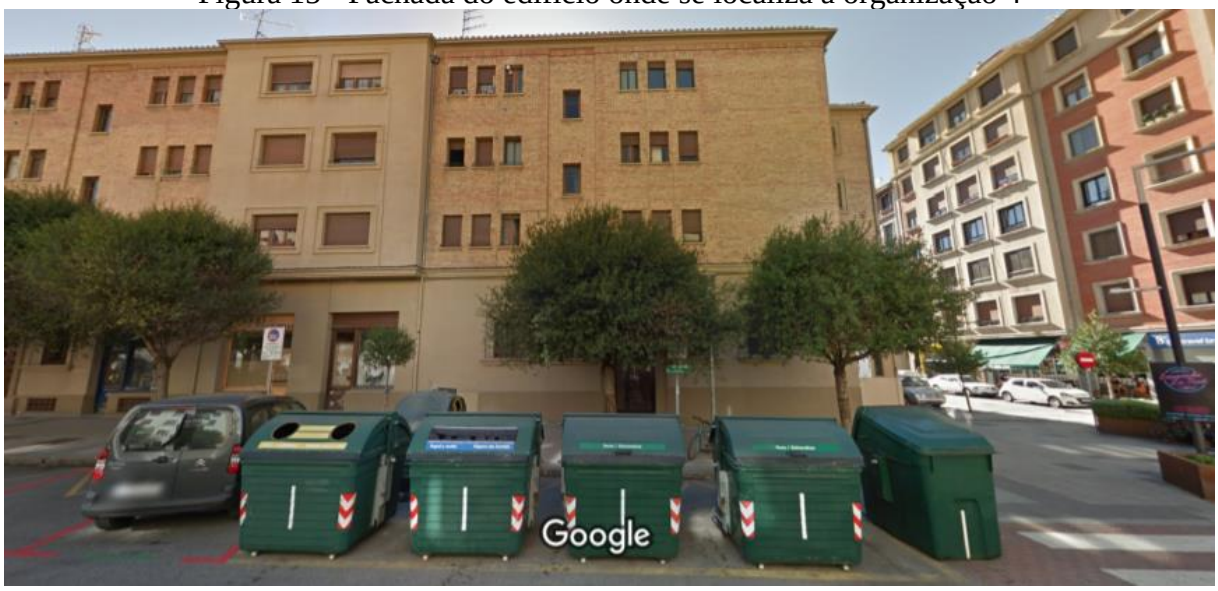
Em Congresso realizado no início de 2020, a representante da organização destacava este ponto: de que o governo espanhol gasta muito mais em serviços de abortamento do que em programas que ajudem as gestantes que passam por necessidades ou estão em situação de vulnerabilidade, apresentando números oficiais a respeito (algo em torno de 7,4 euros por gestante/ano).

> *Desde 2007 acompañando y apoyando a mujeres embarazadas que viven situaciones de dificultad como consecuencia de su embarazo. [...] RedMadre nace de la convicción profunda de muchos ciudadanos de que cuando a una mujer, que está pasando por momentos muy difíciles alrededor de su embarazo, se le apoya, esta*

> *mujer sigue adelante con el embarazo. El acompañamiento integral es el modelo más eficaz para acompañar a las mujeres embarazadas en situaciones de vulnerabilidade* (REDMADRE, 2017, p. 21).

A RedMadre Navarra, com sede em Pamplona, capital de Navarra, mantém seu escritório localizado no bairro Segundo Ensanche, em um escritório/espaço cedido pela prefeitura, uma concessão de 10 anos que agora precisa ser renovada. Conta com dez voluntários, entre homens e mulheres, cada qual ajudando em áreas ou tarefas que podem ajudar, em virtude de experiência profissional, ou por livre disponibilidade para ajudar com seu trabalho e tempo. A fachada do edifício de sua localização pode ser vista na Figura 15.

Figura 15 - Fachada do edifício onde se localiza a organização 4



Fonte: Google Maps (out. de 2018), disponível em: https://goo.gl/maps/WnwXVSZ16mPhouCr7

C4001 descreveu as atividades dos voluntários: uma era responsável pelo atendimento telefônico, um senhor era voluntário para fazer a parte administrativa e contábil; outras ficavam no contato direto com as gestantes (a maioria), outro cuidava da comunicação via redes sociais e por fim, um era advogado.

C4001 diz que a organização é apolítica e *aconfessional*. A relação com a religiosidade e, em alguns casos, a influência política, são aspectos considerados relevantes para as organizações, pois foi expressa durante o contato com voluntários. Os próprios entrevistados introduziram o assunto, para esclarecer o posicionamento em relação à religião e política, evidenciando, portanto, que é uma questão importante para se aprofundar, algo que emergiu do campo e esteve presente nas organizações do contexto brasileiro e espanhol. A organização assume uma postura *aconfessional* e, seguindo a análise acima, em nível individual, suas

voluntárias não deixam de viver segundo sua preferência espiritual e crenças religiosas. Retomarei essa discussão na seção 6.1.

> *REDMADRE durante el año 2017 ha atendido a más de 18.000 mujeres. Desde la Fundación de REDMADRE hace 10 años esta institución ha atendido a 80.512 mujeres. De cada 10 mujeres que contactan con REDMADRE en petición de ayuda, 9 no abortan. Es decir, es posible luchar con eficacia contra el aborto apoyando la libertad de las mujeres para ser madres y ayudándolas a remover los obstáculos de todo tipo con que se encuentran* (REDMADRE, 2017, p.21).

A gestante pode entrar em contato com a organização pelo telefone disponibilizado ao público e agendar um horário para conversa presencial. Em virtude da pandemia, as gestantes já em acompanhamento são orientadas por telefone. No primeiro contato presencial na organização é preenchido uma ficha de cadastro, contendo alguns dados básicos sobre a gestante (Elas me mostraram uma ficha de cadastro e pegaram alguns dados básicos meus).

Ao final da visita à organização, C4002, disse que não assumem uma postura anti-aborto, mas sim a favor das mulheres. *"Ayuda a mujer, todos ayudan efetivamente"*. De fato, como exposto, uma de suas formas de ajuda é prestar ajuda psicológica às mulheres após o aborto, algo especialmente importante e que demonstra que a organização apoia e ajuda as mulheres, mesmo para aquelas que tenham se submetido a um aborto. Diante do contexto legal espanhol e, considerando os problemas psicológicos decorrentes de um aborto, é esperado que haja mulheres que demandam por esse tipo de ajuda e que talvez não encontrem amparo no poder público, recorrendo a organizações que lhes ajudem a continuar sua vida.

C4002 diz que o fazem na organização, quando estão conversando com mulheres que se veem grávidas e estão em dúvidas, ou mesmo aflitas, inseguras, é orientar: *"toma tu tiempo", "não atua premeditamente"*. Em outras palavras, o que estão dizendo para as gestantes é: tenha calma, pense bem, tenha prudência. A Carta do Presidente da organização explicita valores e forma de atuação da RedMadre:

> *Nossa tarefa é muito simples: promovemos a liberdade. Ajudamos a garantir que a liberdade nunca seja fechada ou subjugada ou negligenciada, mesmo quando uma mulher sabe que vai ser mãe. O mandato constitucional para remover os obstáculos à liberdade é especialmente importante quando é mais difícil exercê-la, quando nossas possibilidades são mais estreitas. REDMADRE não coage, não pressiona, não empurra ninguém para nada. REDMADRE é uma casa de liberdade. Ela promove, protege, amplia e garante a liberdade quando ela é mais necessária. Estas são as palavras que nos definem: vida, mulher, liberdade, igualdade. REDMADRE não é membro de nenhum partido e quer estar no exército.*
> *As mulheres grávidas em situações vulneráveis não são apoiadas pelos políticos espanhóis, apesar do fato de que desde 2015 morrem mais pessoas do que as que nascem.* (REDE MADRE, 2017, tradução nossa).

Quadro 30 - Dados básicos da organização 4

	RedMadre
Ano de fundação	2007
Levantamento de recursos financeiros	Adesão de sócios, doações de particulares, apoio de empresas e instituições parceiras, subvenções públicas e privadas.
Missão	Apoiar a maternidade e ajudar as gestantes, defendendo a vida, a mulher, a liberdade e a igualdade.
Voluntários	Na maioria mulheres, aposentadas ou não e que podem ajudar com seu tempo ou trabalho; psicólogos e outros profissionais.
Posicionamento religioso	*Aconfessional* do ponto de vista organizacional, aberta para todas as crenças
Principais práticas	Orientação médica, psicológica e jurídica Auxílio com materiais para gestantes e bebês Difusão de informação e conhecimento Defesa de direitos de gestantes e crianças
Público-alvo	Mulheres grávidas e seus filhos
Tradição	Valores cristãos* e direitos naturais, como a vida, liberdade e igualdade.

Fonte: elaborado pela autora (2020).
Nota: * com base nas crenças individuais de voluntários.

No Quadro 30, a missão da organização é citada resumidamente, mas de acordo com o memorial da organização de 2018 (REDMADRE, 2018b), a missão da organização é assim descrita:

> 1.2 Missão e objetivos:
> a. Atender e acompanhar de forma personalizada, em qualquer ponto da geografia espanhola, a toda mulher que necessite apoio, assessoramento e ajuda com sua gestação.
> b. Impulsionar e promover na sociedade a cultura da vida, assim como a defesa da maternidade. (REDMADRE, 2018b, p. 9, tradução nossa).

No estudo intitulado *Mapa de la Maternidad 2017* (REDMADRE, 2017), conduzido pela própria instituição, eles analisam os dados estatísticos sobre gravidez, aborto e os investimentos do poder público para ajuda à maternidade, por região do país. Também abordam dados comparativos entre países da Europa. Em suas conclusões, consideram:

> *a) Las embarazadas en situación de vulnerabilidad a consecuencia de su embarazo son un colectivo abandonado por las Administraciones Públicas.*
> *b) El apoyo a la maternidad no ha sido un asunto prioritario para los políticos españoles, pese a que ya desde 2015 en España mueren más personas que nacen.*
> *c) Las Administraciones Públicas no hacen nada para afrontar el declive demográfico de España.*
> *d) Si las Administraciones Públicas desarrollasen y financiasen políticas con "perspectiva Redmadre" sería posible hacer llegar este tipo de apoyo al cien por cien*

> *de las mujeres que lo necesitan, se acabaría con el abandono dramático de las embarazadas y se podría reducir el número de abortos de forma muy significativa, a la vez que se ayudaría a promover el aprecio a la maternidad y se lucharía contra el declive demográfico de España.* (REDMADRE, 2017, p. 22).

Além das práticas de ajuda a gestante e a maternidade já mencionadas, a organização contribui para organização de congressos, como o encontro nacional que acontece anualmente em Madri, bem como campanhas solidárias para arrecadação de materiais voltados para a gestação e o bebê. Do ponto de vista da difusão de informação e conhecimento, mantém continuidade na produção de conteúdo em seu endereço eletrônico, além de estar presente em redes sociais. O site oferece informações básicas voltadas para mulheres grávidas que buscam por informação ou ajuda, conforme trecho selecionado:

> *Parabéns, agora você é uma mãe. Uma gravidez é sempre uma boa notícia. Se você tiver dificuldades para levá-la a termo, na REDMADRE nós a ajudamos a ter seu filho. Podemos lhe oferecer, dependendo do caso, assistência médica, psicológica e/ou jurídica, acompanhamento durante a gravidez, equipamentos para bebês... Consulte os benefícios de maternidade [...] ou entre em contato conosco. Se sua gravidez foi inesperada, se você não tem um parceiro estável, você é muito jovem, tem dificuldades financeiras, sua família não a sustenta... você pode estar pensando em fazer um aborto [...]. Aconselhamos que você se informe bem antes de tomar uma decisão tão drástica. Se você tiver dúvidas ou precisar de mais informações, estamos à sua disposição para qualquer coisa que você precisar. Aqui estão algumas perguntas sobre maternidade e gravidez que achamos que você deve saber antes de tomar uma decisão sobre sua condição. Alguém pode me forçar a fazer um aborto? Quando o coração do embrião começa a bater? Existe comunicação entre mãe e filho durante a gravidez? Quais são os benefícios da maternidade para uma mulher?* (REDMADRE, [20--], *online*, tradução nossa).

Uma prática mencionada pelas voluntárias e que gera bastante repercussão no trabalho da organização são os *testimonios* – testemunhos ou relatos – feitos por mulheres que falam sobre sua experiência com gestação, aborto, ser mãe, tomar decisão e tudo o que envolve a questão. O terceiro mini-caso que irei apresentar, além das duas voluntárias C4001 e C4002, é de uma voluntária da RedMadre que tem colaborado por meio de seu testemunho pessoal (C4003). Passo, então, a apresentar os três casos.

4.3.4.1 Voluntária C4001

C4001 disse que geralmente as gestantes entram em contato e buscam a organização por duas razões: (1) procura por recursos dos quais necessitam, tais como berço, roupas, leite, comidas, entre outros; e (2) quando estão passando pela angústia, a dúvida, de não saber o que fazer. Ou como fazer, para ter o filho, nas condições que enfrentam.

Sua participação na RedMadrre começou por um convite de uma senhora que era *matrona* (parteira) e que até hoje participa da organização. C4001 era enfermeira e agora está aposentada. Declara ser da religião católica e disse que, ao menos na associação de Navarra, todas as voluntárias são católicas.

Comentou de um caso de uma família da Colômbia que estava vivendo em Pamplona. A mulher estava grávida, mas eles queriam fazer o aborto. Procuraram o auxílio da RedMadre, onde lhes foi explicado sobre sua condição no país, e que de acordo com as leis vigentes, se tivessem um filho nascido aqui poderiam conseguir o *empadronamento* - certificado necessário para estabelecer residência – o que por sua vez é necessário para conseguir trabalho, algo que ainda buscavam. Então acabaram escolhendo ter o bebê e felizmente, depois conseguiram se estabelecer na cidade.

Algumas vezes as gestantes silenciam a respeito da gestação, ou seja, não contam da gravidez para pessoas próximas. Algumas vezes nem para os pais, pois estes vão dizer para elas, especialmente para jovens gestantes, para abortar. *"Esse mundo está mudado"*, disse C4001 demonstrando preocupação com a sociedade.

C4001 conta que sua primeira experiência como voluntária foi na organização ANDEVI, o caso 3 já abordado. Ela confirma que lá há serviços ginecológicos, ecografia, trabalho social com a secretária que é contratada. É uma organização mais organizada. Por pouco menos de dois anos ela contribuiu naquela iniciativa.

Perguntei se a sua experiência como enfermeira lhe fez se preocupar com as gestantes e o problema do aborto. Ela disse: *"não só como enfermeira, mas como pessoa".* Primeiro ela se preocupou com os mais velhos, "*ancianos"* e depois também com *"los niños" [...] é tão horrível...ver o bebê se esquivando do instrumento médico quando está ocorrendo o aborto. Ele sofre. [...] Sofrer isso no ventre da mãe, onde deveria encontrar abrigo."* [C4001].

Comenta que um bebê com seis meses de gestação já tem muita vitalidade, muita vida. Ele se agarra à mãe e luta por viver. *"Es vida, tiene mucha capacidad"*. E o posicionamento do médico, como tem sido? Os médicos estão receosos, mas podem alegar objeção de consciência. Contudo, analisando o que se faz nas clínicas que realizam o aborto ela diz que não se pode chamar de "clínica". "*Clínica é para curar, não para matar*". Por isso prefere chamar de "abortório". "*Está indo contra la naturaleza. La naturaleza es muy sábia."* Uma situação que acontece é que as clínicas que fazem aborto ficam ligando para a gestante com que tem algum contato ou que já esteve no consultório, convidando a vir até a clínica para fazer o procedimento, até mesmo depois de seis meses de gestação.

C4001 conversou comigo de uma forma mais emotiva, pessoal expressando mais o que pensava sobre o aborto e a defesa da vida. Diferentemente, C4002 manteve um tom mais formal, tratando mais das questões sob um ponto de vista da organização, mas em certos momentos também manifestou o que pensa.

Para a voluntária C4001, participar da organização representa a defesa de algo que é óbvio, a vida. Então faço duas perguntas:

> *P:* Que virtudes as voluntarias da organização Red Madre devem ter para poder atuar?
> *C4001: paciência, empatia, compreensão para com as pessoas. [...]*
> *P: E o que mudou em você, desde que é voluntária?*
> *C4001: [me possibilitou] conhecer mais o mundo, as dificuldades e realidade de outras pessoas, por exemplo, a situação de pessoas que se envolvem com prostituição. E outras tantas situações, situações difíceis para muitas mulheres e famílias. Ela pergunta: "o que teríamos feito no lugar delas? [C4001].*

É uma reflexão importante. Conseguiríamos fazer diferente de alguém que optou por abortar, naquelas específicas circunstâncias vividas, ou teríamos feito o mesmo? Essa pergunta é uma pergunta de consciência, em que reconhecemos que não podemos afirmar com toda certeza que faríamos como acreditamos que faríamos. Naquelas situações mais difíceis, talvez alguém teria feito da mesma maneira. Não sabemos, mas reconhecemos como é difícil. E assim, com essa incerteza sobre o que faríamos em determinada situação, enquanto pessoas de consciência precisamos admitir nossa falibilidade e, portanto, seguir uma conduta de ajuda e humilde, para ouvir e compreender as escolhas das pessoas. Essa humildade é oportuna para que não se julgue os atos de outras pessoas precipitadamente. Esse questionamento de C4001 é revelador de alguém humilde perante o problema, pois de certa forma admite que poderia vir a cometer o mesmo erro, a mesma falha; e saber exatamente o que faríamos no lugar dessa pessoa não é possível, é muito difícil se colocar totalmente no lugar de outras pessoas; não dá para vivenciar o mesmo drama de alguém, porque um drama, uma escolha pessoal é vivido a partir de toda uma trajetória de vida de alguém, a nós cabe tentar compreendê-los e oferecer ajuda.

C4001 lembrou com pesar de uma senhora que já realizou seis abortos e lida com a questão como se não fosse nada. A tal senhora não se preocupa ou *"pensa na vida que estava ali"*. Ao final da entrevista, C4001 indicou testemunhos de voluntárias da RedMadre, disponíveis na internet. Há histórias de gestantes que fizeram algum aborto ao longo de sua vida e que agora são voluntárias (como o caso C4003).

Comenta que algo que tem ajudado no alcance a um número maior de gestantes, o que depende muito da disseminação do trabalho, é por meio da ajuda de "*trabajadoras sociales"*, similar às assistentes sociais no contexto brasileiro. As gestantes buscam o atendimento no setor

de trabalho social, inicialmente e lá são atendidas por elas, se entendi corretamente. Assim, aquelas trabalhadoras sociais que conhecem o trabalho da RedMadre, indicam para as gestantes.

Na divulgação do trabalho, a indicação de pessoa a pessoa também funciona. Algo que trouxe maior visibilidade é a divulgação por redes sociais, algo que tem contribuído para que gestantes que estejam em dúvidas saibam da organização. Uma nova voluntária, que começou há pouco tempo, tem feito esse trabalho e tem ajudado muito, segundo C4001.

Ao tentar explicar seu entendimento sobre o problema do aborto, C4001 diz o seguinte: "*cuando transtornamos la naturaleza, el hombre se transtorna".* Traduzindo e procurando entender essa afirmação, quando perturbamos a natureza, o homem se perturba. Quando intervimos na natureza, vamos dizer, na natureza humana e alteramos o curso normal da vida em formação por meio de uma ação deliberada – aborto voluntário- o ser humano transforma a si mesmo, se atualiza. Estou falando do ato do aborto voluntário, algo que do ponto de vista moral, é uma ação condenável porque elimina a vida de alguém. Parece-me que é uma ação, ou seja, da esfera da práxis, mas que por ser moralmente mal, transforma o agente em alguém mal; parece ser isso o que está subentendido no alerta de C4001. Nesse sentido, pode-se dizer que a decisão pelo aborto se dá na esfera da práxis mas com o fim corrompido porque aplica meios nefastos - tirar a vida de alguém - para a sua consecução; e com isso a pessoa se torna desvirtuada, porque nega a verdade da vida humana; lhe faltam virtudes para discernir e agir conforme tal discernimento, voltado para o bem comum (de ambas as vidas); faltam virtudes morais e prudência.

Perguntei como as gestantes ficam após terem tido o bebê: "ah, elas têm orgulho, ficam agradecidas. Vêm mostrar o bebê para as voluntárias".

E vocês, como se sentem: "ah...", respirou aliviada e expressou alegria, uma sensação de que fez algo bom.

Reconhece, por fim, *"hacemos lo que podemos"*, no sentido de cabe a nós fazer o que é possível fazer até uma certa medida, respeitando a preferência e escolha das outras pessoas, devido ao fato de a sociedade ter se adaptado/acomodado com a descriminalização do aborto. E manifesta a vontade de encontrar maneiras de saber sobre as mulheres que querem ou pensam em abortar, para tentar fazer alguma coisa antes de realizarem o aborto.

4.3.4.2 Voluntária C4002

A Voluntária C4002 é uma mulher de meia idade (40-50 anos), trabalhadora social do município e que também atua como voluntária da organização RedMadre. Ela acompanhou

parcialmente a entrevista com C4001, pois precisou ausentar-se em alguns momentos para fazer outras tarefas, inclusive para atender uma mãe que esteve presente com seu filho recém-nascido. Foi nesse momento que ela fechou a porta de nossa sala, para a atender em outra. Justamente esses encontros acontecem nas quartas-feiras, das 11 às 13h. Durante a conversa, ela manteve um tom mais profissional e objetivo para responder à algumas perguntas, mas contribuiu significativamente com informações sobre o contexto de atuação, as dificuldades enfrentadas, a postura organizacional frente à religiosidade e o poder público diante do problema.

Enquanto C4001 disse que atuar na organização representa a defesa de algo óbvio, a vida, C4002 disse que representa uma *"ayuda en la vulnerabilidad de las mujeres"*. Além disso, complementarmente disse que o que fazem serve para demonstrar para à sociedade que pode haver medos, para assumir a criança, especialmente no contexto legal e político atual, no qual o aborto é permitido.

E que virtudes as voluntárias da organização precisam ter para ajudar? A resposta de C4002 foi: *"valentia* [coragem], *porque isso vai contra a sociedade, contra a sociedade como está hoje"*. Então se opor ao aborto, mesmo com medo, é um ato de coragem, valentia, como foi dito.

Ela disse que o sistema público não tem uma dupla visão desde o público que atende, ou seja, não se coloca nesses problemas e permanece focado apenas nos serviços legalmente obrigatórios. Com "nesses problemas" ela quer dizer no drama das mulheres que se veem grávidas e não sabem o que fazer, às vezes não recebem o apoio da família, do companheiro, ou da sociedade. Por exemplo, no caso de pessoas que vem refugiadas de outros países, que estão tentando começar uma vida nova, ainda lhes faltam os laços sociais com amigos e pessoas da comunidade, então podem estar sozinhos nessa situação. Mas nesses problemas o sistema público não entra.

O poder público se esquiva, como há uma legislação que permite o aborto, não há programas voltados para ajudar as mulheres em dúvida em relação ao aborto. A indicação é pode-se interromper a gestação ou pode-se dar continuidade à gestação, mas não indica caminhos de como conseguir fazer isso, se tem dificuldades de "x" ordens. É nessa lacuna que a organização atua. De forma mais contundente, afirma que o poder público toma da gestação como problema; tratam a questão como um problema.

Além disso, C4002 procura esclarecer que a organização não parte de uma visão de mundo religiosa ou assume algum tipo de espiritualidade/religiosidade. Isso poderia explicar por que C4002 usou uma linguagem, mais secularizada e contemporânea, como vulnerabilidade social, e porque disse que a organização não quer assumir uma posição anti-abortista, para não

ter sua imagem organizacional associada às perspectivas religiosas. Pode ser uma estratégia de atuação para ser mais efetiva em seus resultados, diante de um contexto favorável ao aborto.

Na organização se oferece acompanhamento e acolhimento, ao escutar e prestar ajuda às gestantes que lhes procuram. Na sua maioria, essas gestantes são pessoas em situação de vulnerabilidade, ou seja, que estão sem trabalho ou sem condições de se manter e que não recebem a "renta básica" por parte do governo local. Também atendem casos de famílias que estão ilegais na Espanha. Outros casos são de jovens estudantes, de colégio ou universitárias.

C4002 comentou que algo muito difícil hoje em dia é a conscientização. Pela legislação vigente hoje na Espanha, segundo a qual o aborto está legalizado para gravidez de até 14 semanas, é muito difícil conscientizar para não se fazer o aborto. Por outro lado, *"todo niño viene con un pan debajo de los brazos"*, esta frase assume, em tom otimista, que uma gestação pode contar com ajuda e que o bebê e a gestante não ficam sozinhos. Ainda, que não é necessário optar pelo aborto por uma questão financeira ou por não ter um trabalho. Há alternativas. Mas muitas vezes o medo, a dúvida e a insegurança impedem a mulher de vislumbrarem as alternativas e o que esperar do futuro. Nesse sentido a orientação prestada pode ajudar gestantes.

Ambas as voluntárias (C4001 e C4002) comentaram que há pessoas de outros países que estão migrando para cidade, alguns em situação ilegal, e que alguns enfrentam dificuldades, como falta de trabalho, configurando-se situação de vulnerabilidade. Há um fluxo expressivo de migrantes de países da América Latina, como Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. Segundo as voluntárias, as gestantes desses países tem uma visão de mundo segundo a qual não cogitam a realização de um aborto, *"não lhes passa pela cabeça fazer um aborto, é algo que não é do mundo delas"* [C4002, tradução nossa], por isso acabam buscando ajuda na organização.

Sobre mobilização de recursos, além de doações de recursos por particulares, organizam campanhas ou eventos para arrecadar recursos. Como o "*congreso anual de rota"* (algo como bailes típicos). Além disso, guardam na organização artigos e materiais relacionados à gestação e os filhos recém-nascido, provenientes de doação. Estes são doados para as gestantes que buscam por ajuda na organização.

Algo interessante do contexto local de Navarra é que até três ou quatro anos atrás o aborto era proibido, segundo C4002. É algo bem recente. Se alguma mulher quisesse fazer um aborto, tinha que ir até Zaragoza, cidade a duas horas de viagem de Pamplona. *"Se iban abortar a Zaragoza, o a Londres" [C4002].* A voluntária conta que também era comum que mulheres fossem até Londres para fazer um aborto. Isso se manteve estável até há pouco tempo, em parte

devido à atuação do médico Calixto Ayesa, que esteve atuando politicamente em duas legislaturas, como Conselheiro na área de Saúde e Serviços sociais.

Como *trabajadora social*, C4002 comenta que há uma significativa diferença entre a abordagem da organização RedMadre e a do poder público para atender às gestantes que estão com dificuldades, dúvidas ou inseguras em continuar a gestação. Segundo a voluntária C4002, o poder público não se preocupa em dar alternativas às mulheres, além da possibilidade de escolha estabelecida na lei espanhola vigente (MONTORO, 2019). Ao procurar o serviço, lhes será apresentado duas alternativas: ou se dá continuidade à gestação ou faz o aborto. Diante disso, C4002 pondera que há muitas mulheres precisando de ajuda, deixando a entender que há outras formas de ajuda, além das expostas pelo poder público. A organização RedMadre, segundo C4002, procura orientar as gestantes que enfrentam essa difícil situação, dando-lhes os seguintes conselhos para a tomada de decisão: *"toma tu tiempo", "não atua premeditamente"* [C4002]. Diferentemente, o poder público, segundo a análise de C4002, apenas assume a seguinte postura: "t*ens um problema? Eu te tiro."* [C4002, tradução nossa], nesse caso se referindo ao feto. Assim, o que buscam orientar às gestantes é: pense com calma; não aja precipitadamente, analise as possíveis alternativas, não somente a dada pelo poder público.

Entre as mulheres que acabam optando pelo aborto, C4002 conta que depois elas acabam vivenciando um remorso, *"remora"* [C4002], demandando por uma forma de ajuda especial, para um momento pós-aborto. Nessas circunstâncias as mulheres, segundo as palavras de C4002, geralmente passam por um processo de entendimento e aceitação, também podem vivenciar um momento de luto pelo filho não nascido e ainda procurar por formas de se perdoar. Segundo C4002, as mulheres costumam vivenciar um silêncio em casa, ou seja, na família não há espaço ou abertura para conversar sobre o assunto do aborto, lhes faltando oportunidades de conversar com outra pessoa sobre o que vivencia. A RedMadre tem se dedicado a ajudar essas mulheres também, segundo relato de C4002.

Ainda a voluntária comenta que ao longo de todo o contato com gestantes e na comunicação geral da RedMadre não se fala a palavra aborto, porque, segundo ela, "não se quer relacionar o trabalho da RedMadre com uma postura anti-abortista, e sim a favor das mulheres, procurando dar ajuda e alguma alternativa, ou seja, procurando dar uma solução/alternativa ao drama dessas mulheres.

4.3.4.3 O testemunho da voluntária C4003

A voluntária C4003 começou a contribuir com a organização por meio de seu testemunho, isto é, contando as pessoas sobre sua história de vida, decisões e dramas vividos. Em fevereiro de 2020, C4003 deu o seu testemunho no *II Ciclo de Conferencias Aprendendo a valorar la vida de la Asociación RedMadre,* em um congresso organizado pela RedMadre de Aragón (FUNDACIÓN REDMADRE, 2020, *online*). O conteúdo da apresentação do caso de C4003 é fruto somente de dados resultantes de pesquisa documental, a partir do acesso ao conteúdo de quase duas horas de conferência com a apresentação pessoal de C4003.

C4003 é da cidade de San Sebastián, localizada no litoral norte da Espanha. Hoje com 38 anos, C4003 é uma voluntária que tem participado em congressos sobre a defesa da vida, para falar como voluntária da organização RedMadre. Ela conta que passou por um aborto voluntário, outro aborto espontâneo e por uma terceira gestação, da qual nasceu seu filho, hoje uma criança de até cinco anos. Segundo as voluntárias C4001, C4002 e a própria C4003, em sua vida se entrelaça a história de três filhos.

A organização conta a história de C4003 em uma série de 13 vídeos, com menos de dois minutos cada, nos quais ela fala sobre perdão, feminismo, a indústria do aborto, amor e o terceiro filho vivo, já que logo após seu aborto, ela perdeu outro bebê naturalmente. C4003 conta que: *"fomos para um aborto quase como ao cabeleireiro. Deixamos a intervenção, fomos para casa e nunca mais se falou disso"* [C4003, tradução nossa].

No Congresso realizado em fevereiro de 2020, C4003 apresenta à plateia, durante quase duas horas, a história de sua vida, suas percepções sobre maternidade, aborto, feminismo, poder público, entre outras questões. Além de C4003, compunha a mesa da conferência a voluntária da associação RedMadre de Aragón, a qual inicia a apresentação descrevendo a atuação da RedMadre e apresentando a voluntária C4003.

C4003 começa dizendo que gostaria de conseguir, por meio de seu testemunho, transmitir consciência e denunciar mentiras com as quais lidou. Disse que a consciência é um processo. Disse que se deve buscar *"falar a verdade, porque as mulheres são enganadas, eu fui enganada"* [C4003].

Ela diz ser um *"testemunho três em um"*, porque a primeira vez que ficou grávida, fez um aborto voluntário, depois, na segunda, estava em dúvida, mas com o suporte e amor recebido, optou por ter o bebê, mas infelizmente o feto ficou sem vida no terceiro mês. E enfim, na terceira gestação, teve o bebê. Ela considera como seus três filhos, dois não nascidos, e um nascido.

C4003 fez um aborto aos 26 anos de idade, numa época em que enfrentava uma terrível crise com seu parceiro. Na época viviam em Macao, um contexto corrupto, onde havia o

esquema de jogos e muita prostituição. Entrou em crise com seu companheiro quando descobriu que estava grávida. Não obstante, conta que foi infiel com o marido e que estava grávida. *"Soltei as duas bombas de uma vez."* [C4003]. Ele ficou tão chocado que não teve reação. Foi em um momento que a família dele estava perto e pôde lhe dar apoio, conter o impacto.

E ela ficou em dúvida. *"O que faço?"* Chamou uma amiga de San Sebastián. Não casualmente, o namorado da mãe dela tinha uma clínica que ela sabia que praticava abortos. Ela reflete, *"tenho muitas amigas, mas chamei justo essa."*. E para ela disseram: "*C4003, no te preocupes, no pasa nada.* Era o que queria ouvir e ela disse: *"vale"* e fez o aborto.

Então retorna à sua cidade natal e conta à família. A mãe a acompanha na intervenção [aborto] que dura poucas horas. Teve que preencher papeis previamente, porque na época não era público, mas privado. Ela conta que teve que assinar uma carta, admitindo que se desse continuidade à gravidez sofreria problemas psicológicos. *"Aqui é uma das mentiras. Se não vou ter o bebê, não terei problemas psicológicos. Assim vou me proteger dos problemas psicológicos que iriam me dar. E assino e assim já estou livre – essa é a mentira*." [C4003, tradução nossa].

Ao voltar para casa, a voluntária conta que não conversou sobre o assunto com ninguém, nem com o marido, nem com a família ou amigas. Passado um tempo em Madri, ela estava com alguns problemas e acabou procurando por um terapeuta. Foi nessa ocasião que conta ter se dado conta de uma primeira verdade. *"Estou muito só. Embora tivesse muitos contatos e vida social. Fiquei consciente de tão só que me sentia."* [C4003]. Ela contou que faz terapia para tratar de vertigens que se agravam em situações de estresse especial e que é quando a dor que o aborto causou nela começa a se manifestar.

Passado algum tempo, C4003 conta que teve novamente a vontade de ser mãe, mas por outro lado, pensou em algumas de suas ambições profissionais, como gostaria ainda de melhorar suas condições de vida. Ela se descobre grávida novamente e, em uma sessão de terapia, o terapeuta a parabeniza: *"¡enhorabuena!"*, e se recorda de uma frase, que diz ter mudado sua vida: *"C4003, deixa de destruir e ponha-te a construir." [...] "Essa frase deu sentido a toda a minha vida."* [C4003, tradução nossa]. Para ela, essa perspectiva deu muito sentido ao seu passado, lhe permitindo entendê-lo melhor, em que fazia coisas que lhe destruíam. Saiu da terapia muito esperançosa, imaginando como seria a chegada de seu filho, que histórias leria para ele, que praça iria passear com ele. Contudo, com três meses de gestação, em um exame de rotina, o ginecologista lhe falou que o coração do bebê não estava mais batendo.

Curioso que ela conta não ter chorado nessa perda. C4003 diz que *"colocou um muro que mantinha tudo dentro"*. Descrevendo-se naquela fase ela se vê como fria, calculista. *"A frase que disse nesse momento, tendo ao meu lado meu marido e minha mãe foi: foi duro enquanto durou, e vamos em frente, para adiante."* [C4003]. O julgamento ou a consciência que fez sobre si mesma é de uma pessoa dura, fria. No Natal daquele ano, quando se reuniu a família, não se tocou no assunto. *"Impressiona a frieza com que se trata o assunto."* Analisando como pensava, diz que pensava de forma muito fria, desconectada. *"A conexão que pude fazer com meu filho, eu a cortei, para poder seguir adiante."* [C4003], uma forma de evitar o sofrimento, provavelmente.

C4003 discute que uma mulher que está só e que não tem apoio emocional, ou até mesmo uma educação emocional para conseguir seguir adiante, com quem ou em um lugar que pode abrir seus sentimentos, os quais vão ser ouvidos e não julgados, fica vulnerável para seguir com a vida e tomar a decisão correta.

Um segundo ponto em sua análise, tem a ver com o senso comum sobre a vida, diante do qual tem buscado por uma alternativa mais construtiva:

> *Dizem que a vida é dura e por consequência, acham que quanto mais duro melhor." [...]. "Penso que sou uma mulher lutadora. Eu não trato de entrar em nenhuma guerra, como a de tipo e a de gênero, nem ideológica, nenhum tipo de guerra, justo o contrário. [...] Há duas formas, a de destruir e a de construir. Busco sempre seguir pela via construtiva, onde não há lugar para a guerra, onde não há inimigos. [...] Tudo tem uma solução, de uma perspectiva de onde nada ou ninguém é sacrificado* [C4003, tradução nossa].

Disse admirar a RedMadre e seu slogan – *"nunca estás sola"* - porque se pode contar com um lugar, um abraço, ou até um lugar para passar a noite, aconteça o que acontecer, se tem um apoio incondicional. C4003 diz que ingressou como voluntária da organização pensando em contribuir da seguinte forma:

> P*ara ser mais uma, com um passado que estou lidando com ajuda de terapia. Porque pouco se sabe sobre porque uma mulher faz um aborto.* [...] *quando uma mulher aborta, o que passa depois não justifica que faça isso.* [...]. *Se dizem várias justificativas, para admitir o aborto. Se criam mentiras de tal maneira que não se percebe mais as consequências e se passa a ideia de que vai solucionar todos os problemas de maternidade* [C4003, tradução nossa].

C4003 relata alguns aspectos que são mentiras não esclarecidas às mulheres. Primeira ela diz ter consciência atualmente do que é uma vida humana. "*Teu filho ou filha é uma vida humana independente da sua própria*." Segundo ela, é uma mentira que não haja vida

intrauterina. Ela cita o seguinte exemplo: *quando as pessoas postam a ecografia do bebê, no whatsapp, todos alardeiam e se alegram pela chegada do bebê. Mas o que acontece com essa foto (da ecografia) quando não vai ter o filho? Já não tem este valor?* [C4003, tradução nossa].

Segundo C4003, outra mentira é pensar que há vidas que são queridas e outras que não são queridas. Que há vidas dignas de ser vividas e outras que não são dignas de ser vivida. *"Quem decide? Pode a mãe decidir se a vida do feto tem ou não valor?"* Ela mesma responde:

> *Nenhum ser humano tem o direito de decidir sobre a vida dos demais. [...] É certo que o filho está no seu ventre, mas não quer dizer que podes acabar com a vida de teu filho. Uma vez que está grávida já se é mãe* [C4003]

C4003 também discute o uso dos termos "interromper, interrupção" e "voluntário" para denominar o aborto. Para ela, a palavra "interrupção" significa que algo é parado e que pode retomar depois. Então não expressa o que é o aborto, pois a vida em formação não pode mais ser retomada. Já o termo "voluntário", para ela, corresponde aos atos voluntários, mas só o são quando a mulher tem informação a respeito, sabe o que tem dentro de si, sabe as suas consequências (FUNDACIÓN REDMADRE, 2020, *online*).

C4003 relata ter vivenciado um sentimento horrível após o aborto. Foram anos de sofrimento, o qual dividiu com sua amiga, que estava esperando um bebê e que havia descoberto que ele tinha síndrome de Down. A amiga pensava em abortar. Então ela contou tudo o que sentia. C4003 revela se sentir horrível, indigna, que merece castigo e desprezo, e de pensar não ter nada de bom na vida, e que não poderia reclamar. Diz ter sentido um desprezo por si mesma. E o que fez - agora consegue entender - foi buscar lugar e pessoas que lhe desprezavam. No seu caso, buscava homens que a desprezavam. Era inconsciente, mas depois, olhando para trás é que se deu conta.

C4003 cresceu ouvindo para não confiar nos homens, nem em seu pai, isso vai gerando um esquema mental de como irá se relacionar com o homem, alerta C4003. Além dessa visão pessimista sobre o relacionamento, ela reconhece haver também um problema real de falta de apoio à mulher por parte do homem: "muita falta de amor do homem por trás da mulher que aborta. [...] Ameaças: te deixo se tiver esse filho, ou ficará sozinha se tiver o filho, ou vou te tirar do trabalho se tem esse filho".

Outras ideias que C4003 aponta como equivocadas e que são repassadas às mulheres, é que a maternidade seria um castigo para a mulher, na qual se pressupõe que a gestação vai acabar com a vida, que vai gerar muitos problemas, que custa muito dinheiro e que as crianças ficam fora de controle. C4003 diz que há muitas informações negativas sobre a maternidade, e

mesmo uma sutil e subliminar mensagem de que o filho poderia matar a mulher, presente em muitas coisas, algo que a deixa chocada, segundo suas palavras. Também afirma a falta de relação de amor entre o homem e a mulher é o que leva a muitos abortos. Quando a mulher sabe que pode contar com o apoio de seu parceiro, abortos poderiam ser evitados.

Por fim, discute o uso da sigla IVE – *la interrupción voluntaria del embarazo* – para providenciar o procedimento abortivo no sistema de saúde espanhol. C4003 disse que deveria se chamar interrupção violenta da gravidez. Gostaria que quando um médico ou uma trabalhadora social firmam um IVE, quando recomendam um IVE para as gestantes, informassem que estão recomendando ***una interrupción violenta del embarazo***, em virtude de sua condição de trabalho, familiar, migração, entre outros; *"é melhor que você acabe violentamente com a vida de seu filho, porque se você não fizer nada esse filho vai nascer"* [C4003].

Diante desse termos e ideias propagadas, C4003 procurou se desenvolver, especialmente em sua espiritualidade, "depois de ter gradualmente ter se despido de algumas capas, camadas que foram construídas em torno de si durante a vida; muros muito grandes;" como a ideia de que não poderia confiar nos homens, ou que eles só a querem por sexo.

C4003 conta que, apesar de atualmente estar conversando sobre o assunto com outras pessoas, continua tendo sessões de terapia e que sofreu por muitos anos com o seu passado. "*Sofri muitos anos e não raro me comovo, mas demorou para eu conseguir falar do assunto. A dor é muito forte, dura."* [C4003]. Com base nessa vivência C4003 justifica a sua opção por ajudar:

> *Se há algo que posso dar aos meus filhos não nascidos é justiça. E a justiça é desmontar a mentira, porque para mim não posso denunciar o médico que praticou, porque é legal. Não posso denunciar a pessoas que não me impediram de fazer isso porque disseram respeitar a minha opinião. Eu não posso pedir uma justiça legal, mas eu posso fazer uma justiça vital, digamos. [...] denuncio, publico e ainda manifesto que uma intervenção violenta na gestação te destroças, que não é fácil sair daí, mas é possível. O amor que se recebe é importantíssimo, porque depois recebi muitos* [C4003].

C4003 também revela que perdura ainda um peso pelo passado. *"A mim não foi possível me perdoar. Eu rechaçava a ideia de ter sido vítima. Porque eu admito, eu fui voluntariamente à clínica."* [C4003]. Ela procura manter, a cada ano que passa lembra dos filhos, e diz procurar ter uma relação de amor com eles, embora não estejam vivos os dois primeiros. *Essa relação eu mantenho, apesar que seja de uma dimensão simbólica, espiritual [C4003]*. Ela se separou

do marido e nunca conversaram sobre o assunto do aborto. Ela não teve a chance de lhe perguntar: "*como se sente por ter dois filhos mortos?"* Ela não sabe dizer se ele chorou ou não.

C4003 conta que ouviu muitas histórias. E diz que quando se procura a terapia, não se chega abordando sobre o aborto passado, pois não se percebe a relação com o que se passa no momento. Como por exemplo, expressões de tristeza, sonhos.

O que C4003 recomenda: (1) acompanhar mulheres que fizeram um aborto; (2) esclarecer que um filho não tem potencial de destruir a vida de uma mulher; (3) que se a mãe não quer assumi-lo ou cuidá-lo, há outras vias, como a adoção; (4) se um dia ela se arrepender da adoção e quiser voltar a ter relação com seu filho, de que pode ter e pode ser feliz, em seu desenvolvimento.

C4003 dá sentido a seu próprio testemunho dado na conferência ao afirmar que uma mãe que fez um aborto não consegue curar uma ferida de coração, entendida a partir de sua fala como uma grande culpa, peso. Mas isso não impede que possa seguir a diante, que possa ajudar a salvar outras vidas, que possa ser mãe depois. Com o testemunho se pode salvar muitos outros e outras crianças.

C4003 aconselha que não se pode esquecer dos vínculos que supõe a chegada de um bebê no mundo. Ela reconhece que *"nunca foi consciente naquele momento que eu era a mãe e que minha mãe era avó, sem contar o avô*", ausente nesses momentos. Negar essa relação, que é um vínculo, é um problema. "*Acho que isso minha mãe não sabia e a mim não chegou por ter sido criada dessa maneira, sem saber que é uma vida sagrada, a qual se deve respeitar, proteger e cuidar. Agora que está com o neto, "¡madre mia! Precisa vê-la*." [C4003].

Então lembra do caso de uma jovem de 16 anos que queria seguir com a gestação, mesmo que não tinha um relacionamento instável. Ela morava com a mãe. Foi a mãe (a avó no caso) quem não queria que ela tivesse o bebê. A ameaça foi muito clara: *'tu no vais a tener esse hijo, si lo tienes se vais desta casa.'* C4003 destaca a maturidade da jovem de 16 anos, *"imagine, sair de casa e pensar, 'o que eu vou fazer?' Mas não é só isso. E o que eu vou fazer com uma criança?"*.

Muitas mulheres justificam o aborto alegando [C4003 sinaliza entre aspas com as mãos] "proteger o seu filho", de uma desgraça futura, como viver com alguma deficiência. Além dessa justificativa, alega-se que a criança pode viver na rua, entre outros problemas possíveis enfrentados pelas gestantes, em que se está implícito o aborto como uma [entre aspas com as mãos] "prevenção".

Sobre a questão do aborto e o feminismo, C4003 tece alguns comentários, afirmando que o aborto é super machista, se o que importa é nos empoderarmos. A mulher tem muita força

quando tem um bebê em seus braços. Empoderamento da mulher passa por ela mandar na sexualidade. O pensamento moderno, progressista, feminista, dá a entender que a liberdade sexual implica não amar. Há uma dissociação entre sexo e amor. Cita exemplos: o jovem popular na escola não é o que se apaixona, ou é amoroso. Isso é entendido como uma debilidade hoje. E o sexo passa a ser visto como uma coisa física, material. Cabe aos pais educarem sobre essas questões. A reivindicação feminista positiva de C4003 é: não é direito que uma mãe, que uma mulher não conte com todo o apoio que necessite, para seguir adiante com seus estudos. Para seguir adiante com sua carreira profissional. Para ter creches gratuitas se não pode pagar. Não é certo uma mulher ter que matar a sua maternidade. E afirma: *"Nós mulheres temos o direito de escolher como e quando ficar grávida, mas a partir do momento em que já estamos grávidas, aí não há mais o que decidir."* [C4003].

C4003 reconhece a importância da RedMadre, instituição que merecia ser mais conhecida pelo que faz. Porque uma mãe, tendo a segurança que não vai estar sozinha, que vai ter ajuda, salva a ela e ao bebê, e ao pai. Mas é triste que só uma entidade privada, uma entidade civil, está fazendo isso, o que seria papel da Administração Pública, concordam ambas na mesa. Esse ano se inverteu as coisas: "34 milhões [de euros] para financiar o aborto e apenas 3,6 milhões para ajudar a mulher gestante. Isso é injusto!", comenta a voluntária de Aragón.

C4003 convida a todos a fazer algo, todos tem algo a fazer. Orientar os jovens, nas tertúlias. Que mães e pais orientar e dialogar. Os homens jovens não estão mais se envolvendo porque se diz que o direito é da mulher, devido a uma guerra de gênero, um movimento violento que é o feminismo, que pedem o direito ao aborto. Diante disso, C4003 prefere a via do amor, como via *"mais estratégica, assertiva, e sem conflito"*. Os homens podem começar apoiando as mulheres gestantes. Inclusive apoiando organizações como a RedMadre. A maternidade também é algo que importa aos homens.

Já a voluntária de Aragón fala que o que mais precisam é saber escutar, a toda a angústia das mulheres. Comenta da importância de se oferecer uma escuta ativa, procurando entender as mulheres, sem interrompê-las. Recomenda ainda que esse trabalho seja feito por uma voluntária que realmente valora a vida e que saiba como fazer. *"Às vezes estamos até juntos no parto."* (FUNDACIÓN REDMADRE, 2020, *online*).

Outra forma de informar e difundir o trabalho tem sido pela realização de palestras e congressos sobre o tema, buscando-se abertura em universidades e colégios, o que é muito difícil, muitas vezes "porque não é politicamente correto".

Outros temas complementares e participações do auditório poderiam ainda ser apresentados, mas procurei trazer aqueles que mais contribuiriam para entender o mini caso da voluntária C4003 e a atuação da organização, bem como sua visão sobre o problema.

Terminada a apresentação do mini caso da voluntária C4003, tem-se por finalizado a apresentação de mini casos da organização 4, bem como do relato dos quatro casos, foco deste estudo. Passo agora a apresentar uma análise dos casos apresentados, para então abordar os elementos práticas, instituições e bens externos a partir da perspectiva de MacIntyre (2007) da ética das virtudes.

4.3.5 Análise dos casos apresentados

Nesta subseção apresento uma análise dos casos, como uma forma de compilar os achados do ponto de vista das organizações. Tendo em vista o objetivo de compreender como os voluntários dessas organizações atuam, faz-se premente conhecer alguns aspectos organizacionais, baseando-se em pressupostos teóricos abordados no referencial deste estudo.

Entre tais pressupostos, está o conhecimento de que as organizações que atuam com objetivo de prestar ajuda ou apoio a gestantes podem adotar diferentes formas de atuação (HUSSEY, 2013; MUNSON, 2008; 2018). Conforme o contexto em que atuam, podem optar por uma ação mais voltada para resolução de problemas locais, ao invés de tentar uma oportunidade política para promover mudanças na legislação (HUSSEY, 2013). Podem ainda adotar diferentes formatos, como encontrado no contexto norte-americano: (1) centros de ajuda à gravidez, ou *pregnancy help centers*; (2) ação política tradicional; (3) ação direta para conter o aborto em clínicas individuais (ações de resgate, como observa Maxwell, 2002) e (4) trabalhos de educação pública (MUNSON, 2008; 2018). Por fim, podem optar por diferentes estratégias para posicionar-se em relação à religiosidade, optando por uma religiosidade institucionalizada, interiorizada ou não associada (FAÚNDES, 2015).

Com base nisso, considerei que poderiam ser encontradas organizações que adotassem desde práticas voltadas para a ajuda e apoio direto, ou "na proteção", bem como outras voltadas **"para a proteção"**, no sentido de defesa e atuação mais pública e política sobre a questão. Apresentei os casos das quatro organizações com base nos documentos, entrevistas e observações de campo, compondo um quadro de informações iniciais que permitem subsidiar a análise de alguns dos elementos organizacionais. Assim, considero nesta subseção uma análise conjunta das práticas organizacionais, para depois fazer uma discussão das práticas segundo a perspectiva de MacIntyre (2007). Em seguida, discuto as práticas voltadas para

mobilização de recursos, ou bens externos (MOORE; GRANDY, 2016), apresentando duas práticas em específico.

Depois de ter discutido as práticas e bens externos, a partir da perspectiva de MacIntyre, volto-me a analisar os elementos teórico-analíticos das virtudes morais e prudência em uma nova seção.

4.3.5.1 Práticas organizacionais "na" proteção e ajuda

As práticas organizacionais ditas "na proteção" e ajuda a gestantes e bebês são aquelas práticas sociais mantidas pelas organizações e realizadas pelos voluntários na ajuda direta às gestantes e família. São práticas que se voltam, como observa Hussey (2013) a ajudar diretamente as gestantes na esfera local, de determinada comunidade. Entre os quatro casos, encontrou-se dois tipos de práticas na proteção, que podem ser chamadas de:

1) práticas receptivas: organização aguarda o contato da gestante para realizar a prática de ajuda, apoio ou proteção;
2) práticas proativas: a organização ajuda ou apoia à gestante indo até a sua comunidade e residência;

A organização 1, o Grupo Abelhas mantém práticas de assistência e apoio a gestantes concentradas nas tardes de terças-feiras no formato receptivo. A principal característica dessa forma de ajuda é que, as gestantes interessadas precisam aderir à proposta de participar de pelo menos dez encontros durante a gestação, período que participará de oficinas de tricô, palestras e receberá ajuda material.

O fluxo das atividades inicia com o cadastramento das gestantes e observação da carteira da gestante de acompanhamento do pré-natal. A cada terça-feira, a gestante faz a oficina de tricô, participa da palestra, recebe lanche preparado e servido pela organização e ganha uma pequena cesta de alimentos. Perto da data prevista de parto ou quando já concluída as dez participações, ela ganha um kit enxoval para o bebê, contendo também materiais de higiene para a mãe. Entre os materiais do kit alguns são confeccionados pelas próprias voluntárias, pois algumas delas costuram, fazem roupinhas de tricô e sapatinhos. Assim as gestantes concluem sua participação na organização.

A proposta da organização 1 em contar com a assiduidade das participantes é algo que se distingue de outras iniciativas locais. Outras entidades fazem doações de kits enxoval para as gestantes, mas não requerem essa assiduidade. Para receber, as gestantes precisam participar

ao longo de sua gestação, o que para algumas pode ser uma obrigação, enquanto para outras parece ser prazeroso e mesmo necessário. Algumas gestantes de fato se empenham em aprender o tricô e seguem produzindo com a técnica. Para outras gestantes, a ajuda com a pequena cesta básica semanal é o que contempla uma necessidade de recursos, devido às condições socioeconômicas. Durante todo esse itinerário a interação entre gestantes e voluntárias é constante, por momentos que compartilham conhecimentos e vivências, sendo práticas essencialmente sociais. Como Moore e Grandy (2016) argumentam, as práticas na perspectiva de MacIntyre são consideradas práticas sociais, pois são compartilhadas ou vividas por uma comunidade, conhecido como comunidade baseada em práticas (BEADLE; KÖNIÖT, 2006).

A organização 2, a PCr, considerando o acompanhamento que fizemos do trabalho em uma diocese, desenvolve práticas de ajuda e proteção da gestante e crianças de características proativas. As práticas da PCr se pautam no percurso descrito como ver, julgar, agir, avaliar e celebrar, expresso em seu material sobre Desenvolvimento Infantil (PASTORAL DA CRIANÇA, [20--]).

O percurso equivalente ao "ver, julgar e agir" corresponde à prática proativa da visita domiciliar, as quais são realizadas mensalmente por voluntárias que visitam as famílias e gestantes em suas casas, geralmente nas comunidades mais necessitadas. As voluntárias informalmente também procuram se informar se na comunidade há alguma nova gestante ou alguma família precisando de ajuda, o que lhe demanda estar sempre em contato com moradores, vizinhos, conselheiros do bairro e com os párocos locais.

A segunda prática proativa, correspondente ao "celebrar", é o dia em que se realiza a Celebração da Vida – encontro mensal de confraternização e momento de compartilhar com outras famílias, com a presença de gestantes, pais, filhos, voluntárias e coordenadora.

A organização 3, Andevi, adota práticas receptivas para atender as mulheres conforme procuram, por iniciativa própria, pela organização, contando também com a indicação de pessoas externas que conhecem seu trabalho. As práticas receptivas correspondem ao atendimento médico e psicológico gratuito, manutenção de linha telefônica para contato e orientação, ajuda com doações de artigos. Estendendo-se a análise para a ajuda a pessoas idosas, poderia se tratar de uma prática proativa, pois os voluntários vão até as pessoas para ajudar.

A organização 4 adota práticas receptivas e proativas para ajudar as gestantes e mulheres que lhes procuram. A parte proativa corresponde ao serviço de distribuição e entrega de doações, uma prática corrente da organização e intensificada no período de pandemia, em que se buscou entregar kits para a gestante e materiais para cuidados com o bebê para as gestantes acompanhadas.

Em suas práticas receptivas incluem-se: assessoramento e apoio psicológico, médico e legal, gratuitos, apoio na busca de emprego e cuidados infantis, alojamento em abrigos de emergência/casa de acolhida, acompanhamento personalizado durante a gravidez, apoio para amamentação materna, atenção psicológica pós-aborto e manutenção de linha telefônica de atendimento. Para as gestantes também se oferecem formações para o cuidado durante a gravidez, parto e puerpério e sobre o cuidado do recém-nascido, práticas que se caracterizam por serem direta às gestantes, ou seja, na proteção.

4.3.5.2 Práticas organizacionais "para" a proteção e ajuda

Algumas das organizações desempenham também práticas "para a proteção", especialmente via propostas de difusão da informação e por construírem sua identidade associada à defesa da maternidade e da gestação. Podem ser consideradas práticas voltadas para a proteção:

1) práticas avaliativas/de reflexão: realizadas internamente, entre voluntárias, como forma de avaliar os trabalhos em curso e identificar como as práticas (receptivas ou proativas) podem ser melhoradas;
2) práticas formativas: desenvolvidas para formar e capacitar voluntários;
3) práticas informativas: divulgar ou difundir o trabalho, os valores, o conhecimento sobre a questão da maternidade e do aborto.

No Grupo Abelhas, a prática da organização de características avaliativas e reflexão é o Momento Abertura, em que as voluntarias se reúnem para iniciar o trabalho, deliberam sobre assuntos do dia, dedicam um momento à oração e decretam o início do atendimento. Ela não tem desenvolvido práticas formativas e informativas voltadas para voluntárias ou público externo.

A organização 2, a PCR, tem como práticas para a proteção algumas atividades avaliativas e de reflexão, como também de formação. A prática de características mais avaliativa é o encontro para reflexão e avaliação, os quais correspondem aos encontros entre voluntárias de uma comunidade, com periodicidade mensal, como também há encontros regionais de uma diocese e os encontros estaduais, reunindo coordenadoras de um estado, em um dia para avaliar o ano, compartilhar oportunidades e desafios e planejar o período seguinte.

As práticas formativas correspondem às capacitações de líderes, o qual é o primeiro passo para alguém se tornar voluntário da PCr. Depois da capacitação, os voluntários fazem a

primeira visita domiciliar para aprender na prática os conhecimentos e orientações discutidos na capacitação. Há também treinamentos similares para coordenadoras, além de uma variedade de conteúdos que se desdobram em cursos específicos, como treinamento para recreação com crianças, treinamento sobre questões nutricionais, de saúde, entre outros.

As práticas informativas da PCr abrangem a publicação de revistas periódicas, material de capacitação, manutenção de um endereço eletrônico com informativos diversos sobre a organização. Ela não atua diretamente em debates políticos, mas a CNBB, com a qual mantém vínculo enquanto atividade pastoral, esteve ativamente participando dos debates, como apresentado na subseção 4.1.5 sobre as Dinâmicas da agenda do aborto.

As práticas formativas da organização 3, Andevi, acontecem por meio de oficinas e palestras de formação direcionadas aos voluntários, jovens da Fundação Rioarriba e estudantes da comunidade. Como prática informativa se realizam conferências e se mantém a produção e publicação de boletim informativo bimestral. De acordo com a missão da organização, buscam formar, viver e difundir a cultura da vida, que corresponde à defesa ao direito à vida desde a concepção até a morte por causas naturais. Excetuando-se as práticas informativas, as demais são práticas com algum grau de interação social, neste caso sendo as práticas formativas as que envolvem mais pessoas.

A organização 4 também busca, além de apoiar as gestantes, difundir a cultura da vida. Suas práticas formativas envolvem o treinamento e formação de voluntárias e fortalecimento da rede de voluntários e associações distribuídas pela Espanha. Entre suas práticas informativas podem ser citadas: divulgação de informações sobre ajudas públicas e privadas disponíveis na Espanha para apoio à maternidade, testemunhos de mulheres que compartilham sua história de vida, participação e organização de congressos para debater sobre a defesa da vida e sobre o aborto.

Analisando conjuntamente, vemos que as organizações desenvolvem práticas de diferentes naturezas, ao que foi chamado de práticas na proteção direta - caracterizadas como receptivas e proativas conforme o grau de envolvimento na comunidade - e práticas para a proteção - caracterizadas como as práticas avaliativas/reflexivas, formativas e informativas. Certamente esta pesquisa não cobre todas as práticas desenvolvidas pelas organizações, mas contribui para compreender inicialmente por quais práticas elas ajudam as gestantes, o que passo a discutir agora a partir do conceito de prática de MacIntyre (2007).

4.3.5.3 Práticas de ajuda a gestantes à luz da perspectiva macintyreana

Tendo feito uma análise das características das práticas, passo agora a discuti-las a partir do conceito de prática de MacIntyre (2007). O autor concebe a organização a partir da relação entre práticas e instituições. As instituições são abordadas a seguir, quando trato da busca por bens externos. De momento, retomo o conceito de prática estabelecido por MacIntyre (2007, p. 187) para explicitar a análise:

> Qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa socialmente estabelecida através da qual os bens internos a essa forma de atividade são realizados no curso da tentativa de alcançar aqueles padrões de excelência que são apropriados e parcialmente definidores para essa forma de atividade, com o resultado de que as capacidades humanas para alcançar a excelência e as concepções humanas dos fins e bens envolvidos são sistematicamente ampliados (MACINTYRE, 2007, p. 187, tradução nossa).

Moore e Grandy (2016) explicam que, através das práticas, os bens internos a essas práticas podem ser alcançados, desde que alcancem a excelência de tal forma de atividade em termos de produtos e serviços, bem como na perfeição (aperfeiçoamento) dos agentes, em termos morais.

Com base nesse conceito de prática deve-se perguntar se as práticas citadas anteriormente podem ser consideradas práticas nos termos do conceito macintyreano. Moore e Grandy (2016) reconhecem que o autor restringia o conceito para práticas complexas, como por exemplo a agricultura, e não a plantação de uma hortaliça. Porém, Moore e Grandy (2016) adotam a perspectiva de que se pode considerar práticas quando elas contribuem para o alcance do bem comum.

Por outro ponto de vista, sabe-se que MacIntyre (2007) considera também os papeis assumidos por alguém ao longo da vida, dentro dos quais alguém que se torna excelente em uma prática poderia vir a realizá-la a partir de novos papeis (FERRERO; SISÓN; GUITIÁN, 2018). Por exemplo, alguém que estudou muito matemática durante a vida, se tornou professor e agora decide ajudar outras pessoas através do domínio que tem na matemática, contribuindo para que outras pessoas aprendam sobre matemática. Assim, com sua excelência em uma prática, ele poderia contribuir para o bem comum de sua comunidade, tendo o cuidado de equilibrar sua vida nos diversos papeis assumidos: como professor, como filho, pai, com os amigos, no trabalho, na sua atividade voluntária, entre outras atribuições.

Por este caminho de análise é possível considerar que, os voluntários participantes das organizações podem ter uma prática pela qual se identificam, a qual realizam muito bem, com excelência, a partir da qual possam vir a colaborar por meio de uma atividade voluntária. Entre

os voluntários, por exemplo, tem-se alguns casos de voluntárias formadas em enfermagem, e que foram enfermeiras por muito tempo, uma profissão em que tiveram contato com pessoas em emergências e necessidades, e na qual puderam exercer a prática de cuidar e de ajudar, aprimorando sua técnica e sabedoria para tal, como sugerem Phillips e Hall (2013). Os fundadores de duas organizações, C4001 e C2001, por sua vez, se formaram médicos e, a partir de suas experiências profissionais e vivências, conhecimentos e valores, contribuíram pra fundar uma organização com o propósito de ajudar as gestantes e defender a maternidade e a vida. Além do papel de médico, vinculado a um hospital, universidade ou à saúde pública, começaram a se dedicar ao serviço voluntário, assumindo mais esse papel em sua comunidade, dentre outras responsabilidades. MacIntyre considera que as virtudes são bens internos às práticas e que tais práticas estão socialmente integradas, imersas socialmente (FERRERO; SISÓN; GUITIÁN, 2018).

Na perspectiva de MacIntyre, o propósito da organização está atrelado às suas práticas, com as quais se desenvolvem bens internos (virtudes ou excelências). O propósito é considerado "a medida em que os bens internos da (s) prática (s) no centro da organização contribuem para o bem primordial da comunidade" (MOORE, 2012a, p. 366, tradução nossa).

Por outro lado, para as organizações sustentarem suas práticas e a si mesmas elas precisam ser capazes de conseguir mobilizar recursos necessários para a realização de tais práticas, o que MacIntyre (2007) define como bens externos. Na apresentação dos casos foram citadas as principais formas que as organizações mobilizam recursos, ao menos os recursos financeiros e materiais. Dedico agora uma pequena subseção para considerações sobre a busca por bens externos a partir dos casos analisados.

4.3.5.4 Atos na proteção à vida e apoio à gestação

Uma série de ações foram relatadas por voluntários que estão em contato direto com gestantes, em práticas de orientação, ajuda, doação de materiais entre outras iniciativas. Da mesma forma, outras ações são inerentes às práticas para formar e informar para a defesa da vida e da dignidade humana. São atos concretos descritos pelos entrevistados e exercidos quando estão realizando as práticas mantidas pelas organizações, ou seja, são atos necessários à realização das práticas. Nesse sentido, procurando identificar a ação dos voluntários, sintetizo atos descritos nos minicasos analisados. O Quadro 31 apresenta a lista com a descrição de cada ato.

Quadro 31 - Descrição dos atos envolvidos na proteção à vida e apoio à gestação

Atos na proteção à vida e apoio a gestação	Descrição
Aceitar	Aceitar as pessoas e o seu jeito de ser, bem como promover a aceitação e fomentar o otimismo em situações de vulnerabilidade.
Ajudar	Ajudar a mulher que está pensando em abortar; ajudar a amar ainda que esse respeito pela vida do filho signifique sacrificar seus projetos ou seu tempo livre; ajudar as famílias a criarem seus filhos com saúde, amor e respeito. Ajudar com recursos e com apoio psicológico e espiritual.
Amar	Amar o que se faz como voluntário e querer o bem integral da pessoa humana. Amar é uma vivência que contempla várias dimensões. Amor pelos demais é querer, desejar e fazer o bem.
Cuidar	Ato de se dedicar a alguém, "entregando" algum bem psicológico, afetivo ou moral à pessoa cuidada. Mostrar por ações que você se importa com alguém.
Dar alternativas	Ajudar as gestantes a perceberem alternativas possíveis em um momento decisório difícil, baseando-se em informação e ajuda oferecida pela organização.
Ensinar a ser	Ensinar a ser um voluntário que busca defender a vida desde a concepção, o que envolve conhecer, viver o conhecimento e difundi-lo para os demais.
Escutar	Disposição para ouvir atentamente o que as mulheres têm a dizer sobre sua situação ou dificuldade, sem interromper ou julgar a pessoa que fala, respeitando suas preferências e visão de mundo.
Não julgar	Disposição para compreender o contexto e a realidade da ação de outras pessoas, sem manifestar juízos de valor ou críticas do que acontece, para permitir um melhor entendimento das circunstâncias envolvidas. Conter a capacidade de julgamento da *phronesis* por meio da aceitação de uma realidade de outra pessoa, de modo a estabelecer um relacionamento de confiança e abertura para a orientação.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Tais atos poderiam ser descritos por si mesmos como virtudes ou competências que os voluntários que atuam pela proteção a vida de gestantes de bebês tendem a exercer. Certamente são ações que se repetem com o passar do tempo e que podem ser aprimoradas. São as ações por outro lado, que quando consistentemente repetidas se tornam hábitos, isto é, virtudes, passando a ser características constituintes de alguém. Por isso, considero que tais atos quando realizados com perfeição, na medida e momento certo, refletem virtudes morais e prudência, as quais abordo na seção 5.

4.3.5.5 Bens externos e instituições

Nesta subseção, discuto brevemente a busca de bens externos pelos casos em análise, procurando reunir as diferentes formas de mobilização de recursos adotadas em cada caso. A

intenção não é discutir a relação entre prática e instituições e se a busca por bens externos corrompe as práticas. Limito-me apenas em analisar os bens externos reconhecidos pelas organizações.

Segundo Beabout (2017), os conceitos de práticas e instituições para MacIntyre estão intimamente ligados. As práticas precisam de uma instituição para se sustentarem, instituição esta que busca prover os bens externos necessários às práticas, tais como dinheiro, materiais, poder e prestígio. Uma instituição contribui na obtenção e na distribuição de recursos. Uma vez que as instituições podem ter uma certa predileção por priorizar bens externos, entre eles recursos econômicos e poder, poderiam vir a deixar os bens internos em segundo plano.

A preocupação de MacIntyre (2007) é de que as instituições de uma sociedade venham a dar preferência pela busca dos bens externos, em detrimento dos bens internos às práticas, isto é, as excelências do caráter. O objetivo das práticas é o alcance das excelências, ao passo que o objetivo das instituições são padrões mensuráveis de sucesso externos às práticas (BEABOUT, 2017).

Os quatro casos desenvolvem práticas para mobilização de recursos, com fins de captar dinheiro para manutenção própria da organização, materiais e donativos que serão repassados às gestantes e famílias.

O Grupo Abelhas optou por não buscar recursos do poder público ou depender de uma forma de ajuda associada a agentes ou partidos políticos, buscando resguardar a sua autonomia e para evitar ter que manter processos de prestação de contas, segundo C1001. Essa opção, por outro lado, exige um esforço contínuo de captação e uma dependência da doação de particulares, o que explicaria em parte as várias práticas de mobilização de recursos continuadas na organização: brechó, bingo, venda de geleias e artesanato, recepção e de donativos e materiais, bem como alimentos para distribuição.

Conforme as práticas observadas na organização, algumas vezes a busca por bens externos, especialmente os recursos financeiros e para doação ocupava mais tempo de trabalho das voluntárias do que a ajuda direta em si. As práticas para as gestantes, por outro lado, se mantiveram iguais e constantes ao longo dos anos. Em alguns momentos houve sinais de uma valorização maior das voluntárias que ajudavam na obtenção de bens externos (recursos e prendas para brechó), mas não posso afirmar a influência da busca por bens externos sobre as práticas.

No caso das demais organizações, elas mantêm parcerias com agentes públicos e privados para a captação de recursos, bem como recebem doações de particulares e mantém

sistema de adesão de sócios mensalistas. Por isso, mantêm sistemas de prestações de contas para o público em geral, e adotam algumas práticas de transparência.

No caso da PCr, para cada informação de criança e gestante visitada mensalmente no setor, é repassado o equivalente a R$ 1,00 real por pessoa acompanhada. Um problema atual com que estão lidando é com a adesão a um aplicativo de celular para registrar os dados de atendimento. Nem todas as voluntárias sabem utilizar ou têm recurso suficiente via celular. Com isso, as voluntárias fazem o trabalho, mas por falta do registro, o setor deixa de receber o repasse do recurso (esse recurso é usado para custear despesas de locomoção e lanches usados nos encontros). Isso tem imposto uma dificuldade para as práticas principais da organização, especialmente para a visita domiciliar e gerando um problema para voluntárias e coordenadores. As voluntárias acreditam que o aplicativo é algo bom para a organização, mas nem todas as voluntárias conseguem utilizá-lo. Por isso, a organização permite ainda o envio pelo sistema em papel.

A organização Andevi busca bens externos tais como recursos materiais e apoios econômicos por meio de organização de eventos solidários para arrecadação de donativos ou recursos financeiros, relacionamento com sócios mantenedores (cidadãos que aportam uma doação regularmente), parceria com paróquias para acolhimento de donativos e instituições doadoras de recursos para projetos, inclusive o poder público.

A corrida solidária *Maratón del Niño* é uma prática de captação de recursos (alimentos), em especial, que é realizada de forma cooperativa com a comunidade. Ela tem por objetivo arrecadar alimentos e donativos para serem doados a gestantes em necessidade. Para participar da corrida, as famílias doam um alimento para a inscrição dos filhos. Essa prática, mesmo que para captação de recursos, envolve a comunidade em uma prática de solidariedade, permitindo que as crianças vivenciem uma prática saudável para sua vida – o esporte – ao mesmo tempo que ajudam a futuras mães, contribuindo para o bem comum, na medida com que se pratica a solidariedade.

A organização RedMadre mobiliza seus recursos de ordem econômica e material a partir de: programa de adesão de sócios mantenedores, arrecadação de materiais de cuidados com o bebê: fraldas, materiais de higiene, por meio de parceria com organizações apoiadoras e contando subvenções públicas e privadas. Além disso ela procura fortalecer a articulação em rede das associações espalhadas pelo território espanhol, bem como se insere nas redes de atores pró-vida espanhol (FEAP) e presentes na Europa, como a *One of Us*, assim fortalece-se a rede e ela se fortalece, angariando poder e apoio mútuo nesse lugar que ocupa entre esses atores.

O *status* ou prestígio de organizações defensores da vida ou pró-vida é uma questão controversa. Enquanto os opositores criticam suas práticas, os apoiadores demonstram acordo, ajudam com donativos, e evidenciam seu papel na ajuda de mulheres. Como elas têm essa dificuldade, garantir prestígio é uma tarefa complexa. Possivelmente, para resguardar as práticas principais e o propósito da organização, sejam necessárias adaptações e mesmo tentar administrar certo grau de poder ou prestígio.

Com isso, concluo a discussão sobre bens externos, bem como a subseção de análise dos casos apresentados. Nesta seção 4.3.5, foram analisadas as práticas desenvolvidas na proteção direta a gestantes - práticas de características receptivas e proativas – e práticas para a proteção – de características avaliativas/reflexivas, formativas e informativas. Em seguida, discuto tais práticas à luz do conceito de práticas de MacIntyre (2007), corroborando Moore e Grandy (2016) sobre a consideração como práticas para aquelas atividades que contribuem para o bem comum, as quais também podem ser alcançadas a partir da sabedoria prática de profissionais como médicos e enfermeiras que se dedicam para ajudar gestantes da comunidade, por meio do voluntariado. Por fim, apresentei uma discussão de práticas e bens externos à luz da perspectiva de MacIntyre (2007).

Dou agora continuidade à análise dos achados do campo à luz da ética das virtudes, tratando da perspectiva dos voluntários, suas motivações e virtudes morais mais significativas.

5 UMA INTERPRETAÇÃO À LUZ DA ÉTICA DAS VIRTUDES

A pergunta norteadora desta tese tem sido compreender como atuam voluntários de organizações de proteção à vida de gestantes e bebês à luz da ética das virtudes. Até aqui, articulei métodos e referencial para apresentar os resultados e descrever os principais achados do estudo de casos múltiplos. Ao longo desse processo, que envolveu uma análise relativamente grande de dados, *insights* foram ocorrendo ao longo do processo. Alguns não se confirmaram, mas outros ainda se sustentam. São estas primeiras interpretações que lanço nesta seção, de modo a permitir uma análise do leitor e do público em geral interessado sobre o tema.

Como procurei destacar, a pessoa é um elemento fundamental tanto para a perspectiva da ética das virtudes quanto para organizações que atuam pela proteção da vida de gestantes e bebês. Por isso estou considerando os voluntários de tais organizações, para procurar entender as virtudes morais presentes em suas práticas ou ainda aquelas que buscam aprimorar. Pela característica dos procedimentos metodológicos, conseguimos acessar mais o que os voluntários percebem como virtudes morais e aquilo que subliminarmente está presente no que fazem, limitando-se ao que foi possível observar ou ao que foi narrado. Isto não quer dizer, no entanto, que tais virtudes sejam válidas somente para o próprio agente. O que tento expor nesta seção é que, pela ajuda, pelo exemplo, pela solidariedade, algumas virtudes são apreendidas por quem recebe ajuda, enquanto outros atos se refletem em benefícios para as pessoas e para a sociedade.

Nesta seção articulo o que considero estar relacionado aos elementos da ética das virtudes, especialmente às virtudes morais e à prudência. Na apresentação dos casos procurei descrever as principais práticas organizacionais, voltadas para gestantes, para voluntários, para a comunidade ou para a mobilização de recursos; na seção temática considerei atos mais narrados como modos de atuar. Agora, considero bens internos de tais práticas, as virtudes morais.

O que encontrei foram diferentes formas ou atos para ajudar, receptivos ou proativos, que tiveram origem em motivações dos voluntários para ajudar pessoas ou por uma motivação transcendental, como voltados para Deus, com o propósito de ajudar pessoas (sem excluir a ajuda a si mesmo) e a comunidade como um todo. Agindo dessa forma os voluntários se tornam prudentes, corajosos, solidários, humildes, temperantes e magnânimos (dão esperança). Tais voluntários tem diferentes trajetórias de vida. Para quem já passou por um aborto, estar na organização é uma forma de buscar aceitar-se e perdoar-se, uma tentativa para, de alguma forma, lidar com uma decisão que não se ajusta facilmente à trajetória de vida. Essa vivência

pode contribuir para que se possa ajudar gestantes que passam pelo mesmo drama. A virtude de conseguir ajudar a pessoa a vislumbrar alternativas, a vislumbrar um futuro possível, a conseguir estabelecer prioridades claras, é a virtude da esperança, exercida por alguém magnânimo que, com prudência, encontrou a maneira certa e o momento crucial para ajudar.

Entre as outras virtudes morais que apresento, algo peculiar a respeito do julgamento, um dos atos da prudência, cabe antecipar. O julgamento se mostrou um aspecto muito importante pois, para as práticas de proteção à vida, ficou evidente, segundo vários voluntários, que há momentos de **julgar** e outros de **não julgar**, ou seja, que há momentos que este ato da prudência deve conter-se para conseguir ajudar gestantes em situações muito particulares.

5.1 SOBRE A MOTIVAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS

Os voluntários apresentados como mini casos têm em comum um vínculo estável com a organização em que contribuem, mesmo no caso daqueles que desempenham outras atividades, na esfera profissional, por exemplo. Conhecendo cada organização, foi possível reconhecer que além desses **voluntários internos**, as organizações contam com o apoio de **voluntários externos**, ou seja, que contribuem pontualmente em alguma prática ou evento, como em palestras e oficinas. Além deles, também podem contar com **apoiadores**, que nesse caso se refere a grupos de pessoas ou iniciativas que participam ou auxiliam em atividades. Por exemplo, uma "ajuda da comunidade local" consiste em uma participação e contribuição eventual, mas sem especificar quem são essas pessoas. Algo que estava envolvido, por exemplo, em campanhas solidárias e de arrecadação, em marchas pela vida em que cidadãos com os mesmos valores participam das "caminhadas" e "bicicletadas" pela vida, ou "*veladas*" pelos não-nascidos. Há apoiadores também que se engajam pelas redes sociais, algo que as organizações, especialmente as espanholas, procuram desenvolver. Contudo, concentro-me nos mini-casos abordados, para compreender seus atos do ponto de vista da ética das virtudes.

Os atos relacionados às práticas de proteção e apoio a gestantes e bebês foram apresentados na seção de análises temáticas. Considerando voluntários e seus atos, me pergunto sobre quais seriam as suas motivações para se envolverem com tais práticas (GUILLÉN; FERRERO; HOFFMAN, 2015). Viu-se que os voluntários têm diferentes perfis, trajetórias de vida e estão imersos em contextos diferentes, mas ainda assim há alguns pontos em comum, bem como outros divergentes.

Para alguns, a participação na organização foi proporcionada em virtude dos vínculos de amizade entre os voluntários, o que contribui para a realização de certas motivações

intrínsecas, como o sentido de pertencimento e afeto. Tal motivação ainda se complementa por uma dimensão mais altruísta, voltada para o bem das gestantes e filhos. E claro, algumas novas voluntárias podem chegar ao acaso a ter contato com a organização, para só então, a partir daí, estarem atentas à importância das práticas de tais organizações. Assim vejo os mini-casos da organização 1. Os voluntários afirmam que *"a gente ganha muito mais do que se dá*" [C1003], mostrando como percebem os bens afetivos e morais que recebem a partir do serviço voluntário: sentimento de pertencimento a uma família, gratidão pela vida, saber que está doando para ajudar os outros, bem como o desenvolvimento de constância, responsabilidade, honestidade e paciência.

Para algumas pessoas esse "chamado" para o voluntariado, pode levar mais tempo para acontecer. Em geral, encontrei nessas organizações mais voluntários aposentados ou jovens, com poucos voluntários diretos na faixa etária entre trinta e cinquenta anos, etapa da vida em que as pessoas se dedicam intensamente ao trabalho e à família. A questão "tempo" para se dedicar é um fator que influencia na opção pelo voluntariado simultaneamente a outras atividades, bem como o grau de envolvimento e a duração das práticas. Por outro lado, a iniciativa de um voluntário em convidar novos membros para iniciarem tem sido fundamental, já que se percebe uma dificuldade em se conseguir mais voluntários. Uma prática importante, nesse sentido, foi desenvolvida pela Andevi por meio da Fundação Rioarriba, pela qual jovens em idade universitária ingressam no voluntariado. É uma maneira de, gradativamente, formar na cultura da vida, como dizia seu fundador, aprender a viver segundo ela e difundi-la para os demais.

Assim, a motivação pessoal em se envolver com a proteção à vida de gestantes e bebês, pode acontecer de diversas maneiras. Pode decorrer de uma preocupação genuína com as condições de gestantes e nascituros e a continuidade de sua vida; uma vontade de fazer algo pelos outros; e uma busca por defender princípios e valores basilares. Pode ser fruto de um questionamento existencial, como o que ocorre quando desfazemos os vínculos de trabalho para se aposentar, "*o que eu faço agora?*". Pode ainda ser fruto de uma experiência de vida muito marcante: a própria gestação e maternidade, as quais são momentos especiais na vida de mulheres; superar uma doença grave; quase ter perdido um ente querido; ou ter passado por um procedimento de aborto. De fato, uma das voluntárias começa a participar das iniciativas da RedMadre como uma maneira de ajudar e ser ajudada a lidar com a sua decisão passada em um aborto.

Por fim, as motivações podem ser frutos de uma tentativa de conectar-se com Deus e viver uma vida cristã, baseando-se em princípios e valores vividos e compartilhados em

comunidade. Podemos sugerir que as organizações PCr e Andevi foram criadas tendo em vista não só os princípios cristãos, mas a responsabilidade da Igreja e dos católicos em responder para o contexto vivido de forma concreta, ou seja, ajudando e defendendo concretamente o direito à vida do nascituro, a dignidade da pessoa humana desde a concepção até a sua morte por causas naturais. O "como agir" envolvido nesse trabalho é que pode nos ajudar a discutir virtudes morais. Pelo que pude perceber no caso da organização 3 (Andevi), viver segundo a cultura da vida supera mesmo as ações pontuais e os hábitos; pode-se dizer que se trata de um estilo de vida; algo que poderá ser compreendido ao se considerar a vida tomada como um todo. No exemplo de C3001, percebemos que ele concretamente guiava sua vida segundo os princípios cristãos da cultura da vida, estendendo isso para todos as formas de convivência: na profissão de médico, como professor ensinando novos médicos, na presidência da Andevi e na sociedade em geral, como era reconhecido. Em seu trabalho:

> *Encorajou os jovens a serem formados, a viverem a vida e a estenderem essa cultura em seus ambientes, para que a vida fosse respeitada em toda a sua plenitude, em todas as suas circunstâncias* (ANDEVI, tradução nossa).

Outro exemplo de liderança na defesa da vida foi o trabalho da Dra. Zilda Arns, a qual, de forma similar ao Dr. Miranda, conseguiu contribuir significativamente para o cuidado da vida desde a gestação até os primeiros anos de vida, por uma metodologia de difusão e ajuda comunitária na base da sociedade, trabalho sustentado pela doutrina da Igreja e os conhecimentos de medicina, de saúde pública. Seu jeito de ser é lembrado diariamente na organização: sorriso sempre aberto, serenidade, jeito simples de explicar. Hoje as voluntárias reconhecem que a humildade é uma das principais virtudes para trabalharem com as famílias e gestantes. Mas outras virtudes morais, além da prudência, são aprimoradas ao longo desse trabalho voluntário.

5.2 VIRTUDES MORAIS E PRUDÊNCIA

Reúno agora trechos do conteúdo analisado que possibilitam discutir as virtudes morais envolvidas na proteção à vida de gestantes e bebês. Além das virtudes cardeais, a análise aborda virtudes complementares que foram relevantes no trabalho desses voluntários. A temperança, pode-se dizer, é a virtude cotidianamente cultivada, a qual ajudou os voluntários a ter paciência, relacionar-se melhor entre pares e estar disposto a ouvir as pessoas. Como mencionado, a coragem se mostrou importante para voluntários de diferentes organizações. A justiça, por sua

vez, é requisitada em situações percebidas como injustas, em situações que envolveram relacionamento interno e gestão de equipes. A virtude da prudência ou *phronesis*, permitiu especialmente a compreender o contexto de ação e a encontrar a melhor maneira de ajudar e a defender a vida, tomando decisões e agindo em vistas à defesa da dignidade de cada pessoa. No caso da defesa da vida desde a concepção, pode-se dizer que este conjunto de virtudes permite que os voluntários consigam apresentar alternativas às gestantes, auxiliando na projeção de um futuro positivo para a gestação e a maternidade, estando junto ao longo do processo, gerando esperança a partir de prioridades aclaradas com o auxílio dos voluntários.

5.2.1 Temperança

A temperança tem relação com o que os voluntários disseram sobre ter que "relevar muita coisa" e ter paciência quando há conflitos ou discussões entre os voluntários; a importância de ter "jogo de cintura", compreensão para com as pessoas, em seu temperamento e estado emocional, o que vale para autoconhecimento do voluntário. O autodomínio é essencial para ser paciente, independentemente de ser alguém que você tem afinidade ou não. O autodomínio permite se ter mais tolerância com as opiniões e o comportamento alheio, possibilita que um líder ou coordenador saiba aceitar diferenças comportamentais e de trabalho entre as pessoas, sem afetar-se emotivamente com isso, isto é, controlando por exemplo a raiva, o medo, a tristeza e expressando mais tranquilidade na condução do trabalho.

C1001 gostaria de ser mais tolerante, pois seu temperamento é mais colérico, o que lhe permitiria comunicar melhor e moderar suas ações, para ser mais paciente, saber ouvir, saber esperar o tempo de cada um. O autodomínio é importante também para conhecer algumas duras realidades e situações de vulnerabilidades em que vivem algumas famílias, e conseguir ajudá-las, sem se sensibilizar em excesso pelas condições percebidas, especialmente para as práticas proativas de voluntários na comunidade, como na PCr. Como disseram, ajudar na resolução do problema, mas sem trazer a "bagagem emocional" para casa.

A temperança também vem a ser a virtude moral que permite conter o julgamento enquanto ato da prudência. Vimos que, para ganhar a confiança de uma gestante ou família, é preciso ouvir e estar aberto a entender, sem fazer julgamentos, ou seja, não julgar em certos momentos. O julgamento é um dos atos da prudência e a temperança pode ajudar a conter aquele momento em que expomos o julgamento ou opiniões, o que, em várias situações, precisa ser contido enquanto o ato de ajudar está se realizando. Dominar o impulso de falar, controlar serenamente as expressões de nossa opinião, moderar as palavras, são meios importantes para

conseguir ajudar as gestantes que estão passando por uma situação difícil, ou que não sabem como darão conta de criar o filho. O temperamento pode ajudar a se ter mais sensibilidade para interagir com gestantes, saber se aproximar, respeitar e não fazer pré-julgamentos, para a família confiar em você e lhe receber ao longo do crescimento da criança. A PCr por exemplo orienta que é preciso falar com jeito sobre as situações mais delicadas, para não magoar nem a família, nem a criança (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018).

A temperança pode permitir não se deixar abater por elementos externos que podem afetar sua ação: *"tem dias que as pessoas chegam cuspindo fogo".* O autodomínio bem cultivado pode ajudar a relevar os excessos ou faltas de outras pessoas, e até reconhecer que talvez aquela pessoa esteja precisando de ajuda e assim a nossa razão consegue entender melhor a proporção de uma atitude específica.

A quem acolhe os preceitos da Igreja, tem-se uma noção de temperança no parágrafo apresentado pela Andevi (2017):

> *No deben faltar nunca los consejos idóneos para superar las dificultades: "disciplina de los sentidos y de la mente, prudencia atenta para evitar las ocasiones de caídas, guarda del pudor, moderación en las diversiones, ocupación sana, recurso frecuente a la oración y a los sacramentos de la Penitencia y de la Eucaristía y devoción a la Inmaculada Madre de Dios". (ANDEVI, septiembre-octubre, 2017)*

5.2.2 Fortaleza ou coragem

A fortaleza, coragem ou valentia, como também tem sido chamada, se consolidou como uma virtude comum para voluntários em diferentes organizações. Ela assumiu uma importância essencial para a defesa da vida e na proteção de gestantes e nascituros, especialmente num contexto de muita crítica aos preceitos religiosos que fundamentam a moralidade de vários atores. Pode-se dizer que, nos dias atuais, é preciso ter coragem para ser pró-vida, pois *"vai contra a sociedade como está hoje"* (C4002), a cultura contemporânea, o interesse político e a crítica da influência religiosa nessas questões têm feito com que organizações baseadas na fé ou cristãs ajustem sua identidade para consegui ajudar as pessoas.

Cada voluntário e cada organização acompanha as dinâmicas e mudanças políticas e legais de seu contexto e certamente tem condições mais satisfatórias de saber como atuar diante de cenários desafiadores, bem como a partir de que momento se deveria promover alguma modificação nesse sentido. E qualquer modificação como essa, que toca valores, propósito e

estratégias de uma organização, demandam da prudência para fazer ajustes, compreender o contexto e ponderar modificações.

A coragem ou fortaleza, além do primeiro ponto tratado, está presente em outras situações do serviço voluntário. A coragem tem a ver com a disposição para lutar, a boa vontade de enfrentar os problemas, ter coragem para atuar em contextos que envolvem risco e incerteza, em que, mesmo com medo, consegue-se realizar o trabalho. Às vezes é preciso persistir, ter fortaleza para se manter firme quando se sabe que "o certo é o certo" [C1002].

Os voluntários disseram que precisam ser fortes para continuar, pois às vezes *"a família não apoia a gente em ajudar os outros; ou é o marido, ou é a neta"*, a família gostaria que a avó voluntária deixasse de ser [C2003]. Em outras situações, os voluntários se veem julgados pela sociedade, e é preciso *"não dar ouvidos [porque] a gente é julgado"* [C2004]. A fortaleza também é necessária para aqueles que defendem o direito à vida de bebês que venham a tem algum tipo de pré-condição física ou intelectual. Como mencionado na organização 3, *"la capacidad de resiliencia puede ayudar a construir una sociedad más inclusiva con aquellos que tienen algún impedimento"*. Em linguagem cristã, a PCr entende que com amor, coragem e humildade, é possível anunciar e viver a Palavra de Jesus. De uma forma geral, a coragem foi lembrada pelos voluntários das diferentes organizações, mas especialmente em contextos em que atuar em uma organização pró-vida representar ir "contra a corrente", ou seja, contra a opinião pública, a cultura contemporânea e mesmo contrariando ações e políticas públicas que apoiam o direito ao aborto, por exemplo.

5.2.3 Sobre a justiça

A virtude moral da justiça não foi explicitamente citada ou reconhecida como uma característica. No entanto, alguns problemas que ocorreram com as equipes revelam descontentamento com situações que pareceram injustas na perspectiva dos voluntários.

Houve uma percepção de injustiça quando uma decisão foi tomada sem a consulta às pessoas responsáveis: "com a chegada de uma nova voluntária, algumas de suas tarefas foram retiradas e passadas para outra voluntária, sem conversar, sem avisar, o que foi considerado injusto e se desdobrou para um conflito ainda permanente.

Um processo de escolha da coordenadora não incluiu as voluntárias que poderiam ao menos se candidatar para participar da escolha, mas ao invés disso, a pessoa foi escolhida pelo pároco, e não teve participação, o que gerou uma dificuldade maior na coordenação das atividades depois. A coordenadora teve que ir conquistando, conversando.

Em uma terceira situação, a equipe de voluntários resolveu tirar uma foto, mas não chamaram uma das voluntárias para estar junto. Ela ficou sentida, porque lhe pareceu ser uma diferença no tratamento dado a certas voluntárias. A percepção de injustiça decorrentes de diferenças de tratamento são complexos de lidar pois a percepção de tal diferença depende da perspectiva de cada um e da atenção para os outros. Para evitar problemas, melhor é estabelecer critérios de condutas e políticas de gestão de pessoas, para as questões mais importantes da organização.

5.2.4 Humildade

A humildade é considerada como um atributo muito importante para voluntários e para posições de liderança. O trabalho de voluntário se faz por uma base de cooperação, de base solidária, então segue uma lógica de fazer junto. Para realizar um evento e captar recursos, por exemplo, um café colonial, não é algo que se realiza sozinho, precisa da ajuda de muitos.

Para manter uma organização de base voluntária atendendo seis dias por semana durante mais de 30 anos, é necessário a colaboração contínua de várias pessoas. Não se faz sozinho. A coordenadora tem que ser humilde, não se faz sozinho, disse C2005.

O trabalho de ir até as gestantes, procurar conhecê-las na comunidade e acompanhá-las durante um tempo, bem como seus filhos, é algo que permite cultivar a virtude da humildade. Trabalhar em equipes e depender do trabalho dos outros também são maneiras de aprimorar a virtude da humildade.

Na PCr, por exemplo, se diz que os voluntários podem sentir a alegria de servir, de saber escutar, de apoiar as pessoas em suas necessidades, de praticar a humildade e o respeito ao outro. Importante, por fim, destacar que a humildade é saber sobre si mesmo, sobre saber o seu tamanho. *"Servir com humildade e misericórdia, sem perder a própria identidade".*

5.2.5 Prudência ou sabedoria prática

A prudência, em seu termo grego *phronesis*, contempla os atos da deliberação, julgamento, escolha e comando para ação, segundo seus principais teóricos. Do campo emergiu a expressão *"o discernimento de ver e fazer"* [C2005], o qual me parece adequado para descrevê-la. Tinha a intenção de conseguir compreender cada um dos atos que compõem a prudência, mas a partir dos achados do campo foi possível analisar melhor a importância da prudência para a ação de voluntários, bem como o ato de julgamento.

"Quem que disse que tem que ser doutor para ter sabedoria? [Tem que] querer, tem que ir à luta e não se achar melhor que ninguém." [C2002], trecho que também lembra a humildade. Algumas voluntárias do contexto brasileiro tinham essa percepção, qual seja, de que querer ajudar e entrar em ação é mais importante do que ter sabedoria. Mas não consigo precisar o que elas entendem por essa sabedoria, suponho que seja a sabedoria como inteligência, da academia. Isso é curioso porque, na realidade, as voluntárias exercem a sabedoria prática – *phronesis* – para atuar em algumas situações, mas especialmente, para compreender o contexto de ação. A orientação para "*entender o contexto ou ambiente de atuação é seguir o bom senso e o coração" [C2003]*, porque às vezes as situações demandam decisões rápidas. "*É necessário uma habilidade, sensibilidade de agir no momento certo [tempo oportuno]; tem que ter presença de espírito. Especialmente na perspectiva das líderes, que vão até a comunidade. O que fazer em situações difíceis?*" [C2002; C2005]. Elas deram exemplos: o que fazer quando uma criança foi espancada? Chamar conselho tutelar; fez a visita e viu que só tem água na geladeira, como orientar? O pai abusa das crianças ou o marido bateu na mulher. Envolve um saber como proceder e encaminhar para o setor público.

A *phronesis* é a disposição que permite aos voluntários entender o contexto de duas formas. A primeira se refere ao **contexto relacional** nas interações entre voluntários-coordenadores e voluntários-gestantes. Para se resolver conflitos de relacionamento, por exemplo, C2002 descreve que conduz a situação até resolver o problema de relacionamento ao ir: entendendo os fatos, ouvindo as partes e ligando os pontos. A segunda forma se refere a entender o **contexto social e familiar** durante as visitas domiciliares e durante as primeiras conversas com as gestantes. Pois pode haver conflito, submissão, violência e outros problemas afetando as famílias e, para se captar o que acontece de fato em uma família, é precisa ter essa sabedoria de saber chegar, ser temperante, ir conhecendo e orientando gradativamente.

Para os voluntários, o contato com a realidade social das famílias promove a aprendizagem e o fortalecimento de virtudes, como a gratidão. Na comunidade *"Você sente, convive com os problemas, é diferente."* [C2002]. O trabalho voluntário vivido na comunidade lhe permite vivenciar os dramas das famílias e mulheres, porque conhecem aspectos do contexto e conversam sobre a situação de cada uma. *"Você escuta aquelas histórias, você volta outra, teus problemas não são nada. Você é ajudada!"* [C2002]. O encontro com uma realidade ou problema maior que o seu lhe ajuda a dar o senso de proporções correto para os seus problemas.

A sabedoria prática vivida por voluntários no atendimento às gestantes e famílias necessitadas, especialmente no caso dos voluntários da PCr sugere uma forma de compreender o fim último, da ação necessária para determinado contexto e momento, muito mais por uma

via intuitiva (ROCA, 2007) do que pela deliberação racional. Elas veem, percebem, vivenciam emoções frente ao que as pessoas vivem, e a partir daí buscam ajudar.

Segundo a PCr, em primeiro lugar, o voluntário deve incorporar os valores e critérios de julgamento, na sua vida, antes de passá-los para as comunidades onde atua, o que remete à orientação similar da Andevi, de viver para depois difundir a cultura da vida. *E que "não só saibam ler as palavras, mas saibam ler o mundo, segundo os critérios de Deus"* (PCr).

Exposto como a prudência pode ser importante para a apreensão do contexto, discuto agora o que considero ser uma contribuição fundamental nas práticas de proteção à vida de bebês e gestantes. Trata-se do momento de orientar ou aconselhar as gestantes, especialmente as mulheres que estão grávidas e não sabem o que fazer, que lhes passa o aborto pela cabeça, estão inseguras, às vezes sozinhas, sem apoio e não sabem o que fazer. Há relatos de gestantes que tomaram a decisão pelo aborto precipitadamente e depois se arrependem, segundo testemunhos da RedMadre.

Na organização RedMadre, uma de suas formas de ajudar as gestantes é com informação sobre a gestação maternidade e aborto e orientação para tomar a decisão. Para não decidirem precipitadamente as voluntárias dizem: "*toma tu tiempo*", "não atue premeditamente" [C4002]. Acredito que o que buscam orientar às gestantes é: pense com calma; não aja precipitadamente, analise todas as possíveis alternativas, não somente a dada pelo poder público.

> *RedMadre: a gestante projeta a imagem da maternidade como impossível, nesta angústia pode optar por abortar e assim tem o alívio. Mas também vivenciam profundo sofrimento. A ajuda que a organização busca dar está justamente em ajudá-la a ter uma perspectiva mais clara do que é a gestação, como vai ser, e como pode ser no futuro, dependendo da escolha da gestante*.

A prudência dos voluntários está em, ao saber da realidade sobre a gestação e sobre o aborto, buscam informar e orientar gestantes que estão em dúvida, ou que são muito jovens e não conhecem dos procedimentos, dos riscos, das possibilidades, das oportunidades de ajuda, enfim, de caminhos alternativos para a continuidade da gestação. Porém, essa forma de fazer é importante, precisa ser orientadora e não impositiva, precisa ser informada pelos fins bons informados pelas virtudes da humildade, da honestidade, da fortaleza, do amor.

Prudência é a disposição prática para agir com base na realidade da vida humana e, neste caso específico, com base na realidade do aborto, como também é a disposição para ajudar a quem sofre esse drama a encontrar alternativas, dando esperança ao mostrar alternativas e ajudando as gestantes a visualizarem com maior clareza quais são as prioridades *(telos)* de sua vida.

5.2.5.1 O ato de julgamento da prudência: julgar e não julgar

Com relação ao ato de julgamento integrante da prudência, encontrei dois achados interessantes ao analisar os dados. O primeiro é sobre os julgamentos expressos durante a pesquisa e o segundo, problematiza as ocasiões práticas de voluntários em que se deve decidir entre julgar e não julgar. Essa questão subsidia a compreensão de que os voluntários, a partir de sua sensibilidade e vivência dos problemas, agem com sabedoria (prudência) a partir da intuição do que é o melhor a se fazer em dada circunstância.

Primeiramente, na conversa e observação de voluntários, é comum que emitam julgamentos sobre a conduta de outras pessoas, desde outros voluntários, como de familiares, e de pessoas beneficiadas. Eles ponderam sobre o caráter das pessoas, se é uma pessoa boa ou não, se sabe fazer algo ou não, se é confiável ou não, se tem uma necessidade a ser atendida ou não. O julgamento entre os membros da equipe de voluntários com que se trabalha é expresso por vários voluntários entrevistados. Elogiam ou deixam a entender alguma falha de algumas pessoas, como: falta de comunicação, ou gentileza ao atender ao público. Por outro lado, a autoanálise, a emissão de um julgamento sobre si mesmo, foi apenas lembrado, mas pouco expresso. Essa questão poderia ser abordada em um estudo futuramente.

Um segundo ponto, se refere aos momentos em que não julgar pode ser mais relevante do que julgar, pois como visto, as pessoas estão frequentemente julgando condições, razões alegadas e outras pessoas. Como dito pelas organizações, os problemas sociais presentes em comunidades e o drama de se estar grávida sem saber o que fazer são questões que deixam as pessoas vulneráveis, e cabe aos voluntários ajudar e não julgar as condições e atos por um momento, para conseguir de fato orientar as pessoas, preservando sempre a sua dignidade e liberdade. Isso significa, como explicado sobre a temperança, que nesse caso o julgamento é contido, com a ajuda da temperança, para ser expresso no momento em que for oportuno para o bem da gestante.

A percepção por parte de voluntários de que há momentos em que se deve adotar uma postura de não-julgamento foi narrada quando contavam sobre casos de gestantes ou famílias atendidas, em que, antes de orientar ou aconselhar, devia-se estar aberto a ouvir, escutar atentamente e captar a realidade sobre a gestante ou família. O não-julgamento foi importante também para voluntários que visitam famílias na comunidade, como na PCr, os quais diziam que é preciso saber “o jeito de chegar”, quer dizer a forma de iniciar o contato e abordar os problemas da família, pois eles proativamente vão até elas e acabam por conhecer como vivem,

como pais e filhos e casais se relacionam, como é a vida na comunidade. Para conseguir esse entendimento sobre as pessoas, era preciso conter o julgamento em alguns momentos, no sentindo de não sair criticando condutas, apontando problemas, e ao contrário, entender para depois orientar. É com base nesse saber como abordar que se estabelece uma relação de confiança entre voluntários e gestantes, de modo que as pessoas entendem que as voluntárias estão com a intenção de ajudar, e não julgar.

Considerando o trabalho de ajuda e proteção a gestantes e crianças que os voluntários realizam, bem como sua disposição para defender a vida e oferecer ajuda, entendo que, independente das condições de vida e formação acadêmica de tais voluntários, ele são capazes de saber como agir nessas situações, por uma via de julgamento mais intuitiva do que racional. É algo sentido, vivido, algo mais instintivo e emocional vivenciado pelos voluntários, e que lhes permite agir com sabedoria. Uma sabedoria prática alcançada via intuição, devido às disposições morais da temperança e da humildade em saber chegar que precedem os atos.

5.2.6 A virtude moral da esperança

A esperança aparece como uma virtude compartilhada entre voluntários e gestantes (e comunidade), a qual pode ser dada e pode ser recebida. Há menções sobre uma esperança dada para as comunidades, por meios das práticas das organizações como sinal de esperança. Mas a mais significativa é a esperança na interação entre voluntários e gestantes.

A fundadora da PCr, em seu discurso no Haiti, entende as práticas como sinal de esperança: *“porque sentimos dentro de nós uma forte vontade de divulgar ao mundo a boa notícia de Jesus. A boa notícia, transformada em ações concretas, é luz e esperança na conquista pela paz nas famílias e nas nações.”*

A esperança que mantém o esforço dos voluntários, quer dizer, o que nos dá esperança é quando vemos que o que fazemos ajudou na decisão de uma mulher para escolher seguir com a gestação e ter seu filho. *"la esperanza que nos mantiene y que está llegando a tantos hogares"*. Ou seja, a esperança de que o trabalho voluntário com o propósito de proteger a vida está dando certo. (LATORRE, citada por ANDEVI, 2015). Essa esperança é vivenciada por voluntários.

As práticas mantidas para ajuda a gestantes também podem contribuir para dar esperança às comunidades, com base nos relatos dos entrevistados. *“A gente dá esperança para as crianças”.* Quando elas avistam o voluntário com a camisa, já saem apontando e expressando um “olha, olha”. Além disso, a Celebração da Vida, prática da PCr, tem um valor simbólico e de esperança para a comunidade. É um momento de interação, de reunião de pessoas da

comunidade para uma celebração organizada pelas voluntárias. O que fazem ajuda pontualmente, mas não reduz os problemas crônicos da sociedade. Ainda assim, é um sinal de que alguém sem importa, alguém quer o bem dessas pessoas; fazendo com que as pessoas achem na Pastoral algum alívio, ou esperança. Lembro que a voluntária C2006 disse que a Pastoral dá esperança para as crianças. Quando eles nos veem com a camiseta da Pastoral, apontam o dedo ansiosos para a gente: "olha, olha!" Interessante que para a atividade das voluntárias da Pastoral há um respeito, um acordo e aceite, mesmo da parte de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Um momento de "trégua" de outros interesses, pelo bem das famílias, gestantes e crianças. As comunidades reconhecem o papel da PCr.

Mas há também uma esperança transmitida ou dada às gestantes, quando recebem uma orientação que lhes permitem entender melhor sua situação e projetar um futuro a partir de prioridades claras para a sua vida como um todo. Saber dar esperança a alguém é algo que um bom líder, um líder magnânimo pode fazer por outras pessoas. A magnanimidade é uma virtude da liderança que permite “olhar mais a frente” (HAVARD, 2012), ter uma expectativa positiva sobre o futuro. Quem recebe, pode ampliar o horizonte de visão de seu plano ou projeto de vida, pensar a médio e longo prazo sobre si mesmo, vislumbrar os possíveis papeis que poderá assumir ao longo da vida. Pensar sobre isso, ajuda a melhor entender o que são prioridades, o que é mais importante, e valorar cada etapa e vivência da vida de forma ordenada, com calma e serenidade.

5.2.7 A relação entre prudência e esperança

Na busca por um maior entendimento da relação entre a *phronesis* e as virtudes morais, a consideração do trabalho de voluntários que atuam pela proteção da vida de gestantes e bebês permitiu reconhecer a interrelação entre a prudência e a virtude moral da esperança.

Considerando que as organizações pró-vida buscam ajudar as gestantes e mostrar alternativas, quando estão com muitas dúvidas sobre a gestação e o aborto, acredito que elas ajudam ao orientar as gestantes em um momento em que uma dimensão relacionada à prudência - ***foresight*** **ou providência** (AQUINO, 2014), está confusa, ou seja, em um momento em que as mulheres não conseguem antever a significância da gestação, da maternidade e do laço com o bebê. Quando alguém já tem uma experiência/vivência passada, pode recobrar com a memória essa vivência para decisão. Isso tem a ver com um bom entendimento **retrospectivo** - ***hindsight*** - da experiência vivida, um entendimento reflexivo de mulheres nessa situação (p. ex.: AVALOS, 1999). Eles revelam que as mulheres que fizeram aborto vivenciaram uma

ambivalência, um conflito razão e coração (KIMPORT, 2012), em sua narrativa de vida, em que o aborto é difícil de se harmonizar à biografia constitutiva delas (vida tomada como um todo).

Nessa linha, ao mostrar outras alternativas às mulheres e ao ajudar que tenham um melhor *foresight* sobre o futuro, por meio de uma reta ordenação ao fim bom, indicado pela **esperança** (no sentido de estabelecer prioridades claras e, nesse caso, o valor da vida humana em gestação), a orientação e ajuda de voluntários de organizações pró-vida possibilitam que as gestantes vivenciem uma escolha um pouco mais prudente. A experiência dos voluntários, que tem uma raiz ou lastro na tradição de sua comunidade, ajuda as gestantes a terem uma visão mais clara do futuro e da vida.

Como dito, a virtude da esperança tem sido considerada uma virtude teologal, como também uma virtude moral. Para Milona (2020, p. 12, tradução nossa) “uma cuidadosa reflexão sobre a noção comum de "ter suas prioridades em ordem" aponta para uma virtude de esperança”. Em uma situação de grande dúvida e incerteza, ou insegurança sobre o futuro, as pessoas podem se ver incapacitadas de fazer um juízo adequado da realidade e visualizar um futuro possível, precisando da ajuda de alguém em melhores condições e com disposição para ajudar a discernir e a ordenar as prioridades. A restituição dessa capacidade, com a ajuda de voluntários que atuam na ajuda e proteção de gestantes, pode ser uma forma de excelência de valor incomensurável para o bem comum, considerando a defesa da dignidade humana.

6 ANÁLISES TEMÁTICAS ENTRE OS CASOS

Nesta seção apresentarei temáticas que emergiram dos dados e que contribuem para elucidar o contexto e as formas de ação esperadas por voluntários das organizações de proteção à vida. Abordo alguns temas que permitem descrever a percepção dos participantes sobre a religiosidade, a dignidade humana, a realidade do aborto e os atos de ajuda e proteção da vida. Discutirei os temas latentes mais significativos em termos de conteúdo e sua presença nos diferentes casos. O tema do posicionamento da organização em relação à religiosidade pode ser considerado um *quintain*, o que segundo Stake (2006) é um tema que aparece em todos os casos.

6.1 RELAÇÃO COM A RELIGIOSIDADE

Um tema que emergiu do campo foi o posicionamento da organização em relação à religião. Antes do início do estudo de casos no campo, sabia-se que a espiritualidade poderia aparecer como um fator relacionado à motivação dos voluntários (GUILLÉN; FERRERO; HOFFMAN, 2015) ou mesmo com as práticas e valores organizacionais, especialmente se tratando da defesa da vida e dignidade humana, questões tratadas por diferentes doutrinas religiosas.

Foram narrados diferentes posicionamentos organizacionais diante da religião, em virtude das práticas que almejam manter e a imagem que buscam reforçar. A primeira organização se diz **aberta para todas as religiões**, com influências cristãs, especialmente da religião espírita. A segunda se denomina **ecumênica** e fundamenta-se nos preceitos da religião católica, a terceira tem uma postura **pluriconfessional** e tem influências fundamentalmente católicas e a quarta organização busca um posicionamento **aconfessional**, procurando desvincular sua imagem de doutrinas religiosas. Tratarei destas questões e como isso pode se associar com a religiosidade/espiritualidade de voluntários e gestantes atendidas, considerando o contexto comunitário em que atuam. Estes achados reforçam o argumento que pretendo discutir na seção seguinte, de que os voluntários em suas organizações precisam da virtude da **coragem para defender a vida** com base em sua religiosidade, diante do contexto social, legal, cultural e político contemporâneo.

6.1.1 Abertura para todas as religiões

A organização Grupo Abelhas “não assume nenhuma crença religiosa específica”, aceitando e convivendo com todas as crenças. Cada gestante atendida e cada voluntária tem liberdade para se expressar, se assim o quiser. A presidente, de família católica, passou a frequentar o centro espírita há 38 anos. No cotidiano da organização estão presentes momentos de oração e agradecimento, todo começo de tarde, quando fazem a Abertura.

> *C1001: É na realidade, a religião espírita é minha, e aqui dentro cada um tem a sua religião, então se um pastor quiser fazer uma palestra, a gente aceita, porque tudo o que vem de Deus, sempre digo, a religião não salva ninguém, nós é que nos salvamos e todas as religiões são boas, não existe religião ruim, então religião são vários rios que vão para o mesmo lugar, quer dizer, tem gente que tem necessidade de estar ali, uns tens mais freio, outros menos freio, então pode ver, o cara...que...que é drogado, o espiritismo ele não tem suporte, porque ele vai falar, já o tem outras religiões que eles ficam encima, não deixam, não dão folgam então, o cara acaba saindo e começa a fazer a cabeça e começa...pode ver quanta gente que era bandido que hoje em dia é pastor.* [C1001]

A preferência da presidente da organização, a qual exerce um papel de liderança, acaba por influenciar um pouco mais no cotidiano, porque geralmente é ela que conduz o momento de abertura e chama para um minuto de oração. Com voluntárias e gestantes eventualmente se fizeram leituras de oração, como a oração de São Francisco. Com base na conversa com gestantes e nas características das comunidades próximas à organização, pode-se dizer que ela atende praticantes de diversas religiões e crenças, como candomblecistas, evangélicos, maranata, da assembleia de Deus, da igreja batista, católicos, entre outros.

6.1.2 Ecumênica

A organização 2, uma das iniciativas pastorais no contexto brasileiro vinculada à CNBB, assume-se ecumênica, nas falas de voluntárias e de sua fundadora. Ela mantém sua autonomia em relação à CNBB, em termos de governança, coordenação e estrutura organizacional, mas fundamenta-se moral, espiritual e filosoficamente nos preceitos da igreja católica. Ela é uma grande rede de voluntários, os quais vivem segundo a religião de sua preferência. Há voluntários católicos, evangélicos, espíritas, entre tantas outras expressões de espiritualidade. A mesma abertura vale para as famílias favorecidas. Passagens bíblicas e os elementos simbólicos do catolicismo estão presentes nas orientações escritas e nas capacitações para voluntários e na forma solidária de atuar comunitariamente. A diversidade cultural do contexto brasileiro nos

permite supor também que outras influências podem se misturar com os preceitos da doutrina da igreja e, de fato, a fundadora, quando viva, precisava explicar sobre questões sensíveis, como a influência política na organização e da teologia da libertação. Contudo, sua preocupação e liderança sempre foram voltadas para prestar ajuda, resolver o problema, independente de credo ou opinião.

Na esfera local, a coordenadora estadual reforça a importância da espiritualidade, pois o trabalho pode ficar muito mecânico, esquecendo-se de rezar, de andar com Deus. A mística da Pastoral considera resgatar uma vida, a parábola do bom pastor, o qual não deixa para traz ovelhas desgarradas. Cada vida importa. O Guía do Líder (PASTORAL DA CRIANÇA, 2017, p. 15) assim orienta:

> *Jesus nos ensina que Fé é Vida, e se manifesta no amor. Por isso, a Pastoral da Criança coloca-se a serviço da Vida e da Esperança, da Fé, do Amor, da Alegria e da Paz. A Pastoral da Criança não faz discriminação religiosa, de cor ou de opção política; enfim, está aberta a todos.*

No discurso de Zilda Arns no Haiti em 2010, ela dizia: naquela maravilhosa noite, desenhei no papel uma comunidade pobre, onde identifiquei famílias com grávidas e filhos menores de seis anos e líderes comunitários, tanto católicos como de outras confissões e culturas, para levar adiante ações de maneira ecumênica, pois Jesus veio par que ‘todos tenham vida e vida em abundância’ (João 10,10). A fundadora destacava que a organização procura estimular a espiritualidade como um componente do desenvolvimento pessoal, além do desenvolvimento físico, social, mental e cognitivo. Sair em missão e ser solidário com a comunidade se conecta com o papal de evangelizar da Igreja, “*é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude e, pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade.”*

6.1.3 Posicionamento pluriconfessional

A religiosidade e o vínculo católico do fundador da associação Andevi fundamentam a própria motivação por criar a organização e defender a vida, desde a sua concepção. Sua participação na obra, na Opus Dei, também alicerça sua opção por difundir a cultura da vida, como afirmado como um dos objetivos principais de suas práticas de informação e formação. Além disso, a base científica proveniente da área médica sobre obstetrícia, pediatria, psicologia

entre outras áreas, corroboram as premissas cristãs da organização, muito próximo de uma complementação entre religião e ciência. Assume-se uma postura pluriconfessional porque na prática, segundo entrevistada, o que importa é atender as gestantes e prestar auxílio, ajudá-las a perceber que há alternativas possíveis diante do aborto. Mas na interação voluntário-gestante em tais práticas, é de se esperar que a visão de mundo e crenças de toda ordem venham a aparecer em sua forma de falar, de agir e de se relacionar. Frente ao contexto legal e cultural espanhol recentes, assumir essa identidade impõe um esforço para se lidar com visões antagônicas e mesmo críticas por parte de atores favoráveis à legalização do aborto, ou de atores de visão laica que almejam reduzir o fórum da religião para o âmbito subjetivo, algo muito diferente da perspectiva comunitária e solidária da Igreja Católica.

A história e os valores da organização 3 estão intrinsicamente relacionados às crenças cristãs, mas ela se coloca como uma organização pluriconfessional, o que quer dizer que estão abertas a pessoas de todas as religiões. No entanto, a pesquisa de campo não permitiu evidenciar se nas práticas da organização, em contato direto com as pessoas assistidas, ocorreria uma ênfase aos preceitos religiosos que fundamentam a organização, ou se a relação entre voluntários e gestantes se daria efetivamente de forma plural em termos religiosos e espirituais. O fato é que seus voluntários mais experientes, bem como a participação dos mais jovens em celebrações e momentos de formação, contribuem para a difusão da cultura da vida e para a defesa da dignidade humana e da solidariedade.

O que podemos analisar somente é como tal dimensão espiritual/religiosa pode ser exercida pelos voluntários e na interação entre organização-voluntários, a qual nesse caso é aberta às várias religiões. Inclusive na entrevista na organização 3 foi dito que aos voluntários não cabe impor qualquer crença religiosa, embora entre si os voluntários compartilhem de valores e princípios, isto é, no relacionamento entre eles. Outro motivo é que as gestantes atendidas pela organização vêm de muitas nacionalidades distintas; são famílias migrantes ou que buscam a região como alternativa para viver. A cultura e religião de cada pessoa assistida levou a organização a assumir essa postura.

Por outro lado, podemos presumir que o compartilhamento de mesmos valores e crenças religiosas internamente à organização seria mais difícil se os participantes fossem adeptos de outras religiões, além da católica, a qual predomina nesse grupo. O princípio norteador é a defesa da vida, desde o momento da concepção até o seu fim por causas naturais, ou seja, é a concepção mais ampla de defesa da vida e contra atentados à vida. Notadamente esta não é uma pré-condição para um voluntário, mas por ser um dos valores da organização, acabe sendo reconhecido e, na realidade, tende a ser um princípio compartilhado pelos voluntários. Para

aqueles que não assumem essa premissa, poderia haver certo desconforto em ser reconhecido pelo público como alguém alinhado com esses valores. Outros preceitos religiosos, distintos dos da Igreja Católica, podem assumir diferentes posicionamentos em relação ao direito à vida.

6.1.4 Denominação aconfessional

A Organização 4 é descrita como de identidade aconfessional, ou neutra em relação a preceitos religiosos, mas isso se refere mais ao aspecto formal e constituinte da própria organização. Seus voluntários continuam tendo ou não suas crenças religiosas, independente do trabalho da entidade. Muitas voluntárias são católicas. A organização assume alguns valores significativos, tais como vida, mulher, liberdade e igualdade, mas sem assumir uma doutrina ou fé específica, pois atores favoráveis à legalização do aborto costumam criticar defensores do direito à vida desde a concepção sob a alegação de serem embasados em princípios religiosos.

Estar aberto para toda e qualquer crença religiosa ou forma de espiritualidade que as beneficiárias possam ter é essencial; é uma questão de tratar a todos com dignidade. Desta maneira, a organização diz manter uma postura e, por conseguinte, ter como pressuposto, o princípio aconfessional, a fim valer seu princípio de igualdade. Pelo que foi exposto, temos aqui uma visão de que, em termos de religiosidade há uma condição diferente entre o ponto de vista: (1) individual de cada voluntário, (2) da organização e (3) da sociedade. Primeiro, a sociedade expressa uma multiplicidade de culturas e assim também de formas de espiritualidade e/ou crenças religiosas; é visível que hoje, por exemplo, convivam na mesma sociedade, como é o caso da cidade de Pamplona, pessoas de diversas etnias, culturas e crenças, muito embora haja um predomínio da religião cristã e de suas instituições na cidade; assim, em nível organizacional, prefere-se adotar uma postura aconfessional, segundo a voluntária C4002, ou seja, que não parte de uma visão de mundo religiosa ou assuma algum tipo de espiritualidade/religiosidade. Isso poderia explicar por que que tenha usado uma linguagem, por assim dizer, mais secularizada e contemporânea, como vulnerabilidade social, e porque disse que a organização não quer assumir uma posição anti-abortista, para não ter sua imagem organizacional associada às perspectivas religiosas. Suponho que isso seja muito importante e algo que marcadamente vai influenciar no tipo de ajuda oferecida pela RedMadre, pois de forma profunda, com essa postura aconfessional pode-se estar assumindo uma visão antropológica das beneficiárias em que não pretendem ajudar ou contribuir em algo do ponto de vista espiritual, e sim somente prestar ajuda e encontrar soluções práticas, ou ainda o alento e alívio emocional para saber o que fazer, que são outras dimensões da vida.

A organização 4 assume uma postura aconfessional e, seguindo a análise acima, suas voluntárias não deixam de viver segundo sua preferência espiritual e crenças religiosas. Em nível individual, não se pode negar como se vive, e como se vive é o que se é, como cada qual vivencia suas relações pessoais com os demais, o que depende em parte dessa dimensão religiosa/espiritual. Para um cristão por exemplo, a relação com o próximo tem o exemplo de Jesus como referência, e ainda assume uma dimensão de relação com o divino, de transcendência, que vivifica o que é realizado [tem significado simbólico]. Nesse sentido, pode haver tensões ou conflitos entre a forma de viver de cada voluntária, para as quais a organização não nega ou demanda qualquer mudança em termos de crenças religiosas, mas por outro lado, pode pedir que na interação com as gestantes não toquem nesses assuntos ou não tentem aconselhá-las ou sugerir que sigam esta ou aquela religião.

Como seria trabalhar em uma organização em que não se pode assumir ou expressar para os demais as próprias crenças religiosas? Acredito que isso não seja o caso de nenhuma das organizações analisadas e que seja concretamente algo muito difícil e desumano de se fazer. Nesta organização, acredito ser mais uma postura necessária para conseguir atender da melhor forma possível as mulheres e gestantes que têm ajudado. Pois, quando se está em contato com outras pessoas em meios muito formais, pode-se não assumir preceitos ou pontos de vistas associados à religião, o que pode afetar a forma que interagem, o que falam e aconselham e o que tal atividade voluntária representa para elas mesmas. As voluntárias poderiam se perguntar: o que estou me tornando ao fazer essa atividade voluntária, se posso ou não assumir minha religião? Quais são as implicações disso a longo prazo?

Uma outra implicação em se assumir uma postura aconfessional se expressa nas práticas organizacionais que se delineiam para melhor auxiliar as gestantes e nos momentos de interações com elas. A organização então não assume em sua orientação ou metodologia educativa, por assim dizer, uma abordagem que venha a tocar na dimensão espiritual das beneficiadas. Oficialmente não se busca ajudar as gestantes escolher por dar continuidade à gestação por uma conversão via crenças religiosas.

Como a organização 4 prefere assumir uma postura neutra, aconfessional, as voluntárias recebem a orientação para adotarem uma postura alinhada com essa premissa. No entanto, cada pessoa tem para si o desejo ou não de vivenciar essa espiritualidade em várias áreas de sua vida, como no trabalho, no voluntariado, entre outros momentos. Embora afirmem ser necessário valentia para ser voluntária, essa valentia poderia estar presente para assumir a religiosidade. Acredito que a organização opta pela discrição do ponto de vista religioso, com o objetivo de buscar dar apoio e manter uma identidade neutra para atender mulheres que fizeram algum

aborto e precisam de ajuda. As entrevistas deixaram evidente que consideram a vida humana intrauterina como um bem humano a ser preservado, e C4001 foi mais explícita ainda ao assumir sua religião e ao expor um pouco de sua visão de mundo. Ou seja, é difícil e até mesmo prejudicial à pessoa tentar separar ou inibir as crenças religiosas ou espirituais que moldam nossa forma de se relacionar e viver. Talvez isso afetaria a dignidade humana das próprias voluntárias.

6.2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E CULTURA DA VIDA

Pode-se dizer que o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, desde o momento da concepção é um princípio presente na prática e sustentado pelas organizações analisadas. No entanto, duas delas (ANDEVI e PCr) ofereceram um pouco mais de conteúdo teórico, para estabelecer conceitos fundamentais sobre o conceito de pessoa, a dignidade humana e a cultura da vida. Isto ocorre porque ambas mantêm a produção de conteúdo – boletins informativos e materiais de formação – constante há mais tempo, o que subsidiou a síntese apresentada aqui.

As organizações defendem a dignidade humana desde a concepção. Cientificamente, a evolução do zigoto, embrião, feto, bebê, criança e adultos é um continuum, e o indivíduo é o mesmo desde a fertilização até a morte. Os termos que designam a evolução são apenas linguísticos, e são usados para se referir aos diferentes momentos da vida (ANDEVI, abril de 2018).

> *La doctora Cristina López del Burgo, profesora de Medicina Preventiva y Salud Pública, señaló que "el cigoto es capaz de desarrollarse por sí mismo. Tiene su identidad biológica y personal. Es único e irrepetible" (ANDEVI, marzo-abril, 2017).*

Nos boletins informativos da organização Andevi, se descreve que "*após a concepção ocorrem mudanças muito relevantes, tanto dentro como fora do útero, mas o ser humano é o mesmo, sem saltos qualitativos da fertilização à morte. Tentar associar o início da vida humana ou a consideração do embrião a outros momentos, como o da implantação uterina, que ocorre uma ou duas semanas depois, é absurdo e não tem nenhuma justificativa ética ou científica"* (ANDEVI, noviembre, 2017, tradução nossa).

> *El embrión humano es un individuo de la especie humana desde la concepción humana. Por eso es tan importante hacer llegar a la sociedad y a las madres la realidad biológica de la vida pre-implantatoria. La aniquilación de embriones no implantados no es "anticoncepción" ya que la vida humana aparece en el momento*

> *de la fecundación. Con esta manipulación del lenguaje, no sólo se promueve el aborto, sino que se induce a las mujeres a abortar sin que tengan conciencia de ello* (ANDEVI, noviembre, 2017).

A passagem fala da realidade biológica da vida pré-implantatória no útero. O zigoto ou adulto é cientificamente o mesmo indivíduo humano em idades diferentes. Isso sustenta a verdade científica da dignidade do ser humano, independentemente de sua fase de desenvolvimento. A verdade sobre a pessoa é a evidência ontológica e científica da dignidade do ser humano.

Na Espanha se celebra o Dia Internacional da Vida em 25 de março, uma iniciativa que surgiu em 2003 para tornar a sociedade consciente da dignidade de toda a vida humana desde a concepção até a morte natural. Todas as pessoas têm direito a viver com dignidade. Esse direito se inicia na concepção de uma nova vida. Por isso, a Pastoral da Criança começa suas atividades com as gestantes, que precisam ser acompanhadas desde o início da gravidez (PASTORAL DA CRIANÇA, 2017).

As orientações da PCr buscam contribuir para o desenvolvimento da criança de maneira integral, como **pessoas humanas**, e desta forma, tenham vida em abundância. Deve-se buscar também, segundo as organizações, a proteção legal da vida e dignidade humana. *"Toda pessoa humana é dotada de uma dignidade inalienável". "Toda vida é sagrada*", segundo o Papa.

João Paulo II apontava em 1991 "existe atualmente uma tentativa de basear a democracia no relativismo moral que procura rejeitar qualquer certeza sobre o sentido da vida do homem, sua dignidade, seus direitos e deveres fundamentais" (João Paulo II, Discurso aos líderes do Partido Democrata Cristão, 23 de novembro de 1991). Entretanto, para ser verdade, a democracia precisa de uma ética e de uma lei que se baseie na verdade sobre o homem e que reivindique o próprio conceito da pessoa humana como sujeito transcendente dos direitos fundamentais, antes do Estado e de sua ordem jurídica. (ANDEVI, janeiro, 2019)

A cultura da vida se baseia no princípio da dignidade da vida humana – o valor de cada pessoa é intrínseco e absoluto pelo simples fato de ser pessoa; a cultura da morte se baseia no princípio da “qualidade” da vida humana. O Papa enfatizou a ligação entre "dignidade" e "transcendência", o valor de cada pessoa humana, único e irrepetível. "Afirmar a dignidade da pessoa significa reconhecer o valor da vida humana, que nos é dado livremente e, portanto, não pode ser objeto de troca ou comércio.

> A Igreja sabe que este *Evangelho da vida*, recebido do seu Senhor, [1] encontra um eco profundo e persuasivo no coração de cada pessoa, crente e até não crente, porque

> se ele supera infinitamente as suas aspirações, também lhes corresponde de maneira admirável. Mesmo por entre dificuldades e incertezas, todo o homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. *Rm* 2, 14-15), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo o ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário. Sobre o reconhecimento de tal direito é que se funda a convivência humana e a própria comunidade política. (JOÃO PAULO II, EVANGELIUM VITAE, 1995, item 2).

A cultura da morte se refere a uma mentalidade e comportamento que produz morte. O Papa João Paulo II (1995) cunhou a frase cultura da morte em sua encíclica "*Evangelium Vitae"*. Para a cultura da morte, o valor de cada pessoa dependeria de sua "qualidade de vida", do que uma ou outras pessoas consideram ser "qualidade". Dependendo dessa qualidade, a vida valeria a pena ou deveria ser eliminada. Em outras palavras, os seres humanos têm a dignidade que lhes é concedida em um dado momento por uns ou por outros, de acordo com um critério de utilidade, segundo a concepção de Andevi.

Segundo a PCR, quando Deus cria os homens, o faz dentro desta mesma perspectiva de si mesmo. Poderíamos dizer numa linguagem humana: só poderia criá-lo se fixando neste mesmo modelo de comunidade de pessoas. E assim cria a humanidade à sua imagem e semelhança. “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gen. 1,26) Deus cria o homem como comunidade de pessoas, com um projeto de serem felizes na fraternidade. Por isso, acompanham a nova vida que nasce e cuidamos para que a criança não só nasça (tenha vida) mas nasça de uma maneira digna (tenha vida em abundância).

Toda criança tem direito inerente à vida desde o momento de sua concepção, independentemente da maneira como foi concebida ou do risco que sua doença ou malformação de qualquer tipo representa para a vida da mãe. "O diagnóstico pré-natal o dignifica se ele for tratado como um paciente", algo válido para pessoas síndrome de down ou qualquer outra condição pré-existente.

Do princípio da igual dignidade de todo ser humano, desde sua concepção, provém todo valor social e até mesmo aquele sentimento secular de fraternidade e igualdade, que é o fundamento de toda comunidade.

Para a Andevi, a cultura da vida é um corpo de conhecimento sobre a vida que nos permite julgar acertadamente sobre ela. A primeira é que a vida humana é valiosa em si, independentemente das circunstâncias que a originam ou cercam, ou das deficiências que a afetam, de modo que a morte nunca é uma solução para nada. A segunda é que o ser humano não deve ser produzido nunca, sob nenhuma circunstância, nem concebido sem a garantia do amor de seus pais. Em terceiro lugar, qualquer ser humano, uma vez gerado, seja pelo método

que for tem o direito de ser amado e educado para o amor. A ser realizado de acordo com o projeto amoroso que deveria tê-lo engendrado e que, de fato, de forma misteriosamente transcendente, determinou sua vinda ao mundo.

6.3 A REALIDADE DO ABORTO

A questão do aborto *"É uma questão muito complexa, que se soma aos aspectos estritamente médicos, legais, morais e religiosos"* (ANDEVI, abril-maio, 2015, tradução nossa). As organizações procuram orientar para a realidade do aborto, buscando expor a verdade sobre a vida e sobre a morte, como é o procedimento e quais são as suas consequências, com base em pesquisas científicas.

O aborto é a interrupção abrupta de uma gravidez pela morte do embrião ou do feto. Esta é uma mudança abrupta no processo fisiológico da gravidez que já estava em andamento. Como resultado, os hormônios, vasos sanguíneos, útero e outros sistemas que foram preparados para a gravidez são alterados. Estas mudanças abruptas são sempre um evento dramático para o corpo de uma mulher e sua psique. (REDMADRE, [201-]). *"El aborto es siempre una experiencia dramática, es una tragedia para la mujer y para las familias"*

O procedimento de aborto induzido ou não-induzido não é isento de riscos físicos para a mulher que o submete, riscos que também podem levar a problemas de concepção e manutenção de uma nova gravidez no futuro. Outras consequências dessa decisão podem ser emocionais e psicológicas e surgem muitos anos depois, através de sonhos ou padrões depressivos ou de ansiedade. (ANDEVI, 2015)

A RedMadre se apoia em estudos científicos para informar sobre o aborto. Há uma dificuldade em integrar significativamente o aborto como uma experiência de vida constitutiva, e ele é frequentemente experimentado como uma questão contínua. Alguns autores descrevem esta presença constante do aborto como interferência do pensamento, e até mesmo discursos, fantasias e sonhos sobre a criança ausente. A grande maioria das mulheres que fizeram abortos, segundo estudos, afirma que não tinham alternativa e estavam convencidas de que o aborto era a única saída para a situação em que viviam. Pesquisas sobre a vivência pós-aborto, em narrativa de gestantes que fizeram o aborto, revelam uma dificuldade em situá-lo na narrativa da vida (REDMADRE, [201-], *online*). Acredito que esse elemento revela uma dificuldade da gestante em compreender sua vida tomada como um todo. Como se o aborto não fosse algo que participasse de suas outras decisões que constituem seu ser, quem ela é. Talvez o aborto seja uma ação deliberada pessoal, ou seja, da esfera da práxis, mas que modifica o agente em seu

caráter moral, uma experiência percebida como uma descontinuidade (ou descolamento) na trajetória de vida da gestante.

Alguns relatos de entrevistados podem ser observados no Quadro 32.

Quadro 32 - Opiniões sobre aborto colhidas no campo

"Todo niño viene con un pan debajo de los brazos" –C4002 usou esta frase para dizer que se recebe ajuda para ter um filho, não se está sozinha. Não é necessário optar pelo aborto por uma questão financeira ou por não ter um trabalho. *"Há alternativas"* [C4002]
é *tão horrível...ver o bebê se esquivando do instrumento médico quando está ocorrendo o aborto..." ele sofre..."sofrimento..." sofrer isso no ventre da mãe, onde deveria encontrar abrigo...*[C4003]
"[Que] não tenham que optar pelo aborto devido à situações financeiras, de falta de trabalho ou por falta de orientação e ajuda, que são coisas em que a organização consegue ajudar". [C3002]
El aborto es la muerte cruela y violenta de un ser humano. El más inocente y indefeso de todos. El niño. *Un fracaso colectivo de la sociedad.* *El negocio de la muerte* *Un holocausto silenciado.* (ASOCIACIÓN RIOARRIBA, [20--]).
Aborto é mais grave que matar uma pessoa, criança crescida." [C1001]
"É uma vida que tem ali" [C1003]

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Enfrentar algo tão novo para alguém, como estar grávida, é algo em que seria muito importante receber aconselhamento, mesmo para quem tem certeza da continuidade da gestação. São muitas dúvidas, emoções e sentimentos envolvidos na gestação.

7 REVENDO QUESTÕES E PROPOSIÇÕES DE ESTUDO

Retomo agora as questões e proposições de estudo estabelecidas no início da pesquisa e voltadas para guiar a coleta, análise e interpretação dos resultados. O estudo de casos do contexto brasileiro e espanhol propiciou compreender como os voluntários atuam em relação a proteção e defesa da vida de gestantes e bebês, a partir de contextos nacionais distintos, o que trouxe um entendimento mais amplo de diferentes práticas organizacionais.

A primeira questão de estudo buscava perceber como atuam as organizações, considerando o contexto legal e as dinâmicas da política do aborto de cada país. A pesquisa nos permitiu compreender a atenção dada à questão nos fóruns de discussão, a imagem da questão do aborto, e o posicionamento de atores internos e externos aos respectivos fóruns de discussão. Com isso identificamos alguns fatores que contribuíram para compor períodos de estabilidade e mudança em relação à política de moralidade do aborto.

Atores internos e externos do contexto brasileiro foram identificados, bem como empreendedores de política internacionais que atuaram em audiências públicas. Foi possível identificar fatores que podem provocar mudanças na legislação do aborto, como a migração do debate para a Suprema Corte, projetos de lei no Senado, ainda em tramitação, o uso de eventos focalizadores como meio de intensificar a discussão e tentar promover mudanças, e os atores participantes e citados nos fóruns de política.

Considerando as organizações que atuam pela proteção de gestantes e bebês, podemos perceber algumas diferenças na atuação no contexto brasileiro e espanhol. No primeiro, as organizações participam eventualmente das discussões ocorridas nos fóruns de política, como no Senado, Câmara e STF, quando são requeridas audiências públicas ou a convite de deputados e senadores. As organizações selecionadas para o estudo de caso não se envolvem diretamente na discussão política do assunto do aborto e da defesa da vida do nascituro e gestantes. Elas mantiveram as práticas de ajuda direta, cada qual em seu raio de atuação, ou seja, preferiram atuar “na proteção” e não “para a proteção”. No entanto, a organização 2, a PCr, é uma das iniciativas pastorais vinculadas à CNBB, a qual participou intensamente nos debates. Na atuação pela proteção da vida, a PCr conta com a CNBB como instituição que busca defender politicamente a defesa da vida e a criminalização do aborto no contexto brasileiro. Em um único momento, em uma das audiências realizadas, a PCr teve um representante participando. Já a CNBB esteve sempre presente. Especificamente no Congresso Nacional, deputados e senadores têm mantido uma tendência de estabilidade de política, ou seja, contrária ao aborto, intensificando a atuação pela criação de frentes parlamentares e a realização de audiências

públicas. Por fim, a PCr participou ao menos no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina.

De uma forma geral, as organizações pró-vida no contexto brasileiro, entre as quais foi possível identificar algumas delas, não se articulam explicitamente de forma coordenada ou através de uma rede de governança, ou ainda não são organizadas por uma instituição nacional de representação, de acordo com os dados analisados. É provável que mantenham contato e apoio mútuo, mas isso ainda não é explicitado na esfera pública. Trata-se de esforços mais difusos e iniciativas pontuais que começam a ampliar seu escopo e envolvimento social, como as marchas pela vida, as quais apresentaram um aumento na quantidade de manifestações nos últimos anos.

Já no contexto espanhol, em que a legislação do aborto é mais permissiva (conforme exposto na subseção 4.1.2), as organizações de proteção à vida de gestantes e bebês representam um esforço mais intenso e organizado, frente as mudanças legais ocorridas desde a década de oitenta. Houve uma intensificação da atividade política de partidos políticos de base católica/religiosa no parlamento espanhol, segundo Chacqués-Bonafont, Palau e Baumgartner (2015). A organização 3 (Andevi) atua desde 1977 e a organização RedMadre foi criada em 2007. Elas e outras 400 organizações pró-vida, segundo dados da RedMadre, se articulam em uma rede de cooperação em nível nacional. Por meio desses dois casos, encontrei mais informações sobre a Federação Espanhola de Associações Pró-vida (FEAP), a qual articula esforços para aumentar o alcance e a intensidade das iniciativas pró-vida. Ou seja, as organizações responderam de forma mais nítida às mudanças ocorridas em relação ao aborto, a partir da formalização de uma rede de atores articuladas nacionalmente. Nesse sentido, os dois casos, Andevi e RedMadre, participam mais ativamente da discussão na esfera pública e política, atuando nas duas formas previstas: “na proteção”, por meio de práticas de ajuda direta – por exemplo, doação de recursos, assistência médica e psicológica gratuita, atendimento à gestantes e bebês – e “para a proteção” – organizações de congressos e conferências, divulgação de informação, oficinas e cursos para formação, manifestações públicas em datas específicas durante o ano, como as marchas pela vida e dias de celebração da vida e do nascituro.

As organizações do contexto brasileiro podem aprender com os casos atuantes no cenário espanhol, especialmente em relação às práticas na proteção, desenvolvidas para o contexto específico, e para o desenvolvimento de uma rede de articulação ou governança entre os atores engajados na proteção à vida. No âmbito político, na esfera estadual e municipal, isso aconteceu por um momento durante os anos 2000 quando foram criados conselhos estaduais para a defesa da vida e contra o aborto, mas não foi possível apurar se tais conselhos continuam

ativos, apenas foram citados durante os debates no Congresso Nacional. As organizações espanholas, por sua vez, poderiam assimilar algumas práticas das organizações brasileiras, especialmente a metodologia de ir até a gestante, implementada pela PCr, em que as voluntárias são pessoas da comunidade que realizam visitas domiciliares, especialmente nas regiões mais carentes. Acredito que uma prática proativa, de ir até a gestante, poderia contribuir significativamente para fortalecer a comunidade, mas especialmente para conseguir acessar e ajudar mais gestantes, especialmente aquelas que estão em dúvida ou inseguras para seguir com a gestação.

Um segundo aspecto decorre ainda das dinâmicas da agenda em relação ao aborto. Considerei a possibilidade de que a agenda da mídia (os três jornais considerados) e a agenda da política (Câmara dos Deputados e Senado) se influenciam mutuamente. Considerados como três fóruns e observado as iniciativas de leis, pronunciamentos e reportagens de capa, percebemos uma oscilação mais sincronizada entre Câmara dos Deputados e mídia, o qual nem sempre era acompanhado pelo Senado. Os eventos focalizadores e os fatores citados que aqueceram a discussão do tema apareceram em mais de um fórum em datas muito próximas. Por algumas vezes atores da mídia (imprensa e televisão) foram citados no Congresso Nacional (n=41 citações) e, da mesma forma, agentes do Executivo (n=66), da área jurídica (n=37) e do Legislativo (n=30) foram citados pela mídia. A análise dos atores citados contribuiu para percebermos os atores mais influentes, bem como sugerir alguns empreendedores da política do aborto. Os fatores que emergiram e promoveram oscilações no debate foram a discussão sobre o aborto em caso de anencefalia, tanto pelo seu conteúdo quanto por estar sendo discutido no STF, além da questão do zika vírus e a microcefalia, e dos direitos sexuais e reprodutivos. Propostas de descriminalização do aborto procuraram incluir novas exceções não puníveis ao código penal, para o qual tramita uma proposta de reforma que, se aprovada, com o texto atual, ampliaria os casos não puníveis para o aborto.

Assim, entre a agenda da mídia e da política acontece um reforço de temas que ganham evidência, bem como um destaque a respeito do posicionamento de atores-chave, como presidentes, Ministro da Saúde, Conselho Federal de Medicina. A discussão e os atores favoráveis ao aborto têm migrado para o STF como estratégia para promover mudanças, diante da tendência de estabilidade no Congresso Nacional.

A terceira proposição de estudo diz respeito ao estudo da ética das virtudes, a partir dos atos de voluntários de organizações que atuam na proteção à vida de gestantes e bebês. Sendo uma proposição de cunho mais teórico, buscava responder ao questionamento da possível

interrelação entre a virtude da prudência, a *phronesis* - e demais virtudes morais, considerando as perspectivas aristotélico-tomistas da ética das virtudes como base teórico-analítica.

Além disso, observei outros elementos da ética das virtudes, como a centralidade da pessoa humana de tal perspectiva, a percepção das organizações sobre dignidade da pessoa humana, o *telos* buscado por voluntários (motivação), e os benefícios trazidos à comunidade. Procurei identificar e descrever as práticas realizadas em cada organização, procurando entender seus atributos e objetivos, como para quem era destinadas, como eram realizadas e se tinham constância ao longo do tempo. Comparando os diferentes contextos, as organizações brasileiras se envolvem grandemente com as práticas de proteção e ajuda direta às gestantes, como oficinas, doações de recursos, visitas domiciliares e orientação. No contexto espanhol, por sua vez, além das práticas de proteção direta, as organizações desenvolvem práticas voltadas "para a proteção", especialmente para informar gestantes e comunidade em geral, produzindo conteúdos informativos regularmente, bem como desenvolvem outros meios de difundir os princípios da cultura da vida, além de formas de atendimento a gestantes prestadas por especialistas, como médicos e psicólogos. As organizações espanholas procuram, em alguma medida, fazer pressão sob o poder público para que se criem programas de investimentos e formas de ajuda para gestantes necessitadas.

Feito isso busquei apresentar os atos humanos mais presentes em tais práticas, aquilo que de fato os voluntários fazem ao manter contato com gestantes e famílias, identificando assim os atos cotidianos mais realizados: aceitar, amar, cuidar, escutar, não julgar, entre outros. Passado esse percurso, tratei da forma com que cada organização se posiciona em relação à religiosidade, algo que emergiu do campo e subsidiou a análise das virtudes morais em certa medida.

No contexto atual, a relação entre religiosidade e organização fortaleceu a percepção de que os voluntários e, principalmente, os líderes de tais organizações precisam ter coragem e sabedoria para saber conduzir as atividades e saber como assumir os valores e o propósito da organização, diante de contextos culturais e legais contrários à defesa da vida desde a concepção. O posicionamento em relação à religiosidade foi uma questão que espontaneamente emergiu da pesquisa de campo, perpassando todos os quatro casos, como previsto por Stake (1995; 2010). Os voluntários contaram sobre como realizam as práticas, quais são suas motivações, vivências, problemas, e quais são os atributos necessários para ser um voluntário que ajuda e protege. As virtudes cardeais da temperança, fortaleza (coragem), justiça e prudência foram evidenciadas com os resultados do estudo, bem como as virtudes da humildade e da esperança. Considero que a opção pela discrição na forma de atuar e a busca por autonomia

frente à influência político-partidária são escolhas sábias para a organização manter sua identidade e propósitos.

A relação entre virtudes morais e prudência foi percebida em dois sentidos. No primeiro, disse que a temperança contribui para que os voluntários saibam o momento certo de julgar e não julgar, na medida que a temperança ajuda a conter o julgamento, um dos atos da prudência, em situações em que o melhor a fazer é entender e ouvir, e não emitir julgamentos. Com isso reforça-se o pressuposto da importância da temperança para a sabedoria prática.

Na segunda relação entre prudência e virtude morais, encontrei a virtude moral da esperança como uma forma de virtude compartilhada entre voluntários e gestantes, na medida em que os voluntários, ajudam as gestantes a estabelecer prioridades claras e vislumbrar alternativas para as suas vidas, que não incluam o aborto. A prudência está no jeito de chegar, na forma de ouvir, em saber entender o contexto e as circunstâncias da gestante. Com prudência e por meio dela, os voluntários orientam as gestantes a pensar com calma, a não se precipitar nas decisões, a procurar entender tudo o que está em jogo em sua situação. A relação sugerida entre prudência e esperança está na capacidade de providência – *foresight* – para ver possibilidades de futuro, e ser capaz de dar alternativas para as gestantes diante do aborto, que parecia ser o caminho único. O fim bom, indicado pela virtude da esperança, é de dar chance à vida de um novo ser em formação e ao papel de mãe que a gestante poderá exercer em sua vida. É ajudar a tomar decisões com base na realidade da vida e na realidade do aborto.

Dito de outra forma, consiste na disposição dos voluntários para ajudar as gestantes a vislumbrarem com mais nitidez o momento que estão passando, pois muitas se veem sozinhas, com muitas emoções e incertezas em jogo, o que dificulta muito projetar uma imagem de futuro. Orientando para a prudência em se tomar as decisões e lançando luz às alternativas possíveis por meio da virtude da esperança, os voluntários têm conseguido ajudar as gestantes e famílias a seguir com a gestação e a cuidarem de seus filhos.

Ainda sobre a consideração das virtudes morais, busquei perceber aquelas relacionadas à proteção e ajuda direta, bem como as que poderiam ser mais requisitadas na atuação "para a proteção". De forma geral, percebo que talvez algumas virtudes que contribuem mais para o relacionamento interpessoal se associam mais às práticas de proteção e ajuda direta, como temperança, humildade, coragem, esperança e prudência. Para a proteção, posso citar, sem excluir as demais, a justiça, a prudência para definir a medida adequada de discrição e para definir a melhor forma de posicionar-se em relação à religiosidade. Formar, viver e difundir a cultura da vida aparece como o percurso completo das virtudes morais, das pessoas até sua extensão para a comunidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo considerado as respostas preliminares para as perguntas e proposições de estudo, posso agora refazer o percurso apresentado neste estudo, com vistas a subsidiar as conclusões que aqui apresento. Desde o começo, tive o objetivo de compreender como voluntários de organizações da sociedade civil atuam para proteger a vida de gestantes e seus filhos, à luz da ética das virtudes.

Cabe recuperar a pergunta de pesquisa que deu início a este estudo, pela qual se indagava: como os voluntários de organizações da sociedade civil de ajuda a gestantes e bebês atuam na esfera pública em relação à proteção à vida? Para reunir evidências que auxiliam a consolidar uma resposta para a pergunta, retomo agora os objetivos específicos da pesquisa, e como o referencial teórico, a metodologia e a análise dos resultados permitem articular uma resposta preliminar.

Contextualizei inicialmente o problema das perdas de vidas humanas em decorrência do aborto voluntário, pois esta questão dá razão à atuação de organizações pró-vida, como são conhecidas nas discussões políticas as organizações que atuam "na proteção" e ajuda direta ou ainda "para a proteção" e defesa da vida. O aborto voluntário é uma questão tomada para análise por estudiosos de diversas áreas científicas e filosóficas, mostrando-se como uma questão moral permanente. O contexto legal, político e midiático tem dado mostras de uma preferência pela sua descriminalização, o que provocaria uma certa ação de quem é contra o aborto e a favor da vida. Considerando o contexto em que atuam tais organizações e seus voluntários, estabeleci cinco objetivos específicos para compreender a questão.

Os objetivos específicos correspondem ao percurso teórico-analítico-reflexivo delineado para responder à pergunta inicial, como uma linha condutora de pesquisa. Além dela, foi necessário fundamentar um referencial teórico que permitisse um entendimento aprofundado sobre a questão do aborto, da dignidade da pessoa humana, dos fundamentos éticos para compreender a questão, bem como da perspectiva da ética das virtudes, além do referencial decorrente dos objetivos específicos.

Dois estudos se aprofundaram no estudo da virtude da prudência ou *phronesis*, a partir de revisões da literatura voltadas para saber como ela tem sido discutida e aplicada em estudos sobre Administração, organizações e negócios (AMES; SERAFIM, 2019; AMES SERAFIM; ZAPPELLINI, 2020).

Simultaneamente, o referencial teórico foi elaborado com um capítulo sobre as noções de pessoa e dignidade da pessoa humana, um estudo sobre a ética das virtudes, considerando

seu desenvolvimento em Administração Pública e Empresarial, as principais perspectivas, pressupostos e elementos. Em seguida, preparei um referencial sobre o aborto, enquanto política de moralidade e como tem sido discutido em análise de políticas públicas.

Por meio do **objetivo específico 1** busquei contextualizar, em uma abordagem interdisciplinar, o problema da mortalidade de bebês e gestantes, considerando a questão do aborto. Esse objetivo foi contemplado de forma mais distribuída ao longo da tese, envolvendo o referencial teórico das subseções 2.1, a qual tratava da dignidade da pessoa humana, inclusive do nascituro, como também do referencial contido na subseção 2.3, sobre o problema do aborto a partir de abordagens de políticas públicas, e na 2.5, na perspectiva sociológica de organizações pró-vida e contra o aborto. Nos resultados, apresentei um panorama do contexto legal sobre o aborto no Brasil e na Espanha, e dados estatísticos sobre aborto e curetagem, mortalidade fetal e materna e os gastos do poder público em programas e serviços de saúde relacionados, na subseção 4.1.

O **objetivo específico 2** consistia em analisar as dinâmicas de formação da agenda de política para o problema do aborto e de proteção à da vida de bebês e gestantes na esfera nacional, entre 1988 e 2018. O subcapítulo 2.4 contribuiu diretamente para cumprir com este propósito. Cobrindo o período estipulado de 31 anos, foram analisados os fóruns do Senado e da Câmara de Deputados, observando iniciativas de lei (n=244) e pronunciamentos (n=1410), de ambos os fóruns, e audiências públicas do Senado (n=44 participantes). Para se observar a agenda da mídia, foram selecionadas reportagens de capa de três jornais, observando atores citados e seus posicionamentos (n=394). Do Supremo Tribunal Federal, analisamos o tom da política dos participantes das audiências públicas que debateram as ADPFs 54 e 442 (n=79). Em todos os fóruns, identificamos o tom dado à política do aborto, se favorável ao aborto, contrário ou neutro. Com isso, conseguimos apresentar uma evolução cronológica das discussões sobre o aborto, percebendo eventos focalizadores e fatores que provocavam pontuações e momentos de estabilidade nas dinâmicas da política do aborto. Foi possível identificar as preferências em cada fórum de política, com o Congresso Nacional tendendo para a estabilidade e uma migração dos atores que procuram promover a despenalização do aborto para o âmbito do STF, fórum que promoveu mudança com a ADPF 54 e onde ainda tramita a ADPF 442. Mudanças no Executivo (Presidência e Ministério da Saúde), bem como projetos de lei em tramitação, como a reforma do Código Penal, são elementos que provocam mudanças no tom e nas políticas de forma mais significativa.

Esse estudo das dinâmicas da agenda também permitiu que fosse contemplado o **objetivo específico 3**, com a intenção de mapear atores participantes na formação da agenda da

política relacionada ao aborto, identificando especialmente os que atuam pela proteção à vida de gestantes e bebês (pró-vida). Foi possível mapear e classificar os atores participantes das discussões, bem como os atores citados em pronunciamentos e pela mídia, descrevendo o subcapítulo 4.2 – Descrevendo atores a partir da análise das Dinâmicas da Agenda. Essa é uma contribuição relevante para quem participa da discussão e busca saber quais atores são favoráveis ao aborto e quais são contrários, quais defendem uma agenda pró-escolha e quais são pró-vida. Busquei oferecer listas dos participantes das audiências públicas do Senado, dispostas na Tabela 3 no corpo do texto, e uma contendo os participantes nas audiências públicas ocorridas no STF em 2008 e 2018, encontrada no Apêndice D. No texto, sintetizei todos os atores citados e participantes, exceto os próprios integrantes de cada fórum, segundo a origem (nacional e estrangeiro) e área de atuação, observando uma boa parcela de organizações da sociedade civil.

Considerando especificamente as organizações ou iniciativas pró-vida, consegui identificar 20 organizações e seus representantes que estiveram presentes nas audiências, ou foram citados em pronunciamentos ou pela mídia, disponíveis para consulta na subseção 4.2.1. Com isso, conclui a análise do que considero o contexto de atuação das organizações pró-vida, conhecendo as preferências e tendências em diferentes fóruns, os atores e empreendedores de política internos e externos ao governo, as oscilações na atenção dada à questão e os fatores elencados para defender posicionamentos contrários ou favoráveis ao aborto. Embora haja tendência de estabilidade no Congresso Nacional, projetos de Lei como a Reforma do Código Penal e a inserção do STF como fórum de discussão são fatores que podem promover mudanças de forma mais pontuada e repentina.

Entendido o contexto em que atuam organizações e seus voluntários, passei a apresentar os resultados alcançados a partir do modelo teórico-analítico, disposto na subseção 3.1.4, para responder ao **objetivo específico 4**: compreender a proteção da vida de gestantes e bebês a partir de iniciativas em organizações da sociedade civil, à luz da ética das virtudes. O referencial teórico, como mencionado, apresentou as perspectivas e principais elementos da ética das virtudes em três perspectivas: neoaristotélica, macintyreana e da Doutrina Social da Igreja, para depois conceituar virtudes morais e a prudência. Por uma estratégia de pesquisa qualitativa baseada no estudo de casos múltiplos (STAKE, 1995; 2006; 2010), quatro organizações da sociedade civil de base voluntária foram selecionadas, duas do contexto brasileiro e duas espanholas. Em cada organização considerei como mini casos alguns de seus voluntários e o fundador, na medida em que foi possível o acesso ao campo. Apliquei as técnicas de coleta de dados de observação participante, entrevistas e pesquisa documental, além do uso contínuo de

cadernos de campo. A preparação, codificação e categorização dos dados foi realizada com o apoio do software NVivo.

Descrevi as quatro organizações e seus respectivos voluntários na subseção 4.3, procurando destacar características da organização, como missão, valores, propósito, principais práticas, experiências, história, entre outros elementos significativos. Procurei narrar os casos desde o surgimento da organização para depois apresentar um pouco da trajetória dos voluntários. Dessa forma foi possível compreender o propósito organizacional e quais práticas são voltadas para a proteção direta de gestantes, mulheres e crianças, ou para a defesa da vida em termos da difusão de ideias favoráveis ao direito à vida desde a concepção, como a filosofia da cultura da vida.

Em seguida, na seção 4.4 – Análises temáticas entre casos, procurei tratar primeiramente do tema da relação da organização com a religiosidade, o qual foi uma questão que perpassou os casos e veio a evidenciar o posicionamento da organização em relação à religiosidade, revelando postura diferentes: aberta a todas as religiões, ecumênicas, pluriconfessional e aconfessional. Especialmente para organizações que atuam na proteção da vida de gestantes e seus filhos, essa questão é determinante em sua forma de atuar, pois muitos opositores às iniciativas pró-vida criticam a influência de fundamentos e organizações religiosas em áreas como a questão do aborto. Assim, procura-se conduzir as organizações com prudência, para saber a maneira ideal de se posicionar e oferecer ajuda às gestantes, e ainda é necessário coragem para assumir em seu contexto uma visão de mundo atrelada à fé cristã, católica, ou de outra preferência. Saber como se relacionar com a questão da religiosidade, é um problema corrente que não se restringe às organizações analisadas. Hoje os quadros de funcionários são formados por pessoas de diferentes preferências religiosas e, diante de uma preferência do líder ou presidente da organização, é necessário delinear como acontecerá a relação entre colaboradores e público externos, colaboradores e organização. Para estas organizações em especial, esclarecer quais são seus valores e quais são princípios inegociáveis, como por exemplo o direito à vida desde a concepção até a sua morte por causas naturais, são demandas determinantes.

Além da temática organizações e religiosidade, a subseção 4.4 também reuniu os temas da: a) dignidade da pessoa humana e cultura da vida – formar, viver e difundir a cultura da vida – quando considerado pela organização; b) a realidade do aborto, para evidenciar como é considerado; e c) atos na proteção à vida e apoio à gestação. O aborto é descrito como uma interrupção abrupta da gravidez pela morte do embrião ou do feto, um drama que se mantém ao longo do tempo, o qual envolve riscos para a mulher e consequências de ordem física,

reprodutiva, psicológica e moral. Descrevi sucintamente os atos cotidianos mais importantes para poder ajudar gestantes, expressos pelos voluntários: ajudar, escutar, dar alternativas, ensinar a ser e não julgar. Eles contribuíram para a interpretação dos resultados à luz da ética as virtudes, apresentada na seção 5.

Por fim, pelo **objetivo específico 5** busquei analisar virtudes morais relacionadas às práticas de proteção e defesa da vida de gestantes e bebês, com base nos voluntários das organizações investigadas. Os resultados dessa análise são apresentados na seção 5, na qual dediquei uma seção para retomar considerações sobre os voluntários e suas motivações, pois a perspectiva da ética das virtudes considera, como um de seus elementos, a pessoa humana e o que buscam como fim último, ou *telos* (SISON; FERRERO, 2015). Algumas das motivações percebidas são voltadas para fazer bem ao próximo e dar uma resposta ou manter uma conexão com o Deus, enquanto outras abrangem um dar e receber de bens afetivos e espirituais (GUILLÉN; FERRERO; HOFFMAN, 2015). Depois considerei, na subseção 5.2, as virtudes morais e prudência relatadas como significativas para ser voluntário ou refletidas a partir do que os voluntários têm feito na prática, em contato com as gestantes e famílias especialmente. Assim, percebi a importância da temperança na proteção direta, para lidar com moderação com as diferenças e possíveis conflitos. Mas algo especial que a temperança sugere é o seu papel para conter o julgamento em ocasiões que é melhor ao voluntário não julgar as pessoas ou condições, pensando no bem das gestantes e famílias. Nesse sentido corroboro o pressuposto de que a temperança se relaciona com a prudência, na medida que contém o seu ato de julgamento.

Na sequência, busco reunir evidências da fortaleza, ou coragem, para lidar com questões religiosas, bem como na atuação local, na visita e disponibilidade para ir até comunidades remotas. A justiça aparece como uma percepção de ações um pouco injustas no tratamento entre voluntários, por exemplo, que sugere algo a ser aprimorado nas práticas de gestão de pessoas e condução da liderança. A humildade aparece como virtude basilar para o serviço de ajudar as gestantes, considerada especialmente importante para lideranças e coordenadoras de equipes, a partir da noção da cooperação e de que não se faz nada sozinho. Por fim, me detenho para apresentar uma compreensão da prudência e como ela está presente na sabedoria das voluntárias de saber chegar até as famílias, saber orientar, e compreender em dois sentidos: o contexto relacional e o contexto social das famílias. Além disso, a prudência apresentou-se como uma disposição prática essencial para orientar gestantes que se encontram em dúvidas para seguir com a gestação, desorientadas e ou inseguras, e acabam por se precipitar na decisão. As voluntárias ajudam as gestantes a ter uma visão mais clara da realidade e sobre as possibilidades

futuras, ajudando-as, por meio da prudência, a desenvolverem uma melhor visão de futuro – mostrando a providência – uma das partes da prudência. Além disso, a esperança, uma virtude que aparece compartilhada por gestantes e voluntárias, mantém uma relação com a prudência a partir da providência, na medida que a esperança como virtude do voluntário permite-o a ajudar a gestante a esclarecer suas prioridades, diante da gestação, e vislumbrar um futuro em que dá continuidade à gestação.

Voluntários de organizações pró-vida também revelam que, conforme sua vivência passada como gestantes e ou, por terem enfrentado um aborto, buscam a organização como forma de autoajudar-se, buscar por perdão ou ajudar a quem enfrenta o mesmo drama.

Feito isso, retomo a pergunta inicial de compreender como voluntários de organizações da sociedade civil atuam para proteger a vida de gestantes e seus filhos, à luz da ética das virtudes. Posso agora esboçar uma resposta inicial para tal pergunta, argumentando que os voluntários têm demonstrado em suas práticas uma disposição para ajudar gestantes, motivados por viver em sua vida as crenças do que acreditam ser certo, especialmente daqueles que são cristãos, buscando ajudar na medida do possível à gestantes e famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse caminho, têm desenvolvido virtudes como a temperança na conduta, a humildade em serviço, a prudência nas decisões e a esperança na orientação de gestantes, de modo a contribuir com o bem comum ao defender o direito à vida dos nascituros, sem abster-se de ajudar gestantes. Nesse sentido, disse que a prudência é a disposição prática para agir com base na realidade da vida humana e, neste caso específico, com base na realidade do aborto, como também é a disposição para ajudar a quem sofre esse drama a encontrar alternativas, dando esperança ao mostrar alternativas e ajudando as gestantes a visualizarem com maior clareza quais são as prioridades *(telos)* de sua vida.

Concluída a exposição sobre as respostas dadas aos objetivos específicos, aponto na próxima seção limitações da pesquisa e, em seguida, descrevo algumas sugestões de pesquisas futuras.

8.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Ao longo da análise e descrição dos resultados, gradativamente algumas limitações de estudo foram percebidas, dentre as quais procuro retomar aquelas que consideram mais significativas para elencar neste momento. Dentre as limitações do estudo ora apresentado, posso pontuar as seguintes:

1. Estudos sobre a perspectiva da ética das virtudes têm sugerido que os estudos sobre virtudes morais deveriam adotar propostas metodológicas longitudinais, que acompanham pessoas por um período de tempo maior do que o realizado neste estudo (MORREL; BRAMMER, 2016). Uma limitação assumida é que consegui realizar a observação participante por um tempo maior nas organizações do contexto brasileiro, em comparação com o tempo em que tive contato com organizações espanholas;
2. A análise da questão do aborto em si se limitou a algumas áreas do saber, abordando como tem sido tratado em políticas públicas, seus aspectos legais. Seu contraponto na dignidade da pessoa humana, sem, no entanto, aprofundar-se em outras áreas do saber;
3. A análise das dinâmicas da agenda da política de moralidade do aborto se ateve a identificar o tom da imagem da política do aborto, classificando em favorável, contrário ou neutro, sem ponderar sobre as dimensões morais, religiosas, científicas ou de outra natureza contidas nos argumentos dos atores;
4. A análise da agenda da mídia considerou apenas reportagens de capa de três jornais, sem nesse momento acessar todas as reportagens sobre o aborto, o que poderia ser aprofundado em estudos futuros;
5. Embora tenha considerado o contexto legal e de políticas públicas sobre o aborto do contexto brasileiro e espanhol, o entendimento do contexto cultural e religioso não foi abordado, o que poderia ajudar a evidenciar as preferências religiosas que podem influenciar na percepção sobre o aborto e o direito à vida;
6. As entrevistas com voluntários se restringiram a uma rodada de entrevistas, o que ficou limitado devido à distância física e o acesso ao campo no período de isolamento social em virtude da pandemia do coronavírus;
7. Delimitei a pesquisa para procurar entender as virtudes morais de voluntários de organizações pró-vida, em detrimento da investigação sobre organizações e voluntários que defendam a despenalização do aborto (pró-escolha);
8. Limitei a apresentação dos resultados sobre a perspectiva da ética das virtudes para as análises sobre as virtudes morais e a prudência. A codificação e categorização realizada por meio do NVivo permitiu analisar ainda outros elementos, como bem comum, e os outros atos da prudência, além do julgamento (deliberação, decisão, comando para ação). Assim, foquei a análise nas virtudes morais e na prudência, mas tendo em vista os demais elementos do modelo teórico-analítico.

8.2 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS

Com base nas limitações do estudo por ora finalizado e a partir de algumas descobertas da pesquisa, posso sugerir algumas possibilidades e recomendações para pesquisas futuras, com vistas a desenvolver o estudo da ética das virtudes em organizações e no contexto de interações entre Administração e sociedade.

Como apresentado, a ética das virtudes se desenvolveu em diferentes perspectivas, as quais foram abordadas de forma complementar nesse estudo. Uma possibilidade que poderia ser explorada é fazer um estudo em que se propusesse uma triangulação entre as perspectivas da ética das virtudes, de modo a se compreender, com mais propriedade, os pontos de convergência e divergência entre elas.

Com relação às organizações que atuam na proteção e defesa da vida de gestantes e seus filhos, pode-se abordar em estudos futuros organizações do contexto brasileiro que atuam ativamente "para a proteção", por exemplo, as que foram identificadas como atores participantes nas audiências públicas realizadas no âmbito do Senado e do STF.

Na análise da ética das virtudes, o qual contempla um arcabouço de análise dos atos morais compreensivo, abordando não somente consequências ou regras, uma forma que acredito contribuir para se obter um maior aprofundamento dos atos morais é focar no estudo da relação da virtude da prudência com uma virtude moral específica, como por exemplo: prudência e humildade, prudência e coragem, prudência e justiça. Como sugerido pela revisão da literatura, ainda é necessário compreender a relação entre a prudência e outras virtudes morais, o que até conseguimos encontrar algumas pistas preliminares.

A partir das limitações deste estudo, gostaria de sugerir para pesquisas futuras, a análise da dimensão moral dos argumentos presentes nas discussões das dinâmicas da agenda do aborto. Por exemplos, nas audiências públicas realizadas no âmbito do STF, é possível analisar na íntegra os memoriais de arguição dos participantes das audiências, o que poderia ser acessado para compreender os argumentos morais e a qual perspectiva da ética normativa tais argumentam aderem: se são argumentos utilitaristas, deontológicos ou da ética das virtudes.

Em questão metodológica, optou-se pelo estudo de casos múltiplos para conduzir uma pesquisa à luz da perspectiva da ética das virtudes. Considerando os pressupostos dessa corrente, futuras pesquisas poderiam propor métodos de pesquisa baseados no estudo biográfico ou de história de vida para o estudo em profundidade da trajetória de vida de alguém.

Algo que também poderia ser realizado com mais propriedade é a análise de outros elementos relacionados com a perspectiva da ética das virtudes, e que aqui não foram apresentados, como a noção de bem comum, o estilo de vida e a busca pela *eudaimonia*.

REFERÊNCIAS

ABBÁ, G. A filosofia moral como investigação sobre a melhor vida a se conduzir. Exposição breve e completa sobre o enfoque ético no pensamento de Aristóteles e Tomás de Aquino. **AQUINATE**, v. 6, p. 22-44, 2008.

AGUIAR, B. H. K. *et al*. (2018). A legislação sobre o Aborto nos Países da América Latina: uma Revisão Narrativa. **Com. Ciências Saúde**, v. 29, n. 1, p. 36-44, 2018.

AGUIRRE-Y-LUKER, G; HYMAN, M.; SHANAHAN, K. Measuring Systems of Virtues Development. *In*: SISON, A.; BEABOUT, G.; FERRERO, I. (Eds.). **Handbook of Virtues Ethics in Business and Management.** Netherlands: Springer, 2017. Doi: 10.1007/978-94-007-6510-8.

ALEXANDER, H. Spirituality, morality, and criticism in education: a response to Kevin Gary. **Studies in Philosophy & Education**, v. 25, n. 4, p. 327-334, 2006.

AUBENQUE, P. **A Prudência em Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2008. Tradução de Marisa Lopes.

ALVIRA, R.; GRIMALDI, N.; MONTSERRAT, H. (Eds.). **Sociedad Civil: la democracia y su destino**. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 2008.

ALZOLA, M. Virtuous Persons and Virtuous Actions in Business Ethics and Organizational Research. **Business Ethics Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 287-318, 2015. DOI: 10.1017/beq.2015.24.

AMES, M. C. F. D. C. **'Moral da história'**: dilemas, incerteza e a racionalidade de empreendedores econômicos e sociais. 2015. 393 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

AMES, M. C. F. C. C.; SERAFIM, M. C.; ZAPPELLINI, M. B. O Estudo da Phrônesis nas Organizações: Uma Revisão Sistemática. *In*: Enanpad 2017, 10, 2017, São Paulo. **Anais**...São Paulo, Brasil.

AMES, M. C. F. C. C.; SERAFIM, M. C.; MARTINS, F. F. Análise das Escalas e Medidas de Virtudes Morais Associadas à Área de Administração e Ética Empresarial: uma Revisão Sistemática. *In*: Enanpad 2018, 10, 2018, Curitiba. **Anais**...Curitiba, Brasil.

AMES, M. C. F. D. C.; SERAFIM, M. C.; ZAPPELLINNI, M. B. Phronesis in administration and organizations: A literature review and future research. **Business Ethics: A Eur. Rev**., v. 00, p. 1-19, 2020.

AMES, M. C. F. D. C.; ZAPPELLINI, M. B.; SERAFIM, M. C.; COLONETTI, A. Dinâmicas da agenda política de aborto no Senado Federal no período de 1988 a maio de 2018. *In*: II Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 2, 2018, Florianópolis. **Anais**...Florianópolis, CIDESP.

AMES, M. C. F. D. C.; SERAFIM, M. C. Teaching-learning practical wisdom (*Phronesis*) in Administration: A Systematic Review. **RAC**, v. 23, n. 4, p. 564-586, 2019.

ANDEVI. **Fiesta de Navidad de Andevi**. N. 390-391. Boletin diciembre – enero 2016. Disponível em: https://andevi.org/wp-content/uploads/2017/02/boletin-diciembre-enero-2016_.pdf. Acesso em 03 set. 2020.

ANDEVI. Velada por la vida. N. 392-393. Boletin marzo – abril 2016. Disponível em: https://andevi.org/wp-content/uploads/2017/02/boletin-febrero-marzo-2016_.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

ANDEVI. **Un millar de personas participan em el XXI Congreso Nacional Provida**. Boletin. 405-406, marzo – abril, 2017. Disponível em: https://andevi.org/wp-content/uploads/2017/05/boletin-marzo-abril-2017_.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

ANDEVI. **Navidad em Andevi**. Boletin. 414-415, Diciembre –Enero 2018. Disponível em: https://andevi.org/wp-content/uploads/2018/01/boletin-diciembre-enero-2018_.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

ANDEVI. **Comienzo del nuevo año**. N. 426-427. Boletin Diciembre-enero 2019. Disponível em: https://andevi.org/wp-content/uploads/2019/01/boletin-diciembre-enero-2019_.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

ANDEVI. **José Miranda Heras:** el dr. Miranda, pepote, se durmió en el señor el pasado 21 de julio. N. 444-445. Jun-Jul. 2020. Disponível em: https://andevi.org/wp-content/uploads/2020/08/boletin_junio_julio_2020_.pdf. Acesso em 02 set. 2020.

ANDION, C. Uma historiografia do conceito de sociedade civil: dos clássicos aos modernos. *In*: XI Colóquio Internacional de poder local Salvador, **Anais**...dezembro de 2009.

ANSCOMBE, G. E. M. Modern moral philosophy. **Philosophy**, v. 33, n. 124, p. 1-16, 1958.

APPLEBY, P.H. **Morality and Administration in Democratic Government**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1952.

AQUINO, T. (2014). **A prudência: A virtude da decisão certa**. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2014.

ARGANDONA, A. Humility in Management. **Journal of Business Ethics**, v. 132, n. 1, 63-71, 2014. doi: 10.1007/s10551-014-2311-8

ARENDT, Hannah. **A condição humana**.12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. Tradução de Roberto Raposo.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Atlas, 2009. Tradução de Antônio de Castro Caieiro.

ASOCIACIÓN RIOARRIBA. ¿Qué es el aborto? Asociación RioArriba [20--].

ASSIS, S. G. D. *et al.* **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente**. Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

AZAR, Alex M. **Remarks on Universal Health Coverage**. U.S. Department of Health & Human Services, New York, 23 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.hhs.gov/about/leadership/secretary/speeches/2019-speeches/remarks-on-universal-health-coverage.html>. Acesso em 24.01.2020.

AZEVEDO, A.; GRAVE, P. S. Prolegômenos a toda a administrologia possível: Administração – o que é isto? **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 695-712, 2004.

AZEVÊDO, A.; ALBERNAZ, R. A "antropologia" do Guerreiro: a história do conceito de homem parentético: em memória a Eliana Guerreiro Ramos (1949-2003). **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 01-19, out. 2006.

BACHMANN, C.; HABISCH, A.; DIERKSMEIER, C. Practical Wisdom: Management's No Longer Forgotten Virtue**. Journal of Business Ethics**, p. 1-19, 2017. DOI 10.1007/s10551-016-3417-Y.

BAILEY, S.K. Ethics and the public service. **Public Administration Review**, v. 24, p. 234-243, 1964.

BAJWA, S. U. *et al*. Brief Communication: Phronesis Knowledge as Enabler of Intuitive Decision Making. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 1, p. 40-49, 2015.

BAMFORD, G. Right Speech as a basis for management training. **Journal of Management Development**, v. 33, n. 8/9, p. 776-785, 2014. Doi: 10.1108/JMD-09-2013-0122

BANNISTER, J.; O'SULLIVAN, A. Evidence and the antisocial behaviour policy cycle. **Evidence & Policy**, v. 10, n. 1, p. 77-92, 2014. Doi: 10.1332/174426413X662824.

BARBEIRO, F. M. S., *et. al.* Fetal deaths in Brazil: a systematic review. **Rev. Saúde Pública,** v. 49, n. 22, p. 1-15, 2015. DOI:10.1590/S0034-8910.2015049005568.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARDON, T.; BROWN, A. D.; PEZÉ, S. Identity regulation, identity work and phronesis. **Human relations**, vo. 70, n. 8, 2016, p. 940-965.

BARRERAS, S. E. O. B. **O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira em 2010**: reverberação e silenciamento estratégicos em imprensa, mídia sociais e candidatos. 2013 Tese, 381 f (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and instability in American politics**. 2nd ed. Chicago: Chicago University Press, 2009.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D.; WILKERSON, J. Comparative Studies on Policy Dynamics. **Comparative Political Studies**, V. 44, n. 8, 2011, p. 947-972.

BBC. **Who was Alfie Evans and what was the row over his treatment?** (2018, april 28). Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-merseyside-43754949>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BEABOUT, G. Practical Wisdom, Practices, and Institutions. *In*: SISON, A.; BEABOUT, G.; FERRERO, I. (Eds.). **Handbook of Virtue Ethics in Business and Management**. Springer, 2017. DOI 10.1007/978-94-007-6510-8.

BEABOUT, G. Management as a Domain-Relative Practice that Requires and Develops Practical Wisdom. **Business Ethics Quarterly**, v. 22, n. 2, p. 405-432, 2012. DOI: 10.5840/beq201222214.

BEADLE, R.; KÖNYÖT, D. The Man in the Red Coat—Management in the Circus. **Culture and Organization,** v. 12, n. 2, p. 127-137, 2006. Doi: 10.1080/14759550600682924

BEADLE, R. Managerial Work in a Practice-Embodying Institution: The Role of Calling, The Virtue of Constancy. **Journal of Business Ethics**, v.113, n. 4, p. 679–690, 2013. DOI: 10.1007/s10551-013-1678-2

BEADLE, R. MacIntyre's Influence on Business Ethics. *In*: FERRERO, I; SISON, A.; BEABOUT, G. R. (Eds.) **Handbook of Virtues Ethics in Business and Management.** Dordrecht, The Netherlands: Springer Science. 2017, p. 59-68. *E-book.* DOI 10.1007/978-94-007-6510-8

BERTHRONG, J. Master Zhu's wisdom Teaching for Wisdom: Cross-cultural Perspectives on Fostering Wisdom. *In*: Ferrari, M. & Potworowski, G. (Eds.), **Teaching for Wisdom.** Dordrecht: Springer, 2009, p. 93-110.

BERTI, E. **As razões de Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002. Tradução de D. D. Macedo.

BESSANT, J. Aristotle meets youth work: a case for virtue ethics. **Journal of Youth Studies**, v. 12, n. 4, p. 423-438, 2009. Doi: 10.1080/13676260902866843

BILEIŠIS, M. Empowering institutions: A case for connecting business and the academe through Phronesis**. Journal of Security and Sustainability Issues**, v. 1, n. 3, p. 177-185, 2012.

BILEWICZ, M.; MIKOLAJCKZAK, G.; BABINSKA, M. Speaking about the preborn: how specific terms used in the abortion debate reflect attitudes and (de)mentalization. **Personality and Individual Differences**, v. 111, p. 256-262, 2017.

BILLSBERRY, J.; BIRNIK, A. Management as a contextual practice: The need to blend science, skills and practical wisdom. **Organisation Management Journal**, v. 7, n. 2, p. 171-178, 2010.

BIRMINGHAM, C. Practicing the Virtue of Reflection in an Unfamiliar Cultural Context. **Theory into Practice**, v. 42, n. 3, p. 188-194, 2003.

BISHOP, J. P.; REES, C. E. Hero or has-been: Is there a future for altruism in medical education? **Advances in Health Sciences Education**, v. 12, n. 3, p. 391-399, 2007.

BORGES, T. P.; SOUZA, M. T. C. C. Psicologia moral e economia solidária: relações teóricas. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 459-483, 2020.

BRANDSEN, T.; TROMMEL, W.; VERSCHUERE, B. The state and the reconstruction of civil society. **International Review of Administrative Sciences**, v. 83, n. 4, p. 676-693, 2015. Doi: https://10.1177/0020852315592467

BRASIL. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 23 jul. 2020.

BRASIL. **Norma técnica**: atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, [1988] 2016, 496 p.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 31 de dezembro de 1941.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes de Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes**. 3. ed. Brasília: MS, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BREDILLET, C. N.; TYWONIAK, S.; DWIVEDULA, R. Reconnecting Theory and Practice in Pluralistic Contexts: Issues and Aristotelian Considerations. **Project Management Journal**, v. 46, n. 2, p. 6-20, 2015a. Doi: 10.1002/pmj.21479

BREDILLET, C. N.; TYWONIAK, S.; DWIVEDULA, R. What is a good project manager? An Aristotelian perspective. **International Journal of Project Management**, v. 33, n. 2, p. 254-266, 2015b. Doi: 10.1016/j.ijproman.2014.04.001

BREIER, M.; RALPHS, A. In search of phronesis: recognizing practical wisdom in the Recognition (Assessment) of Prior Learning. **British Journal of Sociology of Education**, v. 30, n. 4, p. 479-493, 2009.

BROWN, A.; HOLTHAM, C.; RICH, M.; DOVE, A. Twenty-First Century Managers and Intuition: An Exploratory Example of Pedagogic Change for Business Undergraduates. **Decision Sciences Journal of Innovative Education**, v. 13, n. 3, p. 349-375, 2015.

BRYMAN, A. **Research Methods and Organization Studies**. (Contemporary Social Research Series, edited by Martin Bulmer, nr. 20). London: Routledge - Taylor & Francis e-Library, 2005. *E-book*.

BRYMAN, A. **Quantity and Quality in Social Research**. (Contemporary Social Research Series, edited by Martin Bulmer, nr. 18). London: Routledge - Taylor & Francis e-Library, 2004.

BURGGRAF, J. **Defender la vida**: y otros escritos. Madrid: Ediciones Rialp, 2015.

CALAÇA, P.; VIZEU, F. Revisitando a perspectiva de James MacGregor Burns: qual é a ideia por trás do conceito de liderança transformacional? **Cadernos Ebape,** v. 13, n. 1, 2015, p. 121-135. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395111016.

CAMPOS, M. S. Mídia e Política: a construção da agenda nas propostas de redução da maioridade penal na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 478-509, 2009.

CAIRNS, G.; AS-SABER, S. The dark side of MNCs. *In*: Dörrenbächer, C.; Geppert, M. (Eds.). **Multinational corporations and organization theory**: Post millennium perspectives. Bingley, UK: Emerald Publishing Limited, v. 49, 2017, p. 425–443. https://doi.org/10.1108/S0733-558X20160000049014

CAIRNS, G.; SLIWA, M.; WRIGHT, G. Problematizing international business futures through a 'critical scenario method'. **Futures,** v. 42, n.9, p. 971-979, 2010.

CAITANO, D. I. M. O. **No limite da razão**: a tensão, o deliberar e phronesis. Uma análise pragmática sobre as situações críticas de gestão no trabalho dos agentes no complexo penitenciário do Estado (COPE). 2015, 312 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2016.

CAITANO, D. O.; SERVA, M. Phronesis: uma saída para os limites da razão. *In*: VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2017.

CALKIN, S.; KAMINSKA, M. E. Persistence and change in Morality Policy: the role of the Catholic Church in the Politics of Abortion in Ireland and Poland. **Feminist Review**, v. 124, n. 1, p. 86-102, 2020.

CARNEIRO, L. C. **De mim saiu Virtude":** Espiritualidade e Competência Moral em Grupos de Formação Empreendedora. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CARNEIRO. L. C.; AMES, M. C. F. D. C.; COLONETTI, A. C. Virtudes Organizacionais: Uma Revisão Sistemática de Instrumentos de Medida. *In*: XXII Seminário em Administração, 11, 2019. São Paulo. **Anais** […] São Paulo, 2019.

CARTER, S. M.; MAYES, C.; EAGLE, L.; DAHL, S. A Code of Ethics for Social Marketing? Bridging Procedural Ethics and Ethics-in-Practice. **Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing**, v. 29, n.1, p. 20-38, 2017.

CHACQUÉS-BONAFONT, L.; PALAU, A. M.; BAUMGARTNER, F. R. **Agenda Dynamics in Spain**. (Série: Comparative Studies of Political Agendas). New York: Palgrave Macmillan, 2015.

CHANDLER, R.C. The problem of moral reasoning in American public administration: the case for a code of ethics. **Public Administration Review**, v. 43, p. 32-39, 1983.

CLARÍN. **Deputados aprovam projeto de lei para legalizar o aborto**. 2018, 14 de junho. Disponível em: <https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/destaque/deputados-argentinos-votam-lei-do-aborto-as-10h-apos-22-horas-debate_0_SkZ3u01WQ.html>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CLARK, C. Professional Responsibility, Misconduct and Practical Reason. **Ethics & Social Welfare**, v. 1, n.1, p. 56-75, 2007. Doi: 10.1080/17496530701237175

CLARK, C. The structure of educational research. **British Educational Research Journal**, v. 31, n.3, 2005, pp. 289-308.

CLEGG, S. R.; JARVIS, W. P.; PITSIS, T. S. Making strategy matter: Social theory, knowledge interests and business education. **Business History**, v. 55, n. 7, p. 1247-1264, 2013.

CLEGG, S. The bounds of rationality: Power/history/imagination. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 17, n. 7, p. 847-863, 2006. Doi: 10.1016/j.cpa.2005.08.005

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT Press, 1994.

COLEMAN, P. *et al*. Women Who Suffered Emotionally from Abortion: A Qualitative Synthesis of Their Experiences. **Journal of American Physicians and Surgeons,** v. 22, n. 4, p. 113-118, 2017.

COOK, M. J.; LEATHARD, H. L. Learning for clinical leadership. **Journal of Nursing Management,** v. 12, n. 6, p. 436-444, 2004. Doi: 10.1111/j.1365-2834.2004.00420.x

COOPER, T.L. **The Responsible Administrator**: An Approach to Ethics for the Administrative Role. New York: Kennikat, Port Washington, 1982.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. **Business Research Methods**. 12a ed. New York: McGraw- Hill, 2014.

COOPER, T. L. Hierarchy, Virtue, and the Practice of Public Administration: a perspective for normative ethics. **Public Administration Review**, Jul./Ago, 1987.

COOPER, T. L. (Ed.). **Handbook of Administrative Ethics**. 2nd ed. New York: Marcel Dekker Inc., 2001.

COOPER, T. L. **USC Price Faculty Bio**. 2016, 05 de julho. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=4TZw3vLUrO4&t=2s>. Acesso em 27 de julho de 2018.

CRESWELL, J. W. **Research Designing:** qualitative, quantitative and mixed methods approaches. 4th ed. Los Angeles: Sage, 2014.

CUNHA, M. P.; REGO, A. As virtudes nas organizações. **Análise Psicológica**, v. 4, n. 33, p. 349-359, 2015.

DALL'AGNOL, D. **Valor intrínseco**: metaética, ética normativa e ética prática em G. E. Moore. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

DALL'AGNOL, D.; TONETTO, M. C. **Morality and Life: Kantian perspectives in Bioethics**. Pisa: Edizioni Ets, 2015.

DATAFOLHA. **Temas polêmicos: PO 813942 28, 29 3 30/11/2017**. Instituto Datafolha, novembro de 2017. Disponível em : <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/08/b29e802ac9aa4689aa7d66fbcdc24a52e045d6de.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

DATASUS. **Óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos: Notas Técnicas** (Estatísticas Vitais). 2017. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet/estatisticas-vitais>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

DAVIS, M. A Plea for Judgment. **Science & Engineering Ethics**, v. 18, n. 4, p. 789-808, 2012.

DAWSON, D. Measuring Individuals' Virtues in Business. **Journal of Business Ethics**, v. 147, n. 4, p. 793-805, 2018. Doi: 10.1007/s10551-017-3505-7.

DEROSA, M. (Org.). **Precisamos falar sobre aborto**: mitos e verdades. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2018.

DE VRIES; M.; KIM, P. S. (Ed.) **Value and Virtue in Public Administration**: a comparative perspective. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011.

DIERKMEIER, C.; CELANO, A. Thomas Aquinas on Justice as a Global Virtue in Business. **Business Ethics Quarterly**, v. 22, n. 2, p. 247–272, 2012. DOI: 10.5840/beq201222225.

DOBEL, J.P. Integrity in the public service. **Public Administration Review**, v. 50, p. 354-366, 1990.

DOMENICO, S.; PIMENTEL, F. Phrónesis nas organizações: um caminho para a mudança emergente. *In*: VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Florianópolis, 2017. **Anais** [...] Florianópolis, 2017.

DUARTE, L. **Organizações da sociedade civil e inovação social na esfera pública**: a experiência do Instituto Padre Vilson Groh. 2015. 301 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Florianópolis, 2015.

DUNNE, J. **Back to the rough ground:** 'Phronesis' and 'techne' in modern philosophy and Aristotle. Notre Dame, In: University of Notre Dame Press, 1993.

ENGELI, I.; GREEN-PEDERSEN, C.; LARSEN, L. T. (Eds.). **Morality Politics in Western Europe**: parties, agendas and policy choices. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

ERDEN, Z.; KROGH, G. V.; NONAKA, I. The quality of group tacit knowledge. **Strategic Information Systems**, v. 12, p. 4-18, 2008. Doi:10.1016/j.jsis.2008.02.002.

ESTADÃO. **História do Grupo Estado nos anos 1870**. [2010?]. Disponível em: [https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm] Acesso em: 23 de jul. 2019.

ESTADÃO. **Código de Ética**. [201-?]. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf] Acesso em: 23 de jul. 2019.

ESTADÃO. **Os excessos do Supremo**. [2018]. Disponível em: [https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,os-excessos-do-supremo,70002430909] Acesso em: 23 de jul. 2019.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata**. 13. ed. Brasília: Edições Câmara, 2015.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica. Evangelium vitae**. 1995. Disponivel em : http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html. Acesso em 02 set. 2020.

FANTI, F. **Mobilização social e luta por direitos: um estudo sobre o movimento feminista.** 2016, Tese. 218 f. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

FARIÑAS, G. C. La vuelta a la *phronesis* aristotélica en la teoría y la práctica de la empresa creadora de conocimiento de Ikujiro Nonaka. **Revista Empresa Y Humanismo**, v. 18, n. 1, 2015, pp. 41-80.

FAÚNDES, J. M. M. El desarrollo del activismo autodenominado "Pro-Vida" en Argentina, 1980-2014. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 77, n. 3, p. 407-435, 2015.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Estatísticas**. Disponível em : <https://forumseguranca.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FERRERO, I.; SISON A. A quantitative analysis of authors, schools and themes in virtue ethics articles in business ethics and management journals (1980–2011). **Business Ethics: A European Review**, v. 23, n. 4, p. 375-400, 2014.

FERRERO, I; SISON, A.; BEABOUT, G. R. (Eds.) **Handbook of Virtues Ethics In Business and Management.** Dordrecht, The Netherlands: Springer Science. 2017. DOI 10.1007/978-94-007-6510-8

FERRERO, I; SISON, A; GUITIÁN, G. (Eds.) **Business Ethics: A Virtue Ethics and Common Good Approach**. New York: Routledge, 2018.

FERRERO; I. *et al*. Practical wisdom: A virtue for leaders. Bringing together Aquinas and Authentic Leadership. **Business Ethics: A Eur Rev**., v. 00, p. 1-15, 2020.

FINNIS, J. Unborn Human Life and Fundamental Rights: Concluding Reflections. *In*: ZAMBRANO, P.; SAUNDERS, W. (Eds.). **Unborn Human Life and Fundamental Rights:** Leading Constitutional Cases under Scrutiny. Berlin: Peter Lang, 2019, p. 255-265.

FLYVBJERG, B. **Making social science matter:** Why social inquiry fails and how it can succeed again. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FOLHA. **Conheça o Grupo Folha**. [201-?]. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/institucional/] Acesso em: 23 de jul. 2019.

FOLHA. **Aborto em Pauta**. 2018. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/07/aborto-em-pauta.shtml] Acesso em: 23 de jul. 2019.

FOLHA. **Princípios Editoriais**. 2019. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml> Acesso em: 23 de jul. 2019.

FOSTER, G.D. Law, morality and the public servant. **Public Administration Review**, v. 41, p. 29-33, 1981.

FOOT, P. The problem of abortion and the doctrine of the double effect. **Oxford Review**, n. 5, 1967.

FOOT, P. **Moral dilemmas and other topics in moral philosophy**. New York: Oxford University Press, 2002.

FOUGERE, M.; SOLITANDER, N.; YOUNG, S. Exploring and Exposing Values in Management Education: Problematizing Final Vocabularies in Order to Enhance Moral Imagination. **Journal of Business Ethics**, v. 120, n. 2, p. 175-187, 2014.

FRANCIS, J. R. Auditing, hermeneutics, and subjectivity. **Accounting, Organizations & Society**, v. 19, n. 3, p. 235-269, 1994.

FREDERICKSON, H. G. Searching for Virtue in the Public Life: Revisiting the Vulgar Ethics Thesis. **Public Integrity**, v. 12, n. 3, p. 239-246, 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 21, p 211-259, 2000.

FRIEDRICH, C.J. Responsible government service under the American constitution. Monograph no. 7. *In*: C.J. FRIEDRICH, C. J. *et al*. **Problems of the American Public Service.** New York: McGraw-Hill, 1935.

FUNDACIÓN REDMADRE. **Conferencia '¿Como he conseguido sanar mis abortos y salvar mi maternidade?'.** 28 fev. 2020. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=v07Y3Qr5MPc>. Acesso em 02 set. 2020.

GADAMER. H. **Verdade e método:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Tradução de Ênio Paulo Giachini.

GALLO, J. I. H. **O Mito da Explosão Demográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GAUS, J. M.; WHITE, L. D.; DIMOCK, M. E. **The Frontiers of Public Administration**. Chicago: University of Chicago Press, 1936.

G1.COM. **Bebê Charlie Gard morre no Reino Unido após batalha judicial**. (2017, 28 jul.). Disponível em: < https://g1.globo.com/mundo/noticia/bebe-charlie-gard-morre-no-reino-unido-diz-imprensa.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2017.

GIBBS, P.; ANGELIDES, P. Accreditation of Knowledge as Being-in-the-world. **Journal of Education & Work**, v. 17, n. 3, p. 333-346, 2004.

GIBBS, P.; MAGUIRE, K. What is in a recommendation? A perspective from work-based doctorates. **Research in Post-Compulsory Education**, v. 17, n. 4, p. 471-481, 2012.

GILLIGAN, C. **Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. Tradução de Natércia Rocha.

GILKISON, A.; GIDDINGS, L.; SMYTHE, L. Real life narratives enhance learning about the 'art and science' of midwifery practice. **Advances in Health Sciences Education**, v. 21, n. 1, p. 19-32, 2015. Doi: 10.1007/s10459-015-9607-z.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In*: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; MELLO, R. (Eds.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 115-146.

GOERGEN, P. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. **Educ. Soc**., v. 28, n. 10, p. 737-762, 2007.

GOLEMBIEWSKI, R.T. Organization as a moral problem. **Public Administration Review**, v. 22, p. 51-58, 1962.

GOMIDE, S.; VIEIRA, L.; OLIVEIRA, A. Percepção de virtudes morais organizacionais: Evidências de validade de um instrumento de medida para o contexto brasileiro. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 16, n. 3, p. 298-307, 2016.

GONSALVES, A. K. R. **Sistemas de garantia e de direitos da criança e do adolescente como ação pública:** uma análise multiescalar no município de Florianópolis. 2015. 364 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GONÇALVES, T. D; GRZYBOVSKI, D. MOZZATO, A. R. TOEBE, C. S. Contradições no agir do voluntário nas organizações da sociedade civil: ensaio teórico à luz da sociologia pragmática francesa. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 9, p. 900-913, 2017.

GRANT, G. A cross-cultural drive to innovation: phronesis from the field. *In*: PLANGGER, K. (Ed.). **Thriving in a New World Economy**. Cham: Springer Int Publishing Ag, 2016, p. 50-64.

GRAY, D. E. **Doing Research in the Real World**. London: Sage Publications, 2004.

GREEN, J. The Deformation of Professional Formation: Managerial Targets and the Undermining of Professional Judgement. **Ethics & Social Welfare**, v. 3, n. 2, p. 115-130, 2009.

GUILLÉN, M.; FERRERO, I.; HOFFMAN, W. M. The Neglected Ethical and Spiritual Motivations in the Workplace. **J Bus Ethics**, v. 128, p. 803-816, 2015.

HAMAYA, S.; OYA, T. Phronetic Leaders: Designing New Business, Organization and Society. **Fujitsu Scientific & Technical Journal**, v. 49, n.4, p. 402-406, 2013.

HAQUE, M. S. Contemporary Trends and Dilemmas of Administrative Ethics in the Developing World. *In*: DE VRIES; M.; KIM, P. S. (Ed.) **Value and Virtue in Public Administration**: a comparative perspective. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011, p. 169-185.

HART, D.K. (1974). Social equity, justice, and the equitable administrator. **Public Administration Review**. *In*: Symposium on social equity and public administration, H.G. Frederickson (Ed.), v. 34, p. 3-11, 1974.

HART, D. K. Administration and the Ethics of Virtue: in all things, choose first for good character and then for a technical expertise. In: COOPER, T. (Ed.). **Handbook of Administrative Ethics**. (2nd ed.). New York: Marcel Dekker Inc., 2001, p. 131-150.

HARTMANN, E. The virtue approach to business ethics. *In*: RUSSEL, D. C. (Ed.). **The Cambridge companion to virtue ethics.** New York, NY: Cambridge University Press, 2013, p. 241-264.

HARTOG, M.; FRAME, P. Business Ethics in the Curriculum: Integrating Ethics through Work Experience. **Journal of Business Ethics**, v. 54, n. 4, p. 399-409, 2004.

HARTSHORN, M. H. Pregnancy help centers, abstinence, STDs, and healing: Putting it all together. *In*: WAGNER, T. R. (Ed.). **Back to the drawing board: The future of the pro-life movement**. South Bend, IN: St. Augustine's Press, 2003, p. 106–120.

HARTSHORN, M. H. **Foot soldiers armed with love:** Heartbeat International's first forty years. Virginia Beach, VA: The Donning Company Publishers, 2011.

HASENFELD, Y.; GIDRON, B. Understanding Multi-purpose Hybrid Voluntary Organizations: The Contributions of Theories on Civil Society, Social Movements and Non-profit Organizations. **Journal of Civil Society**, v. 1, n.2, p. 97-112, 2005.

HAVARD, A. **Virtudes e Liderança: a sabedoria das virtudes aplicada ao trabalho**. 2. ed. São Paulo: Quadrante, 2012. Tradução de Élcio Carillo.

HECKATHORN, D. D.; MASER, S. The contractual architecture of public policy: a critical reconstruction of Lowi´s Tipology. **Journal of Politics**, v. 52, n. 4, p. 1101-1123, 1990.

HEIDEGGER, M. **Being and time.** New York: Harper, 1962. Tradução de John Macquerrie e Edward Robinson.

HERRERO, M. Biens comuns y biens públicos. **Cuadernos Empresa Y Humanismo, 116**, p. 65-85, 2011. Disponível em: <http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/35607/1/201403CEyH116-4.pdf>. Acesso em: 04 ago 2020.

HIRST, P.; CARR, W. Philosophy And Education - A Symposium. **Journal of Philosophy of Education**, v. 39, n. 4, p. 615-632, 2005.

HOLT, R. Principals and practice: Rhetoric and the moral character of managers. **Human Relations**, v. 59, n. 12, p. 1659-1680, 2006. Doi: 10.1177/0018726706072867

HOOFT, S. (Ed.). **The Handbook of Virtues Ethics**. UK: Acumen, 2014.

HURST, D. K. Practical wisdom: Reinventing organizations by rediscovering ourselves. **Management Research Review**, v. 36, n. 8, p. 759-766, 2012. Doi: 10.1108/MRR-11-2012-0256

HURSTHOUSE, R. Virtue Theory and Abortion. **Philosophy and Public Affairs**, v. 20, p. 223–46, 1991.

HURSTHOUSE, R. **On Virtue Ethics**. New York: Oxford University Press Inc., 1999.

HUSSEY, L. Political Action Versus Personal Action: Understanding Social Movements' Pursuit of Change Through Nongovernmental Channels. **American Politics Research**, v. 42, n. 3, p. 409-440, 2013.

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre o dilema do brasileiro: entre a descrença no presente e a esperança no futuro**. Ibope Inteligência, agosto de 2017. Disponível em: < http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0296_O%20DILEMA%20DO%20BRASILEIRO%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(divulga%C3%A7%C3%A3o).pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

ICOM. **Sinais Vitais**: Florianópolis, Criança e Adolescente 2016. Florianópolis: Icom, 2017.

IGNACIUK, A.; SETHNA, C. Charters for Choice: Abortion Travel, Abortion Referral Networks and Spanish Women's Transnational Reproductive Agency, 1975–1985. **Gender & History**, v. 0 n. 0., p. 1-18, 2020.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON POPULATION CONTROL. 17-19 de outubro de 2017. Disponível em: <https://events.iteleseminar.com/?eventID=101243361>. Acesso em: 17 out. 2017.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. IPEA. 2018. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/florianopolis_sc>. Acesso em: 20 jul. 2018.

IPEA; FBSP. (Org.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e Fórum Brasileiro de Saúde Pública, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 29 de fev. de 2020.

IPSOS. **De 25 países, Brasil é o segundo menos favorável à legalização do aborto**. 17 ago. 2020. Disponível em : https://www.ipsos.com/pt-br/de-25-paises-brasil-e-o-segundo-menos-favoravel-legalizacao-do-aborto. Acesso em: 03 set. 2020.

JANSSON, N. Discourse *phronesis* in organizational change: A narrative analysis. **Journal of Organizational Change Management**, v. 27, n. 5, p. 769-779, 2014. doi: 10.1108/JOCM-09-2014-0173

JANSSON, N. Organizational change as practice: a critical analysis. **Journal of Organizational Change Management**, v. 26, n. 6, p. 1003-1019, 2013.

JAPIASSU; MARCONDES. **Dicionário Básico de Filosofia**. (5. ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JOHANNISSON, B. Towards a practice theory of entrepreneuring. **Small Business Economics**, v. 36, n. 2, p. 135-150, 2011. doi: 10.1007/s11187-009-9212-8

JORGE, H. M. F. *et al.* Assistência pré-natal e políticas públicas de saúde da mulher: revisão integrativa. **Rev. Bras. Promoç. Saúde**, Fortaleza, v. 28, n. 1, p. 140-148, 2014.

JOS, P.H. Administrative responsibility revisited: moral consensus and moral autonomy. **Administration & Society**, v. 22, p. 228-248, 1990.

KALE, P. L. *et al*. Mortes de mulheres internadas para parto e por aborto e de seus conceptos em maternidades públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 5, p. 1577-1590, 2018.

KARAM, C. **Legitimando uma inovação social: o caso do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.** 2014, 404 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2014.

KARAM, C. M.; SIDANI, Y. M.; SHOWAIL. Teaching business ethics in the global South: control, resistance, and phronesis. **Teaching in Higher Education**, v. 20, n. 3, p. 255-271, 2015.

KASSAM, K. A. S.; AVERY, L. M.; RUELLE, M. L. The cognitive relevance of Indigenous and rural: Why is it critical to survival? **Cultural Studies of Science Education**, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2016. Doi: 10.1007/s11422-016-9745-5.

KAVANAGH, D. Problematizing practice: MacIntyre and management. **Organization**, v. 20, n. 1, p. 103-115, 2013. Doi: 10.1177/1350508412460994.

KERR, F. **Thomas Aquinas: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2009.

KIDDER, R. M. **Como tomar decisões difíceis**: como escolher na vida entre o certo e o certo. São Paulo: Editora Gente, 2007.

KIMPORT, K. (Mis)Understanding Abortion Regret. **Symbolic Interaction**, v. 35, n. 2, p. 105-122, 2012.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. New York: Longman, 2003.

KINSELLA, E. A.; PITMAN, A. (Eds.). **Phronesis as Professional Knowledge: practical wisdom in the Professions.** Sense Publishers: Rotterdam: The Netherlands, 2012.

KNILL, C. The study of morality policy: analytical implications from a public policy perspective. **Journal of European Public Policy**, v. 20, n. 3, p. 309-317, 2013.

KOCH, E. the Epidemiology of Abortion and Its Prevention in Chile. **Rev. Chil. Obstet. Ginecol**, v. 79, n. 5, p. 351-360, 2014.

KOEHN, D. A role for virtue ethics in the analysis of business practice. **Business Ethics Quarterly,** v. 5, n. 3, p. 533–539, 1995. https://doi. org/10.2307/3857397

KOPF, D. A.; BOJE, D.; TORRES, I. M. The Good, the Bad and the Ugly: Dialogical Ethics and Market Information. **Journal of Business Ethics**, v. 94, p. 285-297, 2010. Doi: 10.1007/s10551-011-0757-5.

KORTHAGEN, F. A. J.; KESSELS, J. P. A. M. Linking theory and practice: Changing the pedagogy of teacher education. **Educational Researcher**, v. 28, n. 4, p. 4-17, 1999.

KREBER, C. Reviving the ancient virtues in the scholarship of teaching, with a slight critical twist. **Higher Education Research & Development**, v. 34, n. 3, p. 568-580, 2015.

KREEFT, P. **Making choices: practical wisdom for everyday moral decisions**. Ann Arbor (Michigan): Servant Books, 1990.

KRISTJÁNSSON, K. Smoothing It: Some Aristotelian misgivings about the phronesis-praxis perspective on education. **Educational Philosophy & Theory**, v. 37, n. 4, p. 455-473, 2005.

KUPERS, W. M.; PAULEEN, D. Learning wisdom: Embodied and artful approaches to management education. **Scandinavian Journal of Management**, v. 31, n. 4, p. 493-500, 2015.

KUPERS, W. Inter-play(ing) - embodied and relational possibilities of serious play at work. **Journal of Organizational Change Management**, v. 30, n. 7, p. 993-1014, 2017.

LANSKY, S.; FRANÇA, E.; LEAL, M.C. Mortalidade perinatal e evitabilidade: revisão da literatura. **Rev. Saúde Pública**, v. 36, n. 6, p. 759-772, 2002.

LA TAILLE, Y. Para um estudo psicológico das virtudes morais. **Educação e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 109-121, 2000.

LATINOBARÔMETRO. **Latinobarômetro 2018**. Disponível em: <file:///C:/Users/marya/Downloads/F00008803-Latinobarometro_2018_Resultados_por_Sexo_y_Edad_Brasil_2018.pdf >. Acesso em: 15 Ago. 2020.

LAULAND, J. Introdução. *In*: AQUINO, T. **A Prudência: a virtude da decisão certa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. VII-XVIII.

LOBATO, S. J. S.; PINHEIRO, V. S. O nascituro como pessoa humana: a constituição e o código civil como fundamentos para a pessoalidade do embrião humano. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, vol. Sup. 49, p. 1-7, 2020.

LEE, Y. J. Learning activism, acting with phronesis. **Cultural Studies of Science Education,** v. 10, n. 4, p. 1183-1188, 2015.

LIMA, H.; LINS, M. Avaliação da aprendizagem de justiça em alunos de Ensino Médio. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 20, n. 75, p. 397-418, 2012.

LUCHT, E. **Práticas organizacionais da pastoral da criança**: uma análise do período 1983-2010. 2010, 157 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2010.

MACINTYRE, A. **After virtue:** A study in moral theory. 3rd ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007.

MACHADO, M. R. A.; COOK, R. J. Constitutionalizing abortion in Brazil. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 5, n. 3, p. 185-231, 2018.

MACKAY, D.; ZUNDEL, M.; ALKIRWI, M. Exploring the practical wisdom of mētis for management learning. **Management Learning**, v. 45, n. 4, p. 418-436, 2014. Doi: 10.1177/1350507614541197.

MAGUIRE, S. Business ethics: A compromise between politics and virtue. **Journal of Business Ethics**, v. 16, n. 12-1, p. 1411-1418, 1997.

MAJDIK, Z. P.; KEITH, W. M. Expertise as Argument: Authority, Democracy, and Problem-Solving. **Argumentation**, v. 25, n. 3, p. 371-384, 2011. Doi: 10.1007/s10503-011-9221-z

MANTOVANI, D. M. **Quem agenda a mídia**: um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010. 2014, 234 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

MARLOW, E. *et al.* Nurses, formerly incarcerated adults, and Gadamer: phronesis and the Socratic dialectic. **Nursing Philosophy**, v. 16, n. 1, p. 19-28, 2015.

MARTINELLI, K. *et al.* Adequação do processo da assistência pré-natal segundo os critérios do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento e Rede Cegonha. **Rev. Brasil. Ginecol. Obstet**, v. 36, n. 2, p.56-64, 2014.

MARX, P.M. Administrative ethics and the rule of law. **The American Political Science Review,** v. 43, p. 1119-1144, 1949.

MATTIA, C.; ZAPPELLINI, M. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. **Cadernos Ebape**, v. 12, n. 3, 2014, p. 573-589, DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395114417.

MAXWELL, C. J. C. **Pro-life activists in America: meaning, motivation and direct action.** New York: Cambridge University Press, 2002.

MELÉ, D. The Challenge of Humanistic Management. **Journal of Business Ethics**, v. 44, p. 77-88, 2003.

MELÉ, D. Integrating ethics into management. **Journal of Business Ethics**, v. 78, n. 3, p. 291–297, 2008. https://doi.org/10.1007/s10551-006-9343-7

MENZEL, D. C. **State of the Art of Empirical Research on Ethics and Integrity in Governance**. Artigo preparado para apresentação na Annual Conference of the European Group of Public Administration, Oeiras, Portugal, 3-6 Setembro, 2003. Disponível em: <https://www.law.kuleuven.be/integriteit/egpa/previous-egpa-conferences/lisbon-2003/menzeldonals.pdf>. Acesso em 01 setembro de 2018.

MENZEL, D. C. Research on Ethics and Integrity in Public Administration: Moving Forward, Looking Back. **Public Integrity**, v. 17, n. 4, p. 343-370, 2015.

MELVILLE, W. *et al.* The Departmental Script as an Ongoing Conversation into the Phronesis of Teaching Science as Inquiry. **Journal of Science Education and Technology,** v. 21, n. 6, p. 835-850, 2012.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F.; MARIANO, R. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, v. 23, n. 1, jan-abr., p. 230-260, 2017.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis**. 2. ed. Oaks: Sage Publications, 1994.

MINISTÉRIO DA SÁUDE. **Cadernos de atenção básica**: atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília, DF, 2012.

MILONA, M. Discovering the virtue of hope. **European Journal of Philosophy**, p. 1-15, 2020. https://doi.org/10.1111/ejop.12518

MONTORO, A. J. G. Leading cases from Spanish Constitutional Court Concerning the legal status of unborn human life. (pp.83-114). *In*: ZAMBRANO, P.; SAUNDERS, W. (Eds.). **Unborn Human Life and Fundamental Rights:** Leading Constitutional Cases under Scrutiny. Berlin: Peter Lang, 2019.

MOONEY, C. Z.; LEE, M. Legislating Morality in the American States: The Case of Pre-Roe Abortion Regulation Reform*. **American Journal of Political Science**, v. 39, n. 3, p. 599-627, 1995.

MOONEY, C. Z. The politics of morality policy: symposium Editor´s introduction. **Policy Studies Journal**, v. 27, n. 4, p. 675-680, 1999.

MOONEY, C. Z. The decline of federalism and the rise of morality–policy conflict in the United States. **Publius**, v. 30, n. 1, p. 171–188, 2000.

MOONEY, C. Z. (Ed.). **The public clash of private values**: The politics of morality policy. New York: Chatham House, 2001.

MOORE, G. 'On the implications of the practice institution distinction: MacIntyre and the application of modern virtue ethics to business'. **Business Ethics Quarterly**, v. 12, n. 1, p. 19–32, 2002.

MOORE, G. Corporate character, corporate virtues. **Business Ethics: A European Review**, v. 24, n. S2, p. S99–S114, 2015. https://doi.org/10.1111/ beer.12100

MOORE, G.; GRANDY, G. Bringing Morality Back in: Institutional Theory and MacIntyre. **Journal of Management Inquiry**, v. 26, n. 2, p. 146-164, 2016. DOI: 10.1177/1056492616670754.

MORAES, Walter. O problema da autorização judicial para o aborto. **REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, Vol. 99, ano 20, São Paulo: Lex Editora, p. 19-29, 1986.

MORALES-SANCHEZ, R.; CABELLO-MEDINA, C. The role of four moral competencies in Ethical Decision-making. **Journal of Business Ethics**, v. 116, n. 4, p. 717-734, 2013. DOI 10.1007/s10551-013-1817-9.

MORRELL, K.; BRAMMER, S. Governance and Virtue: The Case of Public Order Policing. **Journal of Business Ethics**, v. 136, n. 2, p. 385-398, 2016. doi: 10.1007/s10551-014-2522-z

MOWLES, C. Keeping means and ends in view-linking practical judgement, ethics and emergence. **Journal of International Development**, v. 24, n. 5, p. 544-555, 2012. Doi: 10.1002/jid.2848.

MUÑOZ, Y. J.; EL-HANI, C. N. The student with a thousand faces: From the ethics in video games to becoming a citizen. **Cultural Studies of Science Education**, v. 7, n. 4, 2012, p. 909-943. doi: 10.1007/s11422-012-9444-9.

MUNSON, Z. W. **The making of pro-life activists**: how social movement mobilization works. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

MUNSON, Z. W. **Abortion politics**. Medford (MA): Polity, 2018.

NARZETTI, W. C. **Parcerias e responsividade fomentadas por uma rede de informações**: uma análise dos aspectos socioeconômicos e das organizações da sociedade civil que atuam nos territórios do maciço do Morro da Cruz – Florianópolis/SC. 2014, 189 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Florianópolis, Brasil, 2014.

NISHINAKA, M. Relations Between Common Understanding and Experience: Case Study of an International Information Technology Project. **Journal of Information and Knowledge Management**, v. 15, n. 4, p. 1-17, 2016. Doi: 10.1142/S0219649216500465.

NOEL, J. On the Varieties of Phronesis. **Educational Philosophy & Theory**, v. 31, n. 3, p. 273-289, 1999a.

NOEL, J. Phronesis and Phantasia: Teaching with Wisdom and Imagination. **Journal of Philosophy of Education**, v. 33, n. 2, p. 277-286, 1999b.

NONAKA, I.; HIROSE, A.; TAKEDA, Y. 'Meso'-Foundations of Dynamic Capabilities: Team-Level Synthesis and Distributed Leadership as the Source of Dynamic Creativity. **Global Strategy Journal**, v. 6, n. 3, 2016, p. 168-182. doi: 10.1002/gsj.1125.

NONAKA, I. *et al.* Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation - A new paradigm for organizational theory. **European Management Journal**, v. 32, n. 1, p. 137-146, 2014. Doi: 10.1016/j.emj.2013.02.003

NONAKA, I.; TOYAMA, R. Strategic management as distributed practical wisdom (*phronesis*). **Industrial and Corporate Change**, v. 16, n. 3, p. 371-394, 2007. Doi: 10.1093/icc/dtm014.

NOTICIAS DE NAVARRA. **Navarra, con 1,39 hijos por mujer, lejos del reemplazo pero 2a en fecundidad estatal**. 09 fev. 2020. Disponível em: <https://www.noticiasdenavarra.com/actualidad/sociedad/2019/07/29/navarra-1-39-hijos-mujer/845708.html>. Acesso em: 04 jun. 2020.

NYBERG, D. The morality of everyday activities: Not the right, but the good thing to do. **Journal of Business Ethics**, v. 81, n. 3, p. 587-598, 2008. Doi: 10.1007/s10551-007-9530-1.

ODERBERG, D. S. **Ética aplicada: uma abordagem não consequencialista**. Parede (Portugal): Princípia Editora, 2009. Tradução de Maria José Figueiredo.

O GLOBO. **Irlanda aprova legalização do aborto, com 66,4% de votação popular**. 2018, 26 de maio. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/irlanda-aprova-legalizacao-do-aborto-com-664-de-votacao-popular-22720890>. Acesso em: 24 jun. 2018.

O GLOBO. **Princípios Editoriais do Grupo Globo**. [2011?]. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/] Acesso em: 23 de jul. 2019.

O GLOBO. **Lançamento de O Globo**. 2013. Disponível em: [http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm] Acesso em: 23 de jul. 2019.

O GLOBO. **Aborto precisa ser discutido sem hipocrisias**. 2014. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/opiniao/aborto-precisa-ser-discutido-sem-hipocrisias-13991389] Acesso em: 23 de jul. 2019.

O GLOBO. **Aborto deve ser tratado como questão de saúde**. 2018. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/opiniao/aborto-deve-ser-tratado-como-questao-de-saude-22943148] Acesso em: 23 de jul. 2019.

OGILVY, J.; NONAKA, I.; KONNO, N. Toward Narrative Strategy. **World Futures**, v. 70, n. 1, p. 5-18, 2014. Doi: 10.1080/02604027.2014.875718.

OLINTO, M. T. A.; MOREIRA-FILHO; D. C. Fatores de risco e preditores para o aborto induzido: estudo de base populacional. **Cad. Saúde Pública** Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 365-375, fev. 2006.

PAIM, A. **Tratado de Ética**. Edições Humanidades, 2003. Disponível em: <http://institutodehumanidades.com.br/arquivos/tratado_de_etica.pdf>. Acesso em 10 jun. 2018.

PARFIT, D. **Razones y Personas**. Madri: Machado Libros, 2004. Tradução de Mariano Rodriguez González.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Guia do Líder da Pastoral da Criança para países de língua portuguesa**. 18. Ed. Curitiba: Pastoral da Criança, 2018, 324 p.

PELLEGRINO, E. D.; THOMASMA, D. C. **A Philosophical Basis of Medical Practice**. Oxford University Press, 1981.

PENCE, G. **Ethical Options in Medicine**. Oradell (NJ): Medical Economics Company, 1980.

PHILLIPS, C.; HALL, S. Nurses and the wise organisation: techne and *phronesis* in Australian general practice. **Nursing Inquiry**, v. 20, n. 2, p. 121-132, 2013. Doi: 10.1111/j.1440-1800.2012.00601.x.

PICHETH, S. F. **Lógicas institucionais e estrutura discursiva: um estudo no Maternati - grupo de gestantes e mães**. 2016, 196 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2016.

PINTO, J. Gobierno de trabajo y racionalidad práctica. Fundamentos para una teoría de la dirección de empresas a partir del concepto de prudencia de Tomás de Aquino. **Revista Empresa Y Humanismo**, v. 16, n. 1, p.27-52, 2013.

PLATT, J. The Development of the “Participant Observation” Method in Sociology: Origin Myth and History. *In*: BRYMAN, A. (Eds.). **Ethnography**. Vol. I. Cambridge University Press, 2001.

PROCÓPIO, M. A dimensão moral das decisões administrativas e os limites da racionalidade limitada. **Cadernos Ebape**, v. 15, n. 4, 2017, p. 783-807. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1679-395154238

PROVIS, C. Virtuous Decision Making for Business Ethics. **Journal of Business Ethics**, v. 91, n. 1, p. 3-16, 2010. Doi: 10.1007/s10551-010-0564-4.

PUBLIC SÉNAT. **Avortement pour "détresse psychosociale": les association pro vie alimentent la polemique** (6 de agosto 2020). Disponível em: <https://www.publicsenat.fr/article/parlementaire/avortement-pour-detresse-psychosociale-les-associations-pro-vie-alimentent-la>. Acesso em: 15 Ago. 2020.

QUEIROZ.
QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2005.

RÄMÖ, H. An Aristotelian Human Time-Space Manifold: From Chronochora to Kairotopos. **Time & Society**, v. 8, n. 3, p. 309-328, 1999.

RÄMÖ, H. Spatio-temporal notions and organized environmental issues: An axiology of action. **Organization**, v. 11, n. 6, p. 849-872, 2004a. Doi: 10.1177/135050804047254.

RÄMÖ, H. Moments of trust: temporal and spatial factors of trust in organizations. **Journal of Managerial Psychology**, v. 19, n. 8, p. 760-775, 2004b. Doi: 10.1108/02683940410568248.

RÄMÖ, H. Visualizing the Phronetic Organization: The Case of Photographs in CSR Reports. **Journal of Business Ethics**, v. 104, n**.** 3, p. 371-387, 2011. Doi: 10.1007/s10551-011-0916-8

RAMOS, A. G. **A Redução Sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RAMOS, A. G. Modelos de homem e teoria administrativa. PUC-PR/Mestrado em Administração/Série Monográfica: **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 3, 2001. Tradução de Francisco G. Heidemann.

RAMOS, A. L. P.; DE SETA, M. H. Atenção primária à saúde e Organizações Sociais nas capitais da Região Sudeste do Brasil: 2009 e 2014. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019.

RAMSEY, C. Management learning: A scholarship of practice centred on attention? **Management Learning**, v. 45, n.1, p. 6-20, 2014.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

RAZZO, F. **Contra o Aborto**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

REDMADRE. **Mapa de la Maternidade 2017**. Madrid: RedMadre, 2017, 29 p. Disponível em: <https://www.redmadre.es/images/redmadre/Documentos/documentacion/mapa_maternidad_2017.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

REDMADRE. **Fundación RedMadre**. 2018a. Disponível em: <http://www.redmadre.es>. Acesso em 10 de junho de 2018.

REDMADRE. **Fundación Redmadre Memoria De Actividades**. 2018b. Disponível em: https://www.redmadre.es/images/docs/memoria_2018/memoria_actividades_RM_2018.pdf. Acesso em 02 set. 2020.

REDMADRE. **El síndrome post aborto**. [201-]. Disponível em: <https://www.redmadre.es/el-sindrome-post-aborto#.X0rbKMhKhPY>. Acesso em 29 ago. 2020.

REDMADRE. **Estoy embarazada, ¿qué hago?** [20--]. Disponível em: <https://www.redmadre.es/estoy-embarazada-que-hago#.X07zlchKhPY>. Acesso em 29 ago. 2020.

REZENDE, P.J**. Movimentos sociais e contra movimentos: mobilizações antiaborto no brasil contemporâneo**. 2016, 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Paulo, Campinas, São Paulo, 2016.

REZENDE, U. S. Antropologia fundamental e teoria das organizações. *In*: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise, Universidade de Brasília, 2009, p. 79-83.

RIBEIRO, M. S.; PINHEIRO, V. S. A dignidade da Pessoa Humana e o Direito à Vida do Nascituro: Fundamentos Biológicos, Filosóficos e Jurídicos. **R. Dir. Gar. Fund**., v. 18, n. 3, p. 139-176, 2017.

ROCA, E. Intuitive practical wisdom in organizational life. **Social Epistemology**, v. 21, n. 2, p. 195-207, 2007. Doi: 10.1080/02691720701393517.

ROCHA, M.F. **Análise discursiva crítica do movimento parlamentar pró-vida**: vozes que criminalizam o aborto sentimental. 2015, 275 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, 2015.

ROH, J.; BERRY, F. S. Framing and modeling the outcomes of state abortion funding referenda: Morality or redistributive policy, or both? **State Politics and Policy Quarterly,** v. 8, n. 1, p. 66–87, 2008.

ROBBINS, R. Stories of Risk and Protection: A Turn to the Narrative in Social Policy Education. **Social Work Education**, v. 32, n. 3, p. 380-396, 2013.

ROHR, J.A. The study of ethics in the P.A. curriculum. **Public Administration Review**, v. 36, p. 398-406, 1976.

ROONEY, D.; LEACH, J.; ASHWORTH, P. Doing the Social in Social License**. Social Epistemology**, v. 28, n. 3/4, p. 209-218, 2014. Doi: 10.1080/02691728.2014.922644.

ROOS, J. Practical wisdom: making and teaching the governance case for sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v. 140, p. 117-124, 2017. Doi: 10.1016/j.jclepro.2015.10.135

ROWLEY, J. What do we need to know about wisdom? **Management Decision**, v. 44, n. 9, 2006, pp. 1246–1257.

RUSSEL, D. C. **Practical Intelligence and the Virtues**. Claredon Press, Oxford, 2009.

RUSSEL, D. (Ed.). **The Cambridge Companion to Virtue Ethics**. New York: Cambridge University Press, 2013.

RYAN, T. J. Reconsidering moral issues in politics. **Journal of Politics**, v.76, n. 2, p. 380–397, 2014.

SALITE, I.; GEDŽUNE, G.; GEDŽUNE, I. Educational action research for sustainability: Seeking wisdom of insight in teacher education. **Journal of Teacher Education for Sustainability**, v. 11, n. 2, p. 14-30, 2009.

SALLOUM, S. The place of practical wisdom in science education: what can be learned from Aristotelian ethics and a virtue-based theory of knowledge. **Cultural Studies of Science Education**, v. 12, p. 1-13, 2016. DOI 10.1007/s11422-015-9710-8.

SALM, J. F. Teoria P e as alternativas para a co-produção do bem público. *In*: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, p. 84-92.

SALMINEN-KARLSSON, M.; WALLGREN, L. The interaction of academic and industrial supervisors in graduate education: An investigation of industrial research schools. **Higher Education**, v. 56, n. 1, p. 77-93, 2008. Doi: 10.1007/s10734-007-9090-4.

SANJEK, R. A Vocabulary for Fieldnotes. *In*: Bryman, A. (Ed.). **Ethnography.** Vol. I. London: Sage Publications Ltd., 2001, p. 266-290.

SANTOS, A. Sobre la constitución ética de la sociedad civil. *In*: ALVIRA, R.; GRIMALDI, N.; MONTSERRAT, H. (Eds.) **Sociedad Civil: la democracia y su destino**. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 2008. p. 437-460.

SANZ, P.; FONTRODONA, J. Moderation as a Moral Competence: Integrating Perspectives for a Better Understanding of Temperance in the Workplace. **Journal of Business Ethics**, v. 155, n. 2, p. 1-14, 2018.

SCHWARTZ, M. A.; TATALOVICH, R. Cultural and institutional factors affecting political contention over moral issues. **Comparative Sociology**, v. 8, n. 1, p. 76–104, 2009.

SCOTT, W.G.; HART, D.K. Administrative crisis: the neglect of metaphysical speculation. **Public Administration Review**, v. 33, p. 415-422, 1973.

SENADO FEDERAL. Senadores defendem que Congresso, e não o STF, decida sobre o aborto. **Agência Senado**. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/24/senadores-defendem-que-congresso-e-nao-o-stf-decida-sobre-o-aborto>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SHANAHAN, K. J.; HYMAN, M. R. The Development of a Virtue Ethics Scale. **Journal of Business Ethics,** v. 42, n. 2, p. 197-208, 2003.

SHOTTER, J.; TSOUKAS, H. In Search of *phronesis*: Leadership and the art of judgment. **Academy of Management Learning and Education**, v. 13, n. 2, p. 224-243, 2014a. Doi: 10.5465/amle.2013.0201.

SHOTTER, J.; TSOUKAS, H. Performing *phronesis*: On the way to engaged judgment. **Management Learning**, v. 45, n. 4, p. 377-396, 2014b. Doi: 10.1177/1350507614541196.

SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SIQUEIRA, J. M. **Manifestação *Amicus Curiae***. ADIRA. 29 de junho de 2017. Disponível em: https://tinyurl.com/y55fpllk. Acesso em: 16 ago. 2020.

SISON, A. J. G. (2018). Virtue Ethics and Natural Law responses to Human rights quandaries in business. **Business and Human Rights Journal**, v. 3, n. 2, p. 211–232, 2018. Doi:10.1017/bhj.2018.5.

SISON, A. J. G.; FERRERO, I.; GUITIÁN, G. Human Dignity and The Dignity of Work: Insights from Catholic Social Teaching. **Business Ethics Quarterly**, v. 26, n. 4, p. 503-528, 2016.

SISON, A. J. G.; FERRERO, I.; GUITIÁN, G. (Eds.). **Business Ethics: A Virtue Ethics and Common Good Approach**. Abington (UK): Routledge, 2018.

SISON, A.; FERRERO, I. How different is neo-Aristotelian virtue from positive organizational virtuousness? **Business Ethics: A European Review**, v. 24, n. S2, p. S78-S98, 2015. Doi: 10.1111/beer.12099.

SISON, A. J. G.; HÜHN, N. Practical Wisdom in corporate governance. *In:* SISON, A. J. G.; FERRERO, I.; GUITIÁN, G. (Eds.). **Business ethics: A virtue ethics and common good approach.** New York, NY: Routledge, 2018, p. 165–186.

SKEET, A. What is social sector ethics? – Markulla Center for Applied Ethics. (2015, 15 dez.). Disponível em: >. Acesso em: 27 jun. 2018.

SLOTE, Michael. **Morals from Motives**. New York: Oxford University Press, 2001.

SMITH, T. A.; TATALOVICH, R. **Cultures at war: Moral conflicts in Western democracies**. Peterborough: Broadview Press, 2003.

SOLOMON, R. Corporate Roles, Personal Virtues: An Aristotelean Approach to Business Ethics. **Business Ethics Quarterly**, v. 2, n. 3, p. 317-339, 1992. Doi: 10.2307/3857536.

SOWELL, T. Os Intelectuais e a justiça. *In*: SOWELL, T. **Os Intelectuais e a Sociedade**. São Paulo: É Realizações, p. 247-316, 2011. Tradução de Maurício G. Righi.

SPAEMANN, Robert. **Pessoas: Ensaios sobre a diferença entre algo e alguém**. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2015. Tradução de Nélio Schneider.

STATLER, M.; ROOS, J.; VICTOR, B. Dear Prudence: An Essay on Practical Wisdom in Strategy Making. **Social Epistemology**, v. 21, n. 2, p. 151-167, 2007. Doi: 10.1080/02691720701393475.

STAKE, R. E. **Case study research**. London: Sage University Press, 1995.

STAKE, R. E. **Qualitative Research: studying how things work**. New York: The Guilford Press, 2010.

STAKE, R. E. **Multiple Case Study Analysis.** New York: The Guilford Press, 2006.

STF. **ADPF 54**, rel. Min. Marco Aurélio, Pleno, j. 12.04.2012. 27.

STF. **ADPF 442**, rel. Min. Rosa Weber, Req. Partido Socialismo e Liberdade, Dj. 20.03.2017.

STF. **Interrupção Voluntária da Gestação**. 2018. Disponível em: https://tinyurl.com/y5rxltuw. Acesso em: 11 jun. 2018.

STRANG, K. D. (Ed.). **The Palgrave Handbook of Research Design in Business and Management**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

STUDLAR, D. T.; BURNS, G. J. Toward the permissive society? Morality policy agendas and policy directions in Western democracies. **Policy Sci**, v. 48, p. 273-291, 2015.

SVARA, J. **The Ethics Primer for Public Administrators in Government and Nonprofit Organizations.** (2nd ed.) Burlington: Jones and Bartlett Learning, 2015.

SWANTON, Christine. **Virtue Ethics: A Pluralistic View**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

TALEB, N. N. **Arriscando a própria pele: assimetrias ocultas no cotidiano**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. Tradução de Renato Brett.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL**. Índice de Percepção da Corrupção 2019**. Transparency International, 2019. Disponível em: <https://www.ipc.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em 15 Ago. 2020.

TOOLEY, M. Abortion and Infanticide. **Philosophy & Public Affairs**, New Jersey, v. 2, n. 1, p. 25-39, 1972. Disponível em: shorturl.at/lqNRS. Acesso em: 27 ago. 2020.

TYSON, R. Educating for Vocational Excellence: The Auto/Biographical Exploration of Enacted Craft Pedagogy. **Vocations and Learning**, v. 8, n. 2, p. 229-245, 2015.

UNGVÁRI-ZRÍNYI, I. Moral Standards in Business Environment or How is Corporate Ethics Possible? **Acta Universitatis Sapientiae - Social Analysis**, v. 3, n. 1, p. 109-127, 2013.

UNIVERSIDAD DE NAVARRA. **Fallece el doctor José Miranda, pediatra defensor de la vida em Navarra.** 21 jul. 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/y5s8b3dc. Acesso em: 02 set. 2020.

VAN ZYL, L. **Virtue Ethics: a contemporary introduction**. Routledge Contemporary Introductions to Philosophy. New York: Routledge, 2019.

VEGA, C. E. P.; SOARES, V. M. N.; NASR, A. M. L. F. Mortalidade materna tardia: comparação de dois comitês de mortalidade materna no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 3, p. 1-13, 2017.

WARHURST, R.; BLACK, K. What do managers know? Wisdom and manager identity in later career. **Management Learning**, 48(4), 2017, p. 416– 430.

WHO. **Clinical Practice Handbook for Safe Abortion**. Geneva: World Health Association, 2014.

WILLIANS, D. K. **Defenders of the unborn: the pro-life movement before Roe v. Wade**. New York: Oxford University Press, 2009.

WILLIS, P. Preach wine and serve vinegar: Public relations, relationships and doublethink. **Public Relations Review**, v. 41, n. 5, p. 681-688, 2015. Doi: 10.1016/j.pubrev.2014.02.004

WILLOUGHBY, W.F. **The Principles of Public Administration: With Special Reference to the National and State Governments of the United States**. The Brookings Institution, Washington, D.C., 1927.

WIVESTAD, S. M. (2008). The Educational Challenges of Agape and Phronesis. **Journal of Philosophy of Education**, v. 42, n. 2, p. 307-324, 2008.

WU, X. *et al*. **Guia de Políticas Públicas**: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014. Tradução de Ricardo Avelar de Souza.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. (3rd ed.). Porto Alegre: Bookman, 2005. Tradução de Daniel Grassi.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa**: do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAPELINI, M. B. Montagem de agenda no comitê Itajaí: uma aplicação do modelo de Kingdon. **RAC, Rio de Janeiro**, v. 18, n. 6, p. 795-812, 2014.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 241-273, 2015.

ZAPPELLINI, M. B.; ZAPPELLINI, S. M. K. C. **Metodologia da Pesquisa Científica:** Apostila para fins didáticos. Florianópolis: Faculdade Energia de Administração e Negócios, 2013.

APÊNDICE A - LIVRO DE CÓDIGOS NVIVO DO ESTUDO DE CASOS

Quadro 33 - Livro de códigos NVivo do estudo de casos - codificação e categorização

Name	*Files*	*References*	*Created on*	*Created by*
aborto	33	114	17/06/2020 23:11	MCFDCA
Ameaça para fazer	1	2	06/07/2020 19:43	MCFDCA
Justificativas dadas para o aborto	1	6	05/07/2020 19:29	MCFDCA
métodos de aborto	1	6	30/06/2020 00:41	MCFDCA
Vivências pós-aborto	2	8	29/06/2020 15:34	MCFDCA
Aceitar	2	3	18/06/2020 01:48	MCFDCA
afeto	1	1	09/06/2020 15:41	MCFDCA
Ajudar	20	28	07/06/2020 22:19	MCFDCA
alternativas	7	9	19/06/2020 03:10	MCFDCA
alternativas (2)	1	1	20/06/2020 22:50	MCFDCA
amamentação materna	3	7	13/06/2020 18:28	MCFDCA
amar o que faz	2	2	09/06/2020 09:22	MCFDCA
amor	10	19	13/06/2020 17:02	MCFDCA
aplicativo	3	4	08/06/2020 01:39	MCFDCA
Aprendizagem	14	27	08/06/2020 00:15	MCFDCA
assistência social	3	3	07/06/2020 22:47	MCFDCA
Associados	1	2	07/06/2020 21:55	MCFDCA
atitude	3	8	08/06/2020 14:35	MCFDCA
audácia e imaginação	1	1	07/06/2020 23:30	MCFDCA
auto-análise	2	2	08/06/2020 11:47	MCFDCA
AVALIAÇÃO	1	11	09/06/2020 14:32	MCFDCA
bebê	13	28	07/06/2020 22:57	MCFDCA
bem	1	2	08/06/2020 11:38	MCFDCA
bem comum	3	3	07/06/2020 23:28	MCFDCA
beneficiários	7	10	07/06/2020 21:54	MCFDCA
camisa	1	1	09/06/2020 09:51	MCFDCA
Casamento	1	1	18/06/2020 01:08	MCFDCA
circunstancia	3	3	21/06/2020 18:30	MCFDCA
clínicas	1	3	04/07/2020 01:23	MCFDCA
coerência	1	1	19/06/2020 03:11	MCFDCA
coletivos	1	1	07/06/2020 23:06	MCFDCA
comunicação	21	28	09/06/2020 09:56	MCFDCA
comunidade	18	51	07/06/2020 22:41	MCFDCA
conciliar	2	2	07/06/2020 23:07	MCFDCA
Conferências e palestras	10	18	20/06/2020 23:40	MCFDCA
confiança	7	10	08/06/2020 11:45	MCFDCA
conflito	2	6	08/06/2020 00:05	MCFDCA
conhecimento científico	26	40	07/06/2020 22:51	MCFDCA
contracultura de la muerte	5	8	20/06/2020 23:46	MCFDCA
convence as pessoas	1	1	09/06/2020 09:39	MCFDCA
Coordenação Estadual	4	13	07/06/2020 22:00	MCFDCA
coordenador	7	17	07/06/2020 22:40	MCFDCA

credibilidade.	1	1	09/06/2020 09:35	MCFDCA
criança	15	24	08/06/2020 14:32	MCFDCA
cuidar	4	5	07/06/2020 22:28	MCFDCA
cultura da vida	6	12	20/06/2020 23:36	MCFDCA
cultura de la muerte	5	9	22/06/2020 01:35	MCFDCA
cultura de la vida	8	17	19/06/2020 02:48	MCFDCA
Paradoxo	2	2	23/06/2020 00:25	MCFDCA
curetagem	1	1	14/06/2020 00:37	MCFDCA
cursos que já ofereceram	1	2	18/06/2020 00:25	MCFDCA
DATAS DE CAMPO	37	86	07/06/2020 23:34	MCFDCA
delegar	1	1	08/06/2020 11:20	MCFDCA
derecho a la maternidad.	1	1	21/06/2020 18:55	MCFDCA
derecho a la vida	14	25	21/06/2020 00:13	MCFDCA
desde a concepção	1	1	13/06/2020 17:50	MCFDCA
diabete e pressão,	1	2	17/06/2020 22:46	MCFDCA
Dignidade	21	37	07/06/2020 22:46	MCFDCA
direitos sociais	1	2	13/06/2020 20:39	MCFDCA
divino	8	11	07/06/2020 22:53	MCFDCA
dos vidas	1	2	21/06/2020 00:14	MCFDCA
drogas	3	12	13/06/2020 17:33	MCFDCA
EDUCACIÓN SEXUAL	1	3	23/06/2020 01:47	MCFDCA
embrião humano	10	16	21/06/2020 00:58	MCFDCA
Empoderamento	2	2	07/06/2020 22:49	MCFDCA
Encaminhar para adoção	1	1	07/06/2020 22:29	MCFDCA
Encontro Estadual de Coordenadoras	2	5	09/06/2020 14:15	MCFDCA
ensinando a ser	1	2	13/06/2020 17:16	MCFDCA
enxovais	1	3	17/06/2020 23:17	MCFDCA
Escutar	2	2	23/06/2020 00:27	MCFDCA
Estratégia	1	2	21/06/2020 01:35	MCFDCA
Evento	27	44	13/06/2020 18:50	MCFDCA
Assembleia Geral	4	5	07/06/2020 21:55	MCFDCA
exemplo	11	14	09/06/2020 14:57	MCFDCA
Exemplo de liderança	3	4	07/06/2020 22:07	MCFDCA
experiência de fé	2	2	07/06/2020 23:26	MCFDCA
família	21	34	08/06/2020 11:40	MCFDCA
Federación Española de Asociaciones Provida,	1	1	21/06/2020 18:34	MCFDCA
felicidad	1	1	23/06/2020 03:16	MCFDCA
feto	2	3	29/06/2020 17:00	MCFDCA
generosidade	1	1	14/06/2020 02:13	MCFDCA
gestação e maternidade	13	31	07/06/2020 23:41	MCFDCA
dúvidas e incertezas	4	6	29/06/2020 15:48	MCFDCA
gestante	19	52	13/06/2020 17:01	MCFDCA
Gestão	4	11	08/06/2020 02:02	MCFDCA
gravidez inesperada	4	5	14/06/2020 00:29	MCFDCA
História de um voluntário	5	10	07/06/2020 22:12	MCFDCA

Histórico da organização		2	4	07/06/2020 22:11	MCFDCA
hombre		3	7	29/06/2020 01:35	MCFDCA
humildade		6	7	09/06/2020 09:22	MCFDCA
idosos têm		6	8	07/06/2020 22:44	MCFDCA
igreja.		25	37	07/06/2020 22:46	MCFDCA
Indicadores		1	2	14/06/2020 00:40	MCFDCA
indignação		1	1	13/06/2020 20:00	MCFDCA
información		4	4	30/06/2020 00:49	MCFDCA
insegurança.		1	1	13/06/2020 17:03	MCFDCA
jeito de chegar		4	5	13/06/2020 17:00	MCFDCA
kit enxoval		2	3	14/06/2020 02:15	MCFDCA
kits,		1	2	18/06/2020 00:20	MCFDCA
ley moral natural		2	2	21/06/2020 20:40	MCFDCA
líderes		3	5	08/06/2020 11:15	MCFDCA
mãe		14	23	07/06/2020 22:28	MCFDCA
mal		1	2	08/06/2020 11:38	MCFDCA
manter o combinado		1	1	09/06/2020 09:54	MCFDCA
Marchas por la vida		22	41	21/06/2020 00:37	MCFDCA
máscara,		1	1	08/06/2020 01:35	MCFDCA
médico.		14	31	18/06/2020 00:39	MCFDCA
Mentiras		1	9	05/07/2020 18:47	MCFDCA
metáforas		17	32	08/06/2020 11:47	MCFDCA
ditado popular		3	5	18/06/2020 00:13	MCFDCA
Metas		3	5	08/06/2020 00:03	MCFDCA
método		9	11	09/06/2020 15:30	MCFDCA
metodologia comunitária,		2	5	13/06/2020 18:20	MCFDCA
mística		4	8	09/06/2020 15:02	MCFDCA
mobilizador de recursos		1	1	09/06/2020 15:17	MCFDCA
Motivação		13	30	07/06/2020 22:18	MCFDCA
município		26	48	08/06/2020 11:13	MCFDCA
Nascituro		10	13	21/06/2020 12:59	MCFDCA
naturalesa		3	4	04/07/2020 01:14	MCFDCA
Navidad		6	11	21/06/2020 11:32	MCFDCA
o chamado		1	3	08/06/2020 01:49	MCFDCA
Objeção de consciência		2	2	19/06/2020 02:57	MCFDCA
obrigação		1	1	08/06/2020 12:19	MCFDCA
Oração		1	1	14/06/2020 01:23	MCFDCA
Org Mundial de Saúde		1	1	07/06/2020 22:51	MCFDCA
organismos internacionais		10	11	07/06/2020 23:30	MCFDCA
Organização		9	15	06/06/2020 11:47	MCFDCA
Bens Externos		16	36	07/06/2020 23:19	MCFDCA
Capacitação		11	23	07/06/2020 22:31	MCFDCA
Formas de atuação		0	0	06/06/2020 11:54	MCFDCA
Advocacy pró-vida		0	0	06/06/2020 11:56	MCFDCA
Proteção direta		0	0	06/06/2020 11:55	MCFDCA
Logomarca		6	6	13/06/2020 18:52	MCFDCA

Missão	14	33	06/06/2020 11:48	MCFDCA
Perfil dos membros	0	0	06/06/2020 11:52	MCFDCA
Práticas	33	76	06/06/2020 11:47	MCFDCA
celebração da vida	8	20	07/06/2020 22:40	MCFDCA
Oficinas para beneficiários	3	3	14/06/2020 01:39	MCFDCA
Palestras	4	24	14/06/2020 01:40	MCFDCA
Prestação de contas	4	7	08/06/2020 00:25	MCFDCA
RRA reunião para reflexão e avaliação	4	7	07/06/2020 22:40	MCFDCA
Visita Domiciliar	4	14	08/06/2020 00:25	MCFDCA
Propósito	7	8	06/06/2020 11:52	MCFDCA
Relação com a religiosidade	18	32	06/06/2020 11:49	MCFDCA
Postura aconfessional	1	3	05/07/2020 00:25	MCFDCA
Postura confessional	0	0	05/07/2020 00:26	MCFDCA
Postura Pluriconfessional	1	2	05/07/2020 00:25	MCFDCA
Tradição	0	0	06/06/2020 11:51	MCFDCA
Valores	5	8	06/06/2020 11:48	MCFDCA
Visão	3	3	06/06/2020 11:48	MCFDCA
organizaciones provida	12	23	21/06/2020 19:21	MCFDCA
organizações baseadas na fé.	2	4	08/06/2020 11:23	MCFDCA
Organizações citadas	56	166	08/06/2020 00:01	MCFDCA
Orientação para voluntários	19	73	07/06/2020 22:33	MCFDCA
Orientar	18	26	07/06/2020 22:56	MCFDCA
padre	2	4	09/06/2020 14:41	MCFDCA
País	27	61	21/06/2020 00:38	MCFDCA
pandemia do corona vírus	2	6	08/06/2020 14:42	MCFDCA
PAPA	20	30	07/06/2020 23:02	MCFDCA
Papeis	1	2	13/06/2020 16:51	MCFDCA
papel de liderança	2	2	08/06/2020 11:16	MCFDCA
parcerias	8	10	09/06/2020 14:34	MCFDCA
parentalidade	1	1	07/06/2020 22:54	MCFDCA
paz e fraternidade	4	4	07/06/2020 23:05	MCFDCA
A paz	2	3	13/06/2020 17:48	MCFDCA
personalidade	1	1	17/06/2020 23:02	MCFDCA
Pessoa humana	18	31	07/06/2020 22:17	MCFDCA
Pessoas citadas	32	110	20/06/2020 23:53	MCFDCA
Phronesis	8	19	06/06/2020 11:10	MCFDCA
Ação	7	14	06/06/2020 11:38	MCFDCA
Apreensão do contexto de ação	1	1	06/06/2020 11:44	MCFDCA
consciência	6	10	20/06/2020 22:51	MCFDCA
Decisão ou escolha	6	7	06/06/2020 11:36	MCFDCA
Deliberação	1	1	06/06/2020 11:36	MCFDCA
Entender o contexto de ação	5	8	07/06/2020 22:50	MCFDCA
Julgamento	20	68	06/06/2020 11:36	MCFDCA
planejamento	1	3	09/06/2020 14:51	MCFDCA
poder	1	1	08/06/2020 00:09	MCFDCA
Poder público	33	85	07/06/2020 23:01	MCFDCA

política		9	13	09/06/2020 09:41	MCFDCA
pré natal		9	23	07/06/2020 22:27	MCFDCA
preconceito.		3	4	07/06/2020 22:32	MCFDCA
preparar para o mundo.		1	1	07/06/2020 22:28	MCFDCA
Presentes		1	1	07/06/2020 23:38	MCFDCA
Problema		25	59	07/06/2020 22:25	MCFDCA
projeto		21	35	08/06/2020 00:04	MCFDCA
pró-vida - a favor da vida		22	38	13/06/2020 20:09	MCFDCA
Ativista pró-vida		2	3	21/06/2020 20:31	MCFDCA
Questão ou problema que levou a fundação		1	3	07/06/2020 22:14	MCFDCA
questões ainda um pouco veladas		4	5	17/06/2020 23:35	MCFDCA
Recomendou fazer, tem feito, tirar fotos do que se faz para ter credibilidade.		1	1	09/06/2020 09:35	MCFDCA
Regimento Interno		1	2	07/06/2020 21:52	MCFDCA
regras		16	25	09/06/2020 09:28	MCFDCA
Relação com marido		5	10	07/06/2020 22:49	MCFDCA
Relação simbólica-espiritual		1	1	06/07/2020 18:59	MCFDCA
relacionamento		2	4	08/06/2020 11:48	MCFDCA
Relatórios		1	3	08/06/2020 00:03	MCFDCA
reproducción asistida		1	1	20/06/2020 23:45	MCFDCA
Reproducción Asistida (2)		1	4	23/06/2020 02:45	MCFDCA
respeito		2	2	08/06/2020 02:03	MCFDCA
responsabilidade		3	7	17/06/2020 22:44	MCFDCA
risco pessoal		1	1	08/06/2020 12:10	MCFDCA
sapiência		1	1	07/06/2020 22:44	MCFDCA
secretaria assistência social		1	1	07/06/2020 22:47	MCFDCA
Seminário de Ética I na UFSC		1	1	18/06/2020 00:38	MCFDCA
sendo honesto.		1	1	18/06/2020 00:57	MCFDCA
sentido da vida		3	5	08/06/2020 01:53	MCFDCA
ser		1	1	08/06/2020 14:31	MCFDCA
ser desprendido		1	1	09/06/2020 09:22	MCFDCA
ser feliz		2	4	09/06/2020 15:50	MCFDCA
ser mais tolerante		1	1	18/06/2020 02:36	MCFDCA
ser.		1	2	13/06/2020 20:48	MCFDCA
serviço		3	3	09/06/2020 15:20	MCFDCA
serviços pastorais e evangelizadores		1	17	07/06/2020 21:45	MCFDCA
Síndrome de Down		11	16	21/06/2020 14:43	MCFDCA
Síndrome pós-aborto		1	1	29/06/2020 15:35	MCFDCA
Sistema de informações		1	2	08/06/2020 00:04	MCFDCA
solidariedade fraterna		5	7	13/06/2020 18:08	MCFDCA
Submissão		2	2	07/06/2020 22:49	MCFDCA
subsidiaridad		1	1	23/06/2020 01:38	MCFDCA
Sugestão		1	9	09/06/2020 14:34	MCFDCA
suicidio		1	1	23/06/2020 00:27	MCFDCA
temperamento		1	1	08/06/2020 11:56	MCFDCA
testimonios		17	37	21/06/2020 13:02	MCFDCA

trabalhar em grupo.	4	7	07/06/2020 23:27	MCFDCA
trabalho voluntário	5	6	13/06/2020 17:43	MCFDCA
troca de coordenação	1	1	08/06/2020 11:18	MCFDCA
ventre materno	1	2	14/06/2020 00:26	MCFDCA
vicia	4	5	08/06/2020 11:13	MCFDCA
vida	33	68	07/06/2020 22:36	MCFDCA
Defesa da vida	8	10	21/06/2020 18:18	MCFDCA
vida missionária	2	2	09/06/2020 14:57	MCFDCA
Virtudes morais	12	19	06/06/2020 11:27	MCFDCA
Carinho	2	3	17/06/2020 23:13	MCFDCA
Coragem	4	7	06/06/2020 11:32	MCFDCA
esperança	12	15	09/06/2020 09:51	MCFDCA
experiencia vital constitutiva	1	3	29/06/2020 15:56	MCFDCA
Fortaleza	2	3	06/06/2020 11:34	MCFDCA
Generosidade	2	2	06/06/2020 11:32	MCFDCA
gratidão	7	10	08/06/2020 12:00	MCFDCA
Justiça	5	6	06/06/2020 11:28	MCFDCA
paciência	4	5	09/06/2020 09:57	MCFDCA
Temperança	1	1	06/06/2020 11:32	MCFDCA
Voluntários	19	41	06/06/2020 11:57	MCFDCA
apoiadores	10	12	07/06/2020 22:41	MCFDCA
voluntário externo	6	20	17/06/2020 22:55	MCFDCA

Fonte: elaborado pela autora (2020).

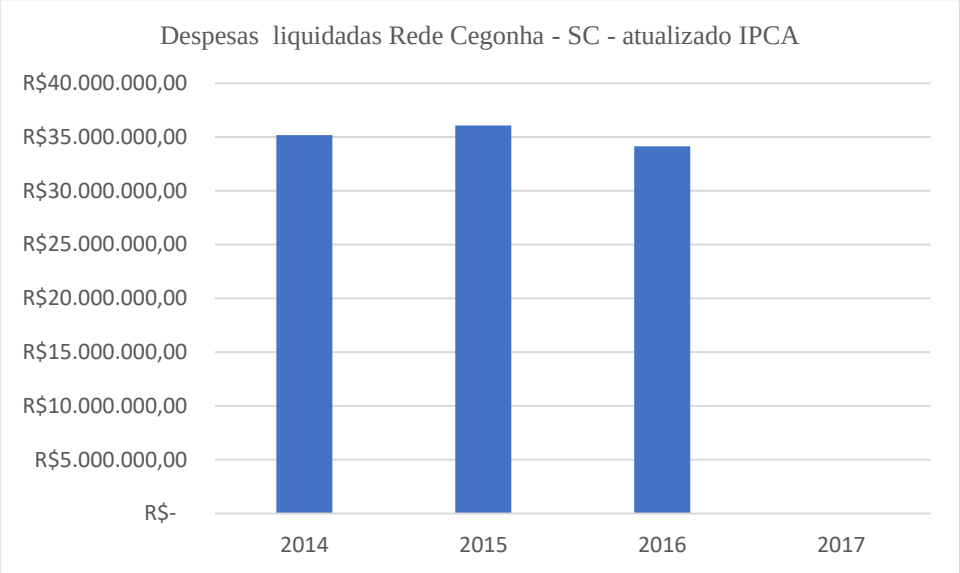
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA VOLUNTÁRIOS DAS ORGANIZAÇÕES

Introduzir o tema de pesquisa, os objetivos e motivos da realização de entrevistas. Perguntas:

1. Fale um pouco de você, sua história, experiências e vivências.
2. Conte-nos como começou a atuar nessa organização.
3. O que lhe motiva a realizar este trabalho? Por quê?
4. O que você aprendeu atuando nessa organização?
5. Qual é o propósito/missão de sua organização?
6. Você concorda com o propósito da organização? Por quê?
7. Conte-nos sobre a sua organização.
8. O que esse trabalho representa em sua vida tomada como um todo?
9. O que você aprende como pessoa [virtudes] ao realizar esse trabalho?
10. Quais os valores representam sua organização?
11. Sua organização tem conseguido agir segundo esses valores?
12. O que você aprendeu aqui e levou para outras esferas da sua vida?
13. Qual a sua percepção sobre os voluntários da organização?
14. Que virtudes eles podem fortalecer ao realizar as práticas da organização?
15. Como você analisa seu papel de liderança na organização?
16. Quais os fatores mais importantes para a sua organização?
17. Qual a sua opinião sobre a questão do aborto?
18. Qual a sua opinião sobre o direito à vida?
19. Quando começa a vida humana?
20. O que você faz quando sabe que alguém pensa em realizar um aborto?
21. O que sua organização faz ao saber que alguém pretende realizar um aborto?
22. Como você avalia as pessoas que atuam na ou para a proteção de gestantes e bebês?

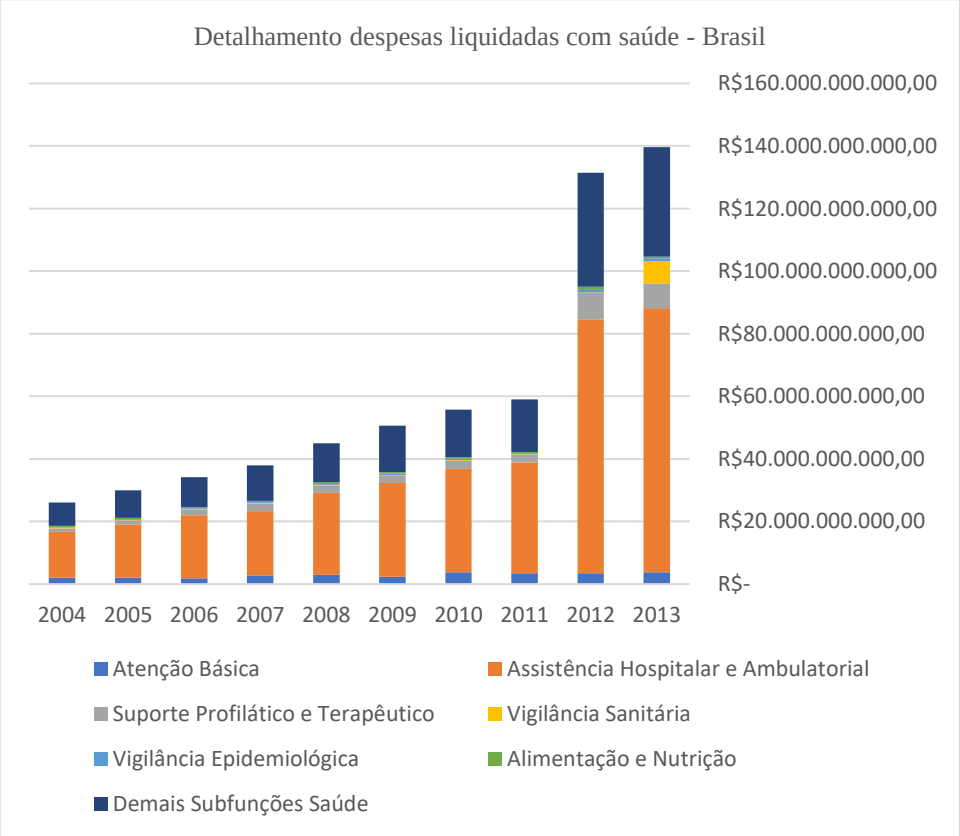
APÊNDICE C – ANÁLISES COMPLEMENTARES SOBRE O CONTEXTO BRASILEIRO E CATARINENSE

Gráfico 22 - Despesas liquidadas Rede Cegonha – SC – atualizado IPCA



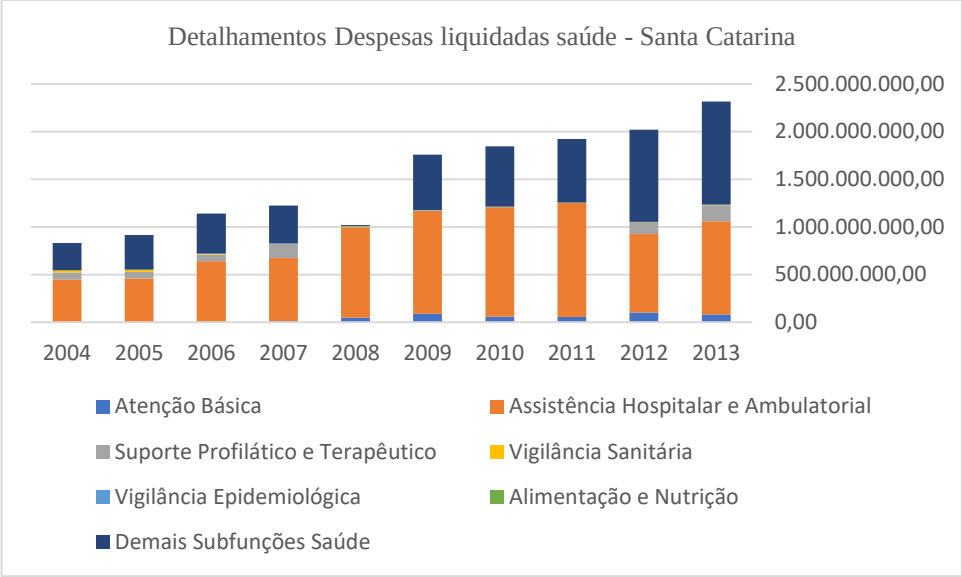
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Gráfico 23 - Detalhamento despesas liquidadas com saúde - Brasil



Fonte: elaborado pela autora (2020).
Obs.: valores não foram deflacionados.

Gráfico 24 - Detalhamentos despesas liquidadas saúde – Santa Catarina



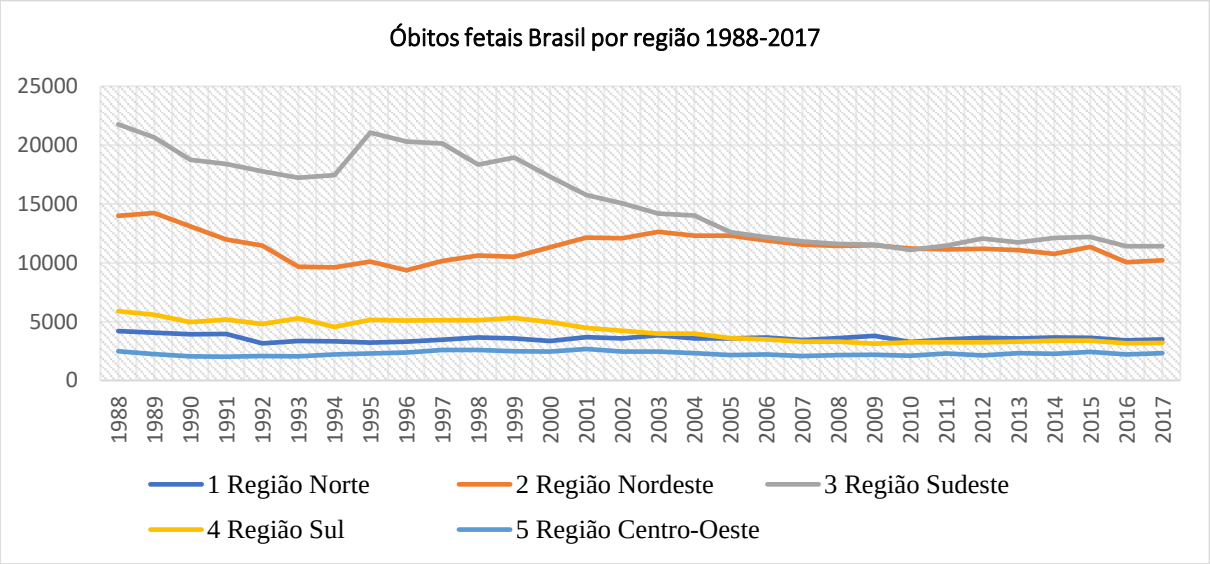
Fonte: elaborado pela autora (2020).
Obs.: valores não foram deflacionados.

Observando especificamente as despesas em Atenção Básica à saúde, elas representam relativamente pouco em relação às demais despesas com saúde. Contudo, os resultados expostos no Gráfico 24 não representam o total dos recursos disponível na esfera municipal, porque ainda precisaríamos apurar os investimentos que determinado município faz para a área da saúde, os quais, como se sabe, são no mínimo de 15% das receitas próprias do município.

Gráfico 25 - % Despesas Atenção Básica por Despesas totais saúde SC

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Gráfico 26 – Nr. absolutos de óbitos fetais Brasil 1988 - 2017 por região

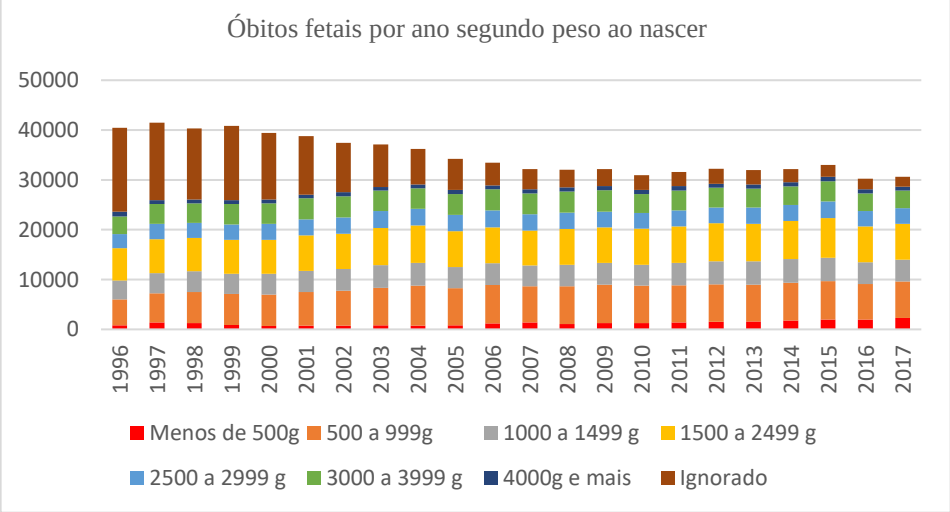


Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados DATASUS- TABNET (2020).

Os registros sobre o peso ao nascer, como mostra o gráfico, têm gradativamente sido registrados com melhor qualidade. De 1996 a 2017, pode-se ver em marrom o volume de óbitos fetais em que não se registrava o peso fetal, por isso o DATASUS classifica como “ignorado”.

Há registros de óbitos fetais com peso ao nascer abaixo de 500 gramas. Tais óbitos fetais com peso ao nascer abaixo de 500 gramas são registrados como óbitos fetais, ao passo que os fetos de gestações interrompidas por aborto não necessariamente o são. É algo que cabe ao médico decidir conforme o caso, à luz da orientação técnica da área.

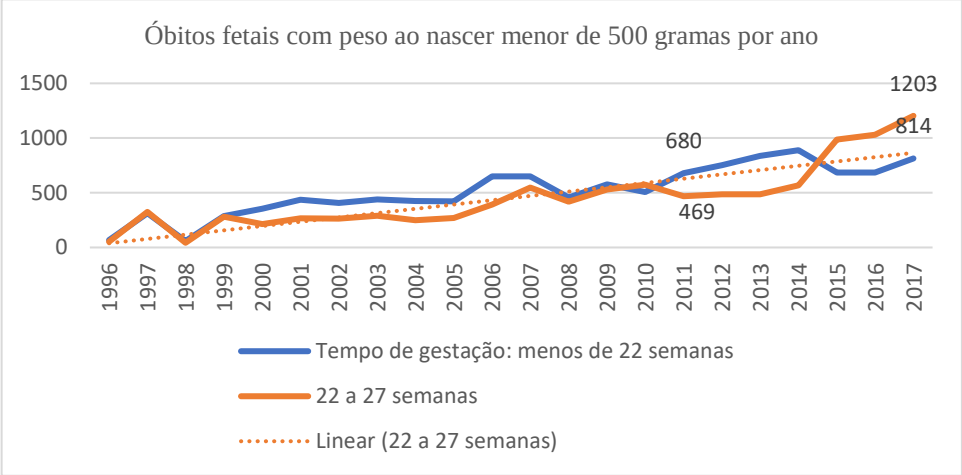
Gráfico 27 - Óbitos fetais segundo o peso ao nascer por ano



Fonte: elaborado pela autora (2020).

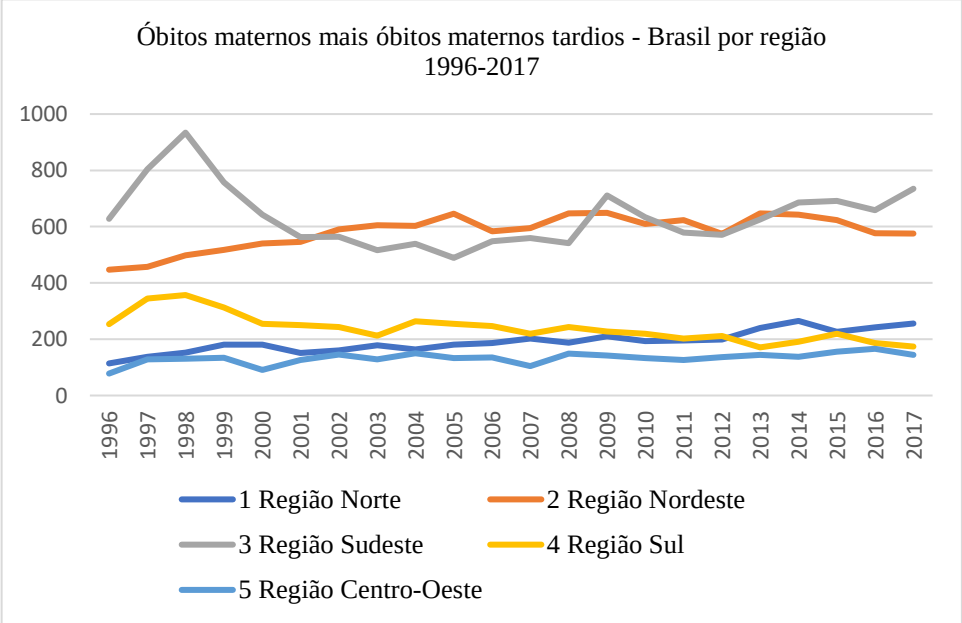
Analisando o peso fetal em comparação com a duração da gestação, o DATASUS revela que boa parte dos óbitos fetais com peso ao nascer menor de 500 gramas ocorre em gestações com duração menor que 22 semanas e entre 22 e 27 semanas. (DATASUS, TABNET, consulta realizada em 10 de fevereiro de 2020). O gráfico a seguir mostra boa parte desses números, embora a forma de registro do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) tenha mudado em 2011 e sofrido adaptações. (a categoria "tempo de gestação" sofreu pequena alteração para se obter um registro mais preciso).

Gráfico 28 -Óbitos fetais com peso ao nascer menor de 500 gramas por ano



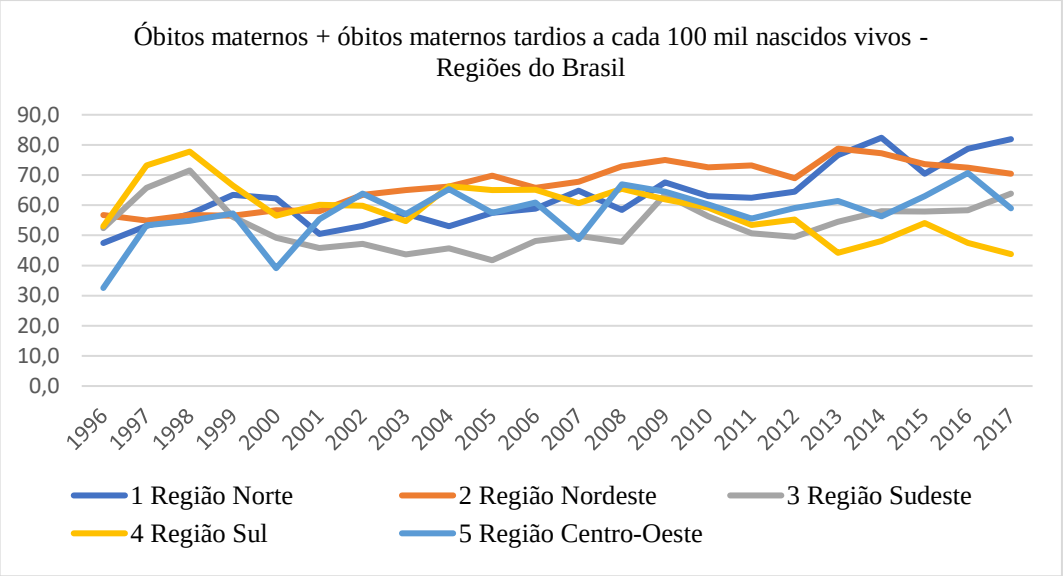
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Gráfico 29 - Óbitos maternos mais óbitos maternos tardios- Brasil por região



Fonte: elaborado pela autora (2020), a partir dos dados DATASUS – TABNET, Estatísticas Vitais.

Gráfico 30 - Óbitos maternos mais óbitos maternos tardios a cada 100 mil NV por região



Fonte: elaborado pela autora (2020), a partir dos dados DATASUS – TABNET, Estatísticas Vitais.

Analisando os óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos, percebe-se que, proporcionalmente, a região Norte apresenta, a partir de 2012, um maior número de óbitos maternos proporcionalmente ao número de nascidos vivos. A região Nordeste permanece com números altos, próximo de 70 óbitos maternos ou maternos tardios para cada 100 mil nascidos vivos.

Os códigos internacionais de doenças vinculados ao CID-10 que correspondem a esses registros, disponíveis em nota técnica no endereço eletrônico do Datasus Tabnet, sobre óbitos maternos. A Tabela 9 detalha valores e informações sobre os atendimentos e internações hospitalares para o procedimento de curetagem, entre 1995 e 2018.

Tabela 3 - Atendimento e internações hospitalares para curetagem, 1995-2018

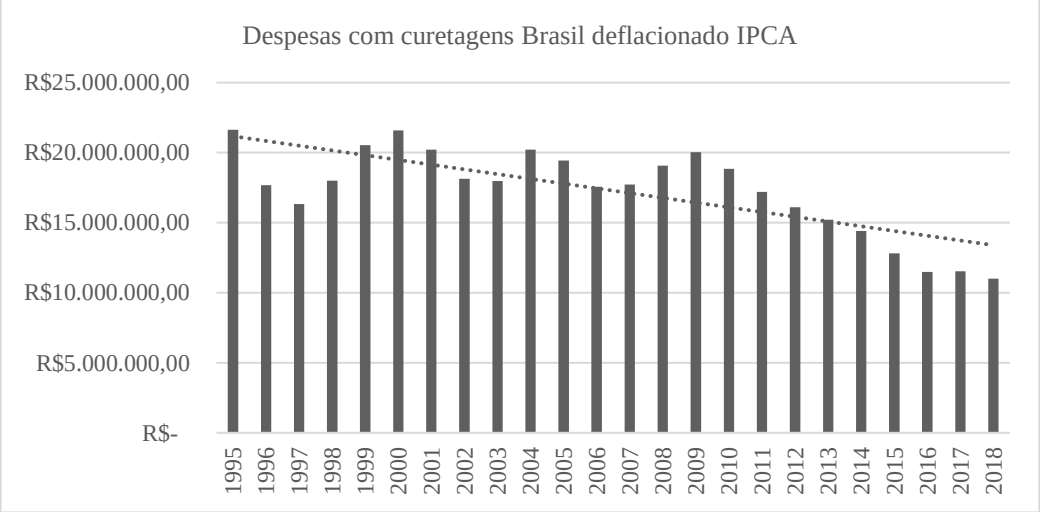
Ano	Número de AIH	Valor total deflacionado IPCA*	Valor médio internação	Valor médio intr. Deflacionado IPCA	Média dias Int	Nr. Óbitos	% Mortalidade
1995	307.971	R$ 21.639.524,80	R$ 70,26	R$ 70,26	1,7	76	0,02
1996	273.564	R$ 17.669.201,78	R$ 71,53	R$ 64,59	1,7	61	0,02
1997	264.853	R$ 16.340.135,43	R$ 71,93	R$ 61,70	1,7	53	0,02
1998	254.886	R$ 18.004.815,85	R$ 83,80	R$ 70,64	1,8	60	0,02
1999	262.426	R$ 20.543.030,85	R$ 100,90	R$ 78,28	1,9	46	0,02
2000	266.634	R$ 21.581.835,91	R$ 110,57	R$ 80,94	1,7	39	0,01
2001	271.287	R$ 20.224.716,58	R$ 109,59	R$ 74,55	1,7	52	0,02

2002	267.914	R$ 18.137.355,92	R$ 110,40	R$ 67,70	1,8	43	0,02
2003	266.722	R$ 17.967.514,70	R$ 121,96	R$ 67,36	1,9	43	0,02
2004	274.195	R$ 20.220.311,05	R$ 143,17	R$ 73,74	1,8	41	0,01
2005	273.714	R$ 19.440.123,08	R$ 146,46	R$ 71,02	1,7	76	0,03
2006	255.716	R$ 17.573.927,53	R$ 146,00	R$ 68,72	1,6	52	0,02
2007	247.615	R$ 17.730.492,79	R$ 158,48	R$ 71,61	1,6	31	0,01
2008	240.986	R$ 19.067.697,88	R$ 186,31	R$ 79,12	1,6	811	0,34
2009	246.013	R$ 20.042.782,46	R$ 199,93	R$ 81,47	1,6	803	0,33
2010	242.376	R$ 18.836.141,99	R$ 201,46	R$ 77,71	1,6	257	0,11
2011	233.366	R$ 17.203.765,99	R$ 203,80	R$ 73,72	1,6	52	0,02
2012	228.363	R$ 16.109.775,32	R$ 205,81	R$ 70,54	1,7	58	0,03
2013	224.775	R$ 15.207.325,51	R$ 208,78	R$ 67,66	1,7	43	0,02
2014	222.954	R$ 14.416.898,23	R$ 212,63	R$ 64,66	1,7	71	0,03
2015	218.756	R$ 12.806.967,20	R$ 212,68	R$ 58,54	1,7	75	0,03
2016	209.757	R$ 11.484.811,04	R$ 212,80	R$ 54,75	1,7	59	0,03
2017	215.029	R$ 11.537.055,57	R$ 214,37	R$ 53,65	1,7	57	0,03
2018	213.173	R$ 10.998.555,77	R$ 214,49	R$ 51,59	1,6	69	0,03
Média geral	249.294	R$ 17.282.698,47	R$ 154,92	R$ 68,94	1,7	126	0,03

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)**
* Valores deflacionados pelo IPCA segundo índice de dezembro do respectivo ano.
** Para pesquisar no sistema DATASUS: procedimentos, em "Linha" ano de processamento; em "coluna" não ativa e "conteúdo" TODOS; "PERÍODOS DISPONÍVEIS" todos. Nas seleções disponíveis escolher "procedimentos" e selecionar somente "curetagem".

Os valores referentes ao valor total e ao valor médio por internação foram deflacionados pelo índice IPCA, para que possam ser equiparados aos gastos referentes à 1995 (mês de dezembro).

Gráfico 31 - Despesas com curetagens Brasil deflacionado IPCA



Fonte: dados consolidados a partir do sistema DATASUS
Obs.: valores deflacionados por deflação reversa com data base dezembro 1995 pelo IPCA.

O Gráfico 31 revela tendência decrescente nas despesas com curetagens no Brasil. O número de AIH e o valor médio por curetagem decrescem ao longo dos anos.

Tabela 4 - Dados sobre atendimento e internações hospitalares – obstetrícia 1995-2018

Ano	Número de Internações	Valor total deflacionado IPCA	Valor médio internação deflacionado IPCA	Média dias int.	Óbitos	% mortalidade
1995	2.825.625	R$ 374.269.012,71	R$ 132,46	2,1	749	0,03
1996	2.716.256	R$ 336.024.876,69	R$ 123,71	2,1	703	0,03
1997	2.673.320	R$ 315.661.708,00	R$ 118,08	2,1	682	0,03
1998	2.615.704	R$ 420.216.053,19	R$ 160,65	2,1	626	0,02
1999	2.674.776	R$ 479.340.684,63	R$ 179,21	2,1	522	0,02
2000	2.408.096	R$ 380.090.269,62	R$ 157,84	1,9	405	0,02
2001	2.141.684	R$ 306.899.850,16	R$ 143,30	1,9	324	0,02
2002	2.088.607	R$ 273.728.051,72	R$ 131,06	2,1	299	0,01
2003	1.996.902	R$ 260.776.519,72	R$ 130,59	2,1	255	0,01
2004	1.967.292	R$ 296.136.211,06	R$ 150,53	2	280	0,01
2005	1.938.103	R$ 291.620.015,77	R$ 150,47	1,9	284	0,01
2006	1.819.732	R$ 281.773.497,62	R$ 154,84	1,9	257	0,01
2007	1.750.108	R$ 283.538.594,58	R$ 162,01	1,9	174	0,01
2008	2.225.626	R$ 488.290.093,24	R$ 219,39	2,2	1288	0,06
2009	2.254.902	R$ 528.133.259,06	R$ 234,22	2,2	1343	0,06
2010	2.216.491	R$ 499.831.540,63	R$ 225,51	2,2	716	0,03
2011	2.190.397	R$ 470.202.211,47	R$ 214,67	2,3	505	0,02
2012	2.123.199	R$ 438.583.717,28	R$ 206,57	2,3	493	0,02
2013	2.127.842	R$ 418.829.275,53	R$ 196,83	2,4	471	0,02
2014	2.153.630	R$ 400.454.201,95	R$ 185,94	2,4	459	0,02
2015	2.214.492	R$ 376.711.460,28	R$ 170,11	2,4	638	0,03
2016	2.139.999	R$ 345.111.261,14	R$ 161,27	2,4	756	0,04
2017	2.202.472	R$ 350.650.574,57	R$ 159,21	2,4	665	0,03
2018	2.252.896	R$ 344.692.312,44	R$ 153,00	2,5	743	0,03

Fonte: elaborado pela autora (2020), a partir de dados do sistema DATASUS.

APÊNDICE D - PARTICIPANTES NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO STF

Quadro 34 - Atores participantes nas audiências públicas, STF, ADPFs 54 e 442

Nr.	Tom	Atores participantes
ADPF 54	Favorável ao aborto	1. Associação Brasileira de Psiquiatria, representada por Dra. Talvane Marins de Moraes 2. Associação Escola da Gente, representada por Cláudia Werneck 3. Católicas pelo Direito de Decidir 4. Conecta Direitos Humanos e Centro de Direitos Humanos, representada por Dra. Eleonora Menecucci de Oliveira 5. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, autor da ADPF 54, representada por Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça 6. Deputado Federal José Aristodemo Pinotti 7. Igreja Universal do Reino de Deus 8. Instituto de Bioética, direitos Humanos e Gênero ANIS, representado por Débora Diniz 9. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, representado por Dr. Thomaz Rafael Gollop 10. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão 11. Dra. Lia Zanotta Machado 12. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representada por Jacqueline Pitanguy 13. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representada por Nilcéia Freire 14. Advocacia Geral da União (AGU), representado pelo Dr. Evandro Costa Gama 15. Procuradora-Geral da República, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira
	Contrário	1. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) 2. Dr. Rodolfo Acatauassú Nunes, médico 3. Doutora Irvênia Luíza de Santis Prada, médica ginecologista 4. Dra. Ieda Terezinha 5. Dra. Cinthia Macedo Specian 6. Dr. Dernival da Silva Brandão 7. Dra. Elizabeth Kipman Cerqueira 8. Frente parlamentar em defesa da vida e contra o aborto, representada pelo Deputado Federal Luiz Bassuma (PT/BA) 9. Movimento Nacional da Cidadania em Defesa da Vida – Brasil sem aborto, representado por Lenise Aparecida Martins Garcia
	Neutro	1. Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz D'Ávila 2. Fed. Bras. Das Ass. Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), representado por Dr. Jorge Andalaft Neto 3. Sociedade Brasileira de Genética Clínica, representado pelo Dr. Salmo Raskin

ADPF 442	Favorável	1. Associação Brasileira de Antropologia – ABA 2. Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais 3. Clínica UERJ de Direitos 4. CONECTAS Diretos Humanos 5. Instituto Brasileiro de Direito Civil 6. Instituto de Biodireito e Bioética – IBIOS 7. Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira e da Universidade Federal de Campina Grande/PB 8. Ministério da Saúde, Dra. Maria de Fátima Marinho de Souza e Dra. Mônica Almeida Neri 9. Academia Nacional de Medicina, Dr. José Gomes Temporão e Dr. Jorge Rezende Filho 10. Atuação conjunta de Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, da Rede Feminista de Juristas – DEFEM, do Criola, do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (CFSS do Grupo Curumim Gestação e Parto, e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, 11. Católicas pelo direito de decidir 12. Center for Reproductive Rights 13. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento 14. Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas – CEMICAMP 15. Conselho Federal de Psicologia 16. Conselho Nacional de Direitos Humanos 17. Consórcio Latino-Americano contra o Aborto Inseguro CLACAI 18. Defensoria Pública da União 19. Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio do núcleo especializado na promoção dos direitos das mulheres – NUDEM-, em parceria com a Clínica de Litígios Estratégicos da FGV Direito SP 20. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro 21. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO 22. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ 23. Health, Access, Rights – IPAS 24. Human Rights Watch 25. Instituto Baresi, Adriana Abreu Magalhães Dias 26. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais 27. Instituto de Bioética – ANIS, Débora Diniz 28. Instituto de Estudos da Religião 29. Instituto Paraibano de Pesquisa Joaquim Amorim Neto 30. International Women's Health Coalition – IWHC 31. Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos da USP – NJP-DH USP 32. SBPC, Thomaz Rafael Gollop, Olímpio Moraes Filho e Helena Bonciani Nader 33. Sociedade Brasileira de Bioética – SBB 34. Women on waves, Dra. Rebecca Gomperts e Leticia Zenevich
	Contrário	1. Associação dos Juristas Evangélicos – ANAJURE 2. Centro de Reestruturação para a Vida- CERVI 3. Convenção Batista Brasileira 4. Instituto Liberal de São Paulo 5. A Associação de Direito da Família e das Sucessões – ADFAS 6. A União dos Juristas Católicos de São Paulo – UJUCASP 7. Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, Hermes Rodrigues Nery 8. Conferência Nacional dos Bispos – CNBB 9. Conselho Nacional do Laicato do Brasil na Arquidiocese de Aracaju/SE – CONAL 10. Convenção Geral das Assembleias de Deus 11. Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família 12. Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil sem aborto 13. Dra. Janaína Conceição Paschoal 14. Procuradoria Geral do Estado de Sergipe 15. Federação Espírita Brasileira 16. Federação Nacional do Culto afro-brasileiro

Fonte: elaborada pela autora (2020).
Obs.: não foi possível identificar o tom de dois participantes.

APÊNDICE E – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA GESTANTES

1. Como está o pré-natal? Como tem sido?
2. Estão conseguindo ir às consultas? Já fizeram ultrassom? Onde é?
3. O que é feito? Como é realizado?
4. Que informações vocês recebem?
5. O que a equipe de atendimento à saúde recomenda?
6. Na percepção das gestantes, o que poderia melhorar?
7. O que você pediria ao gestor público para melhorar a condição da gestante?

Sobre a participação na organização:

8. Como ficaram sabendo?
9. Como e por que decidiram participar?
10. Por que estão aqui?
11. quais os pontos positivos?
12. Como ajuda vocês? O que tem aprendido?
13. As orientações que recebem têm ajudado?
14. Como é possível melhorar?
15. Do que vocês precisam?
16. Como define a gravidez?
17. O que você tem aí na barriga?
18. A questão do aborto. Como tem visto?
19. Você faria? Por quê? Você condena quem faz?
20. Conhece a história de alguém?
21. Como posso entender melhor a sua vivência como mulher, mãe gestante?

APÊNDICE F – SLIDES DE PALESTRAS REALIZADAS NO CASO 1

Palestra realizada em 20 de março de 2018 no Grupo Abelhas

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Palestra realizada em 10 abril de 2018

Fonte: elaborado pela autora (2020).

ANEXO A – Tabela do estudo de Vega, Soares e Nasr (2017)

Causas básicas das mortes maternas tardias segundo casuísticas dos comitês de mortalidade materna do Município de São Paulo e do Estado do Paraná, Brasil, 2004-2008 e 2009-2013.

Tabela 3

Causa básica das mortes maternas tardias segundo casuísticas dos comitês de mortalidade materna do Município de São Paulo e do Estado do Paraná, Brasil, 2004-2008 e 2009-2013.

Causa básica	Município de São Paulo				Estado do Paraná			
	2004-2008	2009-2013	Total	%	2004-2008	2009-2013	Total	%
Obstétricas diretas	21	22	43	32,1	24	24	48	42,1
Aborto	4	4	8	6,0	3	0	3	2,6
Pré-eclâmpsia/Eclâmpsia	1	3	4	3,0	5	6	11	9,6
Complicações do parto (rotura uterina, hemorragia, traumatismo)	3	0	3	2,2	3	4	7	6,1
Complicações anestésicas no parto	1	0	1	0,7	2	0	2	1,8
Infecção urinária e renal na gravidez	1	1	2	1,5	1	1	2	1,8
Tromboembolia	0	0	0	0,0	1	0	1	0,9
Infecção puerperal	4	2	6	4,5	3	3	6	5,3
Cardiomiopatia no puerpério	6	9	15	11,2	6	7	13	11,4
Outras diretas	1	3	4	3,0	0	3	3	2,6
Obstétricas indiretas	46	43	89	66,4	38	23	61	53,5
Doenças do aparelho circulatório	6	14	20	14,9	7	4	11	9,6
Hipertensão arterial crônica	7	3	10	7,5	2	1	3	2,6
Doenças do aparelho respiratório	2	2	4	3,0	5	3	8	7,0
Doenças do aparelho digestivo	1	3	4	3,0	3	2	5	4,4
Doenças infecciosas	5	0	5	3,7	4	2	6	5,3
Neoplasias (mama, gástrico, útero, ovário, linfoma)	12	9	21	15,7	8	6	14	12,3
Lupus	3	2	5	3,7	3	1	4	3,5
HIV	2	1	3	2,2	2	1	3	2,6
Outras indiretas	8	9	17	12,7	4	3	7	6,1
Causas maternas indeterminadas	1	1	2	1,5	5	0	5	4,4
Total	68	66	134	100,0	67	47	114	100,0

Fonte: Vega, Soares e Nasr (2017, p. 5).